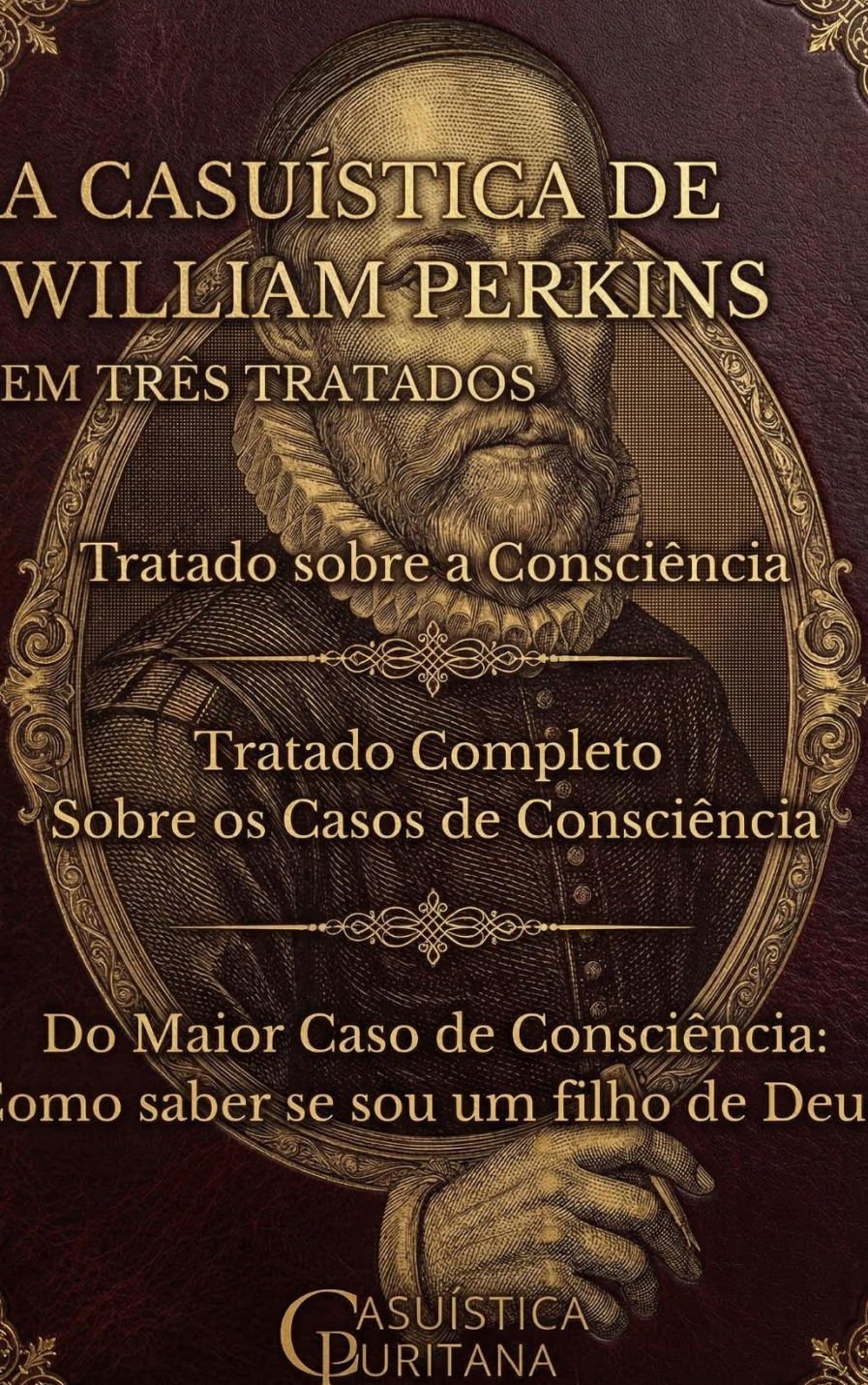


A detailed engraving of William Perkins, a Puritan minister, is centered on the cover. He is depicted from the chest up, wearing a dark, textured garment with a prominent white ruffled collar. He has a full, dark beard and mustache, and his eyes are cast slightly to the right. His hands are clasped in front of him, holding a small object. The portrait is enclosed within an ornate, oval-shaped frame with intricate scrollwork. The background of the cover is a deep, dark red or maroon color, with decorative corner pieces in the top-left, top-right, bottom-left, and bottom-right corners, each featuring a floral or scroll design.

A CASUÍSTICA DE WILLIAM PERKINS EM TRÊS TRATADOS

Tratado sobre a Consciência

Tratado Completo
Sobre os Casos de Consciência

Do Maior Caso de Consciência:
Como saber se sou um filho de Deus

CASUÍSTICA
PURITANA



*Manu sinistra, mente dextera, D. & J.
PERKINSVS Opera in Orbe reddidit inelyta.*



Dados da edição

Título da edição em português:

A Casuística de William Perkins

Autor:

William Perkins (1558–1602)

Obras incluídas neste volume:

The Whole Treatise of the Cases of Conscience (1636)

*A Discourse of Conscience wherein is set downe the nature, properties,
and differences thereof: as also the way to get and keepe good conscience*
(1596)

*A Case of Conscience the Greatest That Ever Was: How a Man May
Know Whether He Be the Son of God or No. Resolved by the Word of
God. Whereunto Is Added a Briefe Discourse Taken Out of Hier. Zanchius*
(1592)

Tradução, Revisão, Edição, Projeto gráfico e diagramação:

Casuística Puritana

Ano da tradução e publicação:

2026

Idioma original:

Inglês

Observação sobre o texto:

Esta edição consiste em tradução direta de obras originalmente publicadas em domínio público.



NOTA DO TRADUTOR

O texto que o leitor tem em mãos foi traduzido a partir de uma edição antiga cujo estado tipográfico apresenta diversas irregularidades. Ao longo do original, encontram-se palavras com grafia arcaica, letras trocadas ou sobrepostas, caracteres corrompidos, fragmentos numéricos inseridos no meio das frases e referências bíblicas abreviadas ou parcialmente ilegíveis. Em alguns trechos, há sinais evidentes de falhas de digitalização (OCR), o que ocasionou a fusão de palavras, a substituição indevida de letras e a presença de símbolos estranhos ao sentido do texto.

Essas imperfeições não pertencem necessariamente ao autor, mas resultam, em grande medida, das limitações técnicas das edições antigas e dos processos modernos de reprodução digital. Em determinados pontos, a leitura do texto exigiu reconstrução cuidadosa com base no contexto teológico, gramatical e histórico da obra, bem como na comparação com passagens bíblicas citadas e no padrão argumentativo do autor.

Sempre que possível, buscou-se preservar integralmente o pensamento original, vertendo-o para uma linguagem portuguesa clara, fiel e teologicamente precisa. Entretanto, em raras ocasiões, a corrupção do texto tornou impossível uma restituição absolutamente segura de alguma palavra ou referência. Nesses casos, a tradução foi realizada segundo a leitura mais plausível à luz do contexto.



O leitor é, portanto, convidado a considerar que eventuais dificuldades de formulação não decorrem de liberdade interpretativa do tradutor, mas das limitações materiais do documento de origem. O compromisso desta tradução é com a fidelidade doutrinária, a coerência argumentativa e a integridade do pensamento do autor, mesmo diante das falhas técnicas do texto-base.



SUMÁRIO

TRATADO SOBRE A CONSCIÊNCIA	7
TRATADO COMPLETO SOBRE CASOS DE CONSCIÊNCIA DIVIDIDO EM TRÊS LIVROS.....	158
LIVRO 1 O PRIMEIRO LIVRO DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA, CONCERNENTE AO HOMEM SIMPLESMENTE CONSIDERADO EM SI MESMO SEM RELAÇÃO COM OUTRO.....	170
LIVRO 2 O SEGUNDO LIVRO DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA REFERENTES AO HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM DEUS.....	332
LIVRO 3 O TERCEIRO LIVRO DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA, CONCERNENTES AO HOMEM, COMO ELE ESTÁ EM RELAÇÃO AO SEU PRÓXIMO.....	558
TRATADO SOBRE O MAIOR CASO DE CONSCIÊNCIA.	697
A PRIMEIRA EPÍSTOLA DE JOÃO, NA FORMA DE UM DIÁLOGO ENTRE JOÃO E A IGREJA.....	699
SALMO 15 UM DIÁLOGO ENTRE DAVI E O SENHOR	724
UM BREVE DISCURSO EXTRAÍDO DOS ESCRITOS DE HIERONYMUS ZANCHIUS.....	726
APÊNDICE: WILLIAM PERKINS E AS ORIGENS DA CASUÍSTICA REFORMADA.....	767



TRATADO SOBRE A CONSCIÊNCIA

**No qual se expõem a natureza,
as propriedades e as
diferenças dela; bem como o
modo de obter e conservar
uma boa consciência.**



A
DISCOURSE OF
Conscience:

Wherein is set downe the na-
ture, properties, and differen-
ces thereof: as also the way
to
Get and keepe good Conscience.

Printed by Iohn Legate, Prin-
ter to the Vniuersitie
of Cambridge.



Conteúdo

1. O que é a consciência;
2. As ações ou deveres da consciência. Neste ponto é tratado como alguma coisa é dita obrigar a consciência;
3. Os tipos e diferenças da consciência. Aqui se trata da liberdade de consciência, etc., e se discute a questão se um homem pode, em sua consciência, estar infalivelmente certo de sua salvação;
4. O dever do homem quanto à sua consciência, que é obtê-la e conservá-la.



AO MUITO HONRADO

SIR WILLIAM PERYAM, CAVALEIRO,

Lorde Chefe Barão do Tesouro de Sua Majestade:

Graça e paz.

Mui honrado Senhor; não pode ser desconhecido de Vossa Senhoria, nem de qualquer homem de juízo, que nada é mais tolo do que cometer um pecado, ou permanecer em pecados contra a própria consciência. Pois muitos, quando lhes falam de seu dever nesse ponto, respondem com grande desprezo e zombaria: “Que é isso de me falar de consciência? A consciência foi enforcada há muito tempo.” Mas, se não tiverem maior cuidado e não prevenirem o perigo por meio do arrependimento, a consciência enforcada reviverá e se tornará para eles tanto força quanto carrasco, seja nesta vida ou na vida por vir. Pois a consciência foi designada por Deus para declarar e executar o seu justo juízo contra os pecadores; e, assim como Deus não pode de modo algum ser vencido pelo homem, assim também o juízo da consciência, sendo o juízo de Deus, não pode ser totalmente extinto.

De fato, o homem, por sua parte, procura por todos os meios possíveis entorpecer a consciência; mas tudo é em vão. Pois, assim como o homem enfermo, quando parece dormir e tomar descanso, está interiormente cheio de angústias, assim também a consciência entorpecida e sonolenta não carece de suas dores e terrores secretos; e, quando for despertada pelo juízo de Deus, torna-se cruel e feroz como uma besta selvagem.

Além disso, quando um homem peca contra a sua consciência, tanto quanto depende dele mesmo, ele se lança



no abismo do desespero; pois toda ferida da consciência, embora a princípio seja pouco sentida, é uma ferida mortal. E aquele que continua pecando contra a consciência a fere e apunhala repetidamente no mesmo lugar; e todas as feridas renovadas (como sabemos) são curadas com dificuldade ou nunca são curadas.

Em terceiro lugar, aquele que permanece em pecados contra a sua consciência não pode invocar verdadeiramente o nome de Deus; pois a consciência culpada faz o homem fugir de Deus. E Cristo diz que Deus não ouve os pecadores, entendendo por pecadores aqueles que continuam em seus próprios caminhos contra a consciência. E que pode ser pior do que ser privado da invocação do nome de Deus?

Por fim, tais pessoas, depois do último juízo, terão não somente os seus corpos em tormento, mas o seu verme na alma e na consciência jamais morrerá. E que proveito haverá para alguém ganhar o mundo inteiro fazendo coisas contra a sua própria consciência, e perder a sua própria alma?

Agora, para que os homens, sendo dessa maneira descuidados quanto à consciência, possam ver a sua loucura e o grande perigo disso, e venham à emenda de vida, escrevi este pequeno tratado; e, segundo o antigo e louvável costume, assim como segundo o propósito que há muito tenho em mente, agora o dedico e o apresento a Vossa Senhoria.

As razões que me encorajaram a este empreendimento (excluindo quaisquer considerações secundárias) são estas. A doutrina geral nos pontos da religião é obscura e difícil, e dificilmente pode ser praticada sem a luz de exemplos particulares; e, portanto, a doutrina da



consciência, por justo direito, pertence a um homem de consciência, tal como Vossa Senhoria é, que (outros de posição semelhante não excluídos) recebeu esta misericórdia da mão de Deus: conservar a fé e uma boa consciência.

Além disso, considerando que a justiça e a consciência sempre foram amigas, sou levado a pensar que Vossa Senhoria, sendo publicamente separado para a execução e manutenção da justiça civil, aprovará e aceitará um tratado que propõe regras e preceitos de consciência.

Assim, portanto, pedindo perdão pela minha ousadia e esperando a boa aceitação de Vossa Senhoria, recomendo-vos a Deus e à palavra da sua graça.

14 de Junho de 1596.

De Vossa Senhoria,
para servir e obedecer,
W. Perkins.





CAPÍTULO 1

Da Consciência

O que é a consciência?

A consciência é uma parte do entendimento em todas as criaturas racionais, que determina acerca de suas ações particulares, estando com elas ou contra elas.

Digo que a consciência é uma parte do entendimento, e mostro isso assim: Deus, ao formar a alma, colocou nela duas faculdades principais: entendimento e vontade. O entendimento é aquela faculdade da alma pela qual usamos a razão; e é a parte mais principal, servindo para governar e ordenar todo o homem; por isso é colocado na alma como o cocheiro na carruagem. A vontade é outra faculdade pela qual queremos ou não queremos alguma coisa, isto é, a escolhemos ou a recusamos. À vontade estão unidas diversas afeições, como alegria, tristeza, amor, ódio, etc., pelas quais abraçamos ou evitamos aquilo que é bom ou mau.

Ora, a consciência não está colocada nas afeições nem na vontade, mas no entendimento; porque suas ações consistem no uso da razão. O entendimento, por sua vez, tem duas partes. A primeira consiste na visão e contemplação da verdade e da falsidade, e não vai além disso. A segunda consiste na observação e consideração de cada ação particular, para investigar se ela é boa ou má. A primeira é chamada entendimento teórico; a segunda, entendimento prático. E é sob este último que a consciência deve ser compreendida; porque sua



propriedade é julgar da bondade ou maldade das coisas ou das ações realizadas.

Além disso, digo que a consciência é uma parte da mente ou do entendimento para mostrar que a consciência não é apenas um simples conhecimento ou juízo do entendimento (como os homens comumente escrevem), mas um poder natural, faculdade ou qualidade criada, da qual procedem o conhecimento e o juízo como efeitos. As Escrituras confirmam isso ao atribuírem diversas obras e ações à consciência, como acusar, desculpar, consolar e aterrorizar; ações que não poderiam proceder dela se a consciência não fosse mais do que um ato ou ação da mente.

De fato, concedo que ela pode ser tomada como uma espécie de conhecimento atual na mente do homem; mas, falando propriamente, esse conhecimento deve proceder de um poder na alma, cuja propriedade é tomar os princípios e conclusões da mente, aplicá-los e, por essa aplicação, acusar ou desculpar. Este é o fundamento de tudo, e é isso que considero ser a consciência.

Se alguém objetar que a consciência não pode ser um poder natural porque pode ser perdida, respondo que, se a consciência é perdida, isso acontece apenas quanto ao seu uso, assim como a razão é perdida no homem embriagado, e não de outra maneira.

Acrescento que os sujeitos próprios da consciência são as criaturas racionais, isto é, os homens e os anjos. Por isso a consciência é excluída, antes de tudo, dos animais irracionais; pois, embora tenham vida e sentidos, e em muitas coisas algumas sombras de razão,



contudo, porque carecem da verdadeira razão, carecem também de consciência. Em segundo lugar, ela é excluída de Deus, o Criador, que, sendo a própria justiça, não necessita de consciência para ordenar e governar as suas ações. E quando Pedro diz, em Primeira Epístola de Pedro 2.19, que o homem deve suportar aflições injustamente por causa da consciência para com Deus, sua intenção não é mostrar que Deus tem consciência, mas que os homens devem suportar muitos males porque suas consciências os obrigam, ao assim proceder, a obedecer à vontade de Deus, a qual a consciência considera diretamente.

E digo que a consciência está em todas as criaturas racionais, para que ninguém imagine que alguns homens por natureza possuem consciência e outros não possuem nenhuma. Pois quantos homens existem, tantas consciências existem; e cada homem particular tem a sua própria consciência particular.

O fim próprio da consciência é determinar acerca das coisas feitas. E por esta única coisa a consciência se distingue de todos os outros dons da mente, como inteligência, opinião, ciência, fé e prudência. A inteligência simplesmente concebe que uma coisa é ou não é; a opinião julga que uma coisa é provável ou contingente; a ciência julga que ela é certa e segura; a fé é uma persuasão pela qual cremos em coisas que são ditas; a prudência discerne o que convém ser feito e o que convém ser deixado de fazer. Mas a consciência vai além de todas estas; pois determina ou pronuncia sentença acerca das coisas feitas, dizendo-nos: isto foi feito, isto



não foi feito; isto pode ser feito, isto não pode ser feito; isto foi bem feito, isto foi mal feito.

As coisas sobre as quais a consciência determina são as próprias ações do homem — suas próprias ações, digo. Saber com certeza o que outro homem disse ou fez é comumente chamado conhecimento; mas para um homem saber com certeza o que ele mesmo fez ou disse, isso é consciência. Além disso, a consciência não trata de coisas gerais; ela lida apenas com ações particulares — e não apenas com algumas poucas, mas com todas.

O modo da determinação da consciência é estabelecer o seu juízo ou com a criatura ou contra ela. Acrescento esta cláusula porque a consciência é de natureza divina e é uma coisa colocada por Deus no meio entre Ele e o homem, como um árbitro para dar sentença e pronunciar-se diante de Deus, ou a favor do homem ou contra o homem. Pois às vezes ela consente e fala com Deus contra o homem em quem está colocada; outras vezes, consente com o homem e fala por ele diante do Senhor.

E daqui vem uma razão para o nome consciência. *Scire*, conhecer, é o conhecimento de um homem sozinho por si mesmo; mas *conscire* é quando dois pelo menos conhecem alguma coisa secreta, cada um sabendo juntamente com o outro. Portanto, o nome latino conscientia, ou consciência, significa aquilo que une dois juntos e os torna participantes no conhecimento de uma mesma e secreta coisa. Ora, homem e homem, ou homem e anjo, não podem ser assim unidos, porque não podem conhecer o segredo de qualquer homem, a menos que lhes seja revelado. Resta, portanto, que essa união seja



apenas entre o homem e Deus. Deus conhece perfeitamente todos os feitos do homem, por mais ocultos e escondidos que sejam; e o homem, por um dom que Deus lhe concedeu, conhece juntamente com Deus as mesmas coisas acerca de si mesmo — e esse dom é chamado Consciência.

CAPÍTULO 2

Dos deveres da consciência

As operações ou deveres próprios da consciência são dois: dar testemunho ou dar julgamento (Romanos 2.15).

A consciência dá testemunho determinando que algo foi feito ou que não foi feito. Romanos 2.15: “a sua consciência também dando testemunho”. 2 Coríntios 1.12: “Porque a nossa glória é esta: o testemunho da nossa consciência...”.

Aqui devemos considerar três coisas: primeiro, de que coisas a consciência dá testemunho; segundo, de que maneira; terceiro, por quanto tempo.

Quanto ao primeiro ponto, a consciência dá testemunho de nossos pensamentos, de nossas afeições e de nossas ações exteriores. Que ela dá testemunho de nossos pensamentos secretos aparece pela solene declaração que às vezes os homens fazem quando dizem: minha consciência nunca pensou tal coisa; por meio disso significam que pensam algo ou que não o pensam, e que suas consciências podem dizer o que pensam. Nem isto



deve parecer estranho. Pois há duas ações do entendimento: uma é simples, pela qual apenas concebemos ou pensamos isto ou aquilo; a outra é uma reflexão ou duplicação da primeira, pela qual o homem concebe e pensa consigo mesmo o que está pensando. Esta ação pertence propriamente à consciência. A mente pensa um pensamento; agora a consciência vai além da mente e sabe o que a mente pensa; de modo que, se um homem tentasse esconder seus pensamentos pecaminosos de Deus, sua consciência, como se fosse outra pessoa dentro dele, descobriria tudo. Por meio desta segunda ação a consciência pode dar testemunho até mesmo dos pensamentos; e daí também parece tomar seu nome, porque consciência é um conhecimento unido a outro conhecimento: por meio dela concebo e sei o que sei.

Além disso, a consciência dá testemunho do que são as vontades e as afeições dos homens em cada assunto. Romanos 9: “Digo a verdade em Cristo, não minto, minha consciência me dá testemunho pelo Espírito Santo, de que tenho grande tristeza e contínua dor em meu coração; porque eu mesmo desejaria ser separado de Cristo por amor de meus irmãos”.

Por fim, ela testemunha quais são as ações dos homens. Eclesiastes 7.22: “Muitas vezes também o teu coração sabe (isto é, a consciência testemunha) que tu também tens amaldiçoado a outros”.

O modo que a consciência usa ao dar testemunho consiste em duas coisas. Primeiro, ela observa e toma conhecimento de todas as coisas que fazemos; segundo, ela nos diz interior e secretamente no coração todas elas.



Nesse aspecto pode ser adequadamente comparada a um notário ou registrador que sempre tem a pena na mão para anotar e registrar tudo o que é dito ou feito; e que, porque guarda os rolos e registros do tribunal, pode dizer o que foi dito e feito muitos centenas de anos antes.

Quanto ao terceiro ponto — por quanto tempo a consciência dá testemunho — ela o faz continuamente; não por um minuto, nem por um dia, nem por um mês, nem por um ano, mas para sempre. Quando o homem morre, a consciência não morre; quando o corpo está apodrecendo no sepulcro, a consciência vive e permanece segura e intacta; e quando ressuscitarmos, a consciência virá conosco ao tribunal do juízo de Deus, para nos acusar ou nos defender diante de Deus. Romanos 2.15-16: “a sua consciência dando testemunho... no dia em que Deus julgar os segredos dos homens por Jesus Cristo”.

Por este primeiro dever da consciência aprendemos três coisas.

Primeiro, que há um Deus; e podemos ser levados a perceber isso até mesmo pela razão comum. Pois a consciência dá testemunho. De quê? De teus atos particulares. Mas contra quem ou com quem ela dá testemunho? Tu podes sentir em teu coração que ela o faz ou contigo ou contra ti. E a quem ela dá testemunho? Aos homens ou aos anjos? Isso não pode ser, pois eles não podem ouvir a voz da consciência; não podem receber seu testemunho, nem sequer ver o que está no coração do homem. Resta, portanto, que exista uma substância espiritual, muito sábia, muito santa e muito poderosa, que vê todas as coisas e a quem a consciência dá testemunho; e esse é o próprio Deus. Que os ateus ladrem



contra isso quanto quiserem: eles têm dentro de si algo que os convencerá da verdade da divindade, queiram ou não, seja na vida ou na morte.

Segundo, aprendemos que Deus vigia todos os homens por uma providência especial. O carcereiro é conhecido por cuidar de seus prisioneiros quando envia guardas com eles para vigiá-los e conduzi-los de volta no tempo conveniente. Assim também o cuidado de Deus para com o homem se manifesta nisto: quando criou o homem e o colocou no mundo, deu-lhe a consciência para ser sua guardiã, para segui-lo sempre de perto, para observá-lo e investigar suas ações, e dar testemunho de todas elas.

Terceiro, daqui podemos observar a bondade e o amor de Deus para com o homem. Se ele faz algo errado, Deus põe sua consciência antes de tudo para avisá-lo secretamente; se então ele se corrige, Deus o perdoa; se não, depois a consciência deverá acusá-lo publicamente no tribunal do juízo de Deus diante de todos os santos e anjos no céu.

A segunda obra da consciência é dar julgamento das coisas feitas.

Dar julgamento é determinar que algo foi bem feito ou mal feito. Nisto a consciência é semelhante a um juiz que realiza um tribunal, recebe acusações e faz até mesmo o mais notório malfeitor levantar a mão diante da barra de seu julgamento. Mais ainda: ela é como um pequeno Deus assentado no meio do coração dos homens, julgando-os nesta vida como serão julgados por suas ofensas diante do tribunal do Deus eterno no dia do



juízo. Portanto, o julgamento temporário que é dado pela consciência nada mais é do que um começo ou um precursor do último juízo.

Daqui somos advertidos a tomar especial cuidado para que nada do passado pese sobre nós e para que não carreguemos nossas consciências, no futuro, com qualquer acusação. Pois se nossa consciência nos acusa, Deus muito mais nos condenará, diz São João, Primeira Epístola de João 3.20, porque ele vê todas as nossas ações mais claramente e as julga mais severamente do que a consciência pode. Portanto, será bom que todos os homens se esforcem para poder dizer com Paulo: “Nada sei contra mim mesmo”, para que possam permanecer diante de Deus sem culpa para sempre.

Aqui devemos considerar duas coisas: primeiro, a causa que leva a consciência a dar julgamento; segundo, o modo como ela o faz.

A causa é aquilo que liga a consciência.

Aquilo que liga a consciência é qualquer coisa que tenha poder e autoridade sobre ela para ordená-la. Ligar é constrangê-la, pressioná-la e obrigá-la em cada ação ou a acusar por causa do pecado ou a desculpar por causa do bem; ou a dizer: isto pode ser feito ou isto não pode ser feito.

Para sabermos o que significa esta expressão “estar ligado na consciência”, devemos considerar a consciência em si mesma, separada do poder vinculante do mandamento de Deus. Pois então ela tem liberdade e não está ligada nem a acusar nem a desculpar, podendo fazer qualquer uma das duas coisas indiferentemente.



Mas quando o poder que a liga é colocado sobre a consciência, então em cada ação ela necessariamente deve acusar ou desculpar; assim como um homem em uma cidade ou vila, tendo sua liberdade, pode ir e vir ou não ir, onde e quando quiser; mas se seu corpo é preso pelo magistrado e lançado na prisão, então sua liberdade anterior é restringida: ele fica ligado e pode ir e vir apenas dentro da prisão ou de algum outro lugar permitido.

Aquele que vincula a consciência pode fazê-lo de modo próprio ou impróprio. Próprio é aquilo que possui em si mesmo poder absoluto e soberano para vincular a consciência. E isto é a Palavra de Deus, escrita nos livros do Antigo e do Novo Testamento. A razão é esta: aquele que é Senhor da consciência, por sua palavra e por suas leis, vincula a consciência; mas Deus é o único Senhor da consciência, porque somente Ele a criou e somente Ele a governa, e ninguém além dEle a conhece. Portanto, sua Palavra e suas leis são as únicas que vinculam propriamente a consciência. Ainda mais: aquele que tem poder para salvar ou destruir a alma pela observância ou pela violação de suas leis possui poder absoluto para vincular a alma e a consciência por meio dessas mesmas leis; mas isso é verdadeiro somente de Deus. “Há um só legislador, que pode salvar e destruir” (Tiago 4.12). “O Senhor é o nosso juiz, o Senhor é o nosso legislador, o Senhor é o nosso rei; ele nos salvará” (Isaías 33.22). Portanto, somente a Palavra de Deus, por poder absoluto e soberano, vincula a consciência. E, porque este ponto é claro em si mesmo, não é necessário maior prova.



Daqui somos ensinados em vários pontos de instrução. Os que entre nós são ignorantes devem esforçar-se por adquirir conhecimento da Palavra de Deus, porque ela vincula a consciência. Nem a alegação de ignorância servirá como desculpa, pois, quer conheçamos as leis de Deus quer não as conheçamos, elas ainda assim nos vinculam. E somos obrigados não apenas a praticá-las, mas também, quando não as conhecemos, somos obrigados a não permanecer ignorantes delas, e sim a procurar conhecê-las. Se não tivéssemos outros pecados, nossa ignorância seria suficiente para nos condenar. Além disso, a Palavra de Deus deve ser obedecida, ainda que com isso ofendamos todos os homens, percamos o favor de todos e sofremos o maior dano possível, até mesmo a perda de nossas vidas. A razão é evidente: a Palavra de Deus tem a prerrogativa de refrear, vincular e restringir a consciência. Também devemos, em tudo quanto empreendemos ou assumimos, primeiro examinar se Deus nos concede liberdade de consciência e autorização para fazê-lo. Pois, se agirmos de outro modo, a consciência imediatamente ficará obrigada a acusar-nos de pecado diante de Deus. Por fim, vemos aqui quão perigosa é a condição de todos os que vivem apenas para agradar ao tempo presente, querendo viver como lhes convém e não se comprometendo com religião certa até que as diferenças e controvérsias sejam resolvidas e até que haja a determinação de um concílio geral. Quer tais coisas aconteçam ou não, é certo que estão obrigados em consciência a receber e crer a antiga doutrina profética e apostólica acerca do verdadeiro culto de Deus e do caminho da vida eterna, que é a verdadeira religião. O mesmo deve ser dito de todos os protestantes



negligentes e dos que professam o evangelho com tibieza, que usam a religião não com o cuidado e a consciência que deveriam, mas apenas quando e na medida em que ela lhes serve, negligenciando ou desprezando as assembleias onde a Palavra é pregada e raramente frequentando a mesa do Senhor, exceto na Páscoa. Como miseráveis insensatos, eles não veem nem sentem o poder constrangedor que a Palavra de Deus exerce sobre suas consciências.

A Palavra de Deus é ou Lei ou Evangelho. A Lei é aquela parte da Palavra de Deus que trata das coisas que devem ser feitas ou deixadas de fazer. Ela é tríplice: moral, judicial e cerimonial.

A lei moral diz respeito aos deveres de amor, em parte para com Deus e em parte para com o próximo. Está contida no Decálogo ou nos Dez Mandamentos, e é a própria lei da natureza escrita no coração de todos os homens, quanto à substância, embora não quanto à forma de sua promulgação, na criação do homem. Portanto, ela vincula as consciências de todos os homens em todos os tempos, até mesmo de pessoas cegas e ignorantes que não conhecem a maior parte dela nem se preocupam em conhecê-la. Contudo, devem ser lembradas três exceções ou cautelas.

Quando dois mandamentos da lei moral se opõem em relação a nós, de modo que não possamos cumpri-los ao mesmo tempo, então o mandamento menor cede lugar ao maior e não vincula nem constrange naquele momento. Por exemplo, Deus ordena uma coisa e o magistrado ordena exatamente o contrário. Nesse caso, qual dos dois mandamentos deve ser obedecido?



Honrar a Deus ou honrar o magistrado? A resposta é que o segundo deve ceder ao primeiro, e somente o primeiro deve ser obedecido nesse caso. “Julgai vós se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós do que a Deus” (Atos 4.19). Outro exemplo: o quarto mandamento prescreve descanso no dia de sábado; mas acontece que, ao mesmo tempo, uma cidade inteira pega fogo, e o sexto mandamento exige nossa ajuda para salvar a vida e os bens do próximo. Qual dos dois mandamentos deve ser obedecido? Ambos não podem ser cumpridos simultaneamente. A resposta é que o quarto mandamento deve, nesse momento, ceder lugar, e o sexto mandamento é o único que vincula a consciência. Assim, se a necessidade o exigir, um homem poderia trabalhar o dia inteiro sem ofensa a Deus. “Misericórdia quero, e não sacrifício” (Mateus 9.13). Também não deve ser esquecida a regra de que a caridade para com o próximo é subordinada ao amor a Deus, e, portanto, deve ceder a ele. Por essa causa, o mandamento que diz respeito à caridade deve ceder ao mandamento que diz respeito ao amor a Deus; e, quando o caso é tal que devemos ofender ou o próximo ou a Deus, devemos antes ofender o próximo do que a Deus.

Outra cautela é que, quando Deus dá algum mandamento particular ao seu povo, dispensando-os temporariamente de algum outro mandamento da lei moral, este, naquele momento, não vincula. Mesmo os mandamentos morais devem ser entendidos com esta condição: exceto quando Deus ordenar de outro modo. Por exemplo, o sexto mandamento diz: “Não matarás”. Contudo, Deus deu um mandamento particular a Abraão: “Abraão, oferece teu filho Isaque em sacrifício”. Este



último mandamento, naquele momento, vinculou Abraão, e ele é, por isso, elogiado por sua obediência. Da mesma forma, quando Deus ordenou aos filhos de Israel que rodeassem Jericó durante sete dias, inclusive no sábado, o quarto mandamento, que prescreve o descanso santificado no sábado, naquele momento e naquela ação não vinculou a consciência.

Há ainda outra cautela: um mesmo mandamento pode vincular a consciência mais estritamente em certas coisas e menos em outras. “Façamos o bem a todos, mas principalmente aos da família da fé” (Gálatas 6.10). Daí surge o fato de que, embora todos os pecados sejam mortais e mereçam morte eterna, nem todos são iguais; alguns são mais graves do que outros.

As leis judiciais de Moisés são aquelas que prescrevem a ordem para a execução da justiça e do julgamento no Estado. Foram especialmente dadas por Deus e dirigidas aos judeus, os quais, por essa razão, estavam obrigados em consciência a guardá-las todas. Se a comunidade judaica ainda existisse em seu antigo estado, sem dúvida continuariam a vinculá-los como antes.

Contudo, no que diz respeito a outras nações, especialmente às comunidades cristãs nos dias atuais, a situação é diferente. Alguns pensam que toda a lei judicial foi completamente abolida; outros vão ao extremo oposto, sustentando que as leis judiciais vinculam os cristãos tão estritamente quanto vinculavam os judeus. Mas ambos estão enganados, e o caminho mais seguro é manter-se entre os dois extremos.



As leis judiciais de Moisés devem ser distinguidas segundo sua substância e seu propósito. Nesse sentido, são de dois tipos: leis de equidade particular e leis de equidade comum. As leis de equidade particular são aquelas que prescrevem justiça de acordo com o estado e a condição específicos da comunidade judaica e com suas circunstâncias — tempo, lugar, pessoas, coisas e ações. Dessa natureza era a lei que determinava que o irmão levantasse descendência ao seu irmão, e muitas outras semelhantes. Nenhuma delas nos vincula, porque foram moldadas para um povo específico.

As leis judiciais de equidade comum são aquelas feitas de acordo com a lei ou instinto da natureza comum a todos os homens. Estas, quanto à sua substância, vinculam as consciências não apenas dos judeus, mas também dos gentios. Pois não foram dadas aos judeus enquanto judeus — isto é, como um povo recebido na aliança acima de todas as outras nações, conduzido do Egito para a terra de Canaã, de quem o Messias segundo a carne haveria de vir —, mas enquanto homens mortais sujeitos à ordem e às leis da natureza, como todas as outras nações. Além disso, as leis judiciais, na medida em que contêm a equidade geral ou comum da lei natural, são morais e, portanto, vinculam a consciência como a própria lei moral.

Uma lei judicial pode ser reconhecida como lei de equidade comum se uma destas duas coisas for encontrada nela. Primeiro, se homens sábios, não apenas entre os judeus, mas também entre outras nações, por meio da razão natural e da consciência, julgaram tal lei como equitativa, justa e necessária, e demonstraram esse



juízo ao estabelecer leis para suas comunidades equivalentes em substância a várias das leis judiciais dadas aos judeus. Entre todos, os imperadores romanos fizeram isso de modo excelente, como se pode ver ao comparar suas leis com as leis de Deus. Em segundo lugar, uma lei judicial possui equidade comum se serve diretamente para explicar e confirmar algum dos dez preceitos do Decálogo ou se serve diretamente para manter e sustentar qualquer das três ordens fundamentais: a família, o Estado ou a Igreja. E se isso é assim ou não aparecerá ao considerarmos o assunto da lei e as razões pelas quais o Senhor foi movido a dá-la aos judeus.

Para tornar este ponto mais claro, tomemos um ou dois exemplos. É uma lei judicial de Deus que os assassinos devem ser condenados à morte. A questão é se esta lei, quanto à sua substância, pertence à equidade comum da natureza e, portanto, vincula as consciências dos cristãos. A resposta é que, sem dúvida, sim. Primeiro, porque esta lei foi estabelecida pelo consentimento comum de sábios legisladores em muitos países e reinos além do povo judeu. Foi lei entre os egípcios, entre os antigos gregos, na legislação de Draco, nas leis de Numa e entre muitos dos imperadores romanos. Em segundo lugar, esta lei serve diretamente para manter a obediência ao sexto mandamento. E a consideração sobre a qual a lei foi feita é tão grave que, sem ela, uma comunidade não pode subsistir. “O sangue do assassino deve ser derramado”, diz o Senhor (Números 35.33–34), “porque toda a terra é contaminada com sangue e não pode ser purificada senão com o sangue daquele que o derramou”.



Outro exemplo: entre os judeus havia uma lei judicial que determinava que o adúltero e a adúltera fossem condenados à morte. A questão é se esta lei diz respeito também a outras nações, por derivar da lei comum da natureza. Parece que sim. Homens sábios, pela luz da razão e da consciência natural, julgaram esse castigo justo e equitativo. Judá, antes mesmo de essa lei judicial ser dada por Moisés, determinou que Tamar, sua nora, fosse queimada por ter cometido prostituição. Nabucodonosor queimou Acabe e Zedequias porque cometeram adultério com as mulheres de seus vizinhos. Pela lei de Draco entre os gregos esse pecado era punido com a morte, e também pela lei dos romanos. Além disso, esta lei serve diretamente para manter a necessária obediência ao sétimo mandamento, e as razões pelas quais foi dada são permanentes e servem para sustentar a comunidade. “Guardareis todos os meus estatutos e todos os meus juízos”, diz o Senhor (Levítico 20.22), sendo a lei contra o adultério um deles. E observem-se as razões: para que a terra não vos vomite fora e porque por esses mesmos pecados o Senhor abominou as nações.

A lei cerimonial é aquela que prescreve ritos e ordens no culto externo de Deus. Ela deve ser considerada em três períodos de tempo. O primeiro é o tempo antes da vinda e morte de Cristo; o segundo, o tempo da publicação do evangelho pelos apóstolos; o terceiro, o tempo depois da publicação do evangelho.

No primeiro período, ela vinculava as consciências dos judeus, e a obediência a ela era o verdadeiro culto de Deus. Contudo, naquele tempo ela não vinculava as consciências dos gentios, pois era a



parede de separação entre eles e os judeus. E continuou a vincular os judeus até a própria morte e ascensão de Cristo. Pois então o escrito de ordenanças que era contra nós foi pregado na cruz e cancelado. E quando Cristo diz que a Lei e os Profetas duraram até João (Lucas 16.16), seu significado não é que a lei cerimonial tenha terminado naquele momento, mas que as coisas preditas pelos profetas e obscurecidamente prefiguradas pela lei cerimonial começaram então a ser pregadas mais claramente e tornadas manifestas.

O segundo período foi desde a ascensão de Cristo até aproximadamente o tempo da destruição do templo e da cidade. Nesse tempo, as cerimônias deixaram de vincular a consciência e permaneceram como coisas indiferentes. Por isso Paulo circuncidou Timóteo; os apóstolos, depois da ascensão de Cristo, quando havia ocasião, estavam presentes no templo (Atos 3.1). E o Concílio de Jerusalém, considerando a fraqueza de alguns crentes, decretou que a Igreja por um tempo se abstivesse de carne sufocada e de sangue. E havia boa razão para isso, porque a Igreja dos judeus ainda não estava suficientemente convencida de que um fim havia sido posto à lei cerimonial pela morte de Cristo.

No terceiro período, que foi após a publicação do evangelho, as cerimônias da Igreja judaica tornaram-se ilícitas e assim continuarão até o fim do mundo.

Por isso se vê quão monstruosa e miserável é a religião que a Igreja de Roma ensina e sustenta, pois consiste inteiramente em cerimônias, em parte pagãs e em parte judaicas.



Quanto ao evangelho, entendo que ele é aquela parte da Palavra de Deus que promete justiça e vida eterna a todos os que creem em Cristo, e ao mesmo tempo ordena essa fé.

Para que possamos compreender melhor como o evangelho vincula a consciência, duas coisas devem ser consideradas: uma acerca das pessoas que são vinculadas, e outra acerca do modo de vinculação.

As pessoas são de dois tipos: algumas são chamadas, outras não são chamadas. Pessoas chamadas são todas aquelas a quem Deus, em sua misericórdia, ofereceu os meios de salvação e revelou a doutrina do evangelho em alguma medida, maior ou menor, por meios ordinários ou extraordinários. Todos esses, penso eu, estão estritamente obrigados em consciência a crer e obedecer ao evangelho. Pois aquela Palavra de Deus pela qual os homens serão julgados no dia do juízo deve primeiro vincular suas consciências nesta vida, considerando que a absolvição e a condenação correspondem ao que é feito nesta vida. E pelo evangelho todos os homens que foram chamados serão julgados, como Paulo diz em Romanos 2.16: “Deus julgará os segredos dos homens por Jesus Cristo, segundo o meu evangelho”. E nosso Salvador Cristo diz: “Quem crê tem a vida eterna; quem não crê já está condenado”. Portanto, segue-se que o evangelho vincula as consciências desses homens nesta vida.

Por esse ponto somos todos lembrados de não nos contentarmos apenas com isto: que temos apreço pelo evangelho e cremos que ele é verdadeiro — embora muitos protestantes em nossos dias pensem ser



suficiente, tanto na vida quanto na morte, sustentar que serão salvos somente pela fé em Cristo, sem o mérito de suas obras —, mas devemos ir ainda mais adiante e entrar na prática da doutrina do evangelho, assim como dos preceitos da lei moral, sabendo que o evangelho vincula a consciência tanto quanto a lei e, se não for obedecido, condenará igualmente.

Os homens não chamados são aqueles que nunca ouviram falar de Cristo, porque o evangelho nunca lhes foi revelado nem lhes foram oferecidos meios de revelação. Que tais pessoas existiram em épocas passadas pode ser demonstrado da seguinte maneira. O mundo, desde a criação, pode ser dividido em quatro eras: a primeira, da criação até o dilúvio; a segunda, do dilúvio até a entrega da lei; a terceira, da entrega da lei até a morte de Cristo; a quarta, da morte de Cristo até o juízo final.

Nas três primeiras eras havia uma distinção no mundo entre dois tipos de pessoas, das quais uma era o povo de Deus e a outra não era povo. Na primeira era, nas famílias de Sete, Noé e outros estavam os filhos de Deus; em todas as outras famílias estavam os filhos dos homens (Gênesis 6.2). Na segunda era havia os filhos da carne e os filhos da promessa (Romanos 9.7). Na terceira, havia judeus e gentios, sendo os judeus a Igreja de Deus e todas as outras nações não sendo igreja.

Mas na última era essa distinção foi removida quando os apóstolos receberam uma comissão que nunca havia sido dada antes a ninguém: ir ensinar não somente os judeus, mas todas as nações.



Essa distinção surgiu porque o evangelho não havia sido revelado ao mundo antes da vinda de Cristo, como testemunham as Escrituras. O profeta Isaías diz (Isaías 52.15) que os reis fecharão a boca por causa de Cristo, porque aquilo que não lhes havia sido anunciado eles verão, e aquilo que não haviam ouvido entenderão. E em Isaías 55.5 diz que uma nação que não o conhecia correrá para ele. Paulo diz a respeito dos efésios que em tempos passados estavam sem Deus e sem Cristo, estranhos às alianças da promessa (Efésios 2.12). E aos atenienses ele diz que os tempos antes da vinda de Cristo eram tempos de ignorância (Atos dos Apóstolos 17.30).

E para que não se pense que essa ignorância era voluntária, Paulo acrescenta que Deus, nos tempos passados, permitiu que os gentios andassem em seus próprios caminhos (Atos dos Apóstolos 14.16), e que o mistério do evangelho esteve oculto desde o princípio do mundo e agora foi revelado ao mundo inteiro (Romanos 16.25).

Alguns alegam que, sendo os judeus a Igreja de Deus, eles mantinham comércio com todas as nações e, por esse meio, espalhavam algum pequeno conhecimento do Messias por todo o mundo. Respondo, porém, que a conversação e o trato dos mercadores judeus com estrangeiros não eram meio suficiente para publicar a promessa de salvação por Cristo a todo o mundo. Primeiro, porque os judeus, na maior parte do tempo, sempre foram mais prontos a receber qualquer religião nova e falsa do que a ensinar a sua própria. Segundo, porque os próprios judeus, embora estivessem bem familiarizados com as cerimônias de sua religião, não



conheciam sua substância, que era Cristo figurado nas cerimônias externas; e por isso os fariseus, quando faziam um prosélito, o tornavam dez vezes mais filho do diabo do que eles mesmos. Terceiro, porque raramente ou nunca se permite que alguém professe ou fale de sua religião em países estrangeiros.

Além disso, se alguém alegar que a doutrina está registrada nos livros do Antigo Testamento, que os homens em todo o mundo poderiam ter lido, examinado e conhecido se quisessem, respondo que a guarda dos livros do Antigo Testamento foi confiada somente aos judeus (Romanos 3.2) e, portanto, eles não foram dados ao mundo inteiro. O salmista também testemunha isso ao dizer: “Ele anuncia a sua palavra a Jacó, os seus estatutos e os seus juízos a Israel; não fez assim a nenhuma outra nação, e quanto aos seus juízos não os conheceram” (Salmos 147.19–20).

Agora, tocando naqueles que nunca ouviram falar de Cristo, embora sejam aptos e capazes de ser vinculados em consciência pelo evangelho, tanto quanto são criaturas de Deus, ainda assim não estão de fato realmente vinculados até que o evangelho lhes seja revelado, ou ao menos lhes sejam oferecidos meios de revelação.

As razões disso são estas. Toda doutrina ou lei que vincula a consciência deve, em alguma medida, ser conhecida pela natureza, pela graça, ou por ambas. O entendimento deve primeiro conceber, ou ao menos ter meios de conceber, antes que a consciência possa constranger, porque ela vincula em virtude de conclusões conhecidas na mente. Portanto, coisas que são totalmente



desconhecidas e não concebidas pelo entendimento não vinculam a consciência. Ora, o evangelho é totalmente desconhecido e não concebido por muitos, como já foi demonstrado; portanto, ele não os vincula em consciência.

Paulo diz em Romanos 2.12: “Todos os que pecaram sem a lei perecerão sem a lei”. Portanto, aqueles que pecam sem o evangelho perecerão sem o evangelho; e aqueles que serão condenados sem o evangelho depois desta vida não estavam vinculados por ele nesta vida.

Agostinho, o mais judicioso dos antigos pais, comentando as palavras de Cristo “agora não têm desculpa para o seu pecado”, discute a questão desta maneira. Pode-se perguntar se aqueles a quem Cristo não veio, nem falou, têm alguma desculpa para o seu pecado. Se não têm, por que se diz que estes — isto é, os judeus — não têm desculpa porque ele veio e lhes falou? E se têm alguma desculpa, resta saber se ela remove totalmente o castigo ou apenas o diminui. A isso ele responde que aqueles a quem Cristo não veio nem falou têm desculpa não para todo pecado, mas para este pecado específico: o de não crer em Cristo. Ainda assim permanece a questão se aqueles que viveram antes da pregação do evangelho aos gentios e morreram antes de ouvi-lo podem usar dessa desculpa. Sem dúvida podem; contudo, não escaparão da condenação. Pois “todos os que pecaram sem a lei perecerão sem a lei”.

Quanto às razões que alguns escolásticos apresentam em contrário, elas já foram respondidas por outros de sua própria ordem, e mencionarei brevemente as principais.



Primeiro, objetiva-se que o Espírito Santo convencerá o mundo do pecado porque não creu em Cristo (João 16.9). Responde-se que por “mundo” não se deve entender cada indivíduo desde a criação, mas as nações e reinos da última era do mundo aos quais o evangelho foi revelado. Assim Paulo interpreta esse termo em Romanos 11.12 e 15, quando diz que a queda de Israel se tornou riqueza para o mundo e reconciliação para o mundo.

Em segundo lugar, objetiva-se que a lei vincula todos os homens em consciência, embora grande parte dela lhes seja desconhecida. A resposta é que a lei foi dada a Adão e impressa em seu coração na criação; e nele, como raiz de toda a humanidade, foi dada a todos os homens. Assim como quando ele pecou todos pecaram nele, também quando ele foi iluminado todos foram iluminados nele; conseqüentemente, quando sua consciência foi vinculada pela lei, todos foram vinculados nele. E embora esse conhecimento tenha sido perdido pela culpa do homem, a obrigação permanece do lado de Deus.

Mas o caso é diferente com o evangelho. O evangelho nunca foi escrito na natureza humana, mas foi dado depois da queda e está acima da natureza.

Alguém poderia responder que a promessa feita a Adão — “a semente da mulher esmagará a cabeça da serpente” — também foi feita à sua descendência, isto é, a toda a humanidade, e depois renovada com Abraão para todas as nações. Contudo, responde-se que Adão foi raiz da humanidade apenas no que diz respeito à natureza humana com seus dons e pecados; ele não foi raiz no que



diz respeito à graça, que está acima da natureza. Nesse sentido, a verdadeira raiz é Cristo, o segundo Adão. Portanto, quando Deus deu a promessa a Adão e a fé para crer nela, não deu ambas a toda a humanidade nele. Se Adão tivesse posteriormente caído da fé no Messias, toda a humanidade não teria necessariamente caído com ele nessa fé.

Além disso, fica claro que a promessa da graça não foi feita universalmente a toda a descendência de Adão, mas de modo indefinido. Quando Deus renovou a aliança posteriormente, ele a restringiu à família de Noé e de Abraão; e dentro da família de Abraão ela foi restringida a Isaque: “Em Isaque será chamada a tua descendência”. Na própria formulação da promessa há distinção entre a semente da mulher e a semente da serpente, e esta última — que é parte da humanidade — é excluída da aliança.

E quando Deus prometeu a Abraão que em sua descendência seriam benditas todas as nações da terra, essa promessa não deve ser entendida como se incluísse todos os homens de todas as eras, mas todas as nações da última era do mundo. Assim Paulo explica o texto em Gálatas 3.8, dizendo que a Escritura, prevendo que Deus justificaria os gentios pela fé, anunciou de antemão o evangelho a Abraão.

Por fim, pode-se objetar que, se alguém ignora a doutrina da salvação por Cristo, isso acontece por culpa própria. De fato, toda ignorância da doutrina da salvação procede do pecado humano; mas é preciso distinguir entre pecado pessoal e o pecado da natureza humana. Naqueles que nunca ouviram falar de Cristo, essa



ignorância não procede de algum pecado pessoal específico, mas do pecado da natureza humana, isto é, do primeiro pecado de Adão comum a toda a humanidade. Esse pecado é punido quando Deus deixa os homens entregues a si mesmos. Muitas coisas procedem desse pecado original que, contudo, não são em si mesmas pecados — como as muitas misérias desta vida. Assim também a ignorância de coisas que estão acima da natureza humana e nunca foram reveladas não é propriamente pecado, mas punição do pecado original.

Isso quanto às pessoas que são vinculadas pelo evangelho. Agora vejamos até que ponto elas são vinculadas por ele.

No evangelho, Deus revela geralmente duas coisas. A primeira é que há perfeita justiça e vida eterna a serem obtidas por meio de Cristo. A segunda é que o instrumento para obter essa justiça e vida eterna é a fé em Cristo.

Além disso, quando esse evangelho é dispensado e pregado, Deus revela mais dois pontos. Primeiro, que ele quer tornar-nos participantes, de modo particular, da verdadeira justiça e da vida eterna por meio de Cristo. Segundo, que ele quer que creiamos nisso sem duvidar.

Por essa razão, todo homem a quem o evangelho é revelado está obrigado a crer em sua própria eleição, justificação, santificação e glorificação em Cristo.

Os fundamentos disso na Palavra de Deus são estes. Em 1 João 3.23 lemos: “Este é o seu mandamento: que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo e amemos uns aos outros”. Crer em Cristo não significa



apenas crer de forma geral que ele é o Redentor da humanidade, mas também crer que ele é meu Salvador e que por ele sou eleito, justificado, santificado e serei glorificado.

Paulo apresenta primeiro uma afirmação geral em Gálatas 2.16: que o homem não é justificado pelas obras da lei, mas pela fé em Cristo. Em seguida ele faz uma aplicação particular: “Nós também cremos em Jesus Cristo para sermos justificados pela fé em Cristo”. E no versículo 20 aplica ainda mais diretamente a si mesmo: “Vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim”. Contudo, essa aplicação não é exclusiva de Paulo; ele mesmo afirma ser exemplo para outros, como diz em 1 Timóteo 1.16.

Também em Filipenses 3.8–10 ele declara que considera todas as coisas como perda para ganhar a Cristo e ser achado nele, não tendo justiça própria, mas a que vem pela fé em Cristo; e acrescenta que todos os que são maduros devem pensar dessa mesma maneira.

Além disso, tudo o que pedimos em oração conforme a vontade de Deus devemos crer que receberemos, como diz Marcos 11.24: “Tudo o que pedirdes em oração, crede que o recebereis”. Ora, pedimos o perdão de nossos pecados e a vida eterna por meio de Cristo, segundo a vontade de Deus; portanto, somos obrigados a crer que receberemos essas coisas.

Se Deus falasse diretamente a alguém e dissesse: “Crê em Cristo e serás salvo”, esse mandamento o obrigaria particularmente. Quando, porém, um ministro legitimamente chamado proclama o evangelho em nome



de Deus à congregação, isso equivale a Deus falar a cada pessoa individualmente, prometendo-lhe vida eterna em Cristo. Por isso Paulo diz em 2 Coríntios 5.20: “Somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio; rogamos em nome de Cristo: reconciliai-vos com Deus”.

Pode-se objetar que, se cada pessoa é obrigada a crer em sua própria eleição e salvação, então alguns estariam obrigados a crer em algo falso, pois há pessoas dentro da Igreja que não foram escolhidas para a salvação. A resposta é que essa objeção seria válida se os homens fossem obrigados a crer absolutamente em sua salvação sem condição. Mas a obrigação é condicional, conforme o pacto da graça: somos obrigados a crer em Cristo se queremos ter vida eterna e estar no favor de Deus.

Além disso, aquilo que o homem é obrigado a crer é verdadeiro, não necessariamente no resultado final, mas na intenção daquele que ordena. O mandamento de crer e aplicar o evangelho é dado por Deus a todos na Igreja, porém não do mesmo modo para todos. Aos eleitos é dado para que, crendo, sejam realmente salvos, pois Deus lhes concede a graça de cumprir aquilo que ordena. Aos demais, é dado para outro fim: que vejam sua incapacidade de crer e, assim, fiquem sem desculpa no dia do juízo.

Deus nem sempre dá mandamentos apenas para que sejam cumpridos, mas às vezes para outros propósitos: para prova, como no caso do mandamento dado a Abraão de sacrificar Isaque; para conter os



homens em alguma obediência externa nesta vida; e para fechar-lhes a boca diante do tribunal de Deus.

Do fato de sermos obrigados a crer nas promessas do evangelho aplicando-as a nós mesmos, seguem-se várias instruções úteis. Uma delas é que os doutores papistas aboliram grande parte do evangelho ao ensinar que os homens devem crer nele apenas por uma fé católica geral, isto é, simplesmente assentindo que a Palavra de Deus é verdadeira e que Jesus é o Salvador do mundo. Até mesmo os espíritos condenados creem nisso. O evangelho, porém, exige algo mais: que cada pessoa creia que a promessa de salvação não é apenas verdadeira em si mesma, mas verdadeira para o próprio crente. Isso é claramente confirmado pelos sacramentos, que são como um evangelho visível, nos quais Cristo com todos os seus benefícios é oferecido e aplicado a pessoas particulares, para que creiam no cumprimento da promessa em si mesmas.

Em segundo lugar, aprendemos que não é presunção para qualquer homem crer na remissão de seus próprios pecados; pois fazer a vontade de Deus, à qual estamos obrigados, não é presumir. Ora, é vontade de Deus, à qual Ele nos obrigou em consciência, que creiamos na remissão de nossos próprios pecados; e, portanto, deixar de fazê-lo é antes uma desobediência presunçosa.

Em terceiro lugar, devemos aqui notar e lembrar com cuidado o fundamento da certeza infalível da salvação do homem. Pois, se o homem é obrigado em consciência, primeiro, a dar assentimento ao evangelho e, em segundo lugar, a aplicá-lo a si mesmo pela verdadeira



fé, então, sem dúvida, um homem pela fé pode estar certamente persuadido de sua própria eleição e salvação nesta vida, sem qualquer revelação extraordinária; sendo os mandamentos de Deus, neste e em casos semelhantes, possíveis de cumprir. Pois os mandamentos são ou legais ou evangélicos. Os legais mostram nossa doença, mas não nos dão remédio; e o perfeito cumprimento deles, segundo a intenção do Legislador, por causa da fraqueza do homem e de sua própria falha, é impossível neste mundo. Quanto aos mandamentos evangélicos, eles têm este privilégio: podem e podem ser cumpridos segundo a intenção do Legislador nesta vida; porque, juntamente com o mandamento, está unida a operação interior do Espírito nos eleitos, para capacitá-los a realizar o dever ordenado. E a vontade de Deus não é exigir de nossas mãos perfeição absoluta no evangelho, como na lei, mas antes suavizar o rigor da lei pela satisfação de um Mediador em nosso lugar; e de nós (estando nós em Cristo) aceitar a vontade sincera e o esforço em lugar do ato, como a vontade de arrepender-se e a vontade de crer em lugar do arrependimento e da verdadeira fé de fato. Portanto, se as coisas requeridas no evangelho são tanto ordinárias quanto possíveis, então para um homem ter uma certeza infalível de sua própria salvação é tanto ordinário quanto possível. Mas mais sobre este ponto adiante.

Por fim, todos aqueles que são perturbados por dúvidas, desconfianças, incredulidade e desespero da misericórdia de Deus devem aprender e considerar que Deus, por sua Palavra, os obriga em consciência a crer no perdão de seus próprios pecados, sejam eles nunca tão graves ou numerosos, e a crer em sua própria eleição para



a salvação, da qual duvidam. Os homens que são apenas civis têm cuidado de evitar roubar e matar, porque Deus dá mandamentos contra o furto e o homicídio; por que então não deveríamos nós muito mais lutar contra nossas muitas dúvidas e desconfianças do amor de Deus em Cristo, tendo um mandamento de Deus que nos chama e nos obriga a fazê-lo?

Assim vemos como a Palavra de Deus obriga a consciência; agora, estando a consciência assim obrigada, ela por sua vez obriga o homem em quem se encontra.

O vínculo da consciência chama-se culpa. Culpa nada mais é do que uma obra da consciência, que liga todo pecador à punição da morte eterna diante de Deus por este ou aquele pecado.

Isto quanto ao verdadeiro agente que obriga a consciência; segue-se agora o impróprio.

O agente impróprio é aquilo que não tem poder nem virtude em si mesmo para obrigar a consciência, mas o faz somente pela autoridade e virtude da Palavra de Deus ou de alguma parte dela. Ele é de três tipos: leis humanas, juramento e promessa.

Quanto às leis humanas, o principal ponto a considerar é de que modo elas obrigam. Para que isso seja em parte esclarecido, examinarei e refutarei por algum tempo a opinião que os próprios pilares da Igreja papista sustentam atualmente; a saber, que concílios e jurisdição eclesiástica têm um poder coercitivo sobre a consciência, e que as leis assim estabelecidas obrigam tão verdadeiramente e propriamente (como eles dizem) sob



pena de pecado mortal quanto a própria lei de Deus. Os argumentos que costumam usar são estes.

Argum. 1. Deuteronômio 17: “Aquele homem que agir presunçosamente e não obedecer à autoridade do sacerdote ou do juiz morrerá; assim tirarás o mal de Israel.” Aqui, dizem eles, os preceitos do sumo sacerdote são mandamentos, não meras admoestações ou exortações, e obrigam a consciência; de outra forma, os transgressores deles não teriam sido punidos tão severamente. Resposta: a intenção desta lei (como até uma criança pode perceber) é estabelecer a autoridade do mais alto tribunal de apelação para todos os assuntos de controvérsia no Sinédrio ou grande corte em Jerusalém. Portanto, as palavras citadas não dão ao sacerdote um poder soberano de fazer leis, mas um poder de julgar controvérsias, e isso segundo leis já estabelecidas pelo próprio Deus, das quais não poderia haver apelação. Ora, esse poder de decidir não constrange a consciência, mas o homem exterior, para manter a ordem e a paz. Pois que razão há para que aquela sentença, que poderia ser uma contradição da lei de Deus ou um erro na interpretação dela, obrigasse a consciência a pecar? Além disso, nem todos os que recusavam submeter-se ao julgamento daquela corte eram imediatamente culpados de pecado (pois assim teriam sido Jeremias, o profeta, e Cristo nosso Salvador, quando os judeus os condenaram por pessoas ímpias); mas aquele que presunçosamente desprezava a sentença e, conseqüentemente, a própria autoridade — que era ordenança de Deus — era culpado. Por fim, a severidade da punição, que era morte temporal, não prova que o juiz tivesse poder de obrigar a consciência; isso eles poderiam ter aprendido com seu



próprio doutor Gerson, que sustenta que aqueles que obrigam alguém a pecado mortal devem ser capazes de puni-lo com punição correspondente, que é a morte eterna.

Argum. 2. Outro argumento é tirado de Mateus 16: “Tudo o que ligardes na terra será ligado no céu.” Aqui, dizem eles, ligar significa fazer leis que constroem a consciência, conforme Mateus 23.4: “Atam fardos pesados e os colocam sobre os ombros dos homens.” Resposta: o poder soberano de ligar e desligar não pertence a nenhuma criatura, mas é próprio de Cristo, que tem as chaves do céu e do inferno; Ele abre e ninguém fecha, fecha e ninguém abre (Apocalipse 3.7). Quanto ao poder da Igreja, ele não é senão um ministério ou serviço pelo qual os homens publicam e declaram que Cristo liga ou desliga. Além disso, esse ligar não consiste em fazer leis, mas em reter ou perdoar os pecados dos homens, como mostram as palavras anteriores: “Se teu irmão pecar contra ti...” E Cristo mostra claramente seu significado quando diz: “Aqueles a quem perdoardes os pecados lhes são perdoados; e àqueles a quem os retiverdes lhes são retidos” (João 20.23). Isto é aprovado pelo consentimento dos antigos teólogos. Agostinho diz que a remissão do pecado é desligar; portanto, por lei dos contrários, ligar é manter o pecado sem perdão. Hilário, comentando Mateus 18, diz que aqueles que eles ligam na terra são aqueles que deixam presos nos laços de seus pecados. Pedro Lombardo afirma que o Senhor deu aos sacerdotes poder de ligar e desligar, isto é, de declarar que os homens estão ligados ou desligados. Além disso, Orígenes, Agostinho e Teofilacto atribuem o poder de ligar a todos os cristãos e, portanto, nunca imaginaram



que esse poder fosse autoridade para fazer leis. Finalmente, Mateus 23.4 derruba o argumento, pois ali os escribas e fariseus são condenados por colocar sobre os ombros dos homens o peso de suas tradições como meios de culto a Deus e coisas que obrigariam a consciência.

Argum. 3. Outro argumento é tomado de Atos 15: “Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor maior encargo senão estas coisas necessárias: que vos abstenhais das coisas sacrificadas aos ídolos, do sangue, do que é estrangulado e da fornicação.” Aqui, dizem eles, os apóstolos, por direção do Espírito Santo, fazem uma nova lei para obrigar simplesmente as consciências dos gentios, a fim de exercitá-los na obediência. E isso, afirmam, porque os apóstolos chamam essa lei de fardo, chamam as coisas prescritas de necessárias, Lucas as chama de mandamentos dos apóstolos e Crisóstomo chama a carta enviada à Igreja de ordem autoritária. Resposta: ainda que se conceda que a lei é um fardo imposto, um preceito apostólico e uma ordem, e que as coisas requeridas são necessárias, disso não se segue que a lei obrigue simplesmente a consciência; porque foi dada com reserva da liberdade cristã, de modo que, fora do caso de escândalo — isto é, se não houvesse ofensa para os judeus fracos — poderia ser livremente omitida.

Pedro afirma que impor aos gentios o jugo das cerimônias judaicas é tentar a Deus; portanto, ele não poderia pretender obrigar as consciências dos homens à abstinência de coisas estranguladas, sangue e alimentos oferecidos aos ídolos. Além disso, a Igreja de Deus em todos os lugares permitiu que esse mandamento cessasse, o que os servos fiéis de Deus jamais teriam feito se



estivessem persuadidos de que ele obrigava a consciência de modo absoluto. E Paulo, que esteve presente naquele concílio e conhecia muito bem a intenção da lei, ensina aos coríntios que as coisas oferecidas aos ídolos podem ser comidas, contanto que o irmão fraco não seja escandalizado.

Quanto aos testemunhos dos pais da Igreja, eles são mal utilizados. Tertuliano afirma que os cristãos de seu tempo se abstinham de comer sangue e os exorta a continuar assim, porque pensava — embora estivesse enganado — que essa lei dos apóstolos deveria durar até o fim do mundo. Orígenes diz que a lei era muito necessária em seus dias, entendendo por coisas oferecidas aos ídolos não alimentos comuns vendidos no mercado, mas alimentos ainda consagrados nos templos dos ídolos, que concordamos que devem sempre ser evitados como instrumentos de idolatria. Agostinho, ao dizer que é bom abster-se das coisas oferecidas aos ídolos mesmo em necessidade, deve ser entendido nesse mesmo sentido.

Argum. 4. João 21. Cristo diz a Pedro: apascenta as minhas ovelhas; isto é (como a palavra implica), apascenta e governa as minhas ovelhas. Resposta: Este apascentar e governar não consiste em fazer novas leis, mas em ensinar e governar a Igreja de Deus segundo a doutrina que eles haviam recebido de Cristo. E esta ação de apascentar é atribuída a todos os cristãos, Apocalipse 3.27, os quais, contudo, não podem por isso reivindicar poder de fazer leis para a consciência.

Argum. 5. João 20. Assim como meu Pai me enviou, também eu vos envio. Mas Cristo foi enviado por seu Pai não somente com poder de pregar e ministrar os



sacramentos, mas também com autoridade de ordenar e julgar. Resposta: Se esse tipo de raciocínio for admitido, todos os apóstolos serão feitos redentores; pois todos foram enviados como Cristo foi, e ele foi enviado não somente para pregar a redenção da humanidade, mas também para efetuá-la e realizá-la. Se isso é absurdo, então é um claro abuso das Escrituras concluir, a partir dessa palavra de Cristo, que os apóstolos tinham poder de ligar a consciência porque ele o tinha. É verdade, de fato, que há uma semelhança ou analogia entre o chamado de Cristo e o de seus apóstolos; mas ela consiste somente nestes pontos: Cristo foi ordenado para seu ofício antes de todos os mundos, e assim também os apóstolos; Cristo foi chamado imediatamente por seu Pai, e assim também eles foram chamados por Cristo; Cristo foi enviado ao mundo inteiro, e assim também eles; Cristo recebeu todo poder no céu e na terra, como sendo necessário para um mediador; e eles receberam dele uma autoridade extraordinária com uma medida tão abundante do Espírito quanto era necessária para a função apostólica. Por fim, Cristo foi enviado, mesmo como homem, para ser mestre dos judeus; e por isso é chamado ministro da circuncisão, Romanos 15.8. E assim os apóstolos são enviados por ele para ensinar os gentios. Até aqui a comparação deve ser estendida, e não mais além. E para que ninguém imagine que alguma parte dessa semelhança consiste em um poder de ligar a consciência, Cristo acrescentou uma exceção especial quando disse: Ide e ensinai todas as nações, ensinando-as a observar todas as coisas que eu vos tenho ordenado, e não mandamentos vossos.



Argum. 6. Romanos 13. Todo aquele que resiste ao poder resiste à ordenança de Deus; e os que resistem receberão para si mesmos condenação; e é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa da ira, mas também por causa da consciência. Resposta: A magistratura, de fato, é uma ordenança de Deus à qual devemos sujeição; mas até que ponto essa sujeição é devida é a questão. Quanto ao corpo, aos bens e à conduta externa, concedo tudo; mas nego uma sujeição da consciência às leis dos homens. E entre essas duas coisas há grande diferença: estar sujeito à autoridade é obediência; e estar sujeito a ela por causa da consciência será manifesto se apenas considerarmos a expressão do apóstolo, cujo significado é que devemos prestar obediência não somente por causa da ira, isto é, para evitar a punição, mas também para evitar o pecado e, conseqüentemente, para evitar uma violação da consciência. Ora, essa violação não ocorre propriamente porque a lei do homem é negligenciada, mas porque a lei de Deus é quebrada, a qual ordena a magistratura e, ao mesmo tempo, vincula as consciências dos homens a obedecer aos seus mandamentos legítimos. E a condenação devida aos homens por resistirem à ordenança de Deus não vem da simples quebra do mandamento do magistrado, mas da transgressão da lei de Deus que estabelece os magistrados e sua autoridade. A esta resposta os papistas nada replicam que tenha peso. Portanto prossigo.

Argum. 7. Primeira Coríntios 4. Que quereis? Irei a vós com vara ou com espírito de mansidão? Esta vara é um poder judicial de punir pecadores. Resposta: Para o governo e proteção da Igreja de Deus há duas varas



mencionadas nas Escrituras: a vara de Cristo e a vara apostólica. A vara de Cristo é chamada vara de ferro, ou a vara de sua boca; e significa aquele poder absoluto e soberano que Cristo possui sobre suas criaturas, pelo qual ele é capaz de convertê-las e salvá-las, ou abandoná-las e destruí-las. E é privilégio peculiar dessa vara ferir e atingir a consciência. A vara apostólica era um certo poder extraordinário pelo qual Deus os capacitava a ferir e punir ofensores rebeldes com graves juízos, não em suas almas, mas apenas em seus corpos. Com essa vara Paulo feriu Elimas com cegueira, e Pedro feriu Ananias e Safira com morte corporal. E pode ser que Paulo, por esse poder, tenha entregado o homem incestuoso, quando foi excomungado, para ser afligido em seu corpo e atormentado pelo diabo; mas que por essa vara os apóstolos pudessem ferir a consciência, isso não pode ser provado.

Argum. 8. Primeira Timóteo 3. Paulo fez uma lei de que ninguém tendo duas mulheres fosse ordenado bispo; ora, esta lei é positiva e eclesiástica e obriga a consciência. Resposta: Paulo não é o autor desta lei, mas o próprio Deus, que ordenou que no casamento não três, mas dois apenas fossem uma só carne; e que aqueles que servem ao altar do Senhor sejam santos. E ainda que se conceda que esta lei fosse uma nova lei além da palavra escrita de Deus, ainda assim não se segue que Paulo fosse seu autor; porque ele não costumava entregar às igrejas doutrina alguma senão aquela que havia recebido do Senhor.

Argum. 9. Lucas 10. Quem vos ouve, a mim ouve. Resposta: Estas palavras dizem respeito propriamente



aos apóstolos e não pertencem da mesma maneira aos pastores e mestres da Igreja. E o propósito dessas palavras não é confirmar qualquer autoridade apostólica de fazer leis para a consciência, mas significar o privilégio que ele lhes havia concedido acima de todos os outros: que os assistiria de tal modo com seu Espírito que não errariam nem seriam enganados ao ensinar e publicar a doutrina da salvação, embora, de outra forma, fossem homens pecadores; conforme Mateus 10: não sois vós que falais, mas o Espírito de meu Pai que fala em vós. E a promessa de serem guiados a toda a verdade foi dirigida a eles.

Argum. 10. Primeira Coríntios 11. Eu vos louvo porque guardais os meus mandamentos. Resposta: Paulo nada entregou de si mesmo quanto à substância da doutrina da salvação e ao culto de Deus, senão aquilo que recebeu de Cristo. Os preceitos aqui mencionados nada mais são do que regras de decência e de ordem apropriada na congregação; e embora deversem ser obedecidos, o propósito de Paulo não era vincular com eles a consciência de qualquer homem. Pois acerca de coisas maiores ele diz: isto digo para proveito vosso, e não para vos prender em armadilha.

Argum. 11. Os concílios dos antigos pais, quando ordenam ou proíbem alguma coisa, o fazem com ameaça de maldição contra os infratores. Resposta: A Igreja, em tempos antigos, costumava acrescentar aos seus cânones a maldição anátema, porque as coisas ordenadas por eles eram de fato, ou ao menos eram consideradas, a vontade e a palavra de Deus; e tinham em vista a palavra de Paulo: se alguém ensinar de outro modo, ainda que seja



um anjo do céu, seja anátema. Portanto, os concílios, nessa ação, não eram mais do que instrumentos de Deus para amaldiçoar aqueles a quem ele primeiro havia amaldiçoado.

Argum. 12. Um ato indiferente, se for ordenado, torna-se necessário; e sua observância é prática de virtude; portanto toda lei obriga a consciência sob pena de pecado. Resposta: Um ato em si mesmo indiferente, sendo ordenado por lei humana, não se torna simplesmente necessário, pois isso é tanto quanto a lei de Deus faz ou pode fazer; mas apenas em certo aspecto, isto é, na medida em que o ato ou ação tende a manter e preservar o bom fim para o qual a lei foi feita. E embora a ação, nesse aspecto, seja necessária, ainda assim permanece indiferente quando considerada em si mesma, fora do propósito da lei; de modo que, se a paz, o bem comum e a ordem conveniente puderem ser mantidos e toda ofensa evitada por outros meios, o ato pode ser feito ou não feito sem pecado diante de Deus. Pois, visto que o próprio Deus concedeu liberdade e liberdade de uso nas coisas indiferentes, a lei do homem não remove essa liberdade, mas apenas modera e ordena o uso comum delas para o bem comum.

Argum. 13. O jejum da Quaresma subsiste por uma lei e mandamento dos homens; e esta lei obriga simplesmente a consciência; pois os antigos pais o chamaram de tradição apostólica, e fazem da sua observância algo necessário, e da sua não observância um pecado, punindo os infratores com excomunhão. Resposta. É claro para quem não quer ser obstinado que o jejum da Quaresma não foi ordenado na Igreja



primitiva, mas era observado livremente conforme o desejo dos homens, e em diferentes igrejas de modo diverso, tanto quanto ao espaço de tempo quanto à diversidade de alimentos. Irineu, em sua epístola a Vítor, citada por Eusébio, diz: alguns pensavam que deviam jejuar um dia, outros dois dias, outros mais, alguns quarenta horas de dia e de noite; e essa diversidade de jejuns recomenda a unidade da fé. Espiridião, homem piedoso, comeu carne na Quaresma e fez seu hóspede fazer o mesmo; e fez isso com juízo, porque estava persuadido pela palavra de Deus de que para os puros todas as coisas são puras. E Eusébio registra que Montano, o herege, foi o primeiro que prescreveu jejuns solenes e leis fixas de jejum. E quanto ao fato de este jejum ser chamado tradição apostólica, isso não é grande coisa, pois era costume da Igreja antiga, em tempos passados, chamar ritos e ordens eclesiásticas que não estavam estabelecidos nas Escrituras de ordens apostólicas, para por esse meio recomendá-las ao povo; como Jerônimo testemunha: muitos pensam que as constituições dos anciãos são leis apostólicas. E quanto ao que se diz, que é pecado não jejuar na Quaresma (como Agostinho fala), não é por causa de algum mandamento que obrigue a consciência; pois Agostinho afirma claramente que nem Cristo nem seus apóstolos estabeleceram qualquer tempo fixo de jejum; e Crisóstomo diz que Cristo nunca nos ordenou seguir o seu jejum. Mas a verdadeira razão disso é tomada do fim. Pois a Igreja primitiva não usava o jejum papista, que consiste em comer peixe em vez de carne, mas uma abstinência de todos os alimentos, usada especialmente para mortificar a carne e preparar os homens



antecipadamente para receber dignamente a Eucaristia. E por causa desse bom fim surgia a ofensa. E quanto ao que se diz, que os antigos pais ensinaram a necessidade de guardar esse jejum, até mesmo Jerônimo, a quem eles alegam para esse propósito, diz o contrário. Pois refutando o erro de Montano, que tinha tempos fixos de jejum a serem guardados por necessidade, ele diz: jejuamos na Quaresma segundo a tradição dos apóstolos, como em um tempo conveniente para nós; e não o fazemos como se não fosse permitido jejuar no restante do ano, exceto no Pentecostes; mas uma coisa é fazer algo por necessidade, e outra é oferecer um dom de livre vontade. Por fim, a excomunhão era aplicada por desprezo aberto dessa ordem adotada na Igreja, que era que os homens jejuassem antes da Páscoa para sua maior humilhação e preparação para o sacramento. Assim deve ser entendido o cânon 29 do Concílio de Gangra. Quanto aos Cânones dos Apóstolos (assim falsamente chamados) e ao oitavo Concílio de Toledo, pouco me importa o que dizem nesse caso.

Argum. 14. A autoridade de Deus obriga a consciência; a autoridade dos magistrados é a autoridade de Deus; portanto a autoridade dos magistrados obriga a consciência propriamente. Resposta. A autoridade de Deus pode ser tomada de duas maneiras: primeiro, como aquele poder soberano e absoluto que ele exerce sobre todas as suas criaturas; segundo, como aquele poder finito e limitado que ele ordenou que os homens exerçam sobre os homens. Se a proposição menor, isto é, que a autoridade dos magistrados é a autoridade de Deus, for tomada no primeiro sentido, ela é falsa; pois o poder soberano de Deus é incomunicável. Se for tomada no



segundo sentido, a proposição é falsa. Pois há diversas autoridades ordenadas por Deus, como a autoridade do pai sobre o filho, do senhor sobre o servo, do mestre sobre o discípulo, as quais não obrigam a consciência como a autoridade das leis de Deus obriga.

Por esses argumentos que agora respondi, e por muitos outros que poderiam ser examinados, ainda que brevemente, aparecerá que a obediência necessária deve ser prestada tanto à jurisdição civil quanto à eclesiástica; mas que elas tenham um poder constrangedor para obrigar a consciência, e isso tão propriamente quanto as leis de Deus, ainda não foi provado, nem pode ser, como mostrarei por outros argumentos.

Argum. 1. Aquele que faz uma lei que obriga a consciência sob pena de pecado mortal tem poder, se não para salvar, ao menos para destruir; porque pelo pecado que segue a transgressão de sua lei vêm a morte e a condenação. Mas Deus é o único legislador que possui esse privilégio, que é, depois de dar sua lei, salvar ou destruir conforme ela seja guardada ou quebrada, Tiago 4.12. Há um só legislador que pode salvar ou destruir. Portanto somente Deus faz leis que obrigam propriamente a consciência, e nenhuma criatura pode fazer o mesmo. Responde-se que São Tiago fala do legislador principal, que por sua própria autoridade faz leis e salva ou destrói de tal modo que não precisa temer ser destruído por ninguém; e que ele não fala dos legisladores secundários que são delegados de Deus e fazem leis em seu nome. Eu respondo novamente que essa resposta não concorda com o texto. Pois São Tiago fala simplesmente, sem distinção, limitação ou exceção; e



o efeito de seu argumento é este: nenhum homem deve difamar seu irmão, porque nenhum homem deve ser juiz da lei; e nenhum homem pode ser juiz da lei, porque nenhum homem pode ser legislador para salvar ou destruir. Ora, onde estão então aquelas pessoas que farão leis para as almas dos homens e as ligarão à punição de pecado mortal, visto que somente Deus é o legislador que salva e destrói?

Argum. 2. Aquele que pode fazer leis que realmente obrigam a consciência tanto quanto as leis de Deus pode também prescrever regras do culto de Deus; porque obrigar a consciência não é outra coisa senão fazê-la absolver por aquilo que é bem feito e realmente agrada a Deus, e acusar pelo pecado pelo qual Deus é desonrado. Mas nenhum homem pode prescrever regras para o culto de Deus; e as leis humanas, enquanto são leis humanas, não estabelecem o serviço de Deus. Isaías 29.13: o temor que têm de mim consiste em mandamentos de homens aprendidos. Mateus 15.9: em vão me adoram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens. Os papistas respondem que por leis de homens devemos entender apenas aquelas leis que são ilegais ou inúteis, feitas sem a autoridade de Deus ou sem o impulso de seu Espírito. É verdade que esses mandamentos de homens eram ilegais; mas a causa deve ser considerada: eles eram ilegais não porque ordenassem algo que fosse em si mesmo ilícito ou contrário à vontade de Deus, mas porque coisas em si mesmas lícitas eram ordenadas como partes do culto de Deus. Lavar o exterior do copo ou do prato e lavar as mãos antes de comer são coisas muito lícitas em relação ao uso civil; e, no entanto, são condenadas por Cristo, e



nenhuma outra razão pode ser dada senão esta: que foram prescritas não como coisas indiferentes ou civis, mas como matérias pertencentes ao culto de Deus. Não é contrário à palavra de Deus, em alguns aspectos políticos, fazer distinções de alimentos, bebidas e tempos; contudo Paulo chama essas coisas de doutrinas de demônios, porque foram ordenadas como coisas nas quais Deus deveria ser adorado.

Argum. 3. Deus agora, no Novo Testamento, concedeu liberdade à consciência, pela qual ela é libertada de todas as leis próprias dele, exceto aquelas leis e doutrinas que são necessárias para a salvação. Colossenses 2.20: se estais mortos com Cristo, estais livres dos rudimentos do mundo. Gálatas 5.1: permanecei firmes na liberdade com que Cristo vos libertou e não vos submetais novamente ao jugo da escravidão. Ora, se as leis humanas feitas depois da concessão dessa liberdade obrigam a consciência por si mesmas, então ou devem retirar a referida liberdade ou diminuí-la; mas isso não podem fazer; pois aquilo que é concedido por autoridade superior, isto é, pelo próprio Deus, não pode ser revogado ou anulado pela autoridade inferior de qualquer homem. Responde-se que essa liberdade é somente da escravidão do pecado, da maldição da lei moral e das leis cerimoniais e judiciais de Moisés, e não das leis de nossos superiores. Eu respondo novamente que é absurdo pensar que Deus nos dá liberdade de consciência em relação a qualquer de suas próprias leis, e ainda assim quer que nossas consciências permaneçam sujeitas às leis de homens pecadores.



Argum. 4. Quem quer que obrigue a consciência comanda a consciência. Pois o vínculo é feito por um mandamento que pressiona a consciência a cumprir seu dever, que é acusar ou absolver por ações boas ou más. Ora, as leis de Deus comandam a consciência, pois são espirituais, ordenando corpo e espírito, com todos os pensamentos, vontade, afeições, desejos e faculdades, e exigindo obediência de todos conforme sua natureza. Quanto às leis dos homens, elas carecem de poder para comandar a consciência. De fato, se fosse possível que nossos governantes por lei comandassem os pensamentos e as afeições dos homens, então também poderiam comandar a consciência; mas a primeira coisa não é possível, pois suas leis não alcançam além do homem exterior, isto é, corpo e bens, com suas palavras e ações; e o fim de todas elas não é manter a paz espiritual da consciência, que é entre o homem e Deus, mas somente aquela paz externa e civil que é entre homem e homem. E não seria conveniente que homens comandassem a consciência, pois não podem vê-la nem julgar todas as suas ações, que não aparecem exteriormente e das quais não há testemunhas senão Deus e a consciência daquele que as pratica. Por fim, os homens não são governantes adequados da consciência, porque não são senhores dela, mas somente o próprio Deus.

Argum. 5. Os homens, ao fazer leis, estão sujeitos à ignorância e ao erro; e portanto, quando fazem uma lei (tanto quanto lhes é possível) conforme a equidade da lei de Deus, ainda assim não podem assegurar a si mesmos nem aos outros que não falharam em algum ponto ou circunstância. Portanto é contra a razão que leis humanas, estando sujeitas a defeitos, falhas, erros e



muitas imperfeições, devam realmente obrigar a consciência como fazem as leis de Deus, que são a regra da justiça. Todos os governantes do mundo (porque em relação às suas antigas leis são obrigados a acrescentar restrições, ampliações, modificações de todo tipo, com novas leituras e interpretações) veem e reconhecem diariamente por experiência que isso é verdadeiro, exceto o bispo de Roma (assim falsamente chamado), que persuade a si mesmo de que, quando está em seu consistório, possui tal assistência infalível do Espírito que não pode errar em seu julgamento.

Argum. 6. Se as leis dos homens por virtude interna obrigassem a consciência propriamente como as leis de Deus, então nosso dever seria aprendê-las, estudá-las e lembrá-las tanto quanto as leis de Deus; e os ministros deveriam ser diligentes em pregá-las assim como são diligentes em pregar a doutrina do evangelho; porque cada uma delas obrigaria sob pena de pecado mortal, como os papistas ensinam. Mas que elas devam ser ensinadas e pregadas como as leis de Deus é algo absolutamente absurdo no julgamento de todos os homens, até mesmo dos próprios papistas.

Argum. 7. Uma autoridade inferior não pode obrigar a superior; ora, os tribunais dos homens e sua autoridade estão abaixo da consciência. Pois Deus, no coração de cada homem, estabeleceu um tribunal e um assento de juízo; e em seu lugar ele não colocou nem Satanás, nem anjo, nem qualquer outra criatura, mas a própria consciência, que portanto é o mais alto juiz que existe ou pode existir abaixo de Deus; pela direção dela também os tribunais são mantidos e as leis são feitas.



Assim, quanto à opinião papista, pela qual aparece que uma das principais notas do Anticristo convém bem ao papa de Roma. Paulo, em Segunda Tessalonicenses 2, faz ser propriedade especial do Anticristo exaltar-se contra ou acima de tudo o que é chamado Deus ou é adorado. Ora, o que faz o papa senão isso, quando assume para si autoridade para fazer leis que obriguem a consciência tão propriamente e verdadeiramente quanto as leis de Deus? E o que faz ele senão isso quando atribui a si mesmo poder para libertar as consciências dos homens do vínculo de tais leis de Deus que são imutáveis, como pode aparecer em um cânon do Concílio de Trento, cujas palavras são estas: se alguém disser que aqueles graus de consanguinidade que são expressos em Levítico impedem o matrimônio de ser contraído e dissolvem-no quando já foi contraído, e que a Igreja não pode dispensar alguns deles ou ordenar que mais graus impeçam o matrimônio, seja anátema. Ó sacrilégio e impiedade! considerando que as leis de afinidade e consanguinidade em Levítico 18 não são leis cerimoniais ou judiciais peculiares aos judeus, mas as próprias leis da natureza. Que é este cânon senão uma pública proclamação ao mundo de que o papa e a Igreja de Roma se assentam como senhores, ou antes ídolos, nos corações e consciências dos homens? Isso aparecerá ainda mais plenamente a qualquer homem se lermos os livros papistas de teologia prática ou de casos de consciência, nos quais o costume comum é ligar a consciência onde Deus a solta e soltá-la onde ele a liga; mas explicar isso exigiria muito tempo.

Agora venho (tão perto quanto me for possível) expor a verdadeira maneira pela qual as leis dos homens,



segundo o juízo comum dos teólogos, podem ser ditas obrigar a consciência. Para que isso fique claro, duas coisas devem ser tratadas: por quais meios elas obrigam e até que ponto.

Quanto aos meios, estabeleço esta regra. Leis saudáveis dos homens, feitas acerca de coisas indiferentes, obrigam a consciência até esse ponto, pela virtude do mandamento geral de Deus, que ordena a autoridade dos magistrados: que todo aquele que, de forma obstinada e voluntária, com espírito desleal, quebrar ou omitir tais leis, é culpado de pecado diante de Deus. Por leis saudáveis, entendo tais constituições positivas que não são contrárias à lei de Deus e que, além disso, tendem a manter o estado pacífico e o bem comum dos homens. Além disso, acrescento esta cláusula, feitas acerca de coisas indiferentes, para indicar a matéria peculiar de que as leis humanas propriamente tratam, a saber, aquelas coisas que não são nem expressamente ordenadas nem proibidas por Deus.

Ora, tais leis não têm em si mesmas virtude ou poder para constranger a consciência, mas obrigam somente pela virtude de um mandamento superior: toda alma esteja sujeita às autoridades superiores, Romanos 13.1; honra teu pai e tua mãe, Êxodo 20; mandamentos estes que nos obrigam em consciência a prestar obediência às boas leis dos homens. Como São Pedro diz: sujeitai-vos a toda ordenação humana por amor do Senhor, Primeira Pedro 2.13, isto é, por consciência para com Deus, como ele diz depois, no versículo 19. Com isso ele quer significar duas coisas: primeiro, que Deus ordenou a autoridade dos governantes; segundo, que ele



determinou em sua palavra, e assim ligou os homens em consciência, a obedecerem aos mandamentos legítimos de seus governantes.

Se o caso se der de outro modo, como comumente acontece, isto é, que as leis humanas não sejam decretadas acerca de coisas indiferentes, mas acerca de coisas que são boas em si mesmas, isto é, ordenadas por Deus, então elas não são propriamente leis humanas, mas leis divinas. Leis dos homens que tratam de coisas moralmente boas e das partes do culto de Deus são as mesmas que as leis de Deus; e portanto obrigam a consciência, não porque foram decretadas por homens, mas porque foram primeiro feitas por Deus, sendo os homens nada mais que instrumentos e ministros em seu nome para reviver, renovar e pôr em execução tais preceitos e leis que prescrevem o culto de Deus, consistindo na prática da verdadeira religião e virtude. Desse tipo são todas as leis positivas acerca dos artigos da fé e dos deveres da lei moral. E o homem que quebra tais leis peca de duas maneiras: primeiro, porque quebra aquilo que em consciência é lei de Deus; segundo, porque, ao desobedecer ao seu magistrado legítimo, desobedece ao mandamento geral de Deus acerca da magistratura.

Mas, se acontecer de as leis dos homens serem feitas acerca de coisas que são más e proibidas por Deus, então não há vínculo algum de consciência; antes, pelo contrário, os homens estão obrigados em consciência a não obedecer, Atos 4.19. E daí vem que os três jovens são louvados por não obedecerem a Nabucodonosor, quando



lhes deu um mandamento específico para se prostrarem e adorarem a imagem de ouro, Daniel 3.

Além disso, visto que a lei do homem não obriga senão pela autoridade da lei de Deus, daí se segue que somente a lei de Deus tem este privilégio: que a sua transgressão seja pecado. São João diz, Primeira Epístola 3, que o pecado é anomia, ou transgressão da lei, entendendo a lei de Deus. Quando Davi, por adultério e homicídio, havia ofendido muitos homens, e isso de muitas maneiras, ele diz no Salmo 51: contra ti, contra ti somente pequei. E Agostinho definiu o pecado como alguma coisa dita, feita ou desejada contra a lei de Deus. Alguém pode dizer: se é assim, então aparentemente podemos quebrar as leis dos homens sem pecado. Eu respondo que os homens, ao quebrarem leis humanas, podem e de fato pecam; mas não simplesmente porque as quebram, e sim porque, ao quebrá-las, também quebram a lei de Deus. A quebra de uma lei deve ser considerada de duas maneiras. Primeiro, como é uma ofensa, impedimento, injúria, dano; e nesse aspecto ela é cometida contra as leis dos homens. Segundo, a quebra de uma lei deve ser considerada como pecado; e assim ela é somente contra a lei de Deus, que ordena obediência ao magistrado.

O segundo ponto, a saber, até que ponto as leis dos homens obrigam a consciência, explico deste modo. É próprio das leis de Deus, e somente delas, obrigar a consciência de maneira simples e absoluta. Portanto, as leis humanas não obrigam de modo simples por si mesmas, mas somente na medida em que concordam com a palavra de Deus, servem ao bem comum,



preservam a boa ordem e não impedem a liberdade da consciência. A necessidade da lei surge da necessidade do bom fim para o qual ela existe. E, conforme esse fim é mais ou menos bom e proveitoso, assim a própria lei é mais ou menos necessária. As leis dos homens são como seus testemunhos, que não provam nem desaprovam por si mesmos, mas tomam toda a força que têm para constranger da verdade, sabedoria e fidelidade daqueles que dão testemunho.

Daí se segue que um homem pode fazer alguma coisa fora das leis e constituições humanas sem violação da consciência. Pois, se omitirmos o cumprimento de alguma lei: primeiro, sem prejudicar o fim e as considerações particulares para as quais a lei foi feita; segundo, sem dar escândalo, tanto quanto estiver em nós; terceiro, sem desprezo por aquele que fez a lei, não devemos ser acusados de pecado. Exemplo. Em tempo de guerra, o magistrado de uma cidade ordena que ninguém abra os portões; o fim é que a cidade e cada um de seus membros estejam em segurança. Ora, acontece que certos cidadãos, estando fora da cidade, são perseguidos pelo inimigo e correm perigo de vida. Então algum homem dentro da cidade, sem mais demora, abre o portão para resgatá-los. A questão é se ele pecou ou não. E a verdade é que não pecou, porque não prejudicou o fim da lei, mas antes o promoveu; e isso sem escândalo aos homens ou desprezo ao magistrado.

E isso se sustenta até mesmo pela equidade da palavra de Deus. Deus fez uma lei de que somente os sacerdotes deveriam comer dos pães da proposição; ora, Davi, não sendo sacerdote, em ocasião urgente comeu



deles sem pecado. Se isso é verdadeiro na lei de Deus, então também pode ser verdadeiro nas leis dos homens, que em alguns casos elas possam ser omitidas sem pecado contra Deus. E isso não deve parecer estranho. Pois, assim como há observar uma lei e quebrá-la, também há uma ação média ou intermediária entre ambas, que é fazer algo fora da lei, e isso sem pecado.

Prosseguindo, as leis dos homens são ou civis ou eclesiásticas. As leis civis são, quanto à sua substância, determinações de circunstâncias necessárias e proveitosas, tendendo a sustentar e manter os mandamentos da segunda tábua. Mais especificamente, elas prescrevem o que deve ser feito e o que deve ser deixado por fazer, quanto a ações tanto civis quanto criminais, quanto a ofícios e contratos de toda sorte etc. Sim, elas concluem, impõem e ordenam não somente assuntos de menor importância, mas também coisas e ações de grande peso, tendentes a manter a paz comum, a sociedade civil e o próprio estado da comunidade. Ora, tais leis obrigam até esse ponto: ainda que sejam omitidas sem escândalo aparente ou desprezo, sua transgressão é pecado contra Deus. Tome este exemplo. Um súdito nesta terra, por pobreza ou por espírito ganancioso, contra a boa lei do país, cunha moeda; depois, com astúcia, faz com que ela circule e chegue às mãos de homens sem ser descoberto. Aqui não há ofensa evidente dada a qualquer homem, nem desprezo aberto mostrado ao legislador; e contudo, nessa ação, ele pecou, porque, agindo secretamente de outro modo do que deveria ter agido, prejudicou o bem da comunidade e roubou da soberana princesa o que lhe era de direito.



As leis eclesiásticas são certas determinações necessárias e proveitosas das circunstâncias dos mandamentos da primeira tábua. Digo aqui circunstâncias, porque todas as doutrinas pertencentes ao fundamento e ao bom estado da Igreja, assim como todo o culto de Deus, estão estabelecidos e ordenados na palavra escrita de Deus, e não podem ser prescritos e definidos de outro modo por todas as igrejas do mundo. Quanto aos credos e confissões das igrejas particulares, eles são, em substância, a palavra de Deus, e não obrigam a consciência por qualquer poder que a Igreja tenha, mas porque são a palavra de Deus.

As leis, então, que a Igreja, em sentido próprio, se diz fazer, são decretos acerca da ordem exterior e da conveniência na administração da palavra e dos sacramentos, nas reuniões da congregação etc.; e tais leis, feitas segundo as regras gerais da palavra de Deus, que requer que todas as coisas sejam feitas para edificação, com decência e para evitar ofensa, devem necessariamente ser observadas, e a palavra de Deus obriga todos os homens a elas até o ponto em que sua observância mantém a ordem decente e previne ofensa manifesta. Contudo, se uma lei a respeito de algum rito externo ou coisa indiferente for em algum tempo, por alguma ocasião, omitida, sem que se dê ofensa nem se mostre desprezo à autoridade eclesiástica, não há violação da consciência; e isso aparece pelo exemplo já tratado. Os apóstolos, guiados pelo Espírito Santo, fizeram um decreto, necessário de ser observado para evitar ofensa, a saber, que os gentios se abstivessem de carne sufocada, de sangue e de coisas sacrificadas a ídolos; e, ainda assim, Paulo, fora do caso de escândalo e



desprezo, permite que os coríntios façam de outro modo, Primeira Coríntios 8 e 9, o que ele não teria feito se agir de outro modo, fora do caso de escândalo e desprezo, fosse pecado.

Além disso, as leis são ou mistas ou meramente penais. Mistas são aquelas leis que tratam de matérias importantes e são propostas em termos de mandamento ou proibição; e elas, segundo a boa intenção do legislador, obrigam os homens, em primeiro lugar, à obediência, para o bem necessário das sociedades humanas; e, em segundo lugar, a uma punição, caso não obedeçam, para que se repare o prejuízo ao bem comum. Na transgressão desse tipo de leis, ainda que o homem esteja muito disposto a sofrer a punição, isso não livrará sua consciência diante de Deus, quando ele ofende. Se um homem cunha moeda com a disposição de estar pronto para morrer quando for condenado, ainda assim isso não o livrará de pecado nesse ato, porque a lei de Deus nos obriga não somente à sujeição em suportar punições, mas também à obediência ao seu simples mandamento, sendo ele legítimo, ainda que não estabelecesse punição alguma.

Uma lei meramente penal é aquela que, sendo feita acerca de matérias de menor importância, e não sendo expressa precisamente em termos de mandamento, apenas declara e mostra o que deve ser feito, ou requer condicionalmente isto ou aquilo com respeito à punição, desta maneira: se alguma pessoa fizer isto ou aquilo, então pagará tal ou tal penalidade. Esse tipo de lei obriga especialmente à punição, e isso na própria intenção do legislador; e aquele que, ao omitir a lei, está pronto para pagar a multa ou a punição não deve ser acusado de



pecado diante de Deus, sendo a penalidade correspondente ao dano que vem da negligência da lei.

Aqui pode-se perguntar se um homem que jurou guardar todas as leis ou ordens de alguma cidade ou corporação, e depois omite o cumprimento de algumas delas, é perjuro ou não. A resposta pode ser esta: as leis de toda sociedade e corporação devem ser distinguidas. Algumas são muito importantes, como eu disse, pertencendo ao próprio fundamento e estado do corpo, de modo que ele dificilmente pode subsistir sem elas; e qualquer que, consciente e voluntariamente, quebrar alguma dessas, sendo elas boas e legítimas, não pode ser absolvido de perjúrio. Por outro lado, há leis de menor importância, que tendem apenas a manter ordem decente e conveniência nas sociedades dos homens; e são de tal natureza que o estado da corporação ou da cidade pode subsistir sem elas; e qualquer que, em alguma ocasião, omite o cumprimento de alguma dessas, não é por isso perjuro, contanto que mantenha um espírito leal e esteja disposto a pagar a multa ou penalidade. Pois esse tipo de ordens e constituições requer, em primeiro lugar, obediência; e, se esta for omitida, requer multa ou penalidade, e, se esta for voluntariamente paga, a lei fica satisfeita.

Assim vemos até que ponto as leis dos homens obrigam a consciência. O uso deste ponto é este: primeiro, daqui aprendemos que a imunidade do clero papista, pela qual se considera isento dos tribunais civis e da autoridade civil em causas criminais, não tem fundamento; porque os mandamentos de Deus obrigam todo homem, seja ele quem for, a estar sujeito ao



magistrado, Romanos 13.1: toda alma esteja sujeita às autoridades superiores. Segundo, daqui também vemos quão notórios rebeldes são aqueles que, tendo nascido súditos desta terra, ainda assim preferem morrer a reconhecer, como estão obrigados em consciência, a majestade da rainha como governadora suprema sob Deus em todas as causas e sobre todas as pessoas. Terceiro, por fim, somos ensinados por isso a estar prontos e dispostos a dar sujeição, obediência, reverência e todos os demais deveres aos magistrados, quer sejam superiores, quer inferiores; sim, com alegria pagar tributos e subsídios e todos esses encargos legítimos que forem estabelecidos por eles. Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus. Dai a todos o que lhes é devido: tributo a quem tributo, imposto a quem imposto. Romanos 13.7.

Agora segue-se o juramento, que é ou assertório ou promissório. Assertório, pelo qual um homem afirma que uma coisa foi feita ou não foi feita. Promissório, pelo qual um homem promete fazer uma coisa ou não fazê-la. Pretendo falar de ambos, mas especialmente do segundo. E aqui duas coisas devem ser consideradas: a primeira, por quais meios um juramento obriga; a segunda, quando ele obriga.

Um juramento obriga pela virtude daqueles mandamentos particulares que requerem a guarda de juramentos legalmente feitos, Números 30.3: qualquer homem que fizer voto ao Senhor ou juramento para obrigar sua alma com vínculo, não quebrará sua palavra, mas fará segundo tudo o que saiu de sua boca.



Sendo assim, pode-se fazer uma pergunta: os juramentos dos infiéis obrigam a consciência, e por qual virtude, considerando que eles não conhecem nem as Escrituras nem o verdadeiro Deus? Resposta. Sim, obrigam em consciência. Por exemplo: Jacó e Labão fazem uma aliança confirmada por juramento. Jacó jura pelo verdadeiro Deus; Labão, pelos deuses de Naor, isto é, por seus ídolos. Ora, Jacó, embora não aprove a forma desse juramento, ainda assim o aceita como vínculo civil da aliança; e sem dúvida, embora Labão não cresse na palavra de Deus revelada aos patriarcas, ainda assim estava obrigado em consciência a guardar esse juramento, mesmo pela lei da natureza; e, embora não conhecesse o verdadeiro Deus, reputava o falso deus de Naor como sendo o verdadeiro Deus. Gênesis 31.53.

Além disso, se um juramento legítimo, pela virtude dos mandamentos de Deus, obriga a consciência, então necessariamente se segue que a Igreja Romana há muito erra, ao ensinar e sustentar que governantes, isto é, o papa e outros bispos inferiores, têm poder para conceder relaxamentos e dispensas, não apenas para juramentos ilegítimos, dos quais a palavra de Deus suficientemente nos libera, ainda que nunca dessem absolvição, mas também para um juramento verdadeiro e legítimo, feito consciente e voluntariamente, sem erro ou engano, acerca de uma coisa honesta e possível; como quando o papa libera os súditos desta terra, quando surge ocasião, de sua lealdade e fidelidade juradas, às quais estão obrigados, não somente pela lei da natureza, mas também por um juramento solene e particular à supremacia, o qual ninguém jamais julgou ilícito, senão aqueles que têm coração de traidores. Ora, essa teologia



errônea seria facilmente abandonada, se os homens apenas considerassem a natureza de um juramento, uma parte do qual é a invocação, na qual oramos a Deus, primeiro, para que se torne testemunha de que falamos a verdade e não pretendemos enganar; segundo, que, se falharmos e quebrarmos nossa promessa, ele exerça vingança sobre nós; e, em ambas essas petições, nós nos ligamos imediatamente ao próprio Deus; e Deus, por sua vez, que é o instituidor do juramento, aceita esse vínculo e o ata por seu mandamento até que seja cumprido. Daí se segue que nenhuma criatura pode ter poder para desatar o vínculo de um juramento que seja verdadeira e legitimamente juramento, a menos que queiramos exaltar as criaturas acima do próprio Deus. E os mestres judeus deram melhor conselho quando ordenaram ao povo cumprir seus juramentos ao Senhor, para prevenir o perjúrio, e nosso Salvador, Cristo, nisso não os repreende, Mateus 5.33.

Agora consideremos o tempo em que um juramento obriga ou não obriga.

Um juramento obriga quando é feito acerca de coisas certas e possíveis, em verdade, justiça e juízo, para a glória de Deus e o bem do nosso próximo.

Questão 1. Se, ao cumprir um juramento, seguirem-se perdas e prejuízos, ele obriga a consciência? Resposta. Se for acerca de algo lícito, e os danos forem privados àquele que jurou, então ele obriga a consciência. Por exemplo: um homem faz uma compra de terras à beira-mar; seu negócio é confirmado somente por



juramento; e acontece que, antes de tomar posse, o mar avança e alaga parte da propriedade comprada. Agora ele está, em consciência, obrigado a manter seu acordo, porque a coisa é lícita, e o dano é privado; e grande reverência deve ser dada ao nome de Deus, que foi usado no contrato. Davi faz desta a propriedade de um homem bom: jurar com prejuízo próprio e não mudar, Salmo 15.4.

Questão 2. O juramento que um homem fez, tendo sido levado a isso por fraude e engano, obriga a consciência? Resposta. Se ainda assim for acerca de algo lícito, e não trazer senão perdas privadas, ele deve ser guardado. Quando os gibeonitas, por fraude, levaram Josué a fazer com eles uma aliança e a confirmá-la com juramento, ele e os príncipes do povo lhes responderam assim: juramos a eles pelo Senhor Deus de Israel, e agora, portanto, não podemos tocá-los, Josué 9.19. E trezentos anos depois, quando Saul matou alguns dos gibeonitas contra esse juramento, houve uma praga sobre o povo de Israel por três anos, e ela não cessou até que certas pessoas da família de Saul foram mortas em compensação, Segunda Samuel 21.7.

Questão 3. Um juramento feito por medo ou compulsão obriga a consciência? Por exemplo: um ladrão, frustrado do saque que esperava, obriga um homem honesto por juramento solene, sob pena de morte imediata, a buscar e entregar-lhe certa quantia em dinheiro, como cem ou duzentas coroas, para resgatar sua vida. Pois bem, o juramento é feito, e a questão é se ele o obriga ou não a cumprir sua promessa. Uma resposta pode ser esta: alguns teólogos protestantes pensam que



sim; outros, ao contrário, pensam que não; mas considero mais seguro seguir um caminho intermediário desta maneira. O juramento parece obrigar e deve ser cumprido; nem é contra o bem da comunidade, pois então seria ilícito, mas antes o favorece, na medida em que um membro dela é preservado; e as perdas que seguem são apenas privadas ao homem, e devem ser suportadas antes que a perda da vida. Contudo, para que haja remédio para essa injúria privada e se previna um mal público, a parte deve revelar o caso ao magistrado, cujo ofício é punir ladrões e ordenar todas as coisas segundo a equidade para o bem comum. Mas, se acontecer que o homem, por medo excessivo, jure ainda guardar silêncio, não vejo como seu juramento possa ser guardado, a menos que ele tenha certeza de que daí nada resultará além de dano privado para si mesmo. Pois, de outro modo, o silêncio perpétuo parece ser um consentimento secreto ao ladrão e uma ocasião para que outros caiam no mesmo perigo e risco de vida.

Além disso, em seis casos um juramento não obriga em nada.

Primeiro, se for feito acerca de algo claramente contrário à palavra de Deus. Pois todo o poder que ele tem de obrigar lhe vem da palavra de Deus; e, portanto, quando é contra a vontade de Deus, não tem poder para constranger. E é uma regra antiga e recebida que um juramento não deve ser vínculo de iniquidade. Assim, Davi, quando fez um juramento precipitado de matar Nabal e toda a sua casa, alegrou-se quando lhe foi dada ocasião por Abigail de quebrá-lo, Primeira Samuel 25.32.



E, embora ele tenha jurado a Simeí que pouparia sua vida, Segunda Samuel 19.23, depois, com melhor consideração, ao que parece, ordenou a seu filho Salomão que o matasse, como alguém que há muito já merecia isso, Primeira Reis 2.9. E Herodes se enganou grandemente ao pensar que estava obrigado por seu juramento a dar à donzela a cabeça de João Batista num prato, Mateus 14.7.

Segundo, se for contra as boas e saudáveis leis de qualquer reino ou país do qual o homem seja membro, não obriga de modo algum; porque, ao contrário, o mandamento de Deus nos obriga a guardar as boas leis dos homens.

Terceiro, se for feito por pessoas que não têm razão e discernimento suficientes, como crianças pequenas, tolos e loucos. Pois a consciência não pode de fato ser obrigada onde o entendimento não pode discernir o que está sendo feito.

Quarto, se for feito por pessoas que não têm poder para se obrigarem, não obriga; porque é feito contra a lei da natureza, que é esta: aquele que não está em seu próprio poder não pode obrigar a si mesmo. Daí se segue que os papistas erram grosseiramente quando ensinam que uma criança pode entrar em qualquer regra ou ordem religiosa, e até obrigar-se a isso por juramento, e que esse juramento seja válido, claramente contra o consentimento dos pais. Números 30.4: se uma mulher fizer voto ao Senhor e se obrigar por vínculo, estando na casa de seu pai no tempo de sua juventude etc.; versículo 6: se seu pai a desaprovar no mesmo dia em que ouvir todos os seus votos e vínculos, eles não serão válidos. E



um antigo concílio decretou que todos os filhos que, sob pretexto do culto de Deus, se afastassem de seus pais e não lhes prestassem a devida reverência, fossem amaldiçoados. Em segundo lugar, eles erram ao ensinar que a promessa feita privadamente por uma criança em vista do casamento, sem e contra o consentimento de pais sábios e cuidadosos, a obriga; quando, na verdade, ainda que essa promessa fosse ainda mais reforçada por juramento, não poderia subsistir; porque filhos sob governo e tutela dos pais não podem entregar a si mesmos.

Quinto, não obriga se for feito acerca de algo que está fora do poder de um homem, como se um homem jurasse a seu amigo dar-lhe os bens de outro homem.

Sexto, se no início era lícito, mas depois, por algum motivo, se torna impossível ou ilícito, não obriga a consciência. Pois, quando se torna impossível, então podemos pensar com segurança que Deus, do céu, libera o homem de seu juramento. E, quando começa a ser ilícito, então deixa de obrigar, porque a virtude que obriga está somente na palavra de Deus e vem dela. Por exemplo: um rei se obriga por juramento a um príncipe cristão estrangeiro a fornecer-lhe homens e dinheiro para defender seu povo contra todos os inimigos. Esse juramento é lícito. Pois bem, depois esse príncipe se torna inimigo declarado de sua religião e de seu povo. Então o juramento do rei se torna ilícito e não o obriga; porque a palavra proíbe que haja qualquer aliança de amizade com os inimigos de Deus, embora possa haver alianças de concórdia com eles.



Vendo que um juramento legítimo deve obrigar a consciência, mesmo quando um homem é enganado e grandes perdas se seguem, isso mostra quão grande reverência devemos ter pelo nome de Deus e com que cuidado e consideração devemos fazer um juramento. E por isso devemos ser advertidos a tomar cuidado com o costume de jurar em nossa conversa comum, sejam nossos juramentos grandes ou pequenos. Devemos considerar o juramento como parte do culto a Deus; na verdade, o Espírito Santo muitas vezes o usa como expressão para todo o culto de Deus. Isaías 19.18: Naquele dia cinco cidades na terra do Egito falarão a língua de Canaã e jurarão pelo Senhor dos Exércitos; isto é, reconhecerão e adorarão a ele. Jeremias 12.16: Se aprenderem os caminhos do meu povo para jurar pelo meu nome, dizendo: Vive o Senhor, então serão edificadas no meio do meu povo. Isto serve para nos mostrar que aqueles que se entregam ao hábito de jurar carecem de religião e de boa consciência; e que aquelas famílias em que há abundância de juramentos abandonam todo cuidado com a religião e banem Deus de suas casas. E, de fato, é muito difícil que o jurador habitual evite o perjúrio habitual. Se vemos um homem levantar a mão diante do tribunal de um juiz terreno, temos pena dele e nos entristecemos por ele; por que então não temos pena dos blasfemos e juradores comuns? Pois diante de Deus eles não são melhores do que rebeldes que levantam as mãos diante do tribunal do seu julgamento como malfetores culpados. Êxodo 20.7. Agostinho diz bem: “Aqueles que adoram paus e pedras temem jurar falsamente por pedras; e tu não temes a Deus que está presente, Deus que vive, Deus que conhece,



Deus que se vinga dos que o desprezam; mas quando és pressionado, juras; quando o lucro o exige, juras; e quando os homens não podem suportar tuas palavras, juras”.

Até aqui sobre o juramento; agora segue uma promessa, que é feita ou a Deus ou ao homem: a primeira é chamada voto, a segunda uma promessa simples.

Um voto é tomado de três maneiras. Primeiro, de forma geral, como promessa de obediência moral; e este voto é feito primeiramente no batismo e é continuado na Ceia do Senhor, assim como nos exercícios espirituais de invocação e arrependimento. É chamado por Pedro em Primeira Epístola de Pedro 3.21 “a resposta de uma boa consciência”. Este tipo de voto obriga todos e cada um dos membros da Igreja de Deus. E o não cumprimento dele é o pecado comum do mundo; pois a maioria dos homens não faz questão de cumprir aquilo que prometeu a Deus no batismo, e assim o seu batismo se torna para eles o sacrifício de tolos, Eclesiastes 5.4. Mas, considerando que estamos obrigados em consciência por este voto, esforcemo-nos daqui em diante para sermos tão bons quanto a nossa palavra; e isso acontecerá quando começarmos a morrer para os nossos pecados e a levantar-nos para uma nova vida. Quase não há homem que não queira parecer cuidadoso em cumprir seus pactos com os homens; que vergonha é então para nós não guardarmos aliança com Deus.

Além disso, um voto é tomado como promessa de obediência cerimonial, da qual lemos em Números 6 e 30



e Levítico 27. Este voto é peculiar ao Antigo Testamento e não obrigava todos os homens, mas apenas aqueles que tinham ocasião particular para fazê-lo e que, por isso, se vinculavam a ele; como os nazireus e outros.

Em terceiro lugar, um voto é tomado para o cumprimento de algum exercício exterior e corporal assumido voluntariamente por um homem, sendo coisas que estão na liberdade do homem, sem qualquer mandamento de Deus; como a observância de tempos determinados de jejum, de oração ou de leitura, a realização de certas tarefas, dar esmolas, abster-se de certos alimentos e bebidas, no uso dos quais, por causa da nossa própria fraqueza, tememos alguma ocasião de pecado. Este tipo de voto é mais peculiar ao Novo Testamento.

Na sua realização, para que seja legítimo, quatro coisas devem ser observadas. Primeiro, deve estar de acordo com a Palavra de Deus. Segundo, não deve ser contrário ao chamado geral ou particular de um homem. Terceiro, deve estar no poder da pessoa cumpri-lo e não ser contrário à liberdade cristã. Quarto, deve ser feito e observado sem qualquer opinião de mérito ou de culto especial a Deus, mas apenas para este fim: que seja um meio de exercitar e promover o arrependimento, a invocação, a temperança, a paciência e manifestar gratidão a Deus.

Um voto assim feito obriga a consciência pela virtude do mandamento de Deus, Eclesiastes 5.4: Quando fizeres um voto a Deus, não tardes em cumpri-lo. E o voto, uma vez feito, continua a obrigar enquanto permanecer a coisa que foi a ocasião do voto. Por



exemplo: um homem desejoso de praticar sobriedade e temperança percebe que beber vinho lhe é prejudicial; por isso ele faz voto a Deus de não beber vinho. Esse voto, uma vez feito, obriga-o até que o estado de seu corpo se altere e ele não sinta mais inconveniência no vinho; então deixa de obrigar por mais tempo.

Questão. Se os papistas são obrigados em consciência a guardar os votos de vida solteira e de pobreza voluntária que fazem ou não? Resposta. Não. As razões são estas. Primeiro, tais votos são diretamente contrários ao mandamento de Deus: “Se não podem conter-se, casem-se; porque é melhor casar do que abrasar-se.” Primeira Carta aos Coríntios 7.9. “Quando estávamos convosco, vos ordenamos isto: se alguém não quer trabalhar, também não coma.” Segunda Carta aos Tessalonicenses 3.10. Segundo, não estão no poder daquele que faz o voto; como prometer castidade perpétua na vida solteira. Terceiro, abolirem a liberdade cristã no uso das criaturas e ordenanças de Deus, como riquezas, casamento, comida, bebida e vestes, tornando necessário aquilo que Deus deixou à nossa liberdade. Quarto, são feitos com o propósito de que os homens por meio deles mereçam a vida eterna e adorem a Deus; enquanto Paulo diz, Primeira Carta a Timóteo 4.8: O exercício corporal para pouco aproveita, mas a piedade é proveitosa para todas as coisas. Portanto, é melhor que sejam quebrados do que guardados.

Quanto a uma promessa simples, ela também obriga um homem conforme a vontade daquele a quem a promessa é feita, mesmo que ele seja herege ou infiel.



Quanto ao simples propósito da mente, ele não obriga, mas pode, conforme a conveniência, ser alterado.

Contudo devemos lembrar que há alguns casos em que uma promessa feita não obriga. Primeiro, se for contra a Palavra de Deus. Alguém disse bem: promessas más são anuladas pela fidelidade a Deus. É promessa ímpia aquela que não pode ser cumprida sem pecado. Segundo, se aquele que a faz carece de razão ou de suficiente discernimento. Terceiro, se ele promete algo em que não pode obrigar a si mesmo, como uma criança sob o governo de seus pais. Quarto, se um homem é levado a fazer sua promessa por fraude ou engano. Quinto, se a promessa que no início era lícita depois se torna impossível ou ilícita.

E embora os homens sejam obrigados em consciência a guardar suas promessas, isso não impede que haja e possa haver um bom e legítimo uso de contratos e obrigações legais. Pois o vínculo da consciência é entre o homem e Deus; mas o vínculo de uma obrigação legal passa apenas entre homem e homem. Quando Abraão comprou uma propriedade de Efrom, o heteu, pagou o dinheiro e tornou a compra segura diante de testemunhas, Gênesis 23.17.

Aqui devemos considerar o pecado geral desta época, que é falar enganosamente cada um ao seu próximo. É difícil encontrar um homem que permaneça firme em sua palavra e promessa legítima. É regra de Maquiavel que um homem pode praticar muitas coisas contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião; e que não é necessário possuir essas virtudes, mas apenas fingir e dissimular que as possui.



Mas todos os que temem a Deus façam consciência de sua palavra, porque são obrigados a isso; e assim se assemelharão ao seu Pai celestial, que é verdadeiro em todas as suas promessas; e também produzirão um notável fruto do Espírito, Gálatas 5.22.

Até aqui falei da causa que leva a consciência a dar julgamento. Agora segue o modo de julgar.

A consciência dá julgamento por meio de uma espécie de raciocínio ou disputa, chamada silogismo prático. Romanos 2.15: seus raciocínios acusando-os ou defendendo-os. Na formação desse raciocínio, a consciência tem dois auxiliares: a mente e a memória. A mente é o depósito e guardião de todo tipo de regras e princípios. Pode ser comparada a um livro de leis, no qual estão estabelecidos os estatutos penais do reino. Seu dever é apresentar à consciência as regras da lei divina pelas quais ela deve julgar. A memória serve para trazer à mente as ações particulares que um homem fez ou deixou de fazer, para que a consciência possa determinar a respeito delas. Assim, a consciência, assistida por esses dois, procede no julgamento por uma espécie de argumentação. Um exemplo pode ser tomado da consciência de um assassino, assim:

Todo assassino é maldito, diz a mente.

Tu és um assassino, diz a consciência assistida pela memória.

Logo, tu és maldito, diz a consciência, e assim pronuncia sua sentença.



Prosseguindo: a consciência julga ou sobre coisas passadas ou sobre coisas futuras.

Sobre coisas passadas, de duas maneiras: ou acusando e condenando, ou desculpando e absolvendo, Romanos 2.15. Acusar é uma ação da consciência que julga que tal ou tal coisa foi feita mal; e isso por meio deste raciocínio:

Todo assassinato é pecado.

Esta tua ação é um assassinato.

Logo, esta tua ação é pecado.

Condenar é outra ação da consciência, unida à anterior, pela qual ela julga que um homem, por este ou aquele pecado, merece a morte, deste modo:

Todo assassino merece dupla morte.

Tu és um assassino.

Logo, tu mereceste dupla morte.

Essas duas ações são muito fortes e terríveis; pois são as compunções e as pontadas que existem no coração, Atos dos Apóstolos 2.37; são como golpes de uma vara de ferro com que o coração de um homem fere a si mesmo, Segunda Livro de Samuel 24.10. E por causa delas a consciência é comparada a um verme que nunca morre, mas que sempre fica roendo, escavando e puxando o coração do homem, Marcos 9.48, causando mais dor e angústia do que qualquer doença neste mundo pode causar.

O tempo em que a consciência realiza essas ações não é antes do pecado, nem no ato de pecar, mas



especialmente depois que o pecado já foi cometido e passou.

Razão. Primeiro, antes que o homem peque, o diabo diminui a gravidade da falta e faz o pecado parecer pequeno. Segundo, as afeições corrompidas por algum tempo cegam e obscurecem o julgamento, de modo que ele não vê ou ao menos não considera o que é bom ou mau até depois.

Nem a consciência acusa e condena apenas no tempo presente, mas também muito tempo depois de uma coisa ser feita. As consciências dos irmãos de José os acusaram vinte e dois anos depois de o terem vendido ao Egito, Gênesis 42.21.

O efeito da consciência que acusa e condena é suscitar diversas paixões e movimentos no coração, mas especialmente estes cinco.

A primeira é a vergonha, que é uma afecção do coração pela qual o homem se entristece e se desagrada consigo mesmo por ter praticado algum mal; e essa vergonha se manifesta pela subida do sangue do coração ao rosto.

Contudo, devemos lembrar aqui que até mesmo aqueles que têm o perdão dos seus pecados e não estão sob culpa podem envergonhar-se e corar. Romanos 6.21: Que fruto tínheis então das coisas de que agora vos envergonhais? Apesar disso, mesmo os que são mais culpados podem estar sem vergonha alguma. Jeremias 6.15: Envergonharam-se eles de terem cometido abominação? Não, de modo nenhum se envergonharam,



nem sabem ter vergonha; porque chegaram a grande endurecimento no pecado, Efésios 4.18.

A segunda paixão é a tristeza e a dor, que comumente se pensa não ser outra coisa senão melancolia; mas entre ambas há grande diferença. A tristeza que vem da melancolia procede apenas daquele humor que aflige o corpo; mas esta outra tristeza surge dos pecados de um homem, pelos quais sua consciência o acusa. A melancolia pode ser curada pela medicina; esta tristeza não pode ser curada por coisa alguma senão pelo sangue de Cristo.

A terceira é o medo; e a consciência, ao produzi-lo, é muito poderosa. Se um homem tivesse todos os deleites e prazeres que o coração pudesse desejar, eles não lhe fariam bem algum se a consciência estivesse culpada. Belsazar, quando estava no meio de todos os seus prazeres e viu a escrita na parede, teve seu semblante mudado, seus pensamentos o perturbaram, as juntas de seus lombos se afrouxaram, e seus joelhos batiam um no outro, Daniel 5.6. Sim, a consciência culpada fará um homem ter medo se vir apenas um verme saindo da terra, ou uma criatura insignificante atravessando seu caminho, ou até mesmo se vir de repente a sua própria sombra, ou se apenas imaginar algum mal para si mesmo. Provérbios 28.1: O ímpio foge sem que ninguém o persiga.

Os terrores da consciência, quando são mais violentos, causam outras paixões no corpo, como calor excessivo, semelhante ao que há no ardor de uma febre, o levantamento dos humores em direção à boca e os desmaios, como a experiência muitas vezes tem



mostrado. E o autor do livro de Sabedoria diz verdadeiramente, capítulo 17.10: A maldade, condenada por seu próprio testemunho, é coisa medrosa; e a consciência, quando tocada, sempre prevê coisas cruéis. Porque o medo nada mais é do que a entrega dos socorros que a razão oferece; e os que não conseguiam suportar aquela noite intolerável, às vezes desmaiavam, como se a própria alma os traísse; pois um temor súbito e inesperado vinha sobre eles.

A quarta é a desesperação, pela qual um homem, mediante a acusação veemente e constante da sua consciência, chega a ficar sem qualquer esperança do perdão dos seus pecados. Isso levou Saul, Aitofel e Judas a se enforcarem; isso leva muitos nestes dias a fazer o mesmo, como se vê pelas declarações daqueles que foram impedidos quando estavam prestes a se enforcar, ou a se afogar, ou a cortar a própria garganta.

A última é uma perturbação ou inquietação do homem inteiro, pela qual todos os poderes e faculdades de todo o homem ficam fora de ordem. Isaías 57.20: Os ímpios são como o mar agitado, que não pode aquietar-se, e cujas águas lançam de si lama e lodo.

Até aqui sobre as duas primeiras ações da consciência, que são acusar e condenar; segue-se agora a segunda parte: desculpar e absolver.

Desculpar é uma ação da consciência que julga que a coisa foi bem feita.

Absolver é uma ação da consciência que julga que um homem está livre ou limpo de culpa e, portanto, de punição.



Dessas duas ações surgem algumas afeições especiais. Primeira, ousadia e confiança. Provérbios 28.1: Os justos são ousados como um leão. Segunda, alegria e regozijo. Segunda Carta aos Coríntios 1.12: A nossa glória é esta: o testemunho da nossa consciência, de que com simplicidade e sinceridade de Deus temos vivido no mundo. Daí se diz que uma boa consciência é um banquete contínuo.

Até aqui falei de como a consciência dá juízo sobre coisas feitas e passadas; agora segue seu juízo sobre coisas por fazer.

A consciência julga as coisas futuras por meio de uma espécie de previsão, dizendo, por assim dizer, interiormente no coração, que tal coisa pode ser bem feita ou mal feita. Desse tipo de juízo cada homem pode ter experiência em si mesmo, quando está prestes a empreender algum negócio, seja bom ou mau.

Por isso podemos ver a bondade de Deus para com todos os homens. Se um homem, prestes a fazer uma viagem desconhecida, encontrasse alguém disposto a ir com ele e lhe mostrar o caminho com todas as suas voltas, não poderia deixar de considerar isso uma grande gentileza. Pois bem, somos peregrinos neste mundo; a nossa vida é a nossa viagem; e Deus também designou a nossa consciência para ser nossa companheira e guia, para nos mostrar que rumo podemos tomar e o que podemos ou não podemos fazer.

E aqui deve ser notado que, em todas as coisas que se hão de fazer, a consciência tem grande força e



grande influência. Pois este é o começo de uma boa obra: que a consciência, antes de tudo, dê seu juízo verdadeiro de que a coisa pode ser feita e é aceitável a Deus. Romanos 14.23: Tudo o que não é de fé, isto é, tudo o que não é feito a partir de uma persuasão firme no juízo e na consciência, segundo a Palavra de Deus, por mais que os homens julguem de outro modo, é pecado. Além disso, Deus não considera a pompa exterior da ação ou do agente, mas a obediência, e especialmente a obediência do coração; portanto, a menos que a consciência, antes de tudo, aprove a coisa como boa e agradável à vontade de Deus, ela não pode ser outra coisa senão pecado. E aquele que faz uma coisa porque ela é boa aos seus próprios olhos, sem saber que Deus a aprova, põe a si mesmo acima de Deus e lhe desobedece, como o servo que, na casa de seu senhor, não quer fazer a vontade do senhor, mas a sua própria vontade.

Disto surgem três outras regras.

A primeira: tudo o que é feito com uma consciência duvidosa é pecado. Por exemplo, alguns crentes na Igreja primitiva sustentavam que, mesmo após a ascensão de Cristo, ainda permanecia uma diferença entre alimento e alimento; por isso tinham escrúpulo de comer diversos tipos de comida. Agora suponha que, pelo exemplo de outros, sejam levados a comer carne de porco ou alguma outra coisa que julgam ser proibida. Se o fazem, não há dúvida de que pecaram, como Paulo declara em Romanos 14.14: Eu sei e estou persuadido no Senhor Jesus de que nada é impuro em si mesmo; mas para aquele que considera alguma coisa impura, para ele



é impura. E no versículo 23: Aquele que duvida é condenado se comer, porque não come com fé.

A segunda regra: tudo o que é feito com uma consciência errante é pecado. Na Igreja primitiva alguns dentre os gentios sustentavam este erro: que a fornicação era algo indiferente e, portanto, permitido. Assim, a consciência deles lhes dizia que podiam praticá-la; contudo, a fornicação permanecia sendo pecado, porque a consciência errava em seu julgamento. O mal continua sendo mal, ainda que a consciência diga o contrário.

A terceira regra: tudo o que é feito contra a consciência, ainda que ela esteja errada e enganada, é pecado para aquele que o faz. Exemplo: um anabatista, que sustenta ser absolutamente ilícito jurar, é levado diante de um magistrado e, pressionado pelo medo ou por alguma causa semelhante, faz um juramento contra a sua própria consciência. A questão é se ele pecou ou não. Resposta: ele de fato pecou — não tanto porque tomou um juramento, pois isso é ordenança de Deus — mas porque o fez de maneira má, isto é, contra a sua consciência e, portanto, não em fé.

Assim fica claro que a consciência tem grande peso em todas as coisas que devem ser ditas ou feitas. E por isso somos advertidos de muitas coisas.

Primeiro, se uma coisa feita sem a boa direção da consciência é pecado, quanto mais aquilo que é feito sem a direção da Palavra de Deus é pecado grave; pois sem a direção da Palavra de Deus a consciência não pode dar direção correta. E se Deus considera pecado aquilo que é feito sem a direção de sua Palavra, então não há dúvida



de que a Palavra de Deus fornece direção suficiente para todas as ações que um homem realiza; de modo que, se um homem apenas colocar um pedaço de pão na boca, a Palavra deve dirigi-lo de tal maneira que, ao fazê-lo, ele seja capaz de agradar a Deus.

Se não fosse assim, o nosso caso seria extremamente miserável; pois então pecaríamos em inúmeras ações sem qualquer remédio. Portanto, fica claro que a Palavra de Deus fornece direção suficiente para todas as ações.

Quanto à lei da natureza, embora ela realmente ofereça alguma direção, ainda assim é corrompida, imperfeita e incerta; e tudo o que nela há de correto e bom está contido na Palavra escrita de Deus.

E quanto às supostas tradições não escritas, que todos os papistas do mundo respondam, se puderem, como posso estar persuadido em consciência de que elas são a Palavra de Deus. Se disserem que os antigos pais da Igreja primitiva afirmam em seus escritos que são tradições apostólicas, respondo novamente: como poderei saber e ter certeza em minha consciência de que os pais, sendo sujeitos ao erro, não erraram ao dizer isso?

Além disso, aprendemos daqui que uma boa intenção não é suficiente para tornar uma obra boa, a menos que juntamente com isso a consciência possa dar testemunho de que Deus aprova a ação. Isso mostra a ignorância do nosso povo, que, quando em seus negócios seguem aquilo que chamam de boa intenção, sempre pensam que estão fazendo bem e agradando a Deus.



Em terceiro lugar, daqui também se vê que todas as coisas inventadas pelo homem para o culto de Deus são pecados evidentes, porque a consciência não pode afirmar a respeito delas que agradam a Deus. Isaías 29.13. Marcos 7.7.

Por fim, aprendemos aqui que a ignorância da vontade e da Palavra de Deus é uma coisa perigosa e faz com que a vida do homem abunde, sim, transborde em uma multidão de ofensas contra Deus. Os homens geralmente pensam que, se se guardarem do perjúrio, da blasfêmia, do homicídio, do roubo e da fornicação, tudo está bem com eles. Mas a verdade é que, enquanto vivem na ignorância, carecem da direção correta e verdadeira da consciência a partir da Palavra de Deus; e por isso suas melhores ações são pecados — até mesmo o comer e o beber, o dormir e o despertar, o comprar e o vender, o falar e o calar, sim, até mesmo o orar e o servir a Deus. Pois realizam essas ações por costume, por exemplo ou por necessidade, como os animais fazem, e não por fé; porque não conhecem a vontade de Deus quanto ao que deve ser feito ou deixado de fazer.

A consideração deste ponto deveria levar cada homem a buscar com grande cuidado o conhecimento da Palavra de Deus e a crescer diariamente nele, para que em todos os seus negócios tenha as leis de Deus como os homens do seu conselho, Salmo 119.24; para que lhes dê atenção como a uma luz que brilha em lugar escuro, Segunda Carta de Pedro 1.19; e para que possa dizer com Pedro, quando Cristo lhe ordenou que avançasse para águas mais profundas e lançasse as redes: Mestre,



trabalhamos toda a noite e nada apanhamos; mas sob a tua palavra lançarei a rede. Lucas 5.5.

CAPÍTULO 3

Dos tipos de consciência e da consciência regenerada

A consciência é ou boa ou má.

A boa consciência é aquela que julga corretamente segundo a Palavra de Deus, desculpa e consola. Pois a excelência, bondade e dignidade da consciência não consistem em acusar, mas em desculpar. E, ao cometer qualquer pecado, dar ocasião para que a consciência acuse ou condene é feri-la e ofendê-la. Assim Paulo diz que os coríntios feriam as consciências de seus irmãos fracos quando usavam sua liberdade como ocasião de tropeço para eles, Primeira Carta aos Coríntios 8.9,12. Novamente, ele chama boa consciência de consciência sem ofensa, isto é, que não tem impedimento ou obstáculo que a impeça de desculpar, Atos dos Apóstolos 24.16.

A boa consciência é boa ou por criação ou por regeneração.

Boa por criação foi a consciência de Adão, que no estado de inocência apenas desculpava e não podia acusá-lo de coisa alguma; embora possa ser que a capacidade de acusar não estivesse ausente, caso depois surgisse ocasião. E daqui temos ainda outra direção para entender o que é uma boa consciência, a saber, aquela que,



segundo a ordem estabelecida na criação, apenas desculpa sem acusar. Sim, acusar é um defeito na consciência, que surgiu após a primeira criação. Pois naturalmente há acordo e harmonia entre as partes e o todo; mas se a consciência naturalmente acusasse, haveria discórdia, desacordo e divisão entre a consciência e o próprio homem.

A consciência regenerada é aquela que, sendo corrompida por natureza, é renovada e purificada pela fé no sangue de Cristo. Para a regeneração da consciência é necessária uma conversão ou mudança; porque por natureza todas as consciências, desde a queda, são más, e nenhuma é boa senão pela graça. O instrumento que serve para realizar essa mudança é a fé. Atos dos Apóstolos 15.9: a fé purifica o coração. A causa meritória é o sangue de Cristo. Carta aos Hebreus 9.14: Quanto mais o sangue de Cristo purificará a vossa consciência das obras mortas para servirdes ao Deus vivo.

A propriedade da consciência regenerada é dupla: liberdade cristã e certeza da salvação. Pois ambas têm seu lugar não no homem exterior, mas no espírito e na consciência.

A liberdade cristã é uma liberdade espiritual e santa adquirida por Cristo.

Digo que é espiritual, primeiro, para distingui-la da liberdade civil, que consiste em liberdades e privilégios exteriores e corporais; segundo, para refutar os judeus, que esperavam uma liberdade terrena por meio de Cristo; e os anabatistas, que imaginam uma liberdade de toda autoridade dos magistrados no reino de Cristo.



Além disso, digo que é uma liberdade santa, para refutar os libertinos, que pensam que pela morte de Cristo têm liberdade para viver como desejarem.

Por fim, digo que foi adquirida por Cristo para mostrar seu autor. Gálatas 5.1: Permanecei firmes na liberdade com que Cristo vos libertou. E também para refutar os papistas, cuja doutrina na prática é esta: que essa liberdade foi realmente obtida por Cristo, mas é mantida em parte por Cristo e em parte pelo próprio homem.

A liberdade cristã tem três partes.

A primeira é a liberdade da justificação pela lei moral. Pois aquele que é membro de Cristo não está obrigado em consciência a apresentar a perfeita justiça da lei em sua própria pessoa para sua justificação diante de Deus, Gálatas 5.1, 3.

Daqui segue que aquele que é cristão também está livre da maldição e condenação da lei. Romanos 8.1: Agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo. Gálatas 3.13: Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se maldição por nós.

Por esta primeira parte da liberdade cristã aparece que não pode haver justificação de um pecador pelas obras da graça diante de Deus. Pois aquele que quer ser justificado por uma única obra torna-se devedor de toda a lei, Gálatas 5.3. Mas nenhum homem que seja membro de Cristo é devedor de toda a lei, pois sua liberdade consiste justamente em ser livre nesse ponto. Portanto, nenhum homem é justificado nem sequer por uma única obra própria.



A segunda parte é a liberdade do rigor da lei, que exige obediência perfeita e condena toda imperfeição. Romanos 6.14: O pecado não terá domínio sobre vós, porque não estais debaixo da lei, mas debaixo da graça. Primeira Carta de João 5.3: Os seus mandamentos não são pesados. Daqui segue que Deus aceitará nossa obediência imperfeita, se ela for sincera; sim, ele aceita a vontade, o desejo e o esforço como obediência. Malaquias 3.17: Eu os pouparei.

A terceira parte é que a consciência está livre do vínculo da lei cerimonial. Gálatas 3.25: Depois que veio a fé, já não estamos debaixo de aio. Efésios 2.15: Cristo derrubou a parede de separação, abolindo na sua carne a lei dos mandamentos que consistia em ordenanças. Colossenses 2.14: Cancelou o escrito de dívida que era contra nós. Versículo 16: Portanto, ninguém vos julgue por causa de comida ou bebida, ou por causa de dia de festa, lua nova ou sábados.

Daqui segue que todos os cristãos podem livremente, sem escrúpulo de consciência, usar todas as coisas indiferentes, contanto que o modo de usá-las seja bom. E quando digo que todos podem usá-las, entendo isso de duas maneiras: natural ou espiritual.

O uso natural é ou para suprir nossas necessidades ou para deleite. Um antigo filósofo disse que Deus não dá apenas pão para fortalecer o coração do homem, mas também vinho para alegrar o coração e óleo para fazer brilhar o rosto, Salmo 104.15. E Deus colocou em sua criação grande variedade de cores, sabores, aromas e formas para que os homens pudessem deleitar-se nelas.



Daqui segue que a recreação é lícita e faz parte da liberdade cristã, se for bem usada. Por recreação entendo exercícios e diversões que servem para refrescar o corpo ou a mente. E para que sejam bem usados duas regras devem ser especialmente lembradas.

A primeira é que a recreação deve consistir apenas no uso de coisas indiferentes. Pois se as coisas são ordenadas por Deus, não há nelas lugar para diversão; e se são proibidas, não há uso delas de modo algum. Com base nisso, vários tipos de recreação devem ser rejeitados.

Primeiro, a dança comumente usada nestes dias, na qual homens e mulheres, jovens e moças, todos misturados, dançam ao som de instrumentos ou vozes em ritmo e compasso, com muitos gestos lascivos, e isso em reuniões solenes após grandes festas. Esse exercício não pode ser contado entre as coisas indiferentes; pois a experiência mostra que geralmente tem sido fruto ou companheiro de grandes pecados, como idolatria, fornicação e embriaguez. Por isso alguém bem o comparou a um círculo cujo centro é o diabo.

Além disso, se devemos prestar contas de toda palavra ociosa, então também de todo gesto ocioso e passo inútil. Que conta poderá ser dada desses passos para frente e para trás, desses saltos, pulos, cambalhotas, voltas e muitos outros movimentos de leviandade e vaidade, mais próprios de cabras e macacos do que de homens.

Visto que Salomão considerou o riso como loucura, certamente teria condenado ainda mais nossas



danças comuns e lascivas como loucura, sendo o riso apenas a menor parte delas.

Segundo, os jogos de dados, que são essencialmente o lançamento de sortes. Tais coisas não devem ser usadas por nosso prazer, mas apenas em assuntos de peso e importância. E desse tipo são todos os jogos cujo fundamento não é a habilidade ou inteligência do homem, mas apenas a sorte.

Terceiro, peças e espetáculos que consistem na representação dos vícios e maus comportamentos do mundo. Pois se não é lícito sequer nomear os vícios, a menos que seja para reprová-los, Efésios 5.12, muito menos é justificável representá-los por gestos para diversão e deleite.

A segunda regra é que a recreação deve ser moderada, sóbria e usada de maneira legítima nas coisas indiferentes.

O uso espiritual ocorre quando tomamos ocasião, por meio das criaturas, para meditar e falar de coisas celestiais. Por exemplo, ao ver a videira e seus ramos, considerar a união mística entre Cristo e sua Igreja; ao ver o arco-íris, lembrar da promessa de Deus de não destruir o mundo pelas águas; e em qualquer acontecimento considerar nele a sabedoria, a bondade, a justiça, a misericórdia e a providência de Deus.

Acrescento ainda que as coisas indiferentes, como liberdade exterior ou servidão, riqueza ou pobreza, vida solteira ou casamento, comida, bebida, vestuário e casas, podem ser usadas livremente, porque não são nem ordenadas nem proibidas por Deus e, consideradas em si



mesmas, podem ser usadas ou não sem violar a consciência.

A maneira correta de usá-las é santificá-las pela Palavra e pela oração, Primeira Carta a Timóteo 4.3-4, e não apenas algumas delas, mas o uso de todas.

Comida, bebida e casamento devem ser santificados assim, como o texto mencionado mostra. Paulo santificou sua viagem dessa maneira, Atos dos Apóstolos 21.5. E os judeus foram ordenados a dedicar suas casas ao entrarem nelas pela primeira vez, Deuteronômio 20.5.

Por essa dedicação podemos entender não apenas ocupar a casa ou providenciar um morador, mas também santificá-la pela invocação do nome de Deus, para que por sua bênção o lugar e seus aposentos sirvam para nosso benefício e conforto.

E dessa mesma maneira abençoar nossas moradias quando entramos nelas pela primeira vez é o melhor meio de preservá-las dos acidentes de fogo dentro delas, dos relâmpagos do céu e da perturbação e molestação de espíritos malignos, bem como de outros juízos de Deus.

As coisas indiferentes são santificadas pela Palavra de Deus, porque ela mostra quais coisas podemos usar e quais não podemos; e, se podemos usá-las, de que maneira isso deve ser feito. Para esse propósito as Escrituras apresentam quatro regras.

A primeira é que todas as coisas devem ser feitas para a glória de Deus. Primeira Carta aos Coríntios 10.31:



Portanto, quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus. E para que isso seja cumprido, as coisas indiferentes devem ser usadas como sinais e testemunhos pelos quais possamos manifestar as graças e virtudes que Deus operou no coração. Por exemplo, devemos fazer nossas vestes, tanto quanto à matéria quanto ao modo, e usá-las de tal maneira que de algum modo expressem ao observador nossa modéstia, sobriedade, frugalidade, humildade e assim por diante; para que, vendo isso, ele possa dizer: eis uma pessoa grave, sóbria e modesta. E o pecado comum deste tempo é que comida, bebida, vestuário e construções são usados como bandeiras exibidas para mostrar ao mundo a devassidão, o excesso e o orgulho do coração humano.

A segunda regra é que devemos permitir legitimamente que o uso excessivo ou demasiado comum das coisas indiferentes seja limitado e restringido. Digo o uso excessivo, porque não é vontade de Deus proibir-nos absolutamente do uso dessas coisas. Agora, os limitadores do nosso uso são dois.

O primeiro é a lei da caridade. Pois assim como a caridade dá lugar à piedade, também a liberdade cristã no uso das coisas exteriores dá lugar à caridade. E a lei da caridade é que não devemos usar coisas indiferentes para prejuízo ou escândalo de nosso irmão, Primeira Carta aos Coríntios 8.13.

Pode um homem usar sua liberdade diante daqueles que são fracos e ainda não estão persuadidos de sua liberdade?



Alguns são fracos por simples ignorância ou porque foram enganados pelo abuso de um longo costume, e ainda assim estão dispostos a ser instruídos. Diante desses devemos abster-nos, para que, pelo nosso exemplo, não os levemos a pecar, dando-lhes ocasião de fazer aquilo sobre o que têm dúvidas. Outros são fracos por ignorância obstinada ou por malícia, e diante desses não precisamos necessariamente abster-nos. Com base nisso, Paulo circuncidou Timóteo, mas não quis circuncidar Tito.

O segundo limitador são as leis justas dos homens, sejam civis ou eclesiásticas. Pois, embora as coisas indiferentes, mesmo depois de estabelecida uma lei sobre elas, continuem sendo indiferentes em si mesmas, ainda assim a obediência à lei é necessária, e isso por causa da consciência, Atos dos Apóstolos 15.28.

A terceira regra é que devemos usar as coisas indiferentes de tal modo que elas nos ajudem na piedade. Pois devemos fazer todas as coisas não apenas para a edificação dos outros, mas também para a nossa própria edificação. Portanto, é um grande abuso da liberdade cristã quando os homens alimentam excessivamente seus corpos com comida e bebida, a ponto de se tornarem incapazes de ouvir a Palavra de Deus, de orar, de dar bons conselhos ou de realizar as obras ordinárias de sua vocação.

A quarta regra é que as coisas indiferentes devem ser usadas dentro dos limites de nossa vocação, isto é, de acordo com nossa capacidade, posição, estado e condição de vida. E é um abuso comum dessa liberdade em nossos dias que o homem simples queira, em comida, bebida,



vestuário e construções, viver como o cavalheiro; o cavalheiro como o cavaleiro; e o cavaleiro como o senhor ou conde.

Assim, as coisas indiferentes são santificadas para nós pela Palavra quando nossas consciências estão resolvidas pela Palavra de que podemos usá-las, contanto que seja da maneira antes mencionada e segundo as regras aqui estabelecidas.

Elas são santificadas pela oração quando pedimos das mãos de Deus o uso correto delas e, tendo-o recebido, damos-lhe graças por isso. Colossenses 3.17: Tudo o que fizerdes, seja em palavra ou em ação, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai.

Assim falamos da liberdade cristã, pela qual somos advertidos de diversos deveres.

Primeiro, trabalhar para nos tornarmos bons membros de Cristo, seja qual for o nosso estado ou condição. As liberdades da cidade de Roma levavam não somente os romanos, mas também os homens de outros países a buscar tornarem-se cidadãos dela, Atos dos Apóstolos 22.28. Os privilégios dos judeus na Pérsia fizeram com que muitos se tornassem judeus, Ester 8.17. Portanto, muito mais a liberdade espiritual da consciência, adquirida pelo sangue de Cristo, deve nos mover a buscar o reino dos céus e a nos tornar bons membros dele.

Segundo, somos ensinados a estudar, aprender e amar as Escrituras, nas quais nossas liberdades estão



registradas. Damos grande valor às nossas cartas e documentos pelos quais possuímos nossas liberdades terrenas; até mesmo gostamos de lê-los e nos familiarizar com eles. Que vergonha, então, será para nós se não dermos igual valor à Palavra de Deus, que é a lei da liberdade espiritual, Tiago 1.25.

Terceiro, somos advertidos a obedecer e servir a Deus de todo o coração segundo a sua Palavra, pois esse é o fim da nossa liberdade. O servo realiza todo o seu trabalho com mais alegria quando tem esperança e expectativa de liberdade. Da mesma forma, nossa liberdade aparece principalmente em nosso serviço e obediência, porque o serviço de Deus é perfeita liberdade; ao contrário, na desobediência aos mandamentos de Deus consiste nossa escravidão espiritual.

A segunda propriedade da consciência é uma certeza infalível do perdão dos pecados e da vida eterna. Para esclarecer esse ponto, tratarei da questão entre nós e os papistas a respeito da certeza da salvação. E para proceder com ordem devemos distinguir dois tipos de certeza.

Primeiro, a certeza é ou infalível ou conjectural. A certeza infalível é aquela em que o homem nunca é frustrado. A conjectural não é tão evidente, porque se baseia apenas em probabilidades. A segunda todos os papistas admitem, mas a primeira eles negam na questão da salvação.

Além disso, a certeza é ou de fé ou experimental, que os papistas chamam moral. A certeza de fé é aquela pela qual algo é crido com certeza; e ela é geral ou



especial. A certeza geral é crer firmemente que a Palavra de Deus é a própria verdade; isso tanto nós quanto os papistas admitimos. A certeza especial é aplicar pela fé a promessa da salvação a nós mesmos e crer sem dúvida que o perdão dos pecados por Cristo e a vida eterna pertencem a nós. Este tipo de certeza nós afirmamos e defendemos, e os papistas unanimemente a negam, reconhecendo apenas uma segurança baseada na esperança.

A certeza moral é aquela que procede da santificação e das boas obras como sinais e evidências da verdadeira fé. Isto nós também admitimos, embora com alguma diferença. Pois eles consideram que toda certeza que vem das obras é incerta e muitas vezes enganosa; mas nós afirmamos o contrário, se as obras forem feitas com sinceridade de coração.

A questão, então, é esta: se um homem nesta vida pode, ordinariamente e sem revelação especial, ter certeza infalível de sua própria salvação, primeiro e principalmente pela fé, e depois secundariamente pelas obras que são inseparáveis companheiras da fé. Nós sustentamos isso como um princípio claro e evidente da Palavra de Deus, enquanto os papistas o negam completamente. Portanto provarei a verdade por alguns argumentos e depois responderei às objeções comuns.

Argumento primeiro. Aquilo que o Espírito de Deus primeiro testemunha no coração e na consciência de um homem e depois confirma plenamente deve ser crido por esse homem como infalivelmente certo. Mas o Espírito de Deus primeiro testemunha a alguns homens, a saber, aos verdadeiros crentes, que eles são filhos de



Deus, e depois confirma isso a eles. Portanto, os homens devem crer infalivelmente em sua própria adoção.

Que o Espírito de Deus dá esse testemunho à consciência do homem é mais do que claro nas Escrituras. Romanos 8.15: Recebestes o Espírito de adoção, pelo qual clamamos: Aba, Pai. O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.

Responde-se que esse testemunho do Espírito é dado apenas por uma experiência ou sentimento de um deleite ou paz interior que produz em nós não uma certeza infalível, mas apenas conjectural.

Eu respondo novamente que essa interpretação é contrária ao texto. Pois o Espírito de adoção não é dito aqui fazer-nos apenas pensar ou falar, mas clamar: Aba, Pai; e clamar a Deus como Pai implica coragem, confiança e ousadia. Além disso, o mesmo Espírito de adoção é oposto ao espírito de escravidão que produz medo; portanto, ele deve ser um Espírito que dá segurança de liberdade e, assim, afasta os temores desconfiados.

E sem dúvida o propósito pelo qual o Espírito Santo vem ao coração como testemunha da adoção é tornar clara e manifesta uma verdade que, estando escondida, seria duvidosa. Se Deus determinou que uma verdade duvidosa entre os homens seja confirmada pelo testemunho de duas ou três testemunhas, seria absurdo pensar que o testemunho do próprio Deus, que conhece todas as coisas e assume o papel de testemunha, seja apenas conjectural.



Bernardo tinha aprendido melhor teologia quando disse: Quem é justo senão aquele que, sendo amado por Deus, retribui amor a ele? E isso não é feito senão pelo Espírito de Deus, que pela fé revela ao homem o propósito eterno de Deus acerca de sua salvação futura; revelação que, sem dúvida, nada mais é do que a infusão da graça espiritual, pela qual, enquanto as obras da carne são mortificadas, o homem é preparado para o reino de Deus, recebendo também aquilo pelo qual pode ter confiança de que é amado e amar de volta.

Além disso, que o Espírito de Deus não apenas persuade os homens de sua adoção, mas também lhes confirma isso, é algo claríssimo. Efésios 4.30: Não entristeçais o Espírito pelo qual fostes selados para o dia da redenção. E versículo 13: Depois que crestes, fostes selados com o Espírito da promessa, que é o penhor da nossa herança. Segunda Carta aos Coríntios 1.22: É Deus quem nos selou e deu o penhor do Espírito em nossos corações. Aqui devem ser consideradas as palavras selo e penhor. Pois as coisas que passam entre os homens, ainda que estejam em questão, quando recebem o selo ficam fora de dúvida. Portanto, quando se diz que Deus sela a promessa no coração de cada crente em particular por seu Espírito, isso significa que ele lhes dá plena certeza de que a promessa da vida lhes pertence. E o penhor é um sinal infalível para aquele que o recebe de que o acordo foi ratificado e de que ele receberá aquilo que foi pactuado. Seria grande desonra a Deus pensar que o penhor do seu próprio Espírito dado a nós devesse ser prova da vida eterna não infalível, mas apenas conjectural.



Argumento 2. A fé dos eleitos, ou fé salvadora, é uma persuasão certa e uma persuasão particular da remissão dos pecados e da vida eterna.

Quanto à primeira dessas duas coisas, a saber, que a fé é uma persuasão certa, e que essa certeza pertence à própria natureza da fé, isso aparece por testemunho expresse da Escritura. Mateus 14.31: Homem de pequena fé, por que duvidaste? E 21.21: Se tiverdes fé e não duvidardes. Tiago 1.6: Peça, porém, com fé, sem duvidar; porque o que duvida é semelhante à onda do mar, impelida e agitada pelo vento. Romanos 4.20: E não duvidou da promessa de Deus por incredulidade, mas foi fortalecido na fé. Não me deterei mais neste ponto, porque ele não é negado por ninguém.

Quanto à segunda parte da minha razão, a saber, que a fé é uma persuasão particular que aplica aquilo que é crido, eu a provo assim. A propriedade da fé é receber a promessa, Gálatas 3.14, e a coisa prometida, que é Cristo com o seu Espírito, João 1.12. Ora, Cristo é recebido por uma aplicação particular, como ficará claro se apenas observarmos o fim e o uso do ministério da Palavra e dos sacramentos. Pois quando Deus dá alguma bênção ao homem, ela deve ser recebida pelo homem do modo como Deus a dá. Ora, Deus dá Cristo, ou ao menos o oferece, não genericamente à humanidade, mas aos diversos e particulares membros da Igreja. Na Ceia do Senhor, como em todo sacramento, há uma relação ou analogia entre os sinais exteriores e as coisas significadas. A ação do ministro entregando o pão e o vinho às mãos de participantes específicos representa a ação de Deus dando Cristo com seus benefícios a esses mesmos



participantes em particular. Da mesma forma, a ação de receber particularmente o pão e o vinho representa outra ação espiritual do coração crente, que aplica Cristo a si mesmo para o perdão dos pecados e a vida eterna.

Os papistas não concedem isso; contudo, se recusarem sustentar essa analogia, destroem o sacramento e divergem da antiguidade. Agostinho diz: O corpo de Cristo subiu ao céu; alguém pode responder e dizer: Como poderei segurá-lo estando ausente? Como levantarei minha mão ao céu para agarrá-lo estando lá? Envia tua fé para cima, e já o agarraste. E nada é mais comum do que outra afirmação sua: Que queres dizer ao preparar teu ventre e teus dentes? Crê, e já comeste. Novamente, Efésios 3.12: Por Cristo temos ousadia e acesso com confiança pela fé nele. Nestas palavras estão estabelecidos dois notáveis efeitos e frutos da fé: ousadia e confiança. Ousadia é quando um pobre pecador ousa entrar na presença de Deus, sem ser aterrorizado pelas ameaças da lei, nem pela consideração de sua própria indignidade, nem pelos muitos ataques do diabo; e isso é mais do que simples certeza do favor de Deus. Ora, quando os papistas respondem que essa liberdade ou ousadia de aproximar-se de Deus procede de uma fé geral, estão muito enganados. Não é possível que uma persuasão geral da bondade e verdade de Deus, e de sua misericórdia em Cristo, produza confiança e ousadia no coração de um pecador culpado, e nenhum exemplo pode ser apresentado disso. Essa fé geral acerca dos artigos de nossa crença sem dúvida existia em Caim, Saul, Aitofel, Judas, sim, até no próprio diabo; e no entanto eles desesperaram, e alguns tiraram a própria vida; e o diabo, com toda a sua fé, treme diante de Deus. Portanto, a fé



que é a raiz dessas excelentes virtudes de ousadia e confiança deve necessariamente ser uma fé especial, isto é, uma ampla e abundante persuasão do perdão dos próprios pecados e da vida eterna.

Além disso, Hebreus 11.1 chama a fé de *hypostasis*, isto é, substância ou subsistência das coisas esperadas. Aqui a fé, no assunto de nossa salvação e de coisas semelhantes, é colocada além da esperança; porque a esperança espera coisas futuras, ainda que elas ainda não tenham existência na pessoa que espera, mas a fé já lhes dá no presente uma subsistência ou existência. Isso não pode ser aquela fé geral dos papistas, chamada por eles católica, pois ela fica aquém da esperança; antes, deve necessariamente ser uma fé especial, que nos faz crer sem dúvida em nossa própria eleição, adoção, justificação e salvação por Cristo.

E com esse propósito alguns dos pais falaram muito bem. Agostinho diz: Eu te pergunto, ó pecador, crês em Cristo ou não? Tu dizes: Eu creio. O que crês? Que ele pode perdoar gratuitamente todos os teus pecados. Tu tens aquilo que creste. Ambrósio diz: Isto é algo ordenado por Deus: que aquele que crê em Cristo seja salvo sem obras, pela fé somente, recebendo gratuitamente a remissão dos pecados. E com Ambrósio junta-se o testemunho de Hesíquio sobre Levítico, que diz: Deus, compadecendo-se do gênero humano, quando viu que ele era incapaz de cumprir as obras da lei, quis que, depois disso, o homem fosse salvo pela graça sem as obras da lei. E a graça, procedente da misericórdia, é apreendida somente pela fé, sem obras. Visto que nesses dois últimos testemunhos a fé é oposta de modo geral a



todas as obras, e ao mesmo tempo se diz que ela apreende e recebe, sim, que ela sozinha apreende e recebe a graça e a remissão dos pecados, eles não podem ser entendidos de uma fé geral, mas de uma fé especial que aplica.

Bernardo tem estas palavras: Se crês que teus pecados não podem ser apagados senão por aquele contra quem pecaste, fazes bem; mas vai ainda mais longe e crê que ele perdoa os teus pecados. Este é o testemunho que o Espírito Santo dá em nossos corações, dizendo: Teus pecados te são perdoados. Pois assim o apóstolo entende que o homem é justificado gratuitamente pela fé. Os papistas, estando muito embaraçados com essa passagem, procuram um escape, dizendo que Bernardo não ensina que devemos crer no perdão dos nossos pecados absolutamente, sem consideração das obras, mas que ele requer a condição de nossa conversão e arrependimento, como sinais pelos quais essa persuasão é produzida. Respondo novamente que ele afirma claramente que a fé geral, pela qual os pontos da religião são cridos, é apenas um começo ou rudimento da fé, e portanto não é suficiente, a menos que avancemos mais e apliquemos a graça de Deus a nós mesmos pela fé, simplesmente, sem consideração de qualquer condição cumprida por parte do homem. De fato, concedo que as obras de conversão e outras são mencionadas por ele depois; mas isso foi para mostrar como um homem pode ter experiência sensível e evidente, por meio das obras, como frutos, do perdão de seus próprios pecados e da vida eterna em que ele crê.

Argumento 3. João escreveu sua primeira epístola para mostrar à Igreja de Deus um caminho pelo qual ela



pudesse ordinária e plenamente ter certeza do amor de Deus e da vida eterna; e por isso ele apresenta muitos testemunhos fortes para esse propósito. Primeira Epístola de João 2.3: E nisto sabemos que o conhecemos. E versículo 5: Aquele, porém, que guarda a sua palavra, nele verdadeiramente o amor de Deus está aperfeiçoado; nisto sabemos que estamos nele. E capítulo 3.10: Nisto são manifestos os filhos de Deus e os filhos do diabo. E versículo 19: E nisto conhecemos que somos da verdade e diante dele asseguraremos o nosso coração. E capítulo 4.13: Nisto conhecemos que permanecemos nele, e ele em nós, porque nos deu do seu Espírito. Capítulo 5.2: Nisto sabemos que amamos os filhos de Deus, quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos. E versículo 13: Estas coisas vos escrevi a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna.

A esses testemunhos se responde, em primeiro lugar, que nenhum deles implica necessariamente uma certeza de fé divina, porque também se diz que conhecemos coisas que apenas supomos por conjecturas. Mas essa é uma fuga fraca e pobre. João diz, capítulo 1.4: Estas coisas vos escrevemos para que a vossa alegria seja completa. Ora, há apenas alegria incerta quando ela procede de um conhecimento conjectural. Além disso, esse conhecimento produz confiança e ousadia até diante de Deus, capítulo 3.19,21, e portanto não pode deixar de incluir uma certeza infalível. E para tirar isso de toda dúvida, mostrando que o conhecimento aqui mencionado é conhecimento de fé divina, ou tão infalível quanto pode ser, ele acrescenta, capítulo 4.16: E nós conhecemos e cremos no amor que Deus tem por nós.



Em segundo lugar, responde-se que todas essas falas são gerais e não dizem respeito a homens em particular; mas isso é falso. Pois quando João diz nós sabemos, ele fala de si mesmo e inclui o restante da Igreja na mesma condição em que ele estava. Ora, ele mesmo estava plenamente assegurado de sua própria salvação. Porque Cristo, pouco antes de partir deste mundo, consolou todos os seus discípulos, em parte renovando a promessa da vida eterna e da presença do seu Espírito a eles, e em parte orando ao Pai por sua preservação final; de modo que eles não podiam deixar de estar plenamente certos de seu estado bem-aventurado, tanto nesta vida como na vida por vir.

Argumento 4. A fé de Abraão era uma plena persuasão pela qual ele aplicava a promessa a si mesmo, Romanos 4.21; e essa fé dele é proposta como exemplo para nós, segundo a qual devemos crer; e por isso ele é chamado pai dos fiéis, versículo 16. E Paulo, tendo exposto a natureza e os efeitos da fé dele, diz: E não somente por causa dele está escrito, versículo 23, mas também por nossa causa, nós que cremos.

Objeta-se que a fé de Abraão não dizia respeito à salvação, mas à sua descendência na velhice, pois Paulo diz em Romanos 4.18: Abraão, esperando contra a esperança, creu para vir a ser pai de muitas nações, conforme lhe fora dito: Assim será a tua descendência. Resposta. Devemos distinguir o objeto da fé, que é ou principal ou menos principal. O principal é sempre Cristo com seus benefícios; o menos principal são outras bênçãos particulares obtidas por Cristo. Assim, no caso da fé de Abraão, o objeto menos principal era uma



descendência carnal; e o objeto principal, sobretudo considerado como fundamento de todas as outras bênçãos, era a bendita semente, Cristo Jesus, Gálatas 3.16: A Abraão e à sua descendência foram feitas as promessas. Não diz: e às descendências, como falando de muitas, mas como de uma só: e à tua descendência, que é Cristo. E acrescentando: Se sois de Cristo, então sois descendência de Abraão. Assim fica claro que a descendência não foi prometida nem desejada senão em relação a Cristo, o qual não poderia ter descendido de Abraão se ele tivesse permanecido totalmente sem filho.

Tendo assim apresentado alguns argumentos em favor da verdade, passo agora a considerar as objeções dos papistas.

Objeção 1. Jó, sendo homem justo, não tinha certeza da graça em si mesmo. Jó 9: Se eu me justificar, a minha própria boca me condenará; se eu for perfeito, ela me declarará perverso; ainda que eu fosse perfeito, a minha alma não o saberia. E novamente no versículo 28: Tenho medo de todos os meus sofrimentos, sabendo que não me considerarás inocente.

Resposta. Bildade, no capítulo anterior, exaltara a justiça de Deus; e Jó, neste capítulo, concorda com isso, dizendo no versículo 2: Na verdade sei que assim é. E ele passa todo o capítulo engrandecendo a justiça de Deus. Tendo proposto esse propósito em sua fala, ele não fala de si mesmo e de seu próprio estado de modo simples, como considerados em si mesmos, mas de como se via ao ser comparado com Deus, especialmente quando Deus entra num exame rigoroso de sua criatura. E assim devem ser entendidas as palavras: Ainda que eu fosse perfeito, a



minha alma não o saberia; isto é, eu não reconheceria nem insistiria em qualquer justiça própria quando Deus entrasse em juízo comigo. E isso até os próprios anjos eleitos, embora já possuam o céu e, portanto, tenham mais do que certeza dele, não podem deixar de dizer quando são comparados com Deus.

Além disso, as palavras, segundo o original, são comumente entendidas de outro modo e podem muito bem ser traduzidas assim: Sou perfeito? Não conheço a minha alma; aborreço a minha vida; isto é, se penso ser perfeito, não tenho consideração por minha própria alma. Ou assim: Sou perfeito em relação a vós, e não conheço a minha alma, e aborreço a minha vida, isto é, no que diz respeito à minha própria retidão. E a outra passagem deve ser traduzida assim: Tenho medo de todas as minhas dores, e não de todas as minhas obras; pois esta última leitura é frontalmente contrária ao texto hebraico, e os próprios tradutores papistas não a seguem.

Objeção 2. Eclesiastes 9.1: O homem não sabe se é digno de amor ou de ódio; todas as coisas ficam incertas até o tempo futuro.

Resposta. Primeiro digo que a tradução não está correta; as palavras são assim no hebraico e na Septuaginta: Nenhum homem conhece amor ou ódio; todas as coisas estão diante deles. Quanto às palavras todas as coisas ficam incertas até o tempo futuro, elas foram enfiadas no texto à força, e Jerônimo não as tem.

Em segundo lugar, respondo que o Espírito Santo não nega simplesmente o conhecimento do amor ou do ódio de Deus, como se não pudesse haver nesta vida



nenhuma certeza deles. Se entendermos as palavras assim, então o argumento do Espírito Santo teria de ser formulado desta maneira: Se amor ou ódio pudessem ser conhecidos, então deveriam ser conhecidos pelas bênçãos exteriores de Deus; mas não podem ser conhecidos pelas bênçãos exteriores de Deus, porque todas as coisas acontecem igualmente a todos; logo, amor e ódio não podem ser conhecidos. A proposição é falsa. Pois o amor pode ser conhecido de outro modo que não pelos benefícios exteriores; e portanto esse raciocínio não é adequado para ser atribuído ao Espírito da verdade.

Logo, o sentido verdadeiro e próprio das palavras é que amor ou ódio não podem ser julgados ou discernidos pelas bênçãos exteriores de Deus. Bernardo fala desse texto desta maneira: nenhum homem conhece amor ou ódio, isto é, por essas coisas exteriores; contudo Deus dá aos homens na terra testemunhos muitíssimo certos disso. E no sermão 3 sobre a Dedicção suas palavras são estas: Quem sabe se é digno de amor ou de ódio? Quem conhece a mente do Senhor? Aqui tanto a fé como a verdade precisam ajudar, isto é, aquilo que está escondido no coração do Pai precisa ser revelado a nós pelo Espírito; e o seu Espírito, dando testemunho, persuade o nosso espírito de que somos filhos de Deus; e essa persuasão é causada por seu chamado e justificação, ou por sua gratuita justiça pela fé.

E Jerônimo, embora costume ser frequentemente usado para o lado contrário, não diz mais do que isto: que os homens não podem conhecer amor ou ódio pelas aflições presentes que sofrem, porque não sabem se as sofrem para prova ou para castigo.



Objecção 3. Primeira Carta aos Coríntios 4.3: Nem eu julgo a mim mesmo; nada sei contra mim. Aqui Paulo, como não estivesse consciente de seu próprio estado, recusa-se a dar qualquer juízo sobre sua própria justiça.

Resposta. Pelas palavras desta epístola é evidente que certos homens em Corinto censuravam, com ousadia mais do que com sabedoria, o ministério do apóstolo e, ao mesmo tempo, o rebaixavam em comparação com o ministério de outros mestres. Por isso Paulo, neste capítulo, procura fazer uma apologia de si mesmo, não falando de sua própria pessoa e de seu estado diante de Deus, mas apenas de seu ministério e da excelência dele. E este é o juízo de Teodoreto, Tomás de Aquino e Lyra sobre este texto. E quando ele diz: Não julgo a mim mesmo, seu sentido é: não tomo sobre mim julgar de que valor e preço meu ministério é diante de Deus, em comparação com o ministério deste ou daquele homem; mas deixo tudo a Deus. Aqui, portanto, Paulo recusa-se apenas a dar juízo sobre a excelência de seu próprio ministério; e em outras causas ele não se recusou a julgar-se a si mesmo, como quando disse: Combati o bom combate, guardei a fé; desde agora a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará, Segunda Carta a Timóteo 4.8. E Crisóstomo, sobre este texto, diz que Paulo recusou julgar-se, não de forma simples e absoluta, mas somente com este fim: para refrear os outros e ensinar-lhes modéstia. E quando Paulo diz: nada sei contra mim, a fala não é geral, mas deve ser entendida de negligências e ofensas no âmbito do seu ministério. Pois ele estava consciente de que em simplicidade e sinceridade piedosa teve sua conduta no mundo, Segunda Carta aos Coríntios 1.12; e sabia isto



acerca de si mesmo: que nada o separaria do amor de Deus em Cristo, Romanos 8.38.

Objecção 4. Para que sejamos justificados, algo é exigido de nós, a saber, fé e arrependimento; e onde estes faltam, o homem não pode ser justificado. Ora, nenhum homem pode ter certeza pela certeza da fé de que se arrepende de seus pecados de todo o coração, e de que possui uma fé tal como Deus requer de nossas mãos, considerando que não há testemunho na Palavra acerca de nossa fé e arrependimento em particular. Portanto, nenhum homem pode ter certeza, pela certeza da fé, de que seus pecados estão perdoados.

Resposta. Não é necessário que um homem tenha certeza pela fé da sua própria fé e arrependimento; porque a fé é apenas de coisas ausentes, ao passo que a fé e o arrependimento estão realmente presentes em todos os que verdadeiramente creem e se arrependem. Será suficiente se o homem puder de algum modo ter certeza infalível de que os possui. E embora alguns homens falsamente se persuadam de que creem, aquele que realmente tem fé verdadeira sabe que a tem, tão certamente quanto aquele que entende sabe que entende. Paulo diz aos coríntios: Examinai-vos a vós mesmos, se permaneceis na fé ou não, Segunda Carta aos Coríntios 13.5, dando assim a entender que todos os que creem têm o Espírito de discernimento para saber com certeza que de fato creem. Novamente ele diz de si mesmo, Segunda Carta a Timóteo 1.12: Eu sei em quem tenho crido. E João diz, Primeira Epístola de João 3.24: Nisto conhecemos que ele permanece em nós, pelo Espírito que nos deu, não levantando nenhuma dúvida sobre isso, mas antes



supondo que aquele que tem o Espírito sabe que o tem. E os testemunhos dos homens não faltam neste caso. Agostinho diz: Cada um vê a fé em seu próprio coração, se crê; se não, não a vê. Novamente: O crente vê a sua própria fé, pela qual responde sem qualquer dúvida que crê. E ainda: Aquele que ama seu irmão conhece mais o amor com que ama do que o irmão a quem ama. E quanto ao que se diz, que embora tenhamos fé não sabemos se ela é suficiente ou não, respondo que a fé, sendo sem hipocrisia, é suficiente para a salvação, ainda que seja imperfeita. Deus olha mais para a verdade da nossa fé do que para a perfeição dela. E assim como a mão de uma criança ou de um paralítico, embora seja fraca, ainda é capaz de se estender e receber uma esmola de um príncipe, assim também a fé, embora fraca, é capaz de apreender e receber Cristo com todos os seus benefícios.

Objeção 5. Provérbios 28: Bem-aventurado o homem que teme sempre. Filipenses 2: Desenvolvi a vossa salvação com temor e tremor.

Resposta. Há um temor tríplice: um da natureza, o segundo da graça, o terceiro da desconfiança. O temor da natureza é aquele pelo qual a natureza do homem se perturba diante de qualquer coisa que lhe seja nociva e, por isso, a evita. O temor da graça é aquele excelente dom que é chamado o princípio da sabedoria, e consiste em certa reverência e santo respeito para com Deus, em cuja presença fazemos tudo o que fazemos. O temor da desconfiança é quando os homens tremem diante dos juízos de Deus por seus pecados, porque não têm esperança de misericórdia. Desses três, o primeiro era bom por criação e, portanto, esteve em nosso Salvador



Cristo, mas desde a queda tornou-se defeituoso. O terceiro é um vício chamado temor servil. E o segundo é aquele que é ordenado nestes e em outros lugares semelhantes da Escritura, cujo propósito é tornar-nos circunspectos e temerosos, para que não ofendamos a Deus com algum pecado, considerando nossa própria fraqueza e os juízos iminentes de Deus. E esse tipo de temor, assim como o primeiro, pode coexistir com a certeza da fé. Romanos 11: Tu estás firme pela fé; não te ensoberbeças, mas teme. Salmo 2: Servi ao Senhor com temor e alegrai-vos com tremor.

Objecção 6. Onde não há palavra, não há fé. Pois fé e Palavra de Deus são correlativas. Mas não há Palavra de Deus que diga a homens particulares: Cornélio, ou Pedro, ou João, teus pecados estão perdoados, excetuando algumas poucas pessoas, como Maria Madalena, o parálítico e outros. Portanto, não há fé particular.

Resposta. Embora não haja uma palavra expressa nas Escrituras acerca da salvação deste ou daquele homem em particular, há contudo aquilo que equivale a uma palavra particular, e tanto quanto isso em efeito. Pois a promessa de remissão dos pecados e da vida eterna é dada com um mandamento para que cada homem aplique a promessa a si mesmo, como já provei antes; e isso é tanto quanto se o nome de cada homem em particular tivesse sido posto na promessa. Acrescento ainda que as promessas do evangelho devem ser consideradas de duas maneiras: primeiro, como são colocadas de forma geral nas Escrituras, sem aplicação a qualquer pessoa; segundo, como são ensinadas e publicadas no ministério da Palavra, cujo fim é aplicá-las



às pessoas dos homens, em parte pela pregação e em parte pela administração dos sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor, que são selos da justiça da fé. Ora, a promessa aplicada e, por assim dizer, particularizada aos membros da Igreja é, pela virtude da ordenança de Deus, tanto quanto se o próprio Deus tivesse dado a promessa particularmente e anexado a ela os nomes dos homens. Responde-se ainda que a promessa de remissão dos pecados é pregada não de modo simples, mas sob a condição da fé e do arrependimento dos homens, os quais não podem ser conhecidos com certeza. Respondo novamente, como já provei, que aquele que verdadeiramente crê e se arrepende sabe com certeza que crê e se arrepende.

Objecção 7. Crer no perdão dos próprios pecados não é um dos artigos da fé propostos em credo algum, seja o dos apóstolos, seja o niceno, seja o de Atanásio, seja qualquer outro credo.

Resposta. Essa fé está contida nestas palavras: Creio na remissão dos pecados; e eu o provo assim. Essas palavras são um artigo da fé cristã e, portanto, em sentido devem conter mais do que o diabo crê ou pode crer. Ora, o diabo crê ao menos nisto: que Deus concede remissão dos pecados à sua Igreja. Portanto, os cristãos precisam ir um passo além e crer particularmente na remissão de seus próprios pecados. De outro modo, se os papistas querem que a fé católica creia neste ponto não mais do que os espíritos condenados creem, que fiquem com isso para si.

Mas eles replicam ainda que, se houvesse tal artigo de fé, então algumas pessoas teriam de crer que são justas mesmo quando cometem voluntariamente



pecado mortal, o que é uma evidente falsidade. Resposta. Aquele que crê no perdão dos seus próprios pecados por verdadeira fé tem o Espírito de Deus nele e um propósito constante de não pecar contra Deus; e, portanto, se peca, é contra seu propósito e sem pleno consentimento da vontade; e não é ele quem o faz, mas o pecado que habita nele. Mas se acontecer que o filho de Deus seja surpreendido por algum pecado atual, então seu caso é este: ele, por sua queda, feriu sua consciência, enfraqueceu sua fé, privou-se do favor de Deus, tanto quanto nele estava, fez-se culpado de pecado e digno de condenação; e Deus, por sua parte, transforma os sinais externos de seu favor em sinais de ira e desagrado. E embora o pecado esteja perdoado no propósito de Deus, ainda não está de fato perdoado até que a pessoa se arrependa. Estando as coisas assim, não ensinamos que os homens devam crer no perdão de seus pecados enquanto vivem e permanecem neles; pois isso seria ensinar falsidade como se fosse verdade. Mas nossa doutrina é que tais pessoas devem primeiro humilhar-se e dizer com o filho pródigo que pecaram contra Deus e não são mais dignas de ser chamadas seus filhos; e então renovar sua fé e arrependimento enfraquecidos, para que possam crer, como antes, em sua perfeita reconciliação com Deus.

Objecção 8. Em relação a Deus, que é a própria verdade, devemos crer na promessa em particular; mas, se considerarmos nossa própria indignidade e indisposição, devemos temer e em alguma medida duvidar. Pois a promessa da remissão dos pecados não é absoluta, mas depende da condição de nossas obras. Portanto, nossa certeza é apenas conjectural.



Resposta. Respondo, primeiro, que, em consideração à nossa própria indignidade, não devemos duvidar da nossa salvação, mas estar totalmente fora de toda esperança em nós mesmos, sim, desesperar diante do tribunal de Deus. Pois todos os que são das obras da lei estão debaixo da maldição, Gálatas 3.10. E Paulo diz de suas próprias obras da graça: Nem por isso sou justificado, Primeira Carta aos Coríntios 4.4. E Davi, muitas vezes sem qualquer dúvida quanto à sua própria condenação merecida, em consideração da sua indignidade, diz livremente: Não entres em juízo com teu servo, ó Senhor, porque à tua vista não se justificará nenhum vivente. Além disso, a consideração de qualquer indignidade em nós não impede a certeza quanto à misericórdia de Deus em Cristo. Pois a verdadeira fé nos dá entrada junto a Deus com ousadia — digo, com ousadia — mesmo a pessoas que são indignas em si mesmas, Efésios 3.12. E Abraão, cuja fé deve ser imitada por nós, não se contentou, ao considerar seu corpo velho e amortecido, com uma simples esperança baseada numa probabilidade de cumprimento da promessa de Deus; antes, creu contra a esperança, Romanos 4.18. Por fim, respondo que o fundamento da objeção anterior é errôneo, a saber, que a promessa da salvação depende da condição de nossas obras; porque a Escritura diz que ela é feita e cumprida gratuitamente da parte do homem. Concedo, de fato, que à promessa está anexa a condição da fé; contudo, a fé aqui não deve ser considerada como obra, mas como instrumento que apreende Cristo com seus benefícios; e, juntamente com isso, o arrependimento com seus frutos é exigido da nossa parte,



mas não de outro modo senão como consequências necessárias da fé, e sinais e evidências dela.

Objeção 9. Nenhum homem conhece todos os seus pecados; portanto, nenhum homem pode conhecer com certeza que todos os seus pecados foram perdoados e que é aceito por Deus.

Resposta. O fundamento desse argumento é falso, a saber, que um homem não pode ter certeza do perdão de seus pecados se alguns deles lhe são desconhecidos. E, para tornar isso evidente, estabalecerei um fundamento mais certo, que será este: assim como é o caso no arrependimento, assim também é na fé; mas pode haver arrependimento verdadeiro e suficiente de pecados desconhecidos. Deus, de fato, exige arrependimento particular por pecados particulares conhecidos; mas, se eles estiverem escondidos e forem desconhecidos, ele aceita um arrependimento geral. Temos exemplo disso em Davi, que diz: Quem pode entender os próprios erros? Purifica-me dos meus pecados secretos. Se não fosse assim, nem Davi nem qualquer outro homem poderia ser salvo. Pois quando Davi se arrependeu profundamente de seu homicídio e adultério, não encontramos que tenha se arrependido particularmente de sua poligamia, a qual, com toda probabilidade, por causa do costume daqueles tempos, não era então reputada como pecado, especialmente na pessoa de um rei; e, todavia, como sabemos, ele certamente é salvo, e portanto até esse pecado lhe foi perdoado. Logo, quando Deus perdoa os pecados conhecidos dos homens, dos quais eles se arrependem em particular, ele juntamente perdoa o restante que lhes é desconhecido. E por isso fica claro que



a ignorância de alguns pecados ocultos, depois que o homem diligentemente examinou a si mesmo, não pode prejudicar uma certeza infalível do perdão de todos eles e da sua própria salvação.

Objecção 10. Nós oramos pelo perdão de nossos próprios pecados; portanto, somos incertos quanto ao perdão. O homem que sabe que tem perdão não precisa orar por ele.

Resposta. Respondo, primeiro, que, quando Cristo nos ensina a orar pela remissão de nossas dívidas, ele nos faz lembrar de que não devemos buscar o perdão de todos os nossos pecados, quer passados quer presentes, mas especialmente de nossas ofensas presentes e diárias, pelas quais nos tornamos dia após dia culpados, até que nos humilhemos e nos arrependamos delas. Em segundo lugar, por essa petição somos ensinados a pedir o aumento de nossa certeza; porque, embora Deus derrame infinita misericórdia sobre nós, somos estreitos em recebê-la: nossos corações são como um vaso de gargalo estreito, que, mesmo sendo lançado no oceano, recebe água apenas gota a gota.

Objecção 11. Ninguém pode crer em sua própria salvação como crê nos artigos da fé; portanto, ninguém pode crer no perdão de seus pecados e em sua salvação com certeza infalível.

Resposta. Primeiro, todo aquele que busca a salvação por Cristo está obrigado em consciência a crer em sua própria salvação e adoção por Cristo tão certamente quanto crê nos artigos da fé, porque à promessa da vida está anexado um mandamento para crê-la e aplicá-la. Em segundo lugar, essa fé pela qual somos levados a crer em nossa



própria salvação, se considerarmos sua natureza própria e verdadeira, é tão certa quanto aquela fé pela qual cremos nos artigos da fé. Em terceiro lugar, assim como há diversas idades na vida do homem, também há diversos graus e medidas da verdadeira fé. Há, antes de tudo, um começo ou rudimento de fé, como o pavio que fuma e a cana quebrada, que Cristo não apagará nem quebrará. Depois, há uma fé fraca, que apreende a promessa verdadeiramente, mas ainda está perplexa com muitas dúvidas. Por fim, há uma fé forte, que venceu todas as dúvidas e não é somente certa em sua natureza, como a anterior, mas também uma ampla e abundante persuasão da misericórdia de Deus em Cristo. Exemplos disso temos em Abraão, Davi, os mártires e outros homens dignos. Ora, pela segunda fé, os homens creem em sua adoção tão certamente quanto nos artigos, mas não com tanta firmeza e plenitude. Mas, pela última, a remissão dos pecados é crida não somente tão certamente quanto qualquer artigo da fé, mas também tão plenamente quanto eles.

Objeção 12. Os antigos pais, as luzes da Igreja de Deus, sempre condenaram essa certeza infalível e especial da fé que os protestantes sustentam e mantêm.

Resposta. Embora não edifiquemos a doutrina de nossa religião sobre os juízos dos homens, não recusamos, neste e em outros pontos, ser julgados pelos pais, cujos escritos, bem compreendidos, fazem mais a nosso favor do que a favor da religião papista. E seus testemunhos, comumente alegados para refutar a certeza da fé especial, são muito mal empregados.



Primeiro. Muitos deles parecem provar que o homem não pode julgar e discernir cada movimento e graça particular de seu coração, nem o crescimento dessas graças e a diminuição contrária, nem os vícios especiais e faltas, muitos dos quais estão escondidos do entendimento. Teodoreto, em seu comentário sobre Primeira Carta aos Coríntios, capítulo 4, diz: Eu me afastarei do pecado, mas esperarei a sentença de Deus; porque muitas vezes acontece que os homens pecam por ignorância e pensam que aquilo é justo e reto, enquanto o Deus de todos vê de outro modo. Agostinho, Sobre as Obras, sermão 23: Talvez não encontres nada em tua consciência; mas ele encontra algo que te desagrada. E sobre o Salmo 41: Eu sei que nada de mim mesmo permanece; e o dizer do apóstolo me aterroriza: Aquele que pensa estar em pé, veja que não caia. Aqui ele fala de sua justiça interior e esperança, consideradas em si mesmas, sem a assistência de Deus. Pois depois acrescenta: Portanto, porque não há estabilidade em mim por mim mesmo, nem esperança em mim por mim mesmo, por isso minha alma está perturbada por causa de mim. Crisóstomo, homilia 87 sobre João: Entristeço-me, para que talvez, julgando-me forte, não venha a cair como antes; quando eu parecia constante e corajoso a mim mesmo, fui achado covarde. Esses e mil testemunhos semelhantes nada provam. Pois, embora um homem não possa discernir plenamente seu coração, quer em relação a cada um de seus próprios pecados, quer em relação a cada graça, isso não impede que ele tenha uma certeza infalível de sua salvação e também um dom suficiente para discernir sua própria fé e arrependimento.



Segundo. Outros desses textos devem ser entendidos da presunção orgulhosa e de uma espécie de falsa segurança em que os homens sonham com facilidade e liberdade sem luta ou tentação. Agostinho, Sobre a Correção e a Graça, capítulo 13: Quem, dentre toda a companhia dos fiéis, enquanto vive nesta condição mortal, pode presumir que está no número dos predestinados? E, Sobre o Bem da Perseverança, capítulo 22: Nenhum homem pode estar seguro quanto à vida eterna até que esta vida termine. Bernardo, epístola 107: Tendo agora recebido em parte o conhecimento de si mesmo, ele pode alegrar-se na esperança, mas ainda não em segurança. Jerônimo, sobre Daniel 4: Que ninguém prometa ousadamente a outro o perdão de seus pecados.

Terceiro. Alguns textos afirmam que o homem não pode ter certeza da perseverança até o fim sem quedas e declínios na graça; e isso nós concedemos. Agostinho, Cidade de Deus, livro 11, capítulo 12: Embora os santos tenham certeza da recompensa da perseverança, contudo são achados incertos quanto à própria perseverança; pois que homem pode saber que perseverará na prática e crescimento da justiça até o fim, a não ser que lhe seja assegurado por alguma revelação?

Quarto. Alguns textos devem ser entendidos da certeza experimental, quando o evento se cumpre. Jerônimo, livro 2 contra os pelagianos: A ninguém chames bem-aventurado antes do fim, porque, enquanto vivemos aqui, estamos em combate; e, enquanto estamos em combate, não temos vitória certa.

Quinto. Alguns falam da incerteza da salvação dos outros homens, o que concedemos. O autor do livro



Sobre a Vocação dos Gentios, livro 1, diz: Não podemos pronunciar acerca de homem algum antes do seu fim que ele estará na glória dos eleitos. Agostinho, livro Sobre a Perseverança, capítulo 13: Os homens não podem, por nenhuma avaliação certa, afirmar que outros pertencem a esse chamado.

Sexto. Alguns falam daquela certeza que vem por revelação sem a Palavra. Gregório, livro 6, epístola 22, a Gregória: Enquanto acrescentas em tua carta que insistirás comigo até que eu escreva que me foi revelado que os teus pecados estão perdoados, pediste coisa dura e inútil. Dura, porque sou indigno de que tal revelação me seja feita; inútil, porque não debes ser tornada segura a respeito de teus pecados, senão no último dia de tua vida, pois então já não poderias lamentá-los.

Sétimo. Alguns negam ao homem aquela certeza que é própria de Deus, isto é, discernir em si mesmo claramente todas as coisas futuras, conforme hão de acontecer, sem auxílio de testemunhos e sinais exteriores. Bernardo, sermão 1 da Septuagésima: Quem pode dizer: Sou dos eleitos? Sou dos predestinados para a vida? Certamente ainda não temos isso; mas a confiança da nossa esperança nos consola. Compare-se essas palavras com as que seguem: Pois são dados certos sinais e claros indícios de salvação, para que seja coisa fora de dúvida que está no número dos eleitos aquele em quem esses sinais se encontram.

Assim, em alguma medida, mostrei que uma certeza infalível do perdão dos pecados e da vida eterna é propriedade de toda consciência renovada. Agora, portanto, seguirei adiante para considerar como essa



certeza é causada e impressa na consciência. O agente principal e iniciador dela é o Espírito Santo, iluminando a mente e a consciência com luz espiritual e divina; e o instrumento nessa ação é o ministério do evangelho, pelo qual a Palavra da vida é aplicada, em nome de Deus, à pessoa de cada ouvinte. E essa certeza é concebida pouco a pouco numa forma de raciocínio ou silogismo prático, formado na mente pelo Espírito Santo, desta maneira:

Todo aquele que crê é filho de Deus.

Mas eu creio.

Portanto, eu sou filho de Deus.

A proposição é feita pelo ministro da Palavra na congregação pública; e ela nada mais é do que a promessa da vida eterna aplicada aos ouvintes em particular. A segunda parte, ou a suposição, é a voz da consciência regenerada, ou a voz do Espírito de Deus nela.

Ora, os papistas escrevem e afirmam que a suposição é falsa; mas as razões que usam para prová-lo são de pouco peso. Primeiro, alegam que muitos se enganam em suas persuasões, pensando ter aquilo que não têm. Respondo novamente que muitos presumem falsamente da misericórdia de Deus e imaginam possuir aquela fé que não possuem; e em todos esses a suposição é falsa. Contudo, em todos os que são eleitos para a salvação e verdadeiramente chamados, ela é infalivelmente verdadeira. Pois aqueles que receberam o dom da verdadeira fé receberam também outro dom de discernimento, pelo qual veem e conhecem sua própria fé. Além disso, objeta-se que Jeremias diz, 17.9: Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto; quem o conhecerá? Mas o



propósito desse texto é apenas mostrar que nenhum homem pode sondar seu coração até o fundo, para ver cada falta, enfermidade e inclinação má que há nele. Pois o pecado original, com que o coração do homem está contaminado, é uma disposição e inclinação para todos os pecados que existem ou podem existir. E, embora os homens não possam discernir todos os seus pecados, contudo muitos deles são certamente conhecidos; por que então não poderiam muitas das graças de Deus ser certamente conhecidas, especialmente as principais, como fé, santificação e arrependimento? Novamente, alega-se que Pedro creu ser capaz de dar a vida por Cristo, e, todavia, de fato não o era, como o evento mostrou; pois, quando chegou a hora, negou a Cristo. Resposta. Pedro, nessa ocasião, ainda era fraco na fé e estava muito levado pela confiança em sua própria força, o que o fez falar essas palavras com presunção. E, embora tenha falhado nessa ação particular, não falhou no principal, isto é, na persuasão do perdão de seus próprios pecados e da vida eterna. Em suma, é certo que muitos se persuadem da misericórdia de Deus e, contudo, se enganam; ainda assim, todos os que verdadeiramente creem não se enganam, porque o Espírito Santo os faz ver em si mesmos aquilo que por natureza não podem discernir, como Paulo indicou quando disse: Digo a verdade, não minto, dando-me testemunho a minha consciência no Espírito Santo. Romanos 9.1.

Novamente, o mesmo testemunho é dado de outra maneira, assim:

Todo filho de Deus tem o perdão dos seus pecados, diz a Palavra de Deus. Mas eu sou filho de Deus;



portanto tenho o perdão dos meus pecados, diz a consciência renovada, pela direção do Espírito de Deus, Romanos 8.16, Gálatas 4.6.

Depois que esse testemunho é uma vez começado, ele é confirmado pelos mesmos meios, bem como pela oração e pelos sacramentos. Mas pode-se perguntar como um elemento corporal, como pão, vinho ou água, poderia confirmar uma persuasão de nossa adoção que está na consciência. Resposta. O elemento no sacramento é um selo exterior ou instrumento para confirmar a fé, não como um remédio restaura e confirma a saúde, quer pensemos nele ou não, quer durmamos ou vigiemos, e isso por sua própria virtude inerente; mas por meio de um raciocínio em silogismo feito pela boa consciência, cuja matéria é o sinal exterior no sacramento. Por meio desse silogismo o Espírito Santo move e desperta a mente, sim, alimenta e aumenta a fé, desta maneira:

Aquele que usa corretamente os elementos receberá as promessas.

Mas eu uso, ou usei, corretamente os elementos.

Portanto, receberei as promessas.

Visto que a presunção e a ilusão de Satanás podem também dizer a um homem que ele é filho de Deus, assim como o verdadeiro testemunho da consciência regenerada, o meio de distinguir entre ambas é este.

Primeiro. A presunção é natural e vem desde o ventre; mas esse testemunho da consciência é sobrenatural. Segundo. A presunção está naqueles que



não fazem caso dos meios ordinários de salvação. Este testemunho vem pelo ouvir reverente e cuidadoso da Palavra de Deus. Terceiro. A presunção está naqueles que não costumam invocar o nome de Deus; mas este testemunho da consciência está unido ao Espírito de adoção, que é o espírito de oração. Quarto. A presunção está unida à frouxidão de vida; este testemunho traz sempre consigo uma feliz mudança e transformação. Pois aquele que tem boa consciência também tem cuidado de conservar boa consciência em todas as coisas. Quinto. A presunção é peremptória, sem qualquer dúvida; ao passo que o testemunho da consciência está misturado com muitas dúvidas, Marcos 9.24, Lucas 17.5; sim, por vezes grandemente sobrecarregado por elas, Salmo 77.7-8. Sexto. A presunção abandonará o homem no tempo da enfermidade e na hora da morte; mas o testemunho da boa consciência permanece com ele até o fim e até o faz dizer: Senhor, lembra-te agora de como andei diante de ti em verdade e fiz o que era agradável aos teus olhos, Isaías 38.2.

Os deveres da consciência regenerada são dois: de modo especial dar testemunho e desculpar.

A coisa especial de que a consciência dá testemunho é que somos filhos de Deus predestinados para a vida eterna. E isso aparece por estas razões.

Primeira. Romanos 8.16: O Espírito de Deus testifica juntamente com o nosso espírito que somos filhos de Deus. Ora, o espírito do homem aqui mencionado é a mente ou consciência renovada e santificada. Com esse propósito diz João: Aquele que crê tem o testemunho em si mesmo, Primeira Epístola de



João 5.10. Segunda. Aquilo de que o Espírito de Deus dá testemunho à consciência, a consciência pode também testificar novamente a nós; mas o Espírito de Deus testifica à consciência do homem regenerado que ele é filho de Deus, Primeira Carta aos Coríntios 2.12. Portanto, a consciência também faz o mesmo. Terceira. Aquele que é justificado tem paz de consciência, Romanos 5.1. Ora, não pode haver paz na consciência até que a consciência diga ao homem que é justificado que ele de fato está justificado. Quarta. Aquilo que a consciência pode conhecer com certeza, ela pode testificar; mas a consciência pode conhecer com certeza, sem revelação extraordinária, a eleição e a adoção do homem, como já provei antes; portanto, ela é capaz de dar testemunho dessas coisas.

Além disso, a consciência regenerada dá testemunho de uma certa espécie de justiça, sendo ela companheira inseparável da mesma; e por essa causa é chamada por alguns a justiça da boa consciência. Ora, essa justiça nada mais é do que um propósito sincero, ardente e constante, com esforço correspondente, de não pecar em coisa alguma, mas em todas as coisas agradar a Deus e fazer a sua vontade. Hebreus 13.18: Orai por nós, porque estamos persuadidos de que temos boa consciência, desejando viver honestamente em todas as coisas. Segunda Carta aos Coríntios 1.12: A nossa glória é esta: o testemunho da nossa consciência, de que em simplicidade e sinceridade piedosa, e não em sabedoria carnal, tivemos a nossa conduta no mundo. Primeira Carta aos Coríntios 4.4: Nada sei contra mim mesmo. Isaías 38.2: Senhor, lembra-te agora de como andei



diante de ti com coração íntegro e fiz o que era agradável aos teus olhos.

Acrescento esta expressão, em todas as coisas, porque a obediência que é sinal ou fruto da boa consciência, e da qual ela também dá testemunho, é geral, mostrando-se em todos e em cada um dos mandamentos de Deus. Os filósofos disseram que a justiça é universal, porque aquele que a possui tem todas as virtudes. Mas é ainda mais verdadeiro dizer desta justiça cristã ou nova obediência que ela é universal, e que aquele que pode prestar verdadeira obediência em um mandamento pode fazer o mesmo em todos. Atos dos Apóstolos 23.1: Homens e irmãos, até ao dia de hoje tenho vivido diante de Deus com toda boa consciência. Salmo 119.6: Então não serei confundido, quando respeitar todos os teus mandamentos. Atos dos Apóstolos 24.16: E por isso procuro sempre ter uma consciência sem ofensa, tanto para com Deus como para com os homens.

Isso mostra que há grande número de homens que professam o evangelho e, no entanto, não têm boa consciência. Pois, embora se mostrem muito dispostos e prontos a obedecer a Deus em muitas coisas, em alguma uma ou outra costumam seguir o impulso da própria vontade. Muitos são diligentes em frequentar o lugar do culto de Deus, ouvir a palavra pregada com aprovação, receber os sacramentos nos tempos determinados e aprovar tudo o que é bom. Tudo isso é muito louvável; contudo, esses homens muitas vezes, quando voltam para casa depois da congregação, dizem na prática algo assim: Religião, fica tu aqui à porta da igreja até o próximo domingo. Pois, se olharmos para suas conversas



particulares, para o governo de suas famílias ou para seus negócios em suas vocações particulares, veremos com tristeza muita desordem e pouca consciência. É prática comum de homens enfermos, quando fazem seus testamentos em seus leitos de morte, em primeiro lugar recomendar seus corpos à sepultura e suas almas a Deus que as deu, na esperança de uma melhor ressurreição; e tudo isso é bem feito. Mas depois deixam seus bens, obtidos por fraude, opressão e cavilações enganosas, a seus próprios amigos e filhos, sem fazer qualquer restituição ou reparação. Mas, infelizmente, não deveria ser assim; porque a obediência que acompanha a boa consciência deve ser prestada a todos os mandamentos de Deus sem exceção; e, se for feita apenas a alguns, é apenas obediência fingida; e aquele que é culpado em um é culpado em todos.

Assim como a consciência regenerada dá testemunho de nossa nova obediência, assim também, por certos doces movimentos, ela impele os homens a realizá-la. Salmo 16.7: Os meus rins, isto é, a mente e a consciência iluminadas pelo Espírito de Deus, me ensinam durante a noite. Isaías 30.21: E os teus ouvidos ouvirão uma palavra atrás de ti, dizendo: Este é o caminho, andai por ele, quando te desviares para a direita e quando te desviares para a esquerda. Ora, essa palavra não é apenas a voz de pastores e mestres no ministério público, mas também a voz da consciência renovada, interiormente, por muitos pensamentos secretos reprimindo aqueles que estão prestes a pecar. O cristão não é apenas sacerdote e profeta, mas também rei espiritual, mesmo nesta vida; e o Senhor, em misericórdia, dignou-se conceder-lhe esta honra: que sua



consciência renovada dentro dele seja sua conselheira para lembrá-lo de todos os seus assuntos e deveres que deve cumprir para com Deus; sim, ela é a controladora para que tudo seja mantido em ordem no coração, que é o templo e habitação do Espírito Santo.

O segundo ofício da consciência regenerada é desculpar, isto é, absolver e defender o homem até diante de Deus contra todos os seus inimigos, tanto corporais quanto espirituais. Salmo 7.8: Julga-me, Senhor, segundo a minha justiça e segundo a inocência que há em mim. Novamente, Salmo 26.1-2: Julga-me, Senhor, porque tenho andado na minha inocência. Prova-me, Senhor, e examina-me; sonda os meus rins e o meu coração. Que a consciência pode fazer isso aparece especialmente no conflito e combate que ela trava contra o diabo, desta maneira:

O diabo começa e disputa assim: Tu, ó homem miserável, és um grande pecador; portanto, és apenas um miserável condenado. A consciência responde e diz: Eu sei que Cristo fez satisfação pelos meus pecados e me livrou da condenação. O diabo replica novamente: Ainda que Cristo te tenha livrado da morte por sua morte, tu estás completamente excluído do céu, porque nunca cumpreste a lei. A consciência responde: Eu sei que Cristo é minha justiça e cumpriu a lei por mim. Em terceiro lugar o diabo replica e diz: Os benefícios de Cristo não te pertencem; és um hipócrita e não tens fé. Ora, quando um homem é levado a esse aperto, não é nem a inteligência, nem o aprendizado, nem o favor, nem a honra que podem repelir essa tentação, mas apenas a pobre consciência dirigida e santificada pelo Espírito de



Deus, que ousada e constantemente responde: Eu sei em quem tenho crido.

E, embora seja ofício da consciência, depois que é uma vez renovada, principalmente desculpar, ainda assim ela também em parte acusa. Quando Davi contou o povo, seu coração o feriu, Segundo Livro de Samuel 24.10. Jó diz em sua aflição que Deus escrevia coisas amargas contra ele e o fazia herdar os pecados da sua mocidade, Jó 13.26. A razão disso é que o homem inteiro, e a própria consciência, é apenas em parte regenerado e, portanto, em parte ainda permanece corrupto.

Também não deve parecer estranho que uma e a mesma consciência tanto acuse quanto desculpe, porque ela não faz isso sob o mesmo aspecto. Ela desculpa na medida em que assegura ao homem que sua pessoa permanece justa diante de Deus e que ele tem, no curso geral de sua vida, um sincero esforço para agradar a Deus; ela o acusa por suas quedas particulares e pelas faltas que existem em suas boas obras.

Se alguém perguntar por que Deus não regenera perfeitamente a consciência e a faz apenas desculpar, a resposta é esta: Deus o faz para prevenir males maiores. Quando os israelitas entraram na terra de Canaã, os cananeus não foram logo totalmente expulsos. Por quê? Moisés apresenta a razão: para que feras selvagens não viessem habitar algumas partes da terra que ficassem despovoadas, e os afligissem mais do que os cananeus. Da mesma maneira, Deus renova a consciência, mas de modo que ela ainda acuse quando houver ocasião, para prevenir muitos pecados perigosos que, como feras selvagens, fariam presa da alma.



Até aqui sobre a boa consciência; agora segue a má consciência. Ela assim é chamada em parte porque está contaminada e corrompida pelo pecado original, e em parte porque é má, isto é, penosa e dolorosa em nosso senso e sentimento, como todas as dores, calamidades e misérias também são chamadas más por essa razão. Embora a consciência seja assim chamada má, ainda possui alguns aspectos de bondade geral, visto que é instrumento da execução da justiça divina; porque serve para acusar diante de Deus aqueles que justamente devem ser acusados.

Ela se espalhou sobre a humanidade tão universalmente quanto o pecado original e, por isso, é encontrada em todos os homens que procedem de Adão por geração ordinária. Sua propriedade é, com todo o poder que possui, acusar e condenar; e, assim, fazer o homem temer a presença de Deus e levá-lo a fugir de Deus como de um inimigo. Foi isso que o Senhor quis significar quando disse a Adão: Adão, onde estás tu? Quando Pedro viu um pequeno lampejo do poder e majestade de Deus na grande pesca de peixes, caiu de joelhos e disse a Cristo: Senhor, afasta-te de mim, porque sou homem pecador.

A má consciência é ou morta ou atormentadora. A consciência morta é aquela que, embora nada possa fazer senão acusar, contudo geralmente permanece quieta, acusando pouco ou quase nada.

As causas pelas quais a consciência permanece morta nos homens, em maior ou menor grau, são muitas.



Primeiro. Defeito da razão ou do entendimento em cérebros perturbados. Segundo. A violência e força das paixões, que como uma nuvem obscurecem a mente e como um abismo de águas engolem o julgamento e a razão, impedindo assim a consciência de acusar; pois quando a razão não pode cumprir sua função, a consciência nada faz. Por exemplo, alguém, em sua ira, comporta-se como um homem louco e voluntariamente comete algum grande mal sem qualquer reprovação da consciência; mas quando a ira se acalma, ele começa a sentir vergonha e inquietação em si mesmo, não sempre pela graça, mas até pela força de sua consciência natural, a qual, quando a paixão se aquieta, começa a agir novamente, como aparece no exemplo de Caim. Terceiro. A ignorância da vontade de Deus e os erros de julgamento fazem com que a consciência fique tranquila quando deveria acusar. Isso vemos pela experiência na morte de hereges obstinados, que sofrem por suas opiniões condenáveis sem qualquer reprovação da consciência.

A consciência morta tem dois graus: o primeiro é a consciência entorpecida ou adormecida; o segundo é a consciência cauterizada.

A consciência entorpecida é aquela que não acusa o homem por pecado algum, a não ser por pecados graves ou capitais, e nem sempre por estes, mas apenas no tempo de alguma enfermidade grave ou calamidade. Os irmãos de José não foram muito perturbados em consciência por sua maldade ao venderem seu irmão, até que depois, quando foram afligidos pela fome e angustiados no Egito, foram despertados, Gênesis 42.21. Essa é a consciência que geralmente reina nos corações



de protestantes sonolentos, de todos os evangelistas carnavais e mornos, e daqueles que são comumente chamados homens civis e honestos, cuja aparente integridade não os livra de consciências culpadas.

Tal consciência deve ser cuidadosamente evitada, pois é extremamente perigosa. É como uma fera selvagem que, enquanto dorme, parece muito mansa e inofensiva e não fere ninguém; mas quando é despertada, levanta-se e ataca o homem e procura arrancar-lhe a garganta. Assim também é o modo da consciência morta: permanecer quieta e silenciosa durante todo o curso da vida de um homem; e por isso ele pensa, como a maioria pensa, que possui uma boa consciência. Mas quando a enfermidade ou a morte se aproximam, sendo despertada pela mão de Deus, ela começa a levantar-se, mostrar seus olhos ferozes e ameaçar rasgar até a própria garganta da alma. E os poetas pagãos, conhecendo bem isso, compararam a má consciência às Fúrias que perseguem os homens com tochas acesas.

A consciência cauterizada é aquela que não acusa por pecado algum, nem mesmo por grandes pecados. Ela é comparada por Paulo, Primeira Carta a Timóteo 4.2, à parte do corpo humano que não apenas está privada de sensação, vida e movimento por causa da gangrena, mas também é queimada com ferro em brasa e, portanto, está totalmente sem qualquer sensibilidade.

Esse tipo de consciência não está em todos os homens, mas em pessoas que se tornaram hereges obstinados e criminosos notórios. E ela não está neles por natureza, mas por um aumento da corrupção da natureza, que ocorre por certos passos e graus. Pois naturalmente



todo homem possui cegueira de mente e obstinação ou perversidade de coração; contudo, com essa cegueira e ignorância da mente ainda permanecem alguns vestígios da luz natural, que nos mostram o que é bom e o que é mau. Ora, o coração do homem, sendo extremamente obstinado e perverso, o leva a cometer pecados até contra a luz da natureza e da consciência comum. Pela prática de tais pecados, a luz da natureza é apagada; então vem a mente reprovada, que julga o mal como bem e o bem como mal. Depois disso segue-se a consciência cauterizada, na qual não há sentimento nem remorso; e depois disso vem uma extrema avidez por todo tipo de pecado, Efésios 4.18, Romanos 1.28.

Aqui pode-se perguntar como as consciências dos homens os acusarão no dia do juízo, se nesta vida estão assim entorpecidas e cauterizadas. Resposta. Diz-se em Apocalipse 20.12 que, no último julgamento, todos serão trazidos diante de Cristo e que então os livros serão abertos; entre esses livros, sem dúvida, a consciência é um deles. Portanto, embora nesta vida a consciência morta seja como um livro fechado ou selado, porque acusa pouco ou nada, depois desta vida será como um livro aberto, porque Deus a iluminará e a despertará por seu poder poderoso, de modo que será capaz de revelar e descobrir todos os pecados que um homem cometeu.

A consciência que desperta é aquela que sensivelmente ou acusa ou desculpa. E ela tem quatro formas.

A primeira é aquela que acusa o homem por fazer o mal. Esta deve necessariamente ser uma má consciência. Pois acusar não é uma propriedade que



pertença à consciência pela criação, mas um defeito que surgiu depois da queda. E se a consciência que verdadeiramente acusa o homem por seus pecados fosse uma boa consciência, então o pior homem que existe poderia ter uma boa consciência, o que não pode ser.

A segunda é aquela que acusa por fazer o bem. Ela é encontrada naqueles que são dados à idolatria e à superstição, como na Igreja de Roma, na qual, porque as consciências dos homens estão presas e enredadas em tradições humanas, muitos ficam perturbados por fazer aquilo que em si mesmo é bom, ou ao menos algo indiferente. Por exemplo, se um sacerdote deixa de celebrar a missa e de recitar as horas canônicas, sua consciência o acusará por isso, embora a omissão das horas canônicas e da missa idólatra não seja, na verdade, pecado algum segundo a Palavra de Deus.

A terceira é a consciência que desculpa por fazer aquilo que é mau. Ela também se encontra naqueles que são dados à idolatria e à superstição. Um exemplo particular disso aparece em João 16.2: Chegará o tempo em que todo aquele que vos matar pensará estar prestando serviço a Deus. Tal é a consciência de traidores papistas em nossos dias, que não são tocados em nada, embora planejem e executem terríveis maldades e até sejam mortos por isso.

A quarta é aquela que desculpa por fazer o bem, em alguns momentos e em certas ações particulares de homens carnis. Quando Abimeleque tomou Sara de Abraão, Deus lhe disse em sonho: Eu sei que fizeste isso com integridade de coração, Gênesis 20.6. Isso pode ser chamado de boa consciência, mas na verdade é de outro



modo. Pois, embora ela verdadeiramente desculpe em uma ação particular, contudo, porque o homem em quem ela está pode ainda ser não regenerado e estar fora de Cristo, e porque ela o acusa em muitas outras coisas, portanto não é uma boa consciência. Pois, se todas as virtudes dos homens naturais são na verdade apenas certos pecados belos, e sua justiça é apenas uma justiça carnal, então também a consciência de um homem carnal, embora o desculpe por fazer o bem, é apenas uma consciência carnal.

CAPÍTULO 4

O dever do homem quanto à consciência

O dever do homem quanto à consciência é duplo. O primeiro é que, se ele não possui uma boa consciência, acima de todas as coisas deve esforçar-se para obtê-la; pois ela não é dada por natureza a homem algum, mas vem pela graça.

Para a obtenção de uma boa consciência, três coisas devem ser procuradas: a preparação para uma boa consciência, a aplicação do remédio e a reforma da consciência.

Na preparação são requeridas quatro coisas.

A primeira é o conhecimento da lei e dos mandamentos particulares dela, pelos quais somos ensinados o que é bom, o que é mau, o que deve ser feito e o que não deve ser feito.



Os homens de nossos dias, para que tenham o verdadeiro conhecimento da lei, devem abandonar muitas opiniões errôneas e tolas que sustentam contra o verdadeiro sentido da lei de Deus; pois, enquanto as mantiverem, nunca poderão discernir entre pecado e não pecado. As opiniões principais e comuns são estas:

Primeiro. Que podem amar a Deus de todo o coração e ao próximo como a si mesmos; que temem a Deus acima de tudo e confiam somente nele; e que sempre fizeram assim. Segundo. Que repetir a oração do Senhor, o credo e os dez mandamentos, sem entendimento das palavras e sem afeição, é o verdadeiro e completo culto de Deus. Terceiro. Que um homem pode consultar feiticeiros e adivinhos sem ofensa, porque Deus providenciou um remédio para cada enfermidade. Quarto. Que jurar por coisas boas e no caminho da verdade não é pecado. Quinto. Que um homem, tratando de seus negócios comuns em casa ou fora no dia do sábado, pode servir a Deus tão bem quanto aqueles que ouvem todos os sermões do mundo. Sexto. Que a religião e a prática dela nada mais são do que uma precisão exagerada; que a cobiça, raiz dos males, não passa de prudência mundana; que o orgulho nada mais é do que cuidado com a honra e a aparência; que a fornicção simples não passa de travessura da juventude; que jurar e blasfemar são sinais de espírito corajoso e de um cavalheiro valente. Sétimo. Que um homem pode fazer com o que é seu o que quiser e obter o máximo lucro possível. Daqui surgem todas as fraudes e práticas desonestas no comércio entre homem e homem.



A segunda coisa requerida é o conhecimento da sentença judicial da lei, a qual declara resolutamente que uma maldição é devida ao homem por cada pecado, Gálatas 3.10. Muito poucos estão convencidos da verdade deste ponto, e muito poucos o creem sinceramente, porque as mentes dos homens estão possuídas de uma opinião contrária, a saber, que, embora pequem contra Deus, ainda assim escaparão da morte e da condenação. Davi diz: O ímpio, isto é, todo homem por natureza, bendiz a si mesmo, Salmo 10.3; e faz aliança com a morte e acordo com o inferno, Isaías 28.15. Isso também aparece pela experiência. Que os ministros do evangelho repreendam o pecado e denunciem os juízos de Deus contra ele segundo a regra da Palavra de Deus, ainda assim os homens não temerão; as pedras nas paredes e os pilares de nossas igrejas quase se moveriam tão facilmente quanto os corações de pedra dos homens. E a razão é que suas mentes estão prevenidas com esta falsa imaginação: que não estão em perigo da ira de Deus, embora o ofendam. E a opinião do povo comum é correspondente a isso, pois pensam que, se têm boa intenção e não prejudicam ninguém, Deus os desculpará tanto nesta vida quanto no dia do juízo.

A terceira coisa é um exame justo e sério da consciência pela lei, para que possamos ver qual é o nosso estado diante de Deus. Este é um dever no qual os profetas insistem muito. Lamentações 3.40: Sofremos por causa de nossos pecados; examinemos e provemos os nossos caminhos e voltemos ao Senhor. Sofonias 2.1: Examinai-vos, examinai-vos, ó nação que não é desejada. Ao fazer esse exame devemos notar especialmente aquilo que agora pesa, ou pode futuramente pesar, sobre a



consciência. E depois que um exame cuidadoso foi feito, o homem chega ao conhecimento de seus pecados em particular e de seu estado miserável e desventurado.

Quando um homem entra em sua casa à meia-noite, não encontra ou vê nada fora de ordem; mas se entrar durante o dia, quando o sol brilha, então verá muitas manchas na casa e até o pó que flutua no ar. Assim também, se um homem examina seu coração na ignorância e cegueira de sua mente, logo pensará que tudo está bem; mas quando começar a examinar a si mesmo com a luz e a lanterna da lei, encontrará muitos cantos sujos em seu coração e muitas pilhas de pecados em sua vida.

A quarta coisa é uma tristeza em relação ao castigo do pecado, surgindo das três ações anteriores. E embora essa tristeza não seja graça, pois ocorre tanto nos ímpios quanto nos piedosos, ainda assim pode ser ocasião de graça; porque, pela apreensão da ira de Deus, chegamos à apreensão de sua misericórdia. E é melhor que a consciência nos repreenda, nos fira e faça sua obra contra nós nesta vida, enquanto ainda há remédio, do que depois desta vida, quando o remédio já não existe.

Assim falamos da preparação; agora segue o remédio e a aplicação dele.

O remédio nada mais é do que o sangue ou os méritos de Cristo, que especialmente em sua consciência sentiu a ira de Deus, como quando disse: A minha alma está profundamente triste até a morte. E sua agonia não foi tanto dor e tormento no corpo quanto a apreensão do temor e da ira de Deus em sua consciência. E quando o



Espírito Santo diz que ele ofereceu a Deus orações com fortes clamores e foi ouvido por causa do seu temor, ele aponta diretamente para a angústia e aflição de sua santíssima consciência por causa de nossos pecados.

E assim como o sangue de Cristo é um remédio totalmente suficiente, também é o único remédio para todas as feridas e chagas da consciência. Pois nada pode estancar ou cessar os terrores da consciência senão o sangue do Cordeiro imaculado de Deus; nada pode satisfazer o julgamento da consciência, muito menos o severíssimo juízo de Deus, senão a única satisfação de Cristo.

Na aplicação desse remédio duas coisas são requeridas: o evangelho pregado e a fé. O evangelho é a mão de Deus que nos oferece a graça; e a fé é a nossa mão pela qual a recebemos.

Para que de fato recebamos Cristo com todos os seus benefícios pela fé, devemos praticar duas lições.

A primeira é humilhar-nos sinceramente diante de Deus por todas as nossas faltas, brechas e feridas na consciência, a qual, sendo para nós como um paraíso de Deus, por nossa própria culpa transformamos, por assim dizer, em um pequeno inferno dentro de nós. Essa humilhação é o começo de toda graça e religião; o orgulho e a boa consciência nunca podem caminhar juntos. Aqueles que têm conhecimento na religião e muitos outros dons sem humilhação são apenas pessoas desenfreadas, não mortificadas e não reformadas.

Essa humilhação contém dois deveres. O primeiro é a confissão de nossos pecados, especialmente



daqueles que pesam sobre nossas consciências, à qual deve ser unido o acusar e condenar a nós mesmos; pois assim tiramos a consciência de seu ofício e realizamos diante de Deus nesta vida aquela obra que a consciência realizaria para nossa condenação eterna depois desta vida. O segundo dever é a deprecação, que é um tipo de oração feita com gemidos e desejos do coração, na qual nada pedimos senão o perdão de nossos pecados por causa de Cristo, até que a consciência seja pacificada.

A essa humilhação, que consiste nessas duas partes, são feitas excelentes promessas de graça e vida eterna. Provérbios 28.13: O que encobre seus pecados não prosperará; mas o que os confessa e abandona alcançará misericórdia. Primeira Epístola de João 1.9: Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça. Lucas 1.53: Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos.

Essas promessas também são confirmadas pela experiência em diversos exemplos. Segundo Livro de Samuel 12.13: Davi disse a Natã: Pequei contra o Senhor. E Natã disse a Davi: O Senhor também perdoou o teu pecado. Segundo Livro das Crônicas 33.12: Quando Manassés estava em aflição, orou ao Senhor seu Deus e humilhou-se grandemente diante do Deus de seus pais, e orou a ele, e Deus ouviu sua oração. Lucas 23.42-43: O ladrão disse a Jesus: Senhor, lembra-te de mim quando vieres no teu reino. Então Jesus lhe disse: Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso.

Por esses e muitos outros textos fica evidente que, quando um homem verdadeiramente se humilha



diante de Deus, ele naquele mesmo instante é reconciliado com Deus e tem o perdão de seus pecados no céu; e depois terá a certeza disso em sua própria consciência.

A segunda lição é que, quando somos tocados em consciência por causa de nossos pecados, não devemos ceder às dúvidas naturais e à desconfiança, mas resistir a elas e esforçar-nos pela graça de Deus para nos convencer de que as promessas de salvação por Cristo pertencem particularmente a nós, porque fazer isso é o próprio mandamento de Deus.

A terceira coisa é a reforma da consciência, que acontece quando ela deixa de acusar e aterrorizar e começa a desculpar e testificar a nós, pelo Espírito Santo, que somos filhos de Deus e temos o perdão de nossos pecados. E isso ela fará depois que os homens tiverem se humilhado seriamente e orado com fervor e constância, com suspiros e gemidos do espírito, pela reconciliação com Deus em Cristo. Pois então o Senhor enviará seu Espírito à consciência com um doce e celestial testemunho para nos assegurar de que estamos em paz com Deus.

Assim vemos como a boa consciência é obtida; e, porque é uma joia tão preciosa, desejo que todas as pessoas que ainda nunca se esforçaram para obter uma boa consciência comecem agora a fazê-lo. As razões para levar os homens a isso podem ser estas.

Primeiro. Vós buscais dia e noite, ano após ano, honras, riquezas e prazeres, que afinal tereis de deixar para trás; muito mais, portanto, deveis buscar



consciências renovadas e reformadas, considerando que a consciência estará convosco nesta vida, na morte, no último julgamento e para sempre.

Segundo. Aquele que não tem uma consciência purificada pelo sangue de Cristo nunca pode ter verdadeiro e duradouro consolo nesta vida. Suponhamos um homem vestido com roupas preciosas, sentado em uma cadeira de honra, diante dele uma mesa preparada com todas as delícias; seus servos, monarcas e príncipes; suas riquezas os maiores tesouros e reinos do mundo. Mas suponhamos também alguém ao seu lado com uma espada nua pronta para cortar-lhe a garganta, ou uma fera selvagem pronta a qualquer momento para despedaçá-lo. Que diremos do estado desse homem, senão que toda a sua felicidade não é senão miséria e desgraça? Tal é o estado de todos os homens que, abundando em riquezas, honras e prazeres, carregam consigo uma má consciência, que é como uma espada para matar a alma, ou como uma fera voraz pronta para sugar o sangue da alma e despedaçá-la.

Terceiro. Aquele que não possui boa consciência nada pode fazer senão pecar. Seu comer e beber, seu dormir e despertar, e tudo o que faz se torna pecado. A consciência deve primeiro ser boa antes que a ação possa ser boa; se a raiz é corrupta, os frutos são correspondentes.

Quarto. Uma má consciência é o maior inimigo que um homem pode ter, porque executa todas as partes do julgamento contra ele. Ela é o oficial de Deus; Deus não precisa enviar processo por meio de qualquer de suas criaturas contra o homem: a consciência dentro do



próprio homem o prenderá e o levará diante de Deus. Ela é o carcereiro para mantê-lo na prisão em correntes e grilhões, para que esteja presente no dia do juízo. Ela é a testemunha para acusá-lo, o juiz para condená-lo, o carrasco para executá-lo e as chamas do fogo do inferno para atormentá-lo. Além disso, faz o homem inimigo de Deus, porque o acusa diante de Deus e o faz fugir dele, como Adão fez quando pecou. Também faz o homem inimigo de si mesmo, pois o leva a lançar mão violenta contra si próprio e tornar-se seu próprio carrasco ou seu próprio assassino. Pelo contrário, uma boa consciência é o melhor amigo de um homem; quando todos os outros o tratam duramente, ela fala e o consola com bondade. Ela é um banquete contínuo e um paraíso sobre a terra.

Quinto. A Escritura mostra que aqueles que nunca buscam uma boa consciência têm fins terríveis. Pois ou morrem insensíveis, como Nabal, ou morrem em desespero, como Caim, Saul, Aitofel e Judas.

Sexto. Devemos considerar frequentemente o terrível dia do julgamento, no qual cada homem será julgado segundo suas obras. E para que então sejamos absolvidos, o melhor caminho é buscar uma boa consciência; pois se nossa consciência for má e nos condenar nesta vida, Deus muito mais nos condenará. E visto que devemos passar por três julgamentos — o julgamento dos homens, o julgamento de nossa própria consciência e o último julgamento de Deus — nunca seremos fortalecidos contra eles e absolvidos em todos, senão buscando uma boa consciência.

Depois que um homem obtém uma boa consciência, seu segundo dever é conservá-la. E assim



como no governo de um navio no mar o piLóo, segurando o leme em sua mão, mantém sempre os olhos na bússola, assim também nós, ao ordenar nossas vidas e conversações, devemos sempre ter especial cuidado para conservar uma boa consciência.

Para que possamos conservar uma boa consciência, devemos fazer duas coisas: evitar os impedimentos dela e usar os meios adequados de preservação.

Os impedimentos da boa consciência estão ou em nós ou fora de nós. Em nós estão nossos próprios pecados e corrupções. Quando os corpos dos homens jazem mortos na terra, certos vermes nascem neles e os consomem. Pois da própria carne surgem os vermes que a devoram. Assim também, se não tomarmos grande cuidado, de nossos próprios pecados e corrupções brotarão vermes mil vezes mais terríveis, a saber, o verme da consciência que nunca morre, o qual lentamente consumirá a consciência, a alma e todo o homem, pois ele estará sempre morrendo e nunca morto. Esses pecados são especialmente estes: ignorância, afeições não mortificadas e desejos mundanos.

Quanto ao primeiro, a ignorância, ela é um grande e comum inimigo da boa consciência. Pois quando a mente erra ou concebe falsamente, ela desvia a consciência e engana todo o homem. O modo de evitar esse impedimento é esforçar-nos para crescer diariamente no conhecimento da Palavra de Deus, para que ela habite em nós abundantemente. Para esse fim devemos orar com Davi para que Deus abra nossos olhos a fim de entendermos as maravilhas de sua lei; e,



juntamente com isso, devemos diariamente examinar as Escrituras para entendê-las, assim como os homens procuram nas minas da terra o minério de ouro, Provérbios 2.4. Por fim, devemos buscar sabedoria espiritual, para que tenhamos o uso correto da Palavra de Deus em cada ação particular, de modo que, sendo por ela dirigidos, possamos discernir o que podemos ou não fazer com boa consciência.

O segundo impedimento são as afeições desordenadas e não mortificadas; se lhes for permitido correr livremente, como cavalos selvagens que viram a carruagem com homens e tudo, assim também elas derrubam e arrastam o julgamento e a consciência do homem. Portanto, quando dominam, a boa consciência não tem lugar. Agora, para evitar o perigo que vem desse caminho, deve-se seguir este método. Quando queremos que uma espada ou faca não fira a nós ou a outros, voltamos seu fio. Da mesma forma, para impedir que nossas afeições prejudiquem ou perturbem a consciência, devemos mudar o curso delas, dirigindo-as do nosso próximo para nós mesmos e para nossos próprios pecados, ou inclinando-as para Deus e para Cristo.

Por exemplo, a ira e a cólera geralmente se voltam contra o próximo e assim prejudicam muito a consciência. Mas seu curso é mudado quando começamos a ficar descontentes e irados conosco mesmos por causa de nossos próprios pecados. Da mesma forma, o amor posto no mundo prejudica a consciência; mas quando começamos a colocar nosso amor em Deus em Cristo e a amar o sangue de Cristo acima de todo o mundo, então,



ao contrário, ele se torna um grande auxílio para uma boa consciência.

O terceiro impedimento são os desejos mundanos, isto é, o amor e o desejo excessivo de riquezas, honras e prazeres. Todo homem, como Adão, tem sua boa consciência como seu paraíso; o fruto proibido é o forte desejo dessas coisas terrenas; a serpente é o antigo inimigo, o diabo, o qual, se lhe for permitido enredar-nos com o amor do mundo, logo nos expulsará do nosso paraíso e nos excluirá de toda boa consciência. O remédio é aprender a lição de Paulo em Filipenses 4.12, que é: em todo estado em que Deus nos colocar, estarmos contentes, considerando em nosso coração a condição presente como a melhor para nós entre todas. Ora, para que essa lição seja aprendida, devemos esforçar-nos ainda mais para estar bem resolvidos acerca da providência especial de Deus para conosco em toda situação e condição de vida; e, quando tivermos aproveitado tão bem na escola de Cristo que possamos ver e reconhecer a providência e a bondade de Deus tanto na enfermidade quanto na saúde, na pobreza quanto na riqueza, na fome quanto na fartura, na vida quanto na morte, então ficaremos muito contentes, aconteça o que acontecer conosco.

Os meios de preservação da boa consciência são dois.

O primeiro é preservar e nutrir a fé salvífica pela qual somos persuadidos da nossa reconciliação com Deus em Cristo; pois esta é a raiz da boa consciência, como já foi mostrado. Ora, essa fé é nutrida e confirmada pelos exercícios diários de invocação e arrependimento, que



consistem em humilhar-nos, lamentar e confessar nossos pecados a Deus, condenar-nos por eles, orar por perdão e por força contra os pecados, louvar a Deus e dar-lhe graças por seus benefícios diários. E, pela prática sincera e séria desses deveres, o arrependimento e a fé são diariamente renovados e confirmados.

O segundo meio de preservação é manter a justiça de uma boa consciência. Essa justiça, como já disse, nada mais é do que um desejo e esforço constante de obedecer à vontade de Deus em todas as coisas. Para que essa justiça seja conservada até o fim, devemos praticar três regras.

A primeira é que devemos carregar em nosso coração o propósito de nunca pecar contra Deus em coisa alguma; pois onde há propósito de cometer algum pecado de modo consciente e voluntário, ali não há nem fé boa nem boa consciência.

A segunda é andar com Deus, como Enoque fez, Gênesis 5.24, isto é, ordenar todo o curso de nossa vida como estando na presença de Deus, desejando aprovar todas as nossas ações até mesmo diante dele. Ora, essa persuasão de que, onde quer que estejamos, estamos na presença de Deus é um meio notável para manter a sinceridade. Gênesis 17.1: Eu sou o Deus Todo-Poderoso; anda na minha presença e sê perfeito. E a falta disso é a ocasião de muitas ofensas, como Abraão disse: Porque pensei que certamente não há temor de Deus neste lugar, e me matarão por causa de minha mulher, Gênesis 20.11.

A terceira regra é andar cuidadosamente em nossas vocações particulares, cumprindo os deveres delas



para a glória de Deus, para o bem da comunidade e para a edificação da Igreja, evitando nisso fraude, cobiça e ambição, que muitas vezes levam os homens a pôr suas consciências no estirador e fazê-las esticar como couro.

Assim vemos como a boa consciência pode ser preservada. As razões para nos levar a isso são muitas.

Primeiro. O mandamento expresso de Deus, Primeira Carta a Timóteo 1.19: Conserva a fé e a boa consciência. E Provérbios 4.23: Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração.

Segundo. A boa consciência é a parte mais delicada da alma, como a menina dos olhos, a qual, sendo perfurada pela menor agulha que seja, não somente fica ferida, mas também perde a vista. Portanto, assim como Deus faz com o olho, assim também devemos fazer com a consciência. Deus deu ao olho certas pálpebras de carne para defendê-lo e cobri-lo de injúrias externas; do mesmo modo, devemos usar meios para evitar tudo o que possa ofender ou prejudicar a consciência.

Terceiro. Muitos benefícios nos vêm de conservar uma boa consciência. Primeiramente, enquanto cuidamos de guardá-la, guardamos e desfrutamos todos os outros dons do Espírito de Deus. A boa consciência e as demais graças de Deus são como um par de rolas: quando uma se alimenta, a outra se alimenta; quando uma não gosta, a outra não gosta; quando uma morre, a outra morre. Assim, onde a boa consciência é mantida, muitos outros excelentes dons de Deus florescem; e onde a consciência morre, eles também decaem.



Além disso, a boa consciência nos dá ânimo e ousadia para invocar o nome de Deus, Primeira Epístola de João 3.21: Se o nosso coração não nos condena, temos confiança diante de Deus.

Em terceiro lugar, ela nos torna pacientes na aflição e nos consola grandemente; e quando, por causa da gravidade de nossa aflição, somos constrangidos a nos ajoelhar e tomar a nossa cruz, a consciência regenerada, como uma companheira fiel, ou como um bom Simão, põe o ombro e ajuda a carregar uma ponta dela.

Por fim, quando ninguém mais pode nos consolar, ela será uma consoladora amável e uma amiga que falará docemente conosco até mesmo na própria agonia e nas dores da morte.

Quarto. Não preservar a consciência sem mancha é o caminho para o desespero. É política do diabo usar meios para lançar a consciência no sono da segurança carnal, para mais facilmente levar o homem à sua própria destruição. Pois, assim como doenças, se longamente negligenciadas, tornam-se incuráveis, assim também a consciência, muito e frequentemente ferida, admite pouco ou nenhum consolo. E nem sempre ajudará o homem, depois de muitos anos, dizer por fim: Senhor, sê misericordioso comigo, pequei. Ainda que alguns sejam recebidos à misericórdia na hora da morte, muitos mais perecem em desespero, vivendo em seus pecados consciente e voluntariamente contra a própria consciência. Faraó, Saul e Judas todos clamaram *peccavi*, pequei contra Deus; e, no entanto, Faraó endurece-se cada vez mais e perece; Saul continua em seus pecados e desespera; Judas tira a própria vida. E não é de admirar,



pois a multidão dos pecados oprime a consciência e faz o coração transbordar com tal medida de tristeza, que ele não consegue firmar confiança alguma na misericórdia de Deus.

Por fim, aqueles que negligenciam conservar uma boa consciência trazem sobre si muitos danos, perigos e juízos de Deus. Quando um navio está no mar, se não for bem governado, ou se houver nele alguma brecha, ele começa a meter água e afunda; e assim homens, mercadorias e tudo o mais provavelmente se perdem. Ora, todos nós somos como passageiros; o mundo é um grande mar por onde temos de passar; nosso navio é a consciência de cada homem, Primeira Carta a Timóteo 1.19 e 3.12; as mercadorias são nossa religião e salvação e todos os outros dons de Deus. Portanto, convém que estejamos sempre ao leme e conduzamos nosso navio em curso tão reto quanto for possível até o porto desejado de felicidade, que é a salvação de nossas almas. Mas, se nos tornarmos descuidados e abrirmos brechas no navio da consciência, permitindo que ele bata nas rochas do pecado, é mil contra um que, no fim, lançaremos a perder a nós mesmos e tudo o que temos. E, enquanto isso, à medida que a consciência decai, também proporcionalmente toda graça e bondade se afastam de nós: os mandamentos de Deus começam a tornar-se vis para nós; o conhecimento deles, assim como a fé, a esperança e a invocação do nome de Deus, decaem. A experiência ensina que homens de excelentes dons, por manterem má consciência, perdem tudo.



FIM.



Tratado Completo Sobre Casos de Consciência Dividido em três livros

Ensinado e entregue por M. W. Perkins em suas palestras de dias santos, cuidadosamente examinado por seus próprios resumos, e agora publicado em conjunto para o bem comum, por T. Pickering Bacharel em Teologia. Ao qual é anexada uma tabela dupla:

Um dos cabeçalhos e número das questões propostas e resolvidas;
outra dos principais textos da Escritura que são ou explicados, ou vindicados de interpretação corrupta.



THE
WHOLE TREATISE
OF
The Cases of Conscience,

Distinguished into three Bookes.

TAUGHT AND DELIVERED BY
M. W. PERKINS in his Holiday-Lectures.

Examined by his owne Briefes, and published for the common
good, by *Thomas Pickering* Bachelour of Divinitie.

Rom. 14. 23.

Whatsoever is not of faith, is sinne.



LONDON,
Printed by Iohn LEONARD, 1631.



PREFÁCIO

À Edição Brasileira de "O Tratado Completo sobre Casos de Consciência"

É com um temor reverente e uma alegria solene que apresentamos ao leitor de língua portuguesa uma das joias mais preciosas da coroa da teologia reformada inglesa: *O Tratado Completo sobre Casos de Consciência*, do "príncipe dos teólogos puritanos", William Perkins (1558-1602).

Vivemos em dias de confusão moral e superficialidade espiritual, onde a consciência humana, outrora considerada o "espião de Deus" na alma, foi cauterizada pelo secularismo ou entorpecida por uma graça barata. Neste cenário, a voz de William Perkins clama desde o século XVI, não como um eco distante, mas como um trovão necessário.

O Autor: O Arquiteto da Piedade Puritana

William Perkins não foi um teólogo comum. Ele é justamente aclamado pelos historiadores como o "pai do puritanismo" e o "principal arquiteto do puritanismo elizabetano". Sua influência foi tamanha que, na Inglaterra de sua época, seus escritos vendiam mais do que os de Calvino, Beza e Bullinger juntos.

Ele possuía o raro dom de unir a mais alta erudição acadêmica — tendo sido membro do *Christ's College*, em Cambridge — com uma piedade fervorosa e uma pregação que confrontava a alma. Thomas Fuller, usando uma metáfora bíblica vívida, descreveu Perkins como um "Eúde canhoto", que "com a pena na mão esquerda, esfaqueou a causa romana". Ele definiu a teologia de uma maneira que se tornaria o padrão para



todo o movimento: não como uma especulação fria, mas como "a ciência de viver bem-aventurado para sempre".

A Medicina da Alma: A Importância da Casuística

O leitor moderno pode estranhar o termo "casuística". Não se deixe enganar. Não se trata da casuística jesuíta, cheia de evasivas morais e sutilezas para justificar o pecado, mas da nobre "ciência teológica de aplicação do ensino geral das Escrituras e das exigências da lei moral a casos ou problemas específicos" da vida real.

A casuística puritana nasceu da necessidade de curar almas. Ela é a teologia prática em sua forma mais pura. Tim Keller nos lembra que os puritanos eram "médicos da alma", e que a igreja era vista como um hospital. Eles acreditavam que "todos os cristãos precisam da verdade das Escrituras como o remédio para sua alma em todos os estágios". Keller observa acertadamente que a casuística puritana possuía uma habilidade peculiar de evitar a imprecisão, aplicando com autoridade o bálsamo das Escrituras para a ferida exposta.

Joel Beeke, um dos maiores especialistas vivos neste tema, define a casuística puritana como "teologia prática, instruindo os cristãos a viverem com integridade, humildade e alegria na presença de Deus em cada dia de sua vida". Ele nota que esta literatura demarcava "trilhas de uma extremidade a outra da selva ética", recusando-se a separar a teoria da prática, ou a religião da moralidade.

O Conteúdo e a Importância desta Obra

Este tratado que tens em mãos é um mapa para a peregrinação da consciência. Perkins sistematizou os



dilemas morais que o cristão enfrenta em três esferas fundamentais, organizando a obra em três livros:

1. **O Homem em relação a si mesmo:** Lidando com a natureza da consciência e suas aflições.
2. **O Homem em relação a Deus:** Tratando da adoração, da fé e do serviço divino.
3. **O Homem em relação ao próximo:** Abordando questões práticas como o uso correto do dinheiro, a verdade e a falsidade, o lazer, a guerra, os votos, o vestuário e a política.

Aqui, Perkins desce das alturas da teologia especulativa para o chão da vida diária. Ele entende que a teologia deve responder às perguntas agonizantes do coração: "Como posso saber se sou salvo?", "Como devo me portar no meu comércio?", "Como devo me vestir?".

O Supremo Caso de Consciência

Contudo, o coração desta obra — e, de fato, o coração de toda a teologia de Perkins — é a busca pela **certeza da salvação**. Como observam **Beeke e Jones**, Perkins ensinava que "a certeza da salvação era o supremo caso de consciência".

Perkins sabia que se uma pessoa tem certeza do favor de Deus manifesto a ela em Cristo, "ela consegue viver vitoriosamente em qualquer condição em que se encontre". Portanto, ele não oferece uma segurança barata, mas conduz o leitor através do autoexame rigoroso, utilizando o que ele chamava de "silogismo prático". Ele nos ensina a buscar a certeza não apenas nas promessas objetivas do Evangelho, mas também no testemunho do Espírito Santo e nos frutos da santificação, vendo as obras como "a prova da eleição, não a causa dela".



Um Convite ao Leitor

Vivemos dias em que precisamos desesperadamente de maturidade. J.I. Packer, escrevendo sobre a visão puritana da vida cristã, sentenciou: "Os Puritanos exemplificavam a maturidade; nós não. Somos anões espirituais. Os Puritanos, em contraste, eram gigantes". Ele argumentou que o puritanismo chegou à sua "idade adulta" com Perkins, exibindo uma visão espiritual integral nunca antes vista.

Que este livro sirva, nas palavras do próprio Perkins, para "aumentar o número daqueles que podem se alegrar porque seus nomes estão escritos no céu". Leia-o não como quem lê um jornal, mas como quem consulta um médico para a cura de uma doença mortal. Deixe que a "teologia para a vida" deste gigante de Deus sonde o seu coração, cure a sua consciência e dirija os seus passos para a glória de Deus.

Tolle lege (Toma e lê).



Rm 14. 23: "Tudo o que não é de Fé, é pecado."



HINC LVCEM ET POCVLA SACRA ALMA MATER
CANTABRIGIA

***IMPRESSO POR IOHN LEGAT, Impressor da
Universidade de Cambridge, 1606. E para ser
vendido no Pauls Church-yard no sinal da Coroa
por Simon Waterson.***



**AO MUI HONRÁVEL, EDWARD LORD DENNIE,
BARÃO DE WALTHAM, *ETC.***

DIGNÍSSIMO – Não há uma Doutrina, revelada na Palavra de Deus, ou dispensada pelos Profetas e Apóstolos, de maior uso e consequência na vida do homem, do que aquela que prescreve uma forma de aliviar e retificar a Consciência. O benefício que daí advém para a Igreja de Deus é inefável. Pois, primeiramente, serve para descobrir a cura da ferida mais perigosa que pode haver, a ferida do Espírito. Quão grande cruz é esta, o Sábio relata a partir de uma verdadeira experiência, quando diz que o espírito de um homem sustentará a sua enfermidade, mas um espírito ferido, quem o pode suportar? E o seu significado é que nenhuma aflição exterior pode cair sobre a natureza do homem que não seja suportada com paciência, até ao fim, enquanto a mente não estiver perturbada ou desanimada. Mas quando o espírito é tocado, e o coração (que estando bem satisfeito, é a própria fonte de paz para o homem inteiro), ferido com o medo da ira de Deus por causa do pecado, a aflição é tão grande, o fardo tão intolerável, que não será aliviado ou mitigado por quaisquer meios exteriores.

Em segundo lugar, dá, para todos os Casos particulares, uma direção especial e sólida; quer o homem deva andar com Deus, no desempenho imediato dos deveres do Seu Serviço, quer deva conviver com o homem, de acordo com o estado e condição da sua vida, na família, na igreja ou na comunidade. A falta desta direção, de que força é, para transformar as ações dos homens, que são boas em si mesmas, em pecados no que diz respeito aos agentes, S. Paulo afirma naquela Conclusão geral: Tudo o que não é de fé, é pecado. Nisto



ele nos ensinaria que tudo o que é feito, ou empreendido pelos homens nesta vida, quer diga respeito ao conhecimento e adoração de Deus, quer a qualquer dever particular a ser cumprido, em virtude de seus chamados, para o bem comum, para o qual eles não têm suficiente garantia e segurança na Consciência, fundamentada na Palavra, de que deve ser feito, ou não deve ser feito, para eles é um pecado.

Em terceiro lugar, é de todas as outras Doutrinas (sendo usada corretamente), a mais consoladora. Pois não se funda nas opiniões e conceitos variáveis dos homens, nem consiste em Conclusões e Posições que são apenas prováveis e conjecturais (pois a Consciência da parte duvidosa ou angustiada não pode ser estabelecida e retificada por elas), mas repousa sobre Fundamentos muito suficientes e certos, coletados e extraídos da própria Palavra de Deus, que, assim como é poderosa em operação, penetrando o coração e discernindo os pensamentos e intenções dele, assim também é a única disponível e eficaz para pacificar a mente e dar plena satisfação à Consciência.

E assim como o benefício é grande, também a falta desta Doutrina, juntamente com a verdadeira maneira de aplicá-la, é, e tem sido a causa, de muitos e grandes inconvenientes. Pois mesmo daqueles que temem a Deus e receberam a fé, há muitos que, no tempo de suas angústias, quando consideraram o peso e o merecimento de seus pecados, e ao mesmo tempo apreenderam a ira de Deus devida a eles, foram levados a duras exigências, lamentando, chorando e clamando, como se Deus os tivesse abandonado, até que fossem aliviados pelo Espírito de Cristo, na meditação da palavra e promessa de Deus. Mas aqueles especialmente, que não foram instruídos no conhecimento da verdade, nem



familiarizados com o curso do trato de Deus com Seus filhos angustiados, por causa da ignorância e cegueira em matéria de Religião e piedade, quando o Senhor soltou a corda de suas Consciências, e pôs diante de seus olhos, tanto o número de seus pecados cometidos, quanto a justa ira de Deus comprada por eles, o que fizeram? Certamente, desesperando da misericórdia de Deus e de sua própria salvação, eles ou caíram em frenesi e loucura, ou então recorreram a si mesmos a fins temíveis, alguns por enforcamento, outros por afogamento, outros por manchar as mãos em seu próprio sangue. E se não por causa da dor e perturbação da mente; ainda assim, por falta de melhor resolução em casos particulares, dentro do âmbito de seus chamados gerais ou pessoais (embora de outra forma, homens dotados de alguma medida de conhecimento e obediência), eles abusaram, ou então abandonaram e renunciaram completamente aos seus chamados, e assim se tornaram escandalosos e ofensivos para os outros.

Ora, então, como por estas e muitas outras instâncias de prova, a própria matéria parece ser de grande peso e importância, é muito apropriado que o melhor e mais adequado curso seja tomado, no ensino e na imposição da mesma. A este respeito, temos justa causa para desafiar a Igreja Papista, que em seus Escritos de Casos errou, tanto na substância quanto nas circunstâncias desta Doutrina, como aparecerá no que se segue.

Primeiramente, porque o dever de aliviar a Consciência é por eles recomendado ao Sacerdote sacrificador, que, embora de acordo com os seus próprios Cânones ele devesse ser um homem de conhecimento e livre de imputação de maldade, muitas vezes acontece que ele é ou iletrado, ou então perverso e de má



conversação, e consequentemente inapto para tal propósito.

Em segundo lugar, eles ensinam que seus Sacerdotes, designados para serem consoladores e aliviadores dos angustiados, são feitos pelo próprio Cristo juízes dos Casos de consciência, tendo em suas próprias mãos um poder e autoridade judiciária, para verdadeiramente e propriamente ligar ou desligar, para remir ou reter pecados, para abrir ou fechar o reino dos céus. Enquanto a Escritura profere uma voz contrária, que só Cristo tem as chaves de Davi, que propriamente e verdadeiramente abre, e ninguém fecha, e propriamente e verdadeiramente fecha, e ninguém abre. E os Ministros de Deus não são chamados para serem Juizes absolutos da Consciência, mas apenas Mensageiros e Embaixadores da reconciliação; de onde se segue que eles não podem ser os autores e doadores da remissão dos pecados, mas apenas os Ministros e Dispensadores da mesma.

Em terceiro lugar, os Papistas em seus escritos espalharam aqui e ali, diversos Fundamentos de Doutrina falsos e errôneos, muito prejudiciais à direção ou resolução da Consciência em tempo de necessidade, como, a saber: I. Que um homem no curso de sua vida pode edificar-se sobre a fé de seus mestres, e para sua salvação contentar-se com uma fé implícita e não expressa.



LIVRO 1

O PRIMEIRO LIVRO DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA, CONCERNENTE AO HOMEM SIMPLEMENTE CONSIDERADO EM SI MESMO SEM RELAÇÃO COM OUTRO

**O Prefácio declarando o Fundamento
e a Ordem do Tratado seguinte**

“O Senhor Deus me deu a língua dos instruídos, para que eu
saiba ministrar uma palavra a seu tempo ao que está
cansado.” (Isaías 50:4)

Naquela parte da Profecia que precede, o Espírito Santo estabelece e prediz o Chamado dos Gentios, que deveria começar na morte de Cristo, e daí continuar até este dia, e consequentemente até o fim do mundo. Nos versículos anteriores deste Capítulo, há menção da rejeição dos Judeus; não me refiro a uma rejeição geral, mas a uma rejeição particular, ou seja, quando eles estavam em aflição nos dias de Isaías. Agora, neste, e em todas as outras Profecias do mesmo tipo, que tratam deste ponto, o próprio Cristo é introduzido, falando em Sua própria pessoa; e as palavras deste Capítulo, desde o início, até este versículo presente e o restante que se segue, são as palavras de Cristo, o Mediador.



Nos versículos anteriores, Ele discute o caso da rejeição deles, e a soma de toda a discussão é: que ou Ele ou eles mesmos foram as causas disso; mas Ele não foi a causa, e, portanto, eles mesmos o foram por seus pecados. A razão, pela qual Ele prova que eles mesmos foram a causa, é formulada desta forma: *Vós, Judeus, não podeis trazer nenhuma escrita ou carta de divórcio, para mostrar que Eu vos rejeitei; portanto, apelo até mesmo às vossas próprias consciências, se não trouxestes este julgamento sobre vós mesmos, por vossas iniquidades.* vers. 1. Por outro lado, a razão pela qual Deus não foi a causa é: porque Ele, por Sua parte, os chamou em grande misericórdia e amor; mas quando Ele chamou, eles não quiseram obedecer. ver. 2.

Agora, no final do segundo versículo, está contida uma resposta a uma réplica secreta, que algum Judeu obstinado poderia fazer desta maneira: Deus não tem agora o mesmo poder em nos salvar e nos livrar, como teve em tempos anteriores; portanto, não podemos esperar ou aguardar qualquer livramento Dele, e como então faremos enquanto isso? A isto o próprio Senhor responde, vers. 2, 3, 4, que a Sua mão não está encolhida, nem o Seu poder diminuído em relação a obras maiores, muito menos em relação ao livramento deles; e embora a aflição presente que eles suportaram fosse grande e tediosa, eles não deveriam ficar excessivamente desanimados em si mesmos, mas sim ser consolados; porque Deus lhe havia dado a língua dos instruídos, para ministrar uma palavra a seu tempo ao cansado e angustiado, e conseqüentemente, que Ele tinha poder para aliviar e refrescar esse cansaço e aflição deles.

Neste texto, então, está estabelecido um dever principal do ofício profético de Cristo, por alusão às práticas dos Profetas no Antigo Testamento,



especialmente aqueles que pertenciam às escolas de Elias e Eliseu, que são aqui chamados de instruídos. E das palavras dele, um ponto especial de instrução pode ser extraído, a saber, Que há um certo conhecimento ou doutrina revelada na palavra de Deus, pela qual as consciências dos fracos podem ser retificadas e pacificadas; eu o deduzo assim. Era um dever especial do ofício profético de Cristo, dar conforto às consciências daqueles que estavam angustiados, como o Profeta aqui registra. Ora, assim como Cristo tinha este poder para executar e realizar tal dever, assim Ele confiou a dispensação dele aos Ministros do Evangelho. Pois não devemos pensar que Cristo em Sua própria pessoa, ministrou e falou palavras de conforto ao cansado, nos tempos dos Profetas, porque Ele não foi então exibido em nossa natureza; e, no entanto, Ele falou então, mas como? Nas pessoas dos Profetas. Assim também, porque Cristo agora no Novo Testamento, não fala aos aflitos em Sua própria pessoa, resta, portanto, que Ele realiza esta grande obra no Ministério de Pastores e Mestres sobre a terra, a quem Ele deu conhecimento e outros dons para este fim e propósito. Deve haver, portanto, uma doutrina certa e infalível, proposta e ensinada nas Escrituras, pela qual as consciências dos homens angustiados, possam ser tranquilizadas e aliviadas. E esta doutrina não é alcançada por revelação extraordinária, mas deve ser extraída da palavra escrita de Deus.

O ponto, portanto, a ser tratado é: Qual deve ser esta doutrina? Não é um assunto fácil e à mão, mas cheio de trabalho e dificuldade: sim, muito vasto, como o mar principal: Eu apenas (por assim dizer) caminharei pelas suas margens, e proporei os cabeçalhos da doutrina, para que, por meio disso, eu possa, pelo menos, dar ocasião a



outros, para considerar e tratar o mesmo mais amplamente.

Para que eu possa prosseguir em ordem: Primeiro, devo estabelecer certos Fundamentos ou Preâmbulos, que possam dar luz e direção às coisas que se seguem; e em seguida, proporei e responderei às principais e mais importantes questões de Consciência.

CAPÍTULO 1

Dos Dois Primeiros

Fundamentos De Casos:

Confissão, E Os Graus De Bondade

Os Fundamentos ou Preâmbulos são especialmente quatro: O primeiro, referente à Confissão; O segundo, referente aos graus de Bondade em coisas e ações; O terceiro, referente aos graus de Pecado; O quarto e último referente à Sujeição e Poder da consciência. Destes em ordem:

Seção 1. O primeiro Fundamento é: Que nas perturbações da consciência, é apropriado e conveniente, que seja sempre usada uma Confissão privada. Pois Tiago diz: Confessai as vossas culpas uns aos outros, e orai uns pelos outros, significando assim que a Confissão neste caso, deve ser usada como uma coisa mais necessária. Pois, por toda a razão, o Médico deve primeiro conhecer a doença, antes que possa aplicar o remédio; e a aflição do



coração não será discernida, a menos que seja manifestada pela confissão da parte doente; e por esta causa também na aflição da consciência, o escrúpulo, isto é, a coisa que perturba a consciência deve ser conhecida.

No entanto, na confissão privada, estas advertências devem ser observadas. Primeiro, não deve ser exigida, como uma coisa simples ou absolutamente necessária, sem a qual não pode haver salvação. Além disso, não é apropriado que a confissão seja de todos os pecados, mas apenas do próprio escrúpulo, isto é, daquele ou daqueles pecados apenas, que perturbam e molestem a consciência. Terceiro, embora a confissão possa ser feita a qualquer tipo de homem, (Confessai uns aos outros, diz Tiago) é especialmente para ser feita aos Profetas e Ministros do Evangelho. Pois eles, com toda a probabilidade, de todos os outros homens, em respeito aos seus lugares e dons, são os mais aptos e mais capazes de instruir, corrigir, confortar e informar a consciência fraca e ferida. Por último, a pessoa a quem é feita, deve ser um homem de confiança e fidelidade, capaz e disposto a guardar segredo das coisas que são reveladas, sim, a enterrá-las (por assim dizer) na sepultura do esquecimento, pois o amor cobre uma multidão de pecados.

Seção 2. O próximo Fundamento é referente aos graus de Bondade em coisas e ações humanas. A Bondade nas coisas é dupla; incriada e criada. Incriada é o próprio Deus, que nunca teve princípio nem descrição, que é a própria Bondade, porque sua natureza é absolutamente e perfeitamente boa, e porque ele é o autor e o agente de todas as coisas criadas. A bondade criada é aquela pela qual a criatura se torna boa; e nada mais é do que o fruto dessa bondade que está essencialmente em Deus. Agora, os graus dela são os seguintes: Há uma Bondade geral ou



natural nas criaturas e uma Bondade mais específica ou moral.

A Bondade geral é aquela pela qual todas as criaturas são aceitas e aprovadas por Deus, por quem foram criadas e ordenadas. Assim, toda criatura é boa, em parte pela criação e em parte pela ordenação. Pela criação, a substância de cada criatura, como o Sol, a Lua, a Terra, a Água, a Comida, a Bebida, etc., é boa, tendo sua origem em Deus. Daí também as propriedades essenciais, quantidades, qualidades, movimentos, ações e inclinações das criaturas, consideradas em si mesmas, com todos os seus elementos, serem boas. Pela mesma bondade geral, até mesmo o próprio Deus e suas ações, como substância e como ações, tendo sua origem em Deus, são bons. As coisas, por sua vez, assumem a condição de Bondade não apenas pela criação, mas também pela ordenação de Deus, pela qual são dirigidas e designadas para certos usos e fins. Assim, a Consciência má, o Inferno e a Morte são bons, porque foram ordenados por Deus para a execução de sua justiça, embora em si mesmos e para nós sejam maus.

Além dessa bondade geral e natural, existe também uma bondade especial ou moral propriamente dita: e é aquela que está de acordo com a sabedoria eterna e imutável de Deus, revelada na Lei Moral, onde é ordenada; e as coisas, conforme ali são ordenadas por Deus, são moralmente boas. Ora, das ações moralmente boas, existem dois graus: pois ou são boas em si mesmas, ou são boas tanto em si mesmas quanto em quem as pratica. Algumas coisas são moralmente boas apenas em si mesmas: por exemplo, quando um homem mau dá uma esmola, é uma boa obra apenas em si mesma, mas não boa em quem a pratica, porque não é feita com fé e com uma boa consciência; e assim são todas as virtudes



dos pagãos, moralmente boas em si mesmas, mas não são boas nos homens pagãos, pois neles são apenas belos pecados. O próximo grau de bondade é aquele em que as coisas e as ações são boas tanto em si mesmas quanto em quem as pratica. Desse tipo eram as orações e esmolas de Cornélio, boas em si mesmas e nele também, porque ele era um crente.

Ora, em oposição às coisas e ações geralmente boas ou más, estão as ações e coisas de natureza intermediária, comumente chamadas de indiferentes, que em si mesmas, não sendo nem boas nem más, podem ser feitas ou não feitas sem pecado; digo em si mesmas, pois em suas circunstâncias, elas são e podem se tornar tanto más quanto boas. E aqui devemos lembrar de diferenciar conveniência de inconveniência, que surge da natureza das coisas indiferentes. Conveniência é quando uma coisa ou ação se adapta tão bem às circunstâncias, e as circunstâncias se adaptam a ela, que por isso se torna conveniente. Por outro lado, a inconveniência ocorre quando a coisa ou ação é feita em circunstâncias desfavoráveis, que causam algum dano ou prejuízo ao indivíduo, ou não condizem com a decência; e, portanto, a tornam inconveniente. E por meio disso, podemos discernir quando uma ação é boa, má, indiferente, conveniente ou inconveniente.

CAPÍTULO 2

Da Natureza E Diferenças Do Pecado



O terceiro fundamento diz respeito aos graus ou diferenças do pecado. E aqui devemos, antes de tudo, investigar o que é propriamente o pecado e o que é propriamente um pecador.

Seção I. O pecado, em sua natureza própria (como diz São João), é uma anomia, isto é, uma falta de conformidade com a lei de Deus. Para melhor compreender isso, devemos saber que havia em Adão, antes de sua queda, três coisas que não podiam ser separadas umas das outras: a substância de seu corpo e de sua alma; as faculdades e poderes de seu corpo e de sua alma; e a imagem de Deus, que consistia em uma retidão e conformidade de todas as afeições e poderes do homem com a vontade de Deus. Ora, quando Adão cai e peca contra Deus, qual é o seu pecado? Não é a falta das duas primeiras coisas (pois ambas permaneceram), mas justamente a falta e ausência da terceira, isto é, da conformidade com a vontade de Deus. Tornarei isso claro por meio desta comparação: em um instrumento musical devem ser consideradas não apenas o próprio instrumento e o som do instrumento, mas também a harmonia do som. Ora, o contrário da harmonia, ou a desordem na música, não é nenhuma das duas primeiras coisas, mas a terceira, a saber, a discórdia, que é a falta ou ausência de harmonia, a que chamamos desarmonia. Da mesma maneira, o pecado de Adão não é a ausência da substância nem das faculdades da alma e do corpo, mas a falta da terceira coisa antes mencionada, isto é, a conformidade ou correspondência com a vontade de Deus no que diz respeito à obediência.



Mas alguém pode dizer que a falta de conformidade nas faculdades da alma não é propriamente pecado, porque no pecado deve haver não somente ausência de bondade, mas também um hábito ou presença do mal. Respondo que essa própria falta de conformidade não é apenas ausência de bondade, mas também hábito ou presença do mal. Pois, quando essa falta entra e é recebida na natureza do homem, ela é propriamente uma falta ou ausência de bondade; e depois de recebida na natureza humana, ela continua e permanece nos poderes e faculdades dela, e assim recebe o nome de hábito.

Pode-se dizer ainda que a luxúria e a concupiscência, isto é, o pecado original, afastam o coração do serviço de Deus e o atraem para o mal. Ora, atrair ou afastar é uma ação, e essa ação não pode proceder de uma mera privação ou falta. Resposta: devemos considerar o pecado original de duas maneiras: primeiro, juntamente com a coisa ou sujeito em que ele está; segundo, por si mesmo em sua própria natureza. Se o considerarmos com o seu sujeito, ele é uma inclinação ou ação má; mas, se o considerarmos simplesmente em sua própria natureza, não é inclinação nem ação, mas uma falta. E a mesma consideração deve ser feita a respeito do pecado atual.

Por exemplo, no assassinato há duas coisas: uma é a ação de mover o corpo e de levantar a arma, etc., o que não é propriamente pecado se for considerado como ação, porque toda ação procede de Deus, que é a primeira causa de todas as coisas e ações. Novamente, no assassinato há uma segunda coisa, a saber, matar ou tirar



a vida de um homem, que é a desordem ou desvio na ação, pela qual ela é direcionada para um uso e fim errados; e assim a ação é pecado, a saber, na medida em que lhe falta conformidade com a vontade de Deus. A natureza do pecado, portanto, não está na ação, mas na maneira de realizar a ação. E o pecado propriamente não é algo que subsista ou exista formalmente (pois então Deus seria o autor dele, visto que é o criador e ordenador de toda coisa e ação), mas é uma ausência de bondade e retidão naquilo que subsiste. Por isso se diz corretamente nas escolas que no pecado não há nada de positivo, mas apenas uma falta daquilo que deveria existir ou subsistir, em parte na natureza do homem e em parte nas ações da natureza. Assim vemos o que é o pecado.

Seção 2. A segunda coisa a ser considerada é: o que é propriamente um pecador? Para conhecer isso, devemos considerar em todo pecado quatro coisas: primeiro, a falta pela qual Deus é ofendido; depois, a culpa pela qual a consciência fica sujeita à punição; terceiro, a própria punição, que é a morte eterna. Destas três coisas, não é a culpa nem a punição, mas a falta ou ofensa que faz de um homem um pecador.

Todavia, aqui surge outra dificuldade. Quando um homem comete alguma ofensa, e essa ofensa já foi feita e passou — talvez há vinte ou trinta anos —, ainda assim a pessoa que ofendeu não deixa, por isso, de ser pecadora. Portanto, pergunto: qual é exatamente a coisa pela qual ele ainda é chamado e considerado pecador no tempo presente, se a ofensa já passou? A resposta é que todo pecado atual, além das três coisas mencionadas, deve ser considerado juntamente com uma quarta, a saber, uma certa mancha ou marca que ele imprime e deixa no ofensor como fruto, e que consiste em uma



inclinação ou má disposição do coração, pela qual ele se torna mais apto e inclinado à ofensa cometida ou a qualquer outro pecado. Pois, assim como o homem hidrópico, quanto mais bebe, mais seco fica e mais deseja beber; do mesmo modo, o pecador, quanto mais peca, mais apto se torna a pecar e mais deseja continuar em um curso de impiedade. E assim como um homem que olha para o sol, se desvia o rosto, permanece desviado até que o volte novamente; assim também aquele que se desvia de Deus por qualquer pecado faz de si mesmo um pecador e assim permanece até que volte novamente por meio do arrependimento. Assim, Davi foi pecador não apenas no próprio ato de seu adultério e assassinato, mas também quando o ato já havia sido realizado e passado; ele ainda permanecia um assassino e um adúltero, porque uma nova — ou antes, renovada — inclinação para esses e todos os outros pecados tomou lugar em seu coração por causa de sua queda e ganhou força, até que ele se voltou para Deus pelo arrependimento, após a admoestação do profeta. Portanto, aquilo pelo qual um pecador é chamado pecador é a falta juntamente com o seu fruto, a saber, a mancha impressa na alma sempre que os homens realmente cometem alguma ofensa.

O uso desta doutrina acerca do pecado é duplo. Primeiro, por meio dela aprendemos e vemos o que é o pecado original, pelo qual uma criança, já na primeira concepção e nascimento, é de fato pecadora. Todo infante deve ser considerado como parte de Adão, procedente dele e participante de sua natureza; e, por isso, torna-se pecador não apenas pela imputação da ofensa de Adão, mas também pela propagação de uma aptidão e inclinação para todo mal, recebida juntamente com a



natureza a partir de Adão. Assim devemos entender o pecado original: não apenas como a corrupção da natureza, mas como a primeira ofensa de Adão imputada, juntamente com o seu fruto, a corrupção da natureza, que é uma inclinação para todo mal derivada juntamente com a natureza de nossos primeiros pais. Em segundo lugar, por meio disso somos ensinados a tomar cuidado com todo e qualquer pecado, seja em pensamento, palavra ou ação; porque o seu cometimento, embora quanto ao ato passe no momento em que é realizado, ainda assim gera e aumenta uma disposição perversa no coração (como foi dito) para a ofensa cometida ou para qualquer outro pecado. Os homens se enganam quando pensam que todo o mal do pecado está apenas no ato de pecar e que não vai além disso; pois, na verdade, cada ofensa traz consigo uma certa mancha que corrompe o coração e faz com que o homem se deleite e permaneça em sua ofensa. E permanecer no pecado é causa maior de condenação do que o próprio pecado em si. Portanto, isso deve nos advertir a tomar cuidado para não continuarmos em nenhum pecado; e, se acontecer que, por fraqueza, sejamos vencidos por alguma tentação, devemos esforçar-nos para levantar novamente e voltar de nosso pecado para Deus por meio de um arrependimento novo e imediato.

Seção 3. Isso é tudo sobre o pecado em si. Agora, vamos ver as diferenças dele, que são muitas. O primeiro tipo pode ser entendido a partir das causas e origens do pecado no homem, que são três: razão, vontade e afeto.



As diferenças do pecado no que diz respeito à razão são estas: primeiro, alguns são pecados de conhecimento, outros de ignorância. Um pecado de conhecimento é quando um homem ofende contra o seu conhecimento, fazendo o mal quando sabe que é mal; e isso é maior do que um pecado de ignorância, pois aquele que conhece a vontade do seu mestre e não a cumpre será castigado com muitos açoites. Um pecado de ignorância é quando um homem faz o mal sem saber que é mal. Assim, Paulo era um blasfemo, um opressor e perseguia a Igreja de Cristo por ignorância e num zelo cego, sem saber que o que fazia era mau. Agora, por ignorância, quero dizer aqui a ignorância das coisas que devem ser conhecidas; e esta é dupla: simples ou afetiva. A ignorância simples é quando um homem, após diligência e bons esforços, continua ignorante; essa ignorância não desculpa ninguém, se for sobre coisas que ele é obrigado a saber, pois está escrito: *“Aquele que não faz a vontade do seu senhor, por não a conhecer, será castigado com açoites, embora menos severos”*.

E, a este respeito, mesmo os pagãos que não conheciam Deus são indesculpáveis, porque eram obrigados a conhecê-lo. Pois Adão tinha o conhecimento perfeito de Deus impresso na sua natureza e perdeu-o por sua própria culpa, para si mesmo e para a sua posteridade. E é mandamento de Deus, ao qual todo homem é obrigado a obedecer, que o homem O conheça, isto é, a Sua vontade e a Sua palavra.

Mas alguns podem dizer então: como pode alguém ser salvo, visto que todo homem é ignorante de muitas coisas que deveria saber? Resposta: Se



conhecemos os fundamentos da religião e nos preocupamos em obedecer a Deus de acordo com o nosso conhecimento, tendo ao mesmo tempo o cuidado e o desejo de aumentar o conhecimento de Deus e da sua vontade, Deus nos considerará desculpados, pois o nosso desejo e esforço para obedecer são aceitos como obediência em si. E quanto maior for essa simples ignorância, menor será o pecado. Pois foi por isso que Pedro diminuiu e (de certa forma) desculpou o pecado dos judeus ao crucificarem Cristo, porque o fizeram por ignorância; e assim faz Paulo com o seu pecado ao perseguir a Igreja, quando alega que foi feito por ignorância e incredulidade. Mas, por mais que esse pecado possa ser minimizado por tais meios, ele ainda assim continua sendo um pecado digno de condenação. A ignorância afetiva é quando um homem se deleita na sua ignorância e, de propósito, quer ser ignorante, não usando, mas desprezando os meios pelos quais se pode obter e aumentar o conhecimento; e isso de forma descuidada e negligente, porque ele não quer abandonar o pecado que ama, nem renunciar ao mau modo de vida, no qual se deleita. Este é o pecado daqueles de quem fala Jó, que dizem a Deus: “Afasta-te de nós, pois não desejamos o conhecimento dos teus caminhos”. E de quem Davi se queixa, que se lisonjeiam aos seus próprios olhos e deixaram de compreender e de fazer o bem. Esta ignorância é condenável e diabólica, não desculpa ninguém, mas antes agrava e aumenta o seu pecado; sim, é a mãe de muitas enfermidades dolorosas.

Mais uma vez, a ignorância é dupla: da Lei ou do que a Lei exige. A ignorância da Lei é quando um homem não conhece a Lei de Deus escrita, nem a lei da natureza.



Essa ignorância pode diminuir um pouco o pecado, mas não isenta ninguém, porque é natural e todos os homens são obrigados a conhecer a Lei. A ignorância do que a Lei exige é a ignorância do fato, e isso pode ser com culpa do autor ou sem culpa.

A ignorância culposa é a ignorância de um fato que ele poderia ter evitado. Como quando um homem, em sua embriaguez, mata outro. Nesse fato, não sabendo o que faz, ele também não sabe que cometeu uma ofensa; e, no entanto, como ele poderia ter evitado sua embriaguez, ele é culpado e pecou. A ignorância sem culpa é quando um fato é cometido que não poderia ser conhecido ou evitado antecipadamente. Por exemplo: se um homem estiver a cortar uma árvore e a cabeça do seu machado cair do cabo, da sua mão, e matar outra pessoa que passava; aqui há, de fato, homicídio involuntário, e não homicídio voluntário, porque era algo que não podia ser evitado e não aconteceu por culpa sua. E esta ignorância é desculpável.

A segunda fonte do pecado é a vontade, da qual surgem estas três diferenças de pecados: alguns são da vontade imediatamente, outros além da vontade e outros são mistos, em parte com a vontade e em parte contra a vontade.

Os pecados que procedem da vontade são propriamente chamados voluntários; tais como aqueles que o autor comete movido pela sua própria vontade, embora saiba que são maus. E aqui, quanto mais livre for a vontade, maior será o pecado, pois a vontade acrescida ao conhecimento torna o pecado maior. Os pecados voluntários compreendem todos aqueles que procedem



de afetos agitados; como quando um homem mente por medo ou bate em outro por raiva; e a razão é porque essas ofensas, embora não sejam cometidas deliberadamente, mas surjam da violência do afeto, não excluem o consentimento. Aqui também podemos referir-nos aos pecados cometidos por coação; como quando um homem é forçado a negar a sua religião, a sua ofensa, na verdade, é voluntária (embora alguns pensem que seja uma ação mista). Pois a coação não atinge a vontade, mas o homem exterior, e serve para obter um consentimento; e quando o consentimento é dado, ele nega a sua religião voluntariamente, pois a vontade não pode ser coagida.

Em seguida, os pecados alheios à vontade são aqueles que não provêm diretamente da vontade, nem são contrários a ela. Deste tipo são os primeiros impulsos repentinos para o pecado, concebidos no coração com algum prazer e deleite interior, e estes são verdadeiramente pecados, embora pequenos pecados, condenados no último mandamento. E não provêm da vontade, porque ocorrem sem e antes do consentimento: nem são contrários à vontade, porque então o coração não teria prazer neles.

Aqui, a propósito, devemos notar, contra a doutrina dos papistas, que nem todos os pecados são voluntários, pois tudo o que não está em conformidade com a lei de Deus é pecado, seja com o consentimento da vontade ou não. Mas muitos desses desejos e prazeres surgem repentinamente no coração do homem, os quais não estão de acordo com a lei de Deus e não têm consentimento ou aprovação da vontade. Da mesma forma, quando um homem mata outro, pensando que



está a matar um animal selvagem, se o mesmo homem se lembra depois do que fez e não se sente triste pelo fato, neste caso ele pecou, porque o fato de não se sentir triste é ofensivo a Deus, embora o fato tenha sido meramente alheio à sua vontade.

Os sentimentos contraditórios provêm em parte da vontade e em parte contra ela. Deste tipo são as obras do homem regenerado, que são feitas em parte com a sua vontade e em parte contra a sua vontade, sendo em parte boas e em parte más. A razão para isso é a seguinte. Existem no homem, após a regeneração, dois fundamentos ou princípios contrários para as ações: a corrupção natural, ou a inclinação da mente, da vontade e das afeições para aquilo que é contrário à Lei, chamado *carne*; e uma qualidade criada de santidade, forjada nas referidas faculdades pelo Espírito Santo, chamada Espírito. E estes dois não estão separados, mas unidos e misturados, em todas as faculdades e poderes da alma. Agora, entre elas, há um combate contínuo, a corrupção lutando contra a graça, e a graça contra a corrupção. Por isso, havendo mesmo numa mesma vontade inclinações contrárias, deve necessariamente fluir do homem regenerado ações contrárias; a carne em cada ação, desejando o que é mau, e o Espírito, por outro lado, o que é bom. Paulo confessou e reconheceu isso, com base na sua própria experiência, após a sua conversão, quando disse: “O querer está presente em mim, mas não encontro meios [perfeitamente para fazer] o que é bom”. E de novo: “eu me deleito na lei de Deus, no que diz respeito ao homem interior, mas vejo outra lei nos meus membros, rebelando-se contra a lei da minha mente e



levando-me cativo à lei do pecado, que está nos meus membros”.

A terceira causa ou fonte do pecado no homem é a afeição, da qual procedem dois tipos, a saber, os pecados da fraqueza e os pecados da presunção.

Os pecados da fraqueza são aqueles que provêm das paixões repentinas da mente e dos fortes afetos do coração, como o ódio, a tristeza, a raiva, a dor e outros semelhantes. Esses pecados são comumente considerados como estando em todos os homens; mas a verdade é que eles são propriamente incidentais aos regenerados. Pois não se pode dizer que a fraqueza esteja propriamente presente naqueles em quem o pecado tem firmeza ou força e onde não há nenhum poder da graça. Além disso, o homem que é regenerado não peca nem quando quer, porque é restringido pela graça de Deus que está nele, nem da maneira que quer, em parte porque não peca com todo o seu coração, sendo a força da sua carne abatida pelo Espírito, e em parte porque, estando caído, não permanece assim, mas se recupera por meio do rápido arrependimento. Um argumento evidente de que os pecados em que ele cai não são presunçosos, mas são normalmente de fraqueza e enfermidade.

Os pecados de presunção são aqueles que procedem do orgulho, da arrogância, da obstinação e da altivez do coração do homem. Contra estes, Davi clama, dizendo: “Não deixes que os pecados presunçosos tenham domínio sobre mim”. E destes há três graus:

O primeiro é: quando um homem persiste deliberadamente nos seus pecados, com base numa



convicção errada da misericórdia de Deus e do seu próprio arrependimento futuro; este é o pecado da maioria dos homens. O segundo é quando um homem peca deliberadamente, em desprezo à lei de Deus; isso é chamado por Moisés de pecado com “mão levantada”, e a punição por ele era a morte imediata, para ser eliminado do meio do povo. O terceiro é quando um homem peca, não apenas deliberadamente e com desrespeito, mas com malícia e rancor contra o próprio Deus e Cristo Jesus. E por isso podemos conceber o que é o pecado contra o Espírito Santo, que não é todo pecado de presunção, ou contra o conhecimento e a consciência, mas um tipo de ofensa presunçosa, na qual se renuncia à verdadeira religião, e isso com propósito deliberado e malícia resoluto, contra a própria Majestade de Deus e de Cristo, Hebreus 10. 29.

Seção 4. Seguem-se agora outras diferenças do pecado no que diz respeito ao seu objeto, que é a Lei. No que diz respeito à Lei, o pecado é duplo: ou de ação ou de omissão. Digo, em relação à Lei, porque Deus revelou na sua Lei dois tipos de preceitos: um em que se ordena que se faça algo bom, como amar a Deus com todo o nosso coração e ao nosso próximo como a nós mesmos; e outro em que se proíbe que se faça algo mau, como fazer imagens esculpidas, tomar o nome de Deus em vão, etc.

Agora, um pecado de comissão é quando um homem faz algo que é categoricamente proibido na Lei e na palavra de Deus; como quando um homem mata outro, contrariando a Lei, que diz: “Não matarás”. Um pecado de omissão é quando um homem deixa de cumprir algum dever exigido pela Lei, como, por



exemplo, preservar a vida ou os bens do seu próximo, quando está ao seu alcance fazê-lo. Estes também são verdadeiros pecados e, por eles, assim como pelos outros, os homens serão julgados no juízo final.

Os pecados de omissão têm três graus: Primeiro, quando um homem não faz nada, mas omite o dever ordenado, tanto no todo como em parte; como quando, tendo oportunidade e capacidade, não move nem um dedo para salvar a vida do seu próximo. Segundo, quando um homem cumpre o dever imposto, mas falha tanto na maneira como na medida do mesmo. Assim, os pagãos falharam em fazer boas obras, na medida em que as coisas que fizeram, em substância e matéria, eram boas e louváveis, sendo feitas com respeito civil e honesto, e referidas ao bem comum; no entanto, na verdade, as suas ações não eram melhores do que pecados de omissão, na medida em que provinham de fontes corrompidas, corações vazios de fé, e não visavam o fim principal e o escopo de todas as ações humanas, a honra e a glória de Deus. Em terceiro lugar, quando um homem faz as coisas da maneira correta, mas falha na medida certa. E assim os filhos de Deus pecam em todos os deveres da lei. Pois eles fazem as coisas boas que a lei ordena, amando a Deus e ao próximo, mas não conseguem atingir a medida de amor que a lei exige. E assim, os melhores homens vivos pecam em todas as boas obras que fazem, de modo que, se Deus entrasse em julgamento, lhes tratasse com o rigor da sua justiça e os examinasse pela regra estrita da Lei, poderia condená-los com justiça, mesmo pelas suas melhores ações. E, a este respeito, quando oramos diariamente pelo perdão dos nossos pecados, as melhores obras que realizamos devem ser incluídas no número



deles, porque falhamos, se não na substância e na maneira, pelo menos na medida da bondade que deveria estar na realização delas. Devemos também ter o cuidado de nos arrepender, mesmo destes nossos pecados de omissão, assim como dos outros de comissão, porque, ao deixar de cumprir o nosso dever, ofendemos mais frequentemente do que pelos pecados cometidos; e a menor omissão é suficiente para nos condenar, se nos for exigida.

Seção 5. A próxima diferença entre os pecados pode ser esta: alguns são pecados *clamorosos*, outros são pecados *de tolerância*.

Chamo de pecados clamorosos aqueles que são tão hediondos e tão graves em seu gênero, que apressam os juízos de Deus e clamam por vingança imediata sobre o pecador. Encontramos vários exemplos assim nas Escrituras, principalmente quatro:

Primeiro, o pecado de Caim ao assassinar seu inocente irmão Abel; sobre isso foi dito: “*A voz do sangue de teu irmão clama a mim desde a terra.*” O segundo é o pecado de Sodoma e Gomorra, que consistia em orgulho, fartura de pão, abundância de ócio, falta de misericórdia para com os pobres e toda sorte de impureza (Ezequiel 16). E a respeito delas, o Senhor disse que “*o clamor de Sodoma e Gomorra é grande, e o seu pecado muito grave.*” O terceiro é o pecado de opressão, sofrido pelos israelitas no Egito às mãos do faraó e de seus capatazes. O quarto é a injustiça cruel, ao reter e não pagar o salário devido ao trabalhador.



Esses pecados são chamados *clamorosos* por estas razões: Primeiro, porque já chegaram à sua plena medida e altura, além da qual Deus não os permitirá passar sem devido castigo. Além disso, o Senhor toma especial conhecimento deles e investiga-os mais do que outros, porque são excessivos e muito notórios onde quer que ocorram. Em terceiro lugar, clamam por socorro imediato aos aflitos e injustiçados e, conseqüentemente, por rápida execução da vingança sobre seus autores. E, por fim, porque Deus costuma dar ouvidos ao clamor daqueles que sofrem tão duramente nas mãos de outros, socorrendo-os e recompensando os ofensores com o castigo merecido.

Em seguida vêm os pecados de tolerância, menores que os anteriores; e embora, em si mesmos mereçam a morte, Deus em sua misericórdia demonstra paciência e longanimidade para com aqueles que os cometem, seja adiando o castigo temporal, seja perdoadando tanto o temporal quanto o eterno aos seus eleitos. Tal pecado foi a ignorância dos gentios antes da vinda de Cristo, cujo castigo Deus adiou e, como se diz, *fez vista grossa*.

Mais especialmente, há três tipos de pecados de tolerância:

1. O pecado original, ou concupiscência, permanecendo nos regenerados após a regeneração, e os frutos que dele procedem. Pois não é totalmente abolido pela regeneração, mas permanece — em alguma medida — atormentando e tentando o homem até a morte. Contudo, se mantivermos um propósito constante de não pecar e nos esforçarmos para resistir a todas as tentações,



essa concupiscência não será imputada a nós, nem seremos condenados por ela. E para isso diz o santo apóstolo: *“Nenhuma condenação há para os que estão em Cristo.”* Ele não diz, porém: *“Nada há neles que mereça condenação”*, pois o pecado original permanece até a morte, realmente merecendo condenação, embora não seja imputado.

2. O segundo tipo de pecados de tolerância são os pecados secretos, desconhecidos e ocultos nos regenerados. *“Quem pode discernir os seus erros?”*, diz Davi. Quando um filho de Deus examina seu coração e se humilha até mesmo por todos os pecados particulares que conhece em si mesmo, ainda assim permanecerão alguns pecados desconhecidos, pelos quais ele não pode ter arrependimento específico; e, contudo, esses pecados não são imputados quando há arrependimento pelos pecados conhecidos.

Por exemplo: Davi se arrependeu de seu assassinato e adultério, e ainda assim depois disso — errando no juízo por causa da corrupção dos tempos — viveu até sua morte no pecado da poligamia, sem que saibamos de qualquer arrependimento particular. Do mesmo modo, os patriarcas, que não podem ser totalmente isentos de culpa, não foram, contudo, condenados por isso; tampouco foram salvos sem arrependimento, mas Deus, em sua misericórdia, aceitou deles um arrependimento geral. O mesmo ocorre com todos os eleitos em relação a seus pecados secretos e ocultos: pois, se Deus não aceitasse um arrependimento geral por pecados desconhecidos, poucos — ou nenhum — seriam salvos. E aqui a misericórdia infinita de Deus se



manifesta claramente, ao aceitar nosso arrependimento quando nos arrependemos, ainda que não de modo particular como deveríamos.

Apesar disso, tal verdade não deve encorajar ninguém a viver em seus pecados sem voltar-se para Deus. Pois, a menos que nos arrependamos particularmente de todos os pecados que conhecemos, não somente nossas faltas conhecidas — mas também nossos pecados secretos — nos condenarão. Muitos pecados são cometidos e depois, com o tempo, totalmente esquecidos. Outros são cometidos, mas não sabemos sequer se são pecados ou não. E até mesmo nos melhores deveres que fazemos, pecamos muitas vezes, e, quando pecamos, nem percebemos. E todos esses, nos regenerados, pela misericórdia de Deus, são pecados de tolerância, no que diz respeito ao arrependimento particular.

3. O terceiro tipo de pecados de tolerância são certos atos particulares de homens que não são aprovados na Escritura, e ainda assim são perdoados quanto ao castigo. Tal foi o ato de Zípora ao circuncidar seu filho na presença de seu marido — ele podendo fazê-lo — e ela não tendo qualquer chamado para realizar tal ato. Pois, embora a mão de Deus estivesse contra ele, ele não estava enfermo (como alguns tentam justificar a situação), e não há nada disso no texto. Antes, é mais provável que ela mesma, apressadamente, tenha circuncidado o menino para se antecipar ao marido; pois a ação foi feita com certa indignação, e ela lançou o prepúcio aos pés dele. E, ainda assim, porque esse ato tinha algum aspecto de obediência — já que a coisa



exigida por Deus foi feita, ainda que não da maneira exigida — Deus a aceitou e reteve sua mão de matar Moisés.

Assim também Deus aceitou a humildade de Acabe, embora fosse hipócrita, porque ainda assim era uma demonstração externa de obediência; e por isso adiou o castigo temporal até os dias de sua posteridade. Deus enviou leões para destruir os assírios que habitavam Samaria por causa de sua idolatria; mas, tão logo aprenderam a temer o Senhor conforme o modo do Deus de Israel — ainda que misturassem isso com sua própria idolatria — Deus, por essa meia obediência, permitiu que vivessem em paz.

Seção 6. A sexta distinção de pecados pode ser esta: alguns são pecados contra Deus, outros são pecados contra os homens. Essa distinção se fundamenta em uma passagem de Samuel: *“Se um homem pecar contra outro, o juiz o julgará; mas se um homem pecar contra o Senhor, quem intercederá por ele?”*

Pecados contra Deus são aqueles cometidos direta e imediatamente contra a majestade divina. Tais são: ateísmo, idolatria, blasfêmia, perjúrio, profanação do Sábado e todas as transgressões da primeira tábua da lei.

Pecados contra os homens são injúrias, danos, prejuízos e perdas pelas quais nosso próximo é justamente ofendido em sua dignidade, vida, castidade, bens, bom nome ou de qualquer outra forma prejudicado por nós. Tais ações devem ser consideradas de duas maneiras:

Primeiro, como *injúrias* e *danos* causados ao nosso



próximo. Segundo, como *anomias*, isto é, transgressões da lei de Deus que nos proíbe de cometê-las. E, nesse segundo sentido, são chamadas pecados, porque o pecado é propriamente contra Deus; portanto, por *pecados contra o homem*, devemos entender as injúrias, danos ou prejuízos cometidos contra ele. Nesse sentido deve ser interpretada aquela passagem em Mateus: “*Se teu irmão pecar contra ti...*”.

Seção 7. A sétima distinção de pecados é assinalada por São Paulo, quando ele diz: “Todo pecado que o homem comete é fora do corpo; mas o que comete fornicção peca contra o seu próprio corpo.” *Nesta passagem está implícito que alguns pecados são fora do corpo e outros contra o próprio corpo do homem.*

Pecados fora do corpo são aqueles que o homem comete tendo seu corpo como instrumento do pecado, mas não como a coisa abusada. Tais pecados são homicídio, furto e embriaguez; pois, na prática desses pecados, o corpo é apenas um ajudante, meramente uma causa instrumental remota, e a coisa abusada é algo externo ao corpo. Por exemplo: na embriaguez, o que é abusado pelo bêbado é o vinho ou a bebida forte; no furto, os bens de outra pessoa; no homicídio, o instrumento pelo qual o ato é cometido. O corpo, de fato, coopera com essas coisas; mas a ofensa é dirigida às criaturas de Deus, ao corpo e aos bens do próximo. E tais são todos os pecados, exceto o adultério.

Pecados contra o corpo são aqueles nos quais o corpo não é apenas o instrumento, mas também a própria coisa abusada. Tal pecado é somente o adultério — e todos os que pertencem a essa categoria — propriamente



ditos contra o corpo: 1) porque o corpo do pecador é tanto uma causa que promove o pecado quanto aquilo que ele abusa contra si mesmo; 2) porque, por essa ofensa, ele não apenas prejudica, mas perde o direito, o poder e a propriedade sobre seu corpo, ao fazê-lo membro de uma meretriz; 3) e, por fim, embora outros pecados, em sua natureza, tragam vergonha e desonra sobre o corpo, nenhum o atinge tão intimamente, nem deixa nele uma mancha tão profundamente impressa, quanto o pecado da impureza sexual.

Seção 8. A oitava distinção de pecados fundamenta-se na exortação de Paulo a Timóteo: “Não participe dos pecados de outrem.” Os pecados são, portanto, ou pecados de outros homens, ou participação nos pecados de outros homens. Esta distinção deve ser especialmente conhecida e lembrada, porque serve tanto para atenuar quanto para agravar pecados cometidos.

A participação no pecado acontece de diversos modos: 1) Por conselho: assim pecou Caifás quando deu conselho para que Cristo fosse morto. 2) Por mandamento: assim Davi pecou no assassinato de Urias. 3) Por consentimento ou assistência (Romanos 1.31); assim pecou Saulo ao guardar as vestes dos que apedrejaram Estêvão (Atos 22.20; 7.58). 4) Por provocação: assim pecam os que provocam outros ao pecado; e é disso que Paulo fala quando diz que os pais não devem provocar seus filhos à ira (Efésios 6.4). 5) Por negligência ou silêncio: este é o pecado do ministro, quando é chamado a repreender o pecado e não o faz. 6) Por lisonja: quando os homens acariciam e estimulam outros em seu pecado. 7) Por fechar os olhos aos pecados,



ou por tratá-los com repreensões leves (Efésios 5.11); assim pecou Eli ao repreender seus filhos de maneira branda, trazendo por isso um juízo temporal sobre si mesmo e sua família (1 Samuel 2 e 4). 8) Por participação (Efésios 5.7); e assim pecam aqueles que recebem os ladrões. 9) Por defender outro homem em seu pecado: pois “aquele que justifica o ímpio e condena o justo, ambos são igualmente abominação ao Senhor” (Provérbios 17.15).

Seção 9. A nona distinção segue-se da afirmação de Paulo: “Alguns homens têm seus pecados manifestos antes, e outros seguem depois.” Alguns interpretam essa passagem assim: certos pecados permanecem ocultos até o juízo final, enquanto outros são revelados nesta vida, antes daquele dia. Creio que isso é verdade, mas não é o sentido do texto.

Pois, no versículo 23, o apóstolo falava da ordenação, advertindo Timóteo que não deveria admitir alguém precipitadamente a ofícios eclesiásticos, para que não participasse dos pecados dessas pessoas. Agora, no versículo 24, ele apresenta a razão disso, dizendo: “Alguns homens têm seus pecados manifestos antes” — isto é, algumas falhas e deficiências são conhecidas antes da ordenação de alguém ao ofício eclesiástico, e, nesses casos, a Igreja pode saber o que julgar e decidir. Mas outros pecados seguem depois, ou seja, não são revelados senão após a ordenação. Assim foi com Judas: sua maldade não apareceu no começo, mas tornou-se manifesta somente depois de ter sido chamado para ser apóstolo.



E assim vemos quais são as distinções de pecados. Quanto a todas elas, deve-se ter como fundamento e sempre lembrar: Todo pecado, em qualquer grau que seja, é mortal em si mesmo; e nenhum pecado é venial por sua própria natureza. Pois “o salário do pecado é a morte”, e “maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no Livro da Lei para cumpri-las” (Gálatas 3.10). Este fundamento deve ser mantido contra a Igreja de Roma, que em sua casuística costuma apaziguar a consciência ensinando que vários pecados são veniais.

Seção 10. Agora, embora todo pecado seja, em si mesmo, mortal, nem todos são igualmente mortais: alguns são mais, outros menos. Para melhor compreensão disso, é preciso lembrar que no pecado existem vários passos e graus, pelos quais um mesmo pecado pode ser diminuído ou aumentado, tornando-se assim mais ou menos grave diante de Deus.

Se alguém pergunta: como isso é possível? Respondo: o pecado pode admitir agravação ou atenuação de diversas maneiras.

Primeiro, pelas circunstâncias, que são principalmente sete: A primeira é o sujeito, ou a pessoa que peca. Por exemplo: o pecado de uma pessoa pública é mais grave — sim, mais mortal — que o pecado de um homem privado, porque está em posição eminente, e suas ações são mais exemplares e escandalosas do que as das pessoas inferiores. O servo que conhece a vontade do seu senhor e não a faz é maior pecador, e sofrerá castigo mais rigoroso, do que aquele que a negligencia por simples ignorância (Mateus 10.15). O ministro e dispensador da



Palavra, se for infiel e inútil, seu pecado — e consequentemente seu castigo — é muito maior que o dos demais (Mateus 5.13).

A segunda é o objeto ou a parte ofendida. Nesse sentido, os judeus pecaram mais gravemente ao crucificar Cristo, o Filho de Deus, o Senhor da glória, do que seus pais, que perseguiram e mataram os profetas. Além disso, a Palavra de Deus ensina que a injustiça feita àqueles que Deus ama ternamente é muito mais desagradável a Ele do que se fosse feita a outros. “Aquele que toca em vós [os judeus, Seu povo escolhido] toca na menina do seu olho” (Zacarias 2.8). O homem que trama mal contra seu irmão inofensivo, que habita pacificamente ao seu lado, comete um pecado odioso diante de Deus e dos homens (Provérbios 3.29; Salmo 7.4). Aquele que é chamado e convertido a Deus e a Cristo e não faz honesta provisão para os seus, especialmente para os da sua família, é ofensor tão notório que São Paulo o considera um negador da fé e pior que um infiel (1 Timóteo 5.8). A pessoa que afronta o juiz ou fala mal do governante do seu povo é mais transgressora do mandamento de Deus do que quem injuria um homem comum (Êxodo 22.28).

A terceira é a coisa feita, na qual a ofensa é cometida. Assim, falsificar a Palavra de Deus e profanar Seu culto e serviço é muito mais abominável aos Seus olhos do que falsificar a palavra de um homem ou abusar das leis humanas. Da mesma forma, ferir a pessoa e a vida do próximo é um pecado mais odioso do que diminuir seus bens e sua condição exterior; e o dano que recai sobre sua alma por nossa culpa é mais ofensivo de todas as maneiras do que o mal feito ao seu corpo.



A quarta é o lugar onde o pecado é cometido. Conforme essa circunstância, se alguém falar ou fizer algo que seja violação de piedade ou justiça em local público — como na congregação, no tribunal ou em assembleia geral — e isso causar escândalo público, é maior ofensor do que se tivesse falado ou feito o mesmo em sua casa ou em seu quarto.

A quinta é o fim. Assim, quem furta a outro apenas para satisfazer a fome e salvar a própria vida, estando em extrema necessidade, peca em grau menor do que o ladrão de estrada que rouba para enriquecer-se com as perdas dos outros.

A sexta é o modo como o pecado é cometido. Assim, quem comete impureza no ato exterior peca mais gravemente e com maior escândalo do que quem apenas entretém um pensamento impuro no coração. E quem peca por propósito deliberado e presunção, ou por malícia obstinada e resoluta contra Deus, caiu em grau mais elevado de iniquidade do que quem caiu por ignorância, fraqueza ou paixão desordenada. De modo semelhante, o pecado dos judeus — que forçaram Pilatos por ameaças (como dizer que ele seria inimigo de César) a condenar injustamente Cristo — foi de grau mais alto que o pecado do próprio Pilatos, que, cedendo à importunação deles, pronunciou sentença contra Jesus (João 19.11).

A sétima é o tempo. O tempo também serve para agravar o pecado. Assim, a desobediência comum na época da graça, e o desprezo voluntário do chamado de Deus na abundância de meios, é muito mais condenável



do que o pecado cometido nos dias da ignorância e cegueira, quando tais meios faltavam (2 Pedro 2.21).

A segunda forma de agravar o pecado é pela adição de pecado a pecado, o que ocorre de várias maneiras: 1) Cometer um pecado imediatamente após outro, como Davi, que acrescentou homicídio ao adultério. 2) Duplicar e multiplicar o pecado, isto é, cair repetidas vezes no mesmo pecado. 3) Permanecer no pecado sem arrependimento. E aqui deve-se lembrar que homens maduros vivendo na Igreja não são condenados simplesmente por pecados particulares, mas por permanecerem neles. Pecados cometidos tornam os homens dignos de condenação; mas viver neles sem arrependimento é o que traz condenação. Pois, assim como na Igreja militante os homens são excomungados não tanto pela falta em si, mas pela obstinação, assim também na Igreja triunfante: o reino dos céus será fechado, não tanto pelo pecado cometido, mas por permanecer nele sem arrependimento.

E este é o modo de Deus lidar com os que viveram dentro dos limites da Igreja: serão condenados pela própria falta de verdadeira fé e arrependimento. Isso deve advertir cada um de nós a não permanecer em qualquer pecado; e, se de algum modo formos surpreendidos por ele, devemos prontamente nos arrepender, para que não agravemos o pecado pela continuidade e assim atraíamos sobre nós a rápida condenação.

Terceiro, o mesmo pecado pode tornar-se maior ou menor de quatro maneiras, segundo os graus de



pecado mencionados por São Tiago: tentação, concepção, nascimento e perfeição (Tiago 1.15).

- O pecado atual no primeiro grau da tentação ocorre quando a mente, por algum impulso repentino, é levada a pensar o mal e sente algum prazer nisso. Um mau pensamento lançado na mente pela carne ou pelo diabo é como a isca lançada na água, que atrai e agrada o peixe e o leva a morder.
- O pecado na concepção ocorre quando, ao prazer da mente, junta-se o consentimento da vontade para realizar o mal pensado.
- O pecado no nascimento acontece quando o mal se concretiza em ação.
- O pecado na perfeição ocorre quando o homem chega ao costume e ao hábito do pecado pela longa prática. Pois cometer repetidas vezes um mesmo pecado deixa uma impressão má no coração — isto é, uma inclinação forte e violenta para aquele ou qualquer outro mal. E o pecado assim aperfeiçoado produz a morte: pois o costume de pecar traz dureza de coração; a dureza de coração traz impenitência; e a impenitência, condenação.

Entre esses graus, o primeiro é o menor, e o último é o maior: o mesmo pecado é menor na tentação do que na concepção; menor na concepção do que no nascimento; e maior na perfeição do que em todos os anteriores.

Seção 11. Agora, a partir desta doutrina do aumento e diminuição do pecado nesses aspectos, podemos concluir



que todos os pecados não são iguais, como os estóicos dos tempos antigos e seus seguidores imaginaram falsamente. Pois foi amplamente demonstrado, pela apresentação de vários **casos específicos**, que existem graus de pecados: alguns menores, outros maiores; alguns mais ofensivos e odiosos a Deus e aos homens, outros menos. E que as circunstâncias de tempo, lugar, pessoa e modo de agir servem para ampliar ou atenuar o pecado cometido.

Se aqui for alegado que o pecado nada mais é do que fazer aquilo que é ilícito fazer, e que isso é igual em todos os homens que pecam, e que, portanto, as ofensas são iguais, respondo: em todo pecado não se deve considerar apenas sua ilicitude, mas a razão pela qual ele é ilícito — e isso se deve, propriamente, ao fato de ser uma violação da lei de Deus, contrária à sua vontade revelada na Palavra. Ora, não há violação de uma lei divina que não seja mais ou menos contrária à vontade do Legislador, o próprio Deus. E muitas transgressões são mais contrárias a essa vontade do que poucas; pois quanto mais o pecado é aumentado, mais a ira de Deus se acende contra o pecador, conforme o seu devido merecimento.

Se novamente se disser que a natureza do pecado consiste apenas nisto: que o pecador se desvia do alvo que lhe foi proposto, e que nada mais faz senão ultrapassar os limites do dever prescrito por Deus, sendo todos iguais nesse aspecto, a resposta é que é falso afirmar que aquele que faz um desvio menor do dever é tão culpado quanto o que faz um maior. Pois o mesmo pecado, em sua substância, possui vários passos e graus,



pelos quais um homem se torna um ofensor mais grave do que outro. Por exemplo, no sétimo mandamento, quando Deus proíbe o adultério, Ele proíbe **três graus do mesmo pecado**:

1. o adultério do coração, consistindo em afetos desordenados e impuros;
2. o adultério da língua, em discursos corruptos, desonestos e indecorosos;
3. e o próprio ato de impureza e corrupção cometido pelo corpo.

Ora, não se pode dizer que aquele que quebra esse mandamento apenas no primeiro grau é tão grande transgressor quanto o que avançou para o segundo e depois para o terceiro. Portanto, permanece como verdade indubitável que os pecados cometidos contra a lei de Deus não são iguais: alguns são menores, outros maiores.

Há várias outras distinções de pecados; por exemplo: que os pecados principais da primeira tábua são maiores do que os pecados principais da segunda tábua. E, ainda assim, os principais pecados da segunda são maiores do que a violação de deveres cerimoniais ligados à primeira tábua. Mas o que foi dito deve bastar.

O uso desta doutrina é amplo.

Primeiro, por meio dela aprendemos o que o coração humano é por natureza: uma fonte corrupta e impura, da qual brotam, ao longo desta vida, correntes de corrupções infinitas em número, nocivas em qualidade, graves em grau, perigosas em seus efeitos. Pois delas fluem todas as diferenças de pecados mencionadas antes,



com seus vários ramos, e infinitas outras que não podem ser enumeradas. Isso deve nos mover a suplicar humildemente a Deus, e a pedir fervorosamente que Ele nos lave completamente de nossa maldade e nos limpe de nossos pecados; sim, que purifique e enxague a própria fonte deles — nossos corações impuros e contaminados. E quando, pela misericórdia de Deus em Cristo, apreendida pela fé, nossos corações forem purificados, então devemos colocar vigilância e guarda sobre eles, e guardá-los com toda diligência.

Em segundo lugar, ensina-nos que o miserável homem mortal não é culpado de um ou dois pecados, mas de muitos e diversos tipos de corrupção, tanto do coração quanto da vida. “Quem pode entender os próprios erros?”, diz Davi. Ora, sendo o salário do pecado a morte, por ordenança de Deus, e Deus sendo a própria justiça, então — proporcionalmente ao número de nossas ofensas — devemos necessariamente ser sujeitos a muitos castigos, sim, à própria morte, tanto do corpo quanto da alma.

Sendo esta a nossa triste condição, pouca razão tem qualquer homem para pensar que está em boa situação, ou presumir da misericórdia de Deus por causa do pequeno número de seus pecados. E muito menos razão tem para imaginar falsamente, como fazem os papistas, que ele pode merecer o favor de Deus por alguma obra que realiza além daquilo que a lei exige; considerando que é impossível saber o número, a natureza ou a medida de seus pecados.

Por fim, a consideração deste ponto deve servir como uma cerca para nos impedir de sermos



demasiadamente seguros ou presunçosos quanto ao nosso próprio estado; visto que aprendemos pela Palavra de Deus que, pela multidão de nossas corrupções, esta vida está cheia de muito mal e muitas dificuldades; e que temos verdadeiros exércitos de inimigos com os quais lutar — não apenas fora de nós, no mundo ao redor, mas dentro de nós, escondidos até mesmo em nossa própria carne. E, considerando isso, devemos estar em contínua guerra contra eles, usando todos os meios santos para alcançar vitória sobre eles: pelo exercício diário da oração e do arrependimento, e pela prática constante de nova obediência a todas as leis e mandamentos de Deus, conforme a medida da graça recebida.

E isto basta quanto ao terceiro fundamento.

CAPÍTULO 3

Da Sujeição E Do Poder Da Consciência

O quarto e último fundamento diz respeito à sujeição e ao poder da consciência. Nele devemos lembrar de duas coisas: o que é a consciência e qual é a condição natural dela em cada homem. Quanto ao primeiro ponto: o próprio nome “consciência” já esclarece a coisa em si. Pois significa um conhecimento junto com um conhecimento; e é assim chamada por dois motivos.



Primeiro, porque quando um homem conhece ou pensa algo por meio da consciência, ele também sabe aquilo que conhece e pensa. Segundo, porque por ela o homem sabe aquela coisa a respeito de si mesmo que Deus igualmente sabe sobre ele. O homem tem duas testemunhas dos seus pensamentos: Deus e sua própria consciência; Deus é a primeira e principal, e a consciência é a segunda, subordinada a Deus, testemunhando diante dele tanto a favor como contra o homem. Portanto, consciência não é outra coisa senão uma parte do entendimento, pela qual o homem sabe o que ele pensa, o que quer e deseja, bem como de que maneira conhece, pensa ou quer, seja o bem ou o mal. A isso deve ser acrescentado que, assim como a consciência conhece nossos pensamentos, vontades e ações, ela também dá testemunho deles diante de Deus, seja a nosso favor, seja contra nós.

Quanto ao segundo ponto: a condição natural ou propriedade da consciência de todo homem é esta — que, quanto à autoridade e poder, ela está colocada no meio entre o homem e Deus, de modo que está debaixo de Deus, mas acima do homem. Essa condição natural possui duas partes: A primeira é a sujeição da consciência a Deus e à sua Palavra. Sobre essa sujeição temos esta regra: somente Deus, por sua Palavra, vincula a consciência, fazendo com que, em cada ação, ela acuse pelo mal cometido ou desculpe pelo bem realizado. E isso Deus faz de modo próprio. Pois, primeiro, Ele é o único Senhor da consciência, que a criou e a governa. Segundo, Ele é o único Legislador, que tem poder para salvar ou destruir a alma pela guarda ou violação de suas leis (Tiago 4.12). Terceiro, a consciência do homem não é



conhecida por ninguém além de si mesma, a não ser por Deus: “Que homem sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem que nele está?” (1 Co 2.11). E somente Deus dá liberdade à consciência quanto às suas próprias leis.

Disso se segue que nenhum mandamento ou lei humana pode, por si mesma e por seu próprio poder soberano, vincular a consciência; ela o faz somente pela autoridade e virtude da Palavra escrita de Deus, ou de alguma parte dela. Portanto, se alguém alega que é devida sujeição ao magistrado por causa da consciência (Rm 13.5), a resposta é clara: sujeição deve sim ser prestada à autoridade civil ordenada por Deus, e também obediência às leis do magistrado, por medo da ira e para evitar o castigo — mas não por causa da consciência da autoridade humana, e sim por causa da consciência do mandamento de Deus, que instituiu tanto o magistrado quanto sua autoridade. É isso que liga imediatamente a consciência — a força de uma lei superior, a lei de Deus.

A segunda parte da condição natural da consciência é o poder que ela possui sobre o homem, para acusá-lo ou desculpá-lo no que diz respeito às coisas feitas. E isso é claro pela conclusão de São Paulo: “Tudo o que não é de fé é pecado” — *isto é, tudo que o homem faz sem estar firmemente persuadido, em julgamento e consciência, pela Palavra de Deus, de que tal coisa pode ser feita, é pecado.*

Mais claramente: uma coisa pode ser dita “não ser feita de fé” de três maneiras:



1. Quando é feita com dúvida e consciência irresoluta. Assim acontecia com alguns fracos na fé na Igreja primitiva. Embora tivessem ouvido a doutrina da liberdade cristã, ainda achavam que, após a ascensão de Cristo, certas carnes não podiam ser comidas. Suponha que essas pessoas, por acaso, fossem levadas a comer carne de porco, a qual consideravam proibida. Essas pessoas teriam pecado, porque o que fizeram foi a partir de uma consciência irresoluta. Assim diz o apóstolo (Rm 14.23): “Aquele que duvida é condenado se comer, porque não come por fé”.

2. Quando uma coisa é feita a partir de uma consciência errônea. Nesse caso, também não é de fé, e portanto é pecado. Assim, o sacerdote da missa peca ao celebrar a missa, ainda que pense em sua consciência que aquilo é ordenança de Deus. Assim também os hereges morrem hereges, embora estejam plenamente persuadidos de que suas opiniões são verdadeiras. De maneira semelhante, suponha-se que um homem pense que fornicção ou roubo são coisas indiferentes, e que sua consciência lhe diga que pode aproveitar a oportunidade para cometer tais atos. Nesse caso, o ato é pecado, pois foi feito a partir de uma consciência errônea. O erro do julgamento não remove a natureza do que é simplesmente mau. Pecado é pecado, e assim permanece apesar de qualquer persuasão contrária da consciência. A razão é que, embora a consciência erre e seja mal instruída, ela ainda assim obriga — de modo que, se o homem julga que algo é mau (ainda que falsamente), e mesmo assim o faz, ele peca contra a majestade de Deus tanto quanto está em seu poder.



3. Quando algo é feito contra uma consciência que resiste ou se opõe. Ainda que essa consciência esteja em erro, o ato é pecado para quem o pratica. Assim, um anabatista que considera ilícito jurar, peca se presta um juramento — não por jurar em si, pois jurar é ordenança de Deus — mas porque jura contra a persuasão de sua consciência.

CAPÍTULO 4

Da Distinção Dos Casos

Assim muito acerca dos preâmbulos, ou fundamentos desta doutrina. Agora resta que entremos nas Questões de Consciência.

Essas questões podem ser devidamente divididas segundo a matéria ou o sujeito delas, que é o homem. Ora, como o homem é considerado de diversas maneiras — isto é, ou como uma parte por si mesmo, ou como alguém que está em relação com outro e é membro de uma sociedade — assim também as questões de consciência devem ser distinguidas: algumas dizem respeito ao homem considerado simplesmente em si mesmo; outras, ao homem enquanto está em relação a outro.

O homem está em uma dupla relação: para com Deus ou para com o homem. Enquanto ele está em relação com Deus, traz o nome de cristão, isto é, membro de Cristo ou filho de Deus, cujo dever é conhecer e adorar a Deus segundo a sua vontade revelada em sua Palavra.



E, enquanto está em relação com o homem, ele é parte de um corpo e membro de alguma sociedade. Ora, as questões que dizem respeito a ele enquanto membro de uma sociedade são de três tipos, conforme três espécies distintas de sociedades. Pois todo homem é membro de uma família, ou da Igreja, ou da comunidade (Estado). E, correspondentemente, algumas questões dizem respeito ao homem como membro da família; outras, como membro da Igreja; outras, como membro da comunidade.

Em resumo, portanto, todas as questões relativas ao homem podem ser reduzidas a três cabeçalhos gerais. O primeiro diz respeito ao homem simplesmente considerado como homem. O segundo, ao homem enquanto está em relação com Deus. O terceiro, ao homem enquanto é membro de uma das três sociedades — isto é, da Família, da Igreja ou da Comunidade.

As questões do primeiro tipo, concernindo ao homem considerado simplesmente em si mesmo enquanto é homem, são especialmente três: A primeira: O que um homem deve fazer para entrar no favor de Deus e ser salvo? A segunda: Como ele pode ter certeza, em consciência, de sua própria salvação? A terceira: Como ele pode recuperar-se quando está angustiado ou caído? Destes trataremos em ordem.

CAPÍTULO 5

Da Primeira Grande Pergunta Acerca Do Homem



O que deve um homem fazer para alcançar o favor de Deus e ser salvo?

Para responder a esta pergunta, alguns fundamentos precisam ser estabelecidos previamente. O primeiro é este: devemos considerar e lembrar como, e por quais meios, Deus conduz qualquer homem à salvação. Pois, do mesmo modo que Deus salva outros, assim também aquele que deseja saber como ser salvo deve usar os meios pelos quais Deus os salva.

Seção 1. Na obra e operação da salvação do homem, *ordinariamente* há duas ações especiais de Deus: a concessão da primeira graça e, depois disso, a concessão da segunda. A primeira dessas duas obras consiste em dez ações distintas.

I. Deus concede ao homem os meios externos de salvação, especialmente o ministério da Palavra; e com ele envia algum sofrimento externo ou interno, para quebrar e subjugar a rebeldia de nossa natureza, para que ela se torne maleável à vontade de Deus. Isso pode ser visto no exemplo do carcereiro (Atos 16) e dos judeus convertidos no sermão de Pedro (Atos 2).

II. Feito isso, Deus conduz a mente do homem à consideração da Lei, e nela, de forma geral, faz ver o que é bom e o que é mau, o que é pecado e o que não é.

III. A partir da séria consideração da Lei, Ele faz com que o homem veja e reconheça particularmente seus próprios pecados específicos, pelos quais ofende a Deus.



IV. Diante da visão do pecado, Ele fere o coração com um temor legal, pelo qual, ao ver seus pecados, faz com que o homem tema o castigo e o inferno, e desespere da salvação, considerando qualquer coisa que esteja em si mesmo.

Essas quatro ações não são frutos da graça — pois um réprobo pode avançar até este ponto — mas são apenas obras preparatórias que precedem a graça [salvadora]. As ações seguintes são efeitos da graça.

V. A quinta ação da graça, então, é despertar a mente para uma séria consideração da promessa de salvação proposta e publicada no Evangelho.

VI. Depois disso, a sexta é acender no coração algumas sementes ou faíscas de fé, isto é, uma vontade e desejo de crer, e graça para lutar contra a dúvida e o desespero. No mesmo instante em que Deus começa a acender no coração qualquer faísca de fé, Ele também justifica o pecador e, juntamente com isso, inicia a obra da santificação.

VII. Logo que a fé é colocada no coração, surge imediatamente um combate: pois ela luta contra a dúvida, o desespero e a desconfiança. E nesse combate, a fé manifesta-se por fervorosa, constante e intensa invocação por perdão; e após a invocação segue-se o fortalecimento e a vitória desse desejo.

VIII. Além disso, Deus, em misericórdia, aquieta e estabelece a consciência quanto à salvação da alma e à promessa de vida, na qual ela descansa e se apoia.



IX. Em seguida a essa segurança e persuasão da misericórdia, segue-se o despertamento do coração para a tristeza evangélica segundo Deus, isto é, uma dor pelo pecado porque é pecado, e porque Deus é ofendido; e então o Senhor opera arrependimento, pelo qual o coração santificado volta-se para Ele. E embora esse arrependimento seja um dos últimos na ordem, manifesta-se primeiro — assim como, quando uma vela é trazida a um aposento, primeiro vemos a luz antes de ver a vela; e ainda assim a vela deve existir antes que a luz possa ser vista.

X. Por fim, Deus concede ao homem graça para se esforçar por obedecer aos Seus mandamentos por uma nova obediência. E por esses graus o Senhor concede a primeira graça.

A segunda obra de Deus, que conduz à salvação, é a concessão da segunda graça, que nada mais é do que a continuação da primeira graça concedida. Pois, assim como na criação Deus deu existência ao homem e a todas as criaturas, e depois, por Sua providência, continuou essa existência — o que foi como uma segunda criação — assim também, ao conduzir um homem à salvação, Deus dá a primeira graça (por exemplo, crer e arrepender-se), e depois, em misericórdia, dá a segunda, isto é, fazê-lo perseverar e continuar em fé e arrependimento até o fim. E isto, considerando o próprio homem, é muito necessário; pois assim como o fogo, sem o suprimento de material que o alimente, logo se apaga, assim também, se Deus em Sua bondade não seguisse Seus filhos e, com novos e diários suprimentos, continuasse neles a primeira



graça, eles sem dúvida logo a perderiam e finalmente cairiam.

O segundo Fundamento para responder a esta Pergunta é tomado de alguns lugares especiais da Escritura, onde a mesma pergunta é levantada e respondida. Os homens que estavam no sermão de Pedro, sendo tocados com o senso de sua própria miséria pela doutrina que havia sido pregada, como diz o Espírito Santo, ficaram compungidos em seus corações e clamaram uns aos outros: *"Homens e irmãos, que faremos?"* Pedro, movido pelo Espírito de Deus, respondeu-lhes: *"Arrependei-vos e sede batizados para remissão dos vossos pecados."*

O mesmo ocorreu com o carcereiro, que, depois de sua dureza ser abatida pelo temor de perder os prisioneiros, veio tremendo, prostrou-se diante de Paulo e Silas e fez esta pergunta: *"Senhores, que devo fazer para ser salvo?"* Ao que lhe responderam: *"Crê no Senhor Jesus, e serás salvo, tu e a tua casa."*

O jovem no Evangelho procura Cristo e pergunta: *"O que devo fazer para ser salvo?"* Cristo responde: *"Guarda os mandamentos."* Quando ele replicou que os guardara desde a juventude, Cristo lhe disse que precisava ir além: vender tudo o que tinha e dar aos pobres.

E João disse aos escribas e fariseus que vieram ao seu batismo e confessaram seus pecados, que, se quisessem fugir da ira vindoura, deveriam arrepender-se e produzir frutos dignos de arrependimento.



Desses textos, então, formo esta resposta à pergunta em questão:

O homem que deseja permanecer no favor de Deus e ser salvo deve fazer quatro coisas:

1. Humilhar-se diante de Deus.
2. Crer em Cristo.
3. Arrepender-se de seus pecados.
4. Praticar nova obediência para com Deus.

Seção 2. Sobre a Humilhação. Quanto ao primeiro ponto: a humilhação é, de fato, fruto da fé; contudo eu a coloco antes da fé na prática, porque, na experiência, ela vem primeiro. A fé permanece oculta no coração, e seu primeiro efeito visível é o nosso abaixamento e humilhação. E aqui devemos considerar ainda três pontos: primeiro, em que consiste a humilhação; segundo, a excelência dela; terceiro, as questões de consciência que dizem respeito a ela.

Quanto ao primeiro ponto, a Humilhação consiste na prática de três coisas. A primeira é uma dor de coração, pela qual o pecador se desagrada de si mesmo e se envergonha por causa de seus pecados. A segunda é a confissão a Deus, na qual também três coisas devem ser feitas: primeiro, reconhecer todos os nossos principais pecados, originais e atuais; segundo, reconhecer nossa culpabilidade diante de Deus; terceiro, reconhecer nossa justa condenação por causa do pecado. A terceira coisa na Humilhação é a súplica feita a Deus por misericórdia, tão intensamente como em um assunto de vida e morte; e dessas três coisas temos, nas Escrituras, os exemplos de



Esdras, Daniel e do filho pródigo (Esdras 9; Daniel 9; Lucas 15.18).

O segundo ponto é a excelência da Humilhação, que consiste nisto: ela tem anexadas a si as promessas de vida eterna. Isaías 57.15: “Habito no alto e santo lugar; mas habito também com o contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos abatidos e dar vida aos contritos de coração.” Salmos 51.17: “Um coração quebrantado e contrito, ó Deus, não desprezarás.” Provérbios 28.13: “O que encobre seus pecados não prosperará; mas o que os confessa e abandona alcançará misericórdia.” 1 João 1.9: “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça.” Por todas essas e muitas outras passagens, é manifesto que, no exato instante em que um pecador começa, de coração e consciência, a humilhar-se verdadeiramente, ele então entra no estado de salvação. Tão logo Davi disse: “Pequei,” Natã declara, em nome do Senhor, que seus pecados foram removidos. E o próprio Davi diz, aludindo à passagem anterior: “Eu disse: confessarei o meu pecado; e tu perdoaste a maldade do meu pecado.” Quando o filho pródigo apenas disse: “Levantar-me-ei e irei a meu pai,” nesse mesmo momento, antes mesmo de se humilhar, seu pai corre ao seu encontro e o recebe.

O terceiro ponto diz respeito às questões de consciência relativas à Humilhação, todas as quais podem ser reduzidas a quatro casos principais.

I. Caso. E se acontecer de um homem, ao humilhar-se, não conseguir lembrar-se de todos, ou da maioria, de seus pecados? Respondo: De fato, uma



humilhação particular é exigida para pecados principais e conhecidos; mas há dois casos em que o arrependimento geral será aceito por Deus quanto aos pecados desconhecidos. Um é quando o homem examinou a si mesmo diligentemente e, por meio de um exame sério, percorreu todos os mandamentos de Deus, e ainda assim, depois de tal busca, suas ofensas particulares permanecem ocultas e não lhe são reveladas, de modo que ele não pode trazê-las à memória; então o arrependimento geral é aceito. Pois isso corresponde à prática de Davi, que, após longa busca, quando não pôde alcançar o conhecimento de seus deslizes particulares, voltou-se a uma humilhação geral, dizendo: “Quem pode discernir os próprios erros? Purifica-me, Senhor, das minhas faltas ocultas”; e, com base nisso, sem dúvida foi aceito. Segundo: quando um homem se humilha e, no entanto, é impedido pelo tempo, de modo que não pode examinar seu coração e sua vida como desejaria, seu arrependimento geral será aceito por Deus. A verdade disso aparece no ladrão na cruz, que, não tendo tempo para examinar-se, não fez uma humilhação especial, mas ainda assim, por sua confissão geral, foi aceito. O fundamento desta doutrina é: aquele que verdadeiramente se arrepende de um pecado, nesse caso quando é impedido, é como se se arrependesse de todos.

II. Caso. O que deve fazer um homem que se percebe de coração endurecido e de espírito morto, de modo que não pode humilhar-se como desejaria? Resposta: Essas pessoas, ao se humilharem, devem contentar-se com a graça que receberam. Pois, se tu és verdadeiramente e sinceramente entristecido por não poderes estar entristecido, tua humilhação será aceita.



Pois aquilo que Paulo diz sobre esmolas pode ser dito verdadeiramente neste caso: “Se há prontidão de ânimo, a oferta é aceita segundo o que alguém tem, e não segundo o que não tem.”

III. Caso. Aquele que se entristece mais pela perda de um amigo do que pela ofensa a Deus por seu pecado pode, ou consegue, humilhar-se verdadeiramente? Resposta: Um homem pode ter maior tristeza por uma perda terrena do que pela outra, e ainda assim estar verdadeiramente entristecido por seus pecados. A razão é que essa é uma perda corporal, natural e sensível, e a tristeza por ela é natural. Já a tristeza por ofender a Deus não é algo sensível, mas sobrenatural e espiritual; e as coisas sensíveis afetam e pressionam a mente mais do que as outras. Davi humilhou-se profundamente por seus pecados, e também lamentou excessivamente a perda de seu filho Absalão — sim, e mais ainda do que por seus pecados: “Quem me dera morrer por ti, Absalão, meu filho, meu filho!” Ainda respondo que a tristeza da mente deve ser medida pela intenção da afeição e pela estima da coisa pela qual nos entristecemos. Assim, a tristeza pelo pecado, embora seja menor quanto à intensidade sensível, é maior quanto à estima da mente, porque aqueles que verdadeiramente choram seus pecados lamentam a ofensa contra Deus como o maior dos males e o afastamento do favor de Deus como a perda da coisa mais excelente e preciosa do mundo.

IV. Caso. É necessário, na Humilhação, que o coração seja ferido com uma tristeza sensível?



Resposta: 1) Na tristeza pelo pecado há duas coisas: primeiro, desagradar-se do próprio pecado; segundo, um movimento corporal do coração que produz choro e lágrimas. O primeiro é necessário — ou seja, ser profundamente contrariado consigo mesmo no coração; o segundo não é simplesmente necessário, embora seja louvável em quem quer que o tenha, se for verdadeiro; pois Lídia tinha o primeiro, mas não o segundo. 2) Muitas vezes, a grandeza da dor remove o sentimento sensível e causa uma espécie de entorpecimento no coração, de modo que a pessoa não sente a dor. 3) Às vezes a constituição física não permite lágrimas; e nesses pode haver verdadeira humilhação, ainda que com o rosto seco.

Seção 3. A segunda coisa a ser feita para alcançar o favor de Deus, e conseqüentemente a salvação, é crer em Cristo. Na prática da vida cristã, os deveres de humilhação e fé não podem ser separados; ainda assim, por causa do ensino, eu os distingo. Na Fé duas coisas são necessárias e devem ser realizadas da nossa parte. A primeira é conhecer os pontos da religião, especialmente o resumo do Evangelho, sobretudo a promessa de justiça e vida eterna por meio de Cristo. A segunda é apreender e aplicar a promessa — e com ela o que é prometido, Cristo — a nós mesmos; e isso ocorre quando o homem, com base no mandamento de Deus, estabelece em seu coração que Cristo e seus méritos pertencem a ele em particular, e que Cristo é sua sabedoria, justificação, santificação e redenção. Esta doutrina é clara em João 6: pois Cristo ali é apresentado a nós como o pão e a água da vida. Portanto, a fé não deve ser ociosa no cérebro, mas deve



tomar Cristo e aplicá-lo à alma e à consciência, assim como o alimento é comido.

As Questões de Consciência sobre a Fé são estas:

Primeiro, como podemos aplicar Cristo verdadeiramente, com todos os seus benefícios, a nós mesmos? Pois os ímpios aplicam Cristo a si mesmos falsamente, em presunção, mas poucos o fazem verdadeiramente, como deveriam. Respondo: para que isso seja feito, devemos lembrar de realizar duas coisas: Primeiro, lançar o fundamento dessa ação; depois, praticar sobre ele. Nosso fundamento deve ser lançado na Palavra, ou falharemos na aplicação; e consiste em dois princípios: 1) Assim como Deus dá a promessa de vida eterna por Cristo, também dá o mandamento de que cada um, em particular, deve aplicar a promessa a si mesmo. 2) O ministério da Palavra é um meio ordinário pelo qual Deus oferece e aplica Cristo, com todos os seus benefícios, aos ouvintes, como se os chamasse pelo nome: “Pedro, João, Cornélio, crê em Cristo, e serás salvo.”

Quando tivermos considerado corretamente nosso fundamento, a segunda coisa é praticar sobre ele, e isso consiste em dedicar-nos aos exercícios da fé e do arrependimento, que são: meditação da Palavra e oração por misericórdia e perdão; e quando isso é feito, Deus concede o senso e o aumento de sua graça. Quando Lídia estava ouvindo o sermão de Paulo, Deus abriu seu coração (Atos 16.12).

Segundo, pergunta-se: Quando a fé começa a nascer no coração, quando o homem começa a crer em Cristo? Resposta: Quando ele começa a ser tocado na



consciência por seus pecados e, juntamente a isso, tem fome e sede de Cristo e de sua justiça — então começa a fé. A razão é clara: assim como a fé é renovada, assim também ela começa. Mas ela é renovada quando o homem é tocado na consciência por seus pecados e recomeça a ter fome de Cristo; logo, quando essas coisas aparecem pela primeira vez, então a fé tem seu início. Pois essas eram as coisas que estavam presentes em Davi quando ele renovou seu arrependimento.

Seção 4. O terceiro dever necessário para a salvação é o Arrependimento. Nele, duas coisas devem ser consideradas: o começo, isto é, uma tristeza piedosa, que é o início do arrependimento (2 Coríntios 7); e, sobre essa tristeza, uma mudança, que é de fato o próprio arrependimento.

Na tristeza devemos considerar, primeiro, a natureza dela; segundo, as suas propriedades. Quanto à natureza da tristeza, ela é ou interior ou exterior. A tristeza interior é quando o homem se desagrada de si mesmo por causa de seus pecados. A exterior, quando o coração declara sua dor por meio de lágrimas ou sinais semelhantes. E a tristeza, neste caso chamada tristeza segundo Deus, deve ser avaliada mais pelo primeiro tipo do que pelo segundo. A propriedade dessa tristeza é fazer-nos ficar desgostosos de nós mesmos por nossos pecados diretamente porque são pecados, e porque desagradam a Deus. Se não houvesse juiz, nem inferno, nem morte, ainda assim deveríamos nos entristecer porque ofendemos um Deus tão misericordioso e Pai tão amoroso. E assim como a tristeza segundo Deus nos faz agir assim, ela é também a causa imediata do



arrependimento, e por meio dela o arrependimento é discernido.

A próxima coisa no arrependimento é a Mudança da mente e de todo o homem, em afeto, vida e comportamento. E isso consiste em um propósito constante da mente, e uma resolução do coração, de não pecar, mas, em tudo, fazer a vontade de Deus. Por isso Paulo exorta aqueles a quem escreveu a continuar no amor de Deus e na obediência de sua palavra. Barnabé, quando veio a Antioquia e viu a graça de Deus, alegrou-se e exortou a todos que, com propósito de coração, permanecessem unidos ao Senhor.

Assim também o profeta Ezequiel diz: *“Se o perverso se converter de todos os seus pecados, guardar todos os meus estatutos, e fizer o que é justo e reto, certamente viverá e não morrerá.”* Neste propósito reside a própria natureza do arrependimento; e ele deve ser unido à humilhação e à fé, como um terceiro elemento necessário à salvação, e não deve ser separado deles. Pois o homem pode, aparentemente, ter muitas coisas boas; por exemplo, ele pode estar humilhado e parecer ter alguma força de fé; porém, se nesse homem faltar esse propósito e resolução de não pecar, as outras coisas são apenas mortas e inúteis, e apesar delas ele pode chegar à destruição eterna.

Além disso, devemos distinguir esse tipo de propósito daquele que há em homens carnis — ladrões, bêbados, prostitutas, usurários — pois eles confessarão seus pecados, lamentarão por eles, e até derramarão algumas lágrimas, desejando nunca ter pecado como pecaram. Nesses homens há, de fato, um desejo



passageiro, mas nenhum propósito firme. E é próprio da natureza evitar o mal; mas ter uma resolução constante de não pecar é um dom da graça. Por isso devemos esforçar-nos; de outra forma, nosso arrependimento não é verdadeiro nem sólido.

Seção 5. O quarto e último dever é realizar Nova obediência a Deus em nossa vida e comportamento. Nessa nova obediência, três coisas são exigidas:

Primeiro, ela deve ser fruto do Espírito de Cristo em nós; pois quando fazemos qualquer coisa boa, é Cristo quem a faz em nós. Para esse fim Davi ora a Deus no Salmo 143.10: *“Guia-me o teu bom Espírito à terra da retidão.”* E Paulo exorta os gálatas a andar no Espírito; e note o que segue: *“e não satisfareis as concupiscências da carne.”* (Gl 5.16)

Segundo, essa nova obediência deve ser a observância de cada mandamento de Deus; pois, como diz Tiago: *“Quem guarda toda a lei e tropeça em um só ponto, torna-se culpado de todos.”* Isto é, aquele que voluntária e conscientemente quebra qualquer mandamento, e não faz consciência de algum deles, na verdade não faz consciência de nenhum; e diante de Deus é como se tivesse quebrado todos.

Terceiro, na nova obediência, todo o homem deve empenhar-se em guardar toda a lei, em sua mente, vontade, afeições e em todas as faculdades da alma e do corpo.

Como se diz de Josias, que se voltou para Deus conforme todas as leis de Moisés, com todo o seu coração.



Esse último ponto, acrescentado aos demais, é a própria forma e vida da nova obediência. E daí seguem-se duas coisas: 1) Que o arrependido não deve viver na prática de nenhum pecado exterior; 2) Que deve haver nele uma resistência interior e repressão da corrupção da natureza e do coração, para que possa obedecer verdadeiramente a Deus pela graça do Espírito. O coração de José estava pronto para resistir ao pedido pecaminoso da esposa de Potifar. E Davi conteve o seu afeto de vingar-se de Simei quando este o amaldiçoou. 3) Deve ele despertar e exercitar o homem interior por todos os movimentos espirituais de fé, alegria, amor, esperança e louvor de Deus.

Agora, acerca deste assunto, duas perguntas principais são apresentadas:

Primeira pergunta: Como pode um homem moldar sua vida para viver em Nova Obediência? Resposta: Embora todos os livros do Antigo e do Novo Testamento sejam direção suficiente para uma boa vida, ainda assim pode-se oferecer, a partir deles, uma resposta mais especial, clara e breve: existem três fundamentos ou regras principais da Nova Obediência: 1) A primeira regra está dada por nosso Salvador Cristo, em Lucas 9.23: “Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me.” O significado é este: Todo aquele que deseja tornar-se discípulo na escola de Cristo e aprender obediência a Deus deve negar a si mesmo. Isto é, deve, antes de tudo, exaltar e engrandecer a graça de Deus, e tornar-se nada em si mesmo, renunciando à própria razão, vontade e afeições, sujeitando-as à sabedoria e à vontade de Deus em todas as coisas. Sim, deve considerar



todas as coisas da terra — até mesmo as mais queridas a ele — como refugio e esterco em comparação com o Reino de Cristo. Além disso, deve tomar a sua cruz — isto é, deve sempre fazer previamente a conta dos sofrimentos e aflições particulares, e quando eles vierem, suportá-los com alegria. Feito isso, deve seguir a Cristo, praticando as virtudes da mansidão, paciência, amor e obediência, e sendo conforme à sua morte, crucificando o corpo do pecado em si mesmo.

2) A segunda regra é apresentada por Paulo, em Atos 24.14: “Crer em todas as coisas que estão escritas na Lei e nos Profetas.” Isto é: Abraçar a mesma fé que foi abraçada pelos santos e servos de Deus nos tempos antigos, e que foi escrita por Moisés e os Profetas. E também submeter-se com reverência ao verdadeiro modo de adorar e servir a Deus revelado em sua Palavra, não se desviando dessa doutrina e desse culto, nem para a direita, nem para a esquerda.

3) A terceira e última regra é ter e manter a fé e a boa consciência (1Tm 1.19). A fé é preservada: pelo conhecimento da doutrina da Lei e do Evangelho; pelo assentimento a essa doutrina, crendo que é verdadeira; e por uma aplicação particular dela ao próprio homem, especialmente da promessa de justiça e vida eterna em Cristo.

Para manter boa consciência, é necessário fazer três coisas: 1) Praticar, ao longo da vida, os deveres da vocação geral (como cristão) na sua vocação particular, de modo que, embora distintas por natureza, ambas sejam uma só em uso e prática. 2) Em todos os eventos que acontecem, submeter-se sempre, com paciência e



silêncio, ao bom querer e à vontade de Deus. Assim se diz de Arão: quando Deus destruiu seus filhos por oferecerem fogo estranho, “Arão calou-se” (Lv 10.3). E Davi mostra que isto era seu costume quando, aflito, disse: *“Fiquei mudo e não abri a boca, porque tu, Senhor, o fizeste”* (Sl 39.9). 3) Se em algum momento cair, seja por fraqueza, malícia de Satanás ou violência de alguma tentação, deve humilhar-se diante de Deus, esforçar-se para abandonar o pecado e recuperar-se por meio do arrependimento.

E estes três são os fundamentos principais da Nova Obediência.

Segunda pergunta: Considerando que todas as boas obras são frutos de um homem regenerado e pertencem à Nova Obediência, como pode um homem realizar uma boa obra que seja aceita por Deus e lhe seja agradável?

Para responder a isso, deve-se lembrar cuidadosamente que, para a realização de uma boa obra, várias coisas são requeridas: algumas, por natureza, precedem a obra; algumas acompanham seu cumprimento; outras seguem a obra, devendo ser feitas depois que ela é realizada.

O que deve preceder a obra: 1) Reconciliação: Pela qual a pessoa é reconciliada com Deus em Cristo e feita aceitável a Ele. Pois é claro que nenhuma obra do homem pode ser aceita por Deus se a pessoa que a faz não é aprovada por Ele. As obras dos homens, de qualquer dignidade que sejam, não devem ser avaliadas pela aparência externa, mas pelo coração e pela condição do



autor. 2) Oração antes da obra: Antes de realizar qualquer boa obra, devemos elevar nossos corações a Deus e pedir que Ele nos capacite por seu Espírito a fazê-la, e que nos conduza por esse mesmo Espírito na ação que estamos prestes a praticar.

O profeta Davi fez isso muitas vezes, como vemos especialmente no Salmo 143.10: “*Ensina-me a fazer a tua vontade, pois tu és o meu Deus; que o teu bom Espírito me conduza à terra da retidão.*” E repetidamente no Salmo 119: “Ensina-me, Senhor, o caminho dos teus estatutos” (v. 33); “Dá-me entendimento” (v. 34); “Dirige-me pela vereda dos teus mandamentos” (v. 35); “Ensina-me bom juízo e conhecimento” (v. 66); “Seja o meu coração íntegro nos teus estatutos” (v. 80); “Estabelece-me segundo a tua promessa, (v. 116)” ; “Dirige os meus passos conforme a tua palavra, e não permitas que iniquidade alguma tenha domínio sobre mim” (v. 133).

No momento de realizar a obra, devemos considerar duas coisas: a matéria e a maneira ou forma de realizá-la.

Quanto à matéria, ela deve ser uma obra ordenada na Palavra de Deus, seja expressamente, seja de modo geral. Pois é a vontade revelada de Deus que confere bondade a qualquer obra. Cristo disse dos fariseus que eles O adoravam em vão, “ensinando doutrinas que são mandamentos de homens”. Portanto, quem quiser realizar uma obra voltada ao culto de Deus deve fazer aquilo que Deus ordenou.

Agora, ações ordenadas expressamente são os deveres da Lei Moral; ações ordenadas de modo geral são



todas aquelas que servem como meios para facilitar esses deveres morais. E aqui devemos lembrar que ações indiferentes, quando envolvem escândalo ou edificação, deixam de ser indiferentes e passam a estar sob algum mandamento da Lei Moral. Nesse sentido Paulo afirma: *“Se comer carne fizer meu irmão tropeçar, nunca mais comerei carne enquanto o mundo existir.”* Seu significado é: embora comer carne fosse algo indiferente em si mesmo, ainda assim, no caso de escândalo, ele se dispunha a se abster disso tanto quanto se absteria de quebrar a Lei de Deus.

Além disso, uma ação indiferente, quando serve para promover o bem do Estado ou da Igreja, deixa de ser indiferente e passa a estar sob mandamento; e assim todos os tipos de vocações e seus trabalhos—mesmo que muito humildes—podem ser matéria de boas obras. Este ponto deve ser lembrado, pois serve para encorajar cada pessoa, seja qual for sua condição, no exercício diligente dos deveres de sua vocação; e também para refutar a doutrina da Igreja Romana, que ensina que apenas esmolas, construção ou manutenção de igrejas e casas religiosas são matéria de boas obras.

Agora, quanto à maneira ou forma de realizar uma boa obra, é necessário fé. Pois, assim como “sem fé é impossível agradar a Deus” (Hb 11.6), também tudo o que é feito sem fé não pode de modo algum ser aceitável a Ele. Que fé, então, é necessária? Respondo: 1) Uma fé geral, pela qual estamos persuadidos de que a ação a ser feita é lícita. É sobre isso que o apóstolo fala ao dizer: “tudo o que não é de fé é pecado.” 2) Uma fé particular ou justificadora, que purifica o coração e o torna apto para



produzir boas obras; pois ela dá início à obra e cobre suas falhas e defeitos, ao apreender e aplicar a nós Cristo e Seus méritos.

Além disso, uma boa obra, quanto à sua forma, deve ser feita em obediência. Pois, sabendo que a coisa a ser feita é ordenada por Deus, devemos tê-lo em vista e ter a intenção de obedecer a Deus naquilo que fazemos, conforme Seu mandamento. Se se perguntar: visto que as obras devem ser feitas em obediência, como e a qual parte da Palavra devemos dirigir nossa obediência? Respondo: à Lei. Mas de que maneira? Não considerada em seu rigor, mas sim como ela é qualificada, suavizada e temperada pelo Evangelho. Pois, segundo o rigor da Lei, que exige obediência perfeita, nenhum homem poderia realizar uma boa obra.

Além disso, quanto à maneira, a obra deve ser feita com fins bons e legítimos. Os fins de uma boa obra são muitos:

1. A honra e glória de Deus: *“Quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus”*;
2. Testemunhar nossa gratidão a Deus, que nos redimiou por meio de Cristo;
3. Edificar o próximo, ajudando-o no caminho para a vida eterna. Como diz Mateus 5.16: *“Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus”*;
4. Exercitar e aumentar nossa fé e arrependimento, que são fortalecidos pela prática das boas obras;



5. Que possamos escapar do castigo do pecado e da destruição dos ímpios, e alcançar a recompensa dos justos, a vida eterna. Este era o fim que Paulo buscava em sua vocação; por isso declara: *“Desde agora a coroa da justiça me está guardada...”* (2Tm 4.8);
6. Sermos coerentes com nossa vocação, realizando seus deveres e andando como “filhos da luz” redimidos por Cristo. Quando Davi cuidava das ovelhas de seu pai, comportava-se como pastor; mas, quando foi ungido rei sobre Israel, Deus lhe deu coração e resolução para se portar como rei e governar Seu povo. Assim também nós devemos, por meio de nossas obras, ser coerentes com nossa vocação;
7. Cumprir a dívida que devemos a Deus. Pois somos devedores a Ele em muitos sentidos: como criaturas, como servos, como filhos; e especialmente como redimidos por Cristo. E nossa dívida consiste em louvor e ações de graças.

Depois que a obra é feita, vem então a sua aceitação. Deus aceita nossas obras de diversas maneiras:

1. Ele perdoa a falha que procede de nós;
2. Ele aprova Sua própria boa obra em nós;
3. Ele concede aos que as praticam uma coroa de justiça e glória, conforme Sua promessa (2Tm 4.8; Ap 2.10);

Portanto, nós, depois de realizar a obra, devemos nos humilhar e suplicar ao Senhor que perdoe as falhas de nossas obras, e dizer com Davi: *“Não entres em juízo com o teu servo”*; e com Daniel: *“A nós pertence o corar*



de vergonha, mas a Ti, ó Senhor, a justiça, a compaixão e o perdão.” E a razão é clara: em nós não há bondade, santidade, justiça, nem qualquer coisa que possa nos tornar aceitáveis aos Seus olhos. E por isso Paulo diz: “Em nada tenho consciência de culpa, mas nem por isso sou justificado.” Grande razão, então, para que nos humilhemos diante de Deus por nossas falhas, e oremos para que Ele, em Sua misericórdia, aceite nosso esforço e confirme a boa obra que começou em nós, pelo Seu Santo Espírito.

CAPÍTULO 6

Da Segunda Questão Principal

A Respeito Da Certeza Da Salvação

Como uma pessoa pode, em sua consciência, ter certeza de sua própria salvação?

Antes de chegar à pergunta em si, é necessário estabelecer este ponto como fundamento principal: eleição, vocação, fé, adoção, justificação, santificação e glorificação eterna nunca são separadas na salvação de qualquer pessoa, mas, como companheiras inseparáveis, caminham juntas; de modo que aquele que pode estar seguro de uma delas pode concluir infalivelmente em seu próprio coração que possui — e possuirá no tempo devido — interesse em todas as demais.

Isso é claro pelas palavras de São Paulo em Romanos 8.30: “Aos que *predestinou*, a esses também



chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou.” Neste texto, o apóstolo compara as causas da salvação a uma corrente composta de muitos elos, na qual cada um está ligado ao outro, de forma que aquele que segura o elo mais alto necessariamente traz consigo todos os demais.

Além disso, entre esses elos há a fé — uma graça principal de Deus pela qual o homem é enxertado em Cristo, tornando-se um com Cristo, e Cristo um com ele (Ef 3.17). Ora, todo aquele que é unido a Cristo pela fé é também eleito, chamado, justificado e santificado. A razão é clara: numa corrente, os dois extremos estão unidos pelos elos intermediários; e, na ordem das causas da felicidade e da salvação, a fé ocupa um lugar intermediário, e por ela o filho de Deus possui seguro acesso à sua eleição, vocação eficaz e, conseqüentemente, à glorificação no reino dos céus. Nesse sentido diz São João: *“Aquele que crê no Filho tem a vida eterna”* (Jo 3.36). E ainda: *“Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna e não entra em juízo, mas passou da morte para a vida”* (Jo 5.24). Esse é o fundamento.

Agora, para responder à pergunta, devemos examinar vários textos das Escrituras nos quais esse caso de consciência é plenamente respondido e resolvido.

Seção 1. O primeiro texto é Romanos 8.16: *“E o Espírito de Deus testemunha juntamente com o nosso espírito que somos filhos de Deus.”* Nessas palavras há dois testemunhos de nossa adoção:



O primeiro testemunho: o Espírito de Deus. O primeiro é o Espírito de Deus habitando em nós, testificando a nós que somos filhos de Deus. Mas alguém poderia perguntar: *Como o Espírito de Deus dá testemunho, se hoje não há mais revelações extraordinárias?* Resposta: Revelações extraordinárias cessaram, mas o Espírito Santo ainda revela algumas coisas aos homens por meio da Palavra; por isso ele é justamente chamado de *Espírito de revelação* (Ef 3.5). Além disso, o Espírito Santo testemunha aplicando a promessa do perdão dos pecados e da vida eterna em Cristo diretamente ao coração, quando essa promessa é apresentada de modo geral no ministério da Palavra.

E como muitos estão prontos a dizer presunçosamente que são filhos de Deus quando não são, e que têm o testemunho do Espírito quando, na verdade, carecem dele, devemos distinguir entre essa imaginação carnal e o verdadeiro testemunho do Espírito. Há duas maneiras de distingui-los: 1) Pelo meio utilizado. O verdadeiro testemunho do Espírito é produzido, ordinariamente, pela pregação, leitura e meditação da Palavra de Deus, bem como pela oração e pelo uso correto dos sacramentos. Mas o testemunho presunçoso surge no coração e é fabricado na mente à parte desses meios, ou, ainda que durante o uso deles, sem a bênção de Deus acompanhando-os. 2) Pelos efeitos. O verdadeiro testemunho do Espírito: desperta o coração para a oração e invocação do nome de Deus (Zc 12.10); leva a clamar por Deus em tempos de aflição com senso de miséria; produz gemidos inexprimíveis (Rm 8.26); move o crente a buscar misericórdia como quem busca um Pai amoroso. Assim fez Moisés, clamando ao céu em seu coração



quando estava aflito diante do Mar Vermelho (Êx 14.15). E esse dom da oração é um testemunho infalível do Espírito de Deus, que não pode coexistir com presunção carnal.

O segundo testemunho: nosso próprio espírito (a consciência). O segundo testemunho de nossa adoção é o nosso espírito, isto é, nossa consciência santificada e renovada pelo Espírito Santo. Esse testemunho se reconhece: pela tristeza do coração por ter ofendido a Deus — chamada “tristeza segundo Deus” (2Co 7.10); pela resolução firme do coração em obedecer a Deus; por saborear as coisas do Espírito (Rm 8.5), isto é, praticar as obras do Espírito com alegria e sinceridade, como diante de Deus.

E se faltar o testemunho do Espírito? Nesse caso, o testemunho da santificação do coração basta para nos assegurar. Sabemos que é fogo verdadeiro — e não fogo pintado — quando há calor, mesmo que não haja chama. E se o testemunho do Espírito faltar e nossa santificação parecer incerta? Devemos então recorrer aos primeiros começos e movimentos da santificação, que são: sentir nossas corrupções internas; desgostar-nos de nós mesmos por causa delas; começar a odiar o pecado; entristecer-nos sempre que caímos; evitar as ocasiões de pecado; esforçar-nos para fazer o nosso dever e usar os bons meios; desejar não pecar mais; orar por graça a Deus. Onde esses movimentos estão presentes, aí está o Espírito de Deus, de quem procedem, e aí a santificação já começou. Um único fruto é suficiente para provar que uma árvore está viva; assim, um único movimento



constante da graça é suficiente para provar que a santificação está presente.

E se ambos os testemunhos faltarem por completo? A pessoa não deve desesperar, mas usar diligentemente os meios da graça, e no devido tempo terá certeza.

Seção 2. O segundo lugar é o Salmo 15. No primeiro versículo, apresenta-se a pergunta: *Quem, dentre todos os membros da Igreja, habitará no céu?* A resposta é dada nos versículos seguintes; e, no versículo 2, ele estabelece três características gerais dessa pessoa: 1) Andar corretamente, em sinceridade, aprovando seu coração e sua vida diante de Deus; 2) Agir com justiça em todas as suas obras; 3) E, quanto ao falar, dizer a verdade do coração, sem engano nem lisonja.

E porque facilmente nos enganamos quanto aos pecados gerais, nos versículos 3, 4 e 5 são apresentados sete sinais mais claros e sensíveis de sinceridade, justiça e verdade: 1) No falar, não acolher nem divulgar boatos falsos e calúnias; 2) Em nossos tratos, não fazer mal ao próximo, nem mais do que faríamos a nós mesmos; 3) Em nossa companhia, desprezar pessoas ímpias que merecem desprezo; 4) Em nossa estima pelos outros, honrar os que temem a Deus; 5) Em nossas palavras, jurar e não mudar — isto é, ter consciência da própria palavra e promessa, especialmente se confirmada por juramento; 6) No ganho financeiro, não emprestar a juros — isto é, não exigir aumento por simples empréstimo, mas emprestar gratuitamente ao pobre; 7) Ao dar testemunho, fazê-lo sem suborno nem parcialidade.



No versículo 5 é acrescentada uma razão para essa resposta: *aquele que se esforça para fazer todas essas coisas jamais será abalado*, isto é, não será excluído da Igreja como hipócrita.

Seção 3. O terceiro trecho das Escrituras é a Primeira Epístola de João, cujo propósito principal é dar plena resolução à consciência do homem quanto à certeza de sua salvação. E os fundamentos principais dessa certeza, ali apresentados, podem ser reduzidos a três pontos:

Primeiro fundamento. Aquele que tem comunhão com Deus em Cristo pode estar plenamente certo de sua salvação.

Essa conclusão é apresentada no capítulo 1, versículos 3-4, onde o apóstolo ensina que o propósito da pregação do evangelho era que os crentes tivessem comunhão — não somente entre si, mas também com Deus Pai e com seu Filho Jesus Cristo —, e que, conhecendo e tendo certeza dessa comunhão celestial, iniciada nesta vida e aperfeiçoada na vida futura, sua alegria fosse completa. Mas, se alguém perguntasse como alcançar essa certeza, João responde, na epístola, que ela pode ser conhecida por quatro sinais infalíveis:

1. Remissão dos pecados. Embora Deus seja santíssimo e nenhum pecador possa ter comunhão com Ele, Ele mostrou misericórdia aos que creem, aceitando o sangue de Cristo, pelo qual são purificados de toda corrupção (1.7). *Como saber que fomos perdoados?* Por dois sinais: Confissão humilde e sincera dos pecados: “Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e



- justo para nos perdoar...” (1.9); e Consciência pacificada: “Se o nosso coração não nos condena, temos confiança diante de Deus” (3.21).
2. O Espírito santificador, pelo qual somos renovados em santidade (3.24).
 3. Santidade e retidão de vida: quem diz ter comunhão com Deus e anda nas trevas mente; mas quem anda na luz tem verdadeira comunhão (1.6–7).
 4. Perseverança na doutrina e na obediência ao evangelho: “Permaneça em vós o que ouvistes desde o princípio...” (2.24).

Segundo fundamento. Aquele que é filho adotivo de Deus será certamente salvo.

O apóstolo declara: *“Amados, agora somos filhos de Deus [...] e sabemos que, quando Ele se manifestar, seremos semelhantes a Ele.”* Isso se confirma por textos como Colossenses 3.4 e Romanos 8.17. Mas se a consciência do crente desejar ainda mais segurança quanto à sua adoção, deve recorrer aos sinais que distinguem o filho de Deus do filho do diabo. São três:

1. Crer verdadeiramente no nome do Filho de Deus. A filiação vem pela fé, e essa fé se mostra pela obediência: “Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso...” (2.3–4).
2. Desejo sincero e esforço para purificar-se das corrupções: “Todo aquele que tem esta esperança purifica-se a si mesmo, assim como Ele é puro” (3.3).



3. Amar os irmãos, porque são irmãos. Assim distinguem-se os filhos de Deus dos do diabo (3.10-12). O amor cristão é evidência de que fomos transferidos da morte para a vida (3.14).

Terceiro fundamento. Aqueles que têm certeza do amor de Deus por eles podem ter certeza de sua salvação.

Segundo 1 João 4.9, os que Deus amou desde a eternidade são aqueles a quem Ele revelou seu amor enviando seu Filho. Mas como saber que Deus nos ama? João dá dois sinais:

1. Nosso amor pelos irmãos, conforme o mandamento (4.20-21). Esse amor deve seguir três regras: ser motivado principalmente porque o outro é filho de Deus (5.1); ser sincero, não apenas aparente (3.18); manifestar-se especialmente quando o irmão está em necessidade (3.17).
2. Nosso amor por Deus. Pois nosso amor é fruto do amor dEle por nós: “Nós O amamos porque Ele nos amou primeiro” (4.19). Esse amor é conhecido por dois sinais: Conformidade com Deus em santidade: desejar seguir Seus caminhos (4.17; cf. 1 Pe 1.15-16); Desapego do mundo: “Não ameis o mundo...” (2.15).

Seção 4. O quarto lugar é em 2 Timóteo 2.19. *“Todavia, o firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor conhece os que são seus; e qualquer que profere o nome do Senhor, aparte-se da iniquidade.”* Nessas palavras, Paulo procura eliminar um escândalo que a Igreja poderia sofrer por causa da queda de



Himeneu e Fileto, que pareciam ser colunas e homens principais na Igreja. E para fortalecê-los contra esse escândalo, ele diz: “*O fundamento de Deus*”, isto é, o decreto da eleição de Deus, permanece firme e seguro; de modo que aqueles que são eleitos de Deus nunca cairão totalmente, como esses dois caíram. E ele explica isso por meio de uma dupla comparação. Primeiro, diz que a eleição de Deus é como o fundamento de uma casa, que permanece firme, ainda que todo o edifício seja abalado. Em segundo lugar, afirma que a eleição tem o selo de Deus, e, portanto, não pode ser mudada; porque as coisas que são seladas tornam-se firmes e autênticas.

Ora, esse selo tem duas partes: a primeira diz respeito a Deus, no sentido de que a salvação de cada homem está escrita no livro da vida, e Deus conhece os que são seus. E porque poderia ser dito: “De fato, Deus sabe quem será salvo, mas o que isso tem a ver conosco? Nós não sabemos isso sobre nós mesmos.” — portanto, São Paulo, para responder a isso, coloca uma segunda parte desse selo, que diz respeito ao homem, e é impressa em seu coração e consciência; e também possui dois ramos: o dom da invocação e o cuidado vigilante de ter consciência de todo e qualquer pecado, nestas palavras: “*E aparte-se da iniquidade todo aquele que profere o nome do Senhor.*”

Pelo que ele indica que aqueles que conseguem invocar a Deus e dar-Lhe graças por seus benefícios, e, ao mesmo tempo, em suas vidas têm consciência do pecado, esses têm o selo da eleição de Deus impresso em seus corações e podem assegurar-se de que são do Senhor.



Seção 5. Um quinto texto da Escritura, tocando essa questão, é 2 Pedro 1.10: “*Empenhai-vos por confirmar a vossa vocação e eleição; porque, fazendo isso, nunca tropeçareis.*” Essas palavras contêm duas partes:

1. Uma exortação — que confirmemos nossa eleição, não diante de Deus (pois, para Ele, tanto isso quanto todas as outras coisas são imutáveis), mas para nós mesmos, em nossos próprios corações e consciências;
2. Os meios pelos quais podemos chegar a essa certeza — fazendo as coisas anteriormente mencionadas nos versículos 5, 6 e 7; e isso nada mais é do que praticar as virtudes da Lei moral ali expostas.

E mostrarei brevemente que virtudes são essas, conforme aparecem no texto.

“Acréscentai à fé, virtude.” Por *fé*, ele entende a verdadeira religião e aquele dom de Deus pelo qual colocamos nossa confiança em Cristo. Por *virtude*, ele não entende alguma virtude especial, mas — ao que me parece — uma vida honesta e íntegra diante dos homens, resplandecente nas virtudes e obras da Lei moral. Por *conhecimento*, entende um dom de Deus pelo qual o homem pode julgar como conduzir-se cuidadosamente e de modo íntegro diante dos outros. Por *temperança*, entende-se um dom de Deus pelo qual mantemos moderação de nossos apetites naturais, especialmente quanto a comida, bebida e vestuário. Por *paciência*, entende-se uma virtude pela qual moderamos nossa tristeza ao suportar aflições. *Piedade* é outra virtude, pela qual adoramos a Deus nos deveres da primeira tábua da



Lei. *Fraternidade* (amor fraternal) é a virtude pela qual abraçamos a Igreja de Deus e seus membros com entranhável amor. E, por fim, *amor* é a virtude pela qual somos bem dispostos para com todos os homens, até mesmo nossos inimigos.

Ora, tendo enumerado essas virtudes, no versículo 10 ele diz: “*Se fizerdes essas coisas, nunca caireis.*” Isto é: se vos exercitardes nessas coisas, podereis estar bem assegurados e persuadidos de vossa eleição e salvação.

CAPÍTULO 7

Sobre A Terceira Grande Questão: A Aflição Da Mente; E, De Modo Geral, Todas As Aflições E Seus Remédios

Como uma pessoa afligida em sua mente pode ser confortada e aliviada?

Sem entrar em todas as circunstâncias (embora muito pudesse ser dito sobre este tema), exporei apenas aquilo que considero mais essencial para a dúvida proposta.

Seção 1. A aflição da mente (que Salomão chama de “espírito quebrantado ou abatido”) é quando a pessoa se encontra inquieta e perturbada em sua consciência — e, conseqüentemente, em seus afetos — a respeito de sua



condição diante de Deus. Essa aflição possui dois graus: o menor e o maior. O grau menor é um simples medo ou tristeza, quando a pessoa vive suspensa em dúvida quanto à sua salvação, temendo ser condenada; O grau maior é o desespero, quando a pessoa, segundo sua própria sensação e percepção, já não tem qualquer esperança de salvação.

Chamo o desespero de grau maior não porque seja um tipo diferente de aflição, mas porque é o ponto mais alto de qualquer aflição espiritual. Toda angústia da alma é, no fundo, um medo da condenação — e, se não for curada, acabará por chegar ao desespero.

Toda aflição espiritual surge de uma tentação, seja ela recém-iniciada ou prolongada. Tentação e aflição caminham juntas, inseparavelmente; portanto, conforme a variedade das tentações que atingem o ser humano, assim também se deve distinguir a variedade das aflições espirituais.

As tentações são de dois tipos: de provação e de sedução.

1. Tentações de provação. São aquelas que acontecem para provar e revelar a graça de Deus no crente. Elas são de dois tipos: Conflito direto da consciência com a ira de Deus — a mais terrível tentação que existe, produzindo a mais profunda aflição; A prova da cruz, isto é, sofrimentos externos pelos quais Deus põe à prova não apenas a fé, mas também a esperança, a paciência e a confiança de seus filhos em sua misericórdia.



2. Tentações de sedução. São aquelas pelas quais a pessoa é atraída a se afastar de Deus para algum mal. Também são três: As que vêm diretamente do diabo — chamadas *tentações blasfemas*. As que vêm do próprio pecado, tanto original quanto atual — e esse tipo possui muitos desdobramentos. As que procedem da imaginação corrompida e distorcida.

E assim como todas as tentações podem ser reduzidas a esses cinco tipos, também todas as aflições espirituais podem ser reduzidas às mesmas cinco categorias.

Seção 2. Antes de tratar de cada uma delas em particular, é preciso considerar qual é o melhor e mais seguro remédio geral, aplicável a qualquer tentação que acometa o ser humano. Entendido isto, será bem mais fácil explicar a cura de cada aflição em específico. O remédio geral é este: aplicar a promessa de vida eterna através do sangue de Cristo. Nenhum remédio humano, nenhum conhecimento, nenhuma habilidade pode curar uma consciência ferida e aflita — somente o sangue de Cristo pode fazê-lo.

Ninguém discorda que este é o remédio supremo. A grande dificuldade está no modo de aplicar essa promessa. Para isso, três coisas são necessárias:

1. A pessoa aflita deve expor a causa de sua aflição. Isso é útil por dois motivos: ajuda a identificar o remédio apropriado; e, além disso, o simples ato de abrir a causa já alivia a mente antes mesmo do consolo ser aplicado.



Entretanto, deve-se tomar cuidado para que a revelação da causa não traga prejuízo àquele que a ouve. A aflição pode surgir, por exemplo, de alguma participação em ato de traição; revelar isso pode colocar o conselheiro em risco.

2. Se a causa puder ser identificada, deve-se examinar se a pessoa está apta a receber consolo. Isto é essencial, pois se ela não estiver apta, aplicar o consolo seria usar mal a Palavra de Deus. A aptidão é verificada investigando-se se a pessoa está realmente humilhada por seus pecados. Pois alguém pode estar profundamente angustiado e ainda assim não se entristecer por seus pecados. A humilhação verdadeira consiste em: tristeza pelos pecados; confissão deles diante de Deus; oração sincera por perdão; e desejo real de mudança de vida.

Se faltarem esses elementos, a primeira tarefa é trabalhar para produzir ao menos o começo da humilhação. Isso se faz por meio de uma conversa cristã e amigável, levando a pessoa: a enxergar seus pecados; a entristecer-se por eles — ao menos pelos mais graves.

Sobre essa tristeza, duas observações são importantes: 1) A tristeza mundana deve ser transformada em tristeza segundo Deus. Um paciente que corre risco pela perda excessiva de sangue pelo nariz é sangrado no braço para redirecionar o fluxo. Da mesma forma, a tristeza da pessoa angustiado deve ser “redirecionada”: ela precisa aprender a entristecer-se não apenas pelo sofrimento ou castigo, mas principalmente por ter ofendido a Deus. 2) Essa tristeza deve ser distinta, não confusa. A pessoa não deve apenas lamentar ser “pecadora como todos”, mas estar entristecida por



pecados específicos, pelos quais se tornou esse tipo de pecador. A tristeza difusa precisa ser dirigida a pontos concretos — assim como o cirurgião amadurece um tumor para que a infecção se concentre num ponto e possa ser tratada. Somente quando a consciência é tocada por pecados específicos, a pessoa está realmente pronta para receber conforto. E quem é verdadeiramente tocado por um pecado, proporcionalmente também o será por todos os outros que reconhecer em si.

3. Depois disso, deve-se ministrar consolo — e este é o ponto mais importante. O consolo é dado colocando o aflito dentro do alcance da promessa de vida. Há dois modos de fazer isso: um falso e um verdadeiro.

Seção 3. O método falso. Alguns acham que a pessoa pode ser incluída na aliança da graça pelo ensino da graça universal e da redenção universal.

Mas este método é: Falso, e Inadequado. Por que é falso? Porque todas as promessas do Evangelho são feitas com condição: fé e arrependimento. Elas não são universais para toda a humanidade, mas apenas para quem crê e se arrepende. Logo, são indefinidas quanto ao mundo inteiro, e universais somente para os crentes.

Alguns usam textos como “Deus quer que todos sejam salvos”. Mas o próprio apóstolo Paulo explica esse “todos” como: todos os tipos de pessoas (ricos e pobres, nobres e comuns, governantes e súditos), não cada indivíduo sem exceção. E quando Paulo diz que Deus quer salvar “agora” a todos, o *agora* limita essa declaração ao tempo do Novo Testamento, não a toda a humanidade de todas as eras. O mesmo vale para “Deus



reconciliou o mundo consigo”. O próprio Paulo explica que “mundo” ali se refere aos gentios, chamados após a queda dos judeus — não a cada pessoa que já viveu. Portanto, a promessa não é universal; e aplicar conforto com base nessa suposta universalidade é um erro.

Por que é inadequado? Porque o argumento ficaria assim: Cristo morreu por todos os homens; Tu és um homem; Portanto, Cristo morreu por ti. A pessoa aflita pode aceitar isso em tese, mas concluir: “Sim, Cristo morreu por mim — se eu O tivesse recebido. Mas por causa dos meus pecados, eu me cortei do meu Salvador; por isso, Sua morte não me aproveita.” Ou seja, esse raciocínio não produz verdadeiro consolo.

Seção 4. O modo correto de ministrar conforto a uma pessoa aflita. O caminho correto de ministrar conforto a uma pessoa aflita segue-se agora. No tratamento deste assunto, primeiro exporei os Fundamentos pelos quais qualquer pessoa que pertence a Deus pode ser trazida para dentro da Aliança. Em seguida, mostrarei o Modo Correto como esses fundamentos devem ser usados e aplicados.

Pois, inicialmente, não se deve recorrer a todas as graças, ou a todos os graus e medidas de graça; mas somente àquelas que uma consciência atribulada pode sentir e alcançar. Pois aqueles que são verdadeiros filhos de Deus e possuem excelente medida de graça, quando estão em aflição, sentem pouca ou nenhuma graça em si mesmos.

As graças, então, que servem a esse propósito são três: fé, arrependimento e o verdadeiro amor a Deus, que



é fruto de ambas. E, para que possamos discerni-las mais facilmente e com verdade, e não sermos enganados, é necessário investigar quais são as sementes e princípios de todas elas.

O primeiro Fundamento da graça é este: o desejo de se arrepender e crer, existente em um coração e consciência tocados, é, em aceitação divina, o próprio arrependimento e a própria fé, embora não o seja em natureza. Provo isso da seguinte maneira.

É um princípio concedido e confessado por todos: que, naqueles que possuem graça, Deus aceita a vontade pelo ato. “Se há prontidão de mente”, diz o Apóstolo, “é aceita não segundo o que o homem não tem, mas segundo o que tem.” Além disso, Deus anexou uma promessa de bem-aventurança e vida eterna ao verdadeiro e sincero desejo de graça. Por isso, na Escritura são chamados bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. E quem são eles, senão aqueles que sentem falta de toda justiça e a desejam verdadeira e intensamente em seus corações? Pois a fome e a sede indicam tanto a falta de algo quanto o sentimento dessa falta.

E, para esse propósito, o Espírito Santo diz: “Ao que tem sede, darei de beber gratuitamente da água da vida.” Ora, essa alma sedenta é a pessoa que sente estar destituída de toda graça e do favor de Deus em Cristo, e ao mesmo tempo tem sede do sangue de Cristo e deseja tornar-se participante dele. Deus costuma aceitar misericordiosamente o desejo de qualquer coisa boa, quando o homem está em necessidade e carece dela. “O Senhor”, diz Davi, “ouve o desejo dos pobres”, isto é,



daqueles que estão em aflição, seja do corpo ou da mente. Sim, Ele cumprirá o desejo dos que O temem.

Dir-se-á que o desejo de coisas boas é natural e que, portanto, Deus não levará em conta os desejos dos homens. Respondo: existem dois tipos de desejos. Alguns são por coisas que os homens conhecem ser boas pela mera luz da natureza — por exemplo: o desejo de sabedoria, de virtude civil, de honra, de felicidade e semelhantes; e tudo isso a natureza pode desejar. Outros desejos, porém, estão acima da natureza: como o desejo de remissão dos pecados, reconciliação e santificação. E aqueles que desejam seriamente essas coisas têm promessa de bem-aventurança e vida eterna. E daí se conclui que o desejo de misericórdia, quando se carece de misericórdia, é a própria misericórdia; e o desejo de graça, quando se carece de graça, é a própria graça.

O segundo Fundamento é este: uma tristeza piedosa, pela qual o homem se entristece por seus pecados porque são pecados, é o começo do arrependimento e, quanto à substância, é o próprio arrependimento. O apóstolo Paulo alegra-se por ter produzido em seu ministério essa tristeza piedosa no coração dos coríntios, chamando-a de “tristeza que produz arrependimento para a salvação, da qual ninguém se arrepende”.

Essa tristeza pode ser discernida assim: o coração daquele em quem ela reside está tão afetado que, ainda que não houvesse consciência nem diabo para acusar, nem inferno para condenar, ainda assim ele se entristeceria em si mesmo, porque Deus é desagradado e ofendido pelo pecado.



Se alguém alegar que nem todos conseguem alcançar esse início de arrependimento — entristecendo-se assim por seu pecado — então acrescento: se a pessoa está triste pela dureza de seu coração, pela qual acontece de não conseguir entristecer-se, então ela indubitavelmente recebeu alguma porção de tristeza piedosa. Pois não é a natureza que faz o homem entristecer-se pela dureza do seu coração, mas a graça.

O terceiro Fundamento é que um propósito firme e uma disposição voluntária de abandonar todo pecado e voltar-se para Deus, ainda que nenhuma conversão exterior apareça por enquanto, é um bom começo da verdadeira conversão e arrependimento. “Pensei”, diz Davi, “Confessarei contra mim mesmo minhas iniquidades ao Senhor”; e Tu perdoaste a culpa do meu pecado.” A isso se acrescenta “*Selá*”, que não é apenas uma nota musical, mas, como alguns pensam, uma nota de atenção para nos mover a marcar o que está sendo dito, por ser de grande peso e importância. E certamente é algo de grande consequência que, com base no simples e sincero propósito de confessar o pecado, Deus conceda o perdão dele.

Tome-se outra prova disso no filho pródigo. Não o considero como alguém que nunca foi chamado ou convertido (embora alguns assim o façam, e pareçam ter argumento para isso), mas antes como alguém que é filho de Deus e depois cai. Ora, esse homem, sendo levado por provações e aflições externas a ver sua própria miséria, propõe consigo mesmo voltar ao seu pai, humilhar-se e confessar sua iniquidade. E, com base nesse simples propósito — quando disse: “Levantar-me-ei e irei ter com



meu pai, e dir-lhe-ei: Pai, pequei...” — ao regressar, ainda longe, seu pai o recebe novamente como filho. E, depois da aceitação, vem sua confissão.

Algo semelhante se vê em Davi: sendo repreendido pelo profeta Natã por seus pecados de adultério e homicídio, imediatamente fez confissão deles e, no mesmo instante, recebeu pela boca do profeta a sentença de absolvição do próprio Senhor — na qual o profeta não poderia errar.

O quarto Fundamento: amar alguém porque é cristão e filho de Deus é um sinal sensível e certo de que a pessoa é participante do verdadeiro amor de Deus em Cristo. “Nisto”, diz São João, “sabemos que fomos trasladados da morte para a vida: porque amamos os irmãos.” O amor aqui não é causa, mas apenas sinal do amor de Deus por nós. E nosso Salvador Cristo diz: “Aquele que recebe um profeta na qualidade de profeta receberá recompensa de profeta.”

Agora, para que não sejamos enganados nesses fundamentos, é necessário lembrar que esses inícios de graça (por mais fracos que sejam) não devem ser cintilantes ou passageiros, mas constantes e firmes; não parados ou interrompidos no caminho, mas sempre crescendo e aumentando. Então, de fato, são aceitos por Deus. E quem puder encontrar tais princípios, ou qualquer um deles, verdadeiramente em si mesmo, pode assegurar-se de que é filho de Deus.

Seção 5. Tendo assim exposto os Fundamentos do consolo, passo agora ao Caminho pelo qual a pessoa angustiada pode ser conduzida para dentro do alcance da



promessa de salvação. Esse caminho consiste em duas coisas: fazer Prova (ou Exame) e Aplicar a promessa.

Primeiro, então, deve-se fazer prova se a pessoa angustiada possui ainda em si algum dos fundamentos de graça mencionados anteriormente. Essa prova pode ser feita por aquele que ministra o consolo, movendo certas perguntas ao aflito. E, primeiramente, ele deve perguntar se a pessoa crê e se arrepende. A pessoa angustiada responde que não: ela não consegue se arrepender nem crer. Então se deve perguntar mais: se ela deseja crer e se arrepender. A isso, ela responderá que deseja sim, com todo o coração. Da mesma forma, deve-se testar os outros fundamentos.

Quando um homem está no auge da tentação, ele dirá firmemente que está certo de ser condenado. Se, nesse estado, você perguntar sobre seu amor a Deus, ele responderá que não tem nenhum. Mas, se você perguntar se ele ama alguém por ser cristão e filho de Deus, então ele confessará que ama, sim. Assim, após se realizar esse exame, alguns princípios de fé e arrependimento aparecerão — princípios que, no início, estavam ocultos. Pois Deus costuma, não no tempo da prosperidade, mas sim no meio da aflição, operar a sua graça.

Segue-se então o segundo ponto. Depois que, por meio da prova, se encontram alguns dos princípios de graça mencionados, então vem a correta Aplicação da promessa de vida eterna ao aflito. E isso é feito por meio de uma espécie de raciocínio, cuja primeira parte é tomada da Palavra de Deus; a segunda, do testemunho da consciência aflita; e a conclusão é a aplicação da promessa, desta maneira:



Aquele que tem um desejo sincero de se arrepender e crer, tem a remissão dos pecados e a vida eterna.

Mas tu tens um desejo sincero de te arrepender e crer em Cristo.

Portanto, a remissão dos pecados e a vida eterna pertencem a ti.

E lembre-se disto: é sumamente conveniente que essa Aplicação seja feita pelo Ministro do Evangelho, o qual deve usar, nela, a autoridade ministerial que Deus lhe concedeu para pronunciar o perdão. Pois, em meio à angústia, fazer a consciência render-se à promessa é uma obra tão difícil quanto fazer fogo e água concordarem. Embora os homens tenham sinais de graça e misericórdia em si, eles não os reconhecerão devido à extremidade de sua aflição. Dessa maneira, sobre qualquer dos fundamentos mencionados, a alma aflita e perplexa pode ser assegurada de que a misericórdia lhe pertence. E este, considero eu, ser o único e verdadeiro caminho geral de consolar uma consciência angustiada.

Agora, para que a promessa assim aplicada produza bom efeito, estes seis princípios devem necessariamente ser observados:

I. Primeiro: o consolo ministrado deve ser temperado com alguma mistura da Lei; isto é: a promessa, sozinha, não deve ser aplicada, mas junto a ela se deve mencionar os pecados da pessoa e os graves castigos que lhe são devidos. A razão disso é que há muita astúcia no coração humano; tantas vezes acontece que pessoas não devidamente humilhadas, quando recebem



consolo cedo demais ou em excesso, tornam-se depois as piores de todas. São como o ferro que, lançado ao fogo muito quente e depois resfriado, torna-se mais duro do que seria se o calor tivesse sido moderado. Por essa razão, ao ministrar consolo, devemos mantê-los um pouco “abaixo”, conduzindo-os aos poucos ao arrependimento. A doçura do consolo é maior quando vem temperada com alguma aspereza da Lei.

II. Segundo: se a pessoa aflita estiver profundamente tomada pela tristeza, não deve ser deixada sozinha, mas sempre acompanhada de boa companhia. Pois é costume do Diabo aproveitar-se do momento e do lugar: ele tenta quando a pessoa está solitária e desprovida da ajuda que teria na comunhão com outros. Assim tentou Eva, quando estava apartada de seu marido. E, por isso, Salomão declara um ai sobre aquele que está sozinho. Mas aqui a malícia dele se mostra ainda mais: ele está sempre mais pronto quando a pessoa está angustiada e, além disso, solitária — então, de repente, ele a tenta ao desespero e até ao tirar a própria vida.

III. Terceiro: o aflito deve ser ensinado a não confiar em seu próprio julgamento, mas a submeter-se e estar disposto a ser aconselhado por homens de sabedoria e discernimento. Isso deve ser observado sobretudo porque muitas pessoas permaneceram sem consolo durante muitos anos apenas por negligenciarem esse ponto.

IV. Quarto: a pessoa angustiada nunca deve ouvir relatos de acidentes horríveis, nem de outros que estiveram em situação igual ou pior. Pois, ao mínimo



relato, a consciência aflita aplicará aquele caso a si mesma, sendo arrastada a uma tristeza mais profunda ou ao desespero. A mente aflita inclina-se a imaginar coisas terríveis — às vezes, até a mera menção do Diabo causa nela temor e pavor.

V. Quinto: aquele que consola deve suportar todas as fraquezas do aflito — sua irritação, obstinação, impulsividade, seus afetos e ações desordenadas. Deve, por assim dizer, colocar-se em seu lugar, sentindo sua miséria e sendo tocado pela compaixão de suas dores, entristecendo-se quando ele se entristece, chorando quando ele chora e lamenta.

VI. Sexto: o consolador não deve desanimar-se se, após grande trabalho e esforço, pouco ou nenhum alívio seguir-se ao aflito. Pois os homens frequentemente mostram grande rigidez na tentação, e geralmente demora até que possam receber consolo. E por quê? Certamente porque Deus tem a maior parte na obra dessas aflições da mente; Ele conduz os homens por todas as tentações que determinou — até o último limite — antes de abrir o coração para receber o consolo. A Igreja, no Cântico dos Cânticos, busca seu Amado; mas, antes de encontrá-lo, ela passa pela cidade, pelas ruas, pelos lugares públicos, inclusive pelos guardas — e somente depois de ter usado todos os meios, sem ajuda e sem esperança, finalmente, e não antes, encontra o Amado de sua alma.



CAPÍTULO 8

Da Primeira Aflição Especial, Que Surge De Uma Tentação Divina

A primeira aflição surge de uma Tentação divina, que é um combate direto com o próprio Deus. E essa aflição ocorre quando a consciência fala coisas terríveis sobre Deus, e, juntamente com isso, a pessoa angustiada sente sinais evidentes da ira de Deus.

Seção 1. Encontraremos muitos exemplos disso na Palavra de Deus. Um deles é o caso do justo Jó, que, tendo passado muito tempo em aflições externas, foi também exercitado pela percepção da ira de Deus. Nesse estado, ele afirma que as flechas do Todo-Poderoso estavam nele, que o veneno delas bebia o seu espírito, que os terrores de Deus pelejavam contra ele. Além disso, acrescenta que Deus era seu inimigo, e que escrevia coisas amargas contra ele; e o fazia possuir novamente os pecados de sua juventude.

Em outro momento, ele lamenta que a ira de Deus o havia dilacerado, que Deus o odiava, rangia os dentes contra ele, e havia aguçado os olhos contra ele — sim, que o tomara pelo pescoço, o quebrantara e o pusera como alvo para si mesmo. Em tudo isso, e em muitos outros lugares, fica evidente que sua consciência estava sendo exercitada pelo senso da ira de Deus, que agora havia tomado posse de sua alma.

Outro exemplo temos em Davi, que também foi exercitado por essa tentação e esse tormento da mente,



como mostram claramente as primeiras palavras do Salmo 6 e todo o teor dele. Primeiro, ele suplica ao Senhor que não o repreenda em Sua ira; depois, ele se queixa de que sua dor era tão grande que sua própria carne desfalecia, seus ossos eram atormentados, e seu corpo estava reduzido a um estado ao qual nenhuma enfermidade poderia tê-lo trazido.

E não é improvável que o mesmo Profeta tenha caído muitas vezes nesse tipo de aflição mental, como se pode inferir do Salmo 77 e de diversos outros lugares.

Assim como aconteceu com esses e com muitos outros servos de Deus nos tempos antigos, também não nos faltam exemplos semelhantes em nossos dias. Entre muitos, aquele homem valoroso, Mestre Lutero, escreve de si mesmo que passou por essa tentação em particular, e que, nela, aprendeu a doutrina da justificação do pecador pela pura misericórdia de Deus, sem mérito algum das obras. E, com base no senso e na experiência da natureza e das propriedades dessa aflição, ele compôs uma notável exposição do Salmo 6 de Davi, cujo objetivo — ele mesmo escreve — não é senão oferecer um remédio soberano para essa e outras aflições semelhantes da mente e da consciência.

Seção 2. Se for perguntado: Qual é a ocasião desse tipo de tentação?, respondo que ela surge, às vezes, da prática de algum pecado notório, que fere a consciência — como em Caim, Judas e Saul, que, por seus grandes e capitais pecados, que picavam e feriam suas consciências, caíram em um estado terrível e, conseqüentemente, pereceram nessa tentação.



Outras vezes, porém, ela vem sem que haja pecado cometido, mas justamente quando a pessoa está obedecendo a Deus; e então não pode ser apresentada razão alguma disso — nem no homem, nem fora do homem — senão esta: que Deus quer que assim seja. E isso fica claro pelos exemplos de Jó e Davi já mencionados.

Seção 3. Os efeitos dessa tentação são muitos e muito estranhos. Pois, exteriormente, ela produz uma mudança e alteração no corpo, como se fosse uma febre ardente; faz os intestinos se revolverem, o fígado rodopiar dentro do corpo, põe grande calor nos ossos e consome a carne mais do que qualquer enfermidade poderia fazer. E que isso é assim, além da experiência humana, é claramente mostrado na Palavra de Deus.

Davi, nessa aflição, afirma que seus olhos eram como que consumidos por vermes e afundavam na cabeça (Salmo 6.7), que sua seiva vital tornara-se como a estiagem do verão (Salmo 32.4). Jó diz que sua pele estava escura sobre ele, que seus ossos ardiam em febre; que, por causa dessa aflição, estava cheio de rugas e que sua magreza se levantava contra ele.

É um princípio sustentado pelos médicos que a mente segue a temperatura do corpo, e é afetada conforme boa ou má seja sua constituição. Embora isso seja verdade, não obstante é igualmente claro, do outro lado, que o corpo frequentemente segue o estado e a condição da mente. Pois um coração angustiado deve, necessariamente, produzir um corpo enfraquecido e debilitado.



Seção 4. Mas o principal a ser buscado nesta tentação é o seu remédio: para o qual são requeridas cinco coisas, que devem ser praticadas conforme a ocasião se apresentar.

Primeiro, deve-se escolher o remédio mais adequado e imediato, e este deve ser usado em primeiro lugar. Ora, o remédio mais adequado e imediato é conduzir a pessoa aflita aos exercícios pessoais de fé e arrependimento, feitos por ela mesma e dentro de si mesma. Para esse fim, ela deve examinar sua consciência de modo rigoroso e minucioso, quanto a todos os pecados do seu coração e de sua vida. Em segundo lugar, deve humildemente confessar contra si mesma todos os seus pecados conhecidos, e juntamente reconhecer a justa condenação que, por eles, mereceu. Em terceiro lugar, deve clamar ao céu por misericórdia, suplicando ao Senhor com grande insistência por perdão e pelo refreamento de Sua ira, que lhe é devida por causa do pecado. Davi, estando em tal angústia, cumpriu todos esses deveres, como podemos ler no Salmo 6; e ele diz ainda de si mesmo que, enquanto ocultava seus pecados, a mão de Deus pesava sobre ele; mas, mediante sua fervorosa confissão e súplica, ele recebeu misericórdia. E, se lermos o livro de Jó, encontraremos que o objetivo principal dele é este: mostrar-nos que Jó foi profundamente exercitado nessa tentação, e que, no fim, tendo sido repreendido por seus amigos e pelo próprio Deus, sua restauração se deu quando ele se humilhou e disse: “Eis que sou vil”; e novamente: “Agora abomino a mim mesmo e me arrependo no pó e na cinza.”



Alguns podem perguntar aqui: caso aconteça de a própria pessoa não conseguir realizar nenhum bom dever por si mesma, por causa de sua perturbação de alma e corpo, o que então deve ser feito? Resposta: se a pessoa conseguir apenas suspirar e gemer a Deus por misericórdia e conforto, sem dúvida isso é obra do Espírito de Deus, e um exercício tanto de fé quanto de arrependimento. “Não sabemos” (diz São Paulo) “o que havemos de pedir como convém (especialmente em nossas angústias), mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis”; e nisso está nosso consolo. Assim também Moisés, junto ao mar Vermelho, estando em grande angústia e não sabendo o que dizer nem fazer, suspirou e gemeu internamente em sua alma ao Senhor por ajuda e proteção; e seu mero desejo foi, aos ouvidos do Senhor, como um forte clamor.

A segunda coisa é verificar se a pessoa possui em si algum sinal de graça. Esses sinais são os pequenos começos da graça, que antes já descrevi. Por exemplo: tristeza por não conseguirmos nos entristecer pelo pecado como deveríamos; vontade e desejo sinceros de crer e arrepender-se; propósito de não pecar mais; e coisas semelhantes. Se tais sinais forem encontrados na pessoa, então, por eles — como por penhores seguros — ela pode ser assegurada do favor de Deus para com ela; e onde quer que algum desses sinais seja encontrado, deve-se aplicar a palavra de Deus dita a São Paulo: “A minha graça te basta”; e com isso deve o aflito firmar sua mente. Sim, devemos estar contentes com qualquer condição nesta vida, por mais miserável que seja, desde que estejamos no favor de Deus — ainda que Ele colocasse sobre nós até mesmo as dores do inferno até o momento



da morte. Assim fez Davi, que, quando era perseguido por seu próprio filho, pronunciou estas palavras a Deus: “Eis que, se eu não te agrado, faze comigo o que bem te parecer.” E semelhante foi o sentimento de Paulo, que, estando certo do favor de Deus, estava disposto, para Sua glória e para a salvação dos israelitas (se isso fosse possível), a ser separado de Cristo e a suportar as próprias angústias do inferno.

A terceira coisa nesta cura é aplicar à pessoa aflita tais promessas de Deus feitas a pessoas afligidas, promessas que são especialmente amplas e consoladoras. Por exemplo: “O Senhor está perto dos que têm o coração quebrantado e salvará os contritos de espírito” (Salmo 34.18); Novamente: “Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mateus 15.24). Ele não diz “às ovelhas desgarradas”, mas sim às que já estão no poço, prestes a se afogar, ou na boca do leão, prestes a ser devoradas. Ainda: “O Espírito do Senhor está sobre mim, por isso me ungiu para evangelizar aos pobres” — isto é, aos que estão angustiados na consciência e pobres de espírito; “enviou-me para curar os quebrantados de coração, para proclamar libertação aos cativos.” Essas e muitas outras promessas semelhantes devem ser aplicadas neste caso, e a pessoa deve ser movida a procurar crer nelas, a firmar-se nelas, e a descansar nelas, ainda que perca todas as outras coisas.

Quarto: a pessoa deve ser levada a considerar seriamente sua própria vida passada e o trato misericordioso de Deus para com ela e com outros que estiveram em sua mesma condição em tempos anteriores; e com isso deve ser consolada no presente. Pois, se



anteriormente recebeu algum sinal do favor e do amor de Deus, por esses sinais ela deve agora sustentar e estabilizar sua mente. A razão é clara: os dons de Deus são sem arrependimento; a quem Ele ama, ama até o fim; e aquele a quem Ele escolhe, Ele chama, justifica, santifica e também, a seu tempo, glorificará. Davi, estando em tal aflição que mal podia pensar em Deus, ainda assim tomou este caminho: orou ao Senhor por consolo, conversou com o próprio coração e lembrou-se de como Deus anteriormente tratara com ele; e com essa meditação sobre o curso contínuo da misericórdia de Deus em preservá-lo, confirmou sua fé e firmou seu coração em suas maiores angústias.

Seção 5. A quinta e última coisa a ser feita é remover as razões e dúvidas que a pessoa aflita costuma levantar contra si mesma, para sua própria ruína. Pois é costume daqueles que estão atribulados na mente discutir contra si mesmos; e eles geralmente costumam alegar três coisas: Primeiro, sendo instruídos quanto a humilhar-se e depender da misericórdia de Deus, eles admitem que todas essas coisas são boas, mas dizem que não pertencem a eles, pois eles não sentem, nem podem sentir nada além dos sinais da ira de Deus, e acreditam já estar entrando em alguns graus de condenação.

Essa objeção pode ser removida informando-os sobre o modo de agir de Deus em todas as suas obras. Pois Ele geralmente opera todas as coisas em Suas criaturas por meios contrários, se pudéssemos compreender toda a estrutura delas. Assim, na Criação, cada criatura teve o seu ser a partir do que não tinha ser, e algo foi feito não a partir de algo, mas do nada. Depois



do dilúvio, o sinal da aliança de Deus quanto a preservar o mundo de destruição pela chuva é o arco-íris, que de fato é um sinal natural *de chuva*. Quando Elias havia de provar que o Senhor era o único Deus verdadeiro contra os sacerdotes idólatras de Baal, e isso por meio de ofertas queimadas, ele derramou água sobre o sacrifício e encheu um rego de água ao redor — e por esse meio contrário o sacrifício foi consumido. Cristo, para curar um cego, mistura saliva e barro, algo que, segundo toda razão, seria um meio mais adequado para *cegar* do que para fazer um cego ver.

Assim também, na obra de nossa redenção, Cristo dá vida não por vida, mas por morte; e envia os homens ao céu pelas portas e subúrbios do inferno; Ele demonstra Seu maior poder na maior fraqueza; e Seu poder se aperfeiçoa na fraqueza. Ele não quer construir sobre um fundamento antigo, mas derruba e destrói tudo, para que o homem não tenha nenhuma esperança em si mesmo, mas que toda esperança que tenha seja apenas em Deus. Primeiro Ele mata, e depois vivifica, como diz Ana; primeiro Ele fere, e depois cura. Ele faz o homem semear em lágrimas, para então colher em alegria. E quem conhece que o proceder de Deus é assim deve, com isso, estar satisfeito e contente; pois, na ira, Deus costuma lembrar-se da misericórdia; sim, Sua misericórdia nunca é doce ao paladar da alma até ser temperada com algum gosto de Sua ira. O cordeiro pascal era comido com ervas amargas, para significar que não podemos sentir doçura no sangue de Cristo até primeiro sentirmos a dor de nossos próprios pecados e corrupções.



Em segundo lugar, essas pessoas costumam alegar contra si mesmas que, se ao menos pudessem sentir algum conforto, então firmariam suas mentes e se renderiam às boas persuasões e exortações. A isso, a resposta é: existe uma regra da graça (que devemos seguir), tirada da Palavra de Deus e da experiência dos filhos de Deus, contrária à regra da natureza e acima da luz da razão: a saber, que, em caso de aflição, não devemos viver por sentimento, mas por fé.

Essa regra se fundamenta na palavra do Senhor pelo profeta: “o justo viverá pela sua fé”. Quando não temos nem visão, nem sensação, nem qualquer gosto da misericórdia de Deus, mas somente apreendemos Sua ira, ainda assim devemos nos esforçar para lançar mão de Sua misericórdia em Sua Palavra e promessa. Sensação e sentimento nem sempre são guias adequados para este tempo presente; pois alguém pode ser o querido filho de Deus e, no entanto, no momento presente, sentir nada além de Sua ira e indignação. De fato, esta é a verdadeira prova de nossa fé: quando, acima e contra a razão, nos apoiamos na misericórdia de Deus enquanto sentimos Sua ira. Assim fez Davi: “Das profundezas clamo a ti, ó Senhor”, isto é, estando agora profundamente submerso nas angústias de uma consciência aflita. E Jó, em condição semelhante: “Senhor, ainda que tu me mates, em ti confiarei.” Abraão é louvado pelo Espírito Santo, entre outras coisas, por isso: que creu em Deus além da esperança — isto é, contra toda e qualquer matéria de esperança que pudesse ser concebida pela consideração da força das causas naturais. O ladrão na cruz, sentindo nada além de miséria, e vendo em Cristo nada além de sofrimento e desprezo, ainda assim creu em



Cristo e foi salvo. Em suma, o próprio Cristo, quando foi abandonado por todos os homens, e privado de todo conforto terreno, e sentindo nada além da profundidade da ira de Deus em Sua agonia e paixão, ainda assim, pela fé de Sua natureza humana, firmou-se e disse: “Meu Deus, meu Deus.”

Terceiro, eles costumam alegar que seu caso é desesperador, que jamais alguém esteve em tal condição, que ninguém jamais sentiu angústia semelhante. Resposta: isso é falso. Pois o Espírito Santo escreveu três passagens notáveis nas Escrituras — o livro de Jó e dois salmos de Davi — nos quais são apresentados os exemplos de Jó e Davi, servos mui queridos de Deus, que estiveram em angústias tão grandes quanto quaisquer outras que alguém já tenha experimentado. E eles não devem pensar que poderiam suportar maiores dores do que Cristo, o qual, na angústia de Sua alma sobre a cruz, clamou: “Meu Deus, meu Deus, por que me desamparaste?”

E assim terminamos quanto ao primeiro tipo de angústia de consciência, chamada “tentação divina”.

CAPÍTULO 9

Da Segunda Angústia Especial, Surgindo Das Aflições Externas



A segunda espécie de angústia é aquela que surge das aflições externas. Por aflições eu entendo todo tipo de misérias e calamidades desta vida, desde as menores até as maiores — desde a dor do dedo mindinho até as próprias agonias da morte.

Agora, a questão é: como o tormento da mente, causado pelas aflições, pode ser remediado? Para responder a essa questão, são exigidas do aflito duas coisas: Prática e Meditação.

Seção 1. A Prática é aquilo que deve ser usado em *todas* as angústias mentais, sejam quais forem. Consiste em: 1) um exame diligente da consciência com respeito ao pecado; 2) uma confissão sincera e fervorosa desses pecados diante de Deus; 3) uma deprecação, isto é, uma oração fervorosa a Ele pelo perdão dos mesmos. Essas três coisas, sendo feitas verdadeira e sinceramente, são um remédio imediato contra esse tormento e trazem consigo grande consolo.

Manassés, rei de Judá, que havia cometido muita maldade, quando foi levado cativo a Babilônia e posto em correntes, humilhou-se, reconheceu seus pecados e orou fervorosamente ao Senhor — e o resultado foi bom; pois Deus foi movido a misericórdia e lhe deu libertação. Jó, permanecendo muito tempo em aflição externa, humilhou-se da mesma maneira e por fim recebeu consolo. Daniel humilhou-se diante de Deus por seus próprios pecados e pelos pecados do povo de Deus, fazendo súplica fervorosa por eles; e, enquanto ainda estava orando, o Senhor enviou o anjo Gabriel para lhe anunciar a libertação. Por fim, a Igreja de Deus, debaixo da cruz, realizou o mesmo dever: “*Examinemos e*



provemos os nossos caminhos, e voltemos ao Senhor"; e Deus, em misericórdia, deu ouvidos ao seu pranto e lamento.

Por todos esses textos fica evidente que não há melhor remédio no mundo, para a mente aflita por causa das adversidades externas, do que a prática desses deveres acima mencionados.

Seção 2. A próxima coisa, depois da Prática, é a Meditação das doutrinas confortadoras que estão estabelecidas na Palavra de Deus a respeito das aflições. Todas essas doutrinas podem ser reduzidas a cinco fundamentos principais de consolo, e serão apresentados em ordem:

Primeiro fundamento. Todas as aflições, das menores às maiores, acontecem não por acidente, acaso ou sorte, mas pela providência especial de Deus. Explico assim: em cada aflição particular há a mão da providência particular de Deus, e isso em três aspectos:

1. Deus decreta cada aflição específica. Observe as palavras de Paulo: *"Aos que Deus conheceu de antemão, a esses também predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho."* E qual é essa imagem? Nada mais que conformidade com Cristo nas aflições desta vida e na glória da vida por vir. Ora, se Deus decretou que aqueles a quem Ele conheceu de antemão fossem conformes ao Seu Filho, então Ele também decretou as aflições em si mesmas.

2. Deus não apenas permite, mas efetua as aflições. "Eu faço a paz e crio o mal" — isto é, não o mal do pecado, mas o mal do sofrimento, que é mal em nosso



sentir. Há males que são realmente maus; outros são chamados de maus apenas por causa de nossa sensação e percepção, e é nesse sentido que as aflições são chamadas de mal. Assim também diz o profeta Amós: *“Haverá algum mal na cidade que o Senhor não tenha feito?”*

3. Deus ordena e dispõe as aflições. Ele determina: o começo, o fim, a medida ou quantidade, e a duração delas. Além disso, Ele as ordena para os fins corretos: Sua própria glória; o bem de Seus servos; e o benefício de Sua Igreja.

Assim dEle é dito corrigir Seu povo “com juízo”, isto é, mantendo Ele mesmo todo o governo da correção em Suas mãos. José disse a seus irmãos que, embora eles tivessem planejado o mal, Deus o havia disposto para o bem. Quando Simei amaldiçoou Davi, este proibiu seus servos de tocá-lo — por quê? Porque, disse ele: *“O Senhor ordenou que ele me amaldiçoasse.”* E por isso Davi disse: *“Fiquei em silêncio... porque Tu, Senhor, o fizeste.”*

Objecção. “Se as aflições viessem apenas de Deus, seria mais fácil; mas muitas vezes elas vêm de homens que nos odeiam, e por isso é difícil ter paciência.”

Resposta. Quando as aflições vêm de homens, Deus os usa como instrumentos de Sua obra. Ele é o principal autor; eles são apenas ferramentas na mão do artes. Ele nos aflige por meio de homens para provar nossa paciência debaixo da cruz. José, embora conhecesse a maldade de seus irmãos, olhou acima deles, reconhecendo a vontade de Deus operando por meio deles.



Segundo fundamento. O mandamento de Deus acerca da cruz, e nossa obediência a Ele nela. Cristo ordena que tomemos nossa cruz diariamente. Abraão foi ordenado a sacrificar seu filho Isaque — e submeteu-se. A Igreja, em Miquéias, diz: *“Suportarei a ira do Senhor, porque pequei contra Ele.”* Pedro diz que devemos “humilhar-nos sob a poderosa mão de Deus”. Assim, devemos ser tão cuidadosos em obedecer a esse mandamento quanto a qualquer mandamento moral.

Terceiro fundamento. Deus estará presente com Seus servos nas aflições.

Davi se consola nisso, porque Deus prometeu: ouvir, estar com ele na angústia, e livrá-lo. E: *“Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque Tu estás comigo.”* Os efeitos dessa presença divina são três: 1) Ele pode nos livrar da aflição — com a condição de que isso seja para o nosso bem; 2) Ele pode moderar a aflição — não permitindo que seja maior do que podemos suportar; 3) Ele pode fortalecer-nos para suportá-la, mesmo que dure até a morte — “Foi-vos concedido, por amor de Cristo, não apenas crer Nele, mas também sofrer por Ele.”

Quarto fundamento. Toda aflição sobre os servos de Deus possui alguma bondade especial em si. Romanos 8:28: *“Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem...”* Assim, longe de prejudicar a salvação dos filhos de Deus, as cruces são na verdade auxílios para ela. Essa bondade pode ser percebida: 1) pelos frutos da aflição; 2) pela qualidade dela.

Frutos da aflição (reduzidos a sete principais):



I. As aflições levam os homens a ver e considerar seus pecados. Os irmãos de José passaram cerca de vinte anos sem se preocupar com sua maldade; mas, quando foram afligidos no Egito, imediatamente disseram: *“Verdadeiramente pecamos contra nosso irmão...”* Manassés, em tempos de paz, entregou-se à feitiçaria; mas na prisão reconheceu seus pecados e humilhou-se.

II. As aflições servem para humilhar a alma diante de Deus. O filho pródigo, enquanto tinha bens, não se entristecia por nada; mas quando passou fome — por sua própria tolice — humilhou-se e voltou ao pai. Davi diz de si mesmo que, em sua prosperidade, pensava que jamais seria abalado, porque o Senhor, em sua bondade, havia firmado sua montanha para estar forte; mas — diz ele — tu escondeste o teu rosto, e eu fiquei perturbado; então clamei ao Senhor.

III. As aflições servem para promover emenda de vida. Nenhuma disciplina — diz o autor aos Hebreus — no presente parece motivo de alegria, mas depois produz o fruto pacífico de justiça àqueles que por ela são exercitados; isto é, as aflições e correções que sobrevêm aos filhos de Deus deixam após si emenda de vida, como a agulha que passa pelo pano e deixa o fio atrás de si. “Quando somos julgados” — diz o apóstolo — “somos disciplinados pelo Senhor, para que não sejamos condenados com o mundo.” E Davi confessa, no Salmo 119: “Foi-me bom ter sido afligido, para que aprendesse teus estatutos.” E o bom lavrador poda e limpa a videira, para que ela produza mais e melhores frutos.

IV. Elas levam os homens a negar a si mesmos e a confiar inteiramente na misericórdia de Deus. Assim



Paulo recebeu em si mesmo a sentença de morte, para que não confiasse em si, mas em Deus, que ressuscita os mortos.

V. O quinto fruto é a invocação. Pois as aflições nos fazem clamar de coração e com fervor ao Senhor, fazem-nos comparecer diante dele e ali humilhar-nos em sua presença. Assim o Senhor disse dos antigos israelitas que, quando os feria, então retornavam e o buscavam cedo (Sl 78.34). E em outro lugar ele diz de seus filhos que, em sua aflição, o buscarão diligentemente.

VI. O sexto fruto é a paciência. “A tribulação produz paciência; a paciência, experiência (provação); e a experiência, esperança.” Como se dissesse: porque o amor de Deus é derramado em nossos corações, podemos ser pacientes nas aflições. Ora, enquanto suportamos a cruz com paciência, experimentamos a misericórdia e o amor de Deus para conosco; e, tendo provado e experimentado em algum livramento notável a misericórdia do Senhor, pela esperança, de certo modo, prometemos a nós mesmos que essa mesma graça e favor nos serão concedidos também no futuro.

VII. O último fruto é a obediência. O Espírito Santo ensina que este foi o fruto dos sofrimentos de Cristo, quando diz: “Ainda que era Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que padeceu.” Além disso, as aflições são boas quanto à sua qualidade e condição: elas são sinais e penhores de nossa adoção, quando delas tiramos o melhor proveito. “Se suportais a disciplina” — diz o Espírito Santo — “Deus vos trata como filhos”; isto é, ele vos visita na cruz não como juiz e vingador, mas como Pai bondoso e amoroso; e a cruz



imposta é, por assim dizer, sua mão paterna com a qual ele nos corrige. E por isso Jó bendiz a Deus por sua aflição, dizendo: “O Senhor deu, e o Senhor tomou; bendito seja o nome do Senhor.”

O quinto fundamento de consolo é que o aflito tem companheiros na cruz. Primeiro, ele tem Cristo por companheiro, porque participa com ele, sendo afligido e estando disposto a obedecer a Deus nisso. Paulo considera felicidade conhecer a comunhão dos sofrimentos de Cristo e ser conformado à sua morte (Fp 3.10). E Pedro exorta os crentes a se alegrarem por serem participantes dos sofrimentos de Cristo (1Pe 4.13). Em segundo lugar, se o aflito se arrepende, Cristo participa com ele em todas as suas cruces e as considera como suas próprias. Por isso o apóstolo quer que ninguém estranhe estando no fogo ardente da prova, mas que antes se alegre porque é participante dos sofrimentos de Cristo (1Pe 4.12). E Cristo disse a Saulo, que perseguia a Igreja: “Saulo, Saulo, por que me persegues?” Em terceiro lugar, o aflito tem outros servos de Deus como participantes com ele em todas as aflições. O apóstolo Pedro deseja que a Igreja de Deus resista a Satanás pela fé, sabendo — diz ele — que “os mesmos sofrimentos estão se cumprindo em vossos irmãos espalhados pelo mundo” (1Pe 5.9).

Assim falamos de maneira geral sobre as aflições e sobre o consolo nelas. Seria obra longa e cansativa expor tudo em particular com seus confortos próprios e distintos. Portanto, deixarei isso de lado e falarei somente de três tipos de aflições com seus remédios.

Seção 2. A primeira é a demora na libertação — *uma grande aflição, se for devidamente considerada*. E sobre



isso proponho uma pergunta: Como a mente da pessoa aflita pode ser sustentada quando o Senhor demora em trazer livramento?

Para responder a isso, três pontos principais devem ser considerados.

I. Primeiro, que Deus, em sua sabedoria, estabeleceu tempos certos e imutáveis para o cumprimento e desfecho de todas as coisas que existem – "Há um tempo determinado para todo propósito debaixo do céu" (Ec 3.1).

A afirmação de Salomão é geral, e seu sentido é este: tudo o que acontece no mundo — feito, sofrido ou desfrutado pelo homem, seja algo natural, voluntário ou imposto pela necessidade — possui um tempo e estação determinados pela providência de Deus, dos quais depende o êxito de todas essas coisas. E esse tempo Deus governa livremente, segundo o seu beneplácito; ninguém pode atrasá-lo, impedi-lo ou antecipá-lo. A Escritura comprova isso por meio de dois exemplos: as ameaças e as promessas de Deus, ambas cumpridas por Ele em tempos específicos e inalteráveis.

Exemplos das ameaças de Deus. Quando o mundo antigo, nos dias de Noé, se encheu de impiedade, o Senhor estipulou um período de 120 anos para que se arrependessem. Ao final exato desse prazo — *e não antes* — Ele enviou o dilúvio sobre a terra (Gn 6–7; 1Pe 3.20). Comparando os detalhes de tempo mencionados em Gênesis 7 com o testemunho de Pedro, vê-se que o dilúvio veio precisamente no ponto determinado. Outro exemplo: Deus ameaçou, por meio de Jeremias, que os



judeus seriam levados cativos e serviriam ao rei da Babilônia por 70 anos. E, fazendo a contagem exata, percebe-se que assim que o prazo se completou, a ameaça se cumpriu. Por isso Daniel registra com exatidão: “Naquela mesma noite Belshazar, rei dos caldeus, foi morto” (Dn 5.30) — exatamente ao completar-se o período profetizado (Jr 25; Jr 29).

Exemplos das promessas de Deus. Da mesma forma, Deus determinou um tempo específico para o cumprimento de cada uma de suas promessas. A Abraão, o Senhor prometeu que seus descendentes seriam afligidos por 430 anos, e então seriam libertos (Gn 15.13). Essa promessa foi cumprida à risca, conforme registrado em Êxodo: nenhum livramento ocorreu antes do fim desse prazo, mas quando o tempo se encerrou, “naquele mesmo dia saíram todas as hostes do Senhor da terra do Egito” (Êx 12.41). Até mesmo Moisés, que tentou antecipar a libertação 40 anos antes, não teve sucesso (Êx 2). Ele só prosperou quando Deus o chamou no tempo já determinado. Assim também Deus estabelece um período definido dentro do qual Ele exercita seus filhos, mais ou menos intensamente; e ao final desse período — e não antes — Ele os alivia e consola.

Aplicações espirituais. A certeza do cumprimento das ameaças serve para aterrorizar e restringir os ímpios. Mas a realização imutável das promessas de Deus, no tempo exato por Ele fixado, ensina aos filhos de Deus pelo menos duas coisas:

1. Quando estiverem em angústia, e o livramento não for imediato, conforme desejam, devem: 1) esperar o tempo do Senhor; 2) aguardar com paciência; 3) e



sustentar o coração na esperança de sua misericórdia. Pois, como Deus é fiel à sua palavra, “o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã” (Sl 30.5).

Assim o Senhor consolou os judeus em sua aflição, conforme lemos em Habacuque. O profeta questionava por que os ímpios caldeus oprimiriam o povo de Deus, e por que seriam levados cativos. A resposta divina foi: 1) o juízo viria no tempo determinado; 2) a libertação também viria no tempo certo; 3) durante o intervalo, deveriam esperar pacientemente pela visão, isto é, pelo cumprimento da promessa de livramento (Hc 2.3).

2. Devemos crer nas promessas não só em geral, mas em seus detalhes concretos — incluindo os meios, lugares e tempos específicos pelos quais Deus declara que agirá para nos aliviar. Exemplo: Daniel sabia, pelo Espírito de profecia, que: Deus havia decretado 70 anos de cativeiro; e Deus prometera encerrar esse cativeiro ao término dos 70 anos. E o que fez Daniel? Enquanto o tempo não havia chegado, ele não orou pedindo libertação; mas quando percebeu que o prazo se aproximava, aplicou pela fé a promessa ao tempo determinado, e então buscou o Senhor com oração, súplicas, jejum, pano de saco e cinzas (Dn 9). E Deus respondeu.

II. O segundo ponto é que Deus, quando adia o livramento, o faz por grandes e importantes razões e considerações, melhor conhecidas por Ele mesmo.

A primeira delas é que, por meio disso, Ele pode humilhar profundamente os homens, levando-os a uma



total renúncia de si mesmos, e consequentemente fazê-los aprender paciência na aflição — algo que eles não aprenderiam se pudessem agir conforme sua própria vontade e obter um livramento rápido da cruz, segundo seus próprios desejos e prazeres. Em segundo lugar, ao serem afligidos, podem reconhecer de onde vem seu livramento — e, na verdade, de onde recebem não somente isso, mas também todos os outros benefícios que desfrutam — não de si mesmos, nem de qualquer criatura, mas somente do Senhor. E, assim, aprendem a valorizar e estimar os dons de Deus conforme sua verdadeira excelência. Pois é um ditado verdadeiro, muitas vezes confirmado em tempos de aflição e necessidade, que benefícios obtidos facilmente são pouco apreciados e logo esquecidos. Em terceiro lugar, pela continuidade da cruz sem interrupção, Deus os leva a desgostar do mundo, e consequentemente a serem conduzidos à meditação da vida por vir, na qual toda causa de luto cessará e todas as lágrimas serão enxugadas de seus olhos. Em quarto lugar, o Senhor adia o livramento da aflição para prevenir males e perigos maiores, nos quais os aflitos poderiam cair se tivessem o desejo do coração atendido e fossem aliviados não segundo a vontade de Deus, mas conforme seus próprios anseios. Quando os filhos de Israel entraram em Canaã, foram informados de que deveriam habitar ali juntamente com os cananeus. E Moisés dá a razão: “Para que as feras do campo não se multipliquem contra ti.” Para evitar esse mal, os israelitas tiveram de suportar algum incômodo por causa dos cananeus. Da mesma forma, o Senhor mantém seus servos sob a cruz para impedir pecados e ofensas maiores. Isso deveria aquietar



a mente dos homens e levá-los a ficar satisfeitos em esperar em Deus por livramento, quando estão aflitos.

III. O terceiro e último ponto é que Deus sempre tem exercitado — e ainda exercita — seus melhores servos com cruces longas e contínuas.

Abraão permaneceu sem filhos até os 70 anos de idade, e somente então o Senhor lhe prometeu descendência. Mas essa promessa não foi cumprida até muito tempo depois, quando ele tinha cem anos. Davi recebeu a promessa de que seria rei de Jerusalém e de Judá; porém o Senhor o exerceu com muitas e graves aflições antes que ele alcançasse a coroa, a ponto de ele mesmo dizer que seus olhos desfaleciam de tanto esperar por seu Deus. Zacarias e Isabel oraram a Deus — ambos em sua juventude — e por muitos anos, pedindo um filho; mas o Senhor não atendeu ao pedido até que já eram idosos.

Para não acrescentar mais exemplos, estes bastam para mostrar o modo de agir do Senhor com homens e mulheres santos, seus queridos servos; Ele não concede sempre seus pedidos, nem responde aos seus desejos de imediato, mas, por assim dizer, os mantém em espera, suspendendo por um tempo sua graça e favor. Portanto, se Ele agir assim com qualquer um de nós, devemos aprender por esses exemplos a possuir nossas almas em paciência, contentando-nos com Sua vontade e esperando em Seu bom prazer até o fim.

Para concluir este ponto. Suponhamos que a condição dos servos de Deus seja tal que eles não encontrem fim para suas aflições, mas que elas



continuem até mesmo até a morte. O que devem fazer? Resposta: Além do que já foi dito anteriormente, acrescento isto: Primeiro, devem, mesmo até a morte, viver pela fé, e dizer com o santo Jó: “Ainda que ele me mate, nele esperarei.” Em segundo lugar, devem sustentar e fortalecer suas almas, nesse meio tempo, com meditações como estas:

I. Que é a vontade e o prazer de Deus que entremos no reino de Deus através de muitas aflições (At 14.22). Ora, é próprio de um verdadeiro filho de Deus descansar no bom prazer de seu Pai, mesmo quando é afligido. Pv 3.11 diz: “Meu filho... não te desgostes da correção do Senhor”, isto é, não a consideres pesada; aceita-a com contentamento. Nosso dever, portanto, é submeter-nos mansamente à mão de Deus, como o filho se submete à correção do pai.

II. Que, embora as aflições sejam longas e penosas, Deus dará, ao final, uma saída alegre e consoladora. Assim Ele prometeu: “Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados” (Mt 5.4); “Muitas são as aflições do justo, mas o Senhor o livrará de todas” (Sl 34.19); “Nota o homem íntegro... o fim desse homem é paz” (Sl 37).

III. Que, por mais pesadas que sejam as aflições em sua duração, não são comparáveis às alegrias eternas que Deus preparou para os que O amam. Essa era a meditação de Paulo, que suportou a cruz até o dia de sua morte: “Nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória.” E em outro lugar: “Os sofrimentos do tempo presente não se comparam com a glória por vir” (Rm 8.18). Pedro também exorta seus



leitores a alegrarem-se, mesmo agora sendo por um pouco de tempo entristecidos por várias provações, por causa da viva esperança da vida eterna (1Pe 1.6). Por fim, o autor aos Hebreus conforta a Igreja dizendo: “Porque ainda um pouquinho, e aquele que há de vir virá, e não tardará.”

IV. Embora Deus retenha a sua mão, no que diz respeito à libertação, mesmo até a morte, ainda assim o seu amor é constante e imutável, e a cruz que suportamos não pode nos separar daquele amor com que ele nos amou em Jesus Cristo, Romanos 8.35.

E assim concluímos o primeiro tipo particular de angústia da mente, que surge de aflições externas.

Seção 3. A segunda angústia particular é a Morte corporal e temporária, que consiste na separação da alma do corpo. E, acerca desta aflição, pergunta-se: Como pode algum servo de Deus suportar com conforto as dores da morte? Para responder a isso, duas coisas são necessárias: 1) uma preparação para a morte; 2) e auxílios no momento da morte.

Quanto à preparação, existem três deveres a serem executados. Primeiro, e mais importante, é o dever recomendado no livro dos Salmos, onde Davi ora a Deus: “Senhor, faze-me conhecer o meu fim, e a medida dos meus dias”. E Moisés de modo semelhante: “Senhor, ensina-me a contar os meus dias, para que eu aplique o coração à sabedoria”. Nesses textos, há um dever notável de preparação: a saber, que o homem deve continuamente resolver-se quanto à morte, e antecipadamente contar os seus dias. Isso se faz



estimando cada dia como se fosse o dia de sua morte, e, conforme isso, fazendo sempre aquilo que faria se estivesse agora para entregar o espírito.

Segundo, como preparação, devemos nos esforçar para desarmar e enfraquecer a morte, que é como um homem armado, possuindo armas com as quais procura destruir-nos. E nesse caso devemos lidar com a morte como os filisteus lidaram com Sansão. Eles perceberam, pela experiência, que ele era um homem poderoso e que, por sua força, lhes havia causado muitos prejuízos; e por isso se esforçaram para descobrir em que parte de seu corpo residia a sua força. E, após investigarem, encontrando-a no cabelo da sua cabeça, não descansaram até o haverem privado dele. Da mesma forma, chegará o tempo em que todos nós teremos de enfrentar esse forte e poderoso Sansão, chamado Morte. Enquanto isso, é sabedoria investigar em que consiste seu poder e força. Depois da busca, veremos que suas armas são os nossos muitos pecados e corrupções, tanto do coração quanto da vida. Pois, como diz Paulo: “O aguilhão da morte é o pecado.” Portanto, para despojá-lo dessa sua arma, devemos praticar dois deveres:

1. Usar todos os meios para cortar as madeixas dos nossos pecados, pelas quais somente Satanás tem vantagem contra nós. Esses meios são os deveres de: humilhação, invocação, e verdadeiro arrependimento. Devemos humilhar-nos diante de Deus, ser constantes em oração pelo perdão dos pecados passados e presentes, e não dar descanso ao Senhor até obtermos em nossa consciência o doce testemunho de Seu favor e



misericórdia em Cristo, pelo qual nossas mentes possam ser firmadas e consoladas.

2. Depois disso, cabe-nos converter-nos a Deus, sendo cuidadosos em deixar o pecado, e cultivar em nossos corações um propósito resoluto de nova obediência e conformidade com a vontade e o mandamento de Deus em todas as coisas. E este é o único caminho no mundo para despojar esse inimigo de sua armadura, arrancar o aguilhão da boca dessa serpente e, conseqüentemente, prevalecer contra ele mesmo na morte.

Terceiro, ainda como preparação, nosso dever é esforçar-nos, antecipadamente — enquanto vivemos neste mundo — para ter algum verdadeiro antegozo da vida eterna e das alegrias do céu. A consideração correta disso será de grande utilidade, pois: despertará em nossos corações um desejo e amor pela bem-aventurança perfeita no céu; acenderá uma fervorosa expectativa da vinda de Cristo para o juízo; e fará com que digamos com Simeão: “Senhor, agora deixa o teu servo partir em paz”; e com o Apóstolo: “Desejo partir e estar com Cristo”.

Acerca dessa alegria espiritual e conforto no Espírito Santo, levantam-se estas questões de consciência:

I. Primeiro: como podemos, nesta vida, ter e nutrir em nossos corações um verdadeiro gosto da felicidade eterna e das alegrias do mundo vindouro?

Resposta. Primeiro, por uma consideração séria dos males que impedem ou prejudicam a nossa felicidade: e eles são principalmente quatro.



Um é a miséria de nossas vidas, com respeito ao pecado e às consequências dele. Pois não há homem no mundo, por mais justo que seja, que possa dizer verdadeiramente de si mesmo: “Estou limpo do meu pecado”, Provérbios 20.9. Sim, até mesmo os regenerados, que receberam graça para crer, para se voltarem a Deus e para viverem segundo o Espírito, encontram por experiência corrupção e rebelião em suas mentes, vontades e afeições, o que diariamente fornece ocasião para pecar contra Deus e, por outro lado, impede e apaga todos os bons movimentos do Espírito que há neles. Além disso, tal é a malícia irreconciliável de Satanás, que ele se aproveita da corrupção do homem e não negligencia tempo ou oportunidade para enredar os filhos de Deus nos laços de suas tentações. E daí vem que o homem, por causa de sua própria corrupção e das sugestões malignas do Diabo, está em luta contínua consigo mesmo, tem diariamente ocasião de tristeza, opera a sua salvação com temor e tremor, caminhando (por assim dizer), enquanto vive, em um mar de muitas misérias.

O segundo mal é a vaidade de todas as coisas que há no mundo. Pois, quer consideremos o mundo em si, quer as coisas nele contidas, feitas ou sofridas, não há nada tão certo e estável, no qual o homem, tendo alcançado, possa repousar totalmente satisfeito e contente; nem algo que, no fim, não venha a se mostrar vaidade extremamente vã. E a verdade disso aparece na experiência do próprio Salomão, que (sendo rei sobre Israel) não carecia de autoridade, nem de capacidade ou oportunidade para conhecer e experimentar todas as coisas mundanas em todos os estados e condições. E,



tendo de propósito, cuidadosa e diligentemente investigado todas elas, por fim conclui que o resultado de tudo era vaidade infrutífera e aflição de espírito, como lemos em seu Eclesiastes.

O terceiro mal é a condição mutável de nossa vida neste mundo, pela qual acontece que estamos sempre em estado transitório e passageiro. Pois somos (como fala São Pedro) apenas estrangeiros e peregrinos, que andam de um lado para outro na terra como em país estranho, e sempre caminhando para o nosso verdadeiro lar. Aqui não temos cidade permanente. As casas em que habitamos são apenas estalagens nas quais peregrinamos por um tempo; sim, os corpos que temos são apenas tendas e tabernáculos, sempre prontos para ser mudados, e nós mesmos para sermos trasladados para outro lugar.

Em quarto lugar, lembrando que Cristo, nosso Cabeça, estando agora no céu, e nós seus membros sobre a terra; durante nossa vida, estamos em presença separados de nossa Cabeça e, conseqüentemente, daquela comunhão feliz e gloriosa que desfrutaremos com ele e com todos os santos, nossos companheiros de corpo, no reino do céu. Isto Paulo observa quando diz: “Enquanto estamos em casa no corpo, estamos ausentes do Senhor”; e por isso ele mesmo desejou ser dissolvido e estar com Cristo.

Tendo assim entrado na devida consideração dos males mencionados, devemos, em segundo lugar, exercitar-nos na frequente meditação do estado bem-aventurado dos escolhidos de Deus no reino da glória; que, sendo trasladados desta vida para o seio de Abraão, estão plena e perfeitamente livres do pecado, de Satanás,



da vaidade e da miséria; têm toda lágrima enxugada de seus olhos; contemplam a face de Deus; são feitos semelhantes a Cristo em santidade e honra; e com ele herdam o reino preparado para eles desde a fundação do mundo.

Em terceiro lugar, tendo considerado plenamente estas coisas, devemos comparar o estado da presente vida, nos aspectos já mencionados, com o estado daquela que há de vir no reino do céu; e colocando-as paralelamente, acharemos que uma excede infinitamente a outra em consideração de verdadeira alegria e conforto. E isso nos fará, ainda que vivendo no mundo, usá-lo como se não o usássemos; ter nossa conversação no céu; pensar, com Paulo, que ser solto e estar com Cristo é o melhor para nós; ter um verdadeiro e vivo gosto das alegrias do mundo por vir; e, assim como Abraão, Isaque e Jacó, olhar para a cidade que tem fundamentos, cujo arquiteto e edificador é Deus.

II. Em segundo lugar, pergunta-se como o homem pode verdadeiramente discernir se essa alegria do Espírito está nele ou não? Para responder a isto, deve ser lembrado que há várias propriedades pelas quais ela difere da alegria carnal. E estas são principalmente cinco:

Primeiro, essa alegria nasce (por assim dizer) da tristeza pelo pecado e pela falta de Cristo. “Vós lamentareis”, diz nosso Salvador Cristo a seus discípulos, referindo-se à sua partida, “mas a vossa tristeza se converterá em alegria.” Essas palavras não se referem apenas aos seus discípulos, mas a todos os crentes, que, considerando seus pecados e a falta espiritual de Cristo Jesus, choram e lamentam. Pois não somente eles, mas



todos os verdadeiros crentes, são aí contrastados com o mundo. Além disso: “Bem-aventurados os que choram”, isto é, sendo tocados com causas de profunda tristeza, com isso também choram por seus pecados – “porque serão consolados.” Por outro lado, a alegria carnal, assim como tem seu começo na carne e surge das coisas agradáveis a ela, termina em tristeza e pesar. “No fim, o riso se transforma em pranto”, diz Salomão. E: “Ai de vós que agora rides, porque vos lamentareis.”

Segundo, a alegria do Espírito é fruto de justiça: isto é, provém de Cristo, conhecido e crido como sendo feito por Deus para nós sabedoria, justiça, santificação e plena redenção. Pois daí segue a paz da consciência, e da paz procede a alegria no Espírito Santo. Contrariamente, a alegria da carne surge apenas da sensação repentina de algum deleite mundano; e por isso não pode trazer qualquer paz firme à consciência daquele que a possui.

Terceiro, a alegria espiritual está fundada no uso santo da Palavra, dos Sacramentos e da Oração; e na prática dos deveres cristãos de misericórdia, amor, justiça, etc. A outra não. Pois o mundo concebe uma alegria à parte da Palavra, ou dos exercícios de invocação e arrependimento; alegria que consiste na prática de crueldade, malícia, opressão, injustiça e toda sorte de impiedade. E daí, tendo passado seus dias em tal matéria de regozijo, ao fim, num momento, descem ao inferno.

Quarto, a alegria celestial é tão fixada e enraizada no coração que não pode ser removida. “A vossa alegria ninguém vos tirará”, diz Cristo. Necessariamente, portanto, ela é verdadeira e sólida, capaz até de engolir toda matéria de tristeza e abatimento; ao passo que a



outra nunca é sincera, mas com sua doçura sempre tem misturado algum amargor. “Até no riso”, diz Salomão, “o coração sente dor.” Quando o rosto do ímpio brilha e sua aparência é agradável, mesmo então está interiormente com tristeza, e sua mente perturbada.

Por fim, a alegria do Espírito é eterna: permanece na mente do homem, não somente enquanto dura esta vida, mas para sempre, no mundo por vir. Assim não é a alegria do mundo nas coisas terrenas; pois é transitória e enganosa, como são transitórias e enganosas as coisas em que é colocada; tem seu início na corrupção e termina com esta vida presente. Os exemplos dos dois homens ricos no Evangelho manifestam esta verdade. E, para este propósito, é a fala de Zofar, no livro de Jó, de que o regozijo do ímpio é muito breve, e a alegria dos hipócritas é apenas por um momento, etc.

Por estas cinco propriedades, podemos estabelecer uma verdadeira diferença entre o regozijo terreno e o celestial, e consequentemente discerni-los até mesmo em nós mesmos. E se percebemos que esta alegria do Espírito (corretamente concebida e fundamentada no uso correto da Palavra e dos Sacramentos, e também nos exercícios de invocação, fé e arrependimento), tem lugar em nossas almas e consciências, acharemos que ela é capaz de moderar e suavizar os próprios terrores da morte. E isso é o que basta quanto à Preparação.

Agora, os auxílios a serem usados no tempo da morte são diversos; a soma de todos pode ser reduzida a dois pontos principais: Meditações e Práticas.



Quanto às Meditações, devemos, em primeiro lugar, considerar a Morte em um duplo aspecto: um, conforme ela é em sua própria natureza; e outro, conforme ela é mudada e qualificada pela morte de Cristo. A morte, em sua própria natureza, é uma maldição, ou prenúncio de condenação, as próprias portas e subúrbios do Inferno; mas, sendo qualificada por Cristo, ela é uma bênção, um fim de todas as misérias, uma plena libertação de todos os perigos, uma curta passagem para a alegria, uma entrada na vida eterna, um sono tranquilo, desprovido de qualquer perturbação por sonhos e fantasias. E o túmulo é uma câmara de descanso, sim, um leito perfumado pela morte de Cristo, para os corpos de todos os eleitos; do qual, quando despertarem, serão admitidos e recebidos na presença de Deus no céu.

Em segundo lugar, devemos considerar que há três graus de vida eterna. O primeiro deles é neste mundo, antes de morrermos, e ocorre quando começamos a nos arrepender e a crer em Cristo, e a sermos assegurados em consciência de que Deus, o Pai, é nosso Pai; Cristo, nosso Redentor; e o Espírito Santo, nosso Consolador. Pois esta é a vida eterna: conhecer a Deus e àquele que Ele enviou, Jesus Cristo. O próximo grau está na morte, pois a morte corta todo o pecado, original e atual; a morte nos livra de todas as misérias mundanas; a morte prepara o corpo, para que ele seja apto a entrar na felicidade eterna juntamente com a alma, que já está no céu. O último grau é quando o corpo e a alma, reunidos, entram juntos na glória eterna e perpétua.



Nossa terceira meditação é que há uma união e conjunção mística entre Cristo e cada crente, e isso não somente quanto à alma, mas também quanto ao corpo; união esta que, uma vez estabelecida, jamais será dissolvida, mas é eterna. Por isso, o corpo moribundo, morto, apodrecido e consumido permanece ainda membro de Cristo, continua dentro da aliança, e é e será para sempre templo do Espírito Santo. Assim, Adão e Abraão, que morreram há tantos milhares de anos, sim, todo verdadeiro crente, desde eles até o fim do mundo, ressuscitará no último dia em corpo para a glória, pelo poder de sua união com Cristo. No inverno, vemos a maior parte das árvores desprovidas de folhas, brotos e flores, a ponto de parecerem mortas aos nossos olhos; contudo, há nelas uma seiva em sua raiz, que, na primavera, subirá e reviverá os ramos enfraquecidos. Assim acontece com nossos corpos, que, embora estejam corrompidos, apodrecidos, queimados ou comidos por vermes, ou devorados por animais selvagens, de modo que pareçam estar totalmente perdidos, ainda assim existe neles (por assim dizer) uma seiva secreta e oculta (por causa de sua união com Cristo), pela qual serão ressuscitados, revividos e vivificados, sendo feitos semelhantes ao corpo glorioso de Cristo, seu Cabeça, com quem reinarão e viverão para sempre.

Os auxílios na prática são dois: Primeiro, aquele que deseja suportar com conforto as angústias da morte deve se esforçar para morrer na fé; e isso se faz agarrando-se à promessa de Deus quanto ao perdão dos pecados e à vida eterna por meio de Cristo. “Todos estes”, diz o Espírito Santo, “morreram na fé”, a saber, Abel, Enoque, Noé, Abraão e Sara, todos se apegando à



promessa de vida por Cristo. Quando Jacó, em seu leito de morte, estava abençoando seus filhos, ele irrompeu nesta fala celestial: “Ó Senhor, tenho esperado por tua salvação.” Destas palavras é claro que sua fé descansava na misericórdia de Deus, e pela esperança aguardava sua salvação. E nosso Salvador Cristo diz: “Assim como Moisés levantou a serpente no deserto, assim importa que o Filho do Homem seja levantado, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” Dessas palavras pode ser aprendida a mencionada obrigação: assim como os filhos de Israel, sendo picados por serpentes abrasadoras, e até à morte, foram curados olhando para a serpente de bronze erguida por Moisés, assim, quando formos feridos pelo pecado e pela morte, devemos sempre lembrar-nos, pela fé, de olhar para Cristo.

Mas especialmente quando estivermos morrendo, então é nosso dever fixar os olhos de nossas almas, pela fé, sobre Ele; e assim escaparemos da morte e seremos feitos participantes da vida e felicidade eternas. Notável é o exemplo de Cristo, que, enquanto homem, sempre fixou sua confiança e segurança na palavra de seu Pai, especialmente no fim. Pois, quando estava morrendo, e as angústias da morte se apoderavam dele, clamou ao Senhor: “Meu Deus, meu Deus, por que me desamparaste?” e novamente: “Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito”; palavras essas repletas de fé, e que revelam a grande confiança que depositava no amor de seu Pai, etc. Quando Davi, em uma extrema angústia, viu diante de seus olhos nada além da morte iminente, o povo pretendendo apedrejá-lo naquele exato momento (como diz o texto), “ele se fortaleceu no Senhor, seu



Deus”; mas como? Chamando à memória as misericordiosas promessas que Deus lhe havia feito, e aplicando-as ao seu coração pela fé. E Paulo diz de si mesmo e dos demais fiéis que receberam em si mesmos a sentença de morte, para que não confiassem em si mesmos, mas em Deus.

A partir desses exemplos, segue-se que os que desejam suportar com conforto as angústias da morte devem morrer pela fé; isto é, devem pôr diante de seus olhos a promessa da remissão dos pecados e da vida eterna, e depender dela, envolvendo-se e enrolando-se (por assim dizer) nela, como em uma roupa fechada e quente, que os conservará seguros contra o vento e o frio da tentação.

A segunda prática no tempo da morte é morrer em obediência; o que nada mais é do que, de modo voluntário, alegre e pronto, sem murmuração, submeter-nos à vontade de Deus ao suportarmos as dores da morte. Um exemplo digníssimo dessa obediência temos em nosso Salvador Cristo, quando disse a seu Pai: “Não se faça a minha vontade, mas a tua”; submetendo assim sua vontade à vontade de seu Pai quanto à morte que então sofria. E quando estava morrendo, diz-se dele que “ele entregou o espírito”; isto é, ele voluntariamente rendeu sua alma nas mãos de Deus, seu Pai. E esse seu exemplo, no tempo de sua partida, deve ser para nós uma regra de direção em ocasião semelhante. Daí é que, na terceira petição da Oração do Senhor, entre outras coisas, oramos pela obediência à vontade de Deus ao sofrermos aflições, inclusive na última e maior delas, que é a própria morte. É verdade que a obediência a Deus na morte é contrária à



natureza corrupta, e portanto nosso dever é exercitar-nos ainda mais em cumpri-la; e aquilo que o bem-aventurado apóstolo disse de si mesmo, “morro todos os dias”, deve ser continuamente nossa resolução e prática.

Se indagarmos como isso pode ser feito, a resposta é: quando Deus lança aflições sobre nós durante nossa vida, então, esforçamo-nos para suportá-las com paciência, mansidão e humildade. Pois cada aflição é, por assim dizer, uma pequena morte; e se nelas sujeitarmos a nós mesmos à mão de Deus, tanto melhor obedeceremos a Ele na grande morte de todas. E assim fazendo, sempre que Deus nos ferir com a morte, suportaremos a mesma com conforto.

Seção 4. A terceira aflição ou angústia particular é a molestação satânica, pela qual tanto pessoas quanto lugares de habitação são ou possuídos, ou de outra forma molestados pela malícia do Diabo.

I. Acerca desta aflição, a questão de consciência é: *Como tais pessoas que são possuídas, ou temem ser possuídas, ou ainda sofrem molestações do Diabo em suas casas, podem ter suas mentes apaziguadas e firmadas, e, conseqüentemente, receber remédio neste caso?*

E aqui duas coisas devem ser consideradas de modo geral, em forma de resposta:

Primeiro, deve-se lembrar que a possessão é conhecida por dois sinais: 1) Quando o Diabo está evidentemente presente, seja em todo o corpo, seja em alguma parte dele; 2) Quando ele tem domínio sobre tal corpo, total ou parcialmente, de modo que a própria



pessoa não possui o uso de seu corpo como desejaria. Por exemplo, quando o Diabo possui os instrumentos da voz — como a língua — e faz um homem falar latim, grego, italiano ou outras línguas que ele não entende. Ambas as coisas foram encontradas naqueles que eram possuídos no tempo de nosso Salvador Cristo.

Em segundo lugar, devemos considerar que, muitas vezes, doenças estranhas acometem os homens, surgindo de humores corruptos no corpo; sim, homens e mulheres podem ter paixões estranhas por causas naturais desconhecidas; e estas, às vezes, produzem efeitos extraordinários, que a arte da medicina não pode investigar nem curar — e, no entanto, não são atos de feitiçaria nem possessões reais. Assim como quando Deus lançou doenças extraordinárias sobre os coríntios por causa do desprezo à sua Palavra e aos seus sacramentos (1 Co 11.30). Coisas semelhantes Ele justamente inflige em nossos dias, pelos mesmos e por outros pecados.

Agora, para tranquilizar a mente neste caso, estas regras devem ser cuidadosamente consideradas:

Primeira regra. É preciso lembrar que, embora a malícia e o poder de Satanás sejam muito grandes e vastos, ele não pode exercer esse poder contra os filhos de Deus quando, onde e como quiser. A malícia de Satanás contra a humanidade — e principalmente contra os membros de Cristo — aparece no fato de que ele os acusa diante de Deus dia e noite (Ap 12.10); e, como leão que ruge, anda ao redor buscando a quem possa devorar (1 Pe 5.8).



A Escritura também o descreve como um espírito poderoso, cuja força excede toda a força de qualquer homem ou criatura que não seja de natureza angélica. Ele é chamado príncipe do ar e deus deste mundo; seu poder alcança até os espíritos e almas dos homens, operando nos filhos da desobediência (Ef 2.2). Seu principado é tão grande que nenhuma força ou defesa humana é capaz de resistir-lhe, a menos que o homem tome para si toda a armadura de Deus (Ef 6.10).

Todavia, embora o Diabo seja tão malicioso e tão poderoso, ele não pode executar o menor de seus intentos, em qualquer tempo, lugar ou maneira que deseje.

A razão é que Deus determinou seu poder por certos limites, que ele não pode ultrapassar — especialmente dois:

1. Sua própria natureza, pela qual é criatura, e portanto, finito. Ele não pode conhecer nem fazer nada que esteja além de sua capacidade natural. Ele não pode conhecer diretamente as coisas profundas de Deus, nem os segredos do coração humano (1 Co 2.11). Nem pode fazer milagres verdadeiros, cujas causas são ocultas e fora do curso natural — pois isso pertence somente a Deus (Sl 77.14).

2. A vontade de Deus, que restringe seu poder. Assim como o mar, por natureza capaz de inundar tudo, é contido dentro de seus limites pelo decreto divino (Jó 38), também Satanás, embora forte e maligno, não pode fazer nada sem a permissão de Deus. Assim, o espírito maligno não



pôde sair para enganar Acabe até que o Senhor lhe dissesse: “Vai” (1 Re 22.22). Assim também o Diabo não pôde tocar o corpo, os filhos, os bens ou os amigos de Jó, enquanto Deus o cercava com proteção. Mas quando o Senhor permitiu — “Eis que tudo o que ele tem está em tua mão” — aí sim Satanás exerceu seu poder até o limite permitido, e não mais (Jó 1.12).

A consideração desse ponto — de que o poder de Satanás é limitado por Deus — conforta a mente daqueles cujas pessoas, casas ou amigos são molestados pelo inimigo. Pois disso segue que Deus, que mantém o Diabo acorrentado, não permitirá que seu poder seja ampliado para a destruição de seus filhos, mas somente até onde seja útil para seu bem e salvação.

Além disso, sendo Deus seu Pai em Cristo Jesus, eles podem, em tempo de aflição, recorrer a Ele, clamando pelo refreamento do poder e da malícia de Satanás, e pela libertação sua e dos seus.

Segunda regra. Tais pessoas devem recorrer a Deus em sua Palavra, na qual Ele promete sua presença e proteção nos maiores perigos. Ele promete que nenhum mal lhes sucederá, nem praga chegará à sua tenda, porque dará ordens aos seus anjos para os guardarem (Sl 91.10–11); que será um muro de fogo ao redor de seu povo (Zc 2.5); que estenderá paz sobre sua Igreja como um rio (Is 66.12); e que não haverá encantamento contra Jacó, nem adivinhação contra Israel (Nm 23.23).

Ainda assim, se Deus vê que é bom para seus filhos serem provados por possessões ou feitiçarias, então



o cumprimento da promessa não os livra dessas provações — pois todas as bênçãos temporais são prometidas condicionalmente. Entretanto, aqui está o consolo: ainda que tais calamidades lhes sobrevenham, redundarão para o seu bem, e não para seu mal.

Terceira regra. Os melhores servos de Deus, em seus tempos, foram molestados pelo Diabo: Cristo, na segunda tentação, foi levado pelo Diabo do deserto ao pináculo do templo; os filhos de Jó foram destruídos por Satanás, e o próprio Jó foi afligido com chagas dolorosas; uma certa mulher — filha de Abraão — foi atormentada por um espírito de enfermidade durante dezoito anos (Lc 13.11,16); a filha da mulher cananea foi gravemente atormentada por um demônio (Mt 15.21–22).

Quarta regra. Os homens, nesse caso, devem agarrar-se pela fé à promessa de vida eterna e esperar o tempo do Senhor, sem limitá-lo no modo ou no momento da libertação. Assim fez Jó: “Ainda que ele me mate, nele esperarei”.

Assim fez Abraão, que não limitou Deus, mas esteve disposto a fazer com Isaque o que o Senhor ordenasse, ainda que isso, ao que tudo indicava, o privaria de sua posteridade — mas mesmo assim firmou-se na promessa.

Quinta e última regra. As pessoas devem recorrer a Deus em oração, seja pedindo libertação — se for conforme Sua boa vontade — seja pedindo paciência, para suportar humilde e mansamente aquela aflição particular.

II. Na molestação e incômodo de casas por espíritos, duas coisas devem ser lembradas.



Primeiro, os homens não devem se juntar nem permanecer naquele lugar onde é certamente conhecido que o Senhor deu ao Diabo poder e liberdade; para que, ao fazer isso, não ponham o Senhor à prova. Nosso Salvador Cristo não, por movimento e vontade particulares, retirou-se ao deserto, mas o fez pela direção do Espírito Santo (Mt 4.1). Paulo, da mesma forma, não foi por impulso próprio a Jerusalém, mas pelo movimento do Espírito (Atos 20.22). À luz desses exemplos, os homens são ensinados a não se lançarem em lugares de perigo evidente — muito menos frequentar aqueles que Deus entregou ao poder de Satanás. E isso condena as concepções temerárias e impetuosas de algumas pessoas que, confiando em sua própria força, se expõem a perigos desnecessários, não tendo chamado extraordinário de Deus nem qualquer garantia suficiente de sua Palavra. Se se perguntar o que os homens devem fazer nesse caso, respondo: Primeiro, que eles devem antes fugir para Deus por meio da oração e a Ele se achegar com o coração; e Ele, em misericórdia, se achegará a eles.

Em segundo lugar, aquilo que fazemos com comidas e bebidas também deve ser feito com as casas e lugares onde habitamos. E o que é isso? Devemos santificá-los para nosso uso pela Palavra e pela oração. Noé, por mandamento de Deus, entrou na arca, permaneceu nela e saiu dela; e quando saiu, e voltou à terra, diz-se dele que edificou um altar, deu graças ao Senhor por sua libertação e orou para que Deus lhe concedesse o uso da terra, como antes. Embora Abraão tivesse a promessa da terra de Canaã para si e sua posteridade para sempre, ainda assim não deixou sua



terra em direção a ela até que o Senhor o ordenasse; e quando ali chegou, edificou um altar para o culto e serviço de Deus. O mesmo fez depois em Betel. E muitos anos mais tarde, Jacó ofereceu sacrifício a Deus no mesmo Betel, quando veio habitar ali. E por este mesmo fim, na Lei, por uma ordenança especial, os primeiros frutos da colheita eram oferecidos para santificar o restante do cereal. E isto basta quanto à segunda aflição.

CAPÍTULO 10

Do Terceiro Sofrimento Especial, Que Surge Da Tentação De Blasfêmia

O terceiro tipo de angústia da mente é aquele que surge da tentação de blasfêmia, a qual, por causa de sua vileza e feiura, não é inadequadamente chamada por alguns de a “tentação suja”. E consiste nisto: quando um homem é perturbado em sua mente com cogitações e pensamentos blasfemos, diretamente contra a majestade de Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Como, por exemplo: pensar que Deus não é justo ou misericordioso; que Ele aceita a aparência das pessoas; que Ele não tem conhecimento das coisas que são feitas aqui embaixo, ou ao menos que não se importa com elas; que Deus não pode fazer isto ou aquilo; que Ele é injurioso com alguns homens e parcial com outros, etc. Tais pensamentos blasfemos existem, e não são adequados para serem



proferidos entre os homens, visto que são dos mais horríveis e execráveis que se podem conceber.

Seção 1. Para conhecermos melhor essa tentação, consideremos quais são os seus prenunciadores e por quais meios ela encontra lugar no coração que a possui.

Às vezes ela vem meramente e somente da sugestão do Diabo, o qual perturba a fantasia, até mesmo daqueles que, nesse aspecto, são inocentes, e lança em seus corações pensamentos ímpios e impuros. Outras vezes, surge sobre os homens por causa de um mau costume: quando eles voluntariamente dão ouvidos a discursos ímpios e malditos, que imediatamente tendem à desonra de Deus ou ao abuso deliberado de sua palavra, de seus juízos e misericórdias; e, ao ouvirem tais coisas, ou lhes dão aplauso e aprovação — embora não expressamente — ou não as impedem ou detêm tanto quanto poderiam.

Às vezes, ainda, ela se insinua aos poucos no coração do homem, quando ele começa a esfriar no serviço de Deus, a ter pouca consciência dos deveres que dizem respeito imediatamente ao Seu culto, e, conseqüentemente, acostuma-se a tomar o nome de Deus em vão, jurando com frequência e sem motivo, perjurando, amaldiçoando, etc. Por esses e outros meios semelhantes é que essa tentação suja e horrível é introduzida na mente do homem.

Agora, o perigo dela — quer surja dessas, quer de quaisquer outras causas — é extremamente grave, especialmente para aqueles que começaram a escolher o



caminho da verdade e a aplicar seus corações ao serviço de Deus e ao temor de Seu nome. Pois ela produz efeitos estranhos e temíveis; como, por exemplo, desespero, e múltiplos horrores e angústias da mente. Sim, diversas pessoas têm sido tão espantadas por causa dela, que foram movidas a tirar a própria vida; sendo, a seu próprio juízo, nada menos do que verdadeiras achas em brasa do inferno.

Seção 2. Agora, para a cura desse maravilhoso tormento e distração de consciência, duas coisas devem ser feitas: primeiro, deve-se investigar as causas imediatas de onde tal tentação surgiu; e depois, aplicar-se o remédio.

Quanto ao primeiro: deve-se investigar se a presente aflição teve início nos pensamentos da própria mente do homem ou na sugestão do Diabo. Pois isso é, com grande probabilidade, o caminho mais rápido para ministrar conforto à pessoa aflita. Pode-se perguntar: Como um homem deve discernir os pensamentos que vêm do Diabo dos que vêm de si mesmo? Resposta: Ele os reconhecerá por várias marcas.

Primeiro, pela maneira como entram na mente. Pois aqueles que vêm do Diabo entram rapidamente, como relâmpago que invade uma casa; e são, de certo modo, forçados para dentro da mente com violência, de tal modo que a pessoa não pode evitá-los; e voltam à mente repetidas vezes, sim, mil vezes em um só dia, de modo que, por sua frequência, enfraquecem a memória, entorpecem os sentidos, cansam e confundem o cérebro. Estes são pensamentos que vêm do Diabo, e por ele são introduzidos de fora para dentro da mente do homem. E,



se tais cogitações procedessem de si mesmo, elas não viriam com tamanha veemência e rapidez, mas com lentidão; e surgiriam com mais moderação e menos violência. Além disso, o uso frequente delas não produziria tantos nem tão terríveis efeitos quanto produz.

Segundo, tais pensamentos podem ser discernidos como vindos do Diabo por este sinal: eles são diretamente contrários à própria luz da natureza, cujas fagulhas não estão totalmente extintas em nós por causa do pecado. Pois todo homem, pela natureza, pensa reverentemente de Deus. Mas essas cogitações são ímpias e diabólicas, atribuindo a Deus coisas que são monstruosas e vis, enquanto os pensamentos que surgem de nós mesmos normalmente não são contra a luz da natureza, ainda que sejam profundamente corruptos.

A terceira marca é que, ao serem concebidos pela primeira vez, a pessoa é acometida de medo extraordinário, sua carne se perturba; e, frequentemente, doenças e desmaios seguem-se. Mas os pensamentos que os homens concebem de si mesmos não causam nem medo, nem desmaio, nem enfermidade.

Quarta: pensamentos blasfemos não podem vir ordinariamente do coração de ninguém, exceto daqueles que são de mente reprovada. Mas as pessoas que são assim perturbadas são honestas, civis e professam o Evangelho — ao menos exteriormente; sim, às vezes tal coisa sobrevém a verdadeiros membros de Cristo. Portanto, é evidente que eles vêm de fora, mesmo do Diabo, que os lança na mente, e não de dentro do próprio homem.



Em seguida, deve-se inquirir se a pessoa aprova, ama ou gosta desses pensamentos ou não. A isso, se for perguntada, responderá que os abomina como ao próprio Diabo e ao inferno. Até mesmo homens naturais assim respondem — e verdadeiramente.

Depois dessa investigação, o remédio deve ser aplicado. E o primeiro e principal remédio pertence à doutrina e instrução, na qual a pessoa deve ser informada acerca de seu estado; isto é, que as blasfêmias mencionadas não são seus pecados, mas suas cruzes. Pois são pecados do Diabo, e ele é quem responderá por eles; e não são nossos até que os entretenhamos, recebamos, aproveemos e lhes demos consentimento.

Para prova disso, consideremos o seguinte: pensamentos impuros que residem na mente do homem são de dois tipos — interiores e exteriores. Interiores são aqueles que têm sua origem na carne e surgem da corrupção da natureza humana, ainda que estimulados pelo Diabo. E estes, no próprio instante em que são concebidos, são nossos pecados, ainda que não permaneçam muito tempo em nossas mentes; e são diretamente proibidos no décimo mandamento. Pensamentos exteriores são aqueles que têm relação com uma causa ou origem exterior: tais são aqueles que são introduzidos na mente pelo Diabo. E, se não nos agradamos deles nem lhes damos consentimento, não são considerados nossos pecados, mas do Diabo, que os sugere. A verdade disso aparece no exemplo de Cristo, em cuja mente o Diabo lançou a tentação blasfema, movendo-o à infidelidade, cobiça e idolatria; as quais, contudo, não foram pecados dele, porque seu santo



coração não lhes deu a mínima aprovação, mas as abominou e repeliu; e, portanto, esteve livre de qualquer mancha de pecado nelas ou por meio delas.

Essa distinção de pensamentos deve ser lembrada. Pois, daí, segue-se que pensamentos blasfemos, aos quais não damos consentimento, não são nossos pecados, mas do Diabo. Assim como, de modo semelhante, quando alguém perversamente disposto solicita outro à traição ou ao homicídio: se a pessoa não der ouvidos nem consentimento, não pode ser considerada culpada desses crimes. Portanto, os homens não devem temer excessivamente esse tipo de pensamento — ao menos se não se agradam demasiadamente deles; pois, embora sejam de fato suas cruzes, não são seus pecados pessoais pelos quais incorrerão na ira e no desagrado de Deus. Além disso, devem deixá-los ir como vieram; não devem lutar contra eles, pois quanto mais se esforçarem para resisti-los, mais serão enredados neles.

O segundo remédio para firmar a mente nessa tentação é recordar que, ainda que fosse concedido que tais pensamentos maus e blasfemos fossem nossos pecados, ainda assim podem, pela misericórdia e bondade de Deus, ser perdoados — se forem arrependidos de coração e sem falsidade; e, além disso, que nem eles nem quaisquer outros pecados (exceto aquele contra o Espírito Santo) condenam aquele que ora contra eles e deles se entristece profundamente.

Essa foi a queixa de Paulo em Romanos 7.19: que ele não fazia o bem que queria fazer, falando do intento interior de seu coração; e, novamente, que fazia o mal que



não queria, falando da corrupção de sua natureza. Agora, considerando que ele se esforçava por fazer o que era conforme à vontade de Deus, que ele detestava o contrário e lutava contra suas corrupções — como ele se consolou? Observe as palavras seguintes, v. 20: “Se faço o que não quero” — isto é: se, contra meu propósito geral, peço contra Deus; se me entristeço por isso e me desgosto de mim mesmo porque não posso obedecer a Deus com a perfeição que desejo — “já não sou eu que o faço, mas o pecado que habita em mim”. A partir desse exemplo de Paulo concluo que, se alguém tem em sua mente pensamentos maus e faz (como Paulo fez) lamentar-se porque com eles ofende a Deus; se os abomina e ora contra eles, não será condenado por eles; eles nunca serão lançados em sua conta. A pessoa, então, perturbada por tais pensamentos, pode, com esses fundamentos, firmar sua mente e consolar-se. Pois, se não será condenada por eles, não deve temê-los além da medida.

O terceiro ponto a ser lembrado é que a pessoa não deve permanecer sozinha. Pois essa tentação começa e se fortalece e aumenta pela solidão; e as pessoas assim perturbadas gostam de estar separadas da sociedade dos outros. Por essa razão, se forem propensas a essa aflição, devem habituar-se a conversar com pessoas que lhes possam oferecer assunto para fala e conferência apropriada, e que possam ocupar suas mentes com meditações celestiais na palavra, no canto de salmos e em recreações adequadas e convenientes. Nossa primeira mãe Eva foi tentada por Satanás quando estava separada de Adão; e nosso Salvador Cristo, quando estava sozinho, afastado da companhia e sociedade dos outros, foi então



que o Diabo mais maliciosamente o atacou com tentações fortes e poderosas no deserto.

O quarto ponto, que deve ser lembrado pela pessoa atribulada, é que ela deve arrepender-se tão de coração e tão seriamente desses maus pensamentos quanto de palavras e ações más. Pois a verdade é que, como os homens têm mente relaxada e não cuidam dos próprios pensamentos mais do que comumente cuidam, por isso o Senhor justamente permite que o Diabo os aflija e atormente, transmitindo ao seu coração cogitações extremamente vis e condenáveis.

Além disso, essa pessoa deve esforçar-se para ser renovada no espírito de sua mente, isto é, para ter sua mente iluminada pelo Espírito, mediante o qual possa conhecer e entender a vontade de Deus em Sua Palavra. Depois do arrependimento pelos maus pensamentos, deve seguir-se a vigilância, e uma circunspecção cuidadosa sobre todos os seus caminhos; mas, sobretudo, ela deve vigiar seu coração, a fonte de tudo. “Guarda o teu coração com toda diligência”, diz Salomão: isto é, acima de todas as coisas, vê que tu faças guarda avançada sobre teus pensamentos, desejos, movimentos e afeições. Para que o coração de um homem seja guardado, duas regras devem ser observadas:

A primeira é que a Palavra de Deus habite abundantemente nele, por meio da meditação diária dos mandamentos, promessas e ameaças reveladas na mesma. Davi nota, como propriedade do homem bem-aventurado, que ele se exercita na meditação da Lei de Deus, de dia e de noite, Salmo 1. Por esse meio, o coração será limpo e purificado de movimentos impuros e



poluídos, e assim guiado e dirigido para que não se desvie de Deus. Esta regra é de uso especial. Pois os homens geram e alimentam maus pensamentos no coração porque não estão ocupados com meditações santas; e daí vem que o coração do homem se torne uma presa para o Diabo, porque a Palavra de Deus não está alojada nele. Excelente foi a prática de Davi neste caso, que guardou a Palavra de Deus em seu coração, para que não pecasse contra Ele.

A segunda regra para guardar o coração é estabelecer nossos pensamentos por meio de conselho. É o conselho do sábio nessas mesmas palavras, Provérbios 20.18, nas quais ele deseja ensinar-nos que é propriedade de um homem prudente segundo o mundo, em assuntos de peso, não confiar em seu próprio entendimento, mas seguir a direção e conselho de homens sábios e experientes. E se esse é um caminho sensato para assuntos do mundo, muito mais deve ser seguido nas questões principais de religião e consciência, que dizem respeito ao coração e à alma do homem.

E, portanto, pela lei da proporção, isso nos dá direção de não pensarmos ou formarmos sequer um pensamento sem antes tomar conselho e direção de Deus e de Sua Palavra. “Os teus testemunhos”, diz Davi, “são o meu prazer e os meus conselheiros.” E que benefício obteve ele seguindo tal caminho? Certamente, pela Palavra de Deus, que era sua meditação contínua, ele alcançou entendimento, tornou-se mais sábio do que os anciãos; ela o fez odiar todos os caminhos de falsidade, e o preservou de declinar de Deus, quer para a direita quer para a esquerda.



A mesma regra deve ser praticada por nós, no uso de nossos sentidos, de nossas falas e de nossas ações — e então o coração será mantido limpo e livre dessas tentações. E vendo que essa tentação é tão perigosa e terrível, como foi dito, e frequentemente sobrevém aos homens, nosso dever é ter consciência de praticar continuamente as regras acima mencionadas. E isto basta quanto ao terceiro tipo de angústia de consciência.

CAPÍTULO 11

Da Quarta Aflição Especial, Surgindo Dos Próprios Pecados De Um Homem

A quarta aflição da mente é aquela que surge dos próprios pecados do homem, ou melhor, de algum pecado específico cometido. E este tipo de Tentação    dupla: pois ou    mais violenta e menos comum, ou menos violenta e mais comum.

Se  o 1. A afli  o violenta da mente se manifesta por medos e terrores da consciência, por d  vidas da misericórdia de Deus, por queixas lamentáveis e temerosas feitas a outros. Agora surge a pergunta: Como esta afli  o violenta da mente, surgindo dos nossos próprios pecados, deve ser curada? Resposta. Para que ela seja curada pela b  n  o de Deus, três coisas devem ser feitas:



Primeiro, deve ser conhecido o pecado particular que é a causa dessa aflição violenta. E aqui devemos saber, de passagem, que é comum, com pessoas assim aflitas, dissimular e ocultar seus pecados, e, portanto, alegarão que seu problema surge de maus pensamentos, de afeições perversas, e da corrupção da natureza; ao passo que, comumente, os homens não são aflitos de modo violento por maus pensamentos, afeições, etc., mas a aflição violenta vem de algum pecado atual e odioso cometido — que fere a consciência, e é a causa de grande perturbação da mente. E eles são muitos, os quais, tendo sido mencionados antes em outra ocasião, não repetirei agora. Apenas isto deve ser lembrado: que os maiores pecados contra o terceiro, sexto e sétimo mandamentos são as causas principais e próprias das aflições violentas. E quanto mais secreto for o pecado, quanto ao seu ato, maior horror ele traz à consciência; e ofensas públicas não ferem tão profundamente quanto pecados secretos e ocultos.

Segundo, conhecido o pecado específico, deve-se investigar, tanto quanto possível, pelos sinais, se a pessoa aflita se arrepende ou não. Pois, exceto se ela se arrependeu, não pode estar preparada para receber conforto; e, a menos que esteja primeiro preparada, não pode ser aliviada na consciência. Agora, se for encontrado que a pessoa se arrependeu, então deve-se cuidar, em seguida, que seu arrependimento seja renovado pelo pecado particular cometido.

Terceiro, tendo assim feito, o consolo deve ser ministrado, para moderar ou remover a aflição. E lembre-se, de passagem, que os consolos ministrados, usual e



ordinariamente, não devem vir sozinhos, mas devem ser misturados e temperados com alguns terrores da Lei; para que, sendo a pessoa atemorizada pela consideração do pecado e da ira de Deus devida ao mesmo, o consolo pareça mais doce. A ministração do consolo, neste caso, não deve ser direta e imediata, mas por certos passos e graus — exceto no ponto da morte; pois, então, um curso mais direto deve ser usado. Esses graus são dois:

1) A pessoa deve ser informada da possibilidade de perdão; isto é, que seus pecados são perdoáveis, e que, embora em si mesmos grandes e hediondos, pela misericórdia de Deus em Cristo, podem ser remidos. Agora, supondo que o aflito apreenda apenas a odiosidade de seus pecados, e a ira de Deus devida a eles, e, nesse estado, rejeite o perdão de si, e não possa ser persuadido de que seu pecado pode ser perdoado — que fazer então? Resposta. Para efetuar este primeiro grau, certos Fundamentos devem ser estabelecidos, sobre os quais a segurança, neste caso, possa ser edificada no coração:

O primeiro Fundamento da possibilidade do perdão é: que a misericórdia de Deus é infinita, e está sobre todas as suas obras (Salmo 145.9). Que a morte de Cristo é de preço, mérito e valor infinitos diante de Deus. Que Deus é muito inclinado a poupar (Isaías 55.7). Que “com o Senhor há misericórdia, e com Ele há copiosa redenção” (Salmo 130.7). Que a satisfação de Cristo é não somente um preço, mas um contra preço (1 Tm 2.6), capaz de satisfazer pelos pecados de todos os homens, até mesmo daqueles que pecaram contra o Espírito Santo. Pois esse pecado não é imperdoável porque sua ofensa seja maior



que o mérito de Cristo, mas porque o que peca assim não aplica, nem pode aplicar, o mérito de Cristo a si. Um antigo pai, sobre as palavras de Caim — “Minha punição é maior do que eu posso suportar” — diz: *“Mentes, Caim, pois a misericórdia de Deus é maior do que os pecados de todos os homens.”* A misericórdia de Deus foi muito grande para Manassés, para Salomão, para Pedro, e para muitos outros, embora fossem grandes ofensores.

O segundo Fundamento. Os homens adultos, vivendo na Igreja de Deus, e conhecendo a doutrina da salvação, não serão condenados simplesmente por seus pecados, mas por permanecerem deitados neles. Com base nisso, digo que os aflitos devem estar tristes não tanto por terem cometido pecado, mas por permanecerem, e continuarem nos pecados cometidos.

O terceiro Fundamento. Aprouve a Deus, muitas vezes, deixar os homens a si mesmos, e permitir que cometam algum pecado que fere a consciência. Isto é verdade e não pode ser negado. Mas devemos lembrar, além disso, que pecados cometidos não tiram totalmente a graça, mas antes a fazem brilhar mais. Pois Deus, em sua misericórdia, torna todas as coisas — até mesmo o pecado — para o bem daqueles que são seus; e, portanto, o pecado cometido não pode destruir nem extinguir a graça recebida, mas, por disposição divina, serve para ampliá-la: “onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5.20). E o Senhor disse a Paulo, em grande aflição: “A minha graça te basta; porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza” (2 Co 12.9). Daqui se vê que a graça de Deus não está totalmente perdida, mas aparece viva no tempo da aflição.



O quarto Fundamento é este: As promessas de Deus acerca da remissão dos pecados e da vida eterna, quanto aos crentes, são gerais, e, quanto a todos os homens, indefinidas; isto é, não definem nem excluem qualquer pessoa, ou qualquer pecador, ou qualquer tempo; admitem apenas uma exceção: a impenitência final. Aqui pode-se perguntar: *Por quanto tempo quem ministra conforto deve insistir na possibilidade do perdão?* Respondo: até que tenha levado o aflito a alguma medida de verdadeiro arrependimento; e, isto feito, então deve prosseguir para o segundo grau do conforto.

2) O segundo grau de conforto é ensinar que o pecado, ou pecados, da pessoa aflita estão de fato perdoados. Mas pode-se perguntar: *Sobre que sinais este conforto pode ser aplicado?* Respondo: sobre dois sinais: Primeiro, se a pessoa aflita confessar que está seriamente entristecida, porque, por seu pecado, ofendeu um Deus tão amoroso e tão misericordioso. Segundo, se ela professar que deseja, de todo o coração, ser reconciliada com Deus em Cristo, e pelo menos deseja arrepender-se de seus pecados; e, além disso, traz em seu coração o propósito de não mais pecar, mas, em tudo quanto puder, praticar nova obediência a Deus (Lucas 15.11ss).

Para reforçar este consolo, alguns textos próprios devem ser citados; por exemplo, Mateus 9.12–13: “Eu não vim chamar os justos” — isto é, aqueles que se julgam justos — “mas pecadores” — isto é, aqueles que estão entristecidos, pois, em sua consciência, sabem-se ofensores vis e hediondos — “ao arrependimento”. Também Mateus 11.28: “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei.” E Cristo



diz que o fim de sua vinda foi “pregar liberdade aos cativos, e pôr em liberdade os oprimidos” (Lucas 4.18).

Para concluir este ponto, resta ainda uma última pergunta a ser resolvida, e é esta: Um homem, após arrependimento por algum pecado grave, cai nele de novo, e fica mais aflito do que antes. É uma causa bastante séria. Pois sabemos que, se um homem se recupera de uma febre, e, por desordem na dieta ou outra razão, reincide nela, seu caso é frequentemente desesperador, e dificilmente escapa com vida. Do mesmo modo, é um caso perigoso, se, após arrependimento, o homem reincide no mesmo pecado. Pode-se então perguntar: Como tais pessoas podem ser recuperadas após uma recaída? “Mas como” — dirão alguns — “pode Deus aceitar uma obra nossa que é imperfeita?” Resposta. Na medida em que a obediência é feita com verdade, nessa medida Deus a aceita, porque é obra dEle em nós; e, na medida em que é nossa, Ele a perdoa, porque estamos em Cristo.

Uma segunda regra é apresentada em Romanos 7.19, onde Paulo diz, nesse sentido: “O bem que quero fazer, não o faço; e o mal que não quero, isso faço.” Nessas palavras está descrita a condição de todos os homens regenerados nesta vida; e o significado é este: As coisas boas que Deus ordenou, eu as faço — mas não como eu desejaria; e o mal que Ele proibiu, eu o evito — mas não como eu desejaria. Isto se vê verdadeiro quando comparamos as palavras de três tipos de homens: 1) O homem carnal diz: *“Eu não faço o que é bom, nem o quero fazer; e o que é mau, eu faço e quero fazer.”* 2) O homem glorificado diz: *“O que é bom eu faço e quero*



fazer; e o que é mau eu não faço, nem o quero fazer.” 3)
O homem regenerado, colocado entre esses dois, diz: “*As coisas boas ordenadas eu faço — mas não como eu desejaria; as coisas más proibidas eu evito — mas não como eu desejaria.*”

E este é o estado do filho de Deus nesta vida, que, nesse aspecto, é semelhante a um homem enfermo, que ama sua saúde e, portanto, observa tanto a dieta quanto os remédios; e ainda assim, muitas vezes cai novamente em sua crise (por mais cuidadoso que seja em seguir as orientações do médico), por causa da desordem de seu corpo. E, por isso, precisa ir ao médico uma segunda vez para receber novo conselho. Assim também os filhos de Deus: de fato têm em seus corações zelo por agradar e obedecer a Deus; mas, por causa do pecado que habita neles, falham muitas vezes, e então precisam humilhar-se novamente diante de Ele por novo arrependimento.

Outra comparação: os servos de Deus são como um homem que, por algum acidente súbito, é lançado ao mar. Lutando para salvar-se do afogamento, ele põe toda a sua força para nadar até a costa; e, chegando quase à beira, eis que o encontra uma onda, que o empurra de volta — talvez um quilômetro ou mais — e então a esperança e alegria anteriores de escapar são muito diminuídas. Contudo, ele retorna novamente, e continua se esforçando para alcançar a terra, e jamais descansa até chegar a ela.

3) Aquele que é verdadeiramente regenerado possui este privilégio: a corrupção da natureza não é parte dele, nem pertence à sua pessoa em termos de imputação divina. Paulo diz de si mesmo, em Romanos



7.17: “Já não sou eu quem faz isso, mas o pecado que habita em mim.” Nessas palavras, ele distingue sua própria pessoa do pecado que está nele. No homem regenerado existem três coisas: 1) o corpo, 2) a alma, 3) e o dom da imagem de Deus restaurada novamente.

Quanto à corrupção da natureza, ela está em sua pessoa — e, nesse sentido, pode-se dizer que é dele; mas não pertence ao homem regenerado, não é dele, porque não é imputada a ele, e assim, de fato, é como se não estivesse nele. O apóstolo, em 1 Tessalonicenses 5.23, ora pelos tessalonicenses, para que Deus os santifique por completo, e preserve seu espírito, alma e corpo. Desse lugar (entre muitos), pode-se dar esta exposição: Paulo, falando de homens regenerados e santificados, encontra neles três partes: corpo, alma e espírito. E por “espírito” não devemos entender a consciência, mas o dom da regeneração e santificação, que abrange o homem todo — corpo e alma — em contraste com “a carne”, que, no homem natural, é chamada de velho homem (Rm 7). E a oração que Paulo faz pelos tessalonicenses nos ensina, no essencial, o seguinte:

Embora a corrupção permaneça no regenerado após a regeneração, ainda assim, em termos de aceitação divina, ele é considerado como justo, e assim permanece; seu pecado, pela misericórdia de Deus em Cristo, não lhe sendo imputado para condenação. E isso basta quanto a esse ponto.

Agora, esses fundamentos de conforto, e outros da mesma natureza, podem servir para sustentar e firmar os corações dos filhos de Deus, quando forem



pressionados e angustiados ao considerarem seu estado nesta vida, que não pode, antes da morte, ser totalmente livre de grande fraqueza e muitas imperfeições.

CAPÍTULO 12

Da Quinta Aflição Especial, Que Surge Do Próprio Corpo Do Homem

A quinta e última espécie de tentação ou perturbação da mente surge do próprio corpo do homem.

Antes de começar a tratar disso, é preciso responder, entretanto, a uma pergunta: como o corpo, sendo uma substância terrena, pode perturbar ou incomodar a mente, considerando que a mente não é corpórea, mas espiritual? Pois nada pode agir além de seu próprio poder, e seria contra a razão que algo corpóreo pudesse alterar ou perturbar um espírito. Para responder a isso, algumas coisas devem ser consideradas.

Seção 1. Primeiro, as ações do homem, embora diversas, procedem todas de uma única fonte e causa comum — a alma — e são realizadas pelo poder dela. O corpo, por si só, não é agente em obra alguma, mas é como um instrumento morto, por meio do qual a alma produz todas as ações e obras.

Em segundo lugar, embora todas as ações do homem procedam da alma, a maior parte delas é realizada pelo corpo e por suas partes, e pelos espíritos que estão no corpo, como por instrumentos. De fato,



algumas ações da alma e da mente são executadas sem a ajuda do corpo; mas digo que a maior parte delas é efetuada pelo corpo e pelos espíritos nele contidos. Ainda assim, os espíritos, em si mesmos, não são agentes; pois o único agente em qualquer obra é a própria alma.

Por exemplo: o uso dos sentidos exteriores — visão, audição, paladar, tato e olfato — assim como dos interiores, como imaginação e memória — tudo isso é realizado pelo cérebro e suas partes, como instrumentos próprios. Todas as afeições, boas ou más, vêm da alma, mas são executadas no coração e pelos espíritos vitais. Do mesmo modo, as forças da vida e da nutrição procedem da alma, e, contudo, são realizadas pelo fígado e por outras partes internas, como instrumentos por meio dos quais a alma nutre o corpo. Em suma, não existe ação natural no homem cuja execução não use as partes do corpo como mãos e instrumentos da alma; e tudo isso se dá por causa da união entre corpo e alma, pela qual elas constituem uma única pessoa.

Daqui se conclui que, quando o corpo é perturbado, a alma também é perturbada. Ora, o corpo afeta e prejudica a alma e a mente, não tirando ou diminuindo qualquer parte da alma — pois a alma é indivisível — nem privando-a de qualquer poder ou faculdade dada por Deus — pois tanto a alma quanto suas faculdades permanecem intactas e inteiras, sem redução ou detrimento. Ele o faz corrompendo a ação da mente ou, mais propriamente, corrompendo o instrumento imediato pelo qual a mente age e, conseqüentemente, a própria ação.



Isso pode ser entendido por uma comparação: um artífice habilidoso, em qualquer ciência, que tenha uma ferramenta imprópria para trabalhar, ainda que sua habilidade seja boa e sua capacidade suficiente, produzirá uma obra imperfeita se o instrumento com que trabalha for inadequado. Contudo, a ferramenta não remove sua habilidade nem seu poder de trabalhar; apenas o impede de manifestar sua arte e de realizar bem aquilo que poderia fazer de modo excelente. Da mesma forma, o corpo corrompido impede a obra da alma — não removendo a obra da alma nem sua capacidade de agir, mas fazendo com que produza um trabalho defeituoso, porque o instrumento que ela usa está corrompido e falho. Assim devemos entender todos os incômodos que o corpo causa à alma.

Segue-se agora a tentação. O corpo causa perturbação da mente de duas maneiras: pela melancolia ou por certas alterações estranhas nas partes do corpo, que frequentemente sobrevêm aos homens — de que trataremos depois. Pois as perturbações da mente causadas dessa forma são tão comuns quanto nocivas, e não menos danosas que a maioria das anteriores.

Seção 2. Sobre aquilo que procede da Melancolia, *diversas coisas devem ser consideradas para nossa instrução e para o remédio desse mal.*

1. Antes de tudo, se se perguntar o que é Melancolia, respondo: é um tipo de sangue terroso e negro, especialmente no baço, corrompido e desordenado; o qual, quando o baço está obstruído, conduz-se ao coração e ao cérebro; e ali, em parte por sua substância corrupta e qualidade contagiosa, e em parte



por espíritos corrompidos, aflige tanto o coração quanto o cérebro, sendo eles os assentos e instrumentos da razão e das afeições.

2. A segunda questão é: quais são os efeitos e operações da Melancolia?

Resposta: são estranhos e frequentemente terríveis. Não há humor, nem qualquer coisa no corpo humano, que tenha efeitos tão estranhos quanto este humor quando se encontra desordenado. Um antigo Doutor chama-o de isca do Diabo, *porque o Diabo, bem familiarizado com a compleição e temperamento do homem, pela justa permissão de Deus, insinua-se neste humor e produz estranhos conceitos.*

Está registrado na Escritura que, quando o Senhor retirou o seu bom Espírito de Saul — pelo qual ele se conduzia bem no governo do seu povo — e um espírito maligno veio sobre ele, ficou ele em estado tão temível que quis matar o que estava ao seu lado. Como? Certamente porque Deus, em justiça, retirou Seu Espírito dele, e permitiu que Satanás entrasse no humor da cólera, ou da melancolia, ou de ambos, e por esse meio o levou a tentar matar Davi.

Agora, os efeitos disso, em particular, são de dois tipos:

O primeiro é no cérebro e na cabeça. Pois este humor, estando corrompido, envia vapores nocivos como nuvens ou névoas, que corrompem a imaginação, e tornam o instrumento da razão impróprio para entendimento e percepção. Daí procede o primeiro efeito: imaginações, concepções e opiniões estranhas, formadas



na mente, que são a primeira obra desse humor, não propriamente, mas porque ele corrompe o instrumento — e, o instrumento sendo corrompido, a faculdade não pode produzir boas, mas sim ações corruptas.

Esses exemplos são bem conhecidos; mencionarei apenas um ou dois. Um é chamado Melancolia Bestial, uma doença no cérebro pela qual o homem pensa ser um animal desta ou daquela espécie, e age de acordo. E disso foram acometidos todos aqueles que pensaram ser *lobos, e praticaram comportamento lupino*. Outro exemplo: diz-se de Nabucodonosor, em Daniel 4:30, que foi expulso dentre os homens, e comia erva como os bois — isto é, comportava-se e alimentava-se como um animal. Alguns opinam que sua forma humana lhe foi retirada e que foi transformado em um animal; ou, ao menos, que recebeu a alma de um animal em lugar de uma alma humana por um tempo. Mas estão enganados. Pois não existe tal transferência de almas para corpos — nem de homens, nem de animais. Outros pensam que Nabucodonosor foi atingido no cérebro por essa doença de Melancolia Bestial, pela qual perdeu o uso são da mente e se comportou como um animal. E essa interpretação não contradiz o texto; pois, no verso 31 desse capítulo, diz-se que sua mente lhe voltou; logo, na doença, seu entendimento e o uso correto da razão foram perdidos. E o mesmo se verifica na história, por diversos exemplos, ainda que não fosse verdade em Nabucodonosor.

Outro exemplo comum: se uma pessoa melancólica, de repente, ouve ou vê algo terrível, a força de sua imaginação é tal que imediatamente aplica aquilo



a si mesma. Se vê ou ouve que um homem se enforcou, ou que está possesso de um demônio, logo pensa que deve fazer o mesmo consigo, ou que está, ou ao menos estará, possesso. Assim também, ao ouvir relatos de coisas assustadoras, sua fantasia logo opera, imaginando que aquilo já lhe aconteceu ou que lhe acontecerá. E, quando essa imaginação entra e toma lugar, produz efeitos horríveis e temíveis.

O segundo efeito da Melancolia é sobre o coração. Pois há uma harmonia e correlação entre o coração e o cérebro, entre os pensamentos e as afeições: o coração afeta apenas aquilo que a mente concebe. Assim, quando a mente concebe e forma dentro de si pensamentos terríveis, então as afeições correspondem à imaginação. Daí procedem horror extremo, medos e desesperos, até mesmo quanto à salvação — e, contudo, a consciência, nisso tudo, permanece intacta, não sendo tocada ou perturbada.

3. Em terceiro lugar, pode-se indagar: há alguma diferença entre o transtorno de consciência e a melancolia, já que muitos afirmam serem a mesma coisa? Resposta: não são a mesma coisa, mas diferem muito. A aflição de consciência é uma coisa; o transtorno pela melancolia, outra. E são claramente distinguidos da seguinte forma:

1. Quando a consciência é afligida, a aflição está na própria consciência e, assim, em todo o homem; mas, na melancolia, a imaginação é perturbada, e não a consciência.
2. A consciência afligida tem causa verdadeira e certa: a visão do pecado e o senso da ira de Deus;



mas, na melancolia, a imaginação concebe uma coisa como sendo o que não é — pois faz o homem temer e desesperar por causas supostas e imaginárias.

3. O homem aflito na consciência mantém coragem em muitas outras coisas; mas o melancólico teme todo homem, toda criatura, até a si mesmo, e não tem coragem alguma — teme quando não há motivo para temer.
4. As imaginações no cérebro causadas pela melancolia podem ser curadas e removidas por meio de medicina; mas o sofrimento da consciência não pode ser curado por nada no mundo, senão por uma única coisa: o sangue de Cristo e a certeza do favor de Deus.

4. Em quarto lugar, o caminho para curar a melancolia é este:

1. A pessoa aflita deve ser levada a contentar-se em ser aconselhada e guiada pelo juízo de outros, e deixar de confiar em si própria quanto ao seu estado espiritual; e disso colherá grande paz e contentamento.

2. Deve-se investigar se há nela algum início de graça — fé, arrependimento — ou não.

- a. Se for carnal, sem conhecimento de seu estado, devem-se usar meios para levá-la a alguma visão e tristeza por seus pecados, para que sua tristeza melancólica seja convertida em tristeza piedosa.



b. Se lhe faltam fé e verdadeiro arrependimento, é necessário trabalhar para produzir nelas algum começo desses dons.

3. Quando ela for conduzida à fé na misericórdia de Deus e ao propósito sincero de não pecar mais, então certas promessas misericordiosas de Deus devem ser apresentadas a ela; e ela deve ser exortada a descansar nessas promessas, e jamais dar lugar a imaginação ou pensamento que possa contradizê-las. Promessas como:

a. Salmo 34:9 — *“Nada faltará aos que temem ao Senhor.”*

b. Salmo 91:10 — *“Nenhum mal chegará perto do justo.”*

c. 2 Crônicas 15 — *“O Senhor está convosco enquanto estais com Ele; se o buscardes, Ele se deixará achar.”*

d. Tiago 4:8 — *“Aproximai-vos de Deus, e Ele se aproximará de vós.”*

A melhor maneira de trazer paz ao aflito é fazê-lo crer, manter e conhecer a verdade dessas promessas, sem permitir que pensamentos contrários entrem no coração. Contudo, embora essas promessas possam estabilizar a mente, não removem o humor em si, a não ser que mais ajuda seja empregada.

4. Portanto, o último remédio é a arte da medicina, que serve para corrigir e diminuir o humor — pois é um meio, pela bênção de Deus,



para restaurar a saúde e curar a desordem do corpo.

E assim concluímos o tocante ao transtorno da mente causado pela Melancolia.

Seção 3. A segunda maneira pela qual o corpo incomoda a mente é quando ocasiona perturbação à mente por causa de estranhas alterações incidentes ao corpo. Quando um homem começa a entrar em frenesi, se o cérebro admite ainda que uma pequena alteração, imediatamente a mente fica perturbada, a razão corrompida, o coração aterrorizado, e o homem fica distraído em todo o corpo. Assim, do tremor do coração vêm muitas imaginações e concepções temerosas, das quais o homem não sabe a causa. O mesmo é provocado pelo inchaço do baço, pela elevação das entranhas, por estranhos câibras, convulsões e coisas semelhantes.

O remédio para isso é o seguinte: Primeiro, deve-se sempre considerar se a pessoa assim perturbada possui ou não os princípios da verdadeira fé e do arrependimento. Se possui, tanto melhor. Se não possui (pois geralmente tais pessoas são meramente homens naturais), então o primeiro dever é usar todos os meios para suscitar nele alguma tristeza piedosa por seus pecados, levá-lo aos exercícios de invocação e a alguma confiança na misericórdia de Deus para perdão.

Em segundo lugar, isso sendo feito, deve-se empregar meios para remover a opinião concebida, o que se fará dando-lhe informação sobre o estado de seu corpo e qual é a verdadeira e própria causa de sua alteração. Isso sendo conhecido, a dor ou temor concebidos



facilmente cessarão. Pois, removida a falsa opinião e informado o juízo, todo o homem ficará melhor.

Em terceiro lugar, sendo a opinião alterada e reformada, pode ser que a alteração no corpo permaneça; portanto, nesse caso a pessoa deve ser ensinada de que isso é uma correção de Deus, e que Deus não apenas permite que a correção seja infligida, mas é o próprio autor dela; e, portanto, a pessoa deve estar bem satisfeita e repousar na vontade de Deus. Pois todo estado presente, seja bom ou mau, é o melhor estado para nós, porque vem da vontade e escolha de Deus.

E até aqui quanto aos distintos tipos de angústias da mente; ao que acrescento ainda mais isto: se examinarmos o estado de pessoas que estão perturbadas por alguma dessas cinco tentações, geralmente não as encontraremos isoladas, mas misturadas entre si, especialmente a melancolia com o terror de consciência ou com algumas outras tentações. Pois a distração da mente frequentemente produzirá um distúrbio no corpo, e o distúrbio do corpo, da mesma forma, às vezes causará distração da mente. Novamente, a melancolia frequentemente será uma ocasião (embora não uma causa direta) do terror de consciência; e, do mesmo modo, a consciência tocada e aterrorizada com o senso da gravidade do pecado e do peso da ira de Deus trará distúrbio ao corpo por simpatia e causará melancolia.

Nesse caso, se se perguntar o que deve ser feito, respondo que, para angústias mistas, devemos recorrer a remédios mistos, usando em primeiro lugar os melhores meios para retificar a mente, cujos fundamentos principais já foram anteriormente expostos; e, então,



tomando o aconselhamento oportuno do médico, cuja vocação e serviço Deus santificou para a cura e alívio do corpo em caso de extrema necessidade.

E assim conclui-se a primeira classe de questões, concernentes ao homem simplesmente considerado em si mesmo.



OS SEGUNDO E TERCEIRO LIVROS

DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA ACERCA DO HOMEM EM SUA RELAÇÃO COM DEUS E COM O PRÓXIMO

Nos quais são tratadas as questões referentes ao Culto a Deus e à prática da virtude cristã. Agora recentemente acrescentados aos anteriores, e cuidadosamente examinados segundo os resumos do próprio Autor, e publicados para o bem comum por T. P., Bacharel em Divindade.

“Tudo o que não é de fé é pecado.” – Romanos 14.23.



ALMA MATER CANTABRIGIA
IMPRESSO POR IOHN LEGAT,
Impressor da Universidade de Cambridge.
1606.



**AO MUI HONRADO EDWARD, LORD DENNIE,
BARÃO DE WALTHAM, ETC.**

Digníssimo,

Não foi sem causa especial que o famoso Apóstolo dos gentios, entrando em séria meditação sobre o chamado e a obra do Ministério, e chegando enfim a algum desfecho de seus pensamentos, clamou (por assim dizer) em termos de Lamento: *“E quem é suficiente para estas coisas?”* Pois, se se investigar a razão de sua pergunta, a Escritura responderá por ele: que os Ministros são os anjos do Senhor dos Exércitos; os Intérpretes de Sua vontade; o sal da terra; a luz do mundo. E o seu chamado é levar a embaixada da reconciliação; manifestar ao homem o prazer do Altíssimo; temperar instrumentalmente o coração corrompido com graça; iluminar a mente obscurecida pela dispensação do conhecimento salvador, como o sol ilumina o ar pelo brilho de seus raios.

Ora, esses altos títulos e grandes obras — declarando evidentemente o peso e o valor daquela honrosa comissão — não são dados ou atribuídos apenas quanto aos deveres públicos e ordinários, nos quais, por ordenança Divina, eles se tornam a boca de Deus para o homem pela pregação, e novamente a boca do homem para Deus pela oração. Pois essas coisas são determinadas para certos tempos e lugares, quando e onde devam ser executadas, de acordo com as louváveis Constituições e Cânones de Igrejas particulares.

Mas, em consideração mais ampla, como receberam de Deus a língua dos sábios, e são dotados de



conhecimento e habilidade para informar as consciências dos homens acerca de cada ação — seja pessoal, pertencente a estados particulares, seja relativa, empregada no Culto a Deus e na prática das virtudes cristãs — dom não menos necessário, mas de alcance muito maior que o outro, e consequentemente exercitável sem limitação de tempo ou lugar, em tempo oportuno ou inoportuno, sempre que a mente requerer resolução em caso de dúvida ou consolo na aflição. A luz desta candeia é, portanto, erguida bem alto e posta à vista aberta, para que se comunique não a todos em geral, mas a cada um em particular. O Intérprete do Senhor, nesse sentido, deve dispensar sua vontade em todo lugar e tempo; à pobre viúva de Sarepta em sua própria casa; ao nobre eunuco da Etiópia em sua viagem; a Davi, para que seja levado à confissão de seu pecado; a Pedro, para sua restauração após a queda; aos fracos, para que sejam sustentados; aos fortes, para que permaneçam firmes; à mente vacilante, para resolução; à alma atribulada, para consolo e alívio.

Daqui é evidente que esse mensageiro de Deus deve ser (como Paulo diz) um homem completo em todos os aspectos, armado e bem provido com as necessidades pertinentes a todos os propósitos, para a honra de seu Senhor e o crédito de seu chamado. Deve ser não apenas um homem erudito no texto, poderoso nas Escrituras; um teólogo positivo, estabelecido na verdade; um homem preparado *ad oppositum*, para resistir e confundir o adversário; mas um casuísta hábil, pronto em todas as ocasiões, com bons fundamentos de conhecimento e observação, para dar uma regra, apresentar uma razão, e falar uma palavra a seu tempo ao cansado.



Essa última qualidade — omitindo as demais — sendo tão essencial (como é) ao chamado e condição de um Ministro; sim, de tanta importância (como já declarei a Vossa Senhoria anteriormente), parece estranho, ao menos em meu pobre parecer, que entre tantos discursos solenes e eruditos, publicados por meio de afirmação e disputa em matéria de religião, poucos ou nenhum tenha sido moldado e estruturado para este propósito; que neste florescente estado tanto de nossa Igreja quanto de nosso Reino, ninguém tenha empenhado seus esforços no desdobramento e exposição deste assunto; e que, enquanto os da Igreja papista foram tão abundantes — ou antes, pródigos — em seus Sumários, manuais, aforismos, instruções, determinações etc. para direção de seus confessores em pontos de casuística, nossos teólogos protestantes, na maior parte, tenham sido tão parcimoniosos e silenciosos em falar ou escrever neste assunto.

Todavia, o Senhor, em Sua sapientíssima providência, não negou totalmente esse benefício à nossa Igreja. Pois, apesar de tão grande silêncio e reserva em matéria de devoção, quanto à retificação da consciência, houve nestes últimos anos um Instrumento especial de Sua glória, que, sendo a seu tempo solidamente fundamentado nos princípios de uma parte da casuística, por muitos conselhos sérios e direções confortadoras — retirados da Palavra e reunidos por longa observação — curou as feridas de muitas almas aflitas. E aqueles tratados teológicos seus, agora reunidos desde sua morte e comunicados à Igreja de Deus, estão cheios de meditações celestiais para tal propósito. E como ele desejou deixar à posteridade alguma memória de seu



conhecimento nesse tipo, assim o talento que recebeu não foi enterrado em seu túmulo, mas reviveu novamente na pessoa daquele fiel Ministro de Cristo, autor deste livro, homem tanto de aprendizagem quanto de piedade, merecidamente reverenciado e afamado no juízo de todos que amam e abraçam a verdade. Este, procurando felizmente seguir o mesmo caminho, e referindo à casuística o corpo inteiro de seus trabalhos em pregar e escrever, prosseguiu com grande vantagem; acrescentou aos Casos de Aflição outros Cabeçalhos de Questões, e em seu último tempo reduziu-os a tal forma e ordem que melhor serviriam como introdução à Casuística, para auxílio e encorajamento de outros.

A primeira Parte dessa estrutura, tendo sido anteriormente recomendada por mim à Vossa Honra, ousei novamente apresentar-lhe o restante, para que o todo tenha livre trânsito de Vossa parte ao uso comum dos demais. Nisso não adotei novo costume, mas segui a prática recomendável dos escritores em tempos mais antigos, que confiaram à Igreja de Deus os frutos de seus esforços sob o patrocínio de Nobreza honrosa e virtuosa; como aquele renomado Médico de Antioquia, e São João, que dedicaram seus escritos sagrados — o primeiro ao nobre Teófilo, o outro à senhora eleita e seus filhos.

E aquilo que moveu esses santos escritores da Escritura a essa prática também me encorajou, pelas mesmas razões, a oferecer este Tratado ao favor de Vossa Honra:

Primeiro, porque Vossa Senhoria tem sido longamente familiarizado com a pessoa, vida e trabalhos



deste homem, e bem firmado na verdade da Religião, principal assunto de todos os seus discursos.

Segundo, porque o Senhor alargou seu coração por Sua graça, para oferecer acolhimento àquela verdade que ele ensinou e escreveu; e a manifestação de sua boa vontade em aceitar qualquer Tratado composto por ele é prova suficiente deste ponto, até onde tenho conhecimento pessoal.

Terceiro, não se contentou apenas em ser informado do conhecimento da verdade, mas desejou também confirmação e segurança nela. Uma evidência disto devo lembrar aqui: que, muitos anos atrás, aprovou a Vossa Senhoria atribuir-lhe uma Tarefa especial — a interpretação daquele texto dourado acerca do ganho do maior bem do mundo (Fp 3:8) — para seu melhor entendimento, como ele mesmo relata, para grande elogio vosso. E é razão que deveis provar tanto de seus primeiros quanto de seus últimos frutos, visto que, por vosso estímulo, foi encorajado a tomar tal trabalho, e sem dúvida recompensado por seu labor com abundante medida de vosso amor.

Com esses motivos, apresento agora finalmente a Vossa Senhoria o restante desta Introdução, minha dívida por obrigação de promessa, e vosso direito especial de patrocínio. Se sou, porventura, acusado de pagamento tardio até o presente, rogo ser escusado. Primeiro, porque a soma total que restava por pagar era a maior parte, e por isso requeria mais tempo, para que pudesse ser mais facilmente reunida e plenamente satisfeita. Pois, embora seja um único montante, consiste em diversos particulares, os quais deveriam ser cuidadosamente



examinados, para que, na prestação de contas, houvesse acordo mútuo do todo e das partes. Além disso, foi meu desejo que, sendo a dívida necessariamente paga, e paga a uma pessoa honrada, pudesse ser entregue em moeda pura e corrente, capaz de suportar a prova da pedra de toque — algo necessário em tempos como estes, nos quais tantas obras corruptas deste tipo circulam de mão em mão.

E assim, desejando sinceramente que estas santas Regras de Religião e virtude sejam lidas no momento mais oportuno de Vossa Senhoria, e acolhidas na prática para seu conforto e direção diária; rogando também por vossa honrosa aceitação de meu cuidadoso esforço em publicá-las à vista comum do mundo, dou minha mais humilde despedida, suplicando ao Todo-Poderoso — que já vos agraciou com as verdadeiras recompensas da virtude, honra e nobreza — que estabeleça as mesmas tanto em vossa pessoa quanto em vossa descendência neste mundo; e, após o fim desta vida, vos dê aquela herança eterna de honra e felicidade no Reino da glória.

Do *Emmanuel College*, em *Cambridge*.

20 de novembro de 1606.

Vosso servo em toda boa obra,
Thomas Pickering



LIVRO 2

O SEGUNDO LIVRO

DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA

REFERENTES AO HOMEM

EM SUA RELAÇÃO COM DEUS

CAPÍTULO I

Da Ordem Das Questões

Até aqui falei a respeito do primeiro tipo de questões da consciência, que dizem respeito ao homem considerado simplesmente em si mesmo, como ele é, um homem.

Em seguida, vêm a ser tratadas e resolvidas as questões concernentes ao homem enquanto ele está em relação. Ora, o homem permanecendo em uma dupla relação — ou com Deus, ou com o homem — conforme essa relação as questões devem ser consideradas em seus devidos lugares. E primeiro devemos tratar das questões de consciência que dizem respeito ao homem enquanto está em relação com Deus; isto é, enquanto cristão. Todas essas, por questão de ordem, podem ser reduzidas a quatro tópicos:

- I. Concernente à Divindade;
- II. Concernente às Escrituras;



III. Concernente à Religião, ou ao Culto que é devido a Deus;

IV. Concernente ao tempo do Culto a Deus, isto é, o Sábado.

CAPÍTULO 2

Da Divindade

Sobre a Divindade há duas questões principais.

Se há um Deus?

Antes de responder a essa questão, é necessário lembrar este aviso: é um fundamento e princípio essencial em toda religião, seja qual for, que não deve ser posto em dúvida ou levado a questionamento o fato de que há um Deus. Hebreus 11.6: “*Aquele que se aproxima de Deus deve crer que Deus existe.*” Quanto àqueles que são comumente chamados ateus, que negam que exista um Deus, eles devem ser punidos com a morte, por não serem dignos de viver em sociedade humana; e o maior tormento que a engenhosidade humana possa inventar ainda é pouco para eles. Pois, se aqueles que são tidos por traidores contra um príncipe terreno — e que merecidamente são condenados à morte — por insultarem sua pessoa ou negarem sua legítima autoridade, quanto mais aqueles que põem em dúvida a Divindade devem ser considerados traidores contra Deus e, conseqüentemente, sofrer a justa punição de sua rebelião: a própria morte.



Por essa razão, não pretendo discutir a questão se há um Deus ou não — e assim dar ocasião para dúvida e deliberação acerca daquilo que é o principal fundamento da religião cristã. Meu propósito, antes, é mostrar que há um Deus, removendo — ou ao menos ajudando a remover — uma corrupção interior da alma, grande e perigosa, pela qual o coração e a consciência, por natureza, negam a Deus e Sua providência. A ferida no corpo que arranca o coração é a mais perigosa que existe; e a opinião que elimina a Divindade, na prática, arranca e destrói o próprio coração da alma.

Esse aviso dado, venho agora ao ponto: demonstrar que há um Deus. As três luzes dadas por Deus ao homem Para melhor compreendermos e termos certeza dessa verdade, devemos lembrar que Deus deu ao homem três tipos de luz:

- I. A luz da natureza;
- II. A luz da graça;
- III. A luz da glória.

Por meio delas, como por degraus de conhecimento, a mente é iluminada por Deus e recebe direção quanto à verdade da Divindade — tanto para esta vida presente quanto para a vida futura.

Se se perguntar em que ordem Deus revelou essa luz ao homem: respondo que a luz da natureza serve como início e preparação; a luz da graça fornece o fundamento e dá maior prova e evidência; e a luz da glória traz a perfeição da certeza, tornando plenamente conhecido aquilo que nos graus anteriores foi conhecido apenas de modo fraco e imperfeito.



Seção 1. A luz da natureza. A luz da natureza é aquela que a visão e consideração das criaturas, tanto em geral quanto em particular, concede ao homem. A partir dessa luz natural há cinco argumentos distintos que provam que existe um Deus. Considerá-los não será inútil, nem mesmo ao que já está bem confirmado nesse ponto.

I. Primeiro argumento — A criação e estrutura do mundo

Romanos 1.20: “As coisas invisíveis dele, isto é, seu eterno poder e divindade, são claramente vistas, desde a criação do mundo, sendo compreendidas pelas coisas que foram criadas.”

Da excelente estrutura do mundo, a verdade da Divindade pode ser provada de diversas maneiras.

Primeiro, eu faria esta pergunta: Este formoso arcabouço do mundo, teve um começo, ou não teve começo? Tome-se qualquer uma das partes, ou ambas. Diga-se primeiro que não teve começo, mas é eterno, como afirma o ateu.

Então eu argumento assim: Se não teve começo, o próprio mundo é Deus, e todas as criaturas que nele estão — desde a maior e mais elevada, até a menor e mais desprezível; sim, cada gota d’água do mar, e cada grão de areia à beira-mar, são deuses. A razão é esta: porque, segundo essa opinião, todas essas coisas têm seu ser a partir de si mesmas, sem começo; e aquilo que é uma substância de si mesma, e que não tem começo, é o próprio Deus.



De novo, se o mundo não teve princípio, então também não tem fim. Pois aquilo que é sem princípio, é sem fim. Ora, todas as coisas no mundo são sujeitas à corrupção e, conseqüentemente, estão sujeitas a um fim. Pois tudo o que é corruptível é finito; portanto, o mundo teve um princípio. Ora, se teve um princípio, então pergunto: como foi feito? Fez-se a si mesmo? Ou foi feito do nada? Se se afirmar que ele fez a si mesmo, então o mundo existia antes de existir. Se se disser que veio do nada, isso também não pode ser. Pois do nada nada procede; e aquilo que é nada em si mesmo não pode produzir algo; portanto, é absurdo, segundo a razão, dizer que o nada trouxe à existência este mundo. E, por isso, deve necessariamente permanecer como verdade que havia alguma substância eterna e onipotente que formou esta criatura tão bela, o mundo, além de si mesma.

Se um homem entra em uma grande floresta e ali vê edifícios belos e bem-feitos, e diversos tipos de ervas, árvores, pássaros e animais, e nenhum homem, ele imediatamente raciocinará assim consigo mesmo: esses edifícios são obra de algum homem; não existem desde toda a eternidade; não se ergueram sozinhos; nem as ervas, as árvores, os pássaros ou os animais os construíram; mas, necessariamente, devem ter algum fundador primeiro, que é o homem. Do mesmo modo, quando consideramos este mundo, tão bela criatura de se contemplar, ainda que não vejamos seu Criador, não podemos dizer que ele fez a si mesmo, nem que as coisas nele contidas o fizeram, mas que o Criador dele foi alguma substância incriada, sapientíssima, habilíssima e eterna, e esse é Deus.



Em segundo lugar, a partir da estrutura do mundo e da consideração dele, raciocino assim: no mundo há quatro tipos e espécies de criaturas. A primeira são substâncias nuas e simples, que não têm vida, nem senso, nem razão: como o sol, a lua e as estrelas. A segunda são as que têm substância e vida, mas não têm senso nem razão: como plantas, árvores e ervas. A terceira são as que não têm razão, mas têm substância, vida, senso e poder de movimento próprio: como os animais da terra e os peixes do mar. A quarta são aquelas que têm tudo isso: substância, vida, senso e razão — como os homens.

Ora, esses quatro tipos de criaturas excedem-se mutuamente em propriedades e graus. Pois a primeira delas, que são meras substâncias, servem àquelas que têm vida, como as árvores e as plantas. As árvores e plantas servem às criaturas que têm senso e vida, como os animais e os peixes. Os animais e os peixes servem ao homem, que possui substância, vida, senso e razão. E entre todas elas vemos que aquelas que possuem mais dons são servidas pelas que possuem menos: como o sol e a lua servem às plantas; as plantas e ervas servem aos animais; e os animais servem ao homem. E a criatura que possui mais dons é servida por todas. Portanto, o homem, excedendo a todas essas criaturas, deve ter algo a quem honrar e servir, o qual deve ser mais excelente do que todas as outras criaturas, sim, mais excelente do que ele mesmo — e isso é uma substância incriada, santíssima, sapientíssima, eterna e infinita, e esse é Deus.

Em terceiro lugar, todas as criaturas particulares, seja no céu ou na terra, são ordenadas a seus fins



particulares e específicos, nos quais cada uma delas, até mesmo a mais baixa e a mais humilde, é empregada, e que todas cumprem segundo sua natureza. E isso é uma prova clara de que existe alguém que excede em sabedoria, providência e poder, que criou todas essas coisas para tais fins e tem poder de conduzi-las a esses fins; e quem é esse senão Deus?

II. O segundo tipo de argumentos extraídos da luz da natureza são tomados da preservação e governo do mundo criado; e estes são mencionados pelo Espírito Santo, quando Ele diz que Deus não Se deixou a Si mesmo sem testemunho, ao fazer o bem em Sua providência, dando chuva do céu e estações frutíferas, enchendo nossos corações de alegria e contentamento.

As particularidades tomadas do governo do mundo são estas:

Primeiro, nosso alimento, pelo qual somos nutridos, é em si mesmo uma comida morta, desprovida de vida, e ainda assim serve para manter e preservar a vida; ao passo que, pela razão, seria mais adequado sufocar e entupir nossos corpos do que alimentá-los.

Segundo, nossas vestes, as quais usamos, são em si mesmas frias e destituídas de calor, e ainda assim têm este uso: preservar o calor e sustentar a vida na extrema frieza. Portanto, deve necessariamente haver um poder onipotente e divino, que dá a ambas tais virtudes, para alimentar e preservar a vida e a saúde do homem.

Terceiro, a chuva que cai e o sol que brilha sobre um mesmo pedaço de terra fazem com que ela produza, em sua estação, uma centena de diversos tipos de ervas e



plantas, das quais cada uma possui um poder, cor, forma e sabor distintos.

Donde vem isto? Não vem da chuva, pois nela não há vida em si mesma, e, além disso, ela é sempre a mesma. Também não vem do sol ou da terra, pois estes, em seu tipo, também são sempre os mesmos, não tendo neles tal poder pelo qual devam ser autores da vida. Portanto, as diferenças das plantas em um mesmo solo podem convencer nosso juízo e ensinar-nos isto: que há um poder divino e celestial acima e além do poder dessas criaturas.

Quarto, tomemos o exemplo da ave e do ovo. A ave produz o ovo; o ovo, por sua vez, produz a ave. Este ovo, considerado em si mesmo, não tem vida nem alma, e a ave não pode lhe dar nenhuma delas; pois tudo o que a ave pode fazer é dar-lhe calor, e nada mais. Dentro da casca deste ovo é feita uma formosa criatura, a qual, quando chega a certa perfeição, quebra a casca. Na casca quebrada veremos o biquinho, a asa, a perna e todas as partes e membros de uma ave. Consideremos agora que o ovo não produziu esta formosa criatura, nem tampouco a galinha. Pois o ovo não tinha tal poder ou virtude em si, e a galinha deu apenas seu calor. Também não foi o homem que o fez, pois o que foi feito estava dentro do ovo e dentro da casca. Portanto, foi algum outro poder e sabedoria maravilhosos que o fizeram e o trouxeram à luz, ultrapassando o poder de qualquer criatura.

Novamente, consideremos a geração do bicho-da-seda, uma das menores criaturas, e dele temos uma notável demonstração da divina providência. Este pequeno verme, no princípio, é apenas uma pequena



semente semelhante à semente de linho. A mesma pequena semente o gera e o traz à luz. O verme, uma vez nascido, e crescendo até certo tamanho, a certo tempo tece a seda; tendo tecido a seda, enrola-se dentro dela, como que em uma casca.

Ali, tendo permanecido por um tempo, concebe uma criatura de outra forma, a qual, aperfeiçoada em pouco tempo, quebra a casca e sai como mosca. A mesma mosca, como criatura obediente, produz novamente a semente, e assim continua sua espécie de ano em ano. Observe-se aqui que a mosca, tendo uma vez produzido a semente, abandona-a e morre imediatamente; e, ainda assim, a própria semente, embora exposta ao vento e ao clima, e totalmente negligenciada por homem ou criatura, a certo tempo, dentro de poucos meses, torna-se um verme. De onde poderia proceder tudo isso, senão de um Criador infinitamente poderoso e sábio, que por Sua admirável força e providência dispensa vida, ser e propagação até às menores coisas segundo seus particulares tipos e espécies?

III. A terceira espécie de argumentos provenientes da luz da natureza é tomada da alma do homem. Esta alma é dotada de excelentes dons de entendimento e razão. O entendimento tem em si, desde o princípio, certos princípios pelos quais conhece e discerne o bem e o mal, as coisas que devem ser feitas e as coisas que devem ser deixadas de fazer. Ora, o homem não pode ter esse dom de discernir entre o bem e o mal de, ou por, si mesmo; mas isso necessariamente deve



proceder de outra causa, que é poder, sabedoria e entendimento em si, e isso é Deus.

Novamente, a consciência, outro dom da alma do homem, tem em si duas ações principais: testemunho e juízo; por ambas as quais a verdade em questão é evidentemente confirmada. Quanto ao testemunho da consciência: que se pergunte ao ateu: de que dá testemunho a consciência? Ele não pode negar que é de todas as suas ações particulares. Pergunto então: contra quem, ou com quem, ela dá testemunho? A resposta será facilmente dada pelo coração de qualquer homem: que é com ou contra si mesmo. Além disso, a quem ela é testemunha? Nem aos homens, nem aos anjos; pois é impossível que qualquer homem ou anjo ouça a voz da consciência, ou receba o testemunho dela, ou ainda discirna o que está no coração do homem. Disso decorre que há uma substância, sapientíssima, poderosíssima, santíssima, que vê e conhece todas as coisas, para quem a consciência dá testemunho, e esse é o próprio Deus.

E quanto ao juízo da consciência: que um homem cometa qualquer transgressão ou ofensa, ainda que seja feita em segredo e oculta do conhecimento de qualquer pessoa viva; ainda assim a Consciência, que a conhece, o acusará, o aterrorizará, o citará diante de Deus, e não lhe dará descanso. Qual ou onde está a razão? O homem não conhece a transgressão cometida; e, se não há Deus, a quem deveria temer? e, no entanto, ele teme. Isso também necessariamente prova que há um Deus justo e poderoso, que tomará vingança dele pelo seu pecado.

IV. O quarto argumento da natureza é este: Há um fundamento ou princípio escrito no coração de todo



homem no mundo, sem exceção, de que há um Deus. As razões para prova disso podem ser as seguintes.

Primeiro, os gentios, adorando ídolos feitos de troncos e pedras, reconhecem nisso tanto que há algo a quem honra e serviço são devidos. Pois o homem, por natureza, é orgulhoso e nunca cederá a dobrar o joelho de seu corpo diante de um tronco ou pedra para adorá-lo, a menos que pense e reconheça que há neles um poder divino, melhor do que ele mesmo.

Segundo, o juramento que é tomado para confirmação, comumente chamado de juramento assertório, é usado em todos os países. E é, pela maior parte, geralmente considerado um meio legítimo de confirmar a palavra de um homem, quando ela é vinculada pelo juramento tomado. Jacó e Labão, estando para fazer uma aliança, Jacó jura pelo verdadeiro Deus, Labão pelos seus falsos deuses, e por isso ambos estavam obrigados a manter seu acordo e não voltar atrás: portanto, nenhum deles quebrou, ou ousou quebrar, seu juramento. E entre os próprios gentios há poucos ou nenhum que se possa encontrar que falsificarão sua palavra dada e confirmada por juramento. Donde é claro que eles reconheciam uma divindade, que conhece e discerne seus corações, sim, que conhece a verdade, e pode e irá castigá-los por desonrar a verdade pela mentira.

Terceiro, não devemos passar levemente sobre os termos usuais e linguagem ordinária de todas as nações, que costumam dizer em certas ocasiões: chove, troveja, neva, saraiva. Pois, ao dizer isso, ora se alegram e são gratos, ora temem e se apavoram. Não dizem que a



natureza ou o céu chovem ou trovejam: pois, se assim fosse, não se alegrariam nem tremeriam. Portanto, ao falarem isso comumente, às vezes alegrando-se, às vezes temendo, pode-se provavelmente pensar que reconhecem um poder divino que faz a chuva cair e o trovão ser tão terrível.

Novamente, para melhor prova disso, deve-se considerar que, desde que o mundo começou, ainda não se encontrou ou trouxe à luz qualquer homem que jamais tenha escrito ou publicado um discurso, mais ou menos, com o propósito de dizer que não há Deus. Se for dito que algumas histórias fazem menção de vários que, em termos claros, negaram que há um Deus, e que isso não é menos perigoso do que se um tratado sobre esse assunto fosse escrito e exposto à vista de todos.

Respondo: de fato, nos escritos dos homens lemos de alguns que blasfemaram Deus e viveram como se não houvesse Deus, e estes sempre foram propriamente e merecidamente chamados ateus. Outros negaram que os deuses feitos e fingidos — isto é, ídolos — são deuses. E entre os gentios que viveram apenas pela luz e direção da natureza, tudo que se pode trazer é isto: que alguns homens, em seus escritos, duvidaram se havia um Deus ou não; mas nenhum jamais estabeleceu positivamente razões para provar que não havia nenhum.

V. O quinto e último argumento da natureza é aquele que é usado por todos os Filósofos. No mundo vê-se uma excelente e sábia estrutura e ordem de todas as coisas. Uma criatura depende de outra por uma certa ordem de causas: na qual algumas são primeiras e acima,



em posição mais elevada; algumas são próximas e inferiores; algumas são as mais baixas e vis.

Ora, estas mais baixas são movidas por aquelas que lhes são superiores; e sempre a superior é a causa da inferior, e aquilo de que a inferior depende. Portanto, deve haver algo que seja a causa de todas as causas, que não seja causado por nada e que seja a causa de tudo. Pois nas coisas em que há ordem, há sempre alguma causa primeira e soberana; e onde não há nem primeira nem última, ali as criaturas são infinitas. Mas, visto que todas as criaturas são finitas, deve haver algo primeiro, assim como último. Ora, a causa primeira e última de tudo é Deus, que move todas as coisas, e para quem todas as criaturas tendem como seu fim, e que por ninguém é movido.

Apesar de todas essas razões fundamentadas na própria natureza, talvez alguém diga: Eu nunca vi Deus; como então saberei que há um Deus? Resposta: Por quê? Queres crer somente no que vês? Nunca viste o vento ou o ar, e ainda assim crês que ambos existem. Não; nunca viste o teu próprio rosto senão num espelho, e nunca fora de um espelho, e ainda assim isso te satisfaz. Por que então isso não pode satisfazer teu coração e te resolver quanto à Divindade, visto que o vês no espelho das criaturas?

É verdade que Deus é um espírito invisível, que não pode ser discernido pelo olho de carne e sangue, contudo Ele não nos deixou sem um meio pelo qual possamos contemplá-lo. Pois assim como estamos acostumados a ir, por graus, da pintura ao pintor, e na pintura a contemplar o próprio pintor, do mesmo modo,



pela imagem de Deus escrita (por assim dizer) no rosto e em outras partes das criaturas no mundo, podemos lançar um olhar sobre a sabedoria, poder e providência do Criador de todas elas, que é o próprio Deus. E estas são as principais provas da Divindade, que são reveladas no livro da natureza.

Seção 2. O segundo fundamento das provas é tomado da luz da graça. E é aquela luz que Deus concede à sua Igreja nos escritos dos Profetas e Apóstolos, e esta dá uma confirmação ainda maior que a natureza. Pois a luz da natureza é apenas um caminho ou preparação para a fé. Mas esta luz serve para gerar a fé, e faz-nos crer que há um Deus. Ora, nas Escrituras dos Profetas e Apóstolos, veremos entre outras três provas distintas deste ponto.

Primeiro, testemunhos expressos que, em termos claros, nos indicam a Divindade.

Segundo, profecias e revelações explícitas de coisas futuras, até muitas centenas e milhares de anos antes de acontecerem. Sim, coisas que ainda virão são preditas na Palavra de Deus, exatamente, e da mesma maneira como deverão ser no tempo em que se cumprirem. Ora, nenhum homem é capaz por si mesmo de conhecer ou prever essas coisas futuras; portanto, esse conhecimento deve repousar somente naquele que é sapientíssimo, que perfeitamente entende e contempla coisas que não são, e para quem todas as coisas futuras são presentes, e por isso certas.

Terceiro, a Palavra de Deus revela muitos milagres, que excedem e ultrapassam toda a natureza, sim, todas as causas naturais: cujo fazer e operar não está



no poder de nenhuma mera criatura no mundo. Como, por exemplo: fazer o sol, contra seu curso natural, parar firme no firmamento; fazer as águas, que naturalmente fluem, ficarem como um muro; e o fundo do mar tornar-se terra seca. O fim principal disso é mostrar que existe um poder absoluto e onipotente: que é o autor da própria natureza e de todas as coisas naturais, e ordena tanto ela quanto elas segundo o seu prazer.

Seção 3. O terceiro fundamento das provas é tomado da luz da glória. E esta é a luz que Deus concede aos seus servos após o fim desta vida, no reino dos céus, onde, sendo removida toda imperfeição de conhecimento, eles verão a Deus face a face e terão pleno e perfeito conhecimento da Divindade.

O apóstolo, a esse propósito, diz que, neste mundo, conhecemos em parte e vemos como que por um espelho. A comparação merece atenção. Pois ali ele compara o nosso conhecimento de Deus, que temos nesta vida, ao de um homem de vista fraca, que só consegue enxergar muito pouco, ou nada, sem seus óculos. Assim é a nossa visão e compreensão de Deus: escura e turva, pois não podemos contemplá-lo como Ele é, mas apenas como Ele se manifestou a nós, através do espelho da Palavra e dos Sacramentos, e pelas “lentes” de suas criaturas. Mas chegará o tempo em que as escamas de nossos olhos serão removidas e eles se tornarão claros como cristal; quando a imperfeição e fraqueza de nosso entendimento for totalmente eliminada, e então seremos capacitados a ver a Deus clara e plenamente, face a face. Assim, responde-se à primeira pergunta: que há um Deus.



II. Questão. *Se Jesus, filho de Maria, é o Filho de Deus e Redentor do mundo?*

Ao propor esta questão (como na anterior), não pretendo suscitar dúvida quanto à divindade de Cristo, que é um dos principais fundamentos de nossa religião, mas sim remover — ou ao menos prevenir — uma corrupção interior do coração daqueles que são fracos em conhecimento, pelos quais às vezes pode surgir dúvida e questionamento quanto à divindade de Cristo, e por isso necessitam ser firmados na verdade deste ponto.

Para provar que Cristo é Deus, apresentarei os seguintes fundamentos:

I. O sumo e substância da Bíblia é concluir que Jesus, filho de Maria, é o Filho de Deus e Redentor da humanidade; e isso pode ser expresso no seguinte silogismo:

Aquele que viria da semente de Abraão e Davi, e no tempo devido nasceria de uma virgem; que anunciaria as boas novas do Evangelho, satisfaria a lei, ofereceria uma oblação de si mesmo pelos pecados dos que creem; venceria a morte por sua morte e ressurreição, ascenderia ao céu e, no tempo devido, viria novamente para julgar vivos e mortos — esse é o verdadeiro Messias e Salvador do mundo.

Mas Jesus de Nazaré, filho de Maria, é aquele em quem somente todas essas coisas se cumpriram. Portanto, somente Ele é o verdadeiro Messias e Salvador do mundo. A proposição, ou primeira parte do argumento, está no Antigo Testamento; a suposição, ou



segunda parte, no Novo. A conclusão é a questão em discussão, o propósito e alvo de ambos.

II. Fundamento. Em Daniel 9.24 profetizou-se que, após o tempo de setenta semanas, isto é, 490 anos, o Messias seria manifestado.

Por essa profecia é manifesto que o Messias já veio ao mundo. Pois desde aquele tempo até agora há pelo menos dois mil anos, como se vê claramente pelas histórias humanas e pelos movimentos e curso dos céus. Também é evidente, por isso, que tendo sido manifestado e vindo em carne, Ele fez satisfação, por sua morte, à ira de Deus pelo pecado. Daí se segue que Ele é o verdadeiro Messias e Redentor do mundo, porque desde aquele tempo jamais houve alguém a quem esse título e as propriedades mencionadas pudessem ser aplicadas tão verdadeiramente quanto a esse Jesus, filho de Davi.

III. Fundamento. Jesus, filho de Maria, ensinou, professou e discutiu que Ele era Deus, que Ele e seu Pai eram um, e tomou para si a honra de Deus (João 7 e 8). Argumento evidente de que Ele de fato era o que professou e pregou ser. Pois nunca criatura alguma reivindicou falsamente para si a honra de Deus sem ser descoberta e confundida.

Adão, por desejar e aspirar a isso, foi expulso do Paraíso. E Herodes, por isso, morreu miseravelmente (Atos 12). E diversos Papas são registrados nas histórias eclesiásticas como tendo tomado tal honra para si; e nunca houve grupo de homens no mundo que sofresse juízos mais terríveis do que eles. Mas Cristo reivindicou isso para si, e prosperou; e Deus vingou severamente sua



morte tanto sobre Herodes e Pilatos, como também sobre os judeus e sobre os imperadores de Roma que perseguiram a Igreja.

IV. Fundamento. Cristo, enquanto estava na terra antes de ascender ao céu, prometeu a seus discípulos enviar-lhes seu Espírito, para assisti-los de tal modo que fariam obras maiores do que Ele mesmo fez (João 14.12, etc.). E quando Cristo ascendeu, o acontecimento foi extraordinário, e plenamente correspondente à sua promessa. Pois os discípulos eram poucos — doze ao todo — e todos iletrados, e ainda assim pregaram em nome de Cristo, e por mera pregação (sem eloquência humana ou dons naturais) converteram muitas nações, sim, o mundo inteiro. E embora fossem homens fracos e pregassem coisas absurdas para a razão corrompida do homem, ainda assim conquistaram muitas almas para Deus e converteram o mundo.

V. Fundamento, tomado do testemunho dos pagãos, os quais registraram em seus escritos as mesmas coisas sobre Cristo que estão reveladas nas Escrituras. Josefo, judeu e inimigo de Cristo, em seu oitavo livro das *Antiguidades*, cap. 4, fala as mesmas coisas de Cristo que Mateus: que Ele era um homem extraordinário, que realizou muitos milagres e que ressuscitou dos mortos. Outros afirmam que Ele foi crucificado sob Pilatos, no tempo de Tibério, e que Tibério teria desejado incluí-lo no número de seus deuses. Além disso, autores pagãos relatam que, em sua morte, no reinado de Tibério, todos os oráculos do mundo cessaram, e que o grande deus Pã, como dizem, então morreu.



CAPÍTULO 3

Das Escrituras

A segunda questão principal diz respeito à veracidade das Escrituras: Se as Escrituras são a verdadeira palavra de Deus? A resposta é que são. E os fundamentos dessa afirmação podem ser reduzidos a seis pontos principais.

Seção 1. O primeiro é tomado das causas, a saber, o autor e os escritores das Escrituras.

Quanto ao Autor, a Escritura refere-se *1.9 a si mesma como pertencente a Deus. Portanto, somente Ele é o verdadeiro e incontestável autor dela, e nenhum outro. A suficiência dessa conclusão repousa nos seguintes fundamentos.

Primeiro, se Deus não fosse o autor das Escrituras, não haveria um único livro na terra tão fabuloso e tão cheio de erro quanto elas — o que, dizer, seria blasfêmia. Pois elas falam coisas que ninguém jamais poderia falar, exceto Deus.

Segundo, se não fosse o livro de Deus, então toda a vontade de Deus estaria oculta, e Deus nunca teria revelado Sua vontade ao homem.

Terceiro, se não tivesse sido a palavra de Deus, a falsidade dela teria sido detectada há muito tempo. Pois nunca houve nada dito falsamente sobre Deus que Ele mesmo não tenha, em algum momento, exposto e revelado. Assim como Ele expôs e descobriu a falsidade do falso profeta Hananias, em Jeremias 28.16; e a mão pesada de Deus, sem dúvida, já teria recaído há muito



sobre os ministros e pregadores dessa palavra, caso eles a tivessem atribuído injusta e falsamente a Ele.

Além disso, quanto aos escritores e escribas das Escrituras — Moisés, os Profetas e os Apóstolos — em seus escritos, não exaltam sua própria glória, nobreza ou virtudes; mas todos, em uníssono, reconheceram direta e claramente seus próprios erros e faltas; e até mesmo faltas que poderiam ser vergonhosas para eles e sua posteridade — e, ainda assim, eles o fizeram. Prova clara de que não foram guiados por astúcia ou razão natural, mas eram homens santos, conduzidos pelo Espírito Santo. Pois, se tivessem sido guiados pela razão, jamais teriam escrito algo que tendesse para sua própria desonra; antes teriam exaltado a si mesmos, seus nomes, estirpe e linhagem. Além disso, autores humanos, em suas obras, normalmente escrevem sobre os louvores e virtudes dos homens de quem tratam. Mas os escribas das Escrituras, com um só consentimento, atribuem tudo a Deus; sim, quando falam de elogios devidos aos homens, atribuem-nos todos a Deus nos homens. Deus é, em seus escritos, o princípio, o fim e tudo.

Seção 2. Um segundo conjunto de razões é tirado do Assunto e Conteúdo das Escrituras, que são múltiplos. Os principais são estes:

Primeiro, a Escritura faz aquilo que nenhum outro livro pode fazer. Pois expõe a corrupção da natureza humana pelo pecado; a fonte dessa corrupção; e o castigo da mesma, tanto nesta vida quanto na vida futura. Ela revela os pensamentos, desejos e afetos particulares do homem pecador, coisa que nenhum outro livro jamais fez. Nenhum filósofo jamais foi capaz de



registrar tão verdadeira e claramente os pensamentos, movimentos e afetos do coração. A razão humana não pode discerni-los naturalmente, a menos que receba uma luz adicional pela graça, além da que possui em si mesma. Sim, a Escritura apresenta coisas que nenhum coração humano poderia imaginar, e ainda assim são verdadeiras na experiência. Por exemplo: que é um pensamento mau pensar que não há Deus — o homem, por natureza, não pode imaginar tal coisa; mas isso é verdadeiro pela experiência e pela luz da palavra. E, por isso, Davi diz: *1.11 “Disse o tolo em seu coração: não há Deus”.

Segundo, os principais conteúdos deste livro são vários artigos de fé, todos muito acima do alcance da razão humana, e, ainda assim, não contrários a ela; mas ao menos alguns deles podem ser provados pela própria razão. Por exemplo: que há um Redentor do mundo é um artigo de fé acima da razão; mas não contrário a ela. Pois, no entendimento natural, Deus não é somente justiça sem misericórdia. Mas, se não houvesse Redentor, então Deus seria toda justiça, sem misericórdia. Agora, como Ele revelou ser tanto misericordioso quanto justo, a razão conclui que há um Redentor. Além disso, que esse Redentor deve ser Deus e homem é algo acima da razão, mas não contrário a ela. Pois a razão ensina que Ele deve ser Deus, para satisfazer a justiça infinita de Deus pelo pecado — o que ninguém além de Deus pode fazer. E, além disso, Ele deve ser homem, porque, tendo o homem pecado, o homem deve ser punido pelo pecado do homem.

Terceiro, na Escritura há várias predições feitas antecipadamente — particularmente — que, contudo, não



ocorrerem até 100, 200 ou 300 anos mais tarde; e todas essas predições, exatamente como foram anunciadas, cumpriram-se. Jacó, em seu testamento, predisse que o cetro não se apartaria de Judá até que viesse Siló, isto é, o Messias. Isso foi cumprido exatamente como havia sido anunciado. Pois, pouco antes do nascimento de Cristo, o cetro foi tirado dos judeus e transferido ao Império Romano. E Herodes executou todo o colégio dos judeus, chamado Sinédrio, no qual estava o herdeiro aparente da linhagem real.

Além disso, Balaão, em Números 24.24, predisse que Quitim, isto é, os gregos e os romanos, subjugariam Éber, o povo do Oriente — o que também se cumpriu posteriormente. Pois os hebreus e assírios foram depois vencidos pelos gregos e cilicianos.

O apóstolo Paulo, em seu tempo, predisse a destruição do Império Romano e a revelação do Anticristo, 2 Tessalonicenses 7, 8, etc. E essa profecia cumpriu-se pouco depois. Pois o Anticristo cresceu, desde aqueles tempos, pouco a pouco, até finalmente sentar-se no trono dos imperadores. Os homens, de fato, podem predizer coisas futuras, mas as coisas que predizem estão presentes em suas causas, e assim as sabem e predizem, não de outra forma. Mas Deus prediz simplesmente, e as Escrituras predizem simplesmente; portanto, elas são a palavra de Deus.

Quarto, a lei — parte da Escritura — é apresentada de maneira puríssima e perfeitíssima, sem exceção ou limitação. Enquanto nas leis humanas alguns pecados são condenados, mas alguns são tolerados e



permitidos. Porém, na lei de Deus, todo pecado é condenado, e nenhum é tolerado ou desculpado.

Por fim, o estilo e a linguagem das Escrituras são simples e claros, sem afetação, e ainda assim cheios de graça e majestade. Pois, nesse estilo simples, ela ordena todo o homem — corpo e alma; ameaça morte eterna, promete vida eterna; e move mais o coração humano do que todos os escritos do mundo.

Seção 3. A terceira razão para nos levar a receber as Escrituras como a palavra de Deus é tirada dos Efeitos: dos quais noto apenas dois.

I. A doutrina da Escritura, na Lei e especialmente no Evangelho, é contrária à natureza corrompida do homem. Por isso Paulo diz: *1.13 “A sabedoria da carne é inimizade contra Deus”. E, ainda assim, essa mesma palavra, sendo pregada pelo ministro designado por Deus, converte a natureza e volta o coração humano para si — de tal modo que, nesta última era, ela conquistou grande parte do mundo para abraçá-la. Ora, pela razão, isso é impossível: que algo tão oposto à natureza corrompida do homem possa, ainda assim, prevalecer a ponto de levá-lo a viver e morrer na profissão e defesa dela. Nós costumamos rejeitar escritos humanos se não agradam nossos humores; mas essa palavra de Deus tem força para mover e inclinar nossas afeições, mesmo sendo por ela censuradas, contrariadas e condenadas. E isso mostra que Deus é o autor dela, d’Aquele de quem veio a palavra da criação, à qual todas as coisas, no princípio, obedeceram.



II. A palavra de Deus tem este efeito: ser capaz de ministrar consolo e alívio em todas as angústias do corpo ou da mente — até mesmo nos maiores e mais desesperadores tormentos e aflições da consciência. E quando os recursos do saber humano e da filosofia (que são de grande utilidade e força em outros casos) têm feito tudo o que podem, até o extremo, sem efeito ou sucesso — então as doces promessas do Evangelho revivem e levantam o coração, dando-lhe pleno contentamento e satisfação. A experiência mostra que isso é uma verdade confessada em casos particulares; e ela ensina de onde e de Quem procede essa palavra na qual essas promessas estão contidas — a saber, de Deus. Pois, quando Ele coloca a consciência sobre o cavalete, a Palavra que a alivia e refresca deve necessariamente proceder somente dEle.

Seção 4. A quarta razão é tomada das Propriedades da Escritura. Nomearei somente duas.

A primeira é a Antiguidade, que aparece muito claramente na história, embora a doutrina em si seja igualmente antiga. A Escritura contém uma história contínua, de geração em geração, ao longo de quatro mil anos antes de Cristo, desde o princípio. As histórias humanas que possuem alguma certeza ou continuidade começam somente por volta do tempo de Esdras e Neemias. Quanto às que foram escritas antes disso, são apenas fragmentos, e sem qualquer certeza.

A segunda propriedade é o Consentimento consigo mesma, em todas as suas partes, tanto quanto ao conteúdo, quanto ao propósito e à finalidade. Os escritos dos homens divergem de si mesmos, por causa da



ignorância e esquecimento de seus autores. Mas a palavra de Deus concorda consigo mesma de modo perfeitíssimo, e os lugares que parecem discordar podem ser facilmente reconciliados; o que mostra que os santos homens por meio dos quais ela foi escrita, não foram guiados por seu próprio juízo privado, mas foram dirigidos pela sabedoria do Espírito de Deus.

Seção 5. A quinta razão é extraída dos Contrários. O Diabo e os homens ímpios são, em juízo e disposição, tão contrários à Escritura quanto a luz é às trevas. Provo isso assim: que um homem leia qualquer livro de Filosofia, e se esforce para ser resolvido acerca de qualquer ponto, ele jamais será tentado à incredulidade. Mas se esse mesmo homem ler os livros da Escritura, e se esforçar para entendê-los, terá dentro de si muitos movimentos e tentações para não crer e não obedecer. E qual seria a causa disso, senão que esses livros são a palavra de Deus, que o Diabo se empenha por combater com toda força?

Além disso, observe o mesmo na prática dos homens ímpios. Eles não suportarão a repreensão de seus pecados — especialmente sua idolatria, blasfêmia e outros crimes notórios — feita pela Escritura; mas buscarão o sangue e a vida daquele que ousar repreendê-los severamente. E foi por isso que os reis ímpios perseguiram tão ferozmente os profetas do Senhor. Mais ainda: note-se que esses homens ímpios, manchados com tais crimes horríveis e incapazes de suportar a palavra — nem os seus mestres — até a morte, comumente têm fins terríveis. Ora, a oposição de Satanás e dos homens ímpios à palavra mostra que as Escrituras são uma palavra santíssima e, de fato, a própria palavra de Deus.



Seção 6. A sexta razão é tomada de diversos testemunhos.

Primeiro, dos santos Mártires do Antigo e do Novo Testamento, que deram suas vidas pela defesa desta palavra e a selaram com o próprio sangue; sim, sofreram os tormentos mais horríveis e requintados que a engenhosidade humana pôde inventar — e isso com grande paciência e disposição, sem serem desencorajados nem intimidados. As histórias dos mártires em todas as eras confirmam essa verdade, especialmente dos que sofreram antes, durante e depois das dez perseguições sanguinárias.

E, a menos que tivessem sido sustentados por um poder divino, em tão boa causa, nunca tantos teriam sofrido daquela maneira.

O segundo testemunho é o testemunho e consenso dos homens pagãos, que registraram essas mesmas coisas — ao menos muitas das principais — que estão escritas na Bíblia. Se não fosse assim, o homem teria alguma desculpa plausível para sua incredulidade. E essas coisas que eles registram não foram todas tiradas da Escritura, mas foram anotadas por historiadores que viveram nos tempos em que ocorreram. Tais são as histórias da Criação e do Dilúvio, da torre de Babel, da Arca, de Abraão e suas possessões, da Circuncisão, dos milagres de Moisés, do nascimento de Cristo e a matança das crianças, dos milagres de Cristo, da morte de Herodes, Agripa, e semelhantes. E nós aceitamos essas coisas como verdadeiras nas histórias humanas; quanto mais, então, devemos fazê-lo na palavra de Deus.



O terceiro testemunho é o dos Milagres. A doutrina da Escritura foi confirmada por milagres realizados por seus mestres — os profetas e apóstolos — acima de todo poder e força da natureza, e tais que o Diabo não pode imitar: como o deter do sol, a ressurreição dos mortos, etc.

O quarto é o testemunho do Espírito Santo, que é o argumento dos argumentos para firmar e resolver a consciência, e selar a certeza da palavra de Deus. Se alguém perguntar como esse testemunho do Espírito Santo pode ser obtido, e, sendo obtido, como discernir que é o testemunho do Espírito Santo e não do homem, respondo que é fazendo duas coisas:

1. Resignando-nos para nos tornarmos verdadeiramente obedientes à doutrina ensinada. João 7:17: “Se alguém quiser fazer a vontade de meu Pai — diz Cristo — conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus.”
2. Orando a Deus por seu Espírito, para certificar nossas consciências de que a doutrina revelada é a doutrina de Deus. “Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e achareis; batei, e abrir-se-vos-á. Pois quem pede, recebe.” (Mateus 7:7-8). “Vosso Pai celestial dará o Espírito Santo àqueles que o pedirem.” (Lucas 11:13). “Se alguém carece de sabedoria, peça-a a Deus...” (Tiago 1:7).

Seção 7. Agora, tendo exposto as provas deste ponto, antes de chegar à próxima questão, algumas objeções especiais contra essa doutrina precisam ser respondidas. Pois não faltaram em todas as eras, ateus e outros, que abertamente se opuseram a ela, e de propósito tentaram



colocar em dúvida a palavra escrita de Deus. Tais foram Celso, Luciano, Juliano, Porfírio, Apeles e outros. Alguns de tempos mais recentes, tendo recebido deles o veneno do ateísmo e da impiedade, não cessam — na medida de suas forças — de atacar diversas partes da Escritura. Suas principais razões e objeções apresentarei e responderei uma por uma.

Primeiro, eles objetam o que está escrito em Gênesis 1:16, onde se diz que Deus criou o sol no quarto dia. Ora — dizem eles — o sol é a causa do dia; portanto, não poderiam ter existido três dias antes que o sol fosse criado, considerando que o efeito não precede a causa, mas a causa precede o efeito.

Respondo: Primeiro, devemos distinguir entre causas e causas. Pois entre as causas, algumas são as supremas, outras são subordinadas a elas. A causa primeira e suprema de todas as criaturas é o próprio Deus, de quem todas as coisas procederam imediatamente no princípio, sem relação às causas da natureza. Assim foram criados e ordenados o primeiro, o segundo e o terceiro dia, diretamente por Deus, e distinguidos da noite por um intercâmbio de luz, ordenado por Ele para esse fim.

Mas a causa subordinada e inferior do dia, na ordem da natureza, é o sol — também por nomeação de Deus — e esse instrumento não foi colocado em seu ofício antes do quarto dia da criação; pois foi então que agradou a Deus fazê-lo seu instrumento para distinguir o dia da noite e para outros fins. Portanto, não é admiração que o dia tenha sido criado antes do sol, sua causa instrumental, visto que foi criado pelo próprio Criador antes que o sol fosse posto nos céus.



Segundo, devemos distinguir os tempos: os tempos da criação e os tempos do governo. Há um aspecto para as coisas enquanto estavam sendo feitas, e outro após terem sido criadas. Agora, é verdade que o sol é causa do dia e da noite no tempo do governo do mundo, mas não o era no tempo da criação de todas as coisas. Nos três primeiros dias do mundo houve dia e noite sem sol, por uma vicissitude de luz e trevas produzida pelo Senhor, que a natureza nunca poderia descobrir se a Palavra não a tivesse revelado. Mas após a criação, durante o governo do mundo, o sol se tornou somente um instrumento para conduzir a luz. E aquele que fez a luz pode agora, se quiser, destituir o sol desse ofício e, por outros meios, distinguir o dia da noite; portanto, não admira que Ele assim o tenha feito no início.

A segunda objeção diz respeito à luz da lua. Moisés afirma que ela é um dos “grandes luminares” que Deus fez. Ora — dizem — pela razão e pelo estudo humano, ela é um dos menores planetas, e menor que muitas estrelas.

Respondo: O que o Espírito Santo diz por meio de Moisés é verdadeiro, e ainda assim a lua é menor que o sol e que muitas estrelas. Pois uma mesma estrela, sob aspectos diversos, pode ser chamada maior ou menor. E naquele lugar a Escritura fala da lua não em relação às estrelas maiores, mas em relação aos nossos sentidos, pois ela aparece maior em quantidade, realmente comunica mais luz, e é de maior operação e utilidade para a terra do que qualquer estrela do céu, exceto o sol.

A terceira objeção: Moisés diz que homem e animais foram feitos da terra, e que os peixes foram feitos



das águas. Mas todo o conhecimento humano afirma que a matéria de cada criatura consiste nos quatro elementos: terra, água, fogo e ar.

Respondo: Moisés fala somente dos dois elementos principais, e neles inclui os outros, porque eles se tornaram impuros e misturados desde a queda. Além disso, alguns estudiosos afirmam que todas as criaturas são feitas somente de terra e água, como sendo os dois principais princípios materiais do todo — e não de ar nem de fogo. Isso concorda com Moisés e, sem dúvida, é verdade: ele fala somente da matéria principal dessas criaturas; e ainda assim o fogo e o ar podem ser chamados elementos ou princípios porque servem para formar, preservar e nutrir as criaturas.

A quarta objeção: Em Gênesis 3, diz-se que Eva, antes de sua queda, foi enganada pela serpente. Ora — diz o ateu — isso é absurdo. Pois mesmo no estado de corrupção, desde a queda, não há mulher tão simples que admita conversa ou permita ser enganada por uma serpente; muito menos Eva, em seu estado de inocência.

Resposta. Embora Adão e Eva, em sua inocência, tivessem excelente conhecimento, ainda assim não possuíam todo conhecimento. Pois, se o tivessem, seriam como o próprio Deus. Mas, nesse estado, três tipos de ignorância ocorreram com Eva.

Primeiro, embora o próprio Adão fosse um profeta no tempo de sua inocência, ainda assim ele e ela eram ignorantes quanto aos acontecimentos futuros, que são contingentes. Segundo, eles não conheciam os segredos do coração um do outro. Pois conhecer com



certeza o resultado das coisas contingentes, e os segredos do coração, pertence somente a Deus. Terceiro, embora Eva conhecesse os tipos de criaturas, ela não conhecia todos os detalhes e tudo o que pertencia a cada tipo de criatura, mas deveria alcançar esse conhecimento por meio de experiência e observação.

E isso não deve parecer estranho: pois Cristo, quanto à sua natureza humana, tinha tanto — e até mais — conhecimento do que nossos primeiros pais tinham em sua inocência; e, ainda assim, Ele não conhecia todos os detalhes de todas as criaturas singulares. Porque, vendo uma figueira à beira do caminho enquanto ia para Jerusalém, Ele pensou que ela tinha fruto; mas, chegando perto, não encontrou nenhum. Da mesma forma, Eva podia conhecer o tipo “serpentino” e, ainda assim, ignorar se uma serpente podia falar. Além disso, dar nome às criaturas — o que implica conhecimento delas — não foi concedido a Eva, mas a Adão. Portanto, não foi tão estranho que Eva fosse enganada por uma serpente, considerando que saber se uma serpente podia ou não falar era algo que se aprendia pela experiência, a qual ela ainda não tinha.

Dir-se-á que toda ignorância é pecado; mas Eva não tinha pecado; portanto, ela não poderia ser ignorante.

Resposta. Há dois tipos de ignorância: — Uma ignorância que nasce de uma disposição má, quando somos ignorantes daquilo que somos obrigados a saber — e isso é propriamente pecado. — Mas há outra ignorância, que não é pecado, quando ignoramos aquilo que não somos obrigados a saber.



E essa ignorância estava em Cristo: pois Ele era ignorante quanto ao fato de a figueira ter fruto; e Ele não sabia o dia do juízo enquanto homem. E essa também estava em Eva, não a outra.

A quinta objeção. Gênesis 6.15: Deus ordenou a Noé construir uma arca com *300 côvados de comprimento, 50 de largura e 30 de altura*. Diz o ateu: sendo tão pequena, a arca não poderia conter dois de cada espécie de criaturas, com sua comida, por um ano.

O primeiro autor dessa objeção foi Apeles, o herege, que contestava os cristãos sobre a arca. E a resposta é tão antiga quanto a heresia.

Primeiro, o côvado da arca deve ser entendido como o côvado egípcio, que, para alguns, tinha seis pés, e para outros, nove pés; por essa medida, a arca teria, ao menos, meia milha de comprimento. Assim, qualquer pessoa pode ver que é razoável que a arca pudesse conter e preservar todas as criaturas, com sua provisão, e ainda espaço de sobra.

A segunda resposta é: assim como os judeus tinham o siclo do santuário, maior que o siclo comum, também tinham além do côvado comum um côvado sagrado, o côvado do santuário, mencionado em Ezequiel 40, e que era metade maior que o côvado comum. E, segundo alguns, por essa medida a arca foi construída.

Mas ambas as respostas são conjecturais, sem base sólida nas Escrituras.

Portanto, acrescento uma terceira: nos dias de Noé, a estatura do homem era muito maior que hoje. E,



assim como o corpo era maior, também o côvado era proporcionalmente maior, medindo-se do cotovelo até a ponta do dedo mais longo. Considerando que a arca foi construída por essa medida — e não pelo côvado comum atual — perceber-se-á que o ateu enganou a si mesmo e abusou da parte da Palavra de Deus que relata a história da arca.

Além disso, sendo o comprimento desta embarcação 300 côvados, fica claro que era cinco vezes o comprimento do templo de Salomão, que tinha apenas 60 côvados. Sua largura, sendo 50, era duas vezes e meia a do templo, que tinha só 20. Também deve ser lembrado que havia três andares na arca, um sobre o outro, cada qual com 10 côvados de altura, e um piso com área de 15.000 côvados quadrados. Quanto às criaturas colocadas nela: — As aves do céu, embora de muitos tipos, mesmo as maiores, como a águia, não ocupariam muito espaço. — As criaturas aquáticas (algumas aves e todos os peixes) ficaram nas águas, não na arca. — Os animais terrestres — excluindo aqueles gerados por criação accidental, como mulas, ou por putrefação, como serpentes e outros rastejadores, que poderiam ser restaurados posteriormente — embora muitos e grandes, eram, segundo alguns, cerca de 150 tipos distintos. E mesmo que houvesse mais, seriam poucos e não muito grandes. E dos maiores, pensa-se que não passariam de 40 tipos.

Concedendo que houvesse 300 tipos distintos de animais, ainda assim, comparado com o espaço da arca, seria possível dar a cada espécie, em apenas um andar, 50 côvados quadrados, o que provavelmente bastaria para todos, especialmente porque nem todos eram igualmente



grandes; alguns ocupariam mais, outros menos. Considerando tudo isso, sendo a embarcação de tal capacidade, poderia conter todos esses animais — e muitos mais — com provisão para mais de um ano.

Passo agora à objeção seguinte.

A sexta alegação — Gênesis 21.9. Ismael é dito ter zombado de Isaque quando este foi desmamado; nessa época, Ismael tinha pelo menos quinze anos. Pois nasceu quando Abraão tinha 86 anos (Gn 16) e Isaque nasceu quando Abraão tinha cerca de 100 (Gn 21.5). Somando, são 14 anos; acrescentando um ano até o desmame de Isaque, completam-se os 15. E, no entanto, mais adiante no capítulo, verso 14, diz-se que Hagar carregou o menino em seus braços e o lançou debaixo de uma árvore quando foram expulsos — o que implica que ele era ainda uma criança pequena; mas antes ele foi dito ter 15 anos.

Resposta. Uma objeção tola, que ateus cegos tiram do erro de algumas traduções. Pois o texto é claro: Ismael, com sua mãe, devido ao calor extremo e à sede, estava quase morto, vagando pelo deserto de Berseba; e, estando nesse estado, ela não o carregou, mas, no verso 18, “guiou-o pela mão” e o colocou debaixo de uma árvore, e ali o deixou para morrer. Pois nesses países, por falta de água, as pessoas estavam à beira da morte, como vemos em Sisera (Jz 4.19) e Sansão (Jz 15.18).

A sétima alegação — Gênesis 43.8. Judá chama Benjamim de “menino”: “Envia o menino comigo...”. Mas, diz o ateu, no ano seguinte, quando desce ao Egito com Jacó, Benjamim é dito ter dez filhos (Gn 46.21). Como isso pode ser?



Resposta. Este argumento surge de grosseira ignorância do ateu quanto ao texto original. Pois Benjamim é chamado jeled, palavra que normalmente significa criança, mas às vezes também jovem.

Assim, Ismael, com 15 anos, é chamado *jeled* em Gênesis 21.15.

E em Gênesis 4.23, Lameque diz: “Matei um homem por me ferir, e um jeled (jovem) por me pisar.” Ou seja: “Se um homem me ferisse e um jovem me machucasse, eu o mataria.” Não faria sentido falar de uma criança machucando Lameque. Isso não é estranho: os guerreiros mais valentes de Davi e Isbosete são chamados “os rapazes” (*hanne‘arim*) de Abner e Joabe (2Sm 2.14). E expressão semelhante existe em outras línguas: os gregos chamam jovens de paidés, e os latinos, de pueri.

A oitava Alegação. Êxodo 7. Diz-se, v. 19, que todas as águas do Egito foram transformadas em sangue por Moisés e Arão; e contudo, v. 22, diz-se que os magos do Egito também transformaram água em sangue: o que parece implicar uma absurdez, considerando que todas as águas já tinham sido transformadas em sangue antes.

Resposta. Alguns respondem assim: que a água que os magos transformaram tinha sido recém-tirada de novos poços, e portanto eles entendem a primeira expressão como referindo-se a todas as águas que eram vistas, e que somente essas foram transformadas em sangue. Outros respondem mais adequadamente, que as águas que os magos mudaram foram buscadas em Gósen, dentre os israelitas, onde as águas permaneciam puras e não tinham sido transformadas, como as outras. Qualquer



uma dessas respostas pode satisfazer, mas especialmente a última.

A nona Alegação. Êxodo 9.6. Moisés diz que todos os animais no Egito morreram da peste; e contudo v. 25, na sétima praga, diz-se que os animais foram mortos com trovão, granizo e relâmpagos: o que não pode ser verdade ao mesmo tempo.

Resposta. Primeiro, devemos fazer diferença entre uma praga comum ou juízo, e uma universal. Uma praga comum é quando nenhum tipo ou espécie escapa, mas todos os tipos são atingidos, e tal foi a peste; pois o gado de nenhum homem ficou livre, nenhum tipo de gado foi poupado. Mas a universal é quando nenhum indivíduo de qualquer espécie é isento, mas todos destruídos. Tal não foi essa praga, mas alguns escaparam e foram reservados para outros juízos que se seguiram. O fundamento desta distinção é este: a palavra “todos” na Escritura é frequentemente tomada indefinidamente por “muitos”. Assim fala o profeta Isaías, cap. 66.23: “De mês a mês, e de sábado a sábado, virá toda carne adorar perante mim”: isto é, muitos ou grandes multidões. E assim no Novo Testamento, Mateus 4.23: Cristo curou todas as doenças, isto é, muitas e de todos os tipos algumas. E do mesmo modo o texto antes mencionado não deve ser tomado de modo geral para incluir todos sem exceção, mas indefinidamente por muitos ou a maior parte do gado que havia na terra do Egito.

A décima Alegação. Êxodo 10.22. Lemos que uma das pragas foi uma escuridão palpável, tão grande que, por três dias consecutivos, nenhum homem viu outro, nem se levantou do lugar onde estava sentado. E contudo



v. 23, Moisés é mandado chamar e enviado à presença do Faraó. Como poderia ser isso, visto que nenhum homem podia mover-se de seu lugar, nem ter qualquer luz diante de si: pois não havia nenhuma disponível, a escuridão era tão palpável e o ar tão espesso.

Resposta. Entendo que a palavra “Então”, v. 24, deve ser entendida assim: que o Faraó enviou chamar Moisés depois que a escuridão tinha terminado, não por vela ou outra luz durante o tempo da escuridão. E essa resposta pode muito bem permanecer sem mais objeção.

A décima primeira Alegação. Juízes 16.29. Os ateus zombam da história de Sansão como fabulosa, quando se diz que todos os filisteus se reuniram numa casa para se divertirem com ele, e que no telhado estavam sentadas cerca de 3.000 pessoas para vê-lo enquanto ele se apresentava; e contudo havia apenas duas colunas sobre as quais toda a casa se sustentava, e essas também estando no meio tão próximas que um homem poderia alcançá-las com os braços. Isto, dizem eles, é totalmente absurdo e impossível.

Resposta. Embora a plena resolução dessa objeção pertença àqueles que têm habilidade em Arquitetura, contudo isto pode ser dito em forma de resposta: que a casa podia comportar tantas pessoas, e também que aquelas que estavam acima podiam muito bem ver e observar Sansão. Pois primeiro, a casa inteira não era sustentada somente por duas colunas, mas por muitas mais, das quais duas eram as principais. Pois provavelmente a parte central, na qual todo o edifício estava unido, do fundo ao topo, sendo a mais pesada, era sustentada por duas colunas-mestras. As outras, que



eram mais externas e menos pesadas, podiam ser sustentadas por suportes menores, que os artífices daquele tipo chamam de colunas-falsas. Daí se vê que as duas principais, estando tão próximas, sendo abaladas, a casa inteira junto com elas necessariamente cairia. Nem isso parecerá estranho — que duas colunas sustentassem um edifício de tal capacidade — se considerarmos o que se registrou de Cúrio, o romano, que inventou a estrutura de um grande anfiteatro, cujas duas partes eram sustentadas somente por duas dobradiças, e ainda assim era tão grande que continha todo o povo de Roma. Em segundo lugar, edifícios antigos naquela região eram feitos, na maior parte, com teto aberto. Além disso, eram cheios de janelas por toda parte, semelhantes a grandes portões; e para que fossem mais adequados para visão de cima, eram erguidos em certa forma semelhante às pirâmides egípcias, mais largos embaixo e mais estreitos acima, em direção ao topo. E assim é provável, não somente que pudessem conter grande companhia, mas que todos aqueles que estavam ao redor dos lados e sobre o telhado pudessem muito bem observar o que Sansão fazia embaixo; especialmente considerando que ele estava no meio do teatro, entre as duas colunas centrais.

A décima segunda Alegação. 1 Samuel 16.19 etc. Diz-se que Davi tocou diante de Saul, e que Saul o conhecia. Mas cap. 17.55, quando ele ia lutar com Golias, Saul não o conhecia. Aqui há uma contradição evidente, segundo o juízo dos ateus.

Resposta. Esse tipo de homens continua revelando sua extrema ignorância, tanto da matéria como da ordem da Escritura. Pois a Palavra de Deus nem sempre apresenta



as coisas conforme seguem em ordem de tempo, exatamente uma após a outra: mas às vezes ela antecipa, colocando coisas em histórias anteriores que já haviam sido feitas e concluídas, e que quanto ao evento deveriam ser relatadas depois. Outras vezes, por recapitulação, declara coisas como se seguissem em ordem temporal, quando pertencem propriamente a uma narrativa anterior. Um exemplo do último caso (omitindo outros muitos que poderiam ser dados) é o texto alegado. Pois aquela parte do cap. 16, do v. 19 até o fim, deveria segundo a ordem da história vir depois do cap. 17, como facilmente aparecerá comparando os lugares. E semelhante deslocamento de coisas ditas e feitas encontra-se também em outros lugares da Escritura. Considerando isso, a suposta contradição dos ateus cai por terra. Pois Davi ia lutar com Golias antes que tivesse tocado diante de Saul, e embora então não fosse conhecido, ainda assim Saul depois disso tomou melhor conhecimento dele.

A décima terceira Alegação. 2 Crônicas 21.2. O papista desempenha aqui o verdadeiro papel de ateu, procurando reprovar os originais. Ali (diz ele) Josafá é chamado rei de Israel, quando na verdade ele era rei de Judá, e assim é chamado no livro anterior das Crônicas. Do mesmo modo Acaz é chamado rei de Israel, 2 Crônicas 28.19, quando na verdade ele era rei de Judá.

Resposta. Após a morte de Salomão o reino foi dividido, e as dez tribos foram chamadas Israel, e as outras duas, Judá e Benjamim, levaram o nome de Judá. Agora, depois da divisão, por algum tempo o nome Israel, comum a ambos os lados, foi dado a um e a outro, e



ambos eram nomeados por ele. E nesse sentido Josafá e Acáz podem ser chamados reis de Israel. Além disso, o nome Israel várias vezes na Escritura, e especialmente nos profetas, é tomado somente pelas duas tribos que levavam o nome de Judá após a separação. E assim também Acáz podia ter esse nome dado a ele, embora fosse rei de Judá. Além disso, a palavra Israel é às vezes usada para um verdadeiro adorador de Deus, isto é, para aquele que é judeu não exteriormente, mas interiormente, não na letra, mas no espírito, Romanos 2.29. Assim nosso Salvador diz de Natanael, João 1.48: “Eis um verdadeiro israelita, em quem não há dolo”, isto é, um homem de coração íntegro, que serve a Deus em espírito e em verdade. E nesse sentido Josafá podia ser chamado rei de Israel, porque ele era um rei e patrono de todos os verdadeiros adoradores de Deus. Pois mesmo então os israelitas se agrupavam, e os piedosos dentre eles vinham viver sob ele em Judá, embora a distinção dos reinos permanecesse.

A décima quarta Alegação. Atos 7.16. Papistas e ateus alegam que a Escritura é contrária a si mesma: pois ali diz que Abraão comprou um campo de Emor, quando em Gênesis 33.19 o mesmo campo foi comprado por Jacó.

Resposta 1. Alguns dizem que há um erro, porque o nome de Abraão é colocado no lugar de Jacó. Contudo não um erro da Bíblia, mas dos que copiaram a Bíblia. Nem isso diminui a autoridade da Escritura, embora os copistas tenham errado e escorregado na escrita, enquanto possamos descobrir a verdade pela Escritura.



Resposta 2. Que esse campo foi comprado duas vezes: primeiro por Abraão, e depois recuperado por Jacó, para que ele pudesse manter a posse de seu pai.

Resposta 3. Que o nome de Abraão é aqui colocado por sua posteridade, como o nome Israel é dado em outros lugares aos seus filhos, e até não somente aos seus filhos, mas também aos seus pais, Isaque e Abraão. Pois em Êxodo 12.40, é dito: “A estada dos filhos de Israel enquanto habitaram no Egito foi de 430 anos”, o que não pode ser verdade a menos que a estada de Abraão e Isaque esteja incluída. Ora, se o nome do sucessor pode ser dado a seus antepassados, muito mais pode o nome do antepassado ser dado à posteridade.

CAPÍTULO 4

Da Religião

A terceira Questão concernente ao homem, considerando-o em relação a Deus, é acerca da Religião, onde se pergunta: Qual é essa Religião que é devida ao verdadeiro Deus?

O nome Religião nem sempre é tomado em um e o mesmo sentido. Pois às vezes é usado para significar o corpo inteiro da doutrina revelada na palavra escrita, que ensina e prescreve tudo quanto deve ser crido ou praticado como necessário para a salvação. Outras vezes é tomado pela virtude interior da mente, onde essa mesma doutrina é crida, e os deveres nela requeridos são praticados e executados para a Majestade de Deus. E



sendo assim tomada, é chamada pelo nome de Piedade ou Devoção, na Escritura. E é neste segundo sentido que a tomo neste lugar.

Ora, Religião ou Piedade tem duas partes distintas. A primeira é o conhecimento de Deus; a segunda, o culto de Deus. Estas duas são notavelmente descritas por Davi, em seu último testamento, no qual ele recomenda a Salomão, seu filho, antes de todas as outras coisas, o cuidado e amor da Religião e Piedade; cujo resumo ele reduz a estes cabeçalhos: o conhecimento de Deus e o culto de Deus. 1 Crôn. 28.9. *E tu, Salomão meu filho, conhece tu o Deus de teu pai, e serve-o com um coração perfeito, e com uma mente voluntária.*

Segundo esta diferença de cabeçalhos, devem as Questões concernentes à religião ser distinguidas, e estas são principalmente duas. Primeiro, como Deus deve ser conhecido; e então como Ele deve ser adorado.

Como Deus deve ser concebido em nossas mentes, quando realizamos qualquer serviço ou culto a Ele?

Para resposta a isto, este fundamento deve primeiro ser estabelecido: que nós não devemos, nem podemos possivelmente, conhecer ou conceber Deus como Ele é em si mesmo. Pois Deus em si mesmo é infinito, e portanto incompreensível para nós. Mas devemos concebê-lo assim como Ele tem e faz revelar-se a nós em suas criaturas, principalmente em sua palavra. A verdade disso pode aparecer neste exemplo apenas (para não alegar outros): quando Moisés desejou ver a glória e Majestade de Deus, para uma confirmação e



segurança maiores de sua vocação, resposta lhe foi dada por Deus de que ele não poderia ver Seu rosto, mas veria Suas costas quando Ele passasse por ele. O sentido desta resposta é que Deus manifestaria Sua glória a ele por meio de Seus efeitos, pelos quais, como por um vislumbre ou representação imperfeita, ele poderia discernir alguma parte de Sua Majestade, na medida em que fosse capaz, na enfermidade da carne e do sangue, de contemplá-la. Mas a visão perfeita e plena dela nenhuma criatura jamais foi capaz de alcançar, sendo ela reservada para a vida por vir; quando (e não antes) eles O verão como Ele é em Si mesmo, face a face.

Estabelecido este fundamento, a resposta completa à Questão proponho em quatro regras.

I. Regra. Quando estamos para orar, ou cultuar a Deus, não devemos concebê-lo na forma de qualquer criatura terrena ou celestial, corporal ou espiritual que seja: pois não concebê-lo assim é um grau de concebê-lo corretamente.

II. Regra. Deus deve ser concebido por nós, não por Sua natureza, mas por Seus atributos e obras. Por Seus atributos, como que Ele é infinito em misericórdia, justiça, bondade, poder, etc. Por Suas obras de criação e governo do mundo, de redenção, etc. Assim o Senhor Se revelou a Moisés, Exod. 6.14. *EU SOU enviou-me a vós*: isto é, um que tem Seu ser em Si mesmo e de Si mesmo, que dá ser a todas as criaturas pela criação, e continua o mesmo por Sua providência: um que dá ser e cumprimento a todas Suas promessas misericordiosas. Quando o Senhor apareceu a Moisés, Ele não mostrou Seu rosto a ele, mas passou por ele com uma voz: *O*



SENHOR, o SENHOR, forte, misericordioso e gracioso, tardio para a ira, e abundante em bondade e verdade. Nesse lugar, o Senhor proclama Seu nome por Seus atributos. Assim, na profecia de Jeremias: Eu sou aquele que mostra misericórdia, juízo e justiça na terra. O mesmo Daniel confessa em sua oração, quando diz: Ó Senhor Deus, que és grande e terrível, guardando o concerto e a misericórdia para com os que Te amam e guardam Teus mandamentos. E, por fim, o autor aos Hebreus: Aquele que vem a Deus deve crer que Deus é, e que Ele é galardoador dos que O buscam.

III. Regra. Deus não deve ser concebido absolutamente, isto é, fora da Trindade; mas assim como Ele subsiste na pessoa do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, assim deve ser conhecido e concebido por nós. A regra antiga da Igreja é que a unidade deve ser adorada na Trindade, e a Trindade na Unidade.

Por isto diferem as igrejas protestantes de todas as outras assembleias de adoradores. O Turco concebe e adora um Deus, criador do céu e da terra, mas um Deus abstrato, que não é Pai, Filho ou Espírito Santo. O Judeu adora a Deus, mas fora de Cristo, e portanto um Deus fingido e idólatra. O Papista, em palavra, reconhece e assim adora a Deus, mas de fato faz Deus um ídolo, porque O adora não em um Cristo verdadeiro, mas em um Cristo fingido, que se senta à direita do Pai no céu, e também está nas mãos de cada sacerdote da Missa após as palavras de consagração. Mas o Protestante conhece Deus como Ele quer ser conhecido, e conseqüentemente O adora como Ele quer ser adorado, em Pai, Filho e Espírito Santo.



IV. Regra. Quando dirigimos nossas orações, ou qualquer culto, a qualquer uma das pessoas, devemos incluir as demais no mesmo culto; e ainda mais, devemos reter em mente a distinção e ordem de todas as três pessoas, sem separá-las ou dividi-las; pois assim elas são nomeadas e propostas nas Escrituras. A razão é porque, assim como não são separadas, mas unidas na natureza, assim também não devem ser separadas, mas unidas no culto. Por exemplo: o homem que ora a Deus Pai pelo perdão de seus pecados, deve pedi-lo dEle pelo mérito do Filho, e pela certeza dada pelo Espírito Santo. Outra vez, aquele que ora pelo perdão de seus pecados a Deus Filho, deve orar para que Ele obtenha do Pai a concessão de seu perdão, e com isso o assegure por Seu Espírito. Aquele também que ora pelo mesmo ao Espírito Santo, deve orar para que Ele lhe assegure o perdão de seus pecados, do Pai, por e pelo mérito do Filho.

CAPÍTULO 5

Da Segunda Parte Da Religião, Que Trata Do Culto A Deus, E Primeiro Do Culto Interior

Como Deus deve ser adorado e servido.

Para a resposta completa disso, devemos lembrar que o culto a Deus é duplo: interior ou exterior. O interior



é o culto da mente, do coração, da consciência, da vontade e das afeições; pois o ser humano, por todas essas faculdades, conjunta e separadamente, presta culto e serviço ao seu Criador. O exterior é aquele culto pelo qual o interior é testemunhado exteriormente no discurso e nas ações. O primeiro desses dois é o culto espiritual do homem interior, e o verdadeiro fundamento de todo culto verdadeiro a Deus; pois Deus é espírito e, portanto, deve ser adorado em espírito, isto é, na mente, na consciência, na vontade e nas afeições. De fato, todo o culto prestado a Deus é espiritual, até mesmo aquilo que chamamos de exterior; contudo, não por si mesmo, mas pela virtude do interior, do qual procede.

Seção 1. Os elementos do culto interior são dois: Adoração a Deus e apego a Deus. Pois, assim como são duas ações diferentes do coração, podem ser adequadamente chamadas duas partes distintas do culto a Deus. Essa distinção é, em parte, apresentada por Moisés, quando exorta os israelitas a temer Jeová, seu Deus, a adorá-lo, a apegar-se a ele e a jurar pelo seu nome.

Adoração é aquela parte do culto a Deus pela qual o homem, tendo uma estimação vil e baixa de si mesmo, como sendo apenas pó e cinza, submete e sujeita sua alma à glória e majestade de Deus. Isto tem dois fundamentos principais no coração, sem os quais não pode haver verdadeiro culto a Deus. O primeiro é a abnegação, ou negação de nós mesmos, quando nos estimamos como sendo meramente nada. O segundo é a exaltação, ou o elevar da majestade de Deus acima de todas as coisas do mundo. Temos muitos exemplos disso



nas Escrituras: como o de Abraão, que chamou Deus de seu Senhor e a si mesmo de pó e cinza; dos anjos, que, numa visão, o profeta viu estando diante de Deus, com uma asa cobrindo os pés, o que significava o abaixamento de si mesmos, e com outra cobrindo os rostos, o que indicava sua adoração à majestade de Deus; de Daniel, quando confessa: “A ti, ó Senhor, pertence a justiça, mas a nós, a vergonha e confusão de rosto”; e, por fim, da mulher cananeia, que chama Cristo de Senhor e a si mesma de cão.

Agora, na Adoração há quatro virtudes: Temor, Obediência, Paciência e Gratidão.

Temor é uma grande parte do culto a Deus, o que eu provo por dois textos colocados juntos: Isaías 29:13 e Mateus 15:8–9, nos quais *temor* e *culto* são tomados como a mesma coisa; pois aquilo que Isaías chama de temor, Mateus chama de culto. Nesse temor há duas coisas que o distinguem de todos os outros temores.

Primeiro, ele é absoluto: pois por ele Deus é reverenciado absolutamente. Paulo exorta a dar tributo, temor e honra ao magistrado, não por ele mesmo, mas por Deus, cujo ministro ele é. E nosso Salvador diz: “Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; antes, temei aquele que pode destruir a alma e o corpo no inferno.” Como se dissesse: “Eu permito e ordeno que vocês temam os homens somente por Deus, que os colocou sobre vocês; mas temam a Deus por Ele mesmo.”

Segundo, este temor faz com que o homem tema primeiro a ofensa a Deus, e depois o castigo e o juízo. Pois não é um temor apenas da ofensa, mas da ofensa e do



castigo juntos, e da ofensa em primeiro lugar. “Se eu sou Senhor, onde está o meu temor?” (Malaquias 1:6). E onde está dito em Mateus: “temei antes aquele que pode lançar no fogo do inferno”, ordena-se um temor a Deus em razão da sua ira. Tememos a espada do homem — e isso legitimamente — por que, então, não podemos temer o castigo de Deus? Se alguém disser que isto é um temor servil, temer o castigo, e que não convém aos filhos de Deus, eu respondo: temor servil é quando o homem teme apenas o castigo, e não a ofensa a Deus; ou, pelo menos, teme o castigo mais do que a ofensa.

A segunda virtude da Adoração é a obediência interior do homem oculto do coração. O Senhor prefere essa obediência a todo sacrifício (1 Samuel 15:22). Ela consiste em duas coisas. Primeiro, em render a sujeição da consciência aos mandamentos, ameaças e promessas de Deus, de modo que desejemos que ela se torne ligada a eles. Segundo, quando as demais faculdades da alma, em seu lugar e tempo, prestam obediência a Deus. E, por esse meio, trazemos cativo todo pensamento à obediência de Cristo, como diz Paulo (2 Coríntios 10:5).

A terceira virtude da Adoração é a Paciência; que é quando o homem, em suas aflições, submete sua vontade à vontade de Deus e aquieta seu coração nela, porque Deus envia aflições. Esse era o conselho de Davi: “Silencia diante do Senhor e espera nele continuamente.” E seu exemplo, quando, em angústia, ele se entregou nas mãos de Deus e disse: “Senhor, se eu não te agrado, eis-me aqui; faz comigo como parecer bom aos teus olhos.” Essa paciência é parte do culto a Deus, porque é uma espécie de obediência.



A quarta virtude da Adoração é a Gratidão para com Deus, que se manifesta em duas coisas. Primeiro, no reconhecimento do coração de que nós mesmos e tudo o que possuímos é de Deus e procede somente de sua bênção. Segundo, na consagração de nossos corpos, almas, vidas, vocações e trabalhos para a honra e serviço de Deus. Isso basta quanto ao primeiro ponto do culto interior, ou a primeira ação do coração, que consiste em Adoração.

Seção 2. A segunda ação do coração no culto interior, ou a segunda parte dele, é Apegar-se a Deus. E nos apegamos a Deus por quatro coisas: pela Fé, pela Esperança, pelo Amor e pela Invocação interior.

Por Fé, quero dizer a verdadeira fé justificadora, pela qual descansamos na misericórdia de Deus para o perdão de nossos pecados e para a vida eterna; e em sua providência, quanto às coisas desta vida. Assim Abraão, sendo fortalecido nessa fé e confiando, por meio dela, nas promessas de Deus feitas a ele, deu glória a Deus (Romanos 4:20). Essa fé salvadora é a própria raiz e o começo de todo verdadeiro culto. Pois o Amor, que é o cumprimento da lei, deve vir dela (1 Timóteo 1:5).

A segunda é a Esperança, que segue e depende da fé; e é aquela graça de Deus pela qual, com paciência, esperamos o tempo do Senhor para o cumprimento de suas promessas, especialmente sobre redenção e vida eterna. “Se esperamos pelo que não vemos, com paciência o aguardamos” (Romanos 8:25).

A terceira é o Amor a Deus; que tem dois efeitos no coração. Primeiro, faz com que o coração se apegue a



Deus e se agrade dele, simplesmente por quem Ele é. Nesse sentido, Deus Pai, amando Cristo, testifica que nele estava completamente satisfeito (Mateus 3:17). Segundo, move o coração a buscar por todos os meios possíveis ter verdadeira comunhão com Deus em Cristo. A Igreja expressa isso profundamente no Cântico dos Cânticos.

A quarta é a oração interior, ou invocação do coração; e nada mais é do que elevar o coração a Deus, conforme a sua vontade, por desejos e gemidos inexprimíveis. Ou: é uma obra do coração pela qual ele voa para Deus por socorro na angústia, e faz dele uma rocha de defesa. Quando os filhos de Israel estavam aflitos, “lembraram-se de que Deus era sua força, e o Deus Altíssimo, o seu Redentor” (Salmo 78:35). Desse tipo de oração Paulo fala quando diz: “Orai sem cessar” (1 Tessalonicenses 5:17). Pois a oração solene, concebida e proferida em palavras, não pode ser usada sempre; mas devemos elevar nossos corações a Deus em toda ocasião, para que, por movimentos e afeições interiores e santos, eles sejam, por assim dizer, ligados a Ele.

Para concluir este ponto sobre o culto interior, devemos lembrar que somente ele é, propriamente, simples e essencialmente, o culto de Deus; e o culto exterior não é, simplesmente, o culto de Deus, mas apenas na medida em que é vivificado pelo interior e fundamentado nele. Pois Deus é Espírito, e, portanto, o verdadeiro culto que se presta a Ele deve ser realizado em espírito e em verdade (João 4:24).



CAPÍTULO 6

Do Culto Exterior De Deus, E Do Seu Primeiro Ponto, A Oração

Até aqui tratamos do culto interior de Deus. O exterior é aquele que é realizado pelo corpo externamente, seja em palavra ou em ação. A este pertencem muitos particulares, que eu reduzirei a oito diferentes cabeças.

- I. Oração.
- II. A audição da Palavra pregada.
- III. O uso dos Sacramentos.
- IV. Adoração exterior.
- V. Confissão.
- VI. Um juramento.
- VII. Votos.
- VIII. Jejum.

Acerca da oração concebida e proferida pela voz, há muitas Questões de Consciência; as principais das quais são quatro.

Como deverá um homem fazer uma oração lícita e aceitável a Deus?

A palavra de Deus requer muitas condições ao fazer oração a Deus: todas elas podem ser reunidas em três cabeças. Algumas delas vêm *antes* de fazer a oração, algumas devem ser realizadas *no ato* da oração, algumas *depois* que a oração terminou.



Seção 1. Condições a serem observadas antes da oração, são três. Primeiro, aquele que deseja fazer tal oração que Deus possa se agradar de ouvir, deve arrepender-se. Isa. 1. 15. Deus não quis ouvir as orações dos judeus, porque suas mãos estavam cheias de sangue; isto é, porque não haviam se arrependido de sua opressão e crueldade. João 9. 31. Deus não ouve pecadores; isto é, aqueles que vivem e permanecem em seus pecados, e não se convertem a Deus por verdadeiro arrependimento. 1 João 3. 22. Por isso sabemos que Deus ouve nossas orações, se guardamos os seus mandamentos.

E acrescento ainda, que o homem que já se arrependeu anteriormente deve novamente renovar seu arrependimento, se deseja que suas orações sejam aceitas. Pois os pecados particulares dos homens, nos quais eles caem após seu arrependimento, impedem o curso de suas orações de terem acesso a Deus, se não forem arrependidos. E por essa causa, os homens dignos de Deus — os profetas no Antigo Testamento — costumam, no início de suas orações, sempre humilhar-se e confessar seus pecados; como podemos ver no exemplo de Daniel, cap. 9, v. 5, 6, etc., e de Esdras, cap. 9, v. 6, etc.

Segundo, antes que um homem faça uma oração, ele deve primeiro (se houver necessidade) reconciliar-se com seu irmão. “Se, pois, trouxeres a tua oferta ao altar, e ali te lembrares que teu irmão tem algo contra ti, deixa ali a tua oferta diante do altar, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão, e então vem e apresenta a tua oferta”, Mat. 5. 23. “E quando estiverdes orando, perdoai, se tendes alguma coisa contra alguém”, etc. Mar. 11. 25.



Terceiro, aquele que vai orar deve preparar-se em coração e mente, como alguém que está para falar familiarmente com Deus.

Nesta preparação, quatro coisas são requeridas. Primeiro, a mente deve ser esvaziada de todos os pensamentos carnis e mundanos. Segundo, deve haver na mente uma consideração das coisas que serão pedidas. Terceiro, uma elevação do coração ao Senhor, Sal. 25. 1. Quarto, o coração deve ser tocado com uma reverência da majestade de Deus, a quem oramos. Ecl. 5. 1. “Não te precipites com tua boca, nem o teu coração se apresse a proferir palavra diante de Deus.” Pela negligência disso, o Senhor ameaça trazer um juízo sobre os israelitas. Isa. 29. 13, 14.

Seção 2. A segunda categoria de condições são aquelas que são requeridas *na* oração, e elas são ao todo oito.

I. Toda petição deve proceder de um vivo senso e sentimento de nossas próprias necessidades, e de nossa pobreza espiritual. Pois sem isso, nenhuma oração pode ser sincera e de coração; e, conseqüentemente, não poderá ser aceitável a Deus. Por exemplo, quando oramos para que o nome de Deus seja santificado, devemos — ao fazer essa petição — ter em nossos corações um senso da corrupção de nossa natureza, pela qual somos propensos a desonrar o nome de Deus.

II. Nossa oração deve proceder de um desejo ardente daquela graça que nos falta; e este desejo é, de fato, a própria oração. Moisés, não proferindo palavra alguma, mas gemendo no espírito diante de Deus, em favor dos israelitas, é dito ter “clamado ao Senhor”. Êxo.



14. 15. “Pois não sabemos orar como convém, mas o Espírito mesmo intercede por nós com gemidos inexprimíveis.” Rom. 8. 26.

III. A petição deve proceder de fé salvadora e verdadeira fé justificadora. A razão é que, sem essa fé, é impossível que tanto nossas pessoas quanto nossas orações, ou qualquer outra ação que façamos, sejam agradáveis a Deus, Heb. 11. 6.

IV. Toda petição deve ser fundamentada na palavra de Deus, e não moldada segundo o conceito carnal e fantasia do cérebro humano. “E esta é a confiança que temos nele: que, se pedirmos alguma coisa SEGUNDO A SUA VONTADE, ele nos ouve.” 1 João 5. 14.

Agora, temos um duplo fundamento de nossa oração na palavra de Deus: um mandamento para fazer a oração — seja geral, seja particular — e uma promessa de que nossos pedidos serão concedidos.

Aqui devemos lembrar duas regras.

Primeira, as coisas a serem pedidas são ou espirituais ou temporais. As espirituais concernem a Deus; das quais algumas são mais necessárias para a salvação — como remissão de pecados, fé, arrependimento, e semelhantes; outras são menos necessárias — como esperança, alegria no sentir a misericórdia de Deus em meio à aflição, etc. As coisas temporais são as pertencentes a esta vida, como comida, bebida, roupas, promoção, e semelhantes.

Agora, quanto às coisas espirituais que são mais necessárias para a salvação, devemos orar por elas



absolutamente, sem qualquer exceção ou condição. Mas pelas coisas menos necessárias para a salvação, e pelas bênçãos temporais, devemos pedi-las a Deus com esta condição: *se for a sua vontade e prazer, e na medida em que* ele, em sua sabedoria, julgar ser mais conveniente para nós.

Nisso devemos seguir o exemplo de Cristo, que em sua agonia orou ao seu Pai para tirar dele aquele cálice, mas com esta condição: “Não seja feita a minha vontade, mas a tua.” A razão é esta: na medida em que Deus nos manda pedir e promete que receberemos, nessa medida somos autorizados a pedir e podemos esperar receber.

Agora, Deus nos manda pedir — e nos promete — as coisas espirituais necessárias sem nenhuma condição; mas as outras coisas espirituais menos necessárias, e as temporais, ele promete sob condição; e portanto, do mesmo modo devemos pedi-las.

A segunda regra é: não devemos, em nossa oração, vincular Deus a quaisquer circunstâncias de tempo, lugar, ou medida daquela graça ou benefício que pedimos.

V. Nossas orações, sendo assim formadas (como foi dito), devem ser apresentadas e oferecidas somente a Deus, e a ninguém mais. Pois, primeiro, ninguém além dele pode ouvir todos os homens, em todos os lugares, em todos os momentos; e ajudar todos os homens, em todos os lugares, em todos os momentos, senão somente ele. Além disso, o Espírito de Deus nos faz orar e, em oração, chamá-lo de “Aba, Pai”. Ademais, toda oração deve ser



fundamentada na palavra; na qual não temos o menor respaldo, seja expresso seja por implicação, para apresentar nossos pedidos a qualquer criatura.

VI. A oração deve ser apresentada a Deus no nome, mérito e mediação somente de Cristo. Pois nós mesmos não somos dignos de nada, senão de vergonha e confusão. Portanto, não podemos orar em nossos próprios nomes, mas somente em nome de Cristo. Nossas orações são nossos sacrifícios, e Cristo somente é o Altar sobre o qual devemos oferecê-las ao Pai. Pois esse Altar deve santificá-las antes que possam ser sacrifício de suave aroma diante de Deus. Daí é que não apenas nossas petições, mas todas as outras coisas — como Paulo deseja — devem ser feitas no nome do Senhor Jesus, Col. 3. 17. E o próprio Cristo diz: “Tudo quanto pedirdes ao Pai em meu nome, ele vo-lo dará.” João 16. 23.

VII. Deve haver na oração instância e perseverança. O coração deve ser persistente, não somente no ato da oração, mas depois, até que a coisa pedida seja concedida. Essa instância é recomendada a nós na parábola da viúva e do juiz injusto, Luc. 18. 1. A isto o profeta exorta quando diz: “não deis a ele descanso”, etc. Isa. 62. 7. E S. Paulo, do mesmo modo, exorta os romanos a lutarem com ele em orações a Deus por ele, Rom. 15. 30.

VIII. Toda verdadeira oração deve ter em si algum agradecimento a Deus por seus benefícios. “Em tudo sejam conhecidos os vossos pedidos diante de Deus, pela oração e súplica, com ação de graças”, Fil. 4. 6. O próprio Cristo deu direção sobre isso naquela forma de



oração que ensinou a seus discípulos: “Pois teu é o reino, o poder e a glória.”

Seção 3. A terceira categoria de condições são aquelas que são requeridas *depois* da oração; e elas são especialmente duas.

A primeira é uma fé particular, pela qual aquele que ora deve estar certo de que seu pedido particular será concedido. Mar. 11. 24. “Tudo o que pedirdes, orando, CREDE que o recebereis, e vos será feito.” E para que ele tenha essa fé particular, deve primeiro ter aquilo de onde ela surge, a saber, a verdadeira fé justificadora, que consiste na persuasão de sua reconciliação com Deus.

A segunda é que o homem deve fazer e praticar aquilo pelo que ora; e ele não deve somente orar por bênçãos, mas também usar todos os meios lícitos ao seu alcance, pelos quais as bênçãos que pede possam ser obtidas. Por exemplo: assim como oras pelo perdão de teus pecados, debes também deixar teus pecados e usar todos os bons meios pelos quais eles possam ser mortificados e crucificados. E o mesmo deve ser feito em todas as outras coisas que pedimos a Deus.

Assim temos resolvida a primeira Questão de Consciência acerca da Oração: que então a oração é aceitável a Deus quando aquele que ora observa — tanto quanto está em seu poder — todas essas condições antes, durante e depois da oração.

Pode um homem licitamente fazer Imprecações, isto é, orar contra seus inimigos? E até onde isso é lícito?



Seção 1. Para responder a isso, devemos marcar e observar várias distinções e diferenças.

Primeiro, devemos distinguir entre a causa e a pessoa que defende e mantém a causa. A má causa que um homem mau defende deve ser condenada por nós; e sempre podemos, e isso legitimamente, orar contra ela; mas não podemos, da mesma forma, condenar e orar contra sua pessoa.

Segundo, devemos distinguir as pessoas de nossos inimigos. Alguns são inimigos privados, outros públicos. Chamo *privados* aqueles que são inimigos de alguns homens particulares, e se opõem a eles por causa disto ou daquilo, e ainda não são inimigos de Deus ou de Sua verdade. *Públicos* são aqueles que não são apenas nossos inimigos, mas inimigos de Deus, de Seu reino, de Sua verdade e religião. Agora, não podemos orar contra inimigos privados; podemos (como antes) orar contra sua má causa, mas não contra suas pessoas; Mateus 5.44: *Abençoai os que vos amaldiçoam, fazei o bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem.* E somos ordenados a amar nossos inimigos como a nós mesmos.

Além disso, inimigos públicos de Deus e de Sua verdade também são de dois tipos: Curáveis ou Incuráveis. Curáveis são aqueles que ofendem por ignorância, ou por alguma outra fraqueza humana, de modo que haja alguma esperança de sua conversão e arrependimento. Não devemos orar contra as pessoas desses, mas apenas contra seus procedimentos e más causas, e orar por suas pessoas e por sua conversão. Assim Cristo orou pelos que o crucificaram: *Pai, perdoa-*



lhes; e Estêvão, em Atos 7, pelos que o apedrejaram. Incuráveis são aqueles que pecam obstinadamente e por malícia, de modo que não há esperança de sua emenda e conversão.

Além disso, para melhor responder a essa questão, devemos notar outra distinção. Há dois tipos de homens que devem fazer oração a Deus. Alguns têm dons extraordinários, como os Profetas e Apóstolos. Ora, quem é um homem extraordinário possui e deve possuir estes dois dons: primeiro, um espírito de Discernimento, para discernir e julgar se a pessoa contra quem ele ora é incurável ou não; e segundo, um zelo puro da honra e glória de Deus. O homem extraordinário, que tem esses dois dons, pode orar não apenas contra a causa daquele que é inimigo de Deus, mas contra sua pessoa.

Assim fez Davi, especialmente no Salmo 109, que está cheio de maldições terríveis contra seus inimigos particulares, e tipicamente contra Judas. Pois ele tinha espírito de discernimento, pelo qual sabia que eram inimigos incuráveis, e um zelo puro pela glória de Deus, o que o fez irromper em tais imprecações. Assim Paulo ora, Gálatas 5.12, para que sejam eliminados os que perturbam a Igreja; e em 2 Timóteo 4.14, ele ora diretamente contra a pessoa de Alexandre, o latoeiro, que lhe havia feito muito mal: *O Senhor lhe pague segundo as suas obras*. E isso não deve parecer estranho: pois Paulo teve nessa maldição o Espírito de profecia, e consequentemente tanto o espírito de discernimento quanto o de zelo puro; e portanto podia orar contra ele como fez.



Mas para homens *ordinários*, aqueles que não têm nada além de dons ordinários, e carecem do espírito de discernimento, e cujo zelo é misturado com cólera, ressentimento, raiva e ódio — estes não podem usar nenhuma oração extraordinária contra a pessoa de qualquer homem.

Tudo o que podem fazer é orar para que Deus restrinja sua malícia, impeça suas más práticas e as converta para Sua glória e para o bem de Sua Igreja. Por isso, em Atos 4.29, quando houve um Concílio em Jerusalém contra os apóstolos Pedro e João, no início da grande perseguição aos cristãos na Igreja primitiva, está dito que eles saíram da assembleia e oraram com o restante da Igreja, desta maneira: *Agora, Senhor, olha para as suas ameaças*, etc. Onde não oraram contra o Concílio, nem contra os homens que estavam nele, mas contra seus procedimentos, planos, invenções e ameaças. E sua prática pode ser um modelo para homens ordinários seguirem.

Em Lucas 9.54, quando os discípulos perguntaram ao nosso Salvador Cristo se deveriam pedir fogo do céu para destruir Seus inimigos, Ele os repreende severamente por seu calor intemperado contra os samaritanos, e lhes diz que não tinham aquele Espírito extraordinário para realizar tal coisa, porque eram apenas homens ordinários. Homens ordinários, portanto, não podem orar contra as pessoas dos inimigos de Deus. O Papa, hoje, é um inimigo declarado de Cristo e de Seu Evangelho; ainda assim nenhum homem pode orar contra a pessoa do Papa, mas somente contra seu estado, reino e governo, que é anticristão, pelo qual ele se coloca contra Deus e Seu reino.



Seção 2. Da resposta a esta questão surge outra. Muitos salmos de Davi são salmos de impreciação, nos quais Davi amaldiçoa seus inimigos terrivelmente, especialmente no Salmo 109; agora, todos esses salmos foram escritos para nosso uso. Portanto, pode-se perguntar: como podemos usá-los, e semelhantes, quando os lemos ou cantamos?

Resposta. I. Não devemos usá-los como Davi os usou, isto é, como orações contra as pessoas de nossos inimigos, mas apenas como *profecias* contra os inimigos de Deus, nas quais o castigo de homens incuráveis, que eram inimigos de Deus e de Sua verdade, é predito. Pois não temos, como Davi tinha, um espírito extraordinário, ou um zelo puro; portanto, não podemos orar como ele orou.

Como essas impreciações foram dirigidas contra inimigos particulares, podemos usá-las, de certo modo, como orações. Mas como? Como orações gerais contra os inimigos incuráveis de Deus, não contra quaisquer particulares entre judeus, turcos ou papistas. Assim como podemos usar essas impreciações como orações, devemos usá-las sem qualquer aplicação particular às pessoas de homens específicos.

Quais são as circunstâncias particulares da Oração?

São principalmente quatro.

I. A voz, ou fala.

II. O gesto.

III. O lugar onde.

IV. O tempo quando.



Seção 1. A respeito da *Voz*, esta questão pode ser levantada:

Se uma Voz ou palavras devem ser usadas na oração, ou não?

A oração é pública ou privada.

Na oração pública, uma forma de palavras deve sempre ser usada, em uma voz conhecida, clara e distinta. As razões são estas. Primeiro, o Ministro é a boca de toda a Congregação na oração, assim como ele é a boca de Deus para o povo na pregação. Ora, assim como o Ministro é a boca deles para Deus na oração, assim o povo deve dar seu assentimento e aprovação à oração dele pela palavra *Amém*. Mas não pode haver assentimento professado e público sem uma voz. Segundo, Deus é o Criador, não somente da alma do homem, mas também de seu corpo; e nós bendizemos a Deus, não somente com o coração, mas também com a língua: portanto, o homem inteiro deve orar em público.

Agora, na oração privada, feita em lugares privados e secretos, por pessoas privadas, a Voz é proveitosa, mas não simplesmente necessária. É proveitosa, porque desperta as afeições do coração; serve também para manter a mente errante dentro de limites, para expressar a afeição e para obter atenção do coração na oração. Contudo, não é simplesmente necessária. Pois um homem não é obrigado em consciência a usar uma forma de palavras em todas as suas orações. Moisés orou, não falou palavra alguma, e ainda assim foi uma oração: pois o Senhor lhe diz, Êxodo 12.15: “Por que clamas a mim?” Ana, orando no Templo, seus lábios apenas se



moviam, sua voz não foi ouvida, e ainda assim se diz que ela orava, 1 Samuel 1.13. Além disso, o Espírito é dito orar nos eleitos com gemidos que não podem ser proferidos, e ainda assim o Espírito Santo lhes dá o nome de orações, Romanos 8. Paulo nos ordena orar continuamente, o que não deve ser entendido do uso contínuo de uma forma de palavras, mas dos gemidos e suspiros do coração, que podem ser feitos em todos os momentos.

Desta questão surge outra:

Se é lícito, quando oramos, ler uma forma fixa de oração? pois alguns pensam que fazê-lo é pecado.

Não é pecado; mas um homem pode, licitamente e com boa consciência, fazê-lo.

Razões. Primeiro, os Salmos de Davi foram entregues à Igreja para serem usados e lidos em forma fixa de palavras, e ainda assim a maioria deles são orações. Segundo, conceber uma forma de oração requer dons de memória, conhecimento, expressão, e dons de graça. Ora, todo filho e servo de Deus, embora tenha um coração honesto, ainda assim não possui todos esses dons; e portanto, na falta deles, pode licitamente usar uma forma fixa de oração; como um homem que tem as costas fracas ou uma perna manca pode apoiar-se em uma muleta.

Alega-se que formas fixas de oração limitam e prendem o Espírito Santo.

Se tivéssemos uma medida perfeita de graça, isso teria algum peso, mas as graças de Deus são fracas e pequenas em nós. Isto não é prender o Espírito Santo, mas ajudar o



espírito, que em nós é fraco, por meio de uma muleta para apoiar-se.

Portanto, um homem pode, com boa consciência, devido à falta de memória e expressão, etc., usar uma forma fixa de oração.

Seção 2. A segunda Circunstância é o *Gesto*. Sobre isso se pergunta:

Que tipo de gesto deve ser usado na oração? Se ajoelhar, ficar em pé, sentar, ou levantar as mãos ou a cabeça ao céu, ou curvar o corpo até a terra?

Deus, em sua palavra, não prescreveu qualquer gesto particular do corpo: e portanto nossas consciências não estão obrigadas a nenhum em particular. Além disso, a Religião não consiste propriamente em ações e gestos corporais. Contudo, quanto ao gesto, a palavra de Deus dá certas regras gerais a serem observadas em orações, tanto públicas quanto privadas.

Na oração pública, estas regras de Gesto são prescritas. Primeiro, quando a oração pública é feita na congregação, nosso gesto deve sempre ser decoroso, modesto e decente. Segundo, todo gesto usado publicamente deve servir para expressar, tanto quanto possível, a humildade interior do coração sem hipocrisia. Agora, esses tipos são variados. Alguns dizem respeito ao corpo inteiro, como curvá-lo, lançá-lo ao chão; outros dizem respeito às partes do corpo, como levantar a cabeça, os olhos, as mãos, dobrar os joelhos, etc. Quanto a esses, a Escritura não nos prende a nenhum particular; mas, em todos eles, devemos ter em conta que sirvam sempre para expressar a humildade de nossos corações



diante de Deus. Assim se comportaram os Santos homens de Deus; sim, os Santos Anjos, estando diante da Arca, cobrem seus rostos, em sinal de reverência à majestade de Deus, Isaías 6.2. Terceiro, devemos, na oração pública, contentar-nos em seguir o costume louvável daquela Igreja particular onde estamos. Pois desviar-se dos costumes de Igrejas particulares, em tais casos, frequentemente causa cismas e dissensões.

Na oração privada, feita em lugares privados e secretos, há mais liberdade. Pois nela podemos usar qualquer gesto, contanto que seja decoroso e decente, e sirva para expressar a humildade interior de nossos corações. Um escritor antigo opina que é irreverente e ilícito orar sentado. Mas tanto os doutos antes, durante e depois de seu tempo, julgaram sua opinião supersticiosa; especialmente considerando que a Religião não consiste no gesto exterior do corpo, e pouco importa qual seja, contanto que a humildade interior de um coração sincero seja expressa por ele.

Seção 3. A terceira Circunstância é o *lugar*.

Pergunta-se: Em que lugar devemos orar?

No que diz respeito à consciência, santidade e religião, todos os lugares são iguais e semelhantes no Novo Testamento, desde a vinda de Cristo. A casa ou o campo são tão santos quanto a Igreja; e se orarmos em qualquer um deles, nossa oração é tão aceitável a Deus quanto aquela feita na Igreja. Pois agora vieram os dias que foram preditos pelo Profeta, nos quais uma oferta pura seria oferecida a Deus em todo lugar, Malaquias 1.11, o que Paulo expõe, 1 Timóteo 2.8, como a oração pura e



santa oferecida a Deus em todo lugar. Para esse propósito, Cristo disse à mulher da Samaria, João 4.25, que viria o tempo em que não adorariam em Jerusalém nem na Samaria, mas os verdadeiros adoradores de Deus o adorariam em espírito e em verdade, onde quer que fosse.

Contudo, para ordem, decência e tranquilidade, a oração pública deve ser feita em lugares públicos; como Igrejas e Capelas, designadas para esse uso. E a oração privada, em casas e recintos privados, Mateus 6.5.

Agora, a opinião do Papista é diferente: pois ele pensa que, no Novo Testamento, Igrejas consagradas são mais santas do que outros lugares são, ou podem ser; e que tornam as orações oferecidas a Deus nelas mais aceitáveis do que em qualquer outro lugar; e por isso eles ensinam que homens privados devem orar nas Igrejas, e que orações privadas devem ser feitas nas Igrejas, se quiserem que sejam ouvidas. Para provar isso, eles alegam a prática de algumas pessoas particulares nas Escrituras: de Ana, que orou privadamente no templo, Lucas 2.37; de Davi, que em seu exílio desejou muito recorrer ao templo; e de Daniel, que se diz olhar pela janela em direção ao templo e orar, Daniel 6.10.

Esses textos são abusados pela Igreja Papista. Pois há grande diferença entre o templo em Jerusalém no Antigo Testamento e nossas Igrejas no Novo. Aquele foi construído por mandamento particular de Deus; nossas Igrejas, não. Aquele era um tipo do próprio corpo e humanidade de Cristo, Hebreus 9.11, e de seu corpo místico, Colossenses 2.7. Além disso, a Arca no templo era um penhor e significação da aliança, um sinal da



presença de Deus, um penhor de sua misericórdia, e isso por sua própria designação: pois era sua vontade responder ao seu povo ali; mas nada semelhante pode ser mostrado sobre nossas Igrejas ou Capelas.

Será dito que o Sacramento é um sinal da presença de Deus, pois nele Deus está presente de certo modo. Resposta. É verdade, Cristo está presente no Sacramento, mas quando? não sempre, mas somente quando o Sacramento é administrado. E, terminada a Administração, Cristo não está mais presente nos elementos de pão e vinho. E, no próprio ato da celebração, Ele não está presente carnalmente, mas espiritualmente.

Seção 4. A quarta Circunstância é o Tempo.

Quais são os tempos nos quais os homens devem fazer orações a Deus?

Para responder a esta questão, deve-se primeiro considerar que há um duplo modo de orar, e consequentemente dois tipos de oração. O primeiro é o levantar secreto e repentino do coração a Deus, mediante a ocasião presente. O segundo é a oração fixa ou solene. O primeiro tipo de orações tem, desde tempos antigos, sido chamado de Ejaculações, ou dardos do coração. E o tempo desse tipo de oração não é determinado, mas é — e pode ser — usado a qualquer momento, sem exceção. Este ponto eu torno claro por estas razões.

A primeira é o mandamento de Deus, 1 Tess. 5.17: *Orai sem cessar.* Ef. 6.18: *Orai em todo o tempo, com toda oração e súplica no Espírito, e vigiai nisso com toda perseverança — por todos os santos.* Em ambos esses



lugares, por “oração e súplicas”, Paulo entende o levantar repentino do coração a Deus.

Em segundo lugar, tudo quanto falamos, pensamos ou fazemos, devemos fazer tudo para a glória de Deus. Ora, Deus é glorificado quando nós, em todas as coisas, do coração reconhecemos seu poder, sabedoria, justiça, misericórdia, providência e bondade. E nós as reconhecemos quando diariamente e de hora em hora levantamos nossos corações a Ele, em petição por algumas bênçãos, e em ações de graças por suas misericórdias.

Em terceiro lugar, somos sujeitos a inumeráveis enfermidades, fraquezas e necessidades, de modo que não podemos, de nós mesmos, nem mesmo pensar um bom pensamento; portanto devemos, todos os dias e a cada hora, levantar nossos corações a Deus, parte em oração, parte em ação de graças, para que Ele faça um suprimento diário por sua graça.

Em quarto lugar, Satanás procura por todos os meios derrubar nossas almas continuamente; e nesse sentido convém que nós sempre, e em cada ocasião, levantemos nossos corações a Deus por sua misericordiosa proteção.

Em quinto lugar, o dom da fé deve crescer e aumentar em nós dia após dia. E os meios pelos quais ela cresce e prospera em nós são os exercícios da fé, não raros ou ocasionais, mas usados diariamente e continuamente. Ora, de todos os exercícios da fé, nenhum é mais excelente do que Invocação e Ação de Graças.



O segundo tipo de oração é a fixa e solene; quando um homem separa a si mesmo para orar a Deus regularmente e fervorosamente; ou quando homens vêm reverente e solenemente juntos à congregação para invocar o nome do Senhor. A Palavra de Deus não designa nenhum tempo fixo para esse tipo, mas deixa-o à liberdade, sabedoria e discrição dos homens. E o fundamento dessa Liberdade é este: agora não há diferença entre tempo e tempo, quanto à consciência, para realizar o culto de Deus e os deveres da religião (exceto somente o Sábado); mas a principal e única diferença é quanto à ordem externa e conveniência, pela qual um tempo pode ser julgado mais apto que outro — e isso deve ser discernido pela sabedoria dos homens. No Novo Testamento, a distinção de dias e horas é abolida. Paulo teve receio dos gálatas porque eles faziam diferença de dias, tempos, meses e anos, em respeito à santidade e religião (Gál. 4).

Por esta doutrina, podemos ver como julgar a religião Romana, quanto aos tempos fixos de oração. Eles prescrevem certas horas, que chamam de *Canônicas*; e distinguem-nas desta maneira. A primeira chamam de *Matutina*, antes do nascer do sol. A segunda, *Prima*, desde a primeira hora do dia até a terceira. A terceira, da terceira até a sexta hora. A quarta, da sexta até a nona. A quinta, da nona até a décima segunda, que chamam de *Noa*. A sexta é à tarde, perto do pôr do sol. A sétima e última é após o pôr do sol, que chamam de *Completória*. Agora, nessas sete horas prescritas, pela doutrina exposta, noto três abusos notáveis.



Primeiro, que a Igreja Papista obriga os homens na consciência a observá-las, sob pena de pecado mortal. Ao passo que, quanto à consciência, não há diferença de tempos. Segundo, que eles obrigam somente o sacerdote da Missa, o Diácono, o Subdiácono e o Beneficiado às horas Canônicas, quando essas horas não diferem de outras quanto ao desempenho do culto de Deus, nem esses homens são mais obrigados a orar nelas do que outros. Terceiro, que um homem pode dizer e ler suas horas Canônicas hoje pelo dia de amanhã, e pela manhã ou depois do jantar por todo o dia; no que podemos ver sua grosseira superstição.

A questão tocante à oração é: Como devem ser pacificadas as mentes daqueles que são perturbados por diversos acidentes que ocorrem em suas orações?

Esses acidentes são principalmente três.

Primeiro, quando deveriam orar, não conseguem formar ou conceber uma forma de oração como outros homens fazem.

Para remover tal perturbação, lembrem-se disto: que o desejo não fingido do coração tocado é uma oração aceitável diante de Deus, embora faltem conhecimento, memória e expressão para formar e conceber uma oração em palavras.

Sal. 10.17: *Deus ouve o desejo dos pobres*, isto é, das pessoas humilhadas e daqueles que estão em angústia. Salmo 145.19: *Deus cumprirá o desejo dos que o temem; também ouvirá seu clamor e os salvará*. Romanos 8.26: *Não sabemos orar como convém, mas o Espírito de Deus, isto é, o Espírito de adoção, intercede*



por nós com gemidos e suspiros que não podem ser proferidos. Onde podemos observar que a oração do Espírito Santo — que precisa ser uma oração excelente — é feita com gemidos que não podem ser expressos em palavras.

O segundo acidente, é que eles se descobrem cheios de tristeza e morte espiritual, e suas mentes cheias de pensamentos estranhos e imaginações vagantes.

Esse problema pode ser removido a partir deste fundamento: os defeitos de nossa oração nunca nos condenarão, se estivermos de coração desgostosos conosco mesmos por causa deles, e se pela oração e outros bons meios lutarmos e nos esforçarmos contra eles. Romanos 8.1: *Nenhuma condenação há para os que estão em Cristo.* Nesse lugar não se diz: *Eles não fazem nada digno de condenação;* mas assim: *Não há condenação para eles estando em Cristo, ainda que a mereçam muito.*

O terceiro acidente é que, embora orem, não recebem o fruto de suas orações. Para remover essa angústia, podemos considerar quatro coisas.

I. O homem assim perturbado deve examinar se fez sua oração corretamente ou não. Pois se orar de forma errada, pode orar muito e nunca ser ouvido. Nosso Salvador não concedeu o pedido dos filhos de Zebedeu porque pediam sem saber o que pediam (Mat. 20.22). Tiago 4.3: *Pedis e não recebeis porque pedis mal, para o gastardes em vossos prazeres.* Paulo orou três vezes e teve a recusa, porque pedia coisas inconvenientes de



receber; por isso foi respondido: *Minha graça te basta* (2 Cor. 12).

Logo, quem deseja fazer uma oração corretamente deve ter respeito ao assunto e forma, e também à disposição de seu próprio coração. Se falha em qualquer desses, Deus não ouvirá; ou, se ouvir, ouvirá em justiça.

II. Ainda que os homens façam orações legítimas e peçam coisas que devem ser pedidas, e que Deus concederá, ainda assim Deus às vezes adiará o cumprimento de suas orações e não lhes dará ouvidos de imediato. Davi orou dia e noite e não foi ouvido (Sal. 22.2). Também seus olhos desfaleceram, sua garganta secou, enquanto ele esperava por seu Deus em oração (Sal. 69.3). O anjo Gabriel disse a Zacarias (Lc 1.13): *Tua oração foi ouvida*. Ora, provavelmente aquela oração de Zacarias havia sido feita muito tempo antes, ainda em sua juventude, e não foi concedida até que ele fosse velho.

O Senhor adia a concessão de nossas petições por boa razão: para despertar a lentidão de nossos corações, avivar nossa fé e esperança, e nos fazer, quando obtivermos as bênçãos desejadas, tê-las em maior estima e ser mais agradecidos; e na falta delas lutar mais fervorosamente em oração. A mulher cananeia foi repelida e chamada de “cachorra” por Cristo — não porque Ele pretendesse rejeitar sua oração, mas para despertar sua fé e torná-la mais fervorosa, bem como mais agradecida quando recebesse o benefício.

III. O Senhor costuma conceder nossas petições de duas maneiras: (1) dando exatamente a coisa pedida;



(2) dando algo proporcional a ela, quando não concede a coisa em si.

Assim Cristo foi ouvido quanto ao que temia (Heb. 5.7). Ele orou para ser livrado daquele cálice, o qual, não obstante, Ele bebeu. Como então foi ouvido? Embora não tenha recebido o que pediu, Deus lhe concedeu algo proporcional ao pedido: força e poder pelos quais Ele foi capacitado a vencer os dolorosos tormentos daquela morte.IV. Devemos considerar isto suficiente: que podemos e fazemos oração a Deus, ainda que jamais tenhamos qualquer pedido concedido neste mundo. Pois por cuja graça temos nós continuado sempre em oração, senão pela dádiva e graça de Deus? Paulo em caso semelhante ouviu de Deus: *Minha graça te basta*; isto é, tua enfermidade não será removida; contenta-te com o fato de que estás em meu favor e recebeste minha graça, pela qual resistes à tentação.

Nesse mesmo sentido diz João (1 Jo 5.15): *Se sabemos que Ele nos ouve no que pedimos, sabemos que temos as petições que Lhe fizemos*. Seu sentido é: se podemos perceber que Deus dá ouvidos às nossas orações, podemos assegurar que Ele concede nossos pedidos. E podemos perceber que Ele dá ouvidos porque a própria graça pela qual oramos provém somente dEle.

CAPÍTULO 7

Do Segundo Aspecto Do Culto De Deus: A Audição Da Palavra Pregada



Até aqui falamos do primeiro aspecto do culto exterior, a saber, a Oração. Agora segue o próximo, que é a Audição da Palavra pregada.

As questões concernentes a este ponto são de dois tipos. Algumas dizem respeito aos Pregadores da palavra, e outras aos Ouvintes. O primeiro tipo eu omito, reservando-o para um lugar mais apropriado. Quanto ao segundo tipo, referente aos Ouvintes, pode-se levantar uma questão: Como qualquer pessoa pode ouvir proveitosamente a palavra de Deus, para seu próprio conforto e salvação? A necessidade desta questão aparece naquela advertência especial dada por nosso Salvador Cristo, Lucas 8.18: “*Vede, pois, como ouvis.*”

Resposta. Para a audição proveitosa da palavra de Deus, três coisas são requeridas: Preparação antes de ouvir, uma Disposição correta ao ouvir, e Deveres a serem praticados depois.

I. Na Preparação, várias Regras de direção devem ser observadas.

Primeira Regra. Devemos ser *prontos para ouvir* (Tiago 1.19). E isso faremos aliviando-nos de todos os impedimentos que possam dificultar a audição eficaz da palavra. Esses impedimentos são especialmente três; todos eles nomeados pelo apóstolo Tiago, juntamente com seus remédios.

O primeiro é Presunção: quando o ouvinte presume de sua sabedoria, conhecimento e habilidade para ensinar (se necessário) seus próprios mestres. O



remédio para isso é *ser tardio para falar*: isto é, não presumir de nossos próprios dons, pensando-nos mais capazes de ensinar outros do que de sermos ensinados por eles. Pois assim o apóstolo depois explica, quando diz: “*Meus irmãos, não sejais muitos mestres*” (Tiago 3.1) — que pessoas privadas não assumam para si o ofício de instrutores de outros homens; mas, como Paulo diz em 1 Coríntios 3.18: “*Se alguém entre vós parece ser sábio..., faça-se louco para se tornar sábio*” — isto é, esteja disposto a aprender até de seus inferiores. E, nesse sentido, siga o exemplo de Naamã, que se submeteu ao conselho de sua serva.

O segundo impedimento é afeições perturbadas, especialmente a ira precipitada, seja contra o Mestre, seja contra outros. O remédio para isso também está no mesmo versículo citado: “*tardio para se irar*” (v. 19).

O terceiro é a superfluidade de malícia, isto é, a abundância de corrupções e pecados que o ouvinte encontrará — por experiência — em seu próprio coração e vida. Este impedimento tem muitos ramos, especialmente três:

1. Dureza de coração, indicada pelo solo pedregoso na parábola do semeador (Mateus 13.20).
2. Os cuidados do mundo, significados pelo solo espinhoso (v. 22).
3. O ouvido coceiro (2 Timóteo 4.3), quando o homem não deseja ouvir outra doutrina senão aquela que combina com sua natureza corrupta; não querendo conformar seu coração à palavra, mas desejando que a palavra se conforme ao seu coração perverso.



Os remédios para este impedimento são os seguintes. Primeiro, cada ouvinte da palavra deve depor toda a superfluidade de malícia, isto é, cortar — tanto quanto está em seu alcance — todas as corrupções do coração e da vida. Por isso Deus fala assim ao ímpio, Salmo 50.16: *“Que tens tu que fazer em tomar os meus estatutos na tua boca, visto que aborreces a correção e lanças as minhas palavras para trás de ti?”* Para esse fim, o profeta Jeremias exorta os judeus a serem *circuncidados para o Senhor* e a tirarem os *prepúcios de seus corações* (Jeremias 4.4). E Moisés, por mandamento de Deus, devia santificar o povo por três dias antes que viessem ouvir a Lei ser entregue por ele mesmo no monte Sinai (Êxodo 19.11).

Além disso: todo homem cuidará — e deve cuidar — de preparar-se mais ou menos para receber a Ceia do Senhor. Ora, esse dever deve ser igualmente praticado antes da audição da palavra, considerando que, em substância, ela não difere dos sacramentos, pois estes são a voz visível de Deus, e a pregação é Sua voz audível.

Segundo, cada ouvinte deve receber a palavra com mansidão, isto é, submeter-se com quietude à palavra de Deus em todas as coisas. Isaías 57.15: *“Habito com o contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos humildes.”*

Segunda Regra da Preparação. Devemos elevar nossos corações em oração a Deus, para que Ele nos dê o *ouvido que ouve*. Este ouvido que ouve é um dom de Deus, habilitando o coração, quando ouve, a conceber e entender a doutrina ensinada, e a prestar obediência a ela.



Terceira Regra. O ouvinte deve, ao ouvir, colocar-se na presença de Deus. *“Agora, pois, estamos todos aqui presentes diante de Deus, para ouvir tudo o que te foi ordenado por Deus”* (Atos 10.33), diz Cornélio a Pedro. A razão é que Deus está sempre na congregação onde a palavra é pregada.

A segunda coisa necessária para a audição proveitosa é uma disposição correta. Nela, duas regras devem ser observadas.

Primeira, quando a palavra de Deus está sendo entregue, cada ouvinte deve ouvir com discernimento. Mas alguns dirão: muitos pregadores revelam falhas e fraquezas em sua pregação. A isso Paulo responde: *“Não desprezeis as profecias”* (1 Tessalonicenses 5.20). Mas e se eles transmitirem falsidades? Paulo responde novamente no versículo seguinte: *“Examinai tudo; retende o que é bom.”* E João, da mesma forma, 1 João 4.1: *“Não creiais em todo espírito, mas provai os espíritos se são de Deus.”*

Aqui, de passagem, devemos lembrar uma advertência. Há três tipos de julgamento:

1. O julgamento privado, pelo qual cada pessoa pode julgar a doutrina ensinada; pois não deve ouvir de forma irrefletida, mas julgar o que ouve. Deste julgamento Paulo fala aos coríntios: *“Julgai vós mesmos o que digo”* (1 Coríntios 10.15).
2. O julgamento do profeta ou ministro: este é mais seguro que o primeiro, pois procede de maior medida da graça de Deus.



3. O julgamento do Espírito Santo nas Escrituras: este é soberano e absoluto. Pois o Espírito Santo julga todas as coisas e não é julgado por ninguém.

Esses três julgamentos estão nessa ordem: O primeiro depende do segundo, o segundo do terceiro, e o terceiro é absoluto e não julgado por ninguém.

Dessa advertência seguem-se duas coisas:

Primeira: que um ouvinte privado, embora possa julgar a doutrina transmitida, não pode censurar o Mestre ou seu ministério. Os ministros devem ser julgados, mas seu espírito não está sujeito a qualquer pessoa privada, mas aos profetas. Pois *“o espírito do profeta está sujeito ao profeta”* (1 Coríntios 14.32).

Segunda: um homem privado não deve publicar ou divulgar qualquer ponto de doutrina senão aquele que é claramente apresentado na palavra e ensinado pelos seus ministros. Esta é uma regra necessária; e a falta de sua observância é a causa de muitos cismas e heresias na Igreja. O Senhor ordena ao povo (Malaquias 2.7) que busque a lei na boca do sacerdote em todos os pontos principais de fé e costumes.

Segunda Regra na audição. Cada ouvinte deve cuidar para que a palavra de Deus seja arraigada e fundamentada em seu coração, como boa semente em boa terra. Tiago expressa isso (Tiago 1.21): *“Recebei com mansidão a palavra enxertada.”*

Aqui, de modo geral, deve-se lembrar que não somente pessoas ignorantes, mas até mesmo os mais instruídos devem ser ouvintes da palavra pregada. Pois a



pregação serve não apenas para aumentar o conhecimento, mas também para reformar as afeições, que podem ser desordenadas mesmo onde o conhecimento abunda.

E para o enraizamento da palavra de Deus em nossos corações, várias coisas são necessárias.

Primeiro, um verdadeiro e correto entendimento dela.

Segundo, deve ser misturada com fé, Hebreus 4.1. Pois a palavra é como vinho, ou água da vida: nossa fé é o açúcar que a adoça e lhe dá um sabor agradável. A palavra, portanto, deve ser temperada e misturada com nossa fé, para que se torne proveitosa para nós. Ora, nessa mistura, é requerida uma fé dupla; a primeira, geral, pela qual cremos que a doutrina entregue é verdadeira, de modo que nunca a colocamos em questão; “Nosso evangelho chegou a vós” (diz Paulo) “com muita certeza”, 1 Tessalonicenses 1.5. A segunda, especial, pela qual aplicamos a palavra pregada a nós mesmos, para a humilhação e o consolo de nossos corações.

Terceiro, devemos nos esforçar para ser afetados pela palavra. Assim, diz-se que o coração de Josias se derreteu ao ler a lei, 2 Crônicas 34.27. E o povo se alegrou grandemente, porque compreenderam a palavra que os levitas lhes haviam ensinado, Neemias 8.12. Os corações dos dois discípulos que iam para Emaús ardiam dentro deles quando Cristo lhes abriu as Escrituras, Lucas 24.32. E os judeus, no sermão de Pedro, foram traspassados em seus corações e disseram: “Homens e irmãos, que faremos?”, Atos 2.37.



Quarto, a palavra de Deus deve habitar abundantemente em nós, Colossenses 3.16. Isto é feito quando ela governa e exerce o maior domínio no coração, e não é dominada por qualquer afeto corrupto.

III. Os deveres a serem realizados após ouvir são estes.

Primeiro, a doutrina entregue deve ser guardada no coração e praticada na vida. Salmo 119.11: “Escondi a tua palavra no meu coração, para eu não pecar contra ti”.

Segundo, o homem deve meditar na palavra que ouviu, levantando seu coração a Deus. As bestas que tinham o casco fendido e ruminavam eram as mais adequadas tanto para alimento ao homem quanto para sacrifício a Deus, Levítico 11. Era antiga e antiga a opinião da Igreja que esse ruminar significava santas meditações. E aquele que ouve a palavra deve fazer como o animal faz: trazer novamente o alimento do estômago e mastigá-lo de novo. O homem que procede assim é o mais adequado para o uso do Senhor.

Terceiro, ele deve ter experiência da palavra de Deus em si mesmo. Salmo 34.8: “Provai e vede como o Senhor é benigno”.

Quarto, ele deve examinar a si mesmo depois de ter ouvido a palavra. Assim diz Davi de si mesmo, Salmo 119.59: “Considerarei os meus caminhos e voltei os meus pés para os teus testemunhos”.

Quinto, deve ser obediente a ela e testificar sua obediência, embora não em todos os momentos, contudo sempre que a ocasião for oferecida. Tiago 1.22: “Sede



cumpridores da palavra, e não apenas ouvintes, enganando-vos a vós mesmos”.

A questão referente aos ouvintes é: como devem ser consolados aqueles que, após longo ouvir da palavra, ou lucram muito pouco, ou nada?

Para resolver esta questão, as causas de não aproveitar devem ser consideradas distintamente. E são de dois tipos.

O primeiro tipo de causas são os pecados dos ouvintes. E que os pecados são as causas de não aproveitar, aparecerá por este sinal: se a memória, entendimento e outras partes da mente, em matérias comuns, forem fortes e vivas, mas lentas e fracas em apreender e reter a doutrina ensinada. Ora, esses pecados são principalmente dois.

Primeiro, dureza de coração, quando o homem não é movido nem afetado interiormente com a palavra pregada, mas permanece no mesmo estado em que estava antes. Isso é representado pelo terreno duro, isto é, o caminho, e pelo solo pedregoso, Mateus 13.4,5. E tal é o coração que não é movido nem afetado com alegria, tristeza, temor ou consolação. A dureza de coração surge de um costume no pecado e, disso, do engano do pecado, Hebreus 3.13.

Segundo, cuidados mundanos, isto é, um coração possuído pelo desejo de lucros, prazeres, honras, preferências e coisas semelhantes; as quais são como espinhos que sufocam a semente da palavra e não permitem que ela cresça e frutifique; sim, que enchem o coração de imaginações vagantes, que roubam a mente de



atentar para a palavra pregada. Aqueles que são assim impedidos de aproveitar devem antes ser repreendidos que consolados; pois a causa de sua falta de proveito está neles e vem deles mesmos. Devem, portanto, usar todos os bons meios para remover seus pecados, para que, de duros de coração e carnis, se tornem bons e proveitosos ouvintes da palavra. Os meios são estes.

Primeiro, devem esforçar-se para ser tocados no coração, com senso e sentimento de sua pobreza espiritual e da falta do favor e misericórdia de Deus no perdão de seus pecados. A razão é dada por Davi, Salmo 25.9: “O Senhor ensina os humildes os seus caminhos”. E por Maria, em seu cântico, Lucas 1.53: “Encheu de bens os famintos, e os ricos despediu vazios”.

O segundo meio é ouvir a palavra de Deus com coração honesto, unido a um propósito constante de não pecar.

O terceiro, ser tão cuidadosos em trazer bons afetos quanto um bom entendimento. Pois os afetos são os pés que carregam o coração, e Salomão nos ordena tomar cuidado com nossos pés quando entramos na casa de Deus, Eclesiastes 4.17. Eles são a própria chave do conhecimento e da memória; e, portanto, diz Davi: “O segredo do Senhor é revelado aos que o temem, e Ele lhes dará a entender a sua aliança”, Salmo 25.14. E o que ele diz do Temor pode ser dito também de outros bons afetos.

O segundo tipo de causas são defeitos ordinários e usuais de dons naturais; como de capacidade ou percepção, de memória e entendimento. Pois nem todos



os homens têm os mesmos dons de natureza, e, portanto, nem todos podem colher benefício da palavra pregada. Essas carências podem ser discernidas assim: se a mente e a memória são fracas ou faltosas tanto em assuntos mundanos comuns quanto nas coisas divinas que pertencem ao reino de Deus. E a esse tipo de homens, que são assim perturbados por não aproveitar, pertence o consolo; mas não simplesmente, e sim sob estas condições: primeiro, se conhecem os fundamentos principais da religião. Segundo, se têm cuidado de aproveitar e crescer em conhecimento. Terceiro, se vivem segundo a medida de seu conhecimento, em obediência à vontade de Deus.

Estas coisas observadas, tais pessoas devem consolar-se nisto: que Deus, em misericórdia, aceitará seu esforço, perdoará sua ignorância e suportará suas enfermidades. Isso é visto no exemplo de Pedro, cuja fé foi altamente louvada por Cristo, quando disse que as portas do inferno não prevaleceriam contra ela, Mateus 16.16. E ainda naquele mesmo momento, Pedro era ignorante de muitos pontos principais da religião, como da morte, ressurreição e ascensão de Cristo. E, em sua pessoa, os outros discípulos também são louvados por sua fé, porque criam que Cristo era o Messias e Salvador do mundo, embora fossem ignorantes do modo de sua redenção, pensando que Ele seria um rei terreno, Atos 1.

Novamente, a falta de conhecimento naqueles que têm defeitos naturais pode ser suprida por bom afeto, se não lhes faltar um coração honesto e um esforço cuidadoso de vida piedosa. Assim, a Igreja dos judeus no Antigo Testamento excedeu muito a Igreja do Novo em



bom afeto, embora ficasse muito aquém dela em conhecimento e compreensão.

CAPÍTULO 8

Dos Sacramentos Em Geral, Do Recebimento E Do Uso Deles

Em seguida vêm as Questões de consciência tocantes à terceira parte do culto externo de Deus, a saber, os Sacramentos; e estas dizem respeito ou à administração, ou ao recebimento deles. A Administração eu aqui deixarei passar, e tratarei apenas daquelas Questões que concernem ao recebimento e uso deles, tanto em geral quanto em particular.

Quanto ao recebimento dos Sacramentos em geral, há apenas uma questão:

Se os Sacramentos ministrados por Hereges, Idólatras e ministros insuficientes são Sacramentos ou não? Para resposta a isto, devemos saber que há três tipos de homens que podem administrar os Sacramentos. Alguns são ministros verdadeiros e legítimos, chamados legitimamente por Deus e pelos homens para essa função, mantendo a forma correta do Sacramento de acordo com a instituição. Alguns, por outro lado, são pessoas mais privadas, que não têm absolutamente nenhuma autoridade para administrar, os quais podemos opor ao primeiro grupo como contrários a eles nesta ação. Outros



ainda são admitidos a ocupar o lugar de ministros legítimos pela aceitação e consentimento dos homens, ou pelo costume, ainda que corrupto, e estes estão em um meio-termo entre os dois grupos anteriores. Sobre o primeiro grupo não há questão. Mas o Sacramento administrado pelo segundo é, de fato, uma mera nulidade; porque eles não têm vocação para isso, nem podem fazê-lo por fé, visto que não têm preceito nem exemplo na Palavra de Deus. Agora, quanto ao terceiro grupo, embora eles não sejam realmente pastores legítimos; contudo, estando no lugar de tais, pelo consentimento, permissão e costume dos homens, ainda que corrupto, sua ação tem validade, e o Sacramento que é ministrado por eles é, de fato, um verdadeiro Sacramento; o que eu provo pelas seguintes razões.

Primeiro, a pregação da palavra e a administração dos Sacramentos são uma só em substância. Pois em uma, a vontade de Deus é vista; na outra, é ouvida. Ora, a palavra pregada por Hereges é a verdadeira palavra de Deus, e pode ter seu efeito. Os escribas e fariseus, grandes doutores dos judeus, não eram todos da tribo de Levi, mas descendiam de outras tribos. Além disso, até mesmo os principais deles viviam de extorsão e suborno, e eram homens perversos, sim, hereges e apóstatas, pessoas depostas e excomungadas. E ainda assim, porque ocupavam os lugares de bons mestres e se sentavam na cadeira de Moisés, isto é, liam a doutrina da Lei de Moisés, Cristo ordena que seus discípulos os ouçam. Mateus 23.3. Contanto apenas que tivessem cuidado com o fermento de sua falsa doutrina e vida perversa. Ora, se a palavra ensinada por seu ministério era poderosa, por que não poderiam os



Sacramentos ministrados pelos Hereges que ocupam o lugar de verdadeiros ministros ser verdadeiros Sacramentos? Nos dias de Paulo, Filipenses 1.15, alguns pregavam Cristo por inveja e porfia, e alguns de boa vontade: qual era o julgamento do Apóstolo nesse caso? Ele mesmo responde, v.18: “Mas que importa? De toda maneira, seja por pretexto, seja com sinceridade, Cristo é pregado; e nisto me regozijo, e ainda me regozijarei.”

Segundo, isto é claro por exemplos. Os sacerdotes levíticos sob a Lei eram hereges, e ensinavam, de certa maneira, a quebra da lei moral. Sim, eles sustentavam a justificação pelas obras, Romanos 10.3, e ainda assim a circuncisão por eles administrada tinha validade; nem a Páscoa por eles celebrada, nem os sacrifícios que ofereciam eram outra coisa senão a verdadeira Páscoa e os verdadeiros sacrifícios. Judas era um grande hipócrita, sim, Cristo o chama de Diabo, João 6.70, e ainda assim ele pregou a palavra por ordem de Cristo e batizou com o restante de seus discípulos, João 4.1–2.

Terceiro, o Sacramento, se for administrado em nome e pelo poder de Cristo, é ordenança de Deus, sendo recebido pela fé, sim, um verdadeiro Sacramento de Cristo; e a força e eficácia dele não dependem do valor do ministro, mas de Cristo. As cartas ou epístolas enviadas de um homem a outro são autênticas, e servem plenamente para expressar a mente do autor, embora o mensageiro ou portador seja um homem perverso ou mau. E da mesma forma, o pecado de qualquer homem que ocupa o lugar de um ministro legítimo não anula o Sacramento, e portanto nem a heresia nem a insuficiência. Cipriano, que viveu 300 anos depois de



Cristo, pensava que os Sacramentos administrados por Hereges não eram Sacramentos. Mas as Igrejas da África, naquela época, concluíram o contrário contra ele, segundo a doutrina que foi aqui exposta.

Uso. I. Por esta doutrina, são justamente censurados os que querem que seus filhos sejam rebaptizados, tendo sido antes batizados por sacerdotes papistas; porque o Sacramento, embora administrado por um Papista, se ele ocupa o lugar de um verdadeiro Pastor e mantém a forma do Sacramento, é um verdadeiro Sacramento.

II. Outros, por esta doutrina, são repreendidos por recusarem receber os Sacramentos das mãos de ministros que não pregam. Pois, embora o ministro seja insuficiente e não pregue, se ele é chamado pela Igreja, ele tem o lugar de um Pastor legítimo, sua administração é válida, e o Sacramento por ele administrado é um verdadeiro Sacramento.

Se for dito que então os verdadeiros Sacramentos podem existir fora da verdadeira igreja, como na igreja de Roma hoje; porque Hereges e semelhantes ministros não são da igreja. Respondo que há na igreja de Roma a igreja oculta de Deus, e os Sacramentos ali são usados não para a igreja romana, mas para a igreja oculta que está no meio da Paparia; assim como a lanterna traz luz não para si mesma, mas para os passageiros: todavia, daí não se segue que devemos comunicar com idólatras, hereges e pessoas perversas.

E isto basta quanto à Administração dos Sacramentos em geral. Venho agora aos Sacramentos particulares.



CAPÍTULO 9

Do Batismo

O primeiro sacramento em ordem é o Batismo. E as questões a seu respeito eu reduzo a cinco tópicos.

O Batismo é necessário para a salvação, ou não?

Para responder a esta questão, devemos distinguir corretamente os tipos de necessidade. Uma coisa é dita necessária de duas maneiras: ou absolutamente e de forma simples, ou parcialmente. Necessário absolutamente é aquilo que é necessário em todos os aspectos, e cujo contrário é totalmente desnecessário. Necessário em parte é aquilo que, em certos aspectos, ou por determinadas causas e considerações, é necessário. Essa distinção estabelecida, eu respondo:

Seção 1. Primeiramente, que o Batismo é necessário no segundo sentido — parcialmente e de modo relativo — isto é, em diversos e variados aspectos.

I. Na medida em que seu uso legítimo é um sinal pelo qual a verdadeira igreja de Deus é discernida e distinguida da falsa igreja. Não que a igreja de Deus não possa ser igreja sem este sacramento. Pois ela pode faltar ao Batismo por um tempo, e ainda assim permanecer uma verdadeira igreja; assim como a igreja dos judeus, nos tempos antigos, ficou sem a circuncisão pelo período



de quarenta anos (Josué 5.6), e nem por isso deixou de ser uma verdadeira igreja amada por Deus.

II. Na medida em que ele serve a usos e propósitos necessários para adultos que vão ser batizados: primeiro, para testificar à igreja e a si mesmos que são recebidos no corpo de Cristo, que é a companhia e sociedade dos fiéis. Segundo, para testificar sua obediência ao mandamento de Deus e sua sujeição à ordenança instituída por Ele para seu bem. Terceiro, para ser um apoio necessário para sustentar sua fraqueza, um selo para confirmar sua fé na aliança da graça, e um instrumento para comunicar Cristo a eles com todos os seus benefícios.

III. Ele é necessário para os infantes, na medida em que serve para introduzi-los e admiti-los na Igreja visível, e, juntamente com isso, para significar seu interesse na aliança da graça, e consequentemente seu direito e título à vida eterna.

Seção 2. Em segundo lugar, respondo que o Batismo não é absolutamente ou simplesmente necessário, de modo que a pessoa que morre sem ele permaneça em estado de danação e não possa ser salva. Minhas razões são as seguintes.

I. O Batismo é instituído por Deus como nada mais do que um selo anexado e dependente da aliança; portanto devemos distinguir entre ele e a aliança.

A aliança da graça e nosso estar em Cristo são absolutamente necessários: pois nenhum homem, mulher ou criança pode ser salvo, a menos que tenha Deus por seu Deus. Mas o sinal da aliança não o é. Assim como, na



essência de um contrato, o consentimento e acordo das partes é o que necessariamente se requer; e, uma vez que isso é concedido, o contrato é contrato, mesmo que não seja selado, assinado ou confirmado por testemunhas; assim também um homem pode ser salvo se estiver dentro da aliança da graça, ainda que não tenha recebido o selo e sinal dela, o sacramento do Batismo.

II. A simples falta ou privação do Batismo (quando ele não pode ser obtido) é perdoável e não condena a pessoa não batizada. O ladrão na cruz foi salvo, embora nunca tenha sido batizado (Lucas 23). E vários mártires dos primeiros tempos, que eram filhos queridos de Deus e morreram pela manutenção da verdade, embora lhes faltasse o batismo exterior e visível, contudo, pela misericórdia de Deus, não lhes faltou o batismo interior, e conseqüentemente não foram condenados, mas salvos.

E muitos filhos sob a lei morreram antes do oitavo dia, incircuncisos. E quando alguns dentre eles eram fracos e não podiam suportar o corte do prepúcio, é provável que a circuncisão fosse adiada, e alguns morreram nesse meio tempo; os quais, todavia, sendo filhos de pais crentes, foram indubitavelmente salvos, conforme a promessa de Deus feita a Abraão: “Eu serei o teu Deus e o Deus da tua descendência.” Pois, como Cristo diz do sábado, assim podemos dizer da circuncisão: foi feita por causa do homem, e não o homem por causa dela. E seria um juízo tanto precipitado quanto sem caridade pensar que todos os filhos de Israel que morreram antes de serem circuncidados foram condenados.



Entretanto, pelo outro lado, o desprezo voluntário e o negligente descuido desta ordenança, quando ela pode ser convenientemente administrada e recebida, é mortal e condenável. E sobre os culpados desse pecado a ameaça de Deus é justamente pronunciada (Gênesis 17.14): “Essa pessoa será eliminada do seu povo.”

III. A graça e a misericórdia de Deus são livres, e não estão presas ou limitadas aos elementos exteriores. João 3.8: “O vento sopra onde quer” — isto é, Deus dá graça e concede favor a quem quer, onde quer e quando lhe apraz. E assim, aqueles que Ele não quer que pereçam, mas que venham à vida eterna, serão salvos, embora não participem deste sacramento.

IV. Os infantes nascidos de pais crentes são santos antes do batismo, e o batismo é apenas um selo dessa santidade (1 Coríntios 7.14). Os filhos de pais crentes são santos. Romanos 11.16: “Se as primícias são santas, também a massa; e se a raiz é santa, também os ramos.” Sim, a eles pertence o reino dos céus assim como aos outros. Cristo diz: “Deixai vir a mim os pequeninos... porque deles é o reino dos céus” (Marcos 10.14).

É alegado que os santificados têm fé, o que os infantes não têm.
Resposta: Deus diz: “Eu serei o teu Deus e o Deus da tua descendência.” Pela virtude dessa promessa, o pai toma posse da aliança por si e por seu filho; e a criança crê, porque o pai crê.

Objeta-se novamente que os infantes nascem em pecado original, e portanto não podem nascer santos e



santificados. Resposta: Todo pai crente sustém uma dupla condição.

Primeiro, como homem descendente de Adão por semente corrompida; e assim, sendo ele mesmo corrompido e impuro, seus filhos também são corrompidos e impuros. Segundo, como homem santo e crente, enxertado pela fé em Cristo, o segundo Adão. E assim, pela fé do pai, seu filho passa a estar na aliança e a ser participante dos benefícios e privilégios dela; e pela mesma fé, sendo ele um crente, a culpa da corrupção original que está no infante recém-nascido não é imputada a condenação. E por essas razões, o sacramento do Batismo não é absolutamente e precisamente necessário para a salvação, mas apenas do modo e na medida já declarada.

Contra essa doutrina é objetado que Cristo diz a Nicodemos: “Se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus” (João 3.5). Diversas respostas são dadas a essa objeção.

Primeiro, se o texto for entendido do Batismo, então as palavras podem carregar um destes dois sentidos:

1. Que nosso Salvador dirige essa fala principalmente contra Nicodemos, que era um professor medroso, permanecia ignorante, e havia longamente negligenciado seu batismo.
2. Que o reino dos céus aqui significa não a felicidade eterna, mas o estado visível da igreja do Novo Testamento; e então o sentido é: “Nenhum homem pode ser admitido na igreja e



feito membro visível dela senão pela água do batismo; nem pode qualquer homem ser feito membro vivo de Cristo Jesus senão pelo Espírito — isto é, pela regeneração — que sozinho torna viva a pessoa que entrou na igreja pelo batismo.”

Segundo, outros respondem que este lugar deve ser entendido não do batismo, mas simplesmente da regeneração, e que Cristo faz alusão às palavras dos profetas que falam de “água limpa”, e as expõe deste modo:

“Tu, Nicodemos, és fariseu por profissão e praticas muitos lavamentos exteriores; mas sabe isto: a menos que sejas lavado interiormente por água limpa — isto é, regenerado e renovado pelo Espírito Santo — não podes entrar no reino de Deus.”

Por fim, responde-se que a necessidade da salvação não está em ambos, mas somente no novo nascimento pelo Espírito Santo; como se Cristo dissesse: “Se não fordes regenerados e nascidos de novo do Espírito, que, como água limpa, vos purifica e vos limpa de vossos pecados, não podeis ser salvos.”

Uso. Por esta doutrina acerca da necessidade do Batismo são justamente repreendidos dois tipos de pessoas.

Primeiro: Os papistas, que constroem a necessidade absoluta do Batismo sobre fundamentos falsos e instáveis. Pois ensinam em seus escritos que todos os homens nascem em pecado e corrupção, e que, a menos que sejam purificados disso, nunca podem ser salvos. Ora, o Batismo — dizem — foi instituído por Deus como o único remédio e o único meio pelo qual podem



ser purificados do pecado e alcançar salvação. E demonstram isso comparando o Batismo com a serpente de bronze: assim como ela era o único remédio para curar os que foram picados pelas serpentes, assim este sacramento é o único meio instituído por Deus para preservar os que dele participam do aguilhão da morte e destruição eterna.

Mas a resposta é clara pela doutrina anterior: embora todos os homens sejam concebidos e nascidos em pecado e não possam entrar no reino dos céus sem serem purificados; ainda assim o Batismo não é absolutamente necessário para esse propósito. Pois ele não foi instituído como o único remédio desse mal, mas apenas como um sinal e significação da purificação do pecado pelo sangue de Cristo. Agora, aqueles que estão dentro da aliança podem ter seus pecados perdoados pela misericórdia de Deus, e isso conforme a forma da aliança, mesmo que não recebam o sinal dela — desde que não desprezem voluntariamente esse sinal quando ele pode ser recebido.

Além disso, a serpente levantada por Moisés era, em si mesma, por sua própria virtude, apenas um sinal, e não um remédio para curar os israelitas doentes; mas eles eram curados por sua fé na palavra da promessa de Deus anexada ao sinal; conforme diz Davi: “Ele enviou a sua palavra e os sarou” (Salmo 107.20). E, para o mesmo efeito, Agostinho diz que a cura dos israelitas não veio da serpente, mas do mandamento de Deus obedecido e da promessa de Deus crida. E assim também é o Batismo — um remédio, mas não de outra maneira.

O segundo é o tipo comum de pessoas ignorantes, que pensam que uma criança morrendo sem batismo



morre sem crisma; e que ela não pode de maneira alguma ser cristã, a menos que seja batizada. Essa opinião deles é muito errônea. Pois, por meio dela, fazem do batismo, o selo da aliança, tão necessário quanto a própria aliança. Ao passo que, pelo contrário, o batismo não é simples e absolutamente necessário, de modo que a pessoa morrendo sem ele não possa ser salva, mas somente parcialmente, naquilo em que serve para distinguir a verdadeira igreja da falsa, para ser um sinal necessário de nossa admissão e entrada na igreja, sim, para confirmar nossa fé na promessa de Deus. Nem o batismo tem força para fazer um cristão, mas somente para significar e declarar que um homem é cristão, por estar dentro da aliança da graça.

Se as testemunhas, que comumente chamamos de padrinhos e madrinhas, são necessárias?

A esta são dadas duas respostas.

Primeiro, que o uso de padrinhos e madrinhas não é simplesmente necessário ao sacramento do batismo. Pois, em primeiro lugar, parece que, nos tempos antigos, os pais de crianças que eram pagãos e recém-convertidos à religião cristã, ou eram ignorantes e não podiam, ou descuidados e não queriam criar seus filhos de acordo com a Palavra de Deus e a religião que recém professavam. E, por isso, foi considerado conveniente que algumas pessoas de bom conhecimento e vida fossem chamadas para testemunhar o batismo e prometer seu cuidado pela educação das crianças. Mas agora, entre nós, os pais sendo mais bem ensinados e habilitados, aquilo não é de tanta necessidade. Em segundo lugar, Cristo instituiu e ordenou em sua Palavra todas as coisas



adequadas, convenientes e necessárias ao legítimo batismo, entre as quais Ele não prescreveu em nenhum lugar, expressamente, o uso de fiadores. Em terceiro lugar, toda a congregação reunida na administração deste sacramento apresenta a criança ao Senhor e é testemunha de que a criança é admitida na Igreja e está externamente na aliança. E, portanto, eu considero ser uma falta quando a congregação se retira antes que a criança seja batizada. Em quarto lugar, aquilo que se requer deles que prometam e cumpram pode — sim, deve e é obrigado a ser — cumprido pelos pais da criança batizada; que, pela Palavra de Deus, devem criar seus filhos no temor de Deus.

A segunda resposta é que, embora tais pessoas não sejam necessárias à essência do batismo, ainda assim não devem ser simplesmente rejeitadas; sempre se pressupondo que sejam pessoas aptas e bem qualificadas. Sua aptidão consiste em quatro coisas.

Primeiro, que sejam de idade de discrição, suficiente para assumir tal encargo. E, portanto, é uma falta quando crianças são chamadas para serem padrinhos e madrinhas, as quais não chegaram ainda à idade da discrição, nem são capazes de considerar o que fazem ou deveriam fazer.

Segundo, que tenham ao menos algum conhecimento e entendimento, não somente em geral, dos princípios e fundamentos da religião, mas também da natureza e do fim do sacramento, e da substância da promessa com a qual se obrigam em favor de seus afilhados. Exigia-se, nos tempos antigos, das pessoas que seriam testemunhas, que soubessem e entendessem o



Credo e a Oração do Senhor. Portanto, são justamente culpáveis aqueles que chamam tais pessoas para serem testemunhas para seus filhos, as quais, ainda que tenham idade suficiente, têm pouco ou nenhum conhecimento dos fundamentos do Catecismo, ou do vínculo pelo qual se obrigam quanto ao bem e piedosa educação das crianças no tempo futuro.

Terceiro, que sejam conhecidas como pessoas de vida honesta e reformada, não justamente acusáveis de impiedade, incivilidade ou desonestidade, para que, por seu exemplo, as crianças sejam no futuro conduzidas à santidade de vida e conversação. Pois como pode aquele que é de vida dissoluta e ímpia ser capaz de conduzir outros, confiados ao seu cuidado, ao abraço da verdadeira religião?

Quarto, que sejam cuidadosos em cumprir sua promessa feita diante da igreja para o bem da educação e instrução da criança no temor de Deus, especialmente quando os pais são negligentes e descuidados nesse aspecto.

Agora, as razões pelas quais estes fiadores não devem ser simplesmente rejeitados, se forem qualificados como foi dito, são estas. I. Porque este costume, embora não esteja diretamente fundamentado na Escritura, contudo não é contrário a ela. Pois, sendo corretamente usado e mantido, tende ao avanço da religião e da piedade em famílias particulares, e, conseqüentemente, à edificação da Igreja. II. Não é algo novo, mas uma prática antiga e recomendável, continuada na Igreja de Deus por mais de 1200 anos. III. Porque estas pessoas suprem a deficiência dos pais naturais quando eles faltam, seja por



morte, seja por negligência enquanto vivem; se forem fiéis à promessa feita em favor das crianças quanto às coisas que pertencem à sua salvação.

Além disso, a respeito dessas pessoas, movem-se três questões.

Que dever devem cumprir em favor da pessoa batizada?

Os papistas ensinam que o ato principal e próprio do fiador é tomar a criança batizada das mãos do sacerdote, para seus próprios braços e custódia. Mas isso, embora seja uma ação nem boa nem má, contudo, considerando que pode ser tão bem feita por outra pessoa quanto por ele, e que, sendo feita por outra, não traz prejuízo algum ao fim para o qual tais pessoas foram inicialmente designadas na Igreja — isto é, a boa educação das crianças batizadas — não pode ser o principal dever do fiador.

Mas as coisas requeridas deles são especialmente estas:

I. Ser testemunhas especiais da admissão e entrada da pessoa batizada na Igreja de Deus.

II. Obrigar-se por solene promessa, em nome da criança, diante de toda a igreja reunida, que terão cuidado de, tão logo ela chegue à idade de discrição, fazê-la ser criada no temor e serviço de Deus, e ser instruída nos princípios da fé e do arrependimento, e ser informada da promessa feita por eles em seu favor, para que ela molde sua vida de acordo com isso.

III. Ter especial cuidado do cumprimento de sua promessa; que, por todos os bons meios que Deus tenha



designado — tanto públicos, como ouvir a Palavra e receber os sacramentos; quanto privados, como exortações e admoestações — no tempo futuro ela seja movida e incitada a abandonar o diabo, etc., e a cumprir seus votos feitos no seu batismo.

Se as crianças batizadas passam a ter parentesco espiritual com toda a Igreja por causa de seus padrinhos e madrinhas?

Os papistas respondem que sim, e explicam sua resposta desta maneira. Assim como pela propagação carnal o homem tem um ser natural, assim pelo sacramento do batismo ele tem um ser espiritual no estado de graça, segundo o qual nasce de novo. Ora, assim como pela propagação carnal surge um vínculo de parentesco entre um homem e outro; assim, pelo recebimento do batismo, surge um vínculo de parentesco entre os membros da Igreja; por meio do qual os fiadores se tornam como pais e mães das pessoas batizadas.

Nós, por outro lado, respondemos negativamente, que as pessoas batizadas não se tornam espiritualmente aparentadas à Igreja por meio do seu batismo. Agora, que isso é verdade, e que a doutrina contrária dos papistas é errônea, aparecerá por estas razões.

I. O próprio Sacramento não dá um ser espiritual a nenhum homem que dele participa; nem tem força para fazer alguém um cristão, ou um membro da Igreja invisível de Deus. Mas aquilo que faz isso é a Aliança da graça, na qual é prometida a remissão dos pecados e a



vida eterna, em e por Cristo. E o Sacramento é somente um selo dessa aliança, e nada mais.

Agora, se o batismo não pode fazer um cristão, muito menos pode dar-lhe um ser espiritual no corpo de Cristo, e consequentemente qualquer tipo de aliança espiritual pela qual um membro possa estar ligado a outro.

II. Não há a mesma razão entre o Batismo e a propagação ou nascimento carnal. Pois o Batismo não é a regeneração em si, mas o Sacramento, isto é, o sinal e selo da regeneração. E portanto, embora o parentesco natural venha da semente carnal e do nascimento, contudo o parentesco espiritual não pode vir a alguém pelo batismo.

III. A Escritura menciona apenas dois tipos de parentesco, e nenhum outro: um que surge propriamente da sociedade e comunhão de sangue, que chamamos Consanguinidade; o outro, que decorre da conjunção carnal de homem e mulher no estado de matrimônio, comumente chamado Afinidade. E além desses, a Escritura não reconhece nenhum.

Se for dito que Deus é o Pai de todos os crentes, e que eles são seus filhos e filhas, e Cristo o seu irmão mais velho; e portanto deve necessariamente haver uma aliança espiritual entre todos eles; respondo: isto é verdade. Mas que esse parentesco tenha sua origem no batismo, e que comece com aquela relação que há entre os padrinhos e seus afilhados nesse Sacramento, isso é uma invenção papista, arquitetada pelo engenho humano, sem fundamento ou autorização na Palavra de Deus.



Mas, supondo que a opinião dos papistas fosse verdadeira, então outra questão poderia ser levantada: Se o parentesco espiritual contraído pelo batismo pode ser um impedimento legítimo ao casamento entre os próprios testemunhos (padrinhos) ou seus filhos?

Os papistas, em seus escritos, respondem que a aliança espiritual, sendo muito mais excelente que a carnal, é de muito maior força tanto para impedir um homem de casar antes do matrimônio, como para desfazer um casamento quando ele já está consumado. Mas essa doutrina (como a anterior) não é justificável.

Primeiro, eles mesmos afirmam que esse impedimento não depende da lei da natureza, mas do julgamento da Igreja. Mas o estado do casamento existe pela ordenança de Deus, que concedeu liberdade de entrada nele a todos os homens que estão fora dos graus proibidos em sua lei, sem exceção. E portanto as leis e constituições humanas não podem prejudicar ou tirar de alguém essa liberdade.

Segundo, todos os crentes são irmãos e irmãs em Cristo, e portanto são espiritualmente ligados uns aos outros. Agora, se essa aliança espiritual for poluída pelo casamento, ou fizer do casamento algo nulo, então nenhum crente poderia casar “no Senhor”; pois, por esse meio, cristãos nunca deveriam casar com cristãos, mas com pagãos e infiéis.

Terceiro, esse impedimento é uma invenção supersticiosa dos canonistas papistas, apenas para aumentar o tesouro de sua Igreja pela multiplicidade de dispensas. E parece que eles estão ou envergonhados



disso, ou cansados de carregar essa imputação. Pois alguns de seus próprios cânones se opõem a essa ideia, permitindo que os filhos de padrinhos se casem, e que um homem se case com a esposa de seu padrinho. E o Concílio de Trento reduziu essa afinidade a limites mais estreitos, que antes eram amplamente estendidos, permitindo que os próprios padrinhos fossem marido e mulher, não exigindo todos os três tipos de parentesco espiritual, mas somente alguns graus de compaternidade.

Se os filhos de pessoas excomungadas — que foram expulsas e não são tidas como membros da Igreja — têm direito ao Batismo?

Para resolver melhor essa questão, o fundamento da resposta deve primeiro ser estabelecido, e então a resposta diretamente dada. Há dois textos das Escrituras comumente citados quanto à força e ao uso da Excomunhão: o primeiro é Mateus 18; o segundo é 1 Coríntios 5. O propósito de ambos é mostrar que o homem que é excomungado está barrado do reino dos céus. Pois ele não deve ser considerado um verdadeiro membro da Igreja, mas como um gentio e publicano; e portanto é expulso do reino de Deus e entregue a Satanás. De tal peso é a Excomunhão.

Agora, na Excomunhão, há três julgamentos a considerar:

1. o de Deus;
2. o da Igreja;
3. novamente o de Deus.

O primeiro é quando Deus considera qualquer pecador obstinado como culpado de sua ofensa, e



consequentemente culpado de condenação, a menos que se arrependa. Esse é o primeiro juízo.

O segundo é o juízo da Igreja sobre o ofensor, depois que Deus o considerou culpado. Pois o juízo da Igreja segue o juízo de Deus e nada faz senão pronunciar o indivíduo como culpado e sujeito à condenação. E a diferença entre ambos é somente esta: que Deus considera o ofensor culpado, e a Igreja declara que ele o é. Agora, o segundo juízo não deve ser dado absolutamente, mas sob condição de arrependimento, e somente até onde o homem pode julgar pela falta cometida e pela Palavra, que dá direção para discernir a impenitência do pecador.

O terceiro e último juízo é o de Deus, pelo qual Ele ratifica e confirma no céu aquilo que a Igreja fez na terra; e isso segue em ordem ao segundo.

Estabelecido esse fundamento, venho agora à resposta.

Primeiro, portanto, as pessoas excomungadas, em certos aspectos, não são membros do corpo de Cristo, e em outros aspectos são.

Elas não são, em duas considerações:

1. porque estão cortadas da companhia dos crentes pela excomunhão legítima, e assim não têm participação com eles em oração, audição da Palavra ou recepção dos Sacramentos — pois a ação da Igreja permanece válida, Deus ratificando no céu aquilo que a Igreja faz na terra;



2. porque, por seu pecado, elas se privaram (tanto quanto lhes é possível) do poder eficaz do Espírito de Deus que poderia governá-las.

Mas em outros aspectos elas são membros, como aparece ao considerarmos os diversos tipos de membros.

Alguns são membros não de modo atual e presente, mas no conselho eterno de Deus, e hão de se tornar membros no tempo devido, quando forem chamados. Assim foi Paulo antes de sua conversão; e por isso ele diz de si mesmo que Deus o havia separado desde o ventre de sua mãe e o chamado pela sua graça (Gálatas 1.15). Também diz a respeito de si mesmo e de outros crentes: “quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho” (Romanos 5.10). Outros, novamente, são membros apenas em aparência; desse tipo são os hipócritas, que parecem, por sua profissão externa, ser aquilo que na verdade não são. Nisso se assemelham a uma perna de madeira habilmente presa ao corpo, mas que na verdade não é perna nem parte do corpo ao qual está unida.

Um terceiro tipo são os membros vivos, que estão unidos a Cristo pela fé e têm comunhão com Deus nele, sendo justificados, santificados, guiados e preservados pelo seu Espírito; e, além disso, sentem e manifestam o poder desse mesmo Espírito habitando neles. Desses fala Paulo em Romanos 8.14: “Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus.”

O quarto tipo são membros debilitados, que, embora pertençam à eleição de Deus e sejam plantas verdadeiramente enxertadas na videira, Cristo Jesus, no



presente não têm um senso vivo do poder e da virtude do Espírito de Cristo em si. Estes podem ser adequadamente comparados à perna de um homem, ou a outra parte do corpo, que esteja paralisada — a qual, embora permaneça por algum tempo sem sensibilidade e incapaz de receber alimento, ainda assim, por estar unida ao corpo, pode, pela virtude de algum medicamento forte, recuperar-se e ser restaurada como as demais.

Deste tipo são as pessoas excomungadas. Pois, quanto ao enxerto, são verdadeiros membros e não podem ser completamente cortadas do corpo de Cristo (João 10.28), embora, por outro lado, não sejam tidas como tais em três aspectos.

Primeiro, quanto aos homens, porque estão excluídas da santa comunhão com os fiéis pela censura da Igreja. Segundo, quanto a Deus, porque aquilo que a Igreja liga na terra, de modo legítimo, está ligado no céu. Terceiro, quanto a si mesmos, porque, por um tempo, carecem do poder e da eficácia do Espírito, até que sejam profundamente tocados pelo arrependimento e comecem, por assim dizer, a reviver.

Agora, embora nesses aspectos não sejam consideradas membros da Igreja, ainda assim, na verdade, não são totalmente cortadas da sociedade dos fiéis. Pois a semente da fé permanece nelas, e isso mantém o vínculo de união com Cristo, embora o senso dessa união esteja perdido até que se arrependam. Neste caso, o excomungado é como um homem livre que está algemado: até que saia da prisão, não pode usufruir de sua liberdade — e, contudo, continua sendo um homem livre, mesmo permanecendo preso. Assim também os



filhos de Deus podem ainda ser filhos de Deus, embora excluídos da congregação da Igreja por alguns delitos.

Do que foi dito surge a resposta à pergunta proposta: a saber, que os filhos de tais pessoas como são excomungadas devem (apesar da excomunhão de seus pais) ser batizados, porque eles são de fato, e no juízo da caridade, verdadeiros membros do corpo de Cristo, embora em alguns outros aspectos não sejam tidos como tais no presente.

Além disso, considere estas razões:

Primeiro, os filhos de pais que são membros professos da Igreja (ainda que cortados por um tempo devido a algum pecado cometido) têm direito ao batismo, porque não está no poder do homem cortá-los de Cristo, ainda que seus pais estejam excomungados.

Segundo, o pecado pessoal do pai não deve impedir que a bênção alcance o filho e, portanto, não deve privá-lo da participação da ordenança de Deus.

Terceiro, sempre devemos distinguir entre aqueles que não se separam da Igreja, embora sejam ofensores graves, e os apóstatas declarados, que se juntam aos inimigos da Igreja para a ruína e destruição da verdade do evangelho.

Quarto, devemos distinguir entre aqueles que deram seus nomes a Cristo, embora tenham caído gravemente, e turcos e infiéis, que estão fora da Aliança e nunca pertenceram à Igreja.

Por fim, se a misericórdia de Deus se estende a milhares, sim, a gerações sem número, por que o homem



deveria ser tão duro de coração a ponto de questionar se tais crianças pertencem à Aliança e, conseqüentemente, impedi-las do sacramento do Batismo?

Desta questão surge uma segunda:

Se crianças nascidas em fornicção têm direito ao batismo?

Elas não devem ser impedidas. Pois a maldade do pai não deve prejudicar a criança nas coisas que pertencem à sua salvação.

Todavia, neste caso, algumas cautelas devem ser cuidadosamente observadas: primeiro, que o pai mantenha a verdadeira fé e religião; segundo, que ele seja exortado pelo ministro à verdadeira humilhação de si mesmo e ao sincero arrependimento por seu pecado cometido — e isso antes que a criança seja batizada. Terceiro, que haja alguém nomeado para responder pela criança, além dos pais, e fazer uma solene promessa abertamente diante da Igreja de que ela será cuidadosamente criada e instruída na fé. E o mesmo deve ser observado e praticado antes do batismo dos filhos de pais excomungados.

Como os homens devem fazer uso correto do seu batismo quando chegam à idade adulta?

A falta de observar isto é a causa de muitos pecados e corrupções na vida dos homens. Considera-se comum, em assuntos civis, ser uma grande falta quando um homem não mantém seus pactos. Muito mais é um pecado hediondo diante de Deus não guardar as promessas e pagar os votos feitos a Ele. Para responder,



portanto, à questão, devemos primeiro tomar isto como fundamento: que o batismo — tanto em significação, força, uso e fruto — não dura apenas por um momento de tempo, mas por todo o curso da vida de um homem. Ele não diz respeito somente ao tempo passado ou presente, mas também ao que está por vir; sim, a todo o tempo que um homem tem para viver, desde o próprio ato de seu batismo até sua morte.

Além disso, o batismo é o verdadeiro sacramento do arrependimento para remissão dos pecados; o qual, uma vez recebido, permanece perpétuo testemunho e penhor da aliança eterna de Deus, e da contínua lavagem do pecado no sangue de Cristo.

Estabelecido esse fundamento, venho ao uso do batismo, que é duplo.

O primeiro **uso** é que ele serve como sinal e penhor do favor de Deus para conosco — e isso principalmente de três maneiras.

Primeiro, porque ele sela e confirma a nós o perdão gratuito de nossos pecados. Assim, Cornélio foi batizado por Pedro depois de ter ouvido o evangelho pregado e ter recebido o Espírito Santo, para que fosse para ele um penhor da remissão de seus pecados (Atos 10.48). E, da mesma forma, Pedro exorta os judeus convertidos a se arrependerem de seus pecados e receberem o sacramento do batismo como selo e penhor da misericórdia de Deus no perdão deles por Cristo (Atos 2.38).

Em relação a esse uso, o batismo possui grande força para aliviar o coração em angústia. Pois, quando



qualquer filho de Deus sente-se carregado com o peso de seus pecados, a consideração e lembrança de que Deus os perdoou todos e lhe deu um penhor especial e certo de seu perdão no batismo servirá para firmar e sustentar sua alma. E ainda que seus pecados fossem suficientes para fazer uma separação entre Deus e ele, contudo, lembrando-se de que seu nome está escrito na aliança de Deus, e de que ele recebeu por misericórdia de Deus o selo dessa aliança, ele não precisa ficar muito abatido. Quando Satanás o tentar a duvidar de seu próprio estado por causa de suas corrupções, então mesmo ali ele deve recorrer ao seu batismo e considerar o penhor do favor de Deus que recebeu. Deve tirar suas “escrituras” — assinadas com o selo da aliança de Deus feita com ele em Jesus Cristo — e isso será suficiente para calar a boca de Satanás e repelir suas tentações.

Segundo, o batismo é um penhor da eficácia da morte de Cristo. “Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados em sua morte?” (Romanos 6.3). Pois os que creem são pelo batismo conformados a Cristo, seu cabeça, porque por ele são sepultados juntamente com Ele em Sua morte (v.4).

Este ponto é de excelente proveito em nossa vida. Pois ensina o homem que, quando sua própria corrupção o move a pecar e ele está agora mesmo no combate (o Espírito cobiçando contra a carne, e a carne contra o Espírito), então deve lembrar-se de seu batismo — no qual aprovou a Deus selar-lhe a mortificação de seu pecado pelo poder da morte de Cristo — e, conseqüentemente, orar ardorosamente pela continuidade desse mesmo poder em seu coração, para a



continua crucificação do velho homem e a total destruição do corpo do pecado (Romanos 6.6).

Terceiro, o batismo é um penhor para nós da vida de Cristo e de nossa comunhão com Ele nela. Pois assim como Ele, estando morto e no túmulo, ressuscitou para a vida por Seu próprio poder, assim também — e ainda mais — estando agora no céu glorificado, Ele, pelo poder de Sua divindade, levanta a nós, Seus membros, da morte para a vida (Romanos 6.4). Disso Ele nos deu certo penhor neste sacramento. O qual também oferece singular conforto e alegria ao homem, até mesmo em sua maior extremidade.

É verdade que o homem, por natureza, está morto em pecado; contudo, Deus em Sua misericórdia sela-lhe no batismo sua ressurreição da morte do pecado para novidade de vida. É verdade novamente que todos os homens devem morrer. Contudo, este é o nosso consolo: que no batismo Deus nos selou até mesmo nossa ressurreição do túmulo para a vida eterna — e tudo pela virtude e poder da ressurreição de Cristo. Este é o conforto dos confortos, capaz de sustentar a alma do homem até na hora da morte.

O segundo **uso** do batismo é que ele serve como notável meio de nossa morte para o pecado — e isso de três maneiras.

Primeiro, lembrando-nos de mortificar a carne e crucificar nossas corrupções. Pois, se fomos batizados na morte de Cristo, como Paulo diz (Romanos 6.3), então não devemos continuar no pecado; mas devemos nos empenhar por todos os meios — pela oração, pelo jejum,



pela Palavra pregada, e evitando todas as ocasiões de pecado — para matar e destruir a corrupção de nossa natureza e a maldade de nossos corações (Gálatas 5.24).

Segundo, ele nos move a dedicar-nos totalmente a Deus e a Cristo, lembrando que uma vez oferecemos a nós mesmos para ser batizados (na presença de toda a congregação) como sinal de que deveríamos, daí em diante, consagrar nossas almas e corpos ao Senhor e totalmente renunciar e abandonar a carne, o mundo e o Diabo.

Terceiro, ele nos move a esforçar-nos para manter paz e unidade com todos os homens, mas especialmente com o povo de Deus. Pois o batismo é um testemunho solene do vínculo de amor mútuo e comunhão — tanto de Cristo com Seus membros quanto dos membros uns com os outros. Para esse fim, Paulo diz que todos nós, por um só Espírito, fomos batizados em um só corpo (1 Coríntios 12.13). Sim, e o batismo é uma das coisas pelas quais a unidade do Espírito é preservada no vínculo da paz (Efésios 4.5).

Se um homem que cai em pecado depois de ser batizado pode ter algum benefício de seu Batismo?

Pode, se se arrepender. E as razões são estas.

Primeiro, seus Contratos e Escrituras permanecem intactos, no que diz respeito a Deus, e seu nome não é apagado do pacto. O que é diferente nas Escrituras dos homens. Pois, se forem uma vez canceladas, um homem não pode ter seu nome novamente posto nelas.



Segundo, o Batismo é de fato (como já foi dito) o Sacramento do Arrependimento; e (por assim dizer) uma tábua ou prancha para nadar, quando um homem está em perigo de naufrágio de sua alma. Portanto, se um homem se arrepender e estiver de coração contrito por seus pecados cometidos, pode recorrer ao seu batismo, no qual foi selado para ele o perdão de todos os seus pecados passados, presentes e futuros; ele permanecendo na ordem de seu batismo, crendo e arrependendo-se.

Terceiro, para aqueles que caem mesmo depois do Batismo, há esperança de arrependimento, e conseqüentemente do favor de Deus, se forem tocados no coração com verdadeiro remorso e tristeza por suas ofensas. Pois por isso foi que Paulo chama os gálatas (caídos depois de terem sido batizados) à lembrança do favor de Deus prometido a eles no Pacto e selado em seu Batismo, Gál. 3. 3. 19. 27. Da mesma maneira, João chama as Igrejas da Ásia, que haviam deixado o seu primeiro amor, ao arrependimento e conversão, Apoc. 2. 5. 16. E o dito João, na história Eclesiástica, é dito ter reconduzido um jovem que havia caído gravemente depois de seu Batismo.

CAPÍTULO 10

Da Ceia Do Senhor



Assim, quanto ao Sacramento do Batismo. Agora chegamos ao Sacramento da Ceia do Senhor; acerca do uso do qual, há duas questões principais levantadas.

Até onde os homens têm liberdade para usar ou não usar a Ceia do Senhor?

Para a resposta disto, proponho três Regras.

Primeira Regra. Todo homem de idade, vivendo na Igreja e sendo batizado, é obrigado em consciência pelo mandamento de Deus a usar a Ceia do Senhor. Na instituição da Ceia, o Senhor deu uma Palavra sacramental; da qual há duas partes: um Mandamento e uma Promessa. O Mandamento é expresso nestas palavras: *Tomai, comei, bebei, fazei isto*. E obriga todos os homens na Igreja que são batizados ao uso da Ceia do Senhor.

Segunda Regra. Todo homem de idade batizado deve recebê-la frequentemente. 1 Cor. 11. 26. *Todas as vezes que a beberdes, fazei-o em memória de mim*. A razão é que precisamos continuamente nos alimentar de Cristo. E nisto a Ceia do Senhor difere do Batismo; porque pelo Batismo um homem é enxertado uma vez somente em Cristo; mas estando em Cristo, ele precisa frequentemente e continuamente ser alimentado nele, para a vida eterna. E este alimento frequente do crente é selado para ele pelo uso frequente deste Sacramento.

Terceira Regra. Cada homem deve receber e usar a Ceia do Senhor conforme o costume louvável daquela Igreja da qual ele é membro, a não ser que haja um impedimento justo. Um impedimento justo é aquilo que



impede um homem do uso da Ceia, como Suspensão, doença contagiosa e incurável, Ausência por causa justa e importante, como quando um homem está em viagem, e coisas semelhantes.

A razão da Regra é: primeiro, se algum homem se recusa a recebê-la quando pode convenientemente, não tendo impedimento justo, assim fazendo ele negligencia e despreza a ordenança de Deus. Segundo, para um homem se abster quando é chamado a recebê-la, ainda que talvez possa ser desculpado por alguma razão conhecida apenas em seu íntimo, sua abstinência é um mau exemplo e pode dar ofensa a outros. Terceiro, o homem que pode receber e mesmo assim não quer, faz, de fato, suspender e reter de si mesmo o benefício deste santo Sacramento.

Agora, estas três Regras, à medida que servem diretamente para responder à questão tratada, também claramente descobrem alguns erros e faltas na prática de várias pessoas nestes dias. Há alguns que pensam ser suficiente receber a Comunhão uma vez por ano, a saber, na Páscoa. Quando, ao contrário, deve ser usada tão frequentemente quanto possível; considerando que não é outra coisa senão anunciar a morte do Senhor até que Ele venha: o que não é uma ou duas vezes por ano, mas frequentemente, sim, continuamente deve ser lembrado. Outros há que tomam para si a liberdade de vir a esta Mesa e abster-se ao seu prazer; como se fosse algo arbitrário para eles mesmos; o que, contudo, o Senhor ordenou por expresse mandamento, como já foi dito.

Mas alguns alegam para esta prática que estão em desavença com tais e tais pessoas, que lhes fizeram mal, e a quem não podem perdoar; e, neste respeito,



melhor seria abster-se do que vir despreparados. A estes pode-se dizer que sua impreparação, neste e em outros aspectos, deveria ser um forte motivo para induzi-los, ao menos, a usar todo santo esforço para preparar-se todos os dias, do que um meio para mantê-los afastados. Pois se um homem fosse abster-se por cada ocasião de desavença, descontentamento e enfermidade, nunca receberia, e assim, consequentemente, não teria nenhum benefício por esta ordenança de Deus. A preparação diária, portanto, é ainda mais necessária, para que, quando forem chamados e tiverem oportunidade, possam vir como hóspedes bem-vindos a esse banquete celestial.

Como pode uma pessoa usar corretamente a Ceia do Senhor para seu conforto e salvação?

Três coisas são requeridas para isso: uma preparação correta; uma recepção correta; e um uso correto dela posteriormente.

Seção 1. Que a preparação é necessária, o mandamento do Apóstolo mostra claramente, dirigido a todos os comunicantes, sem exceção. 1 Coríntios 11.28: *“Examine-se o homem a si mesmo”* — isto é, *que cada homem se examine.*

Ora, para que alguém esteja devidamente preparado, deve trazer consigo quatro coisas distintas.

Primeiro, conhecimento do fundamento da religião, especialmente do uso de ambos os sacramentos. Que isso é necessário para a preparação, vê-se naquilo que Paulo exige de um bom comunicante, 1 Coríntios



11.26 — a saber, a proclamação da morte de Cristo, que é feita mediante confissão e ações de graças; e estas duas coisas não podem ser realizadas sem conhecimento.

A segunda coisa requerida é a fé. Pois todos os sacramentos são selos da justiça da fé (Romanos 4.11). E a fé se discerne assim: quando o coração do crente se contenta somente com Cristo, na questão da salvação; e crê, não apenas que há remissão de pecados em geral, mas que seus pecados são perdoados a ele em particular.

A terceira é o arrependimento, consistindo em uma tristeza sincera pelos pecados cometidos, em ódio e detestação deles, e em um propósito resolutivo de emenda e obediência para o tempo futuro.

Aqui devemos lembrar que um arrependimento renovado pelos pecados cometidos é especialmente requerido antes do sacramento. Pois o Apóstolo acusa os coríntios crentes de participação indigna, porque vinham com seus pecados, sem renovar o arrependimento.

A quarta é a caridade para com o próximo. Pois este sacramento é uma comunhão, pela qual todos os que o recebem, unidos conjuntamente em amor, participam de um mesmo e único Cristo. E, portanto, assim como ninguém na lei antiga podia oferecer seu sacrifício sem antes estar reconciliado com seu irmão, assim também nenhum comunicante pode participar com outros nesta mesa sem reconciliação, amor e caridade.

Agora, sobre a preparação, há três casos de consciência a serem resolvidos.



O que deve fazer uma pessoa, se depois de se preparar, ainda se achar indigna?

Há dois tipos de indignidade: a de uma consciência má e a da enfermidade. A indignidade de uma má consciência ocorre quando alguém vive em algum pecado contra sua consciência. Devemos especialmente tomar cuidado com isso. Pois é própria dos réprobos; e aquele que vem à mesa do Senhor indignamente, neste sentido, certamente comerá seu próprio juízo, se não sua condenação. A indignidade da enfermidade é quando alguém verdadeiramente se arrepende e crê, e tem consciência de cada dever, mas ainda vê e sente faltas em tudo isso, e por isso se considera incapaz para a Ceia. Tal indignidade não pode legitimamente impedir uma pessoa de vir ao sacramento, nem é causa suficiente para fazê-la se abster. A razão é que o Senhor não exige ali perfeição de fé e arrependimento, mas a verdade e sinceridade de ambos, embora imperfeitos.

Se se perguntar como se pode conhecer a verdade da fé e do arrependimento, respondo por estes sinais:

1. Se nossa fé é dirigida ao objeto correto — somente Cristo.
2. Se há fome e sede por Seu corpo e sangue.
3. Se há um propósito constante e sério de não pecar.
4. Se há mudança na vida.

Assim lemos que muitos dos judeus, nos dias de Ezequias, vieram a Jerusalém e comeram a Páscoa sem se terem purificado conforme o que estava escrito na lei. E ainda assim, para aqueles dentre eles que haviam preparado todo o coração para buscar o Senhor, o texto



diz que Deus ouviu a oração de Ezequias e curou o povo — embora não estivessem purificados conforme a purificação do santuário (2 Crônicas 30.18–20).

É necessário, para a preparação, que alguém venha em jejum para esta Ceia?

Não é necessário. Pois na Igreja Primitiva, os cristãos primeiro faziam uma refeição, e no final dessa refeição recebiam a Ceia do Senhor. E se os recebedores trouxerem consigo mentes atentas, corações reverentes e sóbrios, não importa se vêm em jejum ou não. O reino de Deus não consiste em comidas e bebidas, como diz Paulo (Romanos 14.17).

Pessoas que estão em contenda e levam umas às outras aos tribunais podem, com boa consciência, vir à Mesa do Senhor?

A razão da pergunta é que, quando entram em litígio, pensam que não estão perdoadando.

Há três tipos de perdão:

1. o perdão da vingança,
2. o perdão da penalidade,
3. o perdão do julgamento.

O perdão da vingança é quando as pessoas se dispõem a deixar de lado todo ódio e retribuição do mal. — O perdão da penalidade é quando, sendo injustiçadas, estão dispostas a encerrar o assunto e não prosseguir para a vingança por infligir punição. — O perdão do julgamento é quando alguém está disposto a considerar e julgar como bem feito aquilo que foi mal feito; e a julgar



uma pessoa má como não sendo má, nem inimiga, ainda que ela seja inimiga.

Dos três, o primeiro é sempre necessário. Uma pessoa é obrigada em consciência a perdoar a vingança, deixando-a ao Senhor, a quem a vingança pertence propriamente. Mas ao perdão da penalidade e ao do julgamento não somos sempre obrigados.

Devemos evitar e escapar de injustiças o máximo possível; mas, quando elas são cometidas contra nós, podemos com boa consciência buscar reparação e usar meios lícitos para nos defender. Portanto, respondo à pergunta assim: Se alguém, entrando em litígio com outro, o perdoa quanto à vingança quando vem à Mesa do Senhor, cumpre o seu dever. Pois, fazendo isso, ele não é obrigado às outras formas de perdão, como foi dito.

Seção 2. A segunda coisa, no uso correto da Ceia do Senhor, é o recebimento correto dela. Nele, requerem-se duas coisas.

Primeiro, a renovação do nosso Conhecimento, ou Fé Geral. E, em segundo lugar, a renovação da nossa Fé Especial em Cristo. Observe-se a razão de ambas. Este Sacramento contém muitos Sinais particulares; não apenas o pão e o vinho, mas as ações feitas com eles. Os Sinais podem ser assim distinguidos: alguns são sinais representativos; outros são sinais aplicativos.

Sinais representativos são aqueles que vivamente nos apresentam Cristo, com Seus benefícios; como o pão e o vinho, o partir e o derramar. Aplicativos são aqueles que tornam esses benefícios próprios; como o dar e o receber o pão e o vinho. O primeiro tipo serve



propriamente para renovar nosso conhecimento; o segundo, para confirmar o mesmo mediante aplicação. Ora, conforme o propósito do Sacramento, deve ser o nosso correto recebimento, que consiste na renovação do nosso conhecimento e fé, no mistério dele. Nosso Conhecimento é renovado, principalmente, por meditação no uso da Ceia, desta maneira:

Primeiro, quando vemos que dois sinais são recebidos, devemos lembrar que Cristo é o nosso Salvador perfeito, isto é, tanto pão quanto água da vida.

Segundo, quando contemplamos o pão e o vinho separados pelo ministro e consagrados pela repetição da promessa e pelas orações feitas para esse fim, devemos lembrar que Cristo foi ordenado e designado por Deus para ser nosso Mediador e Salvador. João 6.27; Atos 2.23, 36.

Terceiro, quando vemos o pão sendo partido e o vinho derramado, devemos meditar em Cristo, que foi crucificado por nós e quebrado tanto pela primeira morte quanto pelas dores da segunda, pelas quais vida e justiça foram obtidas para nós.

Quarto, o dar dos elementos às mãos dos que recebem nos oferece à meditação o seguinte: que Deus verdadeiramente e realmente dá Cristo, com Seus méritos e eficácia, a cada recebedor crente.

Por outro lado, nossa Fé é renovada pela apreensão e aplicação, deste modo: quando o ministro dá o pão e o vinho, e o comunicante os recebe, ao mesmo tempo devemos elevar nossos corações ao céu, para apreender Cristo pela fé; crendo que Ele, com todos os



Seus benefícios, é nosso; que Ele foi feito homem por nós; que Ele sofreu e morreu pela remissão dos nossos pecados. Pois essas ações simbólicas ou sacramentais externas não servem para outro fim senão significar a nós essas ações internas da mente e da vontade, pelas quais apreendemos e recebemos Cristo, para nossa salvação.

Aqui, de passagem, duas Questões são propostas.

O que se deve fazer se um homem, após muitas vezes comungar, ainda duvida se tem fé ou não?

Ele deve lutar contra a dúvida e esforçar-se para crer; estando de coração verdadeiramente triste pela fraqueza e enfermidade de sua fé. E deve, juntamente com isso, considerar e lembrar que Deus não apenas deu Sua promessa, mas separou este Sacramento para ser um sinal e penhor especial de Sua misericórdia contida na promessa, para o sustento e fortalecimento da fé do homem.

Mas alguém dirá: Meu esforço é nada, se a dúvida prevalece.

Não é assim. Pois, se um homem consegue entristecer-se de coração por sua enfermidade; se ele se esforça para crer; se em seu coração ele tem fome e sede de Cristo — a fé está começada, e ele, de algum modo, apreende Cristo. O pobre mendigo à beira do caminho desfruta da esmola que lhe é dada, ainda que a receba com uma mão manca e leprosa. O estômago que tem aversão ao remédio, se recebe ao menos uma gota da poção prescrita, e isso de maneira muito fraca e desfalecida, será capaz, com o tempo, de tirar proveito de maior quantidade; e, enquanto isso, já recebe algum bem. O homem que está



em prisão fechada, se vê apenas um pequeno raio do sol por uma fenda, por aquele único raio ele faz uso do sol, ainda que não veja todo o corpo do sol. Do mesmo modo, embora nossa fé — a mão da nossa alma — seja misturada com fraqueza e corrupção; ainda que sintamos medida muito pequena da graça de Deus em nós; sim, ainda que nosso conhecimento seja muito pequeno; isso é, ainda assim, argumento de que o Espírito de Deus começa a operar em nossos corações, e de que, pela misericórdia de Deus, começamos a lançar mão de Cristo.

Dir-se-á ainda: Se eu não sinto Cristo sendo dado a mim por Deus, eu não creio, não posso crer. Resposta. Na natureza, é verdade que a Experiência começa primeiro e então vem a Certeza; mas nas coisas Espirituais e Divinas, deve-se tomar o curso contrário. Pois aqui, devemos começar com fé, e, em primeiro lugar, simplesmente crer nas promessas de Deus; e, depois, chegamos, pela bondade de Deus, a sentir e experimentar Sua misericórdia. Este ponto foi notavelmente praticado por Josafá, que, estando em grande extremidade e vendo nenhum modo de escapar, exerceu sua fé em primeiro lugar e disse: “Senhor, não sabemos o que fazer, mas os nossos olhos estão postos em ti.” (2 Crônicas 20.12). E o mesmo ensinou ao povo naquele tempo, versículo 20: “Crede no Senhor, e sereis estabelecidos.” Assim Abraão é dito ter crido, acima da esperança, em esperança, na promessa de Deus, mesmo contra o senso, a razão e a experiência (Romanos 4.18).

Se no próprio instante de receber, o homem sente seu coração tão endurecido que não consegue elevá-lo a Deus, o que então deve ser feito?



Primeiro: a dureza do coração é dupla — sensível e insensível. A dureza de coração insensível é um grande e perigoso juízo. Mas a dureza sensível e sentida, que está nos filhos de Deus, e que eles percebem e lamentam em si mesmos, é antes uma bênção que uma maldição. Desta, o povo de Deus se queixava em Isaías 63.17. E isso não deve desencorajar nenhum comunicante, mas antes consolá-lo, porque é um sinal de graça. Pois, se não houvesse graça no coração, não se poderia sentir a corrupção e a dureza.

Segundo, respondo que o benefício do Sacramento não está ligado ao exato instante de recebê-lo; mas, se antes e depois o homem elevar seu coração a Deus, achará conforto, ainda que no presente não tenha tão vivo senso e sentimento disso quanto deseja. Sempre com esta condição: que tal pessoa esteja descontente consigo mesma por não poder fazer o que quer e deve, nem na medida requerida. E tal pessoa deve considerar, para seu consolo, que, embora ela não apreenda Cristo, Cristo a apreende e a aceita.

Seção 3. Em terceiro lugar: depois de receber os Sacramentos, duas coisas são requeridas.

Primeiro, que se dê graças a Deus, não somente em palavras, mas em toda ação da nossa vida, por Cristo e por todos os seus benefícios. Segundo, que não somente no momento presente, mas sempre depois, renovemos continuamente nossa fé, arrependimento e obediência.

Mas o que deve fazer um homem, se após recebê-los, não encontra conforto?



Primeiro, ele deve examinar-se para saber se realmente creu e se realmente se arrependeu, sim ou não. Se não o fez, então a culpa está nele mesmo, e não na ordenança de Deus. Se o fez, não deve ficar abatido, pois a alegria do Espírito está semeada em seu coração; e embora ela permaneça oculta por um tempo, ainda assim, ao fim, ela se manifestará. *Salmo 97.11.*

CAPÍTULO 11

Da Adoração

A quarta parte do culto externo a Deus é a Adoração; nela consideramos duas coisas: Primeiro, o que ela é; Segundo, quais são as questões propostas a seu respeito.

Seção 1. Quanto ao primeiro ponto: Adoração, em geral, é um culto exterior, que significa e testemunha o culto interior do coração. Mais especificamente, devemos entendê-la como inclinar a cabeça e o joelho; curvar e prostrar o corpo; elevar as mãos, os olhos, e atos semelhantes.

A adoração é de dois tipos: Religiosa ou Civil.

1. Adoração Religiosa. Adoração religiosa é aquele culto a Deus no qual a religião e a piedade são exercidas, expressas e significadas. Nela há sempre duas coisas unidas, embora devamos considerá-las distintamente:



- I. A primeira e principal, sendo o fundamento de todas as demais, é a intenção da mente, pela qual Deus é concebido como Senhor absoluto e onipotente, conhecendo todas as coisas — até mesmo o coração do homem —, ouvindo as orações de todos, em todos os lugares, em todos os tempos; sendo o autor, preservador e doador de todas as coisas boas.
- II. A segunda, dependente da primeira, é a prostração exterior do corpo — como dobrar o joelho, e coisas semelhantes — com o propósito de testificar nossa sujeição a Deus, como nosso Senhor absoluto, etc.

É isso que faz da Adoração um culto verdadeiramente religioso.

2. Adoração Civil. A outra espécie de adoração é a Civil, pertencente ao segundo mandamento da segunda tábua; alguns a chamam de *social*, porque é a honra ou reverência que criaturas dão umas às outras.

E ela, como a religiosa, contém duas partes:

- I. A intenção daquele que a realiza, que deve ser esta: que a criatura honrada é dotada de excelentes dons de Deus; ou que possui poder de governo sobre nós. Pois uma destas duas é sempre o fundamento da adoração civil.
- II. A ação ou gesto exterior do corpo, em sinal de que a criatura honrada é dotada de dons excelentes e revestida da autoridade mencionada.

Aqui devemos lembrar que inclinar o corpo, etc., e em geral qualquer gesto corporal realizado, é o mesmo



tanto no culto Religioso quanto no Civil; e a distinção consiste somente na intenção da mente.

Seção 2. Agora, as questões sobre Adoração são duas.

A que coisas é devida a Adoração, e de que maneira?

Devemos distinguir as coisas que existem; e elas são de três tipos ou ordens. Na primeira ordem vem Deus, o Criador; na segunda, as criaturas; na terceira, as obras das criaturas.

Quanto ao primeiro: a adoração que é devida a Deus, o Criador, não deve ser social (pois não somos companheiros ou iguais de Deus), mas somente religiosa. Sim, todo culto religioso é devido a Deus, e somente a Ele; o que eu provo assim: o Diabo, quando tentou o nosso Salvador, não pediu mais do que o prostrar do Seu corpo; ainda assim, fundamentou-se nisto: que ele era o doador e dispositor de todos os reinos da terra. Mas Cristo nega isso, e responde: “*Ao Senhor teu Deus adorarás, e somente a Ele servirás*” (Mateus 4.10). Além disso, o próprio objetivo da Adoração Religiosa é reconhecer a Divindade e as suas propriedades. E, por isso, ela deve ser dada somente a Deus — e, consequentemente, não à criatura, a menos que queiramos reconhecer uma Divindade na criatura.

Aqui devemos lembrar de dois avisos sobre a Adoração Religiosa.

Primeiro: se a adoração for dada ao Deus verdadeiro, mas com uma intenção falsa e errônea, isso faz Dele um ídolo. Por exemplo: se o corpo se inclina, com esta intenção, de adorar a Deus fora da Trindade,



como faz o Turco; ou se Ele é adorado fora do Filho, como faz o Judeu; procedendo assim, nós não adoramos o Deus verdadeiro, mas um ídolo.

A razão é: Deus deve ser concebido por nós tal como Ele se manifestou em Sua própria Palavra, e não de outra maneira. Se for de outra maneira, Deus não é concebido, mas um ídolo, ou uma ficção da mente; e a adoração não é feita a Deus, mas ao ídolo.

Segundo: adorar a Deus *em, perante, ou através de* uma imagem é idolatria e superstição; e Deus, assim adorado, é transformado em um ídolo. Pois quem assim O adora, vincula Sua presença, operação e graça a aqueles lugares aos quais Deus jamais vinculou a Si mesmo, ou à Sua presença, etc. Deus não designou imagens para serem penhores dessas coisas, nem por promessa, nem por mandamento. Daí se segue que o homem que adora a Deus de maneira diversa da que Ele deseja ser adorado — ou que espera ser atendido quando Deus não prometeu atender — esse é um idólatra. Além disso, Deus expressamente proíbe o culto de Sua Majestade *em, diante de, ou por meio de* qualquer criatura no céu ou na terra (Deut. 4.16–19).

Mas o idólatra, para desculpar o seu pecado, costuma alegar várias coisas.

Primeiro, ele diz que, quando adora, não pretende adorar a imagem, mas a Deus na imagem. Respondemos: não importa qual seja a sua intenção. Pois, seja qual for a intenção, se Deus detesta tal maneira de culto, ela não deve ser oferecida a Ele sob nenhuma forma. Os israelitas não adoraram o bezerro de ouro em



si, mas a Deus *no bezerro* (Êx. 32.8). Ainda assim, Moisés diz que eles adoraram um ídolo.

Segundo, ele alega que, no Antigo Testamento, Deus foi adorado diante da arca, e que ali Ele prometeu ouvir as orações de Seu povo.

A razão não é a mesma. Eles tinham um mandamento expresso, dado por Deus, sobre a adoração diante da arca; e tinham uma promessa de que seriam aceitos e ouvidos. Mas o ídólatra não possui tal mandamento nem tal promessa.

Terceiro, ele objeta que súditos se ajoelham diante da cadeira de estado na ausência do rei ou da rainha, como sinal da sujeição que lhes é devida; e, portanto, muito mais poderiam fazer isso diante das imagens de Deus e dos santos glorificados no céu. Resposta: este argumento também é insuficiente. Pois ajoelhar-se diante da cadeira de estado é um testemunho meramente civil de honra civil; e, sendo referido a este fim — mostrar lealdade e sujeição aos príncipes legítimos — ele se sustenta pelo mandamento de Deus. Mas não há tal autorização na Palavra de Deus para inclinar-se diante de imagens; nem é Sua vontade que elas sejam sinais e penhores de Sua presença.

O segundo tipo das coisas que existem são as criaturas, que devem ser distinguidas em quatro classes:

- I. Espíritos malignos.
- II. Anjos bons.
- III. Homens vivos.
- IV. Homens falecidos.



Sobre os espíritos malignos ou demônios, a pergunta é: que adoração lhes é devida?

Eles são inimigos de Deus e amaldiçoados por Ele; portanto, nenhuma honra ou serviço lhes pertence por Sua vontade e ordenação. E por esta mesma causa, não devemos ter nenhum trato com eles. Pelo contrário, devemos totalmente renunciar e abandonar todas as coisas que vêm do Diabo ou de seus instrumentos — como encantos, feitiços, sortilégios etc. — que servem para operar maravilhas e, ainda assim, não têm de Deus nenhum poder concedido para tal fim, nem por criação, natureza, Palavra ou instituição.

Agora, quanto aos bons anjos: se eles aparecessem hoje a nós, e tivéssemos certeza disso, poderíamos adorá-los — mas como? Apenas com adoração civil e social. Pois lemos em Gênesis 19.1 que Ló, ao ver dois anjos vindo em direção a Sodoma, levantou-se para encontrá-los e inclinou-se com o rosto em terra. Por esse exemplo fica claro que, embora os anjos possam ser adorados, não é com adoração religiosa, nem com qualquer forma misturada com adoração religiosa, mas somente com honra puramente civil. Por isso mesmo o anjo recusou a adoração oferecida por João, dizendo: *“Vê, não faças isso; sou teu conservo e dos teus irmãos...”* (Apocalipse 19.10). Acrescento ainda que, visto que os anjos hoje não nos aparecem, não podemos adorá-los de modo algum, seja civil ou religioso, embora devamos sempre manter uma estimativa reverente deles.

Quanto aos homens vivos, adoração meramente civil é a única que lhes é devida, e isso por causa dos dons de Deus que vemos neles, assim como por causa da



autoridade e posição que ocupam entre os homens. Isto é claramente ordenado no quinto mandamento: “*Honra teu pai...*”, e confirmado pelo exemplo de Abraão, que se levantou e se inclinou diante do povo da terra dos hititas (Gênesis 23.7). Contudo, sempre se entende que tal adoração deve ser conforme o costume louvável do país onde vivem.

Mas adoração, seja ela simplesmente religiosa ou mista, não deve ser concedida a eles em nenhuma forma. Assim, Pedro (quando Cornélio o encontrou e prostrou-se diante de seus pés) recusou receber aquela honra — a qual, não obstante, não era adoração divina, mas um tipo de honra mista, oferecida a Pedro em uma opinião reverente dele como sendo mais do que um homem comum (Atos 10.25–26). Da mesma forma, Mordecai, o judeu, recusou-se a adorar Hamã, porque a honra que o rei ordenou que lhe fosse dada era uma honra excessiva, contendo algo de culto divino, como o que era prestado ao próprio rei. Do mesmo tipo é o beijo dos pés do Papa, que de fato é adoração civil, mas misturada com religiosa — pois é oferecida a ele como Vigário de Cristo e alguém que não pode errar; e nada semelhante é feito a qualquer imperador ou potentado na terra.

Finalmente, quanto aos homens mortos, ou santos falecidos — como Pedro, Paulo e os demais — toda a honra que lhes devemos é apenas uma estimativa reverente de suas pessoas e imitação de suas vidas. Adoração religiosa ou civil devida a eles não reconhecemos nenhuma; pois nem temos trato com eles, nem eles conosco. Portanto, a adoração romana a eles nós rejeitamos como franca idolatria; considerando que ela



lhes atribui uma divindade, fazendo-os presentes em todos os lugares, aptos a conhecer nossos corações e ouvir nossas orações em todos os momentos — o que é prerrogativa somente de Deus.

Quanto às criaturas irracionais, nenhuma adoração lhes pertence, mas apenas um uso reverente e santo delas. Pois adoração é sinal de sujeição do inferior ao superior; mas o homem é superior a elas, e por isso não deve prestar-lhes culto ou serviço. E, portanto, justamente condenamos a adoração das relíquias dos santos, do pão e do vinho no sacramento, etc.

O terceiro tipo de coisas é a Obra da Criatura — a saber, as Imagens. E se for perguntado: que adoração é devida a elas? Respondo: nenhuma. Razões:

1. Temos uma proibição expressa no segundo mandamento: *“Não te encurvarás diante delas, nem as adorarás...”*.
2. O superior não deve prestar adoração ao inferior. Ora, mesmo que se concedesse que fossem imagens de Deus, o homem é imagem mais excelente do que elas; e elas são inferiores não somente ao homem, mas até mesmo às criaturas mais baixas. O verme é uma das criaturas mais baixas da terra, e ainda assim é obra de Deus. A imagem é obra não de Deus, mas do homem. Portanto, o homem poderia, com igual razão — e até com melhor razão — adorar o verme do que a imagem.



CAPÍTULO 12

Da Confissão Externa

A quinta parte do culto externo de Deus é a Confissão. Não me refiro à confissão ordinária ou eclesiástica, mas àquela que é feita diante do adversário. A respeito dela, muitas questões costumam ser levantadas.

A confissão da fé é necessária — e quando?

Que a confissão é necessária fica evidente pelos claros testemunhos da Escritura. 1 Pedro 3.15: *“Estai sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós.”* Aqui há um mandamento direto para confessar. Outra vez, Romanos 10.9–10: *“Se com a tua boca confessares o Senhor Jesus, e em teu coração creres... serás salvo. Porque com o coração se crê para a justiça, e com a boca se confessa para a salvação.”* E Marcos 8.38: *“Quem se envergonhar de mim nesta geração adúltera... dele também o Filho do Homem se envergonhará, quando vier na glória de seu Pai, com os santos anjos.”* Isto é admitido por todos os teólogos, exceto apenas por alguns hereges pestilentos.

Quando deve ser feita a confissão?

Para responder, deve-se lembrar este fundamento: há uma distinção entre mandamentos afirmativos e negativos. — O negativo obriga em todo tempo e para todo tempo; pois nunca é lícito fazer o mal. — O afirmativo obriga em todo tempo, mas não para todo tempo; porque ordena um dever que, entretanto, não deve ser executado em todos os momentos.



Por exemplo: dar esmolas é ordenado por um mandamento afirmativo, mas as esmolas devem ser dadas apenas em tempos e ocasiões apropriados. Por isso aprouve ao Senhor apresentar parte da lei moral em termos negativos, porque os negativos têm maior força. Ora, como a confissão é ordenada não por um mandamento negativo, mas por um mandamento afirmativo, não somos obrigados a ela em todos os momentos, mas somente quando ocasião justa é oferecida.

Quais são os tempos específicos em que se deve fazer confissão diante do adversário?

Há dois tempos principais, aos quais todos os demais podem ser reduzidos:

1. Quando somos examinados sobre nossa religião por autoridades — magistrados, príncipes, juízes etc. Pois nesse momento somos legalmente chamados a confessar nossa fé e podemos fazê-lo com ousadia. Isso é expresso no texto citado anteriormente: *“Estai preparados para dar razão...”* (1 Pe 3.15), ou seja, não para qualquer inquisidor, mas apenas para aqueles que têm poder e autoridade dados por Deus para esse fim. O mesmo está implícito nas palavras de Cristo aos apóstolos: Mateus 10.19 — *“Sereis levados perante governadores e reis por minha causa, para lhes servir de testemunho...”* E, nesse caso, não confessar equivale a negar Cristo, scandalizar a Igreja e prejudicar grandemente a verdade.
2. Quando, pela falta da confissão, a glória de Deus é diretamente atacada, a salvação dos homens é



prejudicada e o próximo é ofendido. Nesse caso, devemos confessar necessariamente, mesmo que nenhum exame seja feito.

Se alguém perguntar: *Como podemos discernir esse tempo?*

A resposta é: pela sabedoria cristã, que nos ensina que, quando por nosso silêncio homens ímpios são estimulados a falar mal da Palavra de Deus e os fracos são levados a cair da fé, então é o tempo adequado para defender e sustentar a verdade. Fora esses dois tempos e casos, os cristãos têm liberdade para não confessar, e podem ocultar legitimamente sua fé — e até suas próprias pessoas —, mudando vestes ou aparência, baseados no fato de que o mandamento afirmativo não obriga sempre.

Aqui se levanta uma objeção:

Primeiro. Somos salvos somente pela fé; portanto, a confissão não é necessária.

A fé deve ser considerada de dois modos: — Primeiro, como um instrumento criado no coração, pelo qual apreendemos Cristo para justificação e salvação. Nesse sentido, é verdade que somos salvos somente pela fé, pois não há outra graça pela qual tomemos posse de Cristo. — Segundo, fé deve ser considerada mais amplamente, como o caminho que nos conduz à vida eterna. Neste sentido, ela não salva sozinha, mas juntamente com esperança, amor, arrependimento, boas obras e todas as virtudes divinas.

Assim Paulo diz que somos salvos pela esperança (Rm 8.24), porque por ela esperamos a salvação; e a



esperança é o caminho no qual todos os que serão salvos devem andar. Outra vez ele diz: *“Nossas aflições momentâneas produzem para nós um peso eterno de glória.”* (2 Co 4.17) — não como causas, mas como caminhos, sinais e marcas que nos orientam até o fim da jornada. Da mesma forma, a mulher é dita ser salva ao gerar filhos (1 Tm 2.15), não como causa, mas como caminho em que deve andar constantemente rumo à glória — ainda que isso pareça um caminho de miséria e morte aos olhos humanos, é de fato o contrário, se os filhos continuarem em fé, amor e santidade com modéstia. E Tiago diz que a fé de Abraão cooperou com suas obras (Tg 2.22), não como causas operantes, mas como testemunhos e evidências que manifestam que ele era justo diante de Deus.

A segunda objeção: A confissão da fé diante de Deus é suficiente. Paulo parece dizer isso em Romanos 14.22: “Tens fé? Tem-na para contigo mesmo diante de Deus.” Portanto, a confissão diante dos homens não seria necessária.

O apóstolo não está falando da fé pela qual somos justificados e salvos, mas daquela que consiste em uma convicção sobre o uso ou não uso de coisas indiferentes. E essa fé um homem pode manter para si mesmo, isto é, pode usá-la de modo a não ofender seu irmão. Esse mandamento foi dado por Paulo para aqueles tempos, quando muitos ainda não estavam plenamente persuadidos sobre o uso das criaturas de Deus — alimentos, bebidas etc. — mas não se aplica a estes tempos.



Se é lícito a um homem, sendo pressionado, ir ao serviço idólatra e ouvir a missa, contanto que mantenha seu coração para Deus?

Não é lícito; e eu o provo pelo propósito dos capítulos oito e dez da primeira epístola aos Coríntios, onde o apóstolo discute a questão de se os coríntios poderiam entrar nos templos dos ídolos e comer da carne oferecida a eles, sem ao mesmo tempo participar com os idólatras no culto aos ídolos. Isto ele declara ser totalmente ilícito; e para esse propósito diz aos coríntios que “não podem beber do cálice do Senhor e do cálice dos demônios”. Ora, assim como isso era ilícito para eles, assim também é ilícito para qualquer protestante ir a qualquer assembleia papista para ouvir a missa.

Além disso, Deus é o Criador do corpo e da alma; portanto, Ele deve ser adorado em ambos; e consequentemente nós O roubamos de Seu devido culto quando reservamos nossos corações para Ele e damos nossos corpos aos ídolos. Para esse propósito Paulo exorta os romanos a entregarem seus corpos como “sacrifício vivo, santo e aceitável a Deus”, Romanos 12.1. O que condena totalmente o erro de alguns, que pensam que Deus se contentará apenas com a alma, e que eles podem entregar seus corpos ao serviço do diabo.

Mas contra esta doutrina são alegadas várias coisas.

A primeira é o exemplo de Naamã, 2 Reis 5.18-19, que disse ao profeta: quando eu me inclinar na casa de Rimom, “o Senhor seja misericordioso para comigo neste assunto”. E a isso Eliseu respondeu: “vai em paz”. Aqui



(dizem alguns) o profeta dá permissão a Naamã para adorar num templo de ídolo.

A isso, várias respostas são dadas.

Alguns afirmam que Naamã fala apenas de adoração civil e política, e não de religiosa. Pois seu ofício era ajoelhar-se no templo para que o rei se apoiasse sobre seu ombro quando adorasse o ídolo. E Naamã faz aberta declaração, no verso 17, de que não adorará nenhum deus senão o Deus de Israel.

Outros respondem — e mais corretamente — que Naamã reconhece que é pecado ir à casa de Rimom e, portanto, pede perdão a Deus por isso duas vezes seguidas, verso 18; e, juntamente com isso, faz um voto de que dali em diante não oferecerá holocausto nem sacrifício a nenhum outro deus senão ao Senhor. E a isso Eliseu responde: “Vai em paz.”

Ainda mais se responde que Naamã solicita ao profeta que ore por ele para que possa ser constante no serviço do verdadeiro Deus; e (caso fosse levado, contra sua vontade, por fraqueza humana, a inclinar-se novamente diante de Rimom com seu rei) que o Senhor misericordiosamente perdoasse sua ofensa. E a isso o profeta consente, dizendo: “Vai em paz”; como se dissesse: segue; eu orarei por ti para esse fim e propósito.

Este texto, portanto, não dá qualquer autorização para presença corporal em assembleias idólatras.

A segunda **objeção**. Jeú professou abertamente o culto a Baal, e ainda assim ele dissimulou, não querendo coisa alguma além de destruir seus adoradores (2 Reis 10.18).



E o Senhor o elogia por sua diligente execução daquilo que era reto aos Seus olhos, verso 30.

Jeú é elogiado, não pela dissimulação, mas por sua diligência em destruir a casa de Acabe, sua religião e os sacerdotes, com tudo o que lhes pertencia; embora em outras questões referentes ao serviço de Deus ele não se afastasse dos pecados de Jeroboão.

A terceira **objeção**. Daniel 3.6: Nabucodonosor fez um decreto de que quem não se prostrasse e adorasse a imagem de ouro seria, naquele mesmo momento, lançado na fornalha ardente. Ora, não lemos que outros além de três recusaram obedecer; portanto, parece que Daniel adorou a imagem assim como os outros.

Daniel não foi acusado como os três jovens foram; e por essa razão não há menção de sua recusa. Além disso, supondo que tivesse sido acusado, ainda assim o rei não tomou conhecimento de sua acusação, porque Daniel era favorecido tanto pelo rei quanto pelo povo.

A quarta objeção. Paulo, junto com quatro homens que tinham feito um voto, consentiu em purificar-se segundo a lei de Moisés, para não ofender os judeus fracos (Atos 21.24). E ainda que aquela lei referente à purificação, como também todo o corpo das cerimônias, tenha sido ab-rogada pela morte de Cristo. Ora, se ele pôde fazer aquilo que era ilícito para evitar ofensa, por que um homem não poderia ir à missa e assim evitar o escândalo que os papistas poderiam tomar?

É verdade que houve um fim para a lei cerimonial com a morte de Cristo; contudo, ela não devia ser abolida de uma vez, mas gradualmente. Além disso, o uso das



cerimônias permaneceu como coisa indiferente em si mesma até que o templo de Jerusalém fosse destruído por Tito e a Igreja do Novo Testamento estivesse completamente estabelecida. E até que essas duas coisas se cumprissem, o uso da lei cerimonial não era pecado, desde que não fosse mantido ou imposto como necessário para a salvação.

Agora, quanto ao que se diz de podermos estar presentes na missa para evitar ofensa, pode-se ainda responder: primeiro, que devemos fazer o nosso dever, ainda que os homens se ofendam muito; pois esta era a regra de Cristo em caso semelhante: “Deixai-os; são cegos guias de cegos”, Mateus 15.14. Segundo, não devemos fazer o mal para que venha o bem.

A quinta objeção. A missa é ordenança de Deus, instituída por Cristo, embora agora corrompida pelos homens.

É um ídolo totalmente condenável, sim, pior que qualquer ídolo dos gentios; e a adoração realizada nela é extremamente abominável, tendo mais afinidade com o grosseiro gentilismo do que com a instituição de nosso Salvador Cristo.

Se algum homem, especialmente um ministro, pode com boa consciência fugir na perseguição; e, se ele pode fugir, quando?

Seção 1. Esta questão consiste em duas partes. Quanto à primeira: vários homens são da opinião de que é totalmente ilícito fugir na perseguição; como Tertuliano, que escreveu um livro inteiro sobre este argumento; e, além dele, certos heréticos chamados Circunceliões, naquela parte da África que agora chamamos Barbária, e



também alguns da seita dos anabatistas. Mas a verdade é que às vezes é lícito fugir, embora nem sempre. Para a comprovação disso, considere estas razões:

Primeiro, o mandamento de Cristo, Mateus 10.23: “*Quando vos perseguirem numa cidade, fugi para outra.*” Se se disser que este mandamento foi limitado ao tempo em que os apóstolos pregavam na Judeia, e portanto é temporário — respondo: não; pois não se pode apresentar nenhum texto das Escrituras que mostre que ele tenha sido revogado. E os próprios apóstolos (que receberam este mandamento, mesmo depois da ascensão de Cristo e do derramamento do Espírito Santo), sendo perseguidos, fugiram de um lugar para outro, como podemos ler em Atos 9 e 2 Coríntios 11.

Se se alegar que, se isso é um mandamento para fugir, então *todos* devem fugir — respondo novamente: embora o mandamento seja geral para todas as pessoas, e portanto qualquer cristão possa legitimamente evitar um perigo evidente; ainda assim, ele é particular no que diz respeito às circunstâncias de tempo e lugar. Pois, embora todos *possam* fugir, há lugares e tempos em que os homens não devem usar essa liberdade, como aparecerá depois.

A segunda razão é tomada do exemplo de muitos homens dignos registrados na Escritura.

- Jacó, o patriarca, fugiu da presença de seu irmão Esaú para Harã, para Labão (Gn 27); e novamente, de lá, fugiu para a terra de seus pais (Gn 31).
- Moisés, depois de matar o egípcio, fugiu do Egito para Midiã, onde viveu 40 anos (Êx 2). E essa não



foi uma fuga precipitada, mas uma *obra de fé* (Hb 11.27).

- Obadias, o mordomo da casa de Acabe, escondeu cem homens dos profetas do Senhor, cinquenta em cada caverna, e os alimentou com pão e água, quando Jezabel queria destruí-los (1 Rs 18.13).
- Elias, temendo por sua vida, fugiu de Jezabel para o monte Horebe (1 Rs 19.3).

No Novo Testamento:

- Nosso Senhor Cristo, estando em perigo, retirou-se (Jo 10.39); e isso diversas vezes, até que chegasse a hora de sua paixão.
- Paulo, quando os judeus conspiraram para matá-lo, foi baixado pelos irmãos num cesto, através de uma abertura no muro, em Damasco (At 9.25).
- E quando os gregos procuraram matá-lo, foi levado pelos irmãos a Cesareia e enviado para Tarso (At 9.29–30).
- Estando outra vez em perigo, usou de prudência cristã para salvar-se; pois, ao dizer que era fariseu, criou uma divisão entre seus acusadores, fariseus e saduceus, e assim escapou (At 23.6–7).

E, se isso era lícito para ele fazer, também o é para um homem — seja ele particular ou pastor — salvar-se pela fuga em caso de perigo. Contudo, para esclarecer melhor a resposta, algumas alegações contrárias devem ser examinadas.

Objecção I. A perseguição é uma coisa boa; e aquilo que é bom não deve ser evitado.



Resposta. As coisas boas são de dois tipos:

1. Coisas simplesmente boas, em si mesmas — como as virtudes e todos os deveres morais — e essas não devem ser evitadas.
2. Coisas que são boas apenas em certos aspectos. Aqui entram as coisas indiferentes, que não são nem ordenadas nem proibidas, mas são boas ou más dependendo das circunstâncias.

A perseguição pertence a esta segunda categoria — não é simplesmente boa, mas somente boa por acidente. Portanto, pode ser evitada, porque ninguém pode dizer que ela é boa ou má para si.

Objeção II. A perseguição é enviada por Deus para a prova e o bem da Sua Igreja.

Resposta. Primeiro, males enviados por Deus podem ser evitados, se Ele mostrar algum meio ou caminho para evitá-los. Por exemplo: Deus envia doença, fome, peste e espada; mas também envia meios e remédios para preveni-los e removê-los — como remédios, alimentos etc. E podemos legitimamente usar tudo isso para tais propósitos. Da mesma forma, a perseguição pode ser evitada, se Deus oferecer meios de escape.

Segundo, há uma dupla vontade de Deus:

- Sua vontade revelada,
- E sua vontade secreta.

Por Sua vontade revelada, Ele determinou que, em caso de perigo presente, quando os meios de escape são oferecidos, estes podem ser usados. Portanto, os que



fogem legitimamente agem em obediência a essa vontade revelada. Quanto à vontade secreta — porque é desconhecida e incerta para nós — não devemos presumir sobre ela, recusando os meios oferecidos, mas antes usá-los até que Deus revele o contrário.

Objecção III. Fugir na perseguição é uma forma de negar Cristo, e contrário à confissão. Quem foge parece não confessá-lo, mas negá-lo.

Resposta. A confissão cristã é dupla: aberta ou implícita.

- Confissão aberta é quando um homem confessa sua fé ousadamente diante do adversário, até a morte. Este é o mais alto grau de confissão; nele os mártires perseveraram, sofrendo até a perda da vida.
- Confissão implícita é quando um homem, para preservar sua religião, está disposto a abandonar sua pátria, amigos e bens. Este é um segundo grau, inferior ao primeiro, mas ainda uma verdadeira confissão, aceitável a Deus.

E é nesta segunda categoria que entra a fuga na perseguição. Assim, a fuga legítima em tempos de perigo não é uma negação de Cristo, nem contrária à confissão; pois, às vezes, agrada a Deus chamar homens para confessar Seu nome e verdade abertamente pelo sofrimento; outras vezes, não abertamente pelo sofrimento, mas pela fuga. E este último caminho, embora não seja um grau tão alto quanto o primeiro, é, em sua medida, uma verdadeira profissão de Cristo, e agradável a Deus.



Objecção IV. Nosso Salvador ordena: “*Não temais os que matam o corpo*” (Mt 10.28). Agora, se o homem não deve temê-los, então não deve fugir.

Resposta. O texto não fala de todo tipo de temor, mas daquele temor que leva à apostasia e faz os homens renunciarem à fé e à boa consciência. Além disso, ele fala do temor em que o homem teme mais ao homem do que a Deus. Em terceiro lugar, fala de um temor que leva o homem a tentar a Deus, fazendo algo contrário à Sua vontade, e fora de seu chamado.

Quando a questão é a fuga na perseguição, não entendemos uma fuga que leve à apostasia, ou que demonstre temor dos homens acima de Deus, ou que seja contrária à vontade de Deus; mas somente aquela pela qual usamos os meios oferecidos, conforme Sua ordenança, para que não pareça que O tentamos, trazendo sobre nós perigos desnecessários.

E assim, a primeira parte da questão está respondida.

Seção 2. A segunda é sobre o *Tempo*: quando um homem pode fugir — seja ministro ou outro? E, para melhor resolução disso, devemos lembrar que há oito condições requeridas na fuga cristã, especialmente naquela que pertence ao ministro.

A primeira é: se não houver esperança de fazer o bem permanecendo no lugar onde está a perseguição. Mas, enquanto ele conceber alguma esperança de fazer o bem, por ensino, pregação ou outros meios, ele não pode fugir. Isso o ministro discernirá facilmente com sabedoria cristã. Para esse propósito, Paulo, em Atos 18.10, tendo



pregado um tempo em Corinto e percebendo que os judeus o detestavam, e ao seu ministério, pretendia partir dali imediatamente. Mas o Senhor, aparecendo a ele de noite em visão, o advertiu para permanecer; pois (disse ele) “tenho muito povo nesta cidade”; isto é, muitos que devem ser convertidos e trazidos à fé. Cada ministro, em seu lugar, deve ter um cuidado especial de promover o reino de Deus, seja fugindo, seja não fugindo.

A segunda condição. Deve-se considerar se a perseguição é pessoal ou pública. Pessoal é aquela que é dirigida contra esta ou aquela pessoa. Pública é a que se levanta contra toda a igreja. Se for dirigida contra a pessoa do pastor, ele pode usar sua liberdade. Pois pode ser que sua fuga traga paz à Igreja. Mas, e se o povo não permitir que ele fuja? Resposta: Eles deveriam estar tão longe de impedi-lo, nesse caso, que deveriam antes socorrê-lo e ajudá-lo. Assim, quando Demétrio levantou um tumulto contra Paulo, sob pretexto de Diana, e ele quis apresentar-se ao povo no lugar comum, os discípulos não o permitiram (Atos 19.30). E o mesmo cuidado que eles tiveram por sua preservação, o povo deve ter por seu pastor em caso de perigo semelhante. Mas, se a perseguição for comum a toda a igreja, então ele não deve fugir. Pois é necessário, especialmente nesses tempos, que aqueles que são fortes sustentem e confirmem os fracos.

A terceira condição. Se houver no pastor moderação de mente. Pois ele deve evitar dois extremos: não ser vencido por medo excessivo, nem, por demasiada confiança, lançar-se precipitadamente em perigo evidente. E, para evitar esses extremos, primeiro deve



orar a Deus por sabedoria, coragem e constância; e, em segundo lugar, usar o consentimento e conselho da igreja, para sua direção neste assunto — para que todas as coisas sejam feitas com sabedoria.

A quarta condição da fuga lícita é: que o ministro se retire apenas por um tempo, e não abandone inteiramente seu encargo e sua vocação. Sim, se ele for principalmente visado na perseguição, pode legitimamente afastar-se; e é também dever da igreja providenciar meios para que ele seja conduzido em segurança até que a perseguição passe. E assim fazendo, ele não abandona a igreja, nem sua vocação; mas apenas usa os meios para sua preservação, para manter fé e boa consciência. Esta autorização nosso Senhor dá a seus apóstolos, em Mateus 10.23: “Quando vos perseguirem numa cidade, fugi para outra.” O fim desse mandamento era que os apóstolos preservassem a si mesmos em segurança até que tivessem pregado o evangelho a todas as cidades de Israel, como as palavras seguintes declaram.

A quinta condição. Se, após devida prova e exame, ele não se achar suficientemente armado com força para resistir ou suportar a extrema dificuldade. Pois então pode retirar-se para algum lugar seguro, onde possa viver para a glória de Deus, mantendo fé e boa consciência.

A sexta condição é: se ele for expulso ou banido pelo magistrado, embora a causa seja injusta. Pois sujeição deve ser rendida simplesmente aos castigos e correções dos magistrados, ainda que nem sempre devamos obedecer a seus mandamentos.



A sétima é: se Deus oferecer um meio e caminho legítimos de escape, e (por assim dizer) abrir uma porta e conceder justa oportunidade para fugir. Nesse caso, não fugir (especialmente se ele não tiver força suficiente para resistir) é tentar a Deus.

A oitava condição: se o perigo não for apenas suspeito, imaginado ou visto de longe, mas certo e presente. Caso contrário, o pastor cai no pecado de Jonas, que antecipou perigos em sua vocação e, por isso, os preveniu fugindo para Társis.

Observadas essas condições, pode ser lícito tanto ao pastor quanto ao povo fugir em tempos de perseguição.

Seção 3. Em seguida, pode-se perguntar: quando um pastor ou outro não pode fugir?

Para responder, devem-se considerar os sinais de fuga ilícita, e eles são principalmente quatro.

O primeiro é: quando Deus põe no coração do homem o espírito de coragem e fortaleza, pelo qual ele está resolvido a permanecer e resistir à força de todos os inimigos. Assim Paulo, em Atos 20.22, foi ligado pelo Espírito a Jerusalém. Embora soubesse que prisões e aflições o aguardavam, não quis ser dissuadido, mas proferiu estas palavras de resolução: “Em nada considero a vida preciosa para mim mesmo, contanto que complete a minha carreira com alegria, e o ministério que recebi do Senhor Jesus, para testemunhar o evangelho da graça de Deus.” Esse impulso do Espírito não é ordinário, mas, em tempos de intensa perseguição, tem sido encontrado em muitos instrumentos dignos da glória de Deus, como



pode ser visto nas histórias de vários mártires nos dias da Rainha Maria. Mas um especialmente (de quem fui informado de modo confiável), tendo esse impulso para permanecer, e ainda assim fugindo — por esse próprio ato sentiu tal agulhão na consciência que nunca pôde ter paz até sua morte.

O segundo sinal é: quando um homem é apreendido e está sob custódia do magistrado. Pois então ele não deve fugir, porque deve, em todos os seus sofrimentos, obedecer ao magistrado.

Aqui surge uma questão: pode um homem preso arrombar a prisão?

A isso, os escolásticos papistas respondem que sim; se a causa da prisão for injusta. E, conforme essa afirmação, é a prática comum dos papistas. Nós, ao contrário, dizemos — e verdadeiramente — que nenhum homem, estando encarcerado, pode usar meios ilegais ou violentos para escapar; pois não podemos, de forma alguma, resistir ao magistrado em nossos sofrimentos. Servos são ordenados a sujeitar-se com paciência às correções injustas de seus senhores (1 Pedro 2.19). E esta razão é dada: “Pois isto é agradável, que alguém, por causa da consciência para com Deus, suporte tristezas, sofrendo injustamente.” Os apóstolos, estando na prisão, não usaram meios para se libertar; mas, quando o anjo do Senhor abriu as portas da prisão, então eles saíram — e não antes (Atos 5.19). E o que Pedro e os outros apóstolos fizeram, devem também fazê-lo pastores e outros homens, em casos semelhantes, por causa da religião.



O terceiro sinal: quando um homem está ligado por seu chamado e ministério, de modo que nele possa glorificar a Deus e fazer bem à igreja pela pregação; então não deve fugir. Pois os deveres de um chamado devem ser preferidos a qualquer coisa mundana — corpo, bens, amigos ou vida, etc.

O quarto sinal: quando Deus, em sua providência, corta todos os meios e caminhos legítimos de fuga, Ele então (por assim dizer) ordena que o homem permaneça. Digo meios legítimos, porque não podemos usar os ilegítimos; mas antes devemos ficar contentes e entregar inteiramente nossa vontade ao querer e prazer de Deus. Não devemos fazer nenhum mal para que venha o bem; e, de dois males, não somente não escolher o menor, mas nenhum deles.

Assim termina a seção sobre Confissão.

CAPÍTULO 13

Do Juramento

A sexta parte do culto de Deus é o juramento; acerca do qual três questões devem ser tratadas.

- I. O que é um juramento?
- II. Como um juramento deve ser feito?
- III. Até onde ele obriga, e deve ser cumprido?

Seção 1. *O que é um juramento?*



Um juramento é uma confirmação *religiosa e necessária* de coisas duvidosas, invocando a Deus como testemunha da verdade e vingador da falsidade.

Primeiro, chamo-o de confirmação, pois assim fala o Espírito Santo: *“O juramento para confirmação é, entre os homens, o fim de toda disputa.”* (Hebreus 6.16)

Segundo, chamo-o de confirmação religiosa, porque um juramento é parte da religião e do culto de Deus; sim, às vezes é usado para designar todo o culto de Deus (Isaías 19.18): *“Naquele dia jurarão pelo SENHOR dos Exércitos,”* — isto é, adorarão o verdadeiro Deus.

Terceiro, acrescento ser uma confirmação necessária, porque um juramento nunca deve ser usado como forma de confirmação exceto em caso de mera necessidade. Pois quando todas as outras provas humanas falham, então é lícito buscar testemunho no céu e fazer do próprio Deus a nossa testemunha. Somente neste caso — e nunca em outro — é lícito usar um juramento.

Quarto, afirmo que nele *Deus é invocado como testemunha da verdade e vingador da falsidade*. Isto é colocado por último porque nisso consiste a própria forma e vida do juramento: que em coisas duvidosas chamemos Deus como testemunha da verdade e justo vingador do contrário. Existem vários tipos de confirmação — como afirmação, asseveração e petição — e é por esta característica que o juramento se distingue de todas essas, porque nele invocamos Deus para dar testemunho do que afirmamos; nas outras três, não.



Agora, acerca deste último ponto — a forma e vida do juramento — três questões precisam ser respondidas, para melhor esclarecer toda a doutrina.

Um juramento feito por criaturas é um verdadeiro juramento e deve ser guardado?

Um juramento por criaturas é um juramento, embora ilícito. Pois, ainda que não haja nele invocação direta de Deus como testemunha, quando chamamos a criatura para testemunhar, indiretamente invocamos a Deus, porque Ele é visto nelas; e quantas criaturas existem no mundo, tantos sinais há da presença de Deus. Cristo mesmo dá esta resposta (Mateus 23.21–22): “*O que jurar pelo céu, jura pelo trono de Deus e por aquele que nele está sentado*” — isto é, pelo próprio Deus.

Um juramento por falsos deuses é um verdadeiro juramento ou não? Exemplo: o juramento do turco por Maomé; o juramento de Labão pelos deuses de Naor — seus ídolos — quando neles não há invocação do verdadeiro Deus do céu e da terra.

Embora não seja um juramento lícito, é um juramento em valor e efeito. Pois, embora aquilo pelo qual se jura seja um falso deus de fato, é o verdadeiro deus na opinião de quem jura. Assim, Maomé é para o turco como o verdadeiro Deus, e ele o honra como Deus; portanto, seu juramento por Maomé é um juramento verdadeiro.

Assim também, quando Jacó, no pacto que fez com Labão, jurou *pelo temor de Isaque*, e Labão pelos ídolos de Naor: Jacó aceitou o juramento oferecido em nome de um deus falso — o que ele não teria feito se aquilo não fosse considerado juramento algum. Portanto,



é claro que jurar por um falso deus é um juramento e obriga a consciência daquele que jura, embora seja tomado de maneira ilícita.

Se em todo juramento Deus deve ser citado como testemunha, como então Deus pode jurar por si mesmo, visto que ninguém pode ser testemunha dEle?

Esta descrição de juramento, pela qual a criatura jura, não inclui o juramento pelo qual Deus jura. Pois o motivo pelo qual Deus jura é vincular-se (como que com um laço) ao homem, fazendo com que o homem o considere um mentiroso e não Deus, caso Ele falhe em cumprir Sua promessa.

Assim o Senhor jura em Sua ira (Hebreus 3.11): “*Se entrarão no meu descanso.*” As palavras do juramento devem ser entendidas com esta cláusula implícita: “*Se eles entrarem... então seja Eu tido como não Deus, ou como um deus falso.*” É desta maneira que Deus é dito jurar: quando manifesta ao homem que está disposto a ser reputado como não Deus, se aquilo que confirma por juramento não for cumprido.

Além disso, em todo juramento há quatro coisas distintas:

1. Asseveração da verdade — que deveria ser afirmada mesmo sem juramento.
2. Confissão da presença onipotente, sabedoria, justiça e verdade de Deus — reconhecendo que Ele é o examinador e conhecedor do coração; sim, testemunha, juiz e vingador da mentira.



3. Oração e invocação — chamando Deus para dar testemunho à consciência do que jura, de que ele fala somente a verdade.
 - a. Essas duas ações (confissão e invocação) fazem do juramento parte do culto a Deus, não menos do que a própria oração.

Imprecação — na qual o homem, reconhecendo Deus como justo vingador da mentira, vincula-se à punição caso jure falsamente ou fale deliberadamente o que é falso. Contudo, embora estes sejam os elementos distintos do juramento, nem todos são expressos na forma de todo juramento; às vezes um, às vezes dois dos principais são mencionados, e os outros ficam ocultos, mas sempre entendidos. Caso contrário, o juramento não é formal nem completo.

Exemplos:

- O profeta Jeremias ensina ao povo de Israel uma forma de juramento: “*Jurarás: O SENHOR vive*” (Jeremias 4.2). Aqui apenas a confissão (segundo elemento) é expressa, e os demais são entendidos.
- As palavras de Rute a Noemi: “*Assim me faça o SENHOR, e outro tanto, se outra coisa que não for a morte me separar de ti*” — isto é apenas imprecação, contendo dentro de si os demais elementos.
- Do mesmo modo, o juramento que Deus faz (Hebreus 3.11): “*Se entrarem no meu descanso...*” — é expresso apenas pela imprecação, com os outros elementos implícitos.



Na fala comum entre os homens, costuma-se dizer (ainda que perversamente): *“Se não for assim, que eu seja enforcado; queria estar morto; que eu nunca saia deste lugar”*, etc. Esse tipo de expressão, qualquer que seja sua intenção, é de fato uma forma de juramento — equivalente, em valor e força, ao juramento de Deus: *“Se entrarem no meu descanso... então não seja Eu Deus.”* Às vezes dois dos quatro elementos são expressos, e os demais entendidos, como em 2 Coríntios 1.23: *“Invoco a Deus por testemunha sobre a minha alma”*. Aqui invocação e impreciação são proferidas, e os outros dois elementos concebidos na mente.

Por estes exemplos, vemos que é comum nas Escrituras apresentar formas de juramento expressando apenas uma ou duas das partes, mas sempre pressupondo todas as demais — caso contrário, o juramento não seria formal e completo.

Seção 2. *Como um Juramento deve ser feito de modo bom e piedoso?*

Para responder a isso, duas Regras devem ser lembradas.

A primeira Regra. Aquele que irá fazer um Juramento pelo nome de Deus, deve jurar em verdade, em juízo, em justiça. Jeremias 4.2. Aqui três virtudes são exigidas em um Juramento legítimo.

Primeiro, que seja feito em verdade. E devemos saber que há uma dupla verdade: uma, da coisa dita; a outra, da mente na qual ela é concebida. A verdade da coisa é quando o discurso de um homem é moldado de acordo com a coisa como realmente é, ou tão próximo



quanto possível; e isso porque Deus é a própria verdade. Isto é chamado pelos Escolásticos de *verdade lógica*. Às vezes, por causa da fragilidade dos homens, essa verdade falta, porque não conhecemos as coisas como elas são. A verdade da mente é quando um homem fala ou jura como pensa, ou como está persuadido em sua consciência acerca da coisa; e isso os Escolásticos chamam de *verdade moral*. Agora, embora a primeira dessas possa faltar, ainda assim a segunda deve necessariamente estar presente em um juramento, para que não caiamos em perjúrio.

A segunda virtude é o Juízo, isto é, prudência ou sabedoria. Esse Juízo requer descrição e consideração principalmente de cinco coisas. Primeiro, da coisa em questão, que deve ser confirmada. Segundo, da natureza do juramento que é feito. Terceiro, da mente e verdadeiro significado daquele que jura. Quarto, das circunstâncias particulares de tempo, lugar e pessoas — quando, onde e diante de quem ele jura. Quinto, do evento ou resultado do juramento. Todas essas coisas devem ser devidamente consideradas, para que não juremos de forma precipitada ou imprudente.

A terceira é a Justiça, na qual também se deve ter cuidado com duas coisas. Primeiro, que o ponto a ser confirmado seja lícito. E é lícito quando pode coexistir com piedade e caridade. Segundo, que as ocasiões para fazer o juramento também sejam justas; e essas são principalmente quatro. I. Quando pode promover a glória e o culto de Deus; ou servir para provar alguma doutrina de salvação, no todo ou em parte. II. Quando pode tender ao fortalecimento do amor fraternal; ou preservar a vida,



os bens ou o bom nome do nosso próximo; ou ainda, confirmar algum pacto, aliança ou contrato feito entre partes, por bons motivos e para fins bons e necessários. III. Quando serve para aliviar a própria necessidade privada de um homem; como quando alguém jura para manter seu próprio bom nome, bens ou vida; para confirmar sua própria fé e veracidade em contratos. Um exemplo disso temos em Paulo, que, para confirmar os Romanos na persuasão de seu amor e cuidado por sua salvação, diz: *Deus é minha testemunha (a quem sirvo no meu espírito, no Evangelho de seu Filho) que sem cessar faço menção de vós*, Romanos 1.9. E novamente, para manter seu próprio crédito e bom nome entre os judeus: *Digo a verdade em Cristo, não minto, minha consciência testificando comigo no Espírito Santo*, Romanos 9.1. IV. Quando o Magistrado o exige por ordem de justiça. Isso, embora seja ocasião justa e fundamento para um juramento, ainda assim três advertências devem ser observadas.

Primeiro, que o juramento seja administrado legitimamente, não contra piedade ou caridade. Segundo, aquele que faz um juramento exigido pelo Magistrado deve jurar de acordo com a mente e o significado do Magistrado que exige o juramento, e não de acordo com sua própria intenção privada. Terceiro, não deve jurar ambigualmente, mas em um sentido simples, de modo que as palavras de sua boca sejam concordes com aquilo que ele concebe em seu coração. Salmo 15.2. E qualquer juramento feito sem observação dessas advertências não é feito em verdade, mas em fraude e engano. Os teólogos papistas afirmam que, em alguns casos, podem jurar com um significado duvidoso; e praticam isso em tempo de



perigo, quando, sendo chamados diante do Magistrado e examinados, respondem “Sim” com a boca, e concebem uma negação, ou “Não”, em suas mentes. Uma prática extremamente ímpia e totalmente contrária a essa excelente Regra do Profeta: que um homem deve jurar em verdade, juízo e justiça.

A Segunda Regra é: que a forma na qual o juramento é proposto deve ser uma forma clara, simples e direta, na qual Deus é diretamente chamado como testemunha. Pois Seu culto deve ser dado diretamente a Ele; e, portanto, o juramento, sendo uma invocação de Seu nome e uma parte de Seu culto, deve ser feito diretamente.

Para que o significado dessa Regra apareça melhor, uma questão deve ser respondida: Se na Forma de um juramento, um homem pode jurar diretamente por criaturas e indiretamente por Deus?

A maioria dos papistas e alguns protestantes sustentam que sim. Mas a verdade é outra. *Eu, porém, vos digo* — diz nosso Salvador — *não jureis de modo algum: nem pelo céu... nem pela terra... nem pela tua cabeça*, etc. Mateus 5.34. Em tais palavras, Ele proíbe todos os juramentos indiretos pelos quais os homens juram diretamente por criaturas e indiretamente por Deus — pois assim faziam os fariseus. Além disso, se um homem pudesse jurar por criaturas e ocultar o nome de Deus, isso diminuiria Sua majestade e autoridade, e muito engano poderia ser usado: pois o jurador poderia dizer que não jurou, mas apenas usou uma petição.

Contra isso se objeta:



Que José jurou pela vida de Faraó, Gênesis 42.25; portanto, parece que juramentos por criaturas não são ilícitos. Resposta. Primeiro, pode-se dizer que José pecou ao jurar assim, pois imitava os egípcios, que juravam pela vida de seu rei. Segundo, pode-se responder que José fez apenas uma asseveração, e não um juramento.

Objecção II. A Igreja em Cânticos faz um juramento pelas criaturas. Cânticos 2.7: *Conjuro-vos, filhas de Jerusalém, pelas gazelas e pelas corças do campo, etc.*

Resposta. Não é um juramento, mas uma petição, pela qual a Igreja chama as criaturas para testemunhar seu afeto intenso por Cristo. Algo semelhante é feito por Moisés, Deuteronômio 30.19, quando diz: *Chamo hoje os céus e a terra por testemunhas contra vós.* E por Paulo, em sua exortação a Timóteo, 1 Timóteo 5.21: *Eu te conjuro diante dos anjos eleitos.* Em tais discursos, não há juramento, mas um tipo de citação ou convocação das criaturas como testemunhas. E há grande diferença entre um juramento e uma petição. Na petição, não há mais que chamar a criatura para dar testemunho, sendo a matéria já aparente e manifesta. Mas no juramento, quando a matéria não é tão manifesta, Deus é feito não apenas testemunha, mas também juiz e vingador.

Objecção III. São Paulo jura pelo seu regozijo em Cristo, 1 Coríntios 15.31, e esse regozijo era uma paixão criada, ou uma criatura. Resposta. Isso também era uma petição, ou palavra de afirmação e asseveração, e não um juramento. Pois é como se tivesse dito: “Minhas tristezas e aflições que suporte por Cristo testemunhariam (se pudessem falar) que assim como certamente me regozijo em Cristo, assim certamente morro diariamente.”



Objeção IV. Abigail jurou a Davi pela criatura: *Assim como vive o Senhor, e como vive a tua alma*, 1 Samuel 25.26. Resposta. A primeira parte é um juramento; mas a segunda é apenas uma petição ou afirmação intensa unida ao juramento.

Agora, embora não seja de modo algum lícito jurar por criaturas, ainda assim, quando um homem jura diretamente por Deus, ele pode nomear as criaturas em forma de juramento; especialmente se as fizer como seus penhores e garantias, colocados diante de Deus, para que Ele, em justiça, o vingue nelas caso ele minta e não jure a verdade.

Seção 3. *Até que ponto um juramento obriga, e deve ser mantido?*

A **resposta** a esta questão é extensa, e portanto, por questão de ordem, eu a distingo em duas partes: primeiro, mostrarei quando um juramento obriga; segundo, quando ele não obriga.

Quanto ao primeiro ponto: Um juramento feito de coisas certas, lícitas e possíveis deve ser mantido, sim, e obriga sempre, ainda que seja prestado até mesmo aos nossos inimigos. Para este propósito, Deus deu mandamento especial em diversos lugares. Números 30.3: “Quem quer que jure um juramento, para obrigar sua alma por um vínculo, não quebrará sua palavra, mas fará segundo tudo o que procede da sua boca.” Mateus 5.33: “Não perjurarás a ti mesmo, mas cumprirás ao Senhor os teus juramentos.” Êxodo 20.7: “Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão”; isto é, levemente e de modo precipitado.



Mas o nome de Deus é tomado em vão quando um juramento feito de coisas lícitas e possíveis não é cumprido. Davi, ao humilde pedido de Simei (que antes o havia amaldiçoado), perdoa-lhe a culpa por aquele tempo e jura que ele não morreria (2 Samuel 19.23). Davi considerou a consciência desse juramento, sabendo-se obrigado por ele; e, portanto, até sua morte o manteve — apenas ordenou a Salomão que não o considerasse inocente (1 Reis 2.9). Agora, para melhor esclarecer a resposta, devemos considerar quatro casos particulares referentes a este ponto.

E se um homem fizer um juramento por falsos deuses — ele está obrigado a mantê-lo ou não?

Está sim, e as razões são estas:

Primeiro, por analogia. Havia uma questão entre os escribas e fariseus (Mateus 23.16) se alguém que jurasse pela criatura era devedor ou não. Os fariseus ensinavam que, se um homem jurasse por criaturas, o juramento não obrigava; mas Cristo, no verso 20, afirma que quem jura pelo Templo, ou pelo Altar, ou pelo Céu, jura por Deus indiretamente — e assim toma um juramento, ainda que não seja um juramento lícito — e, portanto, permanece obrigado. Assim, por proporção, aquele que jura por falsos deuses jura por Deus indiretamente, porque o falso deus é, na opinião daquele que jura, um deus verdadeiro; e assim seu juramento obriga e deve ser mantido.

Segundo, Abraão aceita o juramento que Abimeleque lhe oferece em nome de um falso deus (Gênesis 21.23). Jacó também aceita o juramento feito a



ele por Labão (Gênesis 31.53). Eles não teriam feito isso se tais juramentos não fossem obrigações suficientes para vincular à observância e ao cumprimento. Dir-se-á: “Quem admite um juramento por um ídolo participa do pecado daquele que jura.” Resposta: Em caso de necessidade, um homem pode admitir tal juramento sem pecado. Um homem pobre, estando em extrema necessidade, toma emprestado de um usurário mediante juros. É pecado para o usurário recebê-lo, mas não para o pobre, que é compelido pelo usurário a pagar juros. Assim, o pobre usa bem a iniquidade do usurário. Da mesma maneira ocorre num juramento: um homem piedoso pode fazer bom uso e tirar proveito dos juramentos ímpios de idólatras, até onde servirem para ratificar e confirmar alianças lícitas.

Se um homem toma um juramento, e depois sofre dano ou prejuízo por causa dele, está ainda obrigado a cumpri-lo?

Se a perda for apenas temporária e privada (e o juramento tiver sido feito de coisa lícita), deve ser suportada. Pois Davi enumera entre as propriedades do homem bom: “Aquele que jura e não muda, ainda que isso lhe seja prejudicial” (Salmo 15.4).

E aqui deve-se fazer diferença entre um juramento promissório e uma promessa simples. Uma promessa simples pode ser revertida pela vontade e consentimento daquele a quem foi feita; mas uma promessa feita com juramento deve ser cumprida, ainda que dela resultem perdas ou impedimentos. Pois a reverência que temos ao nome de Deus, usado no



juramento, deve ter mais peso para nós do que qualquer prejuízo privado que possa nos ocorrer ao cumpri-lo.

Um juramento obriga a consciência quando um homem é levado a fazê-lo por fraude e astúcia?

Se o juramento for de coisas lícitas e possíveis, ele obriga e deve ser mantido, ainda que tenhamos sido induzidos a ele por engano.

Josué, enganado pelos gibeonitas, foi levado a fazer com eles uma aliança de paz e a selá-la com um juramento. Depois de três dias percebendo que haviam agido com astúcia, não os tocou, por reverência ao juramento que havia tomado (Josué 9.18–20). E cerca de 300 anos depois, quando Saul matou alguns dos gibeonitas, os israelitas, por esse fato, foram punidos com três anos de fome; o que não cessou até que sete pessoas da casa de Saul fossem enforcadas em Gibeá (2 Samuel 21).

E se um homem toma um juramento por medo e compulsão — deve ele cumpri-lo? Por exemplo: um homem caindo nas mãos de ladrões, para salvar sua vida, é forçado a jurar solenemente que irá buscar e entregar-lhes certa quantia de dinheiro, e também que jamais revelará quem eles são. Tendo o juramento sido assim tomado, pergunta-se: deve ele cumpri-lo?

Alguns teólogos opinam que sim; outros, que não. Mas, de modo geral, responde-se que deve ser cumprido, porque o medo não aboliu o consentimento de sua vontade.



Se for alegado que, fazendo isso, ele prejudicará o bem comum: responde-se que, se ele não jurar segredo, pode, provavelmente, trazer maior dano à república, ao privá-la de um membro pela perda de sua própria vida. Mas dir-se-á: “Desse modo, ele sustenta um ladrão.” Resposta: Seja assim; ainda assim permanece escusado, porque essa não foi sua intenção, mas apenas preservar sua própria vida para o bem da comunidade. Assim sustentam a maioria e os melhores teólogos. Mas, da minha parte, deixo o ponto em suspenso; pois parece provável que aquele que jura silêncio, de certo modo sustenta o roubo e comunica-se com o pecado do ladrão; e também dá ocasião para que outros caiam em igual perigo e risco de suas vidas.

E assim, tanto sobre a primeira parte da resposta.

A segunda parte da resposta segue, a saber, mostrar quando um juramento não obriga.

Um juramento não obriga em seis casos.

I. Quando é contra a Palavra de Deus e tende à manutenção do pecado.

A razão é: quando Deus não quer que um juramento obligue, ele não deve obrigar. Pois um juramento não deve ser um vínculo de iniquidade.

Assim, Davi, tendo jurado precipitadamente destruir Nabal e sua casa, e tendo sido detido pelo Senhor por meio de Abigail, bendiz a Deus desta forma: “Bendito seja o Senhor Deus de Israel, que te enviou hoje ao meu encontro; e bendito seja o teu conselho; e bendita



sejas tu, que hoje me impediste de vir a derramar sangue.” (1 Samuel 25.32–33)

II. Se for feito contra as leis saudáveis da comunidade civil; porque toda alma deve estar sujeita às autoridades superiores (Romanos 13.1).

III. Se for tomado por pessoas que carecem de razão — como crianças, loucos ou tolos — porque não sabem o que juram; e não pode haver obrigação de consciência quando quem jura carece de razão para discernir o que faz.

IV. Se for feito por aqueles que estão sob tutela de seus superiores e não têm poder para obrigar a si mesmos — como crianças sob governo de seus pais.

Pois estas são parte dos bens de seus pais, e portanto não são aptas para assumir um juramento sem o consentimento deles. Nem devem escolher uma vocação ou fazer qualquer contrato por si mesmas, mas apenas pela direção e conselho dos pais; embora alguns do partido papista erroneamente ensinem que uma criança pode obrigar-se por juramento a tornar-se monge desta ou daquela ordem sem o consentimento dos pais.

V. Se for feito de coisas impossíveis: pois então é um juramento vão.

VI. Se no início era lícito, e depois se torna impossível e ilícito. Pois tais juramentos podem ser ditos como sendo revogados pelo próprio Deus. Assim, se um homem obriga a si mesmo por juramento a viver vida solteira, sem casamento, e depois descobre que Deus não lhe deu o dom da continência; nesse caso, seu juramento torna-



se impossível de ser mantido e, portanto, sendo revertido por Deus e tornando-se ilícito, pode ser quebrado sem impiedade.

A estes seis, os Papistas acrescentam outros dois. O primeiro, *quando o juramento é feito por costume*. E eles colocam este exemplo: se dois homens, ao saírem por uma porta ou ao passarem por uma ponte, um jura por Deus que não irá primeiro; e do mesmo modo o outro também jura; e por fim, depois de disputa, um deles vai primeiro. Nesse caso, diz o Papista, o juramento não obriga.

Resposta. O costume não pode fazer com que aquilo que é pecado deixe de ser pecado, ou que perjúrio deixe de ser perjúrio; mas antes duplica o pecado e o torna excessivamente mais vil e abominável; e aqueles que se entregam a este jurar usual e habitual não podem deixar de muitas vezes tornar-se culpados de perjúrio direto.

O Segundo Caso é *quando o poder superior*, isto é, o Papa ou outros bispos inferiores, dá ordem em sentido contrário, por relaxamento ou dispensa. Resposta. Isso é falso. Pois em todo juramento lícito há um duplo vínculo: um do homem para com o homem, e outro do homem para com Deus. Ora, se no juramento feito o homem estivesse obrigado apenas ao homem, o juramento poderia ser dispensado pelo homem; mas visto que o homem, quando jura ao homem, jura também a Deus, e por isso é imediatamente ligado ao próprio Deus; segue-se daí que um juramento feito não pode ter liberação de qualquer criatura.



Portanto, o mandamento de nosso Salvador Cristo é: *“Não perjurarás, mas cumprirás teus juramentos, a quem? ao Senhor.”* Mateus 5.33. E o juramento que passou entre Davi e Jônatas é chamado *“Juramento do Senhor”*, 2 Samuel 21.7 e 1 Samuel 20.8. Deus quer que o juramento obrigue enquanto Lhe parecer bom; e que deixe de obrigar quando Lhe aprouver. E aquilo que Ele mesmo liga, ou quer que seja ligado, nenhuma criatura pode soltar: *“As coisas que Deus ajuntou, não as separe o homem.”* Mateus 19.6. E nisto o Papa mostra ser Anticristo, ao reivindicar poder para dispensar um juramento lícito, feito sem erro ou engano, de coisas honestas e possíveis.

Desta resposta, outra questão pode ser resolvida: *quando é que um homem comete perjúrio?*

1. Quando o homem jura aquilo que sabe ser falso.
2. Quando ele jura algo que não pretende fazer.
3. Quando, ao jurar fazer algo e também pretendendo fazê-lo, ainda assim depois não o faz.

Nesses três casos, o não cumprir um juramento feito é perjúrio direto.

Para que ainda sejamos instruídos sobre o pecado do perjúrio, uma questão de importância precisa ser examinada. Em sociedades e corporações, existem leis e ordenanças, para cuja observância todo aquele admitido a um ofício faz um juramento corporal. Depois acontece, por ocasião, que ele quebra alguns desses estatutos. A questão é: *ele não seria, nesse caso, perjuro?*

Os estatutos são de dois tipos: — Alguns são principais ou fundamentais, que servem para manter o estado daquele



corpo ou corporação. — Outros são menos principais, ou mistos, que servem para ordem e decência.

Nos estatutos principais, o legislador pretende obediência simplesmente, e portanto eles precisam ser guardados necessariamente. Mas nos menos principais, ele não exige obediência simplesmente, mas obediência ou a penalidade; porque a penalidade é tão benéfica ao estado do corpo quanto a própria obediência. A violação dos primeiros torna o homem culpado de perjúrio; mas é diferente nos últimos, desde que a parte infratora aceite sofrer a multa, se for imposta. Assim, estudantes e outros pertencentes a tais sociedades podem, de certo modo, desculpar-se do pecado de perjúrio (embora não de toda culpa) ao quebrarem alguns dos estatutos locais menores; caso contrário, poucos poderiam viver em qualquer sociedade sem perjúrio.

Ainda uma outra questão é proposta a respeito do perjúrio: *um homem pode exigir juramento daquele que ele teme ou sabe que irá perjurar-se?*

Um homem privado não deve fazê-lo; mas um magistrado pode, se a parte oferecer-se para prestar o juramento (não sendo compelida a isso), e se for primeiro advertida da gravidade do referido pecado de perjúrio.

Na execução da Justiça Civil, magistrados não devem considerar os pecados dos homens: Moisés não esperou o arrependimento dos israelitas por sua idolatria, mas imediatamente procedeu ao castigo. E o bem público do Estado não deve ser impedido pela probabilidade ou suspeita de um perjúrio de alguém.



CAPÍTULO 14

Dos Votos

A sétima parte do culto exterior de Deus diz respeito a um voto. Todas as questões a respeito dele podem ser reduzidas a estas quatro.

O que é um voto?

Um voto é uma promessa feita a Deus de coisas lícitas e possíveis. Eu o chamo de promessa para distinguir um voto de um simples propósito. Pois um propósito pode ser mudado, mas um voto feito legitimamente não pode. Além disso, há grande diferença entre essas duas coisas: pois, em um voto, há primeiro um propósito de fazer algo; segundo, um vínculo de nós mesmos para fazermos aquilo que propomos. Por essa causa eu o chamo de promessa, porque é um propósito com obrigação, sem a qual nenhum voto pode ser feito. Em seguida, acrescento: uma promessa feita a Deus, e não a santo, anjo ou homem. As razões são estas:

Primeiro, um voto é propriamente obra do coração, consistindo em um propósito. Ora, somente Deus conhece o coração, e Ele somente é capaz de discernir o propósito e a intenção dele, o que nenhum anjo, santo ou outra criatura pode fazer.

Segundo, quando o voto é feito, ninguém pode punir e vingar a quebra dele, senão Deus.

Terceiro, no Antigo Testamento, os judeus nunca votaram senão a Deus; porque o voto era parte do culto



de Deus. Deut. 23.21: *“Quando votares um voto ao Senhor teu Deus, não tardarás em pagá-lo; pois o Senhor teu Deus certamente o requererá de ti, e assim seria pecado em ti.”* Por onde, a propósito, podemos observar a superstição da igreja papista, que faz votos a santos e anjos, o que é, na verdade, fazê-los deuses e adorá-los como os judeus adoravam a Deus no Antigo Testamento.

Se um voto, no Novo Testamento, é alguma parte da religião ou do culto de Deus?

A **resposta** é tríplice.

Primeiro: se um voto é tomado como promessa de obediência moral, a resposta é que um voto é, de fato, culto a Deus, e assim será até o fim do mundo. Pois, assim como Deus, da parte dele, promete misericórdia no pacto da graça, assim nós, no Batismo, fazemos um voto e promessa de obediência a Ele em todos os seus mandamentos; e por isso Pedro chama o Batismo de *estipulação*, isto é, a promessa de boa consciência para com Deus.

Essa promessa, feita uma vez no Batismo, é renovada tantas vezes quantas tomamos a Ceia do Senhor, e ainda continuada nos exercícios espirituais diários de invocação e arrependimento.

Mas pode-se dizer: *já estamos obrigados à obediência da Lei pela ordem da justiça divina; portanto não podemos nos obrigar mais.* Resposta. Aquele que é obrigado por Deus, pode também obrigar a si mesmo. Davi, embora fosse obrigado por Deus em consciência a guardar a Lei, ainda assim se obriga livremente por



juramento para ajudar sua própria fraqueza e guardar-se de cair, quando ele diz: “*Jurei e o cumprirei, que guardarei teus juízos justos.*” (Sal. 119.106). E o mesmo vínculo é não menos necessário e proveitoso para nós, se considerarmos quão propensos e prontos somos a cair do culto de Deus.

Segunda resposta: se um voto for tomado como promessa de algum dever cerimonial, como sacrifícios e ofertas, ou de dar casa, terras e bens ao templo, então devemos colocar uma diferença entre o Antigo Testamento e o Novo.

No Antigo Testamento, o voto de tais deveres era parte do culto de Deus; mas no Novo não é, e isso pelas seguintes razões:

1. As cerimônias judaicas eram, para os judeus, parte do culto de Deus, mas para nós, gentios, não são, considerando que todas foram abolidas em Cristo, e nenhuma delas permanece válida pela Lei de Deus para nós. Assim, a Páscoa era uma cerimônia ou serviço ordenado por Deus para ser observado pelos israelitas e sua posteridade (Êx. 12.24–25), e portanto permanecia como parte do culto de Deus para eles como ordenança perpétua. Mas, para nós no Novo Testamento, tanto ela quanto outras cerimônias legais foram abolidas, e temos apenas dois sacramentos a serem administrados e recebidos como selos das promessas de Deus e partes de seu culto: o Batismo e a Ceia do Senhor.

2. Aquilo que não é recomendado a nós por Deus como culto não é culto para nós. Ora, as



cerimônias dos judeus não são em nenhum lugar recomendadas a nós nesse nome; portanto é coisa vã que alguém vote a observância delas.

3. Votos de deveres cerimoniais pertenciam peculiarmente e por razões especiais aos judeus. Quando eles votavam casa, terras, bens, etc., ao uso do templo, faziam isso como sendo eles os arrendatários do Senhor, de quem somente possuíam suas propriedades; e assim reconheciam e testemunhavam seus serviços e homenagens devidas a Ele. Esse respeito particular não diz respeito à igreja e ao povo do Novo Testamento; donde se segue que eles não estão ligados pelo mesmo vínculo para prestar culto a Deus por votos de cerimônias, dádivas, oblações e sacrifícios.

Terceira e última parte da resposta:

Se um voto é tomado como promessa de alguma obra corporal e exterior, ou exercício — como jejuar, dar esmolas, abster-se de certos alimentos e bebidas, etc. — então isso não é parte do culto de Deus, mas apenas auxílio, apoio e promoção dele.

Pois:

1. Temos liberdade de consciência em Cristo para usar ou não usar todas as coisas indiferentes. Ora, o culto de Deus não é desse tipo, mas absolutamente necessário.
2. Paulo (1 Tm 4.8) afirma que “*o exercício corporal para pouco aproveita, mas a piedade é proveitosa para tudo*”. Nessas palavras, ele opõe a piedade ao



exercício corporal; e portanto a piedade, ou o culto de Deus, não consiste neles.

Mas as palavras de Davi são alegadas ao contrário (Sal. 76.11): “*Fazei votos e pagai-os ao Senhor vosso Deus.*” Onde temos um duplo mandamento: um para fazer votos, outro para pagá-los.

Àquilo respondo:

- Primeiro, se Davi fala do voto de todos os deveres morais, então o mandamento diz respeito a todos os homens, porque a coisa ordenada é parte do culto de Deus. Pois é como se dissesse: *Votai obediência agradecida a Deus, e cumpri-a.*
- Segundo, se o lugar se refere ao voto de deveres cerimoniais, então é mandamento peculiar ao Antigo Testamento, e assim obriga somente os judeus; contudo, não a todos eles, mas somente àqueles que tinham justa causa para fazer um voto; pois, de outra forma, tinham liberdade para se abster de votar (Deut. 23.22): “*Quando te abstiveres de votar, não haverá pecado em ti.*”

Portanto, o texto alegado deve necessariamente ser entendido de um desses dois tipos, e não do terceiro, que é o de exercício corporal; pois, se fosse, revogaria a liberdade cristã no uso de coisas indiferentes, o que nenhum mandamento pode fazer. Pela luz dessa resposta, podemos discernir o erro da Igreja Papista, que faz dos votos parte da religião e do culto de Deus. E mais: ensina que alguns votos — como os de pobreza, continência e obediência regular a esta ou aquela ordem — são obras de mérito e supererrogação, conduzindo a um estado de



perfeição ainda nesta vida; e merecendo um grau maior de glória no céu do que a obra da Lei Moral.

Quando um voto feito obriga, e quando não?

Antes de eu dar **resposta** à questão, estabelecerei este fundamento.

Na realização de um voto lícito, quatro condições devem ser observadas. A primeira diz respeito à pessoa que faz o voto: que ela seja uma pessoa adequada. Sua adequação pode ser percebida por duas coisas.

Primeiro, se ela está em sua própria liberdade (quanto às coisas sobre as quais faz o voto) e não sob o governo de um superior. Assim, no Antigo Testamento, se uma filha tivesse feito um voto sem o consentimento ou aprovação de seu pai, ele não poderia valer. *Números 30:4-5*.

Segundo, se a pessoa mantém-se dentro dos limites de sua vocação geral e particular. Daqui se segue que votos de ir em peregrinação para adorar este ou aquele ídolo, neste ou naquele lugar (por exemplo, São Tiago de Compostela e Nossa Senhora de Loreto, etc.) são totalmente ilícitos; porque tais pessoas, com essa prática, deixam sua vocação e condição de vida e assumem uma vocação não autorizada pelo Senhor.

A segunda condição diz respeito à matéria do voto. Ela deve ser lícita, possível e aceitável a Deus. Daqui se segue que há quatro coisas que não podem ser matéria de um voto.

1. Pecado. Assim os judeus se obrigaram com um voto de que não comeriam nem beberiam até que



tivessem matado Paulo (*Atos 23:12,14*). Esse voto deles não era outra coisa senão uma afronta ao próprio Deus — e, portanto, totalmente ilícito.

2. Futilidades e coisas triviais; como quando um homem vota não apanhar uma palha ou coisa semelhante. Isto é claramente zombar de Deus.
3. Coisas impossíveis; como voar ou ir a pé até Jerusalém.
4. Coisas meramente necessárias; como morrer, o que não pode ser evitado.

A terceira condição diz respeito à forma do voto. Ele deve ser voluntário e livre. E para que assim seja, três coisas são necessariamente requeridas:

1. que seja feito com juízo, isto é, com razão e deliberação;
2. que seja feito com consentimento da vontade;
3. que seja feito com liberdade de consciência.

Daqui se vê que votos de crianças, loucos e tolos, ou votos feitos por precipitação ou coação; também votos de abstinência perpétua de coisas simplesmente indiferentes — todos são totalmente ilícitos. Pois o primeiro tipo não é feito com juízo, o segundo sem a devida consideração, e o último é grandemente prejudicial à liberdade cristã.

A quarta condição diz respeito ao fim; que não deve ser uma parte do culto de Deus, mas apenas um apoio e auxílio para nos promover no mesmo.

Agora, há três fins particulares de um voto:



1. mostrar-nos agradecidos a Deus pelas bênçãos recebidas;
2. prevenir pecado futuro, mantendo sobriedade e moderação;
3. preservar e aumentar nossa fé, oração, arrependimento e obediência.

Estabelecido este Fundamento, a resposta à questão proposta é esta:

Quando, ao fazer um voto, observamos as condições requeridas, o voto é lícito e, conseqüentemente, obriga a pessoa que votou; de modo que, se ela não o cumpre, desonra a Deus. Mas quando ditas condições não estão presentes na ação de votar, o voto torna-se ilícito, e a pessoa permanece livre e não obrigada ao cumprimento. Aqui, de passagem, surge uma questão de algum peso: Se Jefté, por causa de seu voto, ofereceu sua filha em sacrifício ou não — considerando que é claro, mesmo pela luz da natureza, bem como pela doutrina anteriormente ensinada, que um homem é obrigado pelo voto que faz. Esta questão admite diversas respostas, conforme variadas opiniões e julgamentos dos homens sobre a passagem de *Juizes 11*. E meu propósito não é examinar o que outros trouxeram como solução, mas expor brevemente aquilo que considero ser a verdade.

Respondo, portanto, que Jefté não ofereceu sua filha em sacrifício por causa de seu voto; mas apenas a dedicou a Deus, à maneira dos nazireus, até o fim de seus dias — para viver separada, em estado de solteirice. A verdade dessa resposta aparecerá por estas razões: Primeiro, no versículo 37 do capítulo, a filha de Jefté pede permissão a



seu pai para ir às montanhas, por dois meses, para lamentar sua virgindade. Observa-se que ela não foi deplorar a perda da vida, mas sua futura condição — porque ela (por causa do voto do pai) deveria viver uma vida perpetuamente solteira. E por quê? Certamente porque (como diz o texto, v. 39) ela não conhecera homem; e era tido como maldição na Judeia que uma mulher vivesse sempre solteira.

Segundo, no último versículo, diz-se em nossa tradução comum em inglês que as filhas de Israel iam, ano após ano, lamentar a filha de Jefté.

Mas, entendo eu, isto pode ser tão bem ou até melhor traduzido do hebraico como: “elas iam conversar ou confraternizar com ela”, para confortá-la. E para que essa interpretação não pareça estranha, a mesma palavra é usada com esse sentido em *Juizes 5:11*: “ali conversarão sobre a justiça do Senhor”. Ora, se elas iam ano após ano confortá-la, então ela não foi morta.

Terceiro, Jefté é louvado pelo Espírito Santo pela excelência de sua fé (*Hebreus 11:32*), e isso tirado da mesma história. Ora, o elogio de sua fé e o assassinato antinatural de sua filha não podem coexistir.

Mas alguém dirá que Jefté votou que “o que quer que saísse da porta de sua casa para encontrá-lo seria do Senhor, e o ofereceria em holocausto” (*Juizes 11:31*).

Resposta: As palavras podem ser mais corretamente lidas assim: “ou eu o oferecerei em sacrifício”. E o significado do voto era este: — *Aquilo que primeiro me encontrar: se for coisa a ser sacrificada, eu o sacrificarei; se não for, eu o dedicarei ao Senhor.* Pois o



voto parece consistir de duas partes, sendo a segunda ligada à primeira por uma conjunção disjuntiva. De modo semelhante a palavra é usada em outros lugares. No quarto mandamento (*Êxodo 20:10*) em nossa tradução comum lê-se “tu e teu filho e tua filha”; mas do hebraico pode-se traduzir “e” ou “ou”.

Dir-se-á ainda que Jefté rasgou suas roupas porque sua filha veio ao seu encontro quando ele retornou da vitória.

Resposta: Isso foi por causa de sua virgindade votada, que era uma maldição entre os judeus. Além disso, ele tinha apenas uma filha, e por este meio — caso ela fosse sacrificada — toda esperança de posteridade era anulada.

Mas parece que votos monásticos de virgindade, por este exemplo, são lícitos.

Resposta: De fato, o costume de prometer virgindade começou naqueles dias, mas eles não o consideravam estado de perfeição, mas de miséria; como se vê no fato de que ele rasgou suas roupas quando ela o encontrou, e as filhas de Israel iam confortá-la, como estando agora em estado lamentável e miserável.

Com base nestas razões, concluo que: Jefté não ofereceu sua filha em sacrifício, mas apenas a separou para viver uma vida solteira, para honra e serviço de Deus. E Jefté poderia saber, até pela luz da natureza, que seria pecado votar a morte da filha — e pecado duplo matá-la.

Se os votos monásticos ou monacais obrigam ou não.



A isso, os papistas respondem afirmativamente, colocando a maior parte de sua religião na prática e observância desses votos.

Para conhecê-los melhor, eles são em número de três. O primeiro é o voto de continência, pelo qual uma pessoa renuncia ao casamento para sempre, e promete a Deus virgindade perpétua. O segundo é o de pobreza voluntária, que é quando alguém abandona toda propriedade de seus bens e se obriga a viver de esmolas. O terceiro é o de obediência regular, quando uma pessoa entrega sua consciência para ser governada por outra, e para observar alguma ordem criada, em todas as ações e deveres pertencentes à religião.

Agora, sendo a questão se esses votos obrigam ou não, respondo em uma palavra: não obrigam, e isso por estas razões.

I. Eles são totalmente contrários à lei de Deus, o que faço evidente nos detalhes. O voto de castidade perpétua é expressamente contrário ao mandamento de Deus. 1 Coríntios 7.9: *"Se não podem se conter, casem-se; pois é melhor casar do que abrasar-se."* A esse texto os papistas respondem de três maneiras.

Primeiro, dizem que este trecho da Escritura é apenas uma permissão divina, e não um mandamento. Nós respondemos diretamente que é um mandamento claro: pois a intenção do Espírito Santo nesse texto e em todo o capítulo é estabelecer um remédio necessário para a incontinência — que Paulo chama de "arder" — e para a evitação da fornicção, que traz destruição à alma. E,



para esse propósito, ele não fala em termos permissivos, mas em termos imperativos: *“Que se casem.”*

Segundo, eles respondem que as palavras dizem respeito apenas às pessoas incontinentes, que cometem fornicção. Nós, ao contrário, afirmamos que elas são dadas não apenas aos que vivem incontinentes, mas a todas as pessoas sujeitas ao ardor, o qual pode existir sem vida incontinentemente. Para melhor compreensão disso, considere-se que existem três graus distintos de concupiscência no ser humano. O primeiro é quando a tentação é recebida pela primeira vez na mente. O segundo é quando a mesma tentação prevalece, embora com alguma resistência e perturbação da mente e consciência, o que também (ainda que sem ofensa externa até então) é um grau de ardor. O terceiro é quando a tentação prevalece tanto que o coração e a vontade são vencidos, e os deveres da religião ficam totalmente impedidos por um tempo. Este é o mais alto e pior tipo de ardor. E, considerando bem esses graus, aparecerá facilmente que pode haver ardor sem vida incontinente.

Terceiro, respondem que este texto não fala de pessoas livres, mas somente daquelas que estão impedidas do casamento por voto solene. Nós, ao contrário, afirmamos e sustentamos que as palavras são gerais e claramente dirigidas a todas as pessoas, obrigadas por voto ou não; e isso aparece no versículo 35, onde ele diz: *“Não digo isso para vos enredar em um laço.”* Essas palavras mostram que o propósito de Paulo dizia respeito ao voto de virgindade perpétua. Pois ele deixa cada pessoa, conforme a ordenança de Deus, em



sua própria liberdade, não querendo que ninguém se ate por voto ao uso dessa liberdade.

Agora, quanto ao voto de Obediência Regular, este também é contrário à palavra de Deus. 1 Coríntios 7.23: *“Fostes comprados por preço; não vos façais servos de homens.”* Aqui o apóstolo nos proíbe submeter nossos corações e consciências às leis e ordenanças de homens em matéria de religião; e, conseqüentemente, derruba o voto de obediência regular. Pois, nesse voto, a pessoa se obriga a ser governada (em todas as coisas pertencentes ao culto de Deus) segundo a vontade e prazer de seu superior — até para comer, beber, dormir, e vestir-se — conforme uma regra prescrita por ele; enquanto, quanto à consciência, somos obrigados somente a Deus.

Por fim, o voto de pobreza voluntária é também um claro abuso da ordenança e instituição do próprio Deus, Deuteronômio 15.4, de que não deveria haver mendigo em Israel.

Mas pode parecer que essa lei não é perpétua. Pois no Novo Testamento lemos que havia mendigos, como aquele que era posto à porta do templo diariamente para pedir esmolas, Atos 3. Resposta: Essa lei não foi então, nem agora é, abrogada por Deus; mas sua observância (naquele tempo e desde então) foi muito negligenciada. E a negligência na provisão para os pobres é a causa da mendicância; e o voto de pobreza perpétua permanece como uma evidente violação da santa ordenança de Deus, apesar de qualquer coisa que se pretenda em contrário.



II. A segunda razão. Os votos monásticos, além de serem contrários ao mandamento de Deus, são também contrários à liberdade de consciência que temos por Cristo, quanto ao uso das criaturas e ordenanças de Deus: como riquezas, casamentos, comidas, bebidas e vestimentas. "*Permaneça firme...*" (Gálatas 5.1). E novamente: "*Ninguém vos julgue por comida, bebida ou dia santo...*" (Colossenses 2.16). Nesses trechos é concedido ao homem o uso livre de todas as coisas indiferentes, desde que não causem escândalo.

Agora, nos votos monásticos, aquilo que Deus fez indiferente e colocou em nossa liberdade é tornado necessário; ao passo que nenhuma ordenança humana pode tornar necessárias, como parte do culto de Deus, coisas que Ele mesmo fez indiferentes e deixou ao arbítrio do homem. E por isso o apóstolo chamou a proibição de carnes e casamento de doutrina de demônios (1 Timóteo 4.1).

Mas (dirá alguém) o magistrado civil não proíbe o uso de alguns alimentos? Resposta: Ele o faz. Mas com seu mandamento ele não tira a liberdade que temos no uso de coisas indiferentes; apenas a modera para o bem comum, o que pode fazer legitimamente.

III. A terceira razão. Alguns desses votos estão fora do poder e capacidade de quem os faz; como o voto de castidade perpétua na vida solteira. Pois nosso Senhor diz: "*Nem todos podem receber essa palavra, mas somente aqueles a quem é dado*" (Mateus 19.11). Ou seja, a continência é um dom de Deus, do qual nem todos são capazes, mas somente aqueles a quem Ele a concede,



quando e enquanto Lhe agrada; e não é negada a alguns porque não querem, mas porque não podem.

Contra isso, o papista objeta que podemos receber qualquer bom dom de Deus, se orarmos por ele, pois Cristo disse: "*Pedi e recebereis*" (Mateus 7.7). Resposta: Isso é falso. Os dons de Deus são de dois tipos. Alguns são comuns a todos os crentes e necessários para a salvação: como fé, arrependimento, obediência e temor de Deus. Outros são dons especiais, não dados a todos nem necessários à salvação, mas peculiares somente a alguns: como saúde, riqueza, continência, vida solteira, etc. Agora, a promessa de Cristo "*Pedi e recebereis*" se refere às coisas necessárias para a salvação, e não aos dons especiais. Pois alguns podem orar por esses dons especiais e nunca recebê-los. Assim, Paulo orou três vezes para que o espinho na carne, o mensageiro de Satanás, fosse removido dele, e não foi atendido, nem seu pedido foi concedido. E por quê? Porque o que ele pediu não era um dom comum necessário à salvação, mas uma graça especial para aquele tempo de tentação que então o acometia; daí a resposta: "*A minha graça te basta.*" Daqui aprendemos de que maneira pedir coisas a Deus quando oramos. As coisas necessárias à salvação podemos pedir de modo absoluto; mas as menos necessárias, com a condição: "*Se for da tua vontade.*"

Além disso, os papistas alegam o exemplo de duas pessoas casadas: uma delas acometida de paralisia mortal; a outra deve necessariamente orar pelo dom da continência. Resposta: Nesse caso, um cônjuge pode pedir e, pela misericórdia de Deus, receber tal dom, pois agora não lhe resta outro remédio. Mas não é assim com



peessoas solteiras, pois estas têm outro remédio: o casamento; portanto, não devem esperar obter tal dom.

Terceiro, eles dizem que Deus deu a todos os homens ajuda e força suficientes, de modo que, se usarem os meios, podem ter o dom da castidade. Pois graça suficiente é dada a todos, embora não eficaz. Resposta: Isto é falso; não há graça suficiente nem eficaz dada a todos para que vivam vida solteira; mas é um dom raro e especial dado apenas a alguns. Paulo manda a Timóteo que as mulheres mais jovens se casem, 1 Timóteo 5.14; onde ele toma como certo que elas não tinham tal poder para viver em castidade perpétua, ainda que quisessem.

IV. A quarta razão. Os votos papistas aboliam a ordem que Deus estabeleceu na sociedade humana, a saber, que os homens devem servi-Lo não somente nos deveres da primeira tábuia, mas também nos da segunda, servindo uns aos outros (Gálatas 5.13). E novamente, Romanos 13.10: o amor é chamado de cumprimento da lei, porque a lei é praticada não isoladamente, mas junto com o amor ao próximo. Dessa ordem segue-se que cada pessoa, além da vocação geral de cristão, deve ter algum tipo particular de vida no qual deve andar e servir aos homens. Quem se recusa a isso não deve comer, segundo a regra do apóstolo (2 Tessalonicenses 3.10).

Agora, esses votos separam essas duas coisas: colocam o homem em uma vocação geral, mas anulam totalmente a particular e seus deveres; de modo que uma pessoa, guardando tais votos, não pode ser útil ao próximo, nem na igreja nem no Estado. Além disso, pelo voto de pobreza, a regra dos apóstolos é anulada (1 Timóteo 5.16): que, se uma pessoa é capaz de sustentar-se



ou tem parentes capazes de fazê-lo, não deve ser um peso para a igreja; e assim haveria esmolas suficientes para os verdadeiramente necessitados.

V. A quinta razão. Eles trazem de volta o judaísmo; pois a religião judaica, por determinação de Deus, consistia em ritos corporais e cerimônias externas, ações e gestos exteriores, sim, até mesmo em coisas externas como vestes, comidas e bebidas. E a regra deles era: *Não toques, não proves*; de todas as quais fomos totalmente libertos por Cristo.

VI. Sexto, estes votos são idólatras e supersticiosos; pois são feitos e observados com a opinião de que constituem adoração a Deus, de que têm mérito e de que são um estado de perfeição; sendo que nada pode ser feito adoração a Deus, exceto aquilo que Ele mesmo ordena. E exercícios corporais são inúteis, como diz Paulo, e portanto não podem ser meritórios. E, além disso, sonhar com um estado de perfeição além da Lei de Deus é tornar a própria Lei imperfeita; ao passo que, pelo contrário, a Lei do Senhor é perfeita, justa e pura (Salmo 19.7–8).

VII. Por fim, esses votos são contrários à preservação da natureza; pois por eles, especialmente o de castidade perpétua, os homens são levados a destruir até mesmo seus próprios corpos e vidas, que estão obrigados a preservar e manter. Efésios 5.29: *“Ninguém jamais odiou a própria carne, antes a nutre e cuida dela.”* O apóstolo, ainda em seus dias, já o notava como uma falha na religião voluntária que alguns haviam adotado; pois, para mantê-la, *“não poupavam o próprio corpo”* (Colossenses 2.23). E semelhante a isso é a prática dos votantes



papistas, que tende à ruína e destruição da natureza e até da própria vida.

Estas são as razões. Em seguida, devemos considerar as alegações que são comumente feitas em favor e defesa dos votos papistas.

Primeiramente, é objetado: No Antigo Testamento, os votos eram parte da adoração de Deus; portanto devem assim ser considerados também no Novo.

Resposta. Há grande diferença entre eles. Pois, primeiro, eles tinham sua autorização na Palavra de Deus; estes não têm — na verdade, há testemunhos explícitos da Escritura contra estes votos.

Segundo, em seus votos, sempre se reservava o direito dos superiores de anulá-los, se assim o desejassem. Mas nos votos monásticos, todo direito é tirado dos superiores. Pois crianças são permitidas a votar, e suas promessas devem permanecer mesmo contra o consentimento dos pais. E esposas (de acordo com a doutrina papista) podem votar contra o expresso consentimento do marido.

Terceiro, eles não eram perpétuos, mas cessaram com a Lei cerimonial. Mas estes votos modernos são supostos ter uma equidade perpétua, que deve durar até o fim do mundo.

Segundo, eles alegam o que está escrito em Mateus 19.12: *“Há alguns que se fizeram eunucos por causa do reino dos céus.”* Resposta. O sentido do texto não é que alguns tenham votado viver solteiros, mas que



há alguns que, estando certos de possuir o dom da continência, esforçam-se, com base nesse dom, para manter seu estado presente, a fim de servirem melhor a Deus e promoverem Seu reino, tanto em si mesmos quanto nos outros.

Terceiro, eles objetam 1 Timóteo 5.12, onde Paulo fala de certas mulheres jovens que *“incorrem em condenação, por haverem quebrado a primeira fé”*; isto é, dizem eles, o “voto de vida solteira”. Resposta. As palavras não devem ser entendidas como “a fé do voto”, mas ou da fé e promessa feitas a Deus em seu batismo, ou da fé e promessa de serviço e assistência a ser prestada aos pobres; e pela quebra de qualquer uma delas pode-se dizer que incorrem em condenação.

Quarto, dizem que Cristo mesmo foi um mendigo; e portanto, por que nós não o poderíamos ser também? Resposta. Embora Cristo fosse pobre, não era mendigo. Pois mantinha uma família e tinha um tesouro. Judas era o mordomo de sua família e levava a bolsa (João 13.29). Mais ainda, há menção de duzentos denários (João 6.7), que provavelmente estavam na bolsa que Judas guardava; sim, do dinheiro que Ele possuía, os discípulos são mencionados como comprando comida (João 4.8). E embora se concedesse que Cristo fosse mendigo, isso não implica que devamos ser também; pois Sua pobreza era expiatória e parte de Seus sofrimentos. Como diz o apóstolo: *“Ele, sendo rico, por amor de vós se fez pobre, para que pela Sua pobreza fôsseis enriquecidos”* (2 Coríntios 8.9).

Quinto, eles alegam que os discípulos deixaram tudo e viveram em pobreza; e seu exemplo é apresentado



para nossa imitação. Resposta. Eles de fato deixaram tudo, mas como? Não para sempre, mas por um tempo; e isso não por voto, mas somente em afeição e disposição do coração. Pois depois de terem deixado tudo, lemos que voltaram às suas redes e barcos (João 21.3). Além disso, o apóstolo Paulo fala de si mesmo e dos demais quando diz: “*Não temos nós direito de levar conosco uma esposa crente?*” (1 Coríntios 9.5). Pelo que fica claro que não repudiaram suas esposas.

Sexto, Mateus 19.21: “*Se queres ser perfeito — disse Cristo ao jovem — vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me.*” Aqui (diz o papista) nosso Salvador prescreve pobreza perpétua por expressa recomendação. Resposta. As palavras não são um conselho, mas um mandamento especial de prova, dirigido a esse jovem. E o propósito disso era revelar-lhe seu orgulho secreto e sua hipocrisia, pois se vangloriava de ter guardado todos os mandamentos, quando de fato não sabia sequer o que significavam.

Por fim, eles objetam o exemplo dos recabitas, que, segundo o mandamento de seu pai Jonadabe, não beberiam vinho, nem morariam em casas, nem edificariam, nem plantariam, nem semeariam (Jeremias 35); e o Senhor aprova sua prática.

Resposta. Eles obedeceram ao mandamento de seu pai nessas coisas como sendo *coisas indiferentes*, mas não como partes da adoração de Deus, nas quais colocassem religião. E obedeceram cuidadosamente, com este fim: exercitarem-se para a vida austera. Segundo, essa obediência quanto a essas coisas não se baseava em voto



algun, muito menos era perpétua; pois, se fosse, deveriam observar todas as coisas igualmente — o que não fizeram. Pois dispensaram-se da ordem voluntária de seu pai quanto a morar em tendas; e, como lemos no verso 11, subiram por causa do temor dos caldeus que estavam na terra, e habitaram em Jerusalém.

E assim termina a discussão acerca dos votos papistas, dos quais, para concluir, pode-se dizer isto: que todos são mero *culto de vontade*, não fundamentado em qualquer base ou autorização da Palavra de Deus, e portanto sem força para obrigar a consciência dos homens — mas devem ser considerados, como de fato são, ímpios e abomináveis.

CAPÍTULO 15

Do Jejum

A oitava parte do culto externo a Deus é o Jejum.

Por jejum entendo o Jejum Religioso, que é unido aos deveres da Religião; e, a saber, aos exercícios de Oração e Humilhação. A respeito dele, há três questões principais a serem tratadas em sua ordem.

O que é um Jejum Religioso?

É uma abstinência voluntária e extraordinária, assumida com um fim religioso; e veremos depois qual é esse fim.

Primeiro, chamo-o de *voluntária*, porque o tempo e o modo particular do jejum não são impostos ou



determinados, mas deixados livres ao nosso próprio arbítrio.

Além disso, chamo-o de *extraordinário* para distingui-lo do jejum ordinário, que consiste na prática da temperança e sobriedade, pela qual o apetite é restringido, no uso de comidas e bebidas, para que não exceda a moderação. Ora, esse tipo de jejum deve ser usado por todos os cristãos em todo tempo; ao passo que o extraordinário não deve ser praticado diariamente e de modo comum, mas em ocasiões e tempos especiais, visto que é uma abstinência mais rigorosa e severa que a outra.

Como um Jejum Religioso deve ser observado?

Para a observação dele, são requeridas três coisas:

1. Uma causa justa e grave.
2. Um modo correto.
3. Fins corretos.

Seção 1. *Quando o Jejum deve ser usado?*

O jejum deve ser usado quando uma causa justa e grave ou ocasião para ele é apresentada. Há duas causas justas de um jejum:

Primeira causa: Quando algum juízo de Deus paira sobre nossas cabeças, seja público — como fome, peste, espada, destruição, etc. — ou privado. O profeta Joel, em nome do Senhor, chama os judeus a um jejum rigoroso e solene, por causa da grande escassez que Deus havia enviado à terra (Joel 2.14–15).



Ester e seus companheiros jejuaram quando ela ouviu notícias da planejada destruição dos judeus (Ester 4.16). O povo de Nínive — que não eram judeus, mas estrangeiros quanto à Aliança — quando o profeta veio e anunciou destruição por causa de seus pecados, entregaram-se todos ao jejum e à oração (Jonas 3.5, 8).

Segunda causa: Quando devemos buscar, por oração, alguma bênção especial de Deus ou o suprimento de alguma grande necessidade. Assim, quando Daniel desejou obter a libertação dos filhos de Israel do cativeiro na Babilônia, entregou-se ao jejum (Daniel 10.3). Cristo jejuou e passou a noite inteira em oração antes de escolher os doze apóstolos (Lucas 6.12). De modo semelhante, Paulo e Silas, quando iam fundar e plantar igrejas, usaram oração e jejum (Atos 14.23), porque nessas questões tão importantes buscavam direção especial do próprio Deus.

Por fim, Ana, para ser mais fervorosa em oração, jejuava noite e dia no templo (Lucas 2.37).

Seção 2. O modo correto do Jejum.

O modo correto do jejum consiste em três coisas:

Primeira: Abstinência de comida e bebida; pois nisso consiste a própria natureza do jejum, e se isso faltar, não é jejum. Assim, Ester, ordenando que os judeus jejuassem por ela, mandou que não comessem nem bebessem por três dias (Ester 4.16).

Segunda: Abstinência de todos os prazeres que possam alegrar ou reanimar a natureza. Daniel jejuou três semanas inteiras, abstendo-se de pão agradável,



carne, vinho e unguentos (Daniel 10.3). Quando Davi jejuou, diz-se que ele ficou deitado no chão toda a noite, não lavando nem ungindo o corpo, nem trocando de roupa (2 Samuel 12.16, 20). No jejum solene dos judeus, o noivo e a noiva deviam sair de seus aposentos (Joel 2.15–16). Por essas passagens é claro que em um verdadeiro jejum é requerida não apenas abstinência de comida e bebida, mas de todos os prazeres, recreações e outras coisas que possam revigorar a natureza humana. Por isso o jejum papista é justamente reprovado; pois embora os homens sejam ordenados a se abster de carne, é-lhes permitido usar outros manjares delicados.

Terceira: Abster-se de comida e prazeres de modo que o corpo seja afligido. Esdras proclamou um jejum e deu a razão: para que ele e o povo se afligissem (Esdras 8.2). Essa aflição de si mesmo é explicada por Paulo em 1 Coríntios 9.27: “*esmurro o meu corpo e o reduzo à servidão.*” Contudo, embora devamos humilhar e afligir nossos corpos, não devemos enfraquecer, destruir ou abolir a natureza, nem fazer algo que tire a força dela. Tal aflição é proibida (Colossenses 2.23). E, ao contrário, Cristo nos manda orar por “pão diário”, isto é, alimento suficiente para sustentar nossa vida; portanto, não devemos, por tais exercícios, destruí-la.

Três perguntas sobre o modo do jejum

Por quanto tempo o jejum deve durar?

A duração — início e fim — é deixada à nossa liberdade. Mas deve durar enquanto continuarem as ações principais do jejum, isto é, humilhação e oração. Todavia,



é mais apropriado que jejuns solenes comecem pela manhã e durem até o entardecer. Esse era o costume usual da Igreja no Antigo Testamento.

No dia de um jejum solene, pode uma pessoa comer? E se pode, o quê e com que frequência?

Podemos comer, e — se houver necessidade — uma ou duas vezes. Porém devemos observar dois cuidados:

1. Quantidade: deve ser menor que o normal, apenas o necessário para sustentar a natureza; caso contrário, anulamos o jejum.
2. Qualidade: deve ser alimento simples, não delicado nem prazeroso.

Assim Daniel jejuou três semanas inteiras, comendo apenas pequena quantidade e de alimento não delicado (Daniel 10.3).

Observados esses cuidados, uma pessoa pode tomar algum sustento durante um jejum solene. Pois nenhum tipo de comida é proibido nesse dia, desde que quantidade e qualidade sejam respeitadas. No Antigo Testamento, nenhum animal limpo era proibido no dia de jejum. E no Novo: *“para os puros, todas as coisas são puras”* (Tito 1.15). E *“o reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas em justiça, paz e alegria no Espírito Santo”* (Romanos 14).

Todas as pessoas são obrigadas a guardar essa forma no jejum solene?

Todos os que são capazes e podem abster-se são obrigados.



Mas, porque o culto de Deus não consiste em comer ou não comer, algumas pessoas são isentas:

1. Os fracos: crianças, idosos, enfermos.
2. Aqueles que, por constituição, percebem que ficam incapazes de orar e ouvir a Palavra com alegria quando estão de estômago vazio.

Essas pessoas podem comer no dia de jejum solene, desde que observem os cuidados mencionados. *Não é para nós, nestes países, como era para os judeus:* Eles podiam jejuar um, dois ou três dias seguidos sem inconveniência; nós não podemos. A razão é clara: Os que vivem em países quentes têm estômagos frios, e podem jejuar por mais tempo; Mas em climas mais frios, como o nosso, tendo estômagos mais quentes, não podemos jejuar tanto quanto eles.

Seção 3. O terceiro ponto diz respeito aos fins corretos de um jejum religioso; e eles são quatro.

O primeiro é subjugar a carne, isto é, trazer o corpo — e assim os desejos carnaís — à sujeição à vontade e à palavra de Deus. Pelo comer e beber, o corpo se torna pesado, o coração oprimido, os sentidos embotados; e o homem inteiro fica inapto para os deveres de humilhação, oração e audição da Palavra (Lucas 21:24). Portanto, para que essa inaptidão seja removida, não somente o corpo em si, mas também os desejos desordenados da carne devem ser mortificados e subjugados por este exercício de jejum.

O segundo fim é estimular nossa devoção e confirmar a atenção de nossas mentes na audição e na oração. Para esse propósito, na Escritura, jejum e oração



são na maior parte, se não sempre, unidos juntos; porque, quando o estômago está cheio, o corpo e a mente são menos aptos para realizar qualquer bom dever; e, ao contrário, quando a abstinência é praticada, o coração está mais leve, as afeições mais bem ordenadas, o homem inteiro mais rápido e vivo no serviço de Deus. Por esta mesma razão Ana é dita adorar a Deus noite e dia com jejuns e orações (Lucas 2:37). E a intenção do Espírito Santo ali é louvá-la pelo fervor de sua oração, o qual ela testemunhava ao, por tais exercícios, despertar e aumentar a atenção de sua mente.

O terceiro fim é testificar a humildade e contrição de nossos corações, isto é, nossa dor interior e tristeza pelo pecado, e nosso arrependimento e conversão eficaz ao Senhor. Sem este fim, o jejum é apenas uma vã cerimônia. E, por isso, o profeta Joel conclama o povo a voltar-se ao Senhor com todo o coração, com jejum, choro e pranto; a rasgar seus corações e não suas vestes etc. (Joel 2:12–13). O profeta Isaías, de modo semelhante, repreende os judeus porque, quando jejuavam, afligiam suas almas por um dia, inclinavam suas cabeças como o junco e se deitavam em saco e cinzas; mas não tinham consciência de se desviar de seus maus caminhos (Isaías 58:5–6). Portanto, sua humilhação exterior não passava de hipocrisia.

O quarto fim do jejum é nos lembrar de nossa culpa diante do Senhor, e trazer à memória o reconhecimento de nossos pecados, pelos quais nos tornamos indignos de qualquer bênção, dom ou misericórdia; sim, indignos de andar sobre a terra, de respirar o ar, de comer, beber, dormir ou desfrutar



qualquer outro benefício. Em uma palavra, que por nossos pecados merecemos todas as pragas e punições ameaçadas na Lei contra os pecadores. O malfeitor, no dia do julgamento, não pode dar maior testemunho da verdadeira confissão de sua culpa do que vindo diante do juiz com uma corda ao redor do pescoço; nem nós podemos trazer sinal mais notável de nossa verdadeira humilhação diante de Deus do que vindo diante dele, no dia do jejum solene, com confissão aberta e proclamação de nossa culpabilidade, tanto de pecado quanto de punição. Daí vem que, no jejum de Nínive, não somente homens, mas até mesmo os animais foram proibidos de comer ou beber água; por este mesmo fim: que os ninivitas reconhecessem que seus pecados eram tão grandes e hediondos aos olhos de Deus que, por causa deles, não somente as criaturas racionais, mas também os animais do campo, por causa deles, eram indignos de vida e sustento.

Os jejunus papistas são lícitos e aprovados por Deus?

Eles são ímpios, e portanto não aprovados por Deus, nem devem ser observados pelo homem; e isso por três causas especiais.

Primeiro, os defensores e mantenedores deles determinam tempos fixos de jejum, que são necessariamente guardados sob pena de pecado mortal. E a abstinência de carne (para eles) é feita questão de consciência. Ora, prescrever tempos fixos que devam ser observados necessariamente é contrário àquela liberdade que a Igreja de Deus e seus governantes têm, para esse propósito, somente em ocasiões especiais. Quando a questão foi apresentada a nosso Salvador pelos discípulos



de João — por que eles e os fariseus jejuavam frequentemente, enquanto os discípulos dele não jejuavam — a resposta foi desta maneira: “Podem os filhos das bodas lamentar enquanto o noivo está com eles? Mas dias virão em que o noivo lhes será tirado, e então jejuarão” (Mateus 9:15). Daqui podemos deduzir que os tempos de jejum devem corresponder aos tempos de luto. Pois Cristo lhes dá a entender que eles deveriam jejuar à medida que as ocasiões de luto surgissem. Assim, como não pode ser fixado um tempo determinado para o luto, também não pode ser imposto um tempo fixo para o jejum; mas deve ser deixado à liberdade da Igreja, para ser prescrito conforme Deus conceda ocasião.

Além disso, o apóstolo reprova a Igreja da Galácia por observar dias, meses, tempos e anos em forma de religião (Gálatas 4:10). Montano, o herege, é tido (nas histórias eclesiásticas) como o primeiro que fez leis para jejuns fixos. E as igrejas de Deus em tempos mais antigos jejuavam de seu próprio acordo, livremente, não forçadas por lei ou mandamento, mas conforme o tempo e a ocasião exigiam.

É alegado que essa doutrina parece acusar a Igreja da Inglaterra de heresia, pois ela designa e observa tempos fixos de jejum. Resposta. Nada disso. Pois nossa Igreja estabelece e aprova esses tempos, não por necessidade ou por causa de religião, mas por razões civis e políticas; ao passo que a Igreja Romana mantém que é pecado mortal adiar um jejum fixado, ainda que apenas para o dia seguinte.

A segunda razão. Eles (da Igreja de Roma) fazem distinção de alimentos. Pois proíbem totalmente comer



carne nos dias de jejum, permitindo apenas “alimentos brancos” (laticínios, etc.) a serem usados naquela ocasião — e isso por necessidade. Ora, essa diferença de alimentos é, em parte, ímpia; em parte, absurda e tola.

É ímpia porque a fazem por causa de religião. Pois desde a vinda de Cristo, há liberdade concedida a todos os homens para comer de todos os tipos de alimentos, sem distinção; nada se proíbe que Deus criou para ser recebido com ações de graças. É verdade que nós reconhecemos diferença entre alimentos, mas de que modo? Não por religião, mas por causa da temperança e da saúde, por razões civis e políticas. Quanto ao resto, nós nos firmamos na palavra de Deus e sustentamos, com Paulo, que é doutrina de demônios proibir alimentos por motivo de consciência (1 Timóteo 4:3).

Mas eles respondem a essa passagem dizendo que ela se refere aos hereges — como os maniqueus e novacianos — que sustentavam que certos alimentos eram impuros por natureza. Nós, porém, respondemos que este texto condena aqueles que tornam os alimentos impuros de qualquer maneira. E que os papistas estabelecem essa diferença por religião e consciência, como se percebe por suas severas proibições de carne como alimento impuro, e isso por motivo de consciência. E este texto eles jamais conseguirão evitar; pois condena claramente qualquer tal distinção; visto que para os puros todas as coisas são puras; e toda criatura de Deus é boa e nada deve ser rejeitado se for recebido com ações de graças (1 Timóteo 4:4).

Além disso, essa distinção de alimentos também é tola. Pois, primeiro, a luz da natureza e o senso comum



ensinam que, nos alimentos que eles permitem, há tanta delicadeza, prazer e contentamento — sim, tanta (ou até mais) força — em certos peixes, frutas e vinhos quanto há na carne que eles proíbem. Sim, Paulo atribui *carne* aos peixes (1 Coríntios 15:39): “Uma é a carne dos homens, outra a dos animais, outra a dos peixes etc.”

Segundo, chamo isso de tolo porque, em seus jejuns fixos, eles proíbem a carne, mas permitem diversos vinhos e as iguarias mais delicadas que a loja do boticário pode oferecer; ao passo que, em um jejum solene, todos os alimentos, bebidas e quaisquer outros deleites de qualquer tipo ou natureza devem ser evitados. Pois tal era a prática da Igreja nos tempos antigos: evitar não somente o alimento comum, mas também roupas macias, unguentos perfumados e tudo o que pudesse refrescar ou alegrar o coração, como já foi mostrado.

A terceira razão. A Igreja de Roma atribui a seus jejuns fins falsos e errôneos; como, por exemplo, merecer algo de Deus por meio deles, satisfazer sua justiça pelo pecado e serem partes verdadeiras e próprias de seu culto. E que tais fins são falsos e errôneos, eu provo pelas seguintes razões:

Primeiro, eles frustram totalmente a morte de Cristo, que é a única coisa no mundo designada por Deus para ser meritória e satisfatória.

Segundo, o jejum, em si mesmo, é uma coisa indiferente, nem boa nem má. Pois embora seja direcionado a um fim religioso, que é a humilhação da alma, ainda assim não é bom em si mesmo, mas apenas em relação ao fim. Nem é parte do culto de Deus —



mesmo quando assim direcionado — mas apenas um suporte e um auxílio, servindo (em seu uso correto) para tornar o homem mais apto para os deveres do serviço divino.

Terceiro, esses fins, se forem bem considerados, não podem ser os verdadeiros fins do jejum, como aparecerá neste exemplo: Um mendigo à nossa porta pede esmola, nós damos, e ele recebe. Mas alguém dirá que, por mendigar, ele merece ou conquista sua esmola? Do mesmo modo, todos nós somos mendigos, que nada temos de nosso — nem comida, nem vestes, nem qualquer outra bênção que desfrutamos — mas tudo o que temos vem somente de Deus. Pois bem: em ocasião justa, entregamo-nos ao jejum, oramos fervorosamente por misericórdia, pelo perdão de nossos pecados. Neste caso, não é grande loucura pensar que, pedindo misericórdia, podemos merecer misericórdia da parte de Deus? Mas o papista diz: “A oração, enquanto oração, não merece nada; mas enquanto boa obra”. N: oração, enquanto boa obra, não é mais do que mendigar; e, assim, é impossível que seja meritória — a menos que se conceda que mendigar é meritório, o que não pode ser.

Consideradas essas razões, concluo que os jejuns papistas, que ainda hoje permanecem em vigor entre eles, são ímpios e condenáveis, e, conseqüentemente, deveriam ser abolidos, ainda que não houvesse outro motivo senão os fins blasfemos a que eles os destinam.

E isto é tudo quanto diz respeito a este ponto do Jejum, assim como aos outros Cabeçalhos do culto externo de Deus.



CAPÍTULO 16

Do Dia Do Sábado

A quarta questão principal acerca do homem, enquanto ele permanece em relação para com Deus, é sobre o *Tempo* do culto de Deus. Nela, certas questões particulares devem ser resolvidas a respeito do dia de Sábado.

A primeira, e mais principal de todas as demais, é esta:

Se está na liberdade da Igreja de Deus sobre a terra alterar o dia de Sábado do sétimo dia para qualquer outro?

Ao responder a esta questão, não determinarei resolutamente, mas apenas apresentarei aquilo que considero mais provável.

Primeiro, portanto, respondo negativamente: Que não está na liberdade da Igreja alterar o Sábado do sétimo dia. As razões são estas: Razão. A substância do quarto mandamento é inalterável. Ora, a santificação de um descanso no sétimo dia é a substância do quarto mandamento. Portanto, a santificação do descanso do sétimo dia é inalterável para qualquer criatura.

Para que a verdade desta razão apareça, duas coisas devem ser consideradas: Primeiro, o que é mutável e temporário no Sábado; e então, o que é moral e perpétuo.



Seção 1. *As coisas que são temporárias e cerimoniais no dia de Sábado são estas:*

I. Aquele descanso rigoroso e preciso prescrito aos judeus, o qual consistia na estrita observação de três coisas.

Primeiro: o judeu não podia, no Sábado, sair ou fazer viagem para qualquer lugar, por qualquer assunto ou negócio de seu próprio interesse. Pois sobre isso havia um mandamento especial, dado em Êxodo 16.29: *“Fique cada homem em seu lugar; que ninguém saia do seu lugar no sétimo dia”*, isto é, para fazer qualquer obra ou negócio próprio.

Segundo: o judeu não podia acender fogo no dia de Sábado. Pois assim diz o Senhor por Moisés: *“Não acendereis fogo em nenhuma das vossas habitações...”* (Êxodo 35.3). Dir-se-á então: *E como faziam quanto à comida e ao fogo no inverno?*

Resposta: Eles preparavam e cozinhavam sua comida no dia anterior, como lhes foi ordenado (Êxodo 16.24). E quanto ao fogo no inverno, se tivessem algum no Sábado, era necessário (como suponho) que, assim como preparavam sua comida no dia anterior, assim também iniciassem seu fogo então; e uma vez iniciado, poderia ser mantido no Sábado.

Terceiro: o judeu não podia carregar fardo. O Senhor proibiu isso expressamente pelo profeta Jeremias: *“Assim diz o Senhor: Não carregueis fardos no dia de Sábado, nem os introduzais pelas portas de*



Jerusalém...” (Jeremias 17.21). E Neemias acusou os homens de Judá da profanação do Sábado dessa maneira (Neemias 13.15–17).

Nestes três pontos consistia a estrita observância do descanso judaico; o qual é totalmente temporário e não diz respeito aos tempos do Novo Testamento, porque era apenas tipológico — o Sábado sendo, em relação a esse modo de descanso, uma figura do descanso espiritual mais estrito de todo pecado, em pensamento, palavra e ação, exigido de todo verdadeiro crente.

II. Ainda, no Sábado havia isto que era cerimonial e temporário: que ele era um sinal especial entre Deus e Seu povo das bênçãos propostas e prometidas na Aliança (Êxodo 31.13). E estas eram principalmente duas:

1. Era um sinal de sua santificação — para ensiná-los que, assim como o Senhor havia separado um dia de descanso, assim Ele santificaria para Si os que o observassem, perdando seus pecados e recebendo-os em Seu favor, no e pelo Messias vindouro.
2. Era ordenado por Deus para figurar e significar o descanso eterno dos filhos de Deus no reino dos céus. Disto fala o profeta Isaías, quando diz que *“de mês em mês, e de Sábado em Sábado, toda carne virá a adorar perante mim”* (Isaías 66.23). E o autor aos Hebreus: *“Resta, portanto, um repouso sabático para o povo de Deus.”* (Hebreus 4.9).

III. Ademais, era temporário no Sábado o fato de que devia ser observado num dia fixo — o sétimo desde a



Criação — e isso com ritos e cerimônias determinadas. Assim diz Moisés: *“O sétimo dia é o Sábado”* (Deuteronômio 5.14). E ainda: *“No dia de Sábado oferecereis dois cordeiros de um ano, sem defeito... além do holocausto contínuo...”* (Números 28.9–10).

IV. Isto também era cerimonial: que o Sábado devia ser observado em memória da libertação do Egito. *“Lembra-te de que foste servo na terra do Egito, e que o Senhor teu Deus te tirou dali com mão poderosa e braço estendido; por isso o Senhor teu Deus te ordenou que guardasses o dia de Sábado.”* (Deuteronômio 5.15).

Seção 2. Agora, assim como havia algumas coisas temporárias e cerimoniais no sábado, assim também há algumas coisas nele que são perpétuas e morais; e estas, ao que me parece, são especialmente três.

Primeiro, que deve haver um dia de descanso, no qual homem e animal possam ser revigorados após o labor. Segundo, que esse dia deve ser santificado; isto é, separado para o culto de Deus. Esses dois primeiros são, portanto, morais, porque são expressamente mencionados no mandamento referente ao sábado. Terceiro, que um sétimo dia deve ser santificado para um descanso santo, e que este descanso santo deve ser observado em um sétimo dia. Eu não digo “neste ou naquele sétimo dia”, mas “em um entre os sete”.

Ora, que isto também é moral, aparece pelas seguintes razões.

Primeiro, o sábado do sétimo dia foi instituído e ordenado por Deus no Paraíso, antes da queda do homem e da revelação de Cristo; sim, até mesmo quando havia



uma só condição para todos os homens. Isso está claramente exposto em Gênesis 2, como também no quarto mandamento. E, com base nisso, é manifesto que um sábado de um sétimo dia não pode ser simplesmente uma cerimônia, considerando que sua ordenação ocorreu muito antes de todas as cerimônias. Se for objetado que posteriormente ele foi transformado em uma cerimônia, respondo que essa razão não vale. Pois o matrimônio foi ordenado no Paraíso, e depois feito cerimonial, para significar a união espiritual entre Cristo e sua Igreja, e ainda assim o matrimônio é perpétuo — e assim também é o sábado de um sétimo dia.

Se for novamente alegado que Deus então guardou um sétimo dia em sua própria pessoa, e depois o ordenou ao homem por meio de seu mandamento, respondo que a instituição do sábado no Paraíso consistia em duas partes: bênção e santificação; e o significado do Espírito Santo é que Deus o abençoou quanto a si mesmo, porque ele o guardou em sua própria pessoa, e também o santificou quanto ao homem, ordenando que fosse santificado e guardado mediante o desempenho de deveres santos.

Segundo, as razões do quarto mandamento são gerais, e sua equidade é perpétua, e têm este fim: exigir o descanso de um sétimo dia. Consideremos cada uma particularmente.

A primeira, nestas palavras: “Seis dias trabalharás.” Alguns entendem isso como permissão: como se Deus tivesse dito: “Se eu te permito seis dias, tu me concederás o sétimo.” Mas também podem ser tomadas como mandamento, impondo o trabalho nos seis



dias; primeiro, porque são apresentadas em termos de mandamento; segundo, porque são uma exposição da maldição lançada sobre Adão: “Com o suor do teu rosto comerás o teu pão”, isto é, nos seis dias; e terceiro, porque ali se proíbe a ociosidade, a ruína da humanidade. Sendo assim, deve haver necessariamente um sétimo dia — não apenas de descanso, para aliviar os que trabalham nos seis dias, mas também de descanso santo, para que Deus seja adorado nele.

A segunda razão é tomada do exemplo de Deus: “Porque em seis dias o Senhor fez os céus e a terra, etc.” Aquilo que o próprio Senhor fez em pessoa, o mesmo deve o homem fazer por seu mandamento. Mas o próprio Senhor trabalhou seis dias e descansou no sétimo. Portanto, o homem deve fazer o mesmo. Essa razão, feita por Deus ao homem, deve permanecer em vigor até que Ele a reverta; o que ainda não fez, nem faz.

Se então essas razões não apenas exigem um descanso, e um descanso santo, mas um descanso no sétimo dia, então esse descanso no sétimo dia é parte do quarto mandamento; e, conseqüentemente, a Igreja não pode alterá-lo desde o dia de sábado, porque ela não pode alterar a substância desse mandamento, que é eterno.

Razão. O dia de sábado no Novo Testamento (com toda probabilidade) está ligado ao que chamamos de “dia do Senhor”, e isso (ao que me parece) pelo próprio Cristo. As razões são estas:

I. O sábado do Novo Testamento é chamado “o dia do Senhor” (Apocalipse 1.10). Ora, suponho (pois nesses pontos devemos proceder por probabilidades) que é



chamado “o dia do Senhor” da mesma forma que a última ceia de Cristo é chamada “a Ceia do Senhor”, por duas causas. Primeiro, assim como Deus descansou no sétimo dia após a criação, assim Cristo, tendo terminado a obra da nova criação, descansou neste dia de sua obra de redenção. Segundo, assim como Cristo substituiu a última ceia no lugar da Páscoa, assim Ele substituiu o primeiro dia da semana no lugar do sábado judaico, para ser um dia separado para o seu próprio culto.

II. A igreja de Corinto, em todo primeiro dia da semana, fazia uma coleta para os pobres, como lemos em 1 Coríntios 16.2; e essa coleta pelos pobres na igreja primitiva seguia a pregação da Palavra, a oração e os sacramentos, como um fruto dela (Atos 2.42). Pois essas são atividades de sábado, que sempre ocorriam juntas na Igreja apostólica. Mas dirão que coletar para os santos é uma questão indiferente e pode ser feita em qualquer dia, assim como no sábado. A isso respondo que Paulo ordena aos coríntios que o façam como havia ordenado na igreja da Galácia; pelo que ele a torna uma ordenança apostólica, e portanto divina. Sim, esse próprio texto manifesta, em alguma medida, que é ordenança e instituição de Cristo que o primeiro dia da semana seja o Dia do Senhor. Pois Paulo não ordena nada senão aquilo que recebeu de Cristo.

III. Cristo e seus apóstolos guardaram o primeiro dia da semana como sábado. Pois Cristo ressuscitou no primeiro dia da semana e apareceu a seus discípulos (João 20.19); e oito dias depois apareceu novamente a Tomé (v. 26), o que foi o próximo primeiro dia da semana. E esta tem sido a opinião de vários antigos doutores. Cirílo, sobre



João, diz que esse oitavo dia era, sem dúvida, o Dia do Senhor, e assim deveria ser guardado, porque é provável que o próprio Cristo o tenha guardado santo. E o mesmo é afirmado e ensinado por Agostinho e Crisóstomo.

Além disso, os apóstolos também o guardaram. Pois quando o Espírito Santo desceu sobre eles, estavam novamente reunidos nesse dia (Atos 2.1), o que provo assim: O dia de Pentecostes era o primeiro dia da semana; pois os judeus eram ordenados a trazer um molho dos primeiros frutos no dia seguinte ao sábado da Páscoa (Levítico 23.10, etc.), e entre esse dia e Pentecostes deviam contar cinquenta dias. Daí se segue que o dia da ressurreição de Cristo, caindo no dia seguinte ao sábado judaico, que é o primeiro dia da semana, fazia com que Pentecostes necessariamente também caísse nesse dia; e, portanto, os apóstolos se reuniram nesse mesmo dia. E não apenas eles, mas também toda a igreja se reunia e celebrava esse dia com a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos (Atos 20.7). E conforme essa instituição de Cristo e os exemplos de seus apóstolos, tem sido a prática constante da Igreja, desde então até agora.

IV. Aquilo que foi prefigurado, pelo fato de ter sido prefigurado, foi prescrito; mas o dia do Senhor foi prefigurado no oitavo dia, no qual os filhos dos judeus eram circuncidados; portanto, foi prescrito que fosse guardado no oitavo dia. Assim os antigos pais, pelo nome de Cipriano e Agostinho, raciocinaram e ensinaram. Além disso, o dia da ressurreição de Cristo foi prefigurado por aquele dia em que a pedra que os edificadores rejeitaram foi feita a cabeça da esquina, Salmo 118, v. 24. E, pelo fato



de ter sido prefigurado, foi designado por Deus. Pois então apareceu ser verdade o que Pedro diz de Cristo, que Deus o fizera tanto Senhor quanto Cristo, Atos 2.36. E o mesmo pode ser dito do sábado do Novo Testamento, que foi na figura preordenado, e portanto limitado e determinado por nosso Salvador Cristo ao dia do Senhor. Outras razões poderiam ser acrescentadas, mas são apenas conjecturas; estas são as principais.

Razão. Deus é Senhor dos tempos e das estações, e portanto, com toda justiça, a alteração e disposição deles está em suas mãos, e pertence somente a Ele. Atos 1.10: “Os tempos e as estações o Pai reservou para sua própria autoridade.”

Além disso, Cristo é chamado o Senhor do Sábado. E Antíoco Epifânio é condenado pelo Espírito Santo porque assumiu para si o alterar os tempos. Daniel 7.25. Ademais, Daniel diz que é somente Deus quem muda os tempos e as estações, Daniel 2.21. Ora, se é próprio de Deus, tanto criar quanto determinar e dispor dos tempos, então Ele não deixou isso ao poder de qualquer criatura. E portanto, assim como o conhecimento deles, também o estabelecimento e alteração deles, seja em geral ou em particular, não pertence à Igreja, mas é reservado a Ele. Assim, a Igreja não pode, nem lhe é lícito, alterar o dia do Sábado. E esta é a primeira parte da resposta.

Seção 2. A segunda é esta: Se a Igreja tivesse liberdade para alterar o Sábado, então essa alteração deveria ser feita dentro do compasso da semana — para o sexto, ou quinto, ou quarto, ou segundo, ou terceiro, ou primeiro dia — e não para o oitavo, ou nono, ou décimo dia, fora do compasso da semana. A razão é clara.



A Igreja do Novo Testamento tem mais conhecimento e mais graça do que o povo do Antigo Testamento; e, nesse sentido, deveria ter mais zelo e maior prontidão no culto a Deus do que eles, para que possa exceder os judeus segundo a medida da graça recebida. E assim, a primeira e principal questão acerca do Sábado é respondida e resolvida.

Seção 3. Agora, antes que eu venha à próxima, vejamos e examinemos, entretanto, as razões que são apresentadas contra a resposta recém-dada.

Primeiro, portanto, alega-se que, no Novo Testamento, não há diferença de dias. Pois, se temos ou fazemos diferença de dias, na verdade não somos melhores do que os judeus. Que não há distinção de dias, provam de dois lugares. O primeiro é Colossenses 2.16, onde o Apóstolo diz: “Ninguém, pois, vos julgue por causa de comida e bebida, ou dia de festa, ou lua nova, ou sábados.” O segundo, Gálatas 4.10, onde o mesmo Apóstolo reprova os gálatas por observarem dias, e meses, e tempos, e anos.

A isso respondo que ambos os lugares falam das festas dos judeus e da diferença de dias que vigorava pela lei cerimonial judaica. Paulo, aos colossenses, os adverte a não darem ocasião a outros, pela qual pudessem justamente condená-los pela observância de dias de maneira supersticiosa, por opinião de santidade e necessidade, como se as consciências dos homens estivessem obrigadas a tal observância. E ele reprova os gálatas por observarem dias (como é provável que fizessem), não apenas à maneira judaica, mas também à maneira pagã. Para esse propósito Paulo diz, v. 11, que



teme por eles. Seu significado era: porque, colocando sua salvação (em parte) em sua observância judaica de dias, depois de terem sido instruídos acerca de sua liberdade em Cristo, misturavam assim o Evangelho com a Lei; e portanto temia que, por esse meio, Cristo se tornasse inútil para eles, e assim sua pregação fosse de pouco ou nenhum proveito.

Além disso, eles alegam Romanos 14.5, onde Paulo diz: “Um faz diferença entre dia e dia, mas outro julga iguais todos os dias.” E, nessas palavras, o Apóstolo não culpa aqueles que consideram todos os dias como iguais.

Resposta: No Novo Testamento, todos os dias são iguais, quanto à aptidão deles para o culto a Deus; e ainda pode haver diferença de dias quanto à ordem; e isso Paulo não condena em nenhum lugar. Para que possamos melhor compreender essa distinção, devemos considerar uma diferença entre o sábado dos judeus e o nosso, que é esta: O sábado dos judeus era tanto o tempo do culto de Deus quanto parte do seu culto. Mas o sábado do Novo Testamento, embora seja um tempo necessário do culto de Deus, não é parte dele. Se se diz que ele é ordenado, e portanto deve ser parte do culto de Deus: respondo que ele é ordenado, não como culto de Deus em substância, mas por respeito aos deveres do culto que devem ser guardados e realizados nele. E daqui é manifesto que, quanto ao culto de Deus, não há diferença de dias no Novo Testamento, mas há quanto à ordem.

Terceiro, objetam que Paulo guardou o sábado dos judeus assim como o dia do Senhor. Pois ele e Barnabé vieram a Antioquia e entraram na sinagoga no



dia de sábado, Atos 13.14. E novamente, ele e Timóteo converteram Lídia no mesmo dia, Atos 16.13.

Resposta: O Apóstolo fez isso com muito boa razão, não porque considerasse sua observância tão necessária quanto a outra, mas por causa da fraqueza dos gentios e dos judeus recém-chamados. Pois a Igreja, que consistia de tais pessoas naqueles dias, ainda não estava plenamente persuadida e resolvida quanto à ab-rogação do sábado judaico; e portanto, por um tempo, ele cedeu à fraqueza deles e o observou assim como o outro. Mas depois, quando foram confirmados nesse ponto, ele deixou tal prática e ensinou a plena abolição tanto dele quanto de outras cerimônias.

Quarto, Atos 18. 3, 4. Diz-se que Paulo veio a Corinto, a Áquila e Priscila, e trabalhou com eles em seu ofício de fabricação de tendas; e, além disso, é dito que ele discutia na sinagoga a cada dia de sábado, isto é, nos sábados dos judeus, e exortava os judeus e gregos. Daqui alguns concluem que Paulo guardava apenas o sábado dos judeus, e que tanto no Dia do Senhor quanto nos dias de semana ele trabalhava com Áquila e Priscila.

Resposta. Primeiro, devemos lembrar esta regra: que a caridade e a necessidade fazem dispensa quanto ao sábado e quanto às cerimônias. Se uma cidade estivesse em chamas, ou se uma cidade ou país estivesse sendo imediatamente atacado pelo inimigo, no momento em que a Palavra estivesse sendo pregada, no dia de sábado, a pregação da Palavra, nesses casos, deveria cessar por um tempo, até que, por ajuda conveniente, o fogo fosse apagado e o inimigo fosse capturado ou repellido.



Agora, quanto ao fato de Paulo, nos dias ordinários da semana, fazer tendas, e também no sétimo dia, não observando-o, mas sim o sábado judaico; devemos saber que ele o fez por necessidade, para a salvação dos judeus. Pois Priscila e Áquila eram judeus não convertidos, e Cristo ainda não lhes havia sido revelado. E, se Paulo tivesse mencionado Cristo apenas uma vez, não poderia ter feito nenhum bem entre eles. Contudo, depois, quando viu melhor oportunidade, com a vinda de Silas e Timóteo da Macedônia, então ele já não pôde se conter, mas ardia em espírito, e testemunhou aos judeus que Jesus era o Cristo, v. 5. Ora, se havia motivo para ele não falar de Cristo naquele tempo, então havia motivo também para que ele não fizesse profissão de um sábado.

Segundo, respondo: embora Paulo não tenha então santificado abertamente o sábado, ainda assim deve-se supor que ele o guardava privadamente, reservando algum tempo especial para esse fim; e o contrário não pode ser demonstrado.

Como o sábado do Novo Testamento deve ser observado?

Na observância de um sábado do Novo Testamento, duas coisas são requeridas: um descanso, e uma santificação desse descanso para um uso santo. Esta resposta provém da própria substância do quarto mandamento, que é moral e não tem nada de cerimonial. E o quarto mandamento (em sua substância) consiste em cessar do trabalho, e em dedicar santamente nosso descanso para uso santo, isto é, para o culto e serviço de Deus.



Seção 1. Agora, quanto ao primeiro ponto, o descanso do sábado, há três opiniões distintas, 1.97 das quais duas são contrárias, e a terceira é um meio-termo entre ambas.

A primeira opinião é que somos obrigados a guardar o descanso exterior do Dia do Senhor tão estritamente quanto os judeus guardavam o sábado; e diversos homens pensam assim. Mas, ao que me parece, essa opinião não é justificável. Pois (como dissemos antes) a maneira judaica de guardar o sábado em rigor é uma cerimônia. E, se somos obrigados a guardá-lo tão estritamente quanto os judeus o guardavam, então o judaísmo deve permanecer, e a lei cerimonial (pelo menos em alguma parte) deve ainda estar em vigor.

Mas, em favor desta opinião, alega-se:

Primeiro, que o quarto mandamento é uma lei dada tanto a cristãos quanto a judeus, e, portanto, obriga a ambos igualmente. Resposta. O quarto mandamento obriga os cristãos a guardar um sétimo dia como sábado, tanto no respeito ao descanso, como também quanto à santificação dele; mas que os obrigue à mesma maneira rigorosa de guardar o descanso, como obrigava os judeus, isso negamos totalmente.

Segundo, que as razões usadas para reforçar o mandamento obrigam igualmente a todos; portanto, o próprio mandamento. Resposta. Isso é verdade quanto ao dever ordenado, mas não quanto ao modo de cumpri-lo. Além disso, a razão alegada não decorre: pois, às vezes, o Espírito Santo usa uma razão que é perpétua para reforçar uma cerimônia. Que Levi não teria parte nem herança entre seus irmãos era uma cerimônia ordenada



por Deus; e, ainda assim, o Senhor reforça isso com uma razão que era perpétua, a saber, que Ele mesmo era a parte e herança de Levi entre os filhos de Israel, Números 18.20.

Terceiro, que o sábado é um sinal (para os crentes no Novo Testamento) de que Deus é o seu Deus, e eles são o seu povo; e o mesmo era para os judeus: portanto, o vínculo é tão estrito para uns quanto para os outros. Resposta.

1. Os crentes sob o Evangelho têm somente dois sinais da aliança: o batismo e a Ceia do Senhor, e não mais.
2. A Escritura restringe o sábado, como sinal, somente aos judeus: *“É um sinal entre mim e vós nas vossas gerações,”* Êxodo 31.13. E, novamente, v. 16: *“Os filhos de Israel guardarão o sábado... por uma aliança perpétua.”*
3. O sábado não era um sinal na primeira instituição no Paraíso; pois a aliança da graça foi feita após a queda, e seu sinal deve necessariamente ter sido instituído depois dela; considerando que, antes da queda, cerimônias que significassem santificação não tinham lugar.

E esta é a primeira opinião.

A segunda opinião quanto ao descanso do sábado é totalmente contrária à primeira; a saber: que no dia de sábado (depois que o culto público de Deus termina e a congregação se dispersa), os homens têm liberdade para se entregarem ao trabalho, ou a prazeres e recreações honestas. Essa opinião abole completamente um dos



mandamentos do Decálogo. Pois ela pressupõe que todos os dias são iguais, apenas requerendo que o culto público de Deus seja solene. Ora, isso pode ser feito em qualquer dia da semana; e não haveria necessidade de designar um tempo determinado para o serviço de Deus, se todos os dias fossem iguais, sem qualquer diferença ou distinção. Mas o quarto mandamento (em sua substância) é eterno, e exige (sob pena de maldição) tanto o descanso do trabalho, quanto a separação desse descanso para os deveres de santidade e religião. E, se ele ordena abstinência do trabalho ordinário, então muito mais das diversões e recreações.

A terceira e última opinião mantém o meio-termo entre os dois extremos anteriores, e essa eu considero ser a melhor e mais segura. A substância dela consiste nestas duas conclusões.

Que no dia de Sábado do Novo Testamento, os homens devem descansar dos trabalhos ordinários de suas vocações. Isto é o que está ordenado no quarto mandamento. Pois o descanso em si não era uma cerimônia (como eu disse antes), mas o modo estrito e preciso de descansar. Além disso, é muito necessário que a religião e o poder dela sejam mantidos entre o povo de Deus, o que não pode ser possível, a menos que os homens (em alguns momentos) se separem para isso. O estudante que deseja aprender não alcança conhecimento, a não ser que diariamente consagre e dedique a si mesmo ao estudo. Do mesmo modo, a religião não pode ser preservada nem mantida na Igreja, a não ser que os homens se ocupem inteiramente e continuamente na prática dela. Além disso, é a liberdade



que a lei de Deus dá aos servos, e até mesmo aos animais, de que eles não devem ser oprimidos com trabalho, trabalhando no Dia do Senhor; e essa liberdade é fundamentada na lei da natureza e na equidade comum.

Aqui o povo costuma responder e dizer: *Se devemos descansar do trabalho de nossas vocações o dia inteiro, não conseguiremos sustentar a nós mesmos e nossas famílias.* Ao que se pode responder que aqueles que recolhiam o maná apenas nos seis dias tinham tanto quanto aqueles que o recolhiam no sétimo dia; e aquilo que recolhiam no sétimo dia não permanecia fresco, mas cheirava mal e perecia. Portanto, os que descansam no dia de Sábado não devem ser distraídos com cuidados desnecessários, mas viver pela fé e depender da providência de Deus para comida, bebida e vestes. E o trabalho da vocação feito então, quando é expressamente proibido por Deus, traz antes uma maldição do que uma bênção. Além disso, essas pessoas devem lembrar que a *piedade tem a promessa desta vida e da vida futura* (1 Tm 4.8); e que, se buscarem primeiro o reino de Deus e a sua justiça, *todas as coisas necessárias lhes serão acrescentadas como vantagem* (Mt 6.33). Portanto, se guardarem o mandamento de Deus e descansarem no sétimo dia, Deus, em misericórdia, lhes dará uma bênção, e eles não receberão menos dele o seu pão diário nesse dia do que em qualquer outro.

Neste descanso, vários tipos de obras podem ser feitas, e isso com boa consciência; principalmente duas.

A primeira são obras tanto santas quanto de necessidade presente. E são aquelas que não podem ser feitas antes ou depois do Sábado. Estas também são de



duas espécies. A primeira são aquelas que necessariamente pertencem ao culto de Deus, de modo que, sem elas, Deus não pode ser adorado. Desse tipo é a *jornada do dia de Sábado* (At 1.12), permitida entre os judeus ao povo para ir e ouvir a Palavra pregada. Assim lemos que a sunamita ia ordinariamente no Sábado e na lua nova ao profeta, para ouvi-lo. Pois quando ela pediu permissão a seu marido para ir ao profeta, ele lhe perguntou: *Por que irias a ele, visto que não é nem lua nova nem Sábado?* (2 Rs 4.23). Da mesma espécie eram o matar e preparar os animais sacrificados no tempo da lei; sobre o que nosso Salvador diz: *Não tendes lido na lei que, nos dias de Sábado, os sacerdotes no templo violam o Sábado e são inculpáveis?* (Mt 12.5).

O segundo tipo de obras de necessidade presente são aquelas que pertencem imediatamente à preservação da vida temporal do homem e do animal, ou que servem ao bom estado de ambos. Tais são as obras de misericórdia: como dar água ao gado (Mc 12.11), tirar um animal de um poço (Lc 14.5) e semelhantes.

O segundo tipo de obras que podem ser feitas no Sábado são obras de liberdade cristã, fora do caso de necessidade. Estas eram coisas que os judeus não podiam fazer, e contudo nós, no Novo Testamento, podemos fazê-las. Por exemplo: preparação e preparação de comida, fazer fogo e carregar cargas. Ainda assim, dessa liberdade os homens não devem concluir que podem fazer o que quiserem, porque devem cessar da execução ordinária das obras de suas vocações. Pois a Palavra de Deus não dá tal autorização: os homens devem, nesse caso, submeter-



se à vontade dele expressamente revelada e usar sua liberdade conforme ela.

Aqui são propostos dois casos.

Se não podemos licitamente usar recreações no dia de Sábado, como tiro ao alvo, boliche, caça, falcoaria, luta, etc.?

Eu entendo que não nos é negado alegrar-nos e recrear-nos neste dia. Pois para alguns homens, em certos momentos, a recreação pode ser mais necessária do que o alimento, no caso de fraqueza, para a preservação imediata da saúde. E ainda que não seja por essa razão, sendo bem usada, ela pode ser um auxílio ao homem no desempenho dos deveres da piedade, bem como nos deveres de sua vocação. Mas essa alegria deve ser como a alegria dos judeus em Neemias 8.12, que era somente espiritual e no Senhor. Pois eles se alegraram apenas porque entenderam a lei de Deus que lhes havia sido ensinada.

Mas quanto às recreações e passatempos acima mencionados — como o boliche e semelhantes — eles não devem ser usados neste tempo. Minha razão é esta: Aquilo que é mais principal e necessário, ou seja, o trabalho na execução da vocação do homem, é proibido; portanto, a recreação, que existe por causa do trabalho, deve cessar naquele dia quando o trabalho cessa. Além disso, se os deveres da vocação ordinária, de outra forma lícitos e louváveis, são proibidos porque destroem o descanso ordenado e ocupam a mente de modo que ela não pode ser livremente empregada nos assuntos de Deus, então muito mais são proibidas as obras de prazer,



porque fazem o mesmo ainda mais, ainda que, de outra forma, em si mesmas, não sejam ilícitas.

Objecção: *Os servos precisam de recreação; caso contrário, como poderão trabalhar nos dias da semana?*

Resposta: Verdade; mas a recreação deve ser concedida a eles nos dias de trabalho. Pois a recreação não pertence ao descanso, mas ao trabalho, e é usada justamente para que o homem, por meio dela, seja mais apto ao trabalho.

Se os homens, por qualquer ocasião, não podem realizar algum trabalho de seus ofícios, na manhã ou na tarde do Dia do Sábado, como os artesãos, por exemplo.

Respondo que podem, desde que observem quatro advertências:

- I. Que o trabalho realizado não seja escândalo para qualquer pessoa.
- II. Que não distraia a mente do trabalhador, nem de qualquer outra pessoa, da santificação do Sábado, seja publicamente ou em particular.
- III. Que não seja um trabalho de lucro, mas um trabalho de misericórdia, ou que contribua para uma obra de misericórdia.
- IV. Que sirva para a preservação imediata da vida, da saúde ou dos bens.

Da vida: assim Elias continuou sua fuga de Jezabel por muitos Sábados seguidos (1 Reis 19.8). E a razão é boa: “o Sábado foi feito por causa do homem”, diz Cristo — isto é, não para o seu dano, mas para o seu bem. Da saúde: e assim nosso Salvador visitou os enfermos (João 5.3) e curou um cego no Sábado (João 9.14). Pelo exemplo dele, o médico e o cirurgião podem



legitimamente ir, não somente para dar conselho necessário, mas para administrar remédio necessário e realizar curas. Por fim, dos bens que estão em perigo iminente de perda. Assim Cristo quis que o boi fosse imediatamente tirado do poço (Lucas 14.5). E o navio na costa, carregado de mercadorias, requer ajuda imediata se estiver em perigo evidente de naufrágio.

Isto basta quanto à primeira coisa exigida na observância do Sábado.

Seção 2. A segunda coisa requerida na santificação do Sábado do Novo Testamento é a Santificação do descanso, que não é outra coisa senão dedicá-lo a um uso religioso, isto é, à prática do culto divino.

Essa santificação pode ser pública ou privada.

1. Santificação pública. É o desempenho solene das obras espirituais ordenadas no segundo e terceiro mandamentos, e relacionadas ao culto público. E isso pode ser reduzido a quatro pontos principais:

I. A leitura ou pregação da Palavra — quando o ministro, publicamente, na congregação reunida, entrega fielmente ao povo doutrina pura e sã, e a aplica conforme a necessidade e a ocasião, para a edificação e salvação de todos e de cada ouvinte; e o povo, por sua vez, ouve reverente e atentamente essa Palavra lida e pregada.

II. A administração dos sacramentos segundo a instituição de Deus, pelos ministros da Igreja devidamente chamados.



III. A oração pública — na qual o ministro invoca o nome do Senhor, e toda a congregação, com afeto fervoroso, eleva seus corações a Ele e, em espírito, dá assentimento às orações feitas em seu nome e por eles.

IV. A coleta e distribuição de esmolas para o alívio dos pobres, sejam eles cativos, estrangeiros, moradores entre nós, enfermos, necessitados, órfãos, viúvas e semelhantes.

Sobre esses quatro pontos se sustenta todo o culto público de Deus. Para comprovação, leia: Neemias 8; Atos 2.42; Atos 13.14–15; Atos 16.13; Atos 20.7; 1 Coríntios 16.1–2; etc.

2. Santificação privada. Consiste nas seguintes coisas:

I. Que cada pessoa, no início do Sábado, pela manhã, prepare-se em particular para o serviço público que se seguirá — com oração privada, exame próprio e humilhação diante de Deus por causa de seus pecados particulares. O sábio exorta a isso quando diz: *“Guarda o teu pé quando entrares na casa de Deus”* (Eclesiastes 4.17). Seu sentido é: antes que alguém vá à congregação para prestar serviço e culto a Deus, deve examinar seu coração e seus afetos, para que não vá despreparado — dever que é constante, mas principalmente no Dia do Sábado.

Os filhos de Israel levantaram-se cedo pela manhã, no Sábado, para oferecer holocaustos e ofertas pacíficas a um ídolo (Êxodo 32.5–6). Quanto mais nós, etc. E se diz de nosso Salvador que Ele



levantou-se muito cedo, ainda de noite, e foi a um lugar solitário para orar; e o dia seguinte era o Sábado, quando Ele pregou nas sinagogas (Marcos 1.35–36).

II. Que, quando a congregação se dispersa, passemos o restante do Sábado em meditação e conversa sobre a Palavra pregada e sobre as obras da criação. Assim se diz daqueles que ouviram Paulo pregar, que receberam a Palavra com toda a avidez e examinaram as Escrituras para ver se as coisas eram assim (Atos 17.11). E todo o Salmo 92 foi escrito para ser um cântico do Sábado — e contém apenas meditação nas obras de Deus.

III. Que as pessoas se exercitem, em particular, em obras de caridade e misericórdia — como visitar enfermos, fazer paz entre os que estão em discórdia, socorrer os pobres, ensinar e instruir os ignorantes, e consolar os que estão aflitos e sem consolo. Neemias 8.12: *“Então todo o povo foi comer, beber, enviar porções aos necessitados e fazer grande alegria.”*

Quando o Sábado começa?

Sobre isso, alguns respondem: à tarde; e outros, pela manhã. Minha resposta é: o Sábado do Novo Testamento, entre nós, deve começar pela manhã, e assim continuar até a manhã seguinte, e não do entardecer ao entardecer.

As razões são estas:



1. O Sábado deve começar quando os outros dias ordinários começam, de acordo com a ordem e o costume da Igreja na qual vivemos.
2. Foi a prática de Cristo e dos apóstolos. Pois Cristo (como se pensou nos tempos antigos) consagrou o Sábado ao ressuscitar dentre os mortos de madrugada, quando o primeiro dia da semana começou a amanhecer (Mateus 28.1). E, portanto, é adequado que o Sábado comece quando Ele ressuscitou, visto que é guardado em memória de sua ressurreição.

A mesma foi a prática dos apóstolos. Em Atos 20.7, no primeiro dia da semana, os judeus se reuniram em Trôade pela manhã, e ali Paulo pregou desde esse momento até a meia-noite, sendo que partiria na manhã seguinte, tendo permanecido lá — como é claro do versículo 6 — sete dias.

Nesse texto observo duas coisas:

1. A noite ali mencionada era parte do sétimo dia da permanência de Paulo em Trôade; pois, caso contrário, ele teria ficado ao menos uma noite a mais, e assim mais de sete dias, já que teria permanecido parte de outro dia.
2. Essa noite foi parte do Sábado que eles então guardavam. Pois o apóstolo o observou como um Sábado, nas práticas de piedade e adoração divina, especialmente na pregação. Além disso, ele permaneceu ali até que o descanso estivesse terminado plenamente: “conversou com eles até o amanhecer, e assim partiu” (v. 11).



Além desse texto, Davi diz em seu salmo sobre o Sábado, que declarará a benignidade de Deus pela manhã e a sua fidelidade à noite (Salmo 92.2), fazendo da noite seguinte uma parte do Sábado.

Objecção: *O Sábado deve começar à tarde, porque em Gênesis 1 se diz seis vezes: “Houve tarde e manhã, o primeiro dia”, etc.*

Resposta: Primeiro, nesse texto, quando se diz “tarde e manhã”, por tarde entende-se a noite, e por manhã, o dia; e a tarde era o fim do dia, e a manhã, o fim da noite. Esta interpretação é antiga; e ainda assim, na Escritura não encontramos um só lugar onde “tarde” signifique “noite”.

Segundo, respondo que a conclusão tirada disso não procede. Pois o argumento teria de ser assim:

- Tudo o que Deus fez ao instituir os dias, devemos fazer ao usá-los.
- Mas Deus, ao instituir os dias, começou o dia pela tarde.
- Portanto, nós também devemos...

Mas a conclusão é falsa. Pois uma coisa é a constituição do tempo, e outra é o uso do tempo já constituído; e não há a mesma regra entre o modo como algo é feito e o modo como é usado.

Terceiro, isso nem mesmo obrigava os judeus. Pois é muito provável que eles começavam seus Sábados pela manhã. De fato, suas festas solenes — como a Páscoa e semelhantes — começavam do entardecer ao amanhecer (Levítico 23.5). Mas seu Sábado comum era guardado de manhã a manhã. É por isso que Mateus chama o



amanhecer do primeiro dia da semana de o fim do Sábado dos judeus (Mateus 28.1). E, ao que penso, não há nada que possa ser apresentado em contrário.

Objecção: *Moisés diz: “De tarde a tarde guardareis o vosso Sábado” (Levítico 23.32).*

Resposta: Essas palavras devem ser entendidas sobre a Festa da Expição (o Dia da Reconciliação), sendo o décimo dia do sétimo mês, que era celebrado do entardecer ao entardecer. E é chamada de “Sábado” porque, por mandamento especial, era guardada como o Sábado, e isso por dois motivos:

1. Porque devia ser guardada santamente pelos judeus, humilhando-se e oferecendo sacrifícios (v. 27).
2. Porque nesse dia não era lícito fazer nenhuma obra servil, sob pena de morte (v. 25, 30).

Outra **objecção:** *José de Arimateia não pôde embalsamar Cristo porque “o Sábado estava próximo”, e isso era à tarde.*

Respondo: o Sábado ali mencionado coincidia com a Páscoa dos judeus, e por isso começou ao entardecer.

Pelo que foi dito, a resposta à terceira questão é clara: No Novo Testamento, o Sábado deve começar pela manhã e continuar até a manhã seguinte, e não, como alguns supõem, começar ao entardecer e continuar até o entardecer seguinte.

E assim concluímos as questões especiais sobre o Culto de Deus, bem como as questões gerais que



pertencem ao homem enquanto ele está em relação com Deus.

FIM



LIVRO 3

O TERCEIRO LIVRO

DOS CASOS DE CONSCIÊNCIA,

CONCERNENTES AO HOMEM,

COMO ELE ESTÁ EM RELAÇÃO AO SEU

PRÓXIMO

CAPÍTULO 1

Da Natureza E Diferenças

Da Virtude E Da Ordem Das Questões

Até aqui temos procedido no tratamento de dois tipos de Questões, das quais algumas dizem respeito ao homem, conforme ele é considerado à parte, por si mesmo, sem respeito a outro; e outras ainda dizem respeito ao homem, como ele está na primeira relação, a saber, para com Deus.

Agora chegamos, pela ordem, a falar da terceira e última parte dos Casos propostos pela Consciência do homem, conforme ele está na segunda relação, para com o homem. E, sob este Título, estão compreendidas todas aquelas Questões de Consciência que são incidentes à vida dos homens; e que pertencem ao homem, conforme ele é membro de alguma Sociedade, seja a Família, a Igreja, ou a Comunidade Civil (o Estado).



Para um proceder melhor e mais ordenado neste Discurso, algum Assunto ou Matéria conveniente deve ser proposto, ao qual todas as Questões que se seguem possam ser devidamente reduzidas. Ora, de todos os outros, o Assunto mais conveniente neste tipo é a Virtude; e, portanto, conforme as diferenças da Virtude, distinguiremos as Questões em três tipos distintos.

Mas antes que prossigamos aos particulares, não será impróprio falar algo, de modo geral, sobre a Virtude, tanto quanto o conhecimento dela possa dar luz às coisas que se seguem.

Acerca da Virtude, duas coisas devem ser brevemente lembradas: primeiro, o que ela é; e então, quais são os tipos distintos dela. Virtude é um dom do Espírito de Deus, e uma parte da regeneração, pela qual o homem é feito apto para viver bem.

Chamo-a, primeiro, um dom do Espírito de Deus, porque, em quem quer que esteja, seja em Cristãos ou em homens pagãos, ela possui a natureza de um dom que flui imediatamente do Espírito de Deus. E isto coloco em primeiro lugar, para refutar o erro recebido pelos mais sábios Filósofos pagãos, que chamam a Virtude de um hábito da mente, obtido e confirmado pelo costume, uso e prática.

Em segundo lugar, chamo-a tal dom que é também uma parte da regeneração; e isto é acrescentado por duas razões.

Primeiro, para que possamos fazer distinção entre as virtudes cristãs e as pagãs. Pois, embora as mesmas virtudes, em espécie e nome, sejam e possam ser



encontradas tanto naqueles que professam Cristo quanto naqueles que são ignorantes do verdadeiro Deus; ainda assim, elas estão neles de maneira diversa. Pois, nos homens pagãos, são dons de Deus, mas não partes da regeneração e do novo nascimento; mas, naqueles que são verdadeiros cristãos, elas são de fato não somente dons do Espírito de Deus, mas também partes essenciais da regeneração.

Para que possamos compreender ainda melhor esta diferença, devemos entender que a graça de Deus no homem é dupla: restritiva e renovadora.

A graça restritiva é aquela que freia e restringe a corrupção do coração dos homens de irromper em ações externas, para o bem comum, de modo que as Sociedades possam ser preservadas e um homem possa viver ordenadamente com outro. A graça renovadora é aquela que não somente restringe a corrupção, mas também mortifica o pecado e renova o coração cada vez mais. A primeira delas ocorre nos homens pagãos; e as Virtudes que eles possuem servem apenas para reprimir o ato do pecado em suas ações externas; mas, nos cristãos, elas são graças de Deus, não somente freando e restringindo as afeições, mas renovando o coração e mortificando toda corrupção. E, embora essas virtudes dos pagãos sejam graças de Deus, ainda assim são apenas gerais e comuns a todos; ao passo que as virtudes dos cristãos são graças especiais do Espírito, santificando e renovando a mente, a vontade e as afeições. Por exemplo, a castidade em José era uma graça do Espírito de Deus, renovando seu coração; mas a castidade em Xenocrates era uma graça comum, servindo apenas para conter e restringir a



corrupção de seu coração. E o mesmo se pode dizer da justiça de Abraão, um cristão, e de Aristides, um pagão.

Em segundo lugar, acrescento esta cláusula, para confrontar um erro de alguns filósofos eruditos, que ensinavam que a própria natureza da Virtude consiste em um meio, ou mediocridade, das afeições. Isto que eles dizem é verdadeiro em parte, mas não totalmente. Pois a mediocridade da qual eles falam, sem renovação das afeições, é nada; e, portanto, todas as virtudes que não são unidas a uma renovação e mudança das afeições não são melhores do que pecados. Este ponto os Filósofos jamais conheceram; e daí ocorreu que insistiram apenas em uma mediocridade, definindo um homem como verdadeiramente virtuoso quando ele observava sabiamente um meio entre dois extremos.

Por fim, digo que este dom de Deus torna o homem apto para viver bem. Nesta cláusula está o efeito próprio da Virtude, que é tornar aqueles em quem ela está aptos a conduzir suas vidas bem. E, por isso, somos advertidos a tomar cuidado com a opinião dos Filósofos acerca de algumas virtudes particulares. Pois, em seus discursos morais, eles dão tanto o nome quanto a natureza de Virtude a coisas que são virtudes falsas e contra-feitas, ou de fato não são virtudes. Por exemplo, Aristóteles faz da Urbanidade uma virtude, que na verdade é um pecado, não sendo nada além de uma destreza em zombar e fazer troça de nomes e pessoas; e assim é considerada por Paulo entre os pecados e vícios graves que devem ser evitados (Efésios 5.4). Além disso, o Filósofo chama a Magnanimidade (pela qual um homem pensa ser digno de grandes honras e, por isso, empreende



grandes coisas) de Virtude; mas isto, no entanto, deve ser considerado um vício manifesto. Pois, pela lei de Deus, cada homem deve limitar-se aos limites de sua vocação, e não ousar sair dela. Ao passo que, ao contrário, o escopo e o fim desta virtude (como eles a chamam) é fazer os homens tentarem coisas altas e grandes acima do seu alcance, e assim ultrapassarem suas vocações. Além disso, é diretamente oposta à virtude da humildade, que ensina que o homem deve sempre ser baixo, vil e humilde aos seus próprios olhos. O profeta Davi livra-se deste pecado, no Salmo 131.1, quando diz: “Senhor, meu coração não é soberbo, nem meus olhos altivos; não ando em coisas grandes, nem em coisas elevadas demais para mim.” Ademais, nenhuma Virtude deve nos fazer abandonar a vida boa, mas cada uma serve para este fim: tornar-nos aptos para viver uma vida piedosa.

O próximo ponto a ser considerado é: Quais são os tipos de virtude.

A virtude está ou na mente do homem, ou na vontade. A virtude da mente é a Prudência. A virtude da vontade é aquela que ordena a vontade do homem; e é dupla: pois ela diz respeito ou a nós mesmos, ou aos outros. A que diz respeito a nós mesmos trata de duas coisas principais no coração do homem: o poder vingativo e o poder concupiscente. Aquela que diz respeito ao poder vingativo é a Clemência, que consiste em ordenar e reformar o poder furioso da Ira. A próxima, que diz respeito ao poder concupiscente, é a Temperança.

As virtudes que dizem respeito aos outros são ou concernentes à cortesia, como a Liberalidade; ou concernentes à equidade. E estas consistem em parte em



fazer a equidade, como a Justiça; em parte em defendê-la e mantê-la, como a Fortaleza.

Agora, conforme esta distinção das virtudes, as Questões de Consciência devem ser distinguidas deste modo: algumas delas dizem respeito à Prudência; algumas dizem respeito à Clemência; algumas à Temperança; algumas à Liberalidade; algumas também dizem respeito à Justiça; e algumas à Fortaleza. Sobre todas elas, em ordem.

CAPÍTULO 2

Das Questões Acerca Da Prudência

Há duas principais questões de consciência que dizem respeito à Prudência.

Como um homem deve praticar a Prudência ou Sabedoria?

Reconheço que este é um ponto elevado na vida humana, e tal que não pode ser resolvido, como convém, sem grande deliberação; contudo, farei o meu esforço para responder algo.

Quanto à Prudência, há várias coisas a serem consideradas.

Primeiro, qual é o começo da prática desta virtude: e isso, em uma palavra, é o Temor de Deus. Este temor consiste principalmente em duas coisas:



1. Um respeito reverente pela Majestade de Deus, em todos os lugares e em todos os momentos, pelo qual estamos resolvidos que, onde quer que estejamos, estamos em Sua presença; e tudo quanto pensamos, dizemos ou fazemos, é totalmente e perfeitamente conhecido por Ele.
2. Um cuidado resoluto de andar como na presença de Deus: isto é, guardar Seus mandamentos e render obediência à Sua Majestade em todas as coisas.

Que este temor é o princípio da sabedoria, aparece por vários lugares da Escritura:

- *Salmo 111.10*: “O princípio da sabedoria é o temor de Jeová.”
- *Provérbios 3.7*: “O princípio do conhecimento é o temor do Senhor; os tolos desprezam a sabedoria e o entendimento.”
- Moisés diz aos filhos de Israel que nisto consistia sua sabedoria e entendimento diante dos olhos de todos os povos: que eles observassem e praticassem todas as ordenanças e juízos de Deus que Ele lhes havia ordenado (*Deut. 4.6*).
- E Davi declara de si mesmo que, por sua meditação diária na lei de Deus e por guardar Seus mandamentos, se tornou mais sábio do que seus inimigos (*Salmo 119.98*), sim, de maior entendimento do que todos os seus mestres (*v. 99*), e ainda mais prudente do que os anciãos (*v. 100*).



Segundo, devemos considerar a regra da prudência; e essa é a compreensão espiritual, pela qual somos habilitados a conhecer e conceber espiritualmente a verdade e a falsidade, o bem e o mal. Isto Paulo desejou à Igreja de Colossos quando disse: “Não cessamos de orar por vós e de desejar que sejais cheios do conhecimento da Sua vontade, em toda sabedoria e compreensão espiritual” (*Col. 1.9*). E o mesmo apóstolo, exortando os Romanos a oferecerem seus corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, e a não se conformarem com este mundo, faz o fundamento de sua exortação – e consequentemente a regra de sua obediência – a renovação de suas mentes ou entendimentos, para este fim: “Que possais provar qual é a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (*Rom. 12.2*).

E sua razão é boa: porque, embora a prudência seja a regra de todas as virtudes, como os antigos filósofos pagãos afirmavam, ainda assim ela mesma deve ser regida por uma regra mais alta — a qual eles não conheciam — a saber: a compreensão espiritual e o conhecimento segundo a Palavra de Deus.

Terceiro, devemos considerar qual é a prática da Prudência e em que ela consiste.

Na prática dela, são requeridas duas ações:

1. Deliberação, pela qual, segundo a compreensão espiritual, aconselhamos o que é bom e mau, o que é verdade e falsidade, o que deve ser abraçado e feito e o que não deve.



2. Determinação, pela qual resolvemos, segundo a deliberação anterior, abraçar, fazer, seguir e perseguir as melhores coisas em cada categoria.

E nisso consiste a própria natureza e forma da verdadeira prudência cristã: quando um homem (mediante devida consideração de coisas e ações, juntamente com suas propriedades e circunstâncias) procede a uma santa e piedosa resolução conforme a regra acima mencionada.

Agora, a prática da Prudência nestas duas ações é muito ampla e consiste em vários ramos. Tocarei apenas os principais e os apresentarei nas seguintes Regras.

Primeira Regra. O homem deve, em primeiro lugar e acima de todas as coisas do mundo, cuidar cuidadosamente do perdão de seus pecados e da salvação de sua alma. Nosso Senhor Cristo ordena isto como um dever especial, *Mateus 6.33*: “Buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça.” Os pecadores impenitentes são muitas vezes chamados de tolos na Escritura, principalmente porque falham neste primeiro ponto de sabedoria, andando em seu pecado sem arrependimento. As cinco virgens do Evangelho são declaradas tolas exatamente por isso: porque não providenciaram óleo para a fé, mas se contentaram apenas com lâmpadas brilhantes, isto é, uma profissão vazia de religião e virtude; e, por falta de prudência neste ponto, foram justamente privadas do acesso ao quarto nupcial. Assim também o homem rico, que tinha grandes rendas e abundância de bens mundanos, é chamado por Deus mesmo de tolo, porque ajuntou riquezas para si e não foi rico para com Deus: isto é, porque se ocupou com coisas



terrenas e colocou sua felicidade principal em riquezas vãs e transitórias, sem sequer prever como entrar no favor de Deus para ser salvo.

A esta Regra acrescento o aviso que Paulo dá aos Efésios (*Ef. 5.16*): “Vede prudentemente como andais, não como néscios, mas como sábios, remindo o tempo.” Como se dissesse: Procedei como homens sábios; aproveitai o tempo enquanto ele serve; lançai mão dos meios de salvação; não useis demora nas coisas celestiais; não adieis vosso arrependimento de dia para dia: pois os dias são maus, e podeis ser surpreendidos em vossos pecados antes que vos apercebeis.

Segunda Regra. Devemos usar contínua vigilância contra nossos inimigos, especialmente contra nossos inimigos espirituais.

Esta vigilância Cristo ordena muitas vezes no Evangelho, especialmente em *Marcos 13.33*: “Cuidai, vigiai e orai.” E no verso 37: “O que vos digo, a todos digo: Vigiai.” E Pedro exorta: “Sede sóbrios e vigiai; porque o vosso adversário, o Diabo, anda em derredor, como leão que ruge, procurando a quem possa tragar.” (*1 Pedro 5.8*)

Este dever consiste principalmente em duas coisas:

1. Que observemos diligentemente o perigo em que estamos por causa das tentações.
2. Que diariamente nos esforcemos para descobrir os conselhos secretos, práticas e empreendimentos de nossos inimigos, e para preveni-los.



Devemos vigiar contra:

- as corrupções do nosso próprio coração,
- as tentações do Diabo,
- e o dia e hora da nossa morte, para que não sejamos achados despreparados.

Pois nossos pecados são muitos; Satanás é forte e sutil em suas sugestões e tentações; e a morte — embora certa como nenhuma outra coisa — é incerta quanto ao tempo, ao lugar e ao modo em que um homem terminará seus dias.

Terceira Regra. Cada homem deve medir-se por suas próprias forças e não fazer nada além de sua capacidade.

Isto aparece em *Romanos 12.3*: “Que ninguém pense de si além do que convém, mas que pense com moderação, conforme a medida de fé que Deus repartiu a cada um.” Um exemplo de transgressão desta Regra são os três valentes de Davi, que romperam pelo acampamento dos filisteus para buscar água do poço de Belém para Davi (*2 Sam. 23.16*). Esse ato foi um empreendimento precipitado e tal que o próprio Davi condenou, porque eles ultrapassaram suas forças ao enfrentar todo um destacamento de homens sendo apenas três.

Quarta Regra. Devemos distinguir entre as obras necessárias de nossos chamados, que nos dizem respeito, e outras obras que estão fora de nosso chamado e não nos pertencem; e devemos fazer aquelas, mesmo que deixemos estas de lado. Esta Regra está em *1 Tess. 4.11*: “Tratai de fazer o vosso próprio negócio.” O contrário



disso é viver desordenadamente (2 Tess. 3.7). O exemplo da transgressão está em Pedro (*João 21.21*): quando Cristo lhe ordenou seguir-lhe, ele ainda quis perguntar o que João deveria fazer. Cristo lhe respondeu: “Que te importa?” Ensina-se assim que cada homem deve ocupar-se com as obras necessárias de sua própria vocação, e não se intrometer nos negócios de outros.

Quinta Regra. Devemos distinguir entre coisas honestas e de boa fama, e coisas desonestas e de má fama; e devemos deixar estas e fazer apenas aquelas. *Filipenses 4.8*: “Tudo o que é verdadeiro, honesto, justo, puro, amável e de boa fama... nisso pensai.” Acrescente-se um aviso: Entre dois males que são ambos pecados, não devemos escolher o menor — devemos escolher nenhum. “Cuja condenação é justa, pois dizem que podemos fazer o mal para que venha o bem.” (*Rom. 3.8*)

Sexta Regra. Coisas de lucro e prazer devem ceder lugar às coisas que pertencem à virtude e honestidade. Os mundanos dizem: “Quem nos mostrará o bem?” Mas a oração de Davi é: “Senhor, levanta sobre nós a luz do teu rosto.” (*Salmo 4.6*).. “A piedade é grande ganho.” Logo, todo ganho deve ceder à piedade (*1 Tim. 6.6*).

Sétima Regra. Não devemos confiar nos homens com base em belas pretensões, sem antes fazer prova. Cristo praticou isto: embora muitos cressem em Seu nome vendo os milagres, Ele não confiava neles, porque os conhecia a todos (*João 2.24*). E o provérbio diz: “Primeiro prova, depois confia.”

Oitava Regra. Devemos dar lugar ao predomínio dos tempos em que vivemos, na medida em que isso possa



ocorrer mantendo a fé e a boa consciência. Não podemos ser “temporalistas” (isto é, pessoas que mudam a religião conforme os tempos), trocando nossa religião de acordo com a época; mas ainda assim podemos e devemos ceder aos tempos, assim como cedemos à correnteza, desde que isso seja feito mantendo a verdadeira religião e a boa consciência. Esta regra foi praticada por Paulo, Atos 28.11, que, vivendo entre os pagãos, foi constrangido a falar como eles, e por isso ele diz que partiu num navio rumo a Roma cujo emblema era Cástor e Pólux, Atos 19.10. Além disso, ele esteve três anos em Éfeso, um lugar idólatra, onde a grande deusa Diana era adorada; contudo, durante todo aquele tempo ele conteve a si mesmo e não disse nada especificamente contra Diana, mas somente de modo geral contra deuses falsos, dizendo que não são deuses os que são feitos por mãos humanas, v. 26. Nem mesmo Alexandre pôde acusá-lo disso — que Paulo, durante todo aquele tempo, tivesse blasfemado contra sua deusa Diana. Paulo, portanto, foi forçado a ceder ao predomínio daqueles tempos, para que pudesse fazer algum bem em Éfeso por meio de seu ministério. Pois se ele tivesse falado diretamente contra Diana, não teria sido possível fazer o bem pela pregação que de outro modo fez. Além disso, na Igreja Primitiva, os apóstolos, por causa da fraqueza dos judeus, cederam ao uso da circuncisão e permitiram a abstinência de sangue e do que fosse sufocado etc., na medida em que isso fosse compatível com a religião pura e boa consciência; e, se não o tivessem feito, não teriam ganho os judeus para a fé como o fizeram.

Nona Regra. Se não pudermos fazer as coisas boas que desejamos na maneira exata e perfeita como



desejaríamos, devemos nos contentar com o modo mediano; e em coisas que são boas e que devem ser feitas, o caminho mais seguro é satisfazer-se em fazer o menor, para que, ao arriscar fazer o maior — o que talvez não seja possível — acabemos caindo no extremo e assim falhando ou pecando na ação. É um bom e sábio conselho do Pregador, nesse sentido, Ec. 7.16: “Não sejas demasiadamente justo”; e seu significado pode ser este: Não sejas demasiado estrito ou minucioso em realizar exatamente aquilo que intentas quando não podes; mas fica contente com o fato de teres feito o que estava ao teu alcance; e aceita o menor quando o maior não pode ser realizado. Em alguns países, imagens papistas erigidas em igrejas permanecem sem serem derrubadas. O bom desejo do povo é que sejam removidas; mas isto não pode ser feito. O que então devem eles fazer? Não devem cair no extremo e derrubá-las eles mesmos; mas devem suplicar ao magistrado legítimo por sua remoção e orar a Deus para que o mova a fazê-lo; e, enquanto isso, devem ficar contentes por terem feito sua parte e esperar o que o magistrado determinar. Na lei judicial, por causa da dureza do coração dos judeus, muitos pecados não puderam ser completamente eliminados, como divórcios, poligamia, usura. Por essa razão, o Senhor faz uma lei de tolerância, sem aprovação; e não os remove completamente, pois isso não era possível, considerando-se o homem, naquela época; mas restringiu o mal, que não podia ser totalmente abolido de outro modo. E nisso apareceu a grande sabedoria de Deus, ao fazer uma lei que não os aprovava, nem os eliminava totalmente, mas moderava a prática desses pecados entre os judeus, por causa da dureza de seus corações. Da mesma forma, nesta



nossa terra existe a prática da usura, um pecado que não pode, nem jamais será, completamente arrancado. Por essa razão, os Estados deste reino, por sua sabedoria, providenciaram uma lei para a tolerância dela, de certo modo, e por causa especial. Pois se o magistrado tivesse decretado uma lei abolindo-a totalmente, já teria — em provável consequência — crescido em extremo. A mesma foi a prática dos apóstolos em seus tempos, que cederam em tolerar o uso da circuncisão por um tempo, quando não podiam eliminá-la completamente.

Se um homem pode, licitamente e com boa consciência, usar a Política (astúcia prudente) nos negócios desta vida?

Há quatro advertências principais que, sendo observadas, permitem que a política seja usada, e ela não será contrária à religião cristã. I. Nada deve (na política) ser dito, feito ou intentado que prejudique a verdade, especialmente a verdade do Evangelho. II. Nada deve ser dito, feito ou intentado contra a honra e a glória de Deus, seja em palavra, seja em ação, seja em aparência. III. Nada deve ser feito ou planejado contra a justiça que é devida ao homem. IV. Todas as ações de política devem ser tais que pertençam à nossa vocação e estejam dentro de seus limites e fronteiras. Pois se qualquer ação, seja qual for, for feita fora da vocação na qual Deus nos colocou, ou ao menos não estiver em conformidade com ela, mesmo que seja tramada e executada com a maior sabedoria e política, ela é ilícita e sem respaldo.

Observadas essas advertências, não é ilícito usar aquilo que comumente chamamos de Política. E a razão é esta: quando qualquer negócio deve ser feito, devemos



fazer duas indagações. Primeiro, sobre a coisa a ser feita — se é boa ou má, lícita ou ilícita, ordenada ou proibida. Segundo, sobre nós mesmos — se a obra em questão é adequada à vocação do agente, ou correspondente ao dever que ele deve a Deus e ao homem. Agora, como ambas se fundamentam nas advertências anteriores, concluímos que qualquer negócio empreendido que não esteja em conformidade com elas não tem bom respaldo e não pode ser feito com boa consciência.

Ainda, para esclarecer melhor esta resposta, consideremos as Escrituras e os exemplos nelas registrados, acerca dessa política. Em Josué 8.5 encontramos que Josué usou política militar no cerco de Ai, colocando parte de seu exército em emboscada e fazendo com que a outra parte fugisse; pois assim, os homens de Ai, saindo da cidade e perseguindo os que fugiam, os soldados que estavam em emboscada tomaram a cidade e a destruíram. Em 2 Samuel 5.23, Davi, para fazer guerra contra os filisteus, consulta a Deus, e Deus o instrui com política; ele, portanto, em seu próprio exemplo, aprova a política — especialmente aqueles estratégias prudentes de guerra que chamamos de políticas do campo. Também temos o exemplo de Paulo, a esse propósito, que em Atos 21.26 finge ter feito um voto de nazireado, para ceder um pouco à fraqueza dos judeus, que não estavam suficientemente instruídos na doutrina da liberdade cristã. Essa prática era lícita, nem foi pecado em Paulo; pois ele o fez por conselho da Igreja em Jerusalém, v. 20, 24. E o próprio Paulo nunca mencionou isso como pecado, o que sem dúvida teria feito se fosse pecado. Além disso, em Atos 23.6, quando foi levado diante de Ananias, o sacerdote, e do conselho



em Jerusalém, estando em perigo, ele usou política: pois fingiu ser fariseu, e por esse meio levantou dissensão entre fariseus e saduceus. E isso não foi pecado em Paulo, pois ele não disse senão a verdade — apenas ocultou parte da verdade.

Agora, se ocorrer o contrário — que a política seja usada e alguma dessas quatro advertências não seja observada — então ela perde tanto o nome quanto a natureza de verdadeira Política e se torna fraude, astúcia e engano, e assim é condenável. Temos exemplo disso em Davi, 1 Samuel 21.14, que, ao chegar ao tribunal de Aquis, rei de Gate, vendo-se em perigo, fingiu-se de louco. Embora o fizesse para salvar a própria vida, sua política não deve ser aprovada: pois tendia à sua própria desonra (ele sendo rei de Israel) e também era desonrosa para Deus, que o havia designado para ser rei de Israel. Além disso, aquilo que comumente é chamado de política de Maquiavel deve ser condenado aqui. Pois não está em conformidade com as advertências acima. Além disso, não é apenas contrária à lei escrita de Deus, mas até mesmo à lei da Natureza. E seu próprio fundamento consiste apenas na prática de mentir, jurar e perjurar, e na fraude, no engano e na injustiça.

CAPÍTULO 3

Das Questões Sobre Clemência



A Clemência, ou mansidão, é uma virtude que serve para moderar a ira e a vingança. Sobre a Clemência existem três questões:

- I. Como um homem deve portar-se em relação às injúrias e ofensas feitas contra ele?
- II. Quando a ira é pecado, e quando não é?
- III. Como um homem deve remediar sua ira precipitada e injusta?

Como pode um homem portar-se, em relação às injúrias e ofensas feitas contra ele?

Para que um homem se comporte como convém a um cristão nesses casos, ele deve, antes de tudo, investigar a natureza e a qualidade do mal feito contra ele. Agora, as ofensas que são cometidas contra nós por outros são de três tipos.

O primeiro tipo — e o menor — ocorre quando algumas coisas são feitas contra nós que apenas nos desagradam, mas não nos trazem perda nem dano. Essas são ofensas leves; e deste tipo são as enfermidades comuns, como impetuosidade, irritabilidade, teimosia, lentidão e torpeza natural. Também pertencem a esse tipo os reproches de imperícia, ignorância, baixeza, pobreza e semelhantes.

O primeiro grau de Clemência, portanto, consiste em nem sequer notar essas ofensas leves, mas deixá-las passar e enterrá-las no esquecimento. Como diz Salomão: *“O entendimento do homem retarda a sua ira, e é sua glória passar por cima de uma ofensa”* (Prov. 19.11). Seu



sentido é que, quando pequenas ofensas ocorrem — as quais não podem ser evitadas — então, em prudência, o homem deve conter sua ira e não notá-las, mas passar por elas e deixá-las ir; pois isso será para ele um ornamento muito maior do que, diante do ato cometido, apressar-se a buscar vingança.

O segundo tipo de ofensas são pequenas injúrias, que não apenas nos desagradam, mas também trazem algum pequeno dano, seja aos nossos bens, à nossa vida ou ao nosso bom nome. Agora, o segundo grau de mansidão consiste em tomar conhecimento delas, mas ainda assim perdoá-las e suportá-las. A razão é que sempre se deve ter maior cuidado com a paz e o amor do que com nossos interesses privados. Veja-se a prática disso em João 8.49. Foi lançado contra Cristo, injustamente, que Ele era samaritano e tinha demônio. Cristo toma conhecimento da injúria e diz: “Vocês me insultaram”; mas, com isso, Ele a suporta, apenas negando o que disseram e limpando-se: “Eu não tenho demônio, mas honro meu Pai.” Davi havia recebido grande injustiça das mãos de Joabe e Simei, como aparece em sua história de vida; especialmente quando ele veio a ser rei de Israel (2 Samuel 3). Contudo, ele não toma um caminho apressado para vingar-se imediatamente de seus adversários. Antes, procede nesta ordem: primeiro, toma conhecimento do fato e entrega sua causa a Deus (v. 39); depois, conforme a oportunidade surgia, deu aos envolvidos o que justamente mereciam.

A razão é que, tendo acabado de assumir o reino, seus adversários eram fortes e ele era fraco — por sua



própria confissão — e, portanto, não era capaz, naquele momento inicial, de corrigir a injúria feita contra ele. Mas, quando se estabeleceu, então não apenas começou (2 Sam. 19.14), mas prosseguiu até a plena execução do castigo sobre eles, como lemos em 1 Reis 2.5, 6, 34, 35.

O terceiro tipo de ofensas são injúrias maiores, que não apenas ofendem nossa pessoa, mas também prejudicam nossa vida e trazem ruína aos nossos bens e ao nosso bom nome. Essas são o mais alto grau de injúria, manifestas em danos claros e evidentes. E, portanto, correspondente a elas, é exigido o terceiro e mais alto grau de Clemência, que consiste em três coisas: primeiro, tomar conhecimento; segundo, perdoá-las; terceiro, defender-se justa e legalmente contra os ofensores.

Este é o resumo e a substância da resposta. Para melhor compreender isso, diversas questões precisam ainda ser propostas e resolvidas.

Primeiro, em geral: pergunta-se como um homem deve e pode perdoar uma injúria? Resposta. No perdão há quatro elementos:

O primeiro é o perdão da vingança, isto é, de retribuir mal por mal, seja por pensamento, palavra ou ato. Isto deve sempre ser praticado. Pois a vingança não é nossa, mas do Senhor; e é grande razão, portanto, que sempre perdoemos no que toca à vingança e ao ódio. O apóstolo ensina isso quando diz, em 1 Coríntios 13.5: *“O amor não se irrita; ele nunca pensa — muito menos fala ou faz — o mal.”*

O segundo é o perdão da punição privada, que é quando os homens devolvem punição pelas injúrias em



forma de retribuição; e isso também deve sempre ser praticado por nós, porque, assim como a vingança, a punição em forma de retaliação pertence somente a Deus.

O terceiro é o perdão do juízo, isto é, quando julgamos que uma injúria é realmente uma injúria. Este juízo não somos obrigados a perdoar. Pois podemos, com boa consciência, julgar o pecado e o mal como aquilo que realmente são. Contudo, se a pessoa fizer satisfação pelo mal cometido, então deve haver perdão também quanto ao juízo.

O quarto é o perdão da satisfação. Este não somos sempre obrigados a conceder; podemos, com boa consciência, exigir satisfação quando houve dano.

Agora, para esclarecer ainda mais esta questão geral, devemos responder alguns casos particulares normalmente levantados na vida dos homens — cinco ao todo:

- I. Se um homem pode defender-se pela lei.
- II. Como ele pode fazê-lo.
- III. Se um homem pode defender-se pela força.
- IV. Como.
- V. Se um homem pode defender-se por combate.

Pode um homem, com boa consciência e com espírito manso, defender-se pela lei contra injustiças feitas contra ele?

Respondo afirmativamente: um homem pode, com boa consciência, defender-se contra grandes injúrias mediante o benefício da lei. Pois a Magistratura é



ordenança de Deus para o bem dos homens (Rom. 13.4). Portanto, os homens podem usar o benefício da autoridade, do julgamento e da jurisdição dos magistrados sem violar a consciência.

Além disso, é lei expressa de Deus que, quando uma falsa testemunha se levanta contra alguém, acusando-o de uma transgressão, tanto o acusador quanto o acusado devem comparecer diante de Deus — isto é, diante de Seus sacerdotes e juízes daquele tempo — e receber remédio da parte deles. Um exemplo dessa defesa judicial temos em Paulo, que, em caso de injustiça, apela ao tribunal de Roma (Atos 25.10).

Mas se alega, pelo contrário, a partir da Escritura, Lucas 6.29: *“Ao que te ferir numa face, oferece-lhe também a outra”*; Mateus 5.40: *“E ao que quiser pleitear contigo e tirar-te a túnica, deixa-lhe também a capa.”*

Esses textos são dirigidos a pessoas privadas, que não possuem a defesa e o auxílio do Magistrado público; e tais pessoas devem antes sofrer injustiça sobre injustiça, golpe sobre golpe, perda sobre perda, do que corrigir seus próprios males, vingando-se por si mesmas.

Além disso, objeta-se que Paulo diz que “pleitear é uma falta”, 1 Coríntios 6.7: *“Na verdade, é já realmente uma falta entre vós terdes demandas uns contra os outros”*, etc.

Devemos distinguir entre as coisas em si e o modo de fazê-las. Quando Paulo diz que é uma falta, ele não condena absolutamente o ato de litigar em si, mas o modo coríntio de ir a juízo, que era o seguinte:



Primeiro, eles iam a juízo com escândalo, perante tribunais de juízes pagãos e incrédulos, fazendo assim o Evangelho ser difamado e desprezado.

Segundo, eles iam a juízo por causas leves e por pequenas injúrias, que poderiam muito bem ter suportado e facilmente tolerado.

Terceiro, ao litigar, caíam em paixões precipitadas e violentas de ira e inveja, de modo que não conseguiam conter-se, mas precisavam ir a juízo imediatamente; quando esse recurso deveria ter sido o último e mais desesperado remédio de todos.

E é esse mau modo de entrarem com ações uns contra os outros que Paulo reprova como uma falta. E deve-se observar que Paulo assinala essa falta com uma palavra que significa fraqueza ou impotência das afeições, pela qual acontecia que, vencidos pela força de seus próprios desejos, diante das injúrias recebidas, eram incapazes de suportá-las com qualquer grau de moderação cristã, e assim precipitadamente recorriam aos tribunais pagãos para a determinação das controvérsias e contendas entre eles.

Alega-se ainda que, quando uma pessoa é injustiçada de alguma forma, isso acontece pela vontade de Deus; portanto, não deve buscar reparação, mas descansar na vontade de Deus.

É vontade de Deus que tenhamos doenças, e ainda assim não é menos sua vontade que usemos bons meios para sermos curados delas. Assim também é com injustiças e injúrias feitas contra nós. Assim como Sua vontade é que



sejamos afligidos, também Ele determinou nossa libertação pelos meios que Ele mesmo estabeleceu.

Mas nosso Salvador queria que seus discípulos fossem como ovelhas entre lobos, e, portanto, deveríamos suportar todas as injúrias sem vingança. Pois a ovelha suporta todas as agressões e nem sequer se defende contra o lobo.

Cristo também ordena que sejamos simples como pombas, Mateus 10.16; e, contudo, juntamente com isso, ordena que sejamos prudentes como as serpentes, para defendermos nossa própria cabeça e salvarmos a nós mesmos.

Por fim, argumenta-se com 1 Coríntios 13.5, que diz que o amor “não busca os seus próprios interesses”; portanto, o amor não deve defender a si mesmo.

O amor não busca seus próprios interesses de tal modo que negligencie o bem dos outros; mas, buscando o que é seu, busca também o bem de todos. E essa prática não é contrária, mas conforme à lei da caridade.

Como uma pessoa deve defender-se pela Lei?

Para resolver esta questão, devemos tomar duas regras.

Primeira Regra. Devemos primeiro tentar todos os meios e usar todos os remédios possíveis antes de recorrer ao remédio da Lei. Essa é a orientação do nosso Salvador em Mateus 5.25: “*Concilia-te depressa com o teu adversário enquanto estás com ele no caminho*”, isto é, antes que a controvérsia seja decidida pelo processo legal. Novamente, Mateus 18.15: “*Se teu irmão pecar contra ti, vai e repreende-o entre ti e ele só.*” E Paulo, nesse caso,



prescreve um procedimento prévio: primeiro, suportar e tolerar o máximo possível, 1 Coríntios 6.7: *“Por que não sofreis antes a injustiça? Por que não sofreis antes o dano?”*

Depois, se suportar não resolver, entregar nossa causa ao arbítrio privado de uma ou duas pessoas, versículo 5: *“Não há entre vós nem ao menos um sábio que possa julgar entre seus irmãos?”* A Lei deve ser usada neste caso como o médico usa o veneno: apenas em casos desesperados.

Segunda Regra. Nossa mente paciente deve ser conhecida de todos os homens, Filipenses 4.5. Ao fazermos uso do benefício da Lei, devemos usar grande moderação de espírito, e isso em três momentos:

1. antes de ir a juízo,
2. durante o processo,
3. e depois que o processo terminar.

Moderação antes do início da ação judicial. Consiste em três pontos:

Primeiro, considerar que todas as injúrias que nos acontecem — quaisquer que sejam — vêm pela providência de Deus, e isso por causa de nossos pecados. Diante disso, devemos submeter-nos à vontade de Deus, obedecê-lo, armar-nos de paciência e afastar toda ira, inveja, malícia e impaciência. Segundo, devemos considerar previamente que os tribunais de justiça são uma ordenança de Deus, na qual lhe agrada manifestar sua presença, justiça e bondade; e com base nisso, devemos ser movidos a renunciar um pouco ao nosso próprio direito e entregar-nos — juntamente com todo o



nosso direito — às mãos de Deus, no uso dos meios por Ele designados, dependendo dEle pela fé quanto ao resultado do processo.

E daqui (de passagem) se vê que poucos, ou quase nenhum, usam essa ordenança de Deus como deveriam; porque a maior parte dos homens que iniciam ações judiciais não considera nem a natureza nem o propósito dos tribunais civis. Ninguém normalmente quer ceder sequer um fio de seu direito; todos fixam seus olhos inteiramente no resultado da ação, pela via extrema da lei; e assim se desviam da moderação cristã exigida pela Palavra de Deus nesse caso.

Terceiro, devemos decidir previamente por fins justos e lícitos em nossas ações, e não fins injustos e ilícitos. Esses fins justos são:

1. a glória de Deus na execução e manifestação da justiça;
2. a defesa honesta do nosso próprio direito;
3. a paz pública;
4. a correção de pessoas desordenadas, e não a difamação ou prejuízo de qualquer pessoa.

Moderação durante o processo judicial. Consiste nestes pontos:

1. Buscar a paz ao máximo, Romanos 12.18: *“Se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens.”*
2. Amar nossos inimigos, mesmo aqueles com quem estamos em controvérsia judicial.
3. Não usar nem demonstrar extrema severidade em nossos procedimentos, Mateus 5.25; Mateus 18.28.



Moderação depois que o processo termina. Após o término da causa, nossa moderação deve ser expressa no modo como recebemos o resultado:

- Se a decisão jurídica for a nosso favor, devemos dar graças a Deus pela manifestação de sua justiça.
- Se for contra nós, não devemos enfurecer-nos ou entristecer-nos com descontentamento, mas entregar nossa causa silenciosamente a Deus, e acusar a nós mesmos por nossos próprios pecados, dizendo com Davi: “*Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*” (Salmo 119.137).

Pode um homem defender-se pela força quando é injustiçado?

Em alguns casos, ele pode legitimamente defender-se pela força. As razões são: Primeiro, porque o Evangelho não abole a lei da natureza nem as leis positivas dos países, antes as confirma. Ora, é lei da natureza e das nações que um homem pode defender sua vida e saúde, em certos casos, quando houver justa ocasião. Segundo, esta é a lei de Deus, em Êxodo 22.2: “Se um ladrão for encontrado arrombando uma casa e for ferido de modo que morra, não haverá culpa de sangue por causa dele.” Abraão era estrangeiro na terra de Sodoma e, ainda assim, resgatou seu irmão Ló e recuperou todos os seus bens perdidos, pela força e pelas armas (Gênesis 14.14); e sua ação foi aprovada por Deus, pois Melquisedeque foi ao encontro dele em seu retorno da derrota dos reis e o abençoou, sim, e bendisse a Deus por sua libertação (vv. 19–20). Além disso, em alguns casos, um homem pode dar sua vida pelo irmão. Assim diz São João, em 1 João 3.16: “Devemos dar nossa vida pelos irmãos.”



Quando um homem pode defender-se pela força?

Não sempre e em qualquer ocasião, mas somente nestes casos: Primeiro, quando a violência oferecida é tão súbita e inesperada que, ao chegar, não há possibilidade de escapar, seja cedendo, fugindo ou sofrendo. Segundo, quando a violência oferecida é aberta e manifesta, de modo que não há outro meio de salvar a si mesmo senão golpeando ou matando. Terceiro, quando a violência é oferecida e o magistrado está ausente — seja temporariamente, e sua demora seja perigosa, seja totalmente ausente, de modo que não haja ajuda nem esperança de sua vinda. Nesse caso, Deus coloca a espada nas mãos do particular. Quarto, quando a defesa é justa e feita do modo correto.

Uma defesa justa consiste nestas coisas: I. Deve ser feita imediatamente, assim que a violência é oferecida. Pois, se houver demora e ela ocorrer depois, perde o nome de “defesa justa” e se torna vingança, proveniente de maldade premeditada, como dizem os juristas. II. Deve haver a intenção não de vingar-se principalmente ou de matar, mas somente de defender-se. III. Deve haver uma proporção justa e equilibrada de armas; portanto, não é defesa justa atirar com mosquete ou outra arma pesada contra um homem desarmado que apenas oferece violência.

Pode um homem defender a si mesmo ou a outros por meio de combate singular?

Tem sido, desde tempos antigos, um modo comum de defesa em alguns países que, em caso de disputa entre povos, em assuntos de grande importância, dois homens



fossem escolhidos dentre os demais e, lutando mão a mão e matando um ao outro, encerrassem a controvérsia. Mas esse modo de defesa, por mais antigo que seja, é totalmente ilícito.

As razões são estas: Primeiro, é o mandamento expresso de Deus: “Não matarás.” Com isso, todos os particulares são proibidos de matar ou ferir, exceto no caso de defesa justa e necessária. Segundo, não podemos arriscar nossas vidas sem algum mandamento especial de Deus; se o fizermos, é tentar a Deus diretamente — e isso ocorre em todo combate singular. Terceiro, se os magistrados permitirem tais duelos, ficam obrigados a defender e salvar a vida do inocente. Pois, com tal permissão, muitas vezes sangue inocente é derramado, e a parte mais justa sai prejudicada.

Mas se objeta — e de fato se objeta — o seguinte:

Primeiro, que um combate é prova de inocência. Resposta: Não é. Pois quem é mais forte geralmente vence, não quem tem a causa mais justa. Além disso, há outros meios de provar a verdade: pela investigação e pelo juramento. Por fim, o julgamento por combate é da mesma natureza que o julgamento de um assassino pelo sangramento do cadáver tocado ou manejado — coisa extremamente duvidosa e, mais que todas, incerta.

Segundo, afirma-se que, se um homem não aceitar um desafio, será desonrado para sempre. Resposta: Não há autorização na Palavra de Deus para que um particular aceite um desafio. Ao contrário, isso é claramente condenado pela Escritura. Pois Deus diz: “A vingança é minha.” O homem particular diz o contrário:



“A ofensa é minha, e eu me vingarei daquele que a fez.” Além disso, é melhor para qualquer homem suportar um pouco de reproche entre alguns do que perder ou arriscar a vida.

Terceiro, argumenta-se que os filisteus propuseram decidir a vitória por um combate singular contra os israelitas, colocando Golias como seu desafiante; e que Davi, representando Israel, aceitou o desafio, enfrentou-o e teve sucesso. Portanto, diz-se que combates são lícitos; pois é melhor que um homem morra na guerra do que todo um exército pereça. Resposta: Aquilo foi um caso especial e extraordinário, e Davi foi campeão naquela luta não por nomeação comum, mas por impulso profético extraordinário do Espírito de Deus. Além disso, em guerra, embora haja menos perigo em arriscar a vida de um homem do que a de todo um exército, uma causa justa deve ser defendida com toda a força possível, e não depender do poder e coragem de um só homem que, provavelmente, a menos que tenha chamado e assistência especial de Deus, pode ser derrotado e perder a vitória.

Quarto, argumenta-se que um exército pode lutar contra outro, portanto um homem pode lutar contra outro. Resposta: A razão não é a mesma. Pois guerras e exércitos são ordenanças de Deus; combates singulares não são. E não é da vontade de Deus que os homens inventem novos meios de julgamento não permitidos por sua Palavra, mas que se contentem com os meios que Ele instituiu.

Quinto, Jonas arriscou a vida quando se lançou a sorte; portanto, alguém pode arriscar a vida em combate.



Resposta: Dizer que Jonas arriscou a vida pela sorte é falso. Pois ali houve apenas um exame conjectural sobre quem era a causa do perigo presente. E, quando a sorte caiu sobre ele, ele não foi lançado ao mar pela sorte, mas por seu próprio conselho. Além disso, o lançamento de Jonas ao mar não ocorreu por sorte, mas por sua própria entrega voluntária nas mãos de Deus, aceitando aquilo como punição justa por negligenciar seu chamado — o que ele mesmo confessou: “Porque eu sei que por minha causa vos sobreveio esta grande tormenta” (Jonas 1.12).

Sexto, Moisés e o egípcio lutaram um combate, e Moisés o matou. Resposta: Moisés assumiu ali uma vingança pública, como magistrado, e não privada, como homem comum. Pois, embora seu chamado ainda não fosse plenamente conhecido por seus irmãos, a verdade é que Deus o havia chamado para ser libertador deles do jugo egípcio. E aquele ato foi um sinal da libertação futura — assim: como ele defendeu seu irmão e vingou sua causa contra o egípcio, assim, em tempo oportuno, o Senhor, por sua mão, lhes daria liberdade e plena redenção do jugo de Faraó e de todos os seus inimigos (Atos 7.25). Sendo, portanto, uma pessoa pública, seu exemplo nada prova para este propósito.

Quando a ira é uma virtude — portanto, boa e lícita — e quando é um vício — portanto, má e ilícita?

Esta questão possui duas partes distintas, das quais falarei na ordem.

Seção 1. *A primeira parte é: quando a Ira é uma virtude e legítima?*



Para responder a isso, precisamos entender que, na ira justa e legítima, há três elementos: um Princípio ou motivo correto; um Objeto correto; e um Modo correto de se irar. Para o princípio correto da ira, são necessárias três coisas.

Primeiro, que a ocasião da ira seja justa e importante; isto é, uma ofensa manifesta contra Deus. Tome um ou dois exemplos. Moisés, em vários lugares, é dito ter se irado; e as ocasiões de sua ira eram graves, como aparece nos casos particulares. Primeiro, porque alguns dos israelitas, contra o mandamento de Deus, haviam guardado o maná até o dia seguinte (Êxodo 16.20). Outra vez, ele se irou porque os israelitas haviam tentado a Deus, adorando o bezerro de ouro (Êxodo 32.19). Em Números 16.15, Moisés novamente se ira porque Corá, Datã e Abirão se rebelaram contra ele, e nele contra Deus. Fineias (Números 25.8, 11) é dito ter sido zeloso — isto é, irado por Deus; a ocasião foi que os israelitas cometeram fornicção com mulheres pagãs. Davi, de modo semelhante, em 2 Samuel 13.20–21, irou-se porque Amnom, seu filho, havia violentado sua irmã Tamar. Elias se ira (1 Reis 19.14) porque os israelitas haviam abandonado a aliança de Deus, derrubado os Seus altares e matado Seus profetas à espada. Neemias (cap. 5, v. 6) fica muito irado porque os israelitas oprimiam uns aos outros com usura e outros tipos de exações. Jeremias também (cap. 6, v. 11) estava irado porque os israelitas tinham corações e ouvidos incircuncisos, e a palavra do Senhor era para eles objeto de desprezo, e não tinham prazer nela.



Segundo, exige-se que a ira seja concebida com conselho e deliberação (Provérbios 20.18): “Estabelece teus pensamentos pelo conselho”. Se os pensamentos devem ser estabelecidos por conselho, então também as afeições, e assim também a nossa ira. E o apóstolo diz (Tiago 1.19): “Sede tardios para se irarem”. A razão é clara: o conselho deve ser o fundamento de todas as nossas ações e, portanto, muito mais de nossas afeições, que são o início das nossas ações.

Terceiro, a ira justa e legítima deve ser inflamada e despertada por boas e santas afeições — como o desejo de manter a honra e o louvor de Deus; o amor à justiça e à virtude; o ódio e a detestação do vício e de tudo o que é mau. Alguém disse bem, a esse respeito, que a ira deve acompanhar a virtude e ser despertada por ela contra o pecado, assim como o cão acompanha o pastor e observa seus olhos e suas mãos, para saber quando segui-lo e quando perseguir o lobo.

A segunda coisa na boa ira é um Objeto adequado ou matéria sobre a qual agir; a respeito disso, duas coisas devem ser lembradas.

Primeiro, devemos fazer diferença entre a pessoa e a ofensa ou pecado da pessoa. O pecado da pessoa é o objeto próprio da ira, e não a pessoa, senão por causa do pecado. Assim Davi diz de si mesmo que estava consumido de ira, não porque os homens com quem estava irado fossem seus inimigos, mas porque não guardavam a lei de Deus (Salmo 119.139). Assim Moisés se irou contra a idolatria dos israelitas, com a qual pecaram contra Deus por quarenta dias seguidos; e, ainda



assim, ele orou sinceramente a Deus pelas pessoas deles (Êxodo 32).

Mas se alega o contrário, dizendo que Davi dirige sua ira contra as pessoas de seus inimigos, especialmente no Salmo 109. Resposta: primeiro, os profetas (como já foi dito) eram dotados de uma medida especial de zelo; e seu zelo era um zelo puro, tomado principalmente pela glória e honra de Deus. Mas o nosso zelo contra nossos inimigos geralmente é misturado com ódio, inveja e amor próprio; portanto, não devemos — e nem podemos — seguir seu exemplo. Segundo, as imprecações usadas por Davi eram mais predições do que orações: ele mais predisse nelas o que haveria de acontecer, do que pediu para que acontecesse. Terceiro, Davi, em suas imprecações, não amaldiçoa seus inimigos particulares, mas os inimigos de Deus — e não todos eles, mas somente os incuráveis; pois, pelo espírito de profecia, ele conhecia o estado daqueles contra quem orava — o que nós não conhecemos.

Segundo, devemos distinguir entre a causa e a ofensa de Deus, e a causa e ofensa do homem. A ira justa deve ser dirigida contra pessoas por causa da ofensa feita a Deus; e não por ofensa privada, exceto na medida em que essa ofensa privada atinge também a honra de Deus. Assim, Miriã e Arão murmuraram contra Moisés porque ele havia se casado com uma mulher etíope. Mas isso era apenas uma ofensa privada; por isso, Moisés se comportou com mansidão para com eles (Números 12.3).

A terceira coisa na boa ira é o Modo Correto de concebê-la. Nele, devem ser observadas estas advertências. Primeiro, que nossa ira seja misturada e



temperada com caridade e amor. É próprio de Deus, em Sua ira, lembrar-se da misericórdia (Habacuque 3.2); e devemos ser semelhantes a Ele nisso. Essa foi a prática de Moisés, que, por amor, orou por aqueles com quem estava irado (Êxodo 32). Segundo, a ira contra qualquer ofensa deve vir misturada com tristeza pela mesma ofensa. Assim Cristo se irou contra os judeus, mas também se entristeceu pela dureza de seus corações (Marcos 3.5). A razão é esta: em qualquer sociedade, o pecado de um membro é uma punição para todos os demais; assim como em um corpo, se uma parte está doente, as outras sofrem junto. Paulo diz de si mesmo que temia que, quando fosse aos coríntios, Deus o humilhasse pelos pecados deles (2 Coríntios 12.21). Ele também ensina que aqueles que caem em alguma falta devem ser restaurados com espírito de mansidão, porque nós mesmos estamos sujeitos às mesmas tentações (Gálatas 6.1). E, por isso, ele quer que os homens chorem com os que têm motivo para chorar (Romanos 12.15). Terceiro, a ira justa deve permanecer dentro dos limites de nossa vocação particular e da decência civil; isto é, deve ser tão moderada que não nos faça abandonar os deveres que devemos a Deus e ao próximo, nem quebrar as regras de comedimento. Assim Jacó se irou contra Labão, e ainda assim fala e age como filho para com seu pai, mesmo estando irado (Gênesis 31.36). Jônatas se irou contra Saul, seu pai, mas não deixou de lhe prestar respeito reverente e devido (1 Samuel 20).

A segunda parte da pergunta é: Quando a ira é um vício e ilegal?

É pecado em cinco aspectos, contrários aos anteriores.



Primeiro: Quando a concebemos sem conselho e sem deliberação. Essa ira precipitada, apressada, súbita e violenta é condenada por nosso Salvador Cristo, em Mateus 5.22: *“Todo aquele que sem motivo se irar contra seu irmão será culpado de juízo.”*

Segundo: Quando é concebida sem causa ou por causa leve e insignificante. Provérbios 10.12: *“O amor cobre a multidão de pecados.”* Portanto, toda ofensa leve não deve ser motivo de ira aberta. Provérbios 19.11: *“É glória do homem passar por cima de algumas falhas.”* Eclesiastes 7.23: *“Não dê atenção a todas as palavras que os homens falam, nem mesmo a todas as que os servos dizem a seus senhores.”* Além disso, a ira sem causa é muitas vezes proibida na Escritura. E Paulo diz que *“o amor não se irrita facilmente”*, porque não se move para conceber ódio senão por causas graves e importantes (1 Coríntios 13).

Terceiro: Quando, ainda que a ocasião seja justa, a medida da ira é imoderada. Efésios 4.26: *“Trai-vos e não pequeis; e, se por fraqueza cáíres nisso, não se ponha o sol sobre a vossa ira.”* A razão é dada nas palavras seguintes: *“Não deis lugar ao Diabo”*, porque ele está sempre pronto para inflamar a afeição, como fez com Saul, que em sua fúria quis matar até o que estava ao seu lado.

Quarto: Quando a ira nos faz esquecer nosso dever para com Deus ou para com o próximo, levando-nos a brigas, maldições e blasfêmias. Assim fez Simei quando injuriou o rei, atirando pedras nele e em seus servos, chamando-o de homem de sangue e homem de Belial (2 Samuel 16.5-7). Assim também os discípulos,



esquecendo o dever de amor aos irmãos, em ira desejaram que descesse fogo do céu para destruir os samaritanos (Lucas 9.59). Do mesmo modo, os judeus, de maneira indecente e sem caridade, rangeram os dentes contra Estêvão (Atos 7.54). E Paulo diz que os frutos da ira ímpia são *clamores e gritos* entre pessoas enfurecidas (Efésios 4.31). Por isso se vê Balaão, em sua ira, ter sido mais irracional do que sua jumenta (Números 22.27).

Quinto: Quando nos iramos por motivos privados referentes a nós mesmos, e não pela causa de Deus. Assim Caim ficou extremamente irado e com o semblante abatido por motivo puramente pessoal, porque julgou que seu irmão Abel seria preferido a ele (Gênesis 4.5). Assim Saul enfureceu-se contra Davi, considerando-se desprezado porque o povo (após a matança dos filisteus) atribuía a Davi dez mil e a ele apenas mil (1 Samuel 18.7). Do mesmo modo irou-se contra Jônatas por seu amor a Davi e por deixá-lo ir a Belém (1 Samuel 20.30). Assim a ira de Nabucodonosor se acendeu contra os três jovens, porque ele se julgou desprezado por eles (Daniel 3.19). Assim Hamã, meramente por um desprezo pessoal, encheu-se de indignação contra Mardoqueu (Ester 3.5). Assim Asa irou-se contra o profeta Hanani porque considerou desonroso ser repreendido (2 Crônicas 16.10). E desse modo os judeus se encheram de ira contra a repreensão de Cristo (Lucas 4.28), mostrando, como bem comenta o intérprete, que estavam muito ardorosos em sua própria causa e não na causa de Deus.

Qual é o remédio para a ira injusta?

Os remédios são de dois tipos: alguns consistem em meditação, outros em prática.



Os remédios que consistem em meditação são de três tipos: alguns dizem respeito a Deus, outros ao próximo, e outros a nós mesmos. As meditações concernentes a Deus são especialmente seis.

I. Meditação. Que Deus, por mandamento expresso, proíbe a ira precipitada e injusta, e ordena o contrário, ou seja, os deveres de amor. Leia, para esse fim, Mateus 5.21–22, onde observamos três graus de ira injusta:

1. a que é concebida interiormente e não demonstrada externamente;
2. a que se mostra por sinais de desprezo — bufar, suspirar, mudar ou baixar o semblante;
3. a que se expressa em insulto (“*tolo*”), sendo culpável do fogo de Geena.

Esses três graus são homicídio; e a punição do homicida é ser lançado no lago de fogo (Apocalipse 21.8). Além disso, Cristo ordena que recompensemos o bem pelo mal, que abençoemos os que nos amaldiçoam e façamos o bem aos que nos odeiam, se quisermos ser filhos de nosso Pai que está nos céus (Mateus 5.45). E Paulo deseja que vençamos o mal com o bem (Romanos 12.21).

II. Meditação. Que todas as injúrias que nos acontecem vêm pela providência de Deus, que as transforma em um fim bom, ou seja, para o nosso bem. Assim disse Davi que Deus havia mandado Simei a amaldiçoá-lo (2 Samuel 16.10). E esse foi o fundamento da repreensão de Cristo a Pedro: “*Não beberei eu o cálice que o Pai me deu?*” (João 18.11).



III. Meditação. Que Deus é longânimo até com homens ímpios, e devemos imitá-lo nisso. Por essa razão, Deus é chamado misericordioso, clemente, tardio em irar-se, abundante em bondade e verdade (Êxodo 34.6). Por isso poupou o mundo antigo por 120 anos (1 Pedro 3.19). Poupou Israel após sua idolatria por 390 anos (Ezequiel 4.5). Além disso, temos o exemplo da humildade e longanimidade de Cristo (Mateus 11.29) e o testemunho de 1 Pedro 2.22: *“Quando ultrajado, não retribuía com ultraje; quando sofria, não ameaçava, mas entregava-se Àquele que julga justamente.”*

E porque alguns podem dizer que esses exemplos de Deus e Cristo são perfeitos demais para o homem seguir, considerem também exemplos dos servos de Deus: Moisés, quando o povo murmurou contra ele, não revidou, mas clamou ao Senhor: *“Que farei a este povo?!”* (Êxodo 17.4). E Estêvão, quando foi apedrejado, orou por seus inimigos: *“Senhor, não lhes imputes este pecado”* (Atos 7.60).

IV. Meditação. Sobre a bondade de Deus para conosco. Ele nos perdoa todos os dias muito mais pecados do que jamais poderíamos perdoar aos homens.

V. Meditação. Toda vingança pertence somente a Deus; Ele não entregou esse direito ao homem. Romanos 12.19: *“A mim pertence a vingança; eu retribuirei, diz o Senhor.”* Ao vingar-se de sua própria causa, o homem se faz juiz, testemunha, acusador e executor ao mesmo tempo.

VI. Meditação. A respeito da morte de Cristo. Ele sofreu por nós a primeira morte e as dores da segunda; muito



mais, portanto, devemos nós, por sua ordem, suportar injúrias menores sem vingança. Seu mandamento é: *“Não resistais ao mal; mas, se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra”* (Mateus 5.39). E: *“Não destruas, por causa da tua comida, aquele por quem Cristo morreu”* (Romanos 14.15).

Meditações concernentes ao próximo. São duas:

1. A condição daquele com quem estamos irados: ele é nosso irmão. *“Não haja contenda entre mim e ti, porque somos irmãos”* (Gênesis 13.8). Além disso, é criado à imagem de Deus; portanto, não devemos buscar ferir ou destruir essa imagem.
2. A equidade que esperamos dos outros: se prejudicamos alguém, desejamos que essa pessoa nos perdoe; logo, devemos perdoá-la também. Essa é a própria lei da natureza: *“Tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei vós também a eles”* (Mateus 7.12).

Meditações a respeito de nós mesmos são seis. Primeiro, aquele que concebe ira precipitada torna-se sujeito à ira de Deus, se a alimenta sem arrependimento. Mateus 6.15: “Se vocês não perdoarem aos homens as suas ofensas, também o vosso Pai não perdoará as vossas.” E Mateus 7.2: “Não julgueis, para que não sejais julgados.” E, quando oramos pedindo que Deus nos perdoe, mas não resolvemos perdoar nossos irmãos, na verdade estamos dizendo: “Senhor, condena-nos, pois queremos ser condenados.”

Segundo, somos ordenados a amar uns aos outros, assim como Cristo nos amou (Ef. 5.2). É próprio



do amor sofrer, suportar e não ser provocado à ira (1Co 13). E isto é um sinal pelo qual os filhos de Deus são distinguidos dos filhos do Diabo: eles amam seus irmãos (1Jo 3.10).

Terceiro, somos ignorantes quanto às intenções das pessoas ao falar e agir; não conhecemos o modo e as circunstâncias de suas ações. E a experiência ensina que muita ira surge de mal-entendidos e interpretações equivocadas. Ao contrário, se tudo fosse bem conhecido, não ficaríamos tão indignados contra os homens como geralmente ficamos.

Quarto, na ira precipitada não podemos realizar nenhuma parte do culto a Deus que lhe seja agradável. Não podemos orar, pois quem ora deve levantar mãos puras, sem ira (1Tm 2.8). Não podemos ser bons ouvintes da Palavra, pois Tiago nos exorta a ser rápidos para ouvir e tardios para se irar, “porque a ira do homem não produz a justiça de Deus” (Tg 1.20-21).

Quinto, devemos considerar os frutos e consequências da ira injusta. Em primeiro lugar, ela prejudica muito a saúde: afeta o cérebro e o pulso; faz a bÍlis correr para o estômago e intestinos; mata e envenena os espÍritos vitais; É o caminho mais rápido para desordenar todo o corpo e, conseqüentemente, perder a saúde. Em segundo lugar, torna o homem cativo do Diabo (Ef. 4.27). Isso se confirma no exemplo de Saul, que, sendo um homem cheio de ira e cedendo ao seu próprio furor, teve um espÍrito maligno entrando nele pelo justo juÍzo de Deus.



Sexto, devemos considerar as causas da ira injusta. Costuma-se pensar que a ira é apenas o fluxo da bÍlis na vesÍcula e no estÍmago. Mas a verdade é que a ira é mais do que bÍlis: ela surge, primeiro, da fraqueza da razão e do julgamento na mente; segundo, de paixÍes más, como inveja e amor-prÍprio; terceiro, da constituição do corpo quente e seco. Também lemos na história que homens sem vesÍcula biliar, mesmo assim, eram muito iracundos; portanto, a bÍlis ajuda, mas não causa a ira.

Seção 2. *Os remédios da ira injusta que pertencem à prática são especialmente cinco.*

O primeiro é, no momento da ira, ocultá-la — tanto em palavras quanto em ações. “A indignação do tolo” (diz Salomão em Pv 12.16) “se manifesta no mesmo dia; mas o sábio encobre a afronta”: isto é, ele refreia sua ira, que, se saísse imediatamente, seria uma vergonha para ele. Correspondente a essa fala notável de Salomão foi o sábio conselho de Ambrósio a Teodósio: que, depois de uma sentença dada, ele tomasse trinta dias antes da execução. Similar a isso foi também a prática dos próprios pagãos. Sócrates disse: “Eu teria te batido, mas estou irado.” Atenodoro deu a Augusto esta regra: quando estivesse irado, deveria recitar todo o alfabeto antes de executar sua ira.

Segundo, devemos nos afastar daqueles com quem estamos irados. Pois essa paixão é como fogo: retire o combustível e ele apagará. Assim, se a pessoa se retirar e ocupar-se com outra coisa por um tempo, logo cessará de estar irada. Assim fez Jônatas ao sair da presença de



seu pai (1Sm 20.34). Abraão, irado, afastou-se de Ló (Gn 13). Jacó, irado, afastou-se de Esaú (Gn 27.43-44).

Terceiro, devemos evitar as ocasiões da ira: contendas e pessoas contenciosas. “Nada façais por contenda” (Fp 2.3). “Não faças amizade com o homem iracundo, nem andes com o colérico, para que não aprendas os seus caminhos e recebas destruição para tua alma” (Pv 22.24-25). Para isso, devemos evitar todos os meios que aumentem o calor de um temperamento já inclinado a essa paixão desordenada.

Quarto, devemos considerar que pecamos contra Deus não uma ou duas vezes, mas muitas, sim, todos os dias. Portanto, o curso de nossa ira deve voltar-se contra nós mesmos por causa dos nossos pecados. Pois esta é uma das propriedades do verdadeiro arrependimento: produzir em nós vingança contra nós mesmos em relação aos pecados cometidos contra Deus e nossos irmãos (2Co 7.11).

Quinto, devemos acostumar-nos aos exercícios diários de invocação do nome de Deus, para que Ele, em misericórdia, mortifique todas as nossas paixões, especialmente essa paixão corrupta e violenta da ira injusta. E isso devemos fazer sempre, mas especialmente quando percebemos a ira se aproximando.

Alguns dirão: “Nossa ira é violenta e vem de repente; portanto, esses remédios não nos ajudarão.” Resposta: essas pessoas, quando suas mentes estiverem calmas, devem ler e meditar frequentemente nesses remédios; assim, conseguirão prevenir a precipitação.



Mas e se formos surpreendidos pela ira — o que devemos fazer então? Resposta: se cáíres nela por fraqueza, ainda assim lembra-te de ti mesmo; não deixes o sol se pôr sobre tua ira (Ef. 4.26). Considera em teu coração que a ira é como um veneno: se alguém bebe veneno, não deve permitir que ele permaneça e se espalhe pelo corpo e pelas veias; precisa expeli-lo imediatamente. Assim também deve ser tratada a ira: sempre que formos surpreendidos por ela, devemos rapidamente expulsá-la.

CAPÍTULO 4

Das Questões Acerca Da Temperança

A temperança é uma virtude que modera o apetite ou o desejo. E essa moderação do apetite se dá em quatro áreas:

- I. No uso das Riquezas.
- II. No uso da Comida e Bebida.
- III. No uso do Vestido.
- IV. No uso dos Prazeres, entre os quais as Recreações devem ser consideradas.

Seção 1. *Sobre a moderação do apetite no uso das riquezas, há duas questões principais.*

Até que ponto um homem pode, com boa consciência, avançar no desejo e busca de riquezas?



A **resposta** dessa questão deve ser cuidadosamente considerada, porque essa doutrina, sendo corretamente entendida, serve grandemente para dirigir todo o curso de nossa vida até o fim. Portanto, aqui apresentarei primeiro o Fundamento da Resposta, e depois a Resposta em si.

O Fundamento da Resposta apresento-o em cinco regras:

Primeira Regra. Devemos considerar que as riquezas e bens são de dois tipos: alguns são necessários, outros mais que necessários, os quais a Escritura chama de abundância.

Os bens e riquezas são necessários de dois modos:

- necessários à natureza, e
- necessários à pessoa.

Bens necessários à natureza são aqueles sem os quais a natureza e a vida não podem ser bem preservadas; e esses são os mais necessários. Necessários à pessoa são aqueles sem os quais o estado, condição e dignidade em que alguém se encontra não podem ser preservados. Riquezas mais que necessárias são aquelas sem as quais tanto a vida quanto o bom estado do homem podem ser bem preservados. E tudo o que for além disso é supérfluo. Exemplo: Para o chamado de um estudante, comida, bebida e roupa são necessárias para a natureza; além disso, outras coisas, como livros, são necessárias para ele em respeito à sua condição e lugar.



Segunda Regra. As coisas e bens devem ser julgados necessários e suficientes, não pelo afeto do homem cobiçoso, que é insaciável, mas por dois critérios:

1. o juízo de homens sábios e piedosos;
2. os exemplos de pessoas sóbrias e frugais.

Terceira Regra. Não devemos fazer uma só medida de suficiência de bens necessários para todas as pessoas; pois isso varia de acordo com as diversas condições de cada um, com o tempo e com o lugar. Mais coisas são necessárias a um homem público do que a um privado; e mais a alguém que tem um encargo do que a quem é solteiro.

Quarta Regra. Deve-se julgar por necessário aquilo que, em curto tempo, possa vir a ser necessário, ainda que não tenha uso presente. Exemplo: O dote que um pai dá à sua filha no dia do casamento, embora não seja necessário agora, pode ser em pouco tempo, e portanto deve ser contado entre os bens necessários.

Quinta Regra. Nós mesmos frequentemente erramos em nosso juízo ao determinar o que é necessário e suficiente para nós; portanto, quando buscamos coisas competentes e necessárias, devemos sempre orar para que Deus nos dê aquilo que Ele sabe, em sua sabedoria, ser adequado e necessário, sem prescrever a medida a Ele.

A Resposta à Questão. A resposta é dupla:

O homem pode, com boa consciência, desejar e buscar os bens necessários, seja para a natureza, seja para sua pessoa, conforme as regras acima. Mas ele não pode



desejar nem buscar bens mais que necessários; se o fizer, peca.

Razões dessa resposta

1. Deuteronômio 17.16–17 dá o mandamento ao rei — que é quem mais precisaria da abundância — de que não multiplique seus cavalos, prata ou ouro. Se o rei não deve fazê-lo, muito menos os súditos; portanto, não devem multiplicar seus bens. E é grande falta que súditos procurem alcançar a riqueza de príncipes. Paulo também diz, 1Tm 6.8: “Tendo alimento e vestuário, estejamos com isso satisfeitos”. Na oração “dá-nos hoje...”, pedimos apenas o pão para nossa subsistência, suficiente para preservar a natureza no chamado em que servimos a Deus. A oração de Agur é que Deus lhe dê “o pão que lhe é necessário”; isto é, aquilo que Deus, em seu conselho, designou para ele (Pv 30.8).

2. Buscar abundância é um risco para a salvação da alma, por causa da corrupção humana. Por isso, em Mateus 13, as riquezas são chamadas de espinhos, que sufocam a Palavra. E 1Tm 6.9 diz que os que querem ser ricos — isto é, que não se contentam com o necessário — caem em laços do diabo.

3. Buscar abundância é fruto de desconfiança da providência de Deus. E todo fruto de incredulidade deve ser abandonado.

Respostas às Objeções dos Cobiçosos

Objeção I: Boas coisas devem ser buscadas; mas abundância é algo bom e uma bênção de Deus.

Resposta: As coisas boas são de dois tipos:



1. Boas em si e para nós, como perdão, santidade, justiça e vida eterna. Estas podemos buscar.
2. Boas em si, mas não sempre boas para nós, como a abundância de riquezas. Elas são como um faca na mão de uma criança: podem causar dano, a menos que Deus impeça misericordiosamente. E nós não sabemos se Deus nos guardará do pecado ao buscarmos abundância.

Objecção II: Deus prometeu que riquezas e tesouros estariam na casa do justo (Sl 112.3).

Resposta: Dupla:

1. Muitas vezes, na Escritura, riquezas significam apenas coisas suficientes, e assim deve ser entendido o texto. Davi diz que “um pouco” é melhor ao justo do que as muitas riquezas aos ímpios (Sl 37.16). E quando diz que “nada faltará” aos que temem ao Senhor (Sl 34.9–10), isso deve ser entendido com a exceção da disciplina, ou seja, terão o suficiente, a menos que Deus os corrija por meio da falta.
2. Se o texto se referir à abundância, ainda assim a promessa é condicional: — se for para o bem deles. Todas as promessas temporais estão sujeitas à glória de Deus e ao nosso bem final.

Objecção III: Devemos fazer o bem aos pobres, à igreja, ao Estado e também deixar algo para a posteridade.

Resposta: Não devemos fazer o mal para que venha o bem. Além disso, cada um é aceito segundo o que tem, e



não segundo o que não tem (2Co 8.12). E o fim do nosso chamado não é acumular riquezas, mas servir a Deus servindo aos homens e buscando o bem de todos.

Objecção IV: Devemos imitar a formiga (Pv 6 e 13), que ajunta no verão para ter no inverno.

Resposta: A formiga ajunta somente o necessário; ela não busca superfluidade nem mais do que precisa.

Este ensino serve para instruir quase todo o mundo, derrubar a prática do usurário e ensinar cada um de nós a moderar nosso cuidado com as coisas desta vida.

Segunda Parte da Resposta. Se Deus nos der abundância, quando não a desejamos nem buscamos, podemos recebê-la, mantê-la e usá-la como seus administradores. Abraão e José de Arimateia são elogiados por suas riquezas, embora não as tenham buscado como o mundo busca; antes, andando em seus chamados, Deus abençoou e multiplicou seus bens. Atos 5.4 também confirma isso: “Quando estava contigo, não era teu? E, vendida, não estava em teu poder?” Isso mostra que, se temos posses e abundância, podemos desfrutá-las como bênçãos de Deus.

Objecções contra essa segunda parte

Objecção 1: Cristo disse que é difícil um rico entrar no reino de Deus (Mt 19.23).

Resposta: O texto se refere aos que confiam em suas riquezas (Mc 10.24).

Objecção 2: Devemos deixar tudo e seguir a Cristo (Lc 14.26).



Resposta: O homem deve deixar tudo, não absolutamente, mas na disposição diária do coração. E deve estar pronto a deixar realmente tudo quando isso se tornar necessário para não negar a Cristo.

Terceiro, alega-se que as riquezas são chamadas de injustas, em Lucas 16.9: *“Fazei amigos com o mamom da injustiça”*. Portanto, parece que não devemos possuí-las. Resposta. Mamom é chamado de *mamom da injustiça*, não porque seja injusto em si mesmo, mas porque é assim no uso comum — ou antes, no abuso — dos homens ímpios; e isso por diversos motivos. Primeiro, porque geralmente (embora não sempre) é adquirido de maneira injusta; pois é difícil enriquecer sem cometer injustiça. Segundo, porque normalmente, entre homens pecadores, as riquezas são transformadas em instrumento de muitos males. Terceiro, bens mal adquiridos são possuídos injustamente, e ninguém pode ser verdadeiramente chamado rico se possui riquezas de modo injusto.

Como um homem pode, com boa consciência, possuir e usar riquezas? A resposta a essa questão eu apresento em quatro regras.

Primeira Regra. Os que possuem riquezas devem considerar que Deus não é apenas o seu soberano Senhor, mas o Senhor de suas riquezas, e que eles mesmos não passam de mordomos de Deus, para empregá-las e distribuí-las segundo a Sua vontade. E mais: que deverão prestar contas a Ele tanto por possuir quanto por usar as riquezas que têm e utilizam.



Essa regra é uma verdade admitida. Na petição do Pai-nosso, quando temos pão em nossas casas e mãos, e ainda mais, em nossa boca — quando estamos usufruindo da criatura — mesmo então somos ensinados a dizer: *“Dá-nos hoje o nosso pão diário”*; para significar que Deus é nosso soberano e absoluto Senhor, e que, mesmo quando temos as criaturas, não temos o uso delas a menos que Ele no-lo conceda. Além disso, o mandamento em Lucas 16.2: *“Presta contas da tua mordomia”* diz respeito a todos os homens que possuem riquezas, ainda que seja apenas alimento e pão.

Segunda Regra. Devemos usar especial moderação de mente ao possuir e usar riquezas, e estar contentes com nossa condição, de modo a não colocar a afeição do coração sobre elas. Salmo 62.10: *“Se as riquezas aumentam, não ponhais nelas o coração”*; isto é, não coloquem nelas o amor e a confiança; não se ensoberbecem com orgulho e ambição porque são ricos. Lucas 6.24: *“Ai de vós, ricos”*; isto é, que confiam nas riquezas. Mateus 5.3: *“Bem-aventurados os pobres de espírito.”*

Agora, a pobreza de espírito consiste em suportar a pobreza com mansidão, paciência e obediência, como um jugo imposto por Deus. Nesse sentido, o homem rico pode ser dito “pobre de espírito” se não deposita amor e confiança em suas riquezas, mas está, na disposição do coração, como se não fosse rico, mas pobre. E essa pobreza é necessária mesmo em meio à abundância, porque restringe a fúria da afeição indomada e desordenada do coração.



Cristo também diz, em Mateus 10.39: “*Quem perder a sua vida por minha causa, achá-la-á.*” Perder, ali, não é perda atual, mas uma disposição do coração, um preparo para perder, por Cristo, se necessário, a coisa mais preciosa que temos (a vida). E em Lucas 14.26: “*Se alguém vem a mim e não odeia pai e mãe... e até sua própria vida, não pode ser meu discípulo.*” Isso não se refere a ódio literal e atual, mas habitual: uma prontidão do coração para essa renúncia, se for necessária para Cristo e o Evangelho. Assim também o apóstolo diz: “*Os que compram, sejam como se nada possuíssem*” (1Co 7.30), isto é, quanto à moderação do afeto e disposição do coração; pois, de outro modo, é lei da natureza que quem compra deve possuir.

Exemplos dessa moderação do afeto:

- Moisés, que estimou o opróbrio de Cristo como maiores riquezas do que os tesouros do Egito (Hb 11.26).
- Davi, que, embora rei, dizia ser peregrino e forasteiro na terra (Sl 39.13), falando isso quanto à disposição do coração, sem fixá-lo na abundância.
- Paulo, que declara: “*Aprendi a estar humilhado e a ter abundância... em todas as coisas fui instruído*” (Fp 4.12).

Aqui vemos:

1. que a moderação cristã é um grande mistério — requer arte saber ser pobre e saber ser rico;
2. que ele mesmo era aprendiz dessa arte, apenas iniciado nela.



Dois meios especiais para aprender essa moderação:

1. Discernir entre coisas diferentes (Fp 1.10): julgar corretamente entre riquezas temporais e as verdadeiras riquezas diante de Deus. Moisés fez isso; Davi fez isso; Paulo fez isso.
2. Lembrar que somos peregrinos e estrangeiros neste mundo (1Pe 2.11), e que nada trouxemos ao mundo e nada levaremos dele ao morrer.

Terceira Regra. Devemos, quando Deus nos chama, abandonar as riquezas e tudo o que temos neste mundo não apenas na disposição interior, mas de fato.

A Palavra de Deus ensina três casos nos quais alguém deve realmente abandonar tudo:

I. Quando é chamado extraordinária e imediatamente para publicar o Evangelho a todas as nações — caso dos Apóstolos e Evangelistas — que, por causa de seu chamado, ao menos quanto ao uso, deixaram tudo (Mt 19.27).

II. No caso de confissão: quando, por professar o nome de Cristo, alguém é privado de seus bens nos dias de prova. Lucas 14.33 se refere a todos os crentes nesse caso. Mateus 19.29 explica: *“por causa do meu nome”*.

III. Quando, em tempos de perseguição, fome ou guerra, a necessidade exige socorro imediato, e isso só pode ser alcançado vendendo ou dando os bens que se possui. Salmo 112.9 fala do justo que “dispersa aos pobres”; isso se refere ao caso de necessidade extrema. Lucas 12.33:



“Vendei o que tendes” — limitado ao tempo de grande urgência.

Assim, os cristãos da Igreja Primitiva, nos dias de iminente perseguição, venderam suas propriedades (At 2). E Paulo reconhece que a Igreja de Corinto socorreu a Macedônia *além de suas possibilidades* em tempo de extrema necessidade (2Co 8).

Pode um homem, voluntariamente e por iniciativa própria, dar todos os seus bens, viver de esmolas e dedicar-se ao jejum e oração?

Ele pode — segundo a concepção papista — entregar-se a essa pobreza voluntária, que eles consideram não apenas lícita, mas estado de perfeição.

Nós, ao contrário, respondemos que essa prática não é lícita em nenhum grau, a menos que haja um chamado e autorização especial de Deus.

- A lei da natureza estabelece distinção de posses e propriedade de terras e bens, e o Evangelho não anula essa lei.
- A mesma distinção e propriedade é aprovada pela lei escrita de Deus. Provérbios 5.15: o homem deve deixar suas águas correrem de sua cisterna, mas deve guardar a fonte para si. Provérbios 10.22: é bênção de Deus ser rico, e Ele não acrescenta dores com isso.

Portanto, não devemos abandonar riquezas voluntariamente, trazendo tristeza sobre nós.



Agora contra a pobreza: “*Não me dês pobreza nem riqueza*” (Pv 30.8). Davi considera a mendicância como maldição (Sl 109.10) e diz nunca ter visto o justo mendigar o pão (Sl 37.25). Nosso Salvador Cristo ordena àquele que tinha duas túnicas, não que dê ambas, mas uma, Lucas 3.11. E Paulo diz: “É mais bem-aventurado dar do que receber”, Atos 20.35. Portanto, ele ordena que cada um trabalhe com as próprias mãos, para que não precise de nada; isto é, para que não necessite do auxílio ou socorro de ninguém, ou de coisa alguma, 1 Tessalonicenses 4.11–12.

Mas se alega, em contrário, Mateus 19.21: “Se queres ser perfeito, vende tudo.”

Essas palavras são um mandamento pessoal e particular. Pois esse jovem príncipe, a quem Cristo fala, fora chamado para se tornar discípulo de Cristo e para pregar o Evangelho, Lucas 9.59. E o mandamento não é dado de modo geral a todos os homens, mas particularmente a ele somente; e não podemos fazer de um mandamento ou exemplo especial uma regra geral. Além disso, era um mandamento de prova especial.

Em segundo lugar, alegam Mateus 10.9: “Não possuais ouro, nem prata, nem dinheiro em vossos cintos.”

Aquele mandamento era temporário, dado aos discípulos somente para o tempo de sua primeira missão na Judeia, como aparece no verso 5, onde Cristo os ordena a não irem ainda pelo caminho dos gentios. E os mandamentos dessa primeira missão foram depois revogados, Lucas 22.36. Considerando, então, que



pertencia apenas à sua primeira missão, quando pregavam aos judeus, não lhes foi dado para todos os tempos.

Quarta Regra. Devemos usar e possuir os bens que temos de modo que o uso e a posse deles tendam à glória de Deus e à salvação de nossas almas. Os ricos devem ser ricos em boas obras e, juntamente com suas riquezas, lançar um bom fundamento na consciência para o dia mau, 1 Timóteo 6.18.

Para a melhor prática dessa regra, tomem-se estas três cautelas:

I. Devemos buscar ter Cristo e, estando nEle, sermos justificados e santificados; estando nEle, então teremos, por Ele, o santo uso de tudo o que possuímos. Dirá alguém: Os infiéis têm o uso das riquezas. Resposta: De fato têm, e elas são para eles dons de Deus; contudo, as desfrutam de tal maneira que, diante de Deus, são apenas usurpadores. São dons de Deus quanto ao ato de Deus dar; mas são abusos e furtos quanto ao modo como recebem, porque não os recebem como deveriam. Um pai dá um presente ao filho com a condição de que ele o receba de tal e tal maneira; mas o filho rouba o presente que lhe foi dado, e, por isso, não o possui conforme a vontade do pai. Do mesmo modo, os infiéis roubam e usurpam as bênçãos de Deus, às quais não têm justo título, estando eles fora de Cristo; nem as usam conforme Deus exige, santificando-as pela Palavra e pela oração, 1 Timóteo 4.5.

II. Devemos orar a Deus para que Ele nos dê graça para usar nossas riquezas corretamente, para Sua glória e para



nossa própria salvação. Pois as riquezas e outras bênçãos temporais, para os homens pecadores que não possuem o dom de usá-las bem, são perigosas — assim como uma faca na mão de uma criança. São espinhos que sufocam a graça de Deus; mantêm fora do Reino dos Céus aqueles que confiam nelas. Sim, são o laço do diabo, pelo qual ele captura os ímpios e os mantém nele conforme sua vontade e prazer.

III. Nossas riquezas devem ser empregadas em usos necessários. Estes são:

Primeiro, a manutenção de nossa própria boa condição. Segundo, o bem de outros, especialmente dos de nossa família ou parentesco, 1 Timóteo 5.8: “Aquele que não provê para os seus, especialmente para os da sua casa, negou a fé e é pior do que um infiel.” Terceiro, o socorro aos pobres, conforme o estado e condição de cada um. Quarto, a manutenção da Igreja de Deus e da verdadeira religião, Provérbios 3.9: “Honra ao Senhor com os teus bens.” Quinto, a manutenção do Estado: “Dai tributo a quem tributo é devido”, diz Paulo, Romanos 13.7. E Cristo diz: “Dai a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César”, Mateus 22.21.

Assim concluímos quanto à moderação do apetite no uso das riquezas.

Seção 2. Em segundo lugar, seguem aquelas questões que dizem respeito à moderação do nosso apetite no uso de comida e bebida. A respeito disso, há principalmente duas questões, cuja resposta à primeira é o fundamento da segunda.



Há alguma diferença no uso de comidas e bebidas agora, nos tempos do Novo Testamento?

Há uma distinção e diferença de alimentos a ser observada em diversos aspectos.

I. Em relação ao homem, por causa da saúde. Paulo aconselha Timóteo: *“Não bebas mais somente água; usa um pouco de vinho”* (1Tm 5.23). Nisto é claro que há distinção de alimentos recomendados e aprovados para o homem. Pois todo tipo de alimento não convém a todo tipo de corpo; portanto, os alimentos devem ser usados com distinção. O homem não foi feito para a comida, mas a comida para o homem.

II. Em relação ao escândalo. Alguns alimentos não devem ser usados em determinados momentos, enquanto outros devem ser comidos no mesmo momento. Assim Paulo declara que, antes de ofender seu irmão, ele preferiria não comer carne enquanto o mundo durasse (1Co 8.13). E, em Romanos 14, ele discute amplamente a questão da distinção de alimentos a ser observada em relação a ofender os fracos.

III. Em relação à ordem civil e política. Para o bem comum das sociedades, certos tipos de alimentos são proibidos em determinadas épocas do ano. Assim, em nosso país, há dias de carne e dias de peixe, não por motivo de consciência, mas por ordem civil, para o bem comum do país.

IV. Em relação ao vínculo da consciência. Aqui, surge uma diferença pela qual será pecado usar ou não usar determinado alimento.



Sobre essa diferença:

- Antes do dilúvio, os patriarcas (muito provavelmente) não tinham permitido o uso de carne, mas apenas ervas e os frutos da terra (Gn 1.29).
- Depois do dilúvio, a carne foi permitida, mas o sangue proibido (Gn 9.3–4).

Desde então, foi ordenada uma distinção entre alimentos limpos e imundos, distinção que permaneceu em vigor até a morte de Cristo, como assunto de consciência, em virtude da Lei divina. Mas, nos últimos dias, toda diferença de alimentos quanto à obrigação da consciência foi removida; e um uso livre de todos os alimentos foi concedido em tal aspecto.

A Escritura ensina isso em muitos lugares:

- Atos 10.15: “As coisas que Deus purificou, não as consideres impuras.” Pedro ensina que todos os alimentos, no Novo Testamento, foram tornados limpos por Deus em relação ao uso, e que ninguém, recusando qualquer tipo de alimento, deveria considerar ou fazer tal alimento impuro.
- Romanos 14.17: “O reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, paz e alegria no Espírito Santo.” Pois quem serve a Cristo nessas coisas é aceito por Deus. Assim, na visão do apóstolo, alimento e bebida não tornam ninguém aceito por Deus, seja usando-os ou não; o que torna o homem aprovado por Deus é a adoração correta.



- 1 Coríntios 8.8: “A comida não nos recomenda a Deus.”
- Colossenses 2.16: “Ninguém vos julgue por causa de comida ou bebida...”
Verso 20: “Se estais mortos com Cristo, por que, como vivendo no mundo, vos sujeitais a ordenanças: ‘Não toques’, ‘não proves’, ‘não manuseies’? Todas essas coisas perecem pelo uso.”

Aqui, Paulo não quer que os colossenses sejam sobrecarregados com ritos e tradições sobre alimentos, como se, ao não seguirem tais regras, incorressem em culpa e condenação diante dos homens. Ele quer que as usem livremente e indiferentemente.

Sua razão é dupla:

1. Eles estavam libertos na consciência da Lei Cerimonial sobre alimentos; portanto, muito mais libertos das leis humanas.
2. Tais tradições não são mandamentos de Deus, mas doutrinas de homens.

Além disso, Paulo diz em 1Tm 4.3 que muitos, nos últimos dias, ordenariam abster-se de alimentos. Os papistas dizem que isso foi condenado porque tais pessoas ensinavam que os alimentos eram impuros por natureza. Mas o texto fala simplesmente de alimentos proibidos como obrigação de consciência — falando da doutrina, não das pessoas; e não no aspecto civil, mas no aspecto da consciência.



Por fim, é parte da liberdade cristã possuir liberdade de consciência em todas as coisas indiferentes, e portanto também quanto aos alimentos.

Contradições apresentadas por opositores

Objecção I. Príncipes fazem leis e nelas proíbem certos alimentos e bebidas, e devem ser obedecidos por causa da consciência (Rm 13.5).

Resposta: De fato, eles fazem. Mas todas essas leis são feitas com reserva da liberdade de consciência e do uso dessa liberdade por cada pessoa. — Mas, então, para que servem as leis, se feitas com reserva?

Seu propósito não é tirar ou restringir a liberdade na consciência, mas moderar o uso externo excessivo e comum.

Quanto ao texto de Romanos 13.5, “por causa da consciência” deve ser entendido não da lei do magistrado, mas da lei de Deus, que nos obriga a obedecer às leis do magistrado.

Objecção II. No concílio de Jerusalém, após a ascensão de Cristo, sangue e animais sufocados foram proibidos (At 15).

Resposta: Foram proibidos somente por causa do escândalo, e por um tempo — enquanto o judeu fraco permanecesse fraco —, e não por obrigação de consciência.

E, depois, Paulo declara que todas as coisas, até mesmo o sangue, eram lícitas (embora não convenientes por causa do escândalo), 1Co 6.12.

E: “Para os puros, todas as coisas são puras” (1Tm 4.5).



Objecção III. Os papistas fazem leis proibindo certos alimentos para restringir a concupiscência.

Resposta: Então deveriam proibir o vinho, assim como a carne. Pois vinho, especiarias e alguns tipos de peixe, que eles permitem, são mais potentes para despertar a luxúria que o uso da carne. E é por isso que Paulo adverte: “Não vos embriagueis com vinho, no qual há devassidão” (Ef 5.18).

Além disso, a luxúria pode ser restringida pela exortação à temperança, sem leis proibitivas que obriguem a consciência, as quais contradizem a liberdade cristã.

Pode um homem comer carne em tempos proibidos, com boa consciência?

Há dois tipos de comer:

1. Comer contra a lei
2. Comer além da lei

1. Comer contra a lei. É quando alguém come e, por comer:

- impede o propósito da lei,
- despreza a autoridade do legislador,
- frustra a própria lei,
- e dá ocasião a outros de fazer o mesmo.

Isso é pecado direto contra o quinto mandamento, pois é necessário obedecer às leis do magistrado em todas as coisas lícitas (Hb 13.17). Se o mestre e o pai devem ser obedecidos em coisas lícitas, muito mais as leis dos magistrados.



2. Comer além da lei. É quando alguém come aquilo que a lei menciona e proíbe, mas sem prejudicar a lei.

Nesse comer, devem-se observar várias cautelas:

1. Deve haver justa causa na própria pessoa.
2. Deve ser feito sem desprezo ao legislador, e com mente leal.
3. Sem dar escândalo a outros com mau exemplo.
4. Sem prejudicar o fim principal da lei.
5. O que come deve aceitar voluntariamente a penalidade.

Assim, não há violação de consciência nem pecado em comer o que a lei proíbe, pois o homem tem liberdade de consciência para comer o que come. Se ele usa essa liberdade sem ferir a lei, observando essas cautelas, comer não é pecado. Exemplo: Era lei de Deus que somente os sacerdotes comessem o pão da proposição. Porém, Davi, tendo justa causa (e observando as cautelas mencionadas), comeu o pão e não pecou, pois sua consciência era livre nessas coisas. Portanto, o comer de Davi não foi contra a lei, mas apenas além da lei.

Como podemos usar corretamente alimentos e bebidas, de modo que nosso comer seja para a glória de Deus e para nosso próprio conforto?

Para isso, há coisas a serem feitas antes de comer, durante o comer e depois de comer.

Seção 1. A coisa que deve ser feita antes de comermos é a consagração do alimento, isto é, a bênção das comidas que vamos ingerir. 1 Timóteo 4.5 diz: *“Toda criatura de Deus é santificada pela palavra de Deus e pela oração.”*



Por “santificação” ali não se entende aquela pela qual somos santificados pelo Espírito Santo; nem aquela pela qual o pão e o vinho são consagrados no sacramento da Ceia. Mas significa isto: que temos a certeza de que a criatura foi tornada livre e legítima para nós, no que diz respeito ao nosso uso, de modo que podemos comê-la livremente e com boa consciência. Por “palavra de Deus”, Paulo entende a palavra da criação, mencionada em Gênesis 1.28–29 e repetida em Gênesis 9.3; bem como a palavra de Deus referente à liberdade de consciência, isto é, que *“para os puros, todas as coisas são puras”* (Tito 1.15). Depois acrescenta: “e oração”, isto é, oração fundamentada nessa palavra da criação e na doutrina da liberdade cristã; mediante a qual pedimos a Deus graça para usar as criaturas santamente e para sua glória.

As razões pelas quais essa santificação do alimento deve ser praticada são as seguintes:

1. Para que, ao usá-lo, elevemos nossos corações a Deus, distinguindo-nos assim dos animais irracionais, que avançam sobre as criaturas sem santificá-las.
2. Para sermos lembrados do direito que temos às criaturas, direito este que, tendo sido perdido pela queda de Adão, foi restaurado a nós por Cristo.
3. Para que seja um testemunho seguro ao nosso coração de que podemos usar a criatura com liberdade de consciência, quando de fato a usamos.
4. Para que sejamos santificados para o uso da criatura, assim como ela é santificada para nós — a



fim de que a usemos com temperança e não a abusemos.

5. Para que, ao usar a criatura, dependamos de Deus por sua bênção, a fim de que ela se torne nosso alimento. Pois nenhuma criatura nutre por si mesma, mas somente pelo mandamento de Deus, que — como diz Davi — *“abre a sua mão e satisfaz de boa vontade a todo ser vivente”* (Salmo 145.16). E, no pão, não devemos considerar apenas a substância, mas o “bastão”, isto é, a bênção de Deus que sustém nossos corpos.
6. Para que não caiamos em segurança carnal, esquecimento e desprezo de Deus, tornando-nos profanos no uso de nossas comidas e bebidas, como fizeram os israelitas, que *“sentaram-se para comer e beber, e levantaram-se para se divertir.”*

Além dessas razões, temos também os exemplos dos homens santos. Essa bênção sobre o alimento era tão conhecida nos tempos antigos que as jovens pobres de Ramate-Zofim puderam dizer a Saul que o povo não comeria antes que o profeta viesse e abençoasse o sacrifício (1 Samuel 9.13). Cristo, em sua própria família, não comeria dos cinco pães e dois peixes antes de levantar os olhos ao céu e dar graças (Marcos 6.41). Paulo tomou pão no navio e deu graças na presença de todos os que estavam com ele (Atos 27.35).

Aplicação do primeiro ponto

I. Por essa doutrina, todas as pessoas são ensinadas, mas especialmente os governantes de outros — como chefes de família e pais — a nunca usar comidas, bebidas ou qualquer outra bênção recebida das mãos de Deus sem



louvor e ações de graças. Pois o que se diz aqui de comidas e bebidas deve ser ampliado também ao uso de qualquer benefício, bênção ou ordenança que tomemos para usar ou desfrutar.

II. Embora não condenemos simplesmente, mas aprovemos a santificação das criaturas, detestamos, porém, a consagração papista de sal, creme, cinzas e coisas semelhantes. Primeiro, porque os papistas as consagram para fins errados — como obter perdão dos pecados por meio delas, expulsar demônios etc. Segundo, porque santificam as criaturas sem a Palavra; e ainda que usem oração, é oração sem a Palavra, que não dá autorização para usar as criaturas dessa maneira ou para esses fins — sendo, portanto, da mesma natureza que encantamentos mágicos. Terceiro, se a criatura precisa ser santificada para nosso uso antes que possamos usá-la, então nós mesmos precisamos ser santificados em alma e corpo antes de estarmos aptos para o uso e serviço de Deus.

Assim como a criatura, pela mão e providência de Deus, é apresentada diante de nós para nos servir, assim também nós, fortalecidos e nutridos pela mesma providência, devemos entregar-nos — alma e corpo — para servi-lo e honrá-lo. Sim, a nossa santificação da criatura para nosso uso santo deve nos lembrar de santificarmos a nós mesmos para sua glória. Logo que o profeta Isaías foi santificado por Deus para seu ofício, então — e não antes — ele se dispôs e disse: *“Eis-me aqui, Senhor”* (Isaías 6.8). Assim também nós: antes que possamos realizar qualquer dever aceitável a Deus, devemos ser purificados e limpos. Os filhos de Arão não



quiseram honrar a Deus santificando seu nome diante do povo; por isso Deus se glorificou neles por meio de sua morte e destruição temporal (Levítico 10.2). E quando Moisés, o servo de Deus, falhou na santificação do nome de Deus pela circuncisão de seu filho, a mão do Senhor foi contra ele para destruí-lo. Esse ponto deve ser devidamente observado por todos, mas principalmente por aqueles que são designados para algum ofício público; pois, se desejam servir a Deus nele com conforto e encorajamento, precisam primeiro esforçar-se para ser santificados diante dele, tanto em alma quanto em corpo.

Segundo ponto. Chego agora ao segundo ponto necessário para o uso correto e legítimo de comidas e bebidas: a conduta cristã enquanto as usamos. Para melhor compreensão, devemos considerar dois pontos. Primeiro, o que podemos fazer; depois, o que devemos fazer ao usar as criaturas.

I. Quanto ao primeiro ponto. Podemos usar esses dons de Deus com liberdade cristã. E como é isso? Não apenas de modo parcimonioso e por mera necessidade — para satisfazer a fome e saciar a sede — mas também livre e liberalmente, para um deleite e prazer cristãos. Pois essa é a liberdade que Deus concedeu a todos os crentes.

Assim lemos que José e seus irmãos comeram e beberam juntos do melhor, isto é, liberalmente (Gênesis 43.34). E, para esse propósito, Davi diz que Deus dá o vinho para alegrar o coração do homem, o óleo para fazer o rosto brilhar, tanto quanto o pão para fortalecer o corpo (Salmo 104.15). E o Senhor ameaça trazer punição sobre seu povo (Ageu 1.6), dando-lhes de fato suas criaturas, mas apenas uma porção que suprisse suas necessidades



imediatas, e nada mais: “Comereis, mas não vos fartareis; bebereis, mas não ficareis satisfeitos.”

Além disso, lemos que Levi, o publicano, fez uma grande festa para nosso Salvador Cristo em sua própria casa (Lucas 5.29). E nas bodas de Caná, uma cidade da Galileia, onde Cristo estava presente, os convidados, segundo o costume daqueles países, beberam liberalmente (João 2.10). E, em outro lugar, na hora da ceia, Maria tomou um vaso de unguento precioso e caro e ungiu os pés de Cristo, de modo que toda a casa se encheu do aroma (João 12.3). Judas, de fato, pensou que tal gasto era supérfluo, mas Cristo aprovou seu ato e a elogiou.

Acrescento ainda que, por causa dessa liberdade comprada para nós por Cristo, podemos usar essas e outras criaturas de Deus com alegria e regozijo. Esse é o proveito que redundava ao homem no uso delas: que ele coma e beba e alegre sua alma com o fruto de seus trabalhos (Eclesiastes 2.24). O exemplo disso está em Atos 2.46: naquela igreja, os crentes “comiam juntos com alegria e singeleza de coração”. Contudo, esse regozijo nas criaturas deve ser limitado por esta cláusula: que seja no Senhor — isto é, uma alegria inocente e sem dano, que tenda à glória de Deus e ao bem do próximo. Isso condena a prática comum do mundo, que se deleita nas criaturas de Deus, mas de modo que, junto com sua alegria, une-se também o costumeiro falar mal do magistrado, do ministro e daqueles que temem a Deus e não correm com eles no mesmo excesso de devassidão (1 Pedro 4.4).



II. O segundo ponto é o que devemos fazer ao desfrutar as criaturas de Deus — assunto de grande consequência na vida dos homens. E é isto: que usemos nossa liberdade no Senhor, e quer comamos quer não comamos, façamos ambas as coisas para o Senhor (Romanos 14.6). Isso se realiza esforçando-se, tanto no comer quanto na abstinência, para aprovar tais atos a Deus, aos santos e à própria consciência. Nisso aparece clara diferença entre o ímpio e o homem piedoso. Pois um, quando come ou bebe, o faz no Senhor e para o Senhor; o outro não o faz para o Senhor, mas para si mesmo — isto é, para satisfazer e contentar seu próprio prazer carnal.

Para que alguém coma para o Senhor, quatro coisas devem ser observadas distintamente:

I. Ao comer, devemos praticar a justiça. Salomão diz: “O pão da mentira” — isto é, obtido por meios ilícitos — “é doce ao homem; mas depois a sua boca se encherá de cascalho” (Provérbios 20.17). E Paulo dá esta regra à igreja de Tessalônica: que cada um coma do seu próprio pão, ou seja, o pão que é adquirido e merecido por seu próprio trabalho justo e honesto (2 Tessalonicenses 3.12).

Este primeiro ponto serve para repreender muitos homens que vivem na prática diária da injustiça, gastando seus bens em companhias, tabernas e casas de bebida, negligenciando, nesse meio tempo, o sustento de sua própria família, deixando de seguir seu trabalho honesto; e assim roubam suas próprias casas do que lhes é devido por direito.

II. Para comer ao Senhor, devemos praticar o amor e a caridade ao comer.



Como assim? Primeiro, não devemos causar escândalo a ninguém. “É bom não comer carne, nem beber vinho, nem fazer qualquer coisa que faça teu irmão tropeçar, ou se ofender, ou enfraquecer” (Romanos 14.21).

Segundo, ao comer devemos lembrar dos pobres. Assim Neemias exorta os judeus que estavam chorando por seus pecados a serem alegres, a comer das coisas gordas, a beber das coisas doces e a enviar porções àqueles para quem nada estava preparado — isto é, aos pobres (Neemias 8.10). E o profeta Amós denuncia alguns dos príncipes de Israel que bebiam vinho em taças e se ungiam com os melhores óleos, mas não se afligiam pela aflição de José — ou seja, não socorriam os pobres irmãos levados cativos e que careciam de alimento e sustento (Amós 6.6).

III. Devemos usar nossos alimentos com sobriedade. Sobriedade é um dom de Deus pelo qual mantemos santa moderação no uso de nossa alimentação (Provérbios 23.1–2). Quando te assentas para comer, considera diligentemente o que está diante de ti e “põe uma faca à tua garganta” — isto é, sê cuidadoso e vigilante ao tomar alimento; freia teu apetite; cuida para não exceder a medida.

Se se perguntar: que regra de moderação deve ser observada por todos, sejam homens ou mulheres, jovens ou velhos?

Primeiro, o exemplo particular de um homem não é regra para todos. Nas terras do Oriente, lemos que homens viveram e ainda vivem por muito tempo com pouco — por



exemplo, com grãos tostados e um bolo. Mas esse exemplo não é regra para nós que vivemos em outras regiões. O clima deles é mais quente e, portanto, menos alimento lhes basta; nós somos mais “quentes por dentro”, e assim nosso apetite é mais forte. Além disso, ao comer, não devemos julgar quem come mais ou menos que nós, pois o comer dele não é regra para nós.

Segundo, o próprio apetite do homem não deve ser regra de comer para os outros. Pois um homem não deve comer enquanto seu estômago continua desejando comida; caso contrário, cairá no pecado da gula (Romanos 13.13). Esse pecado é notado por nosso Salvador nos dias de Noé, quando “comiam e bebiam” como animais irracionais — pois assim o termo significa (Mateus 24.38).

Se, então, nem o exemplo nem o apetite podem governar nosso comer, quais são as regras corretas de moderação cristã nesse assunto?

Para não excedermos a medida, devemos manter-nos dentro destes limites:

Primeiro, nosso alimento não deve ultrapassar a condição, posição, capacidade e sustento que Deus nos deu. João Batista, estando no deserto, contentou-se com alimentação muito simples, adequada ao costume daquele país e à sua própria vocação e condição de vida: seu alimento era gafanhotos e mel silvestre (Mateus 3.4).

Segundo, deve estar em conformidade com a ordem e diferença de tempo e lugar. Contra essa regra pecou o rico glutão, que todos os dias banqueteara esplendidamente, sem distinção de tempo ou ocasião



(Lucas 16). Salomão pronuncia um “ai” para a terra cujos príncipes comem pela manhã (Eclesiastes 10.16). E São Paulo nota como falha em um ministro ser “dado ao vinho” (1 Timóteo 3.3) — isto é, um frequentador comum de bebidas, alguém que gosta de se sentar junto ao vinho de manhã e à noite, dia após dia.

Terceiro, cada um deve comer e beber tanto quanto sirva para manter a força de sua natureza, corpo e mente — sim, tanto quanto sirva para sustentar a força da graça nele. Salomão queria que os príncipes comessem no tempo certo, para força e não para embriaguez (Eclesiastes 10.17). Isaías nota como juízo de Deus quando homens se entregam a festas e alegria e não têm graça para considerar as obras de Deus (Isaías 5.12). Nosso Salvador quer que todos comam e bebam de maneira a ficar mais aptos para vigiar e orar (Lucas 21.34–36). E o apóstolo Paulo exorta os homens a não se embriagarem com vinho, no qual há excesso, mas a serem cheios do Espírito Santo (Efésios 5.18).

Seu sentido é: os homens devem comer e beber de maneira que seus corpos, mentes e sentidos não se tornem mais pesados, mas mais leves e capazes de cumprir seus deveres para com Deus e para com o próximo. Pois, se eles comem de tal maneira que, por isso, ficam impedidos neste aspecto, são culpados de excesso e devassidão, o que é grandemente desagradável a Deus e ofensivo aos homens. Esta regra serve para advertir certas pessoas, que (como diz o provérbio) são “bons homens de manhã, mas maus homens à tarde”; porque, pela manhã, são sóbrios, mas, na maior parte das vezes, depois do jantar são vencidos pela bebida.



IV. Todo homem deve comer seu alimento em *piedade*. Isto é, de fato, comer para o Senhor, e pode ser feito pela observância destas regras.

Primeiro, tomando cuidado para não abusar de qualquer criatura destinada ao alimento, mediante a intemperança. Este abuso o santo Jó suspeitou em seus filhos, enquanto estavam festejando, e por isso ele enviava dia após dia, e os santificava, e oferecia holocaustos a Deus segundo o número de todos eles. (Jó 1.5)

Segundo, recebendo as criaturas como vindas da própria mão de Deus. Pois este foi precisamente o propósito pelo qual Deus, por palavra expressa, deu a Adão toda erva que produz semente sobre a terra, e toda árvore cujo fruto produz semente, para seu alimento: para que ele a recebesse como Deus lha havia dado, da própria mão dEle (Gênesis 1.29). Assim disse Moisés aos israelitas acerca do maná: *“Este é o pão que o Senhor vos deu para comer.”* (Êxodo 16.15). Isto Davi reconheceu dizendo: *“Tu lho dás, e eles o colhem; tu abres a tua mão e eles se fartam.”* (Salmos 104.28; 145.15). O Senhor repreende Israel por esta falta, pelo profeta Oséias: *“Ela não reconheceu que fui eu que lhe dei o trigo, o vinho e o óleo, e que lhe multipliquei a prata e o ouro.”* (Oséias 2.8). Sim, isto é apontado como argumento do amor de Deus a Israel, pelo profeta Joel, que Ele lhes enviou trigo, vinho e óleo, para que fossem satisfeitos com isso (Joel 2.19).

Por este dever, devem ser justamente repreendidos os comportamentos descuidados e ímpios de muitas pessoas, que (como os porcos) se alimentam



das criaturas de Deus, mas nunca levantam seus olhos ou mãos a Ele, de quem e por quem as recebem. O próprio animal irracional pode ensinar-lhes melhor lição. Pois (como diz Davi) *“os leões rugem por sua presa e buscam de Deus o seu sustento.”* (Salmo 104.21). Sim, os céus e a terra, e tudo quanto neles há, sempre dependem de sua providência e são completamente guiados e dirigidos por Ele (Jó 38). E não deveria o homem, muito mais, olhar para seu Criador e depender totalmente dEle por todas as bênçãos, dAquele de quem recebe vida, respiração e todas as coisas?

Terceiro, devemos receber estas criaturas de Deus, nosso Pai, como sinais de nossa reconciliação com Ele em Cristo. Assim diz São Paulo: *“Dando sempre graças por todas as coisas a Deus, o Pai, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo.”* (Efésios 5.20). Assim é que mantemos e recebemos as bênçãos de Deus; e aquele que as mantém ou recebe de outra forma é um usurpador, e não um verdadeiro e legítimo possuidor delas.

Quarto, devemos aprender a estar contentes com a porção que Deus nos designa, por menor que seja; e, além disso, esforçar-nos para ver a bondade de Deus mesmo na refeição mais simples que exista. Nossa mesa é (por assim dizer) um sermão vivo para nós da especial providência de Deus sobre nossos corpos. Pois, primeiramente, pela razão, carne morta deveria antes nos matar do que nos alimentar; e, contudo, pela sua bênção e providência, ela conserva vida e força. Além disso, tanto nós quanto nosso alimento somos perecíveis, e portanto, quando nos alimentamos dele, isso deve servir para nos despertar a buscar o alimento da alma, que nutre para a



vida eterna (João 6.27). Além disso, assim como cada criatura serve para nosso uso, assim também nós mesmos devemos consagrar-nos a Deus e servi-lo com nossas almas e corpos, como foi mostrado antes.

Seção 3. O terceiro e último ponto é: o que devemos fazer e como devemos nos comportar depois da nossa comida? Isso Moisés ensina aos israelitas, em Deuteronômio 8.10: *“Quando tiveres comido e te fartado, bendirás ao Senhor teu Deus.”* Esse louvor ou bênção a Deus consiste em duas coisas.

Primeiro, em uma santa lembrança de que Deus nos deu o alimento. Pois, uma vez satisfeitos, devemos tomar cuidado para não nos esquecermos de Deus, que abriu a sua mão e abundantemente refrescou nossos corpos com as suas criaturas. Deuteronômio 8.11.

Segundo, devemos ter consciência, como expressão de nossa gratidão a Deus, de empregar a força dos nossos corpos na busca de sua glória e em andar conforme todas as suas leis e mandamentos. *“Quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus.”* (1 Coríntios 10.31). Não podemos viver ociosamente e nos entregar ao luxo e aos jogos, mas devemos nos esforçar para servir a Deus e à nossa pátria em algum modo de vida proveitoso, para que não se diga de nós o que foi dito certa vez dos antigos judeus, que “se assentavam para comer e beber e se levantavam para folgar”.

A isso acrescento ainda outra coisa: quando tivermos comido até a satisfação, e sobrar alguma coisa, devemos ter cuidado de guardá-la e não jogá-la fora. Para



esse propósito temos o exemplo de Cristo, que ordena recolher os pedaços que sobraram, para que nada se perca (João 6.12). A razão é que esses restos e fragmentos são parte das criaturas; sim, eles são tão verdadeiramente boas criaturas de Deus quanto o restante era, e devem ser preservados para o mesmo uso.

Ora, se esses não podem ser abusados ou desperdiçados, muito menos devem os dons da mente — que são maiores e muito mais preciosos — ser deixados perecer, mas antes preservados e aumentados. Uma boa lição para aqueles que receberam de Deus algum dom especial de natureza ou de graça: que não os gastem indevidamente nem permitam que se percam, mas que os mantenham cuidadosamente para a glória de Deus e para o bem dos outros.

Para concluir esta questão, todos devemos ser exortados a ter consciência deste dever: usar as boas bênçãos de Deus de tal maneira que sempre tendam à honra daquele que as concede, evitando toda forma de excesso e devassidão.

As razões para nos mover a isso podem ser estas:

I. O excesso destrói o corpo e mata até mesmo a força e a vida natural dele.

II. Ele causa grande dano à alma do homem, pois incomoda os espíritos, entorpece os sentidos, corrompe o calor natural e a boa disposição do corpo. Ora, sendo essas coisas auxiliares e instrumentos imediatos da alma, se elas forem corrompidas e arruinadas, a própria alma acabará, por fim, chegando ao mesmo estado.



III. Considere que um “ai” pertence àqueles que comem e bebem imoderadamente (Isaías 5.11). E por esse mesmo pecado o Senhor levou o seu próprio povo ao cativeiro (v. 13). Sim, o bêbado e o glutão empobrecerão (Provérbios 23.21). E ambos, com sua pompa e excesso, descerão igualmente ao inferno (Isaías 5.14).

IV. Devemos estar dispostos a abandonar tudo por amor de Cristo — muito mais, então, nosso excesso; e será possível que um homem abandone tudo, até sua própria vida, se ele não está disposto a abandonar o excesso e a intemperança no uso das criaturas de Deus?

Alguns dirão: “Não estamos embriagados, embora bebamos muito.”

É uma artimanha do Diabo enganar os homens persuadindo-os de que beber muito não é mau, se o homem não for derrubado por isso. Pois é pecado viver e se assentar diariamente junto ao vinho, estar sempre “bicando” e “sorvendo”. Não sabemos quando ou onde morreremos, e somos ordenados a vigiar sobre nossos corações, para que não sejamos vencidos pela glotonaria e pela embriaguez. Que loucura, então, entregar-nos a tamanha imoderada excessividade, pela qual ficamos totalmente incapacitados para esses e todos os demais deveres da piedade?

Seção 3. Em terceiro lugar, chegamos às questões que dizem respeito à moderação do nosso apetite no uso de vestimentas e adornos. E desse tipo existem duas questões principais; a primeira delas sendo nada mais do que uma introdução à segunda.



Se ornamentos de ouro, prata, pedras preciosas, sedas, veludos etc. não podem ser usados licitamente?

Há um uso lícito dessas coisas — porém não em todos, mas somente naqueles a quem elas pertencem. As razões desta resposta são as seguintes:

I. Ouro, prata etc. são dons de Deus, e servem não apenas para a necessidade, mas também para o ornamento e a decência.

II. Temos exemplos de diversas pessoas nas Escrituras que autorizam o uso dessas criaturas e bênçãos de Deus.

- Abraão, por meio de seu servo, envia a Rebeca um adorno ou pendente de ouro, de meio siclo de peso, e duas pulseiras de dez siclos de ouro (Gn 24.22). E diz-se que, quando ela o recebeu, usou o ornamento na testa e as pulseiras nas mãos (v. 47).
- José, ao ser elevado na corte de Faraó, recebeu o anel de sinete do rei em sua mão, e uma corrente de ouro em seu pescoço, e foi vestido de linho fino — todos estes sendo ornamentos próprios de príncipes naquelas terras (Gn 41.42).
- De modo semelhante, todos os israelitas usavam brincos de ouro, os quais depois tiraram das orelhas e deram a Arão para fazer o bezerro de ouro (Êx 32.3). Eles não são censurados por usá-los, mas por colocá-los em uso idólatra.
- Diz-se também que Salomão tinha a prata em tamanha abundância que, conforme seu estado, a tornou comum em Jerusalém como pedras (2Cr 9.27).



- E Cristo fala da realeza de Salomão como algo raro e excelente, que Ele mesmo aprovou, embora prefira a glória dos lírios do campo (Mt 6.29).
- A filha de Faraó é apresentada a Salomão com uma vestimenta de ouro de Ofir, isto é, uma roupa feita do ouro mais fino (Sl 45.10).

Todos esses exemplos mostram que existe um uso lícito dessas coisas naqueles a quem elas pertencem.

Objecção I. Em alguns lugares da Escritura, as mulheres são proibidas de usar roupas caras e ouro. Pois Paulo ordena que as mulheres se adornem com traje honesto, não com tranças, ouro, pérolas ou vestuário dispendioso (1Tm 2.9). E Pedro fala o mesmo (1Pe 3.3).

Resposta. Primeiro: esses ornamentos não são proibidos simplesmente, mas o abuso deles, em luxo e excesso. As pessoas chamadas naquele tempo eram, em geral, de condição modesta; e as igrejas dos dias dos apóstolos eram compostas, em sua maior parte, de homens e mulheres pobres, simples e humildes (1Co 1.28). Portanto, essas coisas são proibidas a eles, porque o uso de ouro e ornamentos preciosos seria mero luxo para pessoas de condição tão baixa.

Segundo: os apóstolos, nos textos citados, censuram um pecado muito comum naqueles dias: homens e mulheres desejavam e cobiçavam o adorno externo, considerando o enfeite exterior — ouro, pérolas e roupas caras — como o principal. Quando, na verdade, os principais ornamentos de um cristão devem ser as virtudes da modéstia e humildade, assentadas na mente e demonstradas na conduta exterior.



Objecção II. O profeta Isaías condena especificamente esses ornamentos. Ele parece ter examinado os guardaroupas das damas da corte em Jerusalém (Is 3.18ss), onde faz um catálogo dos seus adornos e pronuncia os juízos de Deus contra todos eles.

Resposta. Alguns dos ornamentos que o profeta menciona são realmente puras vaidades, sem utilidade necessária ou conveniente. Outros, porém, são em si mesmos coisas lícitas, e o profeta não os condena, enquanto usados corretamente; ele os condena apenas porque se tornaram instrumentos e sinais da soberba, luxúria, vaidade e leviandade daquelas mulheres.

Isso fica claro no versículo 16 do capítulo, onde o profeta mostra seu objetivo: não condenar todos os ornamentos, mas o orgulho das filhas de Jerusalém, manifestado em seus comportamentos particulares. Além disso, alguns dos itens mencionados ali eram semelhantes — se não da mesma espécie — aos que Abraão enviou para Rebeca, e que ela usou (Gn 24.22). Portanto, não podemos pensar que o profeta tenha a intenção de condenar tudo que é listado, mas apenas o mau uso e a aplicação errada desses itens, transformados em sinais públicos do orgulho e da vaidade daquele povo.

Qual é o uso correto, lícito e santo das vestimentas?

No uso das vestimentas, duas coisas devem ser consideradas:

1. A preparação delas, quando vão ser usadas;
2. O uso delas, quando já preparadas.



1. Na preparação correta das vestimentas, duas regras são dadas na Escritura para a nossa orientação.

Primeira Regra. Nossa preocupação com vestes e ornamentos do corpo deve ser muito moderada.

Cristo ensina isso amplamente em Mateus 6.28–31. Quando manda que não nos preocupemos com vestes, Ele não proíbe toda preocupação, mas apenas o cuidado curioso e imoderado. A razão é esta: aqueles que seguem suas vocações e cumprem seus deveres com diligência terão, pela bênção de Deus, tudo o que for necessário providenciado.

Quem mora numa casa emprestada não vai ficar adornando-a enquanto deixa a sua própria cair em ruínas. Do mesmo modo, o corpo é a casa da alma, emprestada por Deus; somos apenas inquilinos temporários, e devemos deixá-la quando Ele ordenar. Portanto, nossa principal preocupação deve ser com a alma, e o cuidado com o corpo deve ser moderado. Além disso, Deus veste os lírios do campo; quanto mais cuidará do homem. E Paulo diz que, se temos alimento e vestimenta, devemos estar contentes (1Tm 6.8). Isto é: se temos comida e roupas necessárias para nós e nossa família, devemos aquietar o coração e não nutrir maiores inquietações.

Como saber o que é “necessário”?

Uma coisa é necessária de duas maneiras:

1. Por natureza — para preservar a vida e a saúde.
2. Por posição social, vocação e condição — para sustentar a dignidade e o estado da pessoa.



Chamamos de vestimenta necessária aquilo que é necessário em ambas. Exemplo: para o estudante, o artesão, o trabalhador do campo, o fidalgo — é necessário o vestuário que não só protege do frio, mas que corresponde ao lugar, grau, vocação e condição de cada um.

Se se perguntar: quem deve decidir o que é necessário para essas pessoas?

Pessoas vaidosas e curiosas não são juízes competentes. Devemos seguir o juízo e exemplo dos modestos, graves e frugais em cada estado social, pois pela experiência sabem discernir o que é necessário e o que não é.

E, ainda que não devamos buscar mais do que o necessário, se Deus nos concede capacidade para ter mais, devemos recebê-lo com gratidão e nos tornar bons mordomos, usando-o para o bem do próximo.

Objecção: *Parece que não devemos manter abundância, pois João diz: “Quem tiver duas túnicas, reparta com quem não tem” (Lc 3.11).*

Resposta. O significado é este: quem possui não apenas o necessário, mas mais do que o necessário, deve dar do seu excedente aos que precisam. Caso contrário, a regra não concordaria com o exemplo de Cristo, que tinha duas túnicas, uma interna e outra externa, que Ele usava; nem com o de Paulo, que tinha manto e túnica.

Esta regra denuncia a prática pecaminosa comum de muitos homens no mundo. A maior parte das pessoas é extremamente cuidadosa, por todos os meios e caminhos, em seguir a moda e adotar qualquer novo



estilo de roupa assim que aparece. Trata-se de um procedimento totalmente contrário à doutrina de Cristo, que ordena um cuidado honesto apenas com ornamentos necessários e condena o contrário — e isso por uma razão especial: esse zelo desordenado e afetado costuma ser um grande “ladrão de bolsas”. Enche a mente e o coração das pessoas de pensamentos vãos e tolos; leva-as a desperdiçar, de modo abusivo, as bênçãos que Deus lhes concedeu, de modo que ficam incapacitadas de ajudar aqueles que estão em necessidade. Ao contrário, o cuidado primeiro e principal deve ser o de adornar a alma com graça e “vestir o Senhor Jesus”; e é isso que trará mais conforto à mente e à consciência do que qualquer formalidade externa ao estado exterior do homem.

Segunda Regra. Toda roupa deve ser ajustada ao corpo de maneira decorosa e decente, como convém à santidade. Tito 2.3.

Se aqui se perguntar como devemos moldar e modelar assim nossas vestes, a resposta é: observando as regras de decência e comedimento, que são em número de sete.

Primeiro, que seja conforme ao sexo: pois homens devem preparar roupas para homens, mulheres para mulheres. Essa regra não é cerimonial, mas fundamentada na lei da natureza e na honestidade comum. Deuteronômio 22.5: *“A mulher não vestirá o que pertence ao homem, nem o homem se vestirá com roupa de mulher; porque todos os que fazem isso são abominação ao Senhor teu Deus.”*



Segundo, nossa roupa deve ser feita conforme nosso ofício; isto é, deve ser adequada e conveniente para nós quanto à nossa vocação, de modo que não nos impeça ou incapacite no cumprimento de nossos deveres. Daí ser justamente condenada a espécie de vestimenta (especialmente das mulheres) usada nesta época. Pois faz com que fiquem como uma imagem em uma moldura, totalmente rígidas; e assim não conseguem andar bem, com facilidade ou conveniência, em qualquer boa tarefa, mas são obrigadas, por necessidade, a sentar-se ou ficar paradas.

Terceiro, nossa vestimenta deve ser conforme à nossa capacidade e sustento, seja em terras, seja em bens e recursos. Devemos (como diz o provérbio) “cortar o casaco conforme o pano”, para que não venhamos a passar necessidade, mas tenhamos o suficiente para manter nossas famílias e socorrer os pobres. Isso também serve para condenar o pecado de muitos, que colocam sobre suas costas tudo quanto conseguem juntar, enquanto negligenciam a manutenção honesta de seus próprios bens para o futuro e o necessário socorro daqueles que estão em angústia e necessidade.

Quarto, deve corresponder ao nosso estado e dignidade, para distinção de ordem e grau nas sociedades humanas. Este uso da vestimenta provém da própria ordenança de Deus; pois, assim como Ele não colocou todos os homens nos mesmos lugares, também quer que cada um ajuste a si mesmo e suas roupas à qualidade de seu próprio lugar, para marcar uma diferença entre si e os outros. Assim lemos que José, sendo colocado por Faraó sobre toda a terra do Egito, foi vestido com roupas de



linho fino e recebeu um colar de ouro no pescoço, para mostrar a diferença entre ele e os príncipes inferiores do rei. Gênesis 41.42. Do mesmo modo, nos tempos antigos, os capitães e chefes dos exércitos usavam roupas finas de diversas cores e bordados, para se distinguirem dos demais. Juízes 5.30. Assim também, nas cortes dos reis, vestiam roupas macias, e o povo mais pobre usava vestes mais simples e ásperas. Mateus 11.8. Pelo que se vê, muitos hoje pecam grandemente; pois os homens não permanecem dentro de sua própria ordem: o artífice veste-se como o camponês; o camponês como o fidalgo; o fidalgo como o nobre; o nobre como o príncipe; o que produz grande confusão e destrói totalmente a ordem que Deus estabeleceu nos estados e condições dos homens.

Quinto, a roupa deve ser moldada e preparada conforme o costume antigo e recebido do país em que a pessoa foi criada e vive.

Sobre esta regra, pergunta-se se, vendo uma moda usada em outros países, alguém pode adotá-la e usá-la aqui. Resposta: não pode. Pois Deus ameaçou visitar todos os que se vestem com roupas estranhas. Sofonias 1.9. E Paulo censura como grande desordem na igreja de Corinto, e até contra a natureza, que os homens usassem cabelo comprido e as mulheres andassem descobertas. 1 Coríntios 11.13–14. E se isso é assim, que grande desordem é quando pessoas de um país moldam-se às modas e vestimentas tanto de homens quanto de mulheres de outras nações. Esse pecado é tão comum entre nós que marcou o povo inglês com a triste fama de ser o mais vão e amante de novidades debaixo do céu. Se um estrangeiro vem ao nosso país, ele mantém seu traje



antigo e habitual, sem variação ou alteração. Nós, ao contrário, não podemos ver nenhuma moda usada pelo francês, pelo italiano ou pelo espanhol, sem logo adotá-la e torná-la nossa.

Sexto, as roupas feitas para cobrir nosso corpo devem ser tais que expressem as virtudes de nossa mente; especialmente as virtudes de modéstia, frugalidade e pudor. Elas devem ser como um livro escrito com letras grandes, no qual, à primeira vista, qualquer pessoa possa ler as graças que estão no coração. Assim Paulo exorta as mulheres a vestirem-se com roupas decorosas, em pudor e modéstia, não com cabelos trançados, etc., mas como convém a mulheres que professam o temor de Deus, com boas obras. 1 Timóteo 2.9–10. E nosso Salvador ordena que a luz de nossa vida, mesmo em coisas exteriores, brilhe diante dos homens, para que, vendo eles as nossas boas obras, glorifiquem o Pai que está nos céus. Mateus 5.16.

Sétimo, deve ser moldada segundo o exemplo, não dos mais levianos e vaidosos, mas dos mais sérios e sóbrios da nossa ordem e posição, tanto homens quanto mulheres. Não temos regra explícita na Escritura quanto à medida e forma de nossa roupa; e, portanto, os sábios e graves exemplos de homens bons e piedosos, do mesmo grau ou semelhante ao nosso, devem servir como regra de direção nesse assunto. Para isso Paulo exorta: “Tudo o que é puro, honesto, de boa fama, se há alguma virtude... pensai nessas coisas; o que aprendestes, recebestes, ouvistes e vistes em mim, isso praticai.” Filipenses 4.9.

Há muitos exemplos disso na Palavra de Deus. João Batista, que tinha suas vestes feitas de pelos de



camelo, Mateus 3.4. Elias, que era um “homem cabeludo” quanto ao seu traje, cingido (como João) com um cinto de couro sobre os lombos. 2 Reis 1.8. Essas roupas ásperas eram as principais vestimentas dos profetas naqueles tempos e lugares, como lemos em Zacarias 13.4. E era costume comum da nação judaica usar pelos de cabra não apenas para fazer suas roupas, mas até as cortinas do Tabernáculo. Êxodo 36.14.

Se essa regra fosse praticada, serviria para eliminar muitos comportamentos escandalosos na vida das pessoas. Pois hoje em dia muitos se esforçam para superar uns aos outros no traje mais vistoso e custoso, tendo pouco ou nenhum respeito pelos exemplos de pessoas piedosas e sóbrias de seu grau e posição. E esse orgulho e vaidade excessivos são geralmente sustentados por injustiça, mentira e engano, por cobiça e falta de misericórdia para com os pobres: pecados tão desonrosos a Deus, que a própria terra sobre a qual os homens vivem mal pode suportá-los. Por isso, aqueles que temem a Deus e desejam servi-lo em santidade e justiça devem odiar e detestar tais práticas, renunciar à curiosa vaidade do mundo e testemunhar as graças e virtudes de suas mentes aos homens até mesmo por seus gestos e hábitos graves e sóbrios.

Seção 3. A segunda coisa a ser considerada no uso correto do vestuário é o ato de vesti-lo e colocá-lo. Sobre isso, duas regras especiais devem ser observadas.

Primeira Regra. Devemos vestir e colocar nossas roupas visando aos fins apropriados para os quais Deus as ordenou. Os fins do vestuário são especialmente estes:



Primeiro, por causa da necessidade: isto é, para defender o corpo do extremo calor abrasador e do frio cortante e, conseqüentemente, preservar a vida e a saúde. Este foi o fim para o qual as vestes foram feitas pela primeira vez após a queda. E a razão é esta: enquanto o homem ainda estava no estado de inocência, antes de sua queda, havia uma perfeita temperatura do ar em relação ao corpo humano, e assim não havia necessidade de roupas; a nudez não era uma vergonha para o homem, mas uma bela decência. Agora, depois que Adão — e nele toda a humanidade — pecou, a vaidade veio sobre todas as criaturas; e, entre elas, sobre o ar surgiu uma admirável desordem quanto ao calor e ao frio. Para remediar isso, foi ordenado que Adão usasse roupas; e, tendo Deus feito e instituído isso uma vez, tem desde então abençoado essa ordenança, como a experiência diária demonstra. Pois nosso vestuário, que não possui calor nem vida, ainda assim preserva o corpo humano em calor e vida — o que não poderia fazer se não houvesse uma providência especial de Deus acompanhando-o.

O segundo fim do vestuário é a honestidade/modéstia. Pois é com esse propósito que o colocamos e o usamos: para cobrir e ocultar aquela deformidade de nossos corpos nus que imediatamente seguiu a transgressão de nossos primeiros pais. E, nesse sentido também, as vestes (após a queda) foram designadas por Deus para o uso humano.

Objeta-se que Isaías profetizou nu e descalço (Is 20.2), e assim fez Saul (1Sm 19.24). Respondo: primeiro, o que o profeta fez, fez por mandamento, como aparece no versículo 2 daquele capítulo, pois o Senhor lhe



ordenou assim. Além disso, ele é dito estar nu porque tirou sua veste superior, que era saco ou algum outro tecido grosseiro que os profetas costumavam usar; mas não se pode provar que ele tenha tirado a veste que ficava junto à pele.

Quanto a Saul, há duas respostas. Uma: que ele tirou sua veste superior, como Isaías fez. Pois não devemos imaginar que ele profetizou totalmente nu, sendo algo tão indecoroso e contrário à própria lei da natureza desde a queda. A outra resposta — e essa de acordo com o verdadeiro sentido do texto — é que Saul, antes de o Espírito de profecia vir sobre ele, havia vestido e trajado seu vestuário militar, com o qual saiu para tomar Davi. Mas, quando o Espírito veio sobre ele, então ele tirou seu hábito militar e vestiu-se de outro modo, segundo a maneira e o estilo de um profeta, e assim profetizou. Portanto, quando se diz que ele andou “nu”, o sentido é que ele se despiu de sua armadura, a qual ele e seus mensageiros usavam na perseguição contra Davi.

Agora, quanto a cobrir o corpo com o vestuário, devemos lembrar estas coisas: primeiro, que o corpo deve ser coberto de maneira decente e apropriada. Assim, José envolveu o corpo morto de Cristo em um lençol de linho limpo, junto com especiarias (Mt 27.59). Segundo, todo o corpo deve ser coberto, exceto algumas poucas partes que, por necessidade, ficam abertas e descobertas, como as mãos e o rosto; pois existe uma vergonha ignominiosa não apenas em algumas partes, mas sobre todo o corpo. E aqui deve ser repreendida a nudez afetada praticada por várias pessoas, que mandam fazer suas vestes de tal modo que o pescoço e o peito fiquem em grande parte



descobertos. Uma prática cheia de vaidade e totalmente contrária a esta regra fundada na natureza corrompida. Pois, se todo o corpo está coberto de vergonha por causa do pecado, por que alguém, por tal prática, deve — tanto quanto lhe é possível — expor essa vergonha aos olhos do mundo? O fim do vestuário é esconder a vergonhosa nudez do corpo da vista dos homens. Mas essas pessoas expressam, por meio desse comportamento, a vaidade e a levandade de suas mentes, deixando algumas partes de seus corpos abertas e descobertas. E o que fazem elas senão exibir e manifestar diante de homens e anjos a sua própria vergonha e ignomínia? Mais ainda: não fazem outra coisa senão gloriar-se naquilo que, pelo justo juízo de Deus, é para elas motivo de reprovação. Que todos os que temem a Deus e são humilhados pela consideração de seus pecados — os quais constituem a causa da vergonha da humanidade — tenham outro tipo de disposição.

O terceiro fim do vestuário é honrar o corpo. Para este propósito, diz São Paulo em 1Coríntios 12.23: “Sobre os membros do corpo que julgamos menos honrosos, colocamos maior honra”, etc. (v. 24): “Deus compôs o corpo, dando muito mais honra à parte que menos tinha.” E em 1Tessalonicenses 4.4: “É vontade de Deus [...] que cada um de vós saiba possuir o seu vaso em santificação e honra.” Estas palavras são ditas sobre a castidade, mas devem ser entendidas, de modo geral, a respeito de qualquer outra virtude relacionada ao corpo. Agora, a razão deste fim é clara: o corpo de cada crente é o templo do Espírito Santo e membro de Cristo, tanto em seu tipo quanto em seu lugar, assim como a alma. Portanto, deve ser usado de maneira santa e honrosa.



Quanto a honrar o corpo com ornamentos exteriores, devemos lembrar esta distinção: alguns ornamentos são internos, outros são emprestados. Os internos são as graças e dons de Deus; estes são nossos. Os emprestados são ouro, prata, pérolas e pedras preciosas; e estes são externos. E, entre os dois tipos, mais cuidado se deve ter com os internos do que com os externos e emprestados. Pois estes últimos são, de fato, belos e honrosos aos olhos dos homens, mas os outros são muito mais honrosos aos olhos de Deus. E, por isso, São Pedro exorta as mulheres que seu ornamento não seja o exterior — como o enfeite dos cabelos, o uso de ouro ou vestidos suntuosos —, mas que seja “o homem oculto do coração”, incorruptível, com um espírito manso e quieto, “o qual é muito precioso diante de Deus” (1Pe 3.3-4).

Agora, para que possamos usar nosso vestuário para os fins antes mencionados, devemos ainda observar algumas regras especiais que servirão para nossa direção no adorno correto do corpo.

Primeiro, cada um deve estar contente com o seu próprio encanto e compleição natural que Deus lhe deu, e considerá-los como algo precioso, seja melhor ou pior. Pois a forma e a aparência exterior que o ser humano possui é obra do próprio Deus, ajustada e proporcionada a ele em sua concepção, por Sua providência especial. Sendo, então, obra do Senhor, e sendo Sua vontade moldá-la assim e não de outra maneira, há grande razão para que a pessoa se contente com isso.

Aqui deve ser justamente repreendida a prática estranha e o comportamento de alguns, nestes dias, que,



não estando contentes com a forma e aparência que Deus lhes concedeu, inventam formas e aparências artificiais para aplicar ao corpo e ao rosto, por meio de pinturas e colorações; fazendo-se parecer aquilo que, de fato, não são. Essa prática é abominável à própria luz da natureza, e muito mais à luz da Palavra de Deus; na qual temos apenas um exemplo disso — o de Jezabel, 2 Reis 9.30 — que é assinalada com esta marca de uma prostituta notória: ela *pintou o rosto*. Pois o que é isso senão criticar a obra do próprio Deus e tentar corrigi-la com uma obra falsa de nossa própria invenção?

Um pintor habilidoso, quando termina sua obra, se alguém tenta corrigi-la, fica profundamente ofendido. Muito mais, então, Deus — o mais sábio e perfeito Formador e Criador de Suas obras — pode ser altamente ofendido por todos aqueles que não conseguem se contentar com a aparência que receberam Dele, mas insistem em questionar Sua obra e refiná-la segundo seus próprios humores e fantasias. Tertuliano, em seu livro *De habitu mulierum*, chama tais pessoas, com todo mérito, de servas do Diabo.

Mas alguém pode dizer: se houver alguma deformidade no corpo, não podemos tentar encobri-la? Resposta: Sim; mas não podemos colocar uma nova forma no rosto, nem um novo aspecto no corpo. A dissimulação é condenada tanto em ações quanto em palavras, e é isso que tal prática representa.

Segundo: devemos colocar o principal ornamento de nossas almas e corpos na virtude e nas boas obras, e não em coisas exteriores. Assim Paulo desejava que as



mulheres se vestissem com roupas decentes, com modéstia e bom senso (1Tm 2.9).

Terceiro: no uso dos ornamentos acima mencionados, devemos ser muito moderados e manter-nos dentro do limite. Em Gênesis 24.22, o servo de Abraão deu a Rebeca um adorno de meio siclo de peso, e dois braceletes de dez siclos de ouro, que ela colocou na testa e nas mãos (v. 47), os quais não eram de grande valor, portanto não excessivos, mas modestos e adequados. E no Antigo Testamento, as filhas dos reis se vestiam apenas com roupas de várias cores (2Sm 13.18). Portanto, mesmo entre elas, havia grande simplicidade.

Aqui se perguntará: qual é, então, a medida que deve ser usada? Resposta: A Escritura não dá regra específica para esse ponto, mas sim o exemplo e o juízo das pessoas mais sábias e sóbrias em cada ordem, idade e condição; e como elas fazem e julgam, assim devemos fazer. Por exemplo: se alguém deve usar uma gola simples, dupla ou tripla, etc., a Escritura não dá instrução específica; devemos simplesmente observar o exemplo das pessoas mais sóbrias e discretas de nossa ordem e idade, e isso deve ser nosso modelo para imitação.

Quarto: os ornamentos não devem ser usados sempre do mesmo modo, mas conforme o tempo e a ocasião. É apontado como falta no rico glutão o fato de que ele se vestia todos os dias com roupas custosas (Lc 16.19). Em dias de alegria, podemos usar mais ornamentos; e assim se fazia antigamente, nos casamentos, quando se vestiam roupas nupciais (Mt 22). Mas nos dias de luto, roupas mais simples e grosseiras são as mais apropriadas.



Quinto: devemos adornar nossos corpos com um propósito correto: honrá-los e, neles, honrar a Deus. Contrariam esta regra os que adornam seus corpos para serem elogiados, para serem considerados ricos e grandes, ou para atrair o amor de estranhos. Essa é a prática da prostituta descrita por Salomão extensamente (Pv 6.25; 7.10,16). Estes são os propósitos pelos quais devemos nos vestir.

E assim concluímos a primeira regra principal a ser observada no uso e vestimenta das roupas.

Segue a segunda regra principal: devemos fazer uso espiritual da roupa que vestimos. Como isso pode ser feito?

Primeiro, devemos aproveitar a ocasião para nos humilhar, da seguinte maneira: quando vemos um curativo sobre uma ferida, sabemos que há um machucado; assim, a cobertura de nossos corpos deve nos lembrar de nossa vergonha e nudez, no que diz respeito à graça e ao favor de Deus, por causa do pecado original. E devemos saber que é uma prática perigosa qualquer pessoa encher-se de orgulho ao ver e usar suas roupas. Pois isso é orgulhar-se de sua própria vergonha. É o mesmo que se um ladrão se orgulhasse de seus grilhões e da corda em seu pescoço; pois as roupas não são outra coisa senão a cobertura de nossa vergonha e o sinal de nossos pecados.

Segundo: ao vestir nossas roupas, devemos ser lembrados de vestir Cristo (Rm 13.14). Como fazemos isso? Assim: devemos conceber a obediência ativa e passiva de Cristo como uma cobertura; e, portanto, pela



oração, devemos nos acercar a Deus em Seu nome e pedir-Lhe que aceite essa obediência por nós; sim, que Cristo seja para nós sabedoria, justiça, santificação e redenção; e que nós, por outro lado, sejamos conformados a Ele em vida e morte, em todos os deveres morais; e que tenhamos a mesma mente, afeto e conduta que Ele teve.

Terceiro: quando tiramos nossas roupas, somos lembrados de tirar o velho homem — isto é, a massa e o corpo da corrupção pecaminosa. E o tiramos quando, pela graça, conseguimos odiar o pecado e carregar em nossos corações um propósito resolutivo de não pecar.

Quarto: quando vestimos nossas roupas e as ajustamos ao corpo, isso deve nos ensinar algo mais: que nos convém cingir os lombos, manter as lâmpadas acesas e preparar-nos para encontrar Cristo — seja pela morte, seja pelo juízo final. Se não fazemos esses usos de nossa roupa, não a usamos corretamente, mas a abusamos.

Resumindo: somos todos exortados a ter consciência da prática dessas regras e a tomar cuidado com o orgulho nessas coisas exteriores. E, como motivação, consideremos primeiro quão grande e grave pecado é o orgulho. Sua gravidade pode ser percebida por quatro coisas.

Primeiro: nele, e em seu fruto — a superfluidade de roupas — há abuso de nossa riqueza, para fins desnecessários e supérfluos, quando deveria ser usada para fins mais necessários: para o bem da Igreja, do Estado, da família, e especialmente para o alívio dos pobres.



Segundo: nesse pecado há abuso do tempo. Pois aqueles que se entregam ao orgulho gastam tanto tempo adornando seus corpos que não têm tempo para adornar e embelezar a alma. Daí acontece que pessoas orgulhosas abundam em ignorância, preguiça, devassidão e muitas outras enormidades.

Terceiro: nesse pecado há abuso da própria roupa, pois ela é feita sinal da vaidade da mente e da devassidão do coração, quando deveria ser sinal de um coração religiosamente disposto.

Quarto: nele há confusão de ordem nos estados e sociedades humanas. Pois, enquanto uma ordem de pessoas deveria vestir-se de uma forma e outra de outra, por causa disso acontece que iguais e superiores se vestem do mesmo modo, e aquilo que deveria nos humilhar torna-se ocasião de nos encher de orgulho.

Quinto: há um grande juízo ameaçado contra esse pecado (Is 2.11-12; Sf 3.11).

Diante da grandeza desse vício, devemos nos esforçar, por todos os meios possíveis, para corrigi-lo em nós mesmos. Para isso, devemos ser cuidadosos para ver e sentir, e também lamentar, a nudez espiritual de nossas almas — que é a depravação da imagem de Deus em que fomos criados, conforme Deus, em santidade e justiça. A falta disso nos torna feios e deformados aos olhos de Deus. E o verdadeiro senso e experiência disso desviará nossas mentes e pensamentos do embelezamento do corpo e nos fará esforçar-nos especialmente pela justiça imputada de Cristo, como a única cobertura que nos



manterá aquecidos e seguros das tempestades e tempestades da ira e fúria de Deus.

Seção 4. Em quarto lugar, chegamos ao tratamento das questões que dizem respeito à moderação do nosso apetite no uso de prazeres e recreações. E estas são especialmente três.

A recreação é lícita para um cristão? Resposta. Sim, e por duas razões.

Primeiro, o descanso do trabalho, com o refrigério do corpo e da mente, é necessário; porque a natureza humana é como o arco, que, estando sempre retesado e usado, logo se quebra em pedaços. Ora, aquilo que é necessário é lícito. E, se o descanso é lícito, então a recreação também o é.

Segundo, pela liberdade cristã, nos é permitido usar as criaturas de Deus, não apenas para nossa necessidade, mas também para deleite adequado e conveniente. Esta é uma verdade reconhecida; e, portanto, àqueles que condenam recreações adequadas e convenientes (como alguns dos antigos Pais fizeram, especialmente Crisóstomo e Ambrósio), pode-se dizer: “não sejas demasiadamente justo, nem demasiadamente sábio”, Eclesiastes 7.18.

Que tipos de recreações e jogos são lícitos e convenientes, e quais são ilícitos e inconvenientes?

Primeiro estaborecerei este princípio: toda recreação lícita está apenas no uso de coisas indiferentes, que em si mesmas não são nem ordenadas nem proibidas. Pois pela liberdade cristã, o uso de tais coisas para deleite e prazer



lícito é permitido a nós. Portanto, recreações apropriadas e adequadas consistem no uso de coisas indiferentes, e não em coisas ordenadas ou proibidas. Daqui tiro três conclusões que podem servir para melhor responder à questão.

I. A recreação não pode estar no uso de coisas sagradas; isto é, no uso da Palavra, dos sacramentos, da oração ou de qualquer ato de religião. Pois essas coisas são sagradas e divinas; existem por mandamento expresso de Deus e não podem ser aplicadas a qualquer uso comum ou vulgar. Por essa razão, é acertado que os *autos* (representações) que eram usados em diversas cidades deste país foram abolidos; porque não eram nada além de a história da Bíblia inteira, ou partes dela, transformadas em uma peça de teatro. E, portanto, menos aceitáveis ainda, considerando que, quanto mais santo é o assunto que representam, mais ímpias são as peças em si. Além disso, todas as piadas construídas a partir de frases e sentenças da Escritura são abusos de coisas sagradas e, portanto, devem ser cuidadosamente evitadas. O ditado comum pode nos ensinar isso: “Não é seguro brincar com coisas sagradas.” ^{1.12}

Por fim, a partir da conclusão anterior, aprendemos que não é adequado, conveniente ou louvável que homens provoquem risos em sermões.

II. A recreação não deve ser feita a partir dos pecados ou ofensas dos homens. Estes devem ser para nós motivo de tristeza e lamento. Davi derramou rios de lágrimas porque os homens quebravam os mandamentos de Deus (Salmo 119.136). O coração justo de Ló era afligido ao ouvir as abominações de Sodoma (2 Pedro 2.8).



A partir disso, segue-se primeiro que as peças comuns que estão em uso no mundo devem ser reprovadas, por não serem matéria adequada e conveniente de recreação. Pois elas não são outra coisa senão representações dos vícios e más condutas dos homens no mundo. Ora, tais representações não devem ser aprovadas. Paulo diz: “Fornicação, avareza, nem sequer se nomeiem entre vós, como convém a santos” (Efésios 5.3). E, se os vícios dos homens não devem ser sequer nomeados, a menos que tal nomeação tenda a sua reprovação e condenação, muito menos devem ser representados para provocar riso e entretenimento. Pois nomear é muito menos do que representar, que é o ato real do vício. De fato, magistrados e ministros podem nomeá-los, mas sua nomeação deve visar punir e reformar, não outra coisa. Além disso, é indecoroso que um homem vista a pessoa, o comportamento e o traje de uma mulher; assim como também é para uma mulher vestir a pessoa, o comportamento e o traje de um homem, ainda que seja apenas por uma hora. A lei de Deus proíbe ambos (Deuteronômio 22.3). E essa lei, quanto à sua equidade, não é meramente judicial, mas moral. Na verdade, é lei da natureza e da honestidade comum.

Aqui também deve ser reprovada a dança usada em nossos dias: especialmente a dança mista de homens e mulheres, em número e ritmo (particularmente após grandes festas), acompanhada de muitos gestos lascivos; a qual não pode, nem deve, ser justificada, mas condenada. Pois não é outra coisa senão o próprio fole que atíça a luxúria e a impureza, e causa muitos males. Ela é condenada na filha de Herodias, que dançou diante de Herodes (Marcos 6.22); e nos israelitas que



“sentaram-se para comer e beber, e levantaram-se para folgar”, isto é, dançar. De fato, lemos de um tipo de dança aprovado na Escritura — o que Moisés, Arão e Miriã usaram no mar Vermelho (Êxodo 15.20); David diante da arca (2 Samuel 6.14); e as filhas de Israel quando Davi venceu Golias (1 Samuel 18). Mas esse tipo de dança era de outra ordem. Pois não era mista, mas separada: homens juntos, e mulheres separadas. Eles não usavam gestos lascivos nem cantos amorosos, mas salmos de louvor e ações de graças. A causa da dança era alegria espiritual, e o fim dela era louvor e gratidão.

Pode-se alegar que Eclesiastes diz: “Há tempo de chorar e tempo de dançar” (Eclesiastes 3). E Davi diz: “Transformaste o meu pranto em dança” (Salmo 30.11). E o Senhor diz em Jeremias: “Ó filha de Sião, sairás com a dança dos que se alegram” (Jeremias 31.4). Respondo: primeiro, esses textos falam da dança sagrada mencionada antes, e não da dança dos nossos tempos. Segundo, digo que esses textos não falam de dança propriamente dita, mas da alegria que é significada pela dança: isto é, uma alegria sincera ou grande regozijo. Além disso, o profeta Jeremias fala por comparação, como se dissesse: “Então a virgem se alegrará como os homens costumam fazer na dança.” E é uso comum da Escritura expressar coisas lícitas por comparação tirada de coisas ilícitas, como nas parábolas do juiz iníquo, do mordomo infiel e do ladrão de noite.

Terceira Conclusão. Não devemos fazer recreações dos juízos de Deus ou dos castigos do pecado. A lei de Deus proíbe-nos colocar tropeço diante do cego para fazê-lo cair, ainda que não seja de verdade, mas em



brincadeira (Levítico 19.14). Com base no mesmo princípio, não devemos nos divertir com a tolice do insensato natural. Pois isso é a cegueira de sua mente, e juízo de Deus sobre ele. Sei que tem sido costume de grandes homens manter bobos em suas casas; e não ousei condenar o fato, pois podem fazê-lo para ter diante dos olhos um espetáculo diário do juízo de Deus, e considerar como Deus poderia ter tratado com eles da mesma forma. E esse uso é cristão. Contudo, fazer da loucura dessas pessoas um entretenimento especial, e mantê-las apenas para esse fim, não é louvável. Quando Davi fingiu-se de louco diante de Aquis, rei de Gate, veja o que disse o rei pagão: “Acaso me faltam loucos, para que trouxestes este para fazer-se de doido na minha presença? Há de vir este à minha casa?” (1 Samuel 21.15).

Além disso, a luta com ursos e as rinhadas de galos não são recreações adequadas. A luta com o touro tem seu uso, e por isso é ordenada por autoridade civil; mas não é assim com aquelas. E a antipatia e crueldade que um animal demonstra contra o outro é fruto da nossa rebelião contra Deus, e deveria antes mover-nos a lamentar do que a regozijar.

Os jogos podem ser divididos em três tipos: jogos de inteligência ou habilidade, jogos de azar e jogos que misturam ambos. Jogos de inteligência ou habilidade são aqueles que dependem da capacidade e destreza humanas. Entre eles estão o tiro com arco longo, tiro com arcabuz, corrida, luta corporal, esgrima, música, jogos de xadrez e damas, o “jogo dos filósofos” e outros semelhantes. Todos esses, nos quais a atividade da mente e do corpo desempenha o papel principal, são muito



recomendáveis e não devem ser rejeitados. Jogos de azar são aqueles em que o acaso sozinho domina e determina o resultado, sem intervenção da inteligência; neles há, como se diz, “sorte”, pura sorte da nossa perspectiva. Pertencem a esse tipo os dados e vários jogos de mesas e cartas. Agora, jogos que são de puro azar, segundo o consenso de divinos piedosos, são ilícitos. As razões são estas:

Primeiro, jogos de puro azar são, na verdade, sortes; e o uso da sorte é um ato religioso, no qual remetemos a Deus a decisão de coisas importantes que não podem ser decididas de outro modo. No uso da sorte existem quatro elementos: (1) um ato casual feito por nós, como lançar o dado; (2) a aplicação desse ato à resolução de alguma controvérsia particular, cujo fim promove paz, ordem e amor entre os homens; (3) a confissão de que Deus é o Juiz soberano para resolver coisas que não podem ser decididas de outra forma; e (4) a súplica para que Deus determine o resultado pela disposição da sorte quando ela é lançada. Todas essas ações estão incluídas no uso da sorte e são expressas em Atos 1.24–26. Portanto, sendo o uso da sorte um ato solene de religião, não pode ser aplicado ao divertimento, como mostrei na primeira conclusão.

Segundo, tais jogos não são recreações, mas sim ocasiões que despertam paixões perturbadoras, como medo, tristeza etc., e assim desordenam o corpo e a mente. Terceiro, a cobiça é comumente a base de todos eles; por isso os homens geralmente jogam por dinheiro. E por essas razões tais jogos, pelo consenso de teólogos instruídos, são ilícitos.



O terceiro tipo de jogos são os mistos, que dependem em parte do azar e em parte da inteligência; neles o acaso inicia o jogo, mas a habilidade garante a vitória — e aquilo que é deficiente por causa do acaso é compensado pela inteligência. A esse tipo pertencem alguns jogos de cartas e de mesa. A opinião comum de teólogos instruídos é que, embora não devam ser recomendados, também não devem ser simplesmente condenados; e, se forem usados, devem sê-lo com grande moderação. Contudo, há outros que consideram esses jogos mistos ilícitos, julgando que até mesmo distribuir as cartas é lançar sortes, porque é uma ação puramente casual. Mas, ao que me parece, distribuir as cartas não é mais uma sorte do que a distribuição de esmolas quando o esmoler do príncipe põe a mão no bolso e dá, por exemplo, a um seis pence, a outro doze pence, a outro dois pence, conforme sai sem qualquer escolha. Essa distribuição casual não é sorte, mas apenas um ato casual. E, para haver sorte, são necessárias duas coisas: (1) um ato casual e (2) aplicar esse ato à decisão de algum resultado particular e incerto. Distribuir as cartas é um ato casual; mas a decisão da vitória incerta, nos jogos mistos, não vem da distribuição das cartas, e sim da inteligência e habilidade — ao menos da vontade — dos jogadores. Mas em coisas que são da natureza da sorte, a inteligência e a vontade do homem não têm influência alguma.

Contudo, embora distribuir cartas e jogos mistos não sejam sortes, ainda assim é muito mais seguro e melhor abster-se deles do que usá-los; e onde foram abolidos, não devem ser restaurados novamente, porque, como mostra a experiência comum, muitos abusos e



inconvenientes os acompanham. E coisas desnecessárias, quando são muito abusadas, devem ser removidas justamente por causa desses abusos, assim como aconteceu com a serpente de bronze (2 Reis 18.4).

Como devemos usar as recreações?

Para responder, devemos lembrar quatro regras importantes.

Primeira Regra. Devemos escolher recreações que causem menos ofensa e que tenham a melhor reputação. Filipenses 4.8: “Se alguma coisa é de boa fama, nisso pensai.” A razão é que em toda recreação devemos evitar ocasiões de pecado tanto em nós quanto nos outros. Isso levou Jó, enquanto seus filhos estavam festejando, a oferecer holocaustos diariamente, segundo o número deles, porque pensava: “Talvez meus filhos tenham pecado e blasfemado contra Deus em seus corações” (Jó 1.5). E não só isso; acrescento ainda que devemos evitar ocasiões de escândalo nos outros. Por essa razão, Paulo diz que, antes que sua comida escandalizasse seu irmão, não comeria carne enquanto o mundo durasse (1 Coríntios 8.13). Nesse sentido, seria desejável que apenas jogos de inteligência fossem usados, e não os de azar, porque estes são mais escandalosos. Por fim, em coisas que são lícitas em si mesmas, devemos lembrar a regra de Paulo: “Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas são convenientes” (1 Coríntios 6.12).

Segunda Regra. Nossas recreações devem ser proveitosas para nós e para os outros; e também devem tender à glória de Deus. Cristo disse que de toda palavra ociosa que os homens disserem, darão conta no Dia do Juízo



(Mateus 12.36). Por “palavras ociosas” Ele entende aquelas que não trazem proveito aos homens nem honra a Deus. E se é assim para palavras ociosas, então também para recreações ociosas prestaremos contas. Além disso, Paulo ensina que, quer comamos quer bebamos, ou façamos qualquer outra coisa, devemos fazer tudo para a glória de Deus (1 Coríntios 10.31). Portanto, o objetivo de toda recreação é que Deus seja honrado por meio dela.

Terceira Regra. O objetivo da recreação deve ser refrescar o corpo e a mente. É abuso da recreação usá-la para ganhar o dinheiro de outras pessoas. O ganho obtido desse modo é pior que usura; sim, é verdadeiro furto. Pois pela lei podemos recuperar coisas roubadas, mas não há lei para recuperar coisas ganhas no jogo. Contudo, se o jogo envolve quantia pequena, cuja perda não causa prejuízo ao que perde, e se é aplicado a algum bem comum, então é lícito; caso contrário, não.

Quarta Regra. A recreação deve ser moderada e parcimoniosa, como o uso de comida, bebida e descanso. Daqui se conclui que aqueles que gastam a vida inteira jogando, como fazem os jogadores profissionais, têm muito a responder diante de Deus. O mesmo vale para aqueles que possuem terras e bens, mas passam o tempo em prazeres e esportes, como é o costume de muitos nobres hoje em dia.

Agora, a recreação deve ser parcimoniosa de duas maneiras:

Primeiro, quanto ao tempo. Devemos remir o tempo, isto é, aproveitar o tempo enquanto ele dura, visando a adquirir a vida eterna (Efésios 5.16). Isso



condena a prática ímpia de muitos, que seguem este ou aquele jogo “para passar o tempo”, quando deveriam usar todo o tempo possível para fazer a vontade de Deus. E, de fato, todo o tempo é pouco para cumprir o que nos é ordenado; portanto, enquanto se diz “hoje”, façamos toda a diligência possível para nos arrepender e reconciliar com Deus.

Segundo, quanto à afeição. Não podemos colocar o coração nos esportes; nosso afeto deve ser moderado e limitado pelo temor de Deus. Assim, Salomão diz que “o riso é loucura” (Eclesiastes 2.2), na medida em que não é contido pelo temor e reverência ao nome de Deus. Esse era o pecado dos judeus, repreendido pelo profeta: entregavam-se a todo tipo de prazer e não consideravam a obra do Senhor, isto é, Seus juízos e correções (Isaías 5.12). Portanto, se os esportes e recreações não forem ordenados e guiados de acordo com esta e as outras regras, acabaremos tornando-os não apenas inúteis, mas totalmente ilícitos.

E assim termina a seção sobre a virtude da Temperança.

CAPÍTULO 5

Da Liberalidade

Até aqui tratamos do primeiro tipo de virtudes que se situam na vontade e que dizem respeito ao próprio homem — a saber, da Clemência, que consiste na



moderação da mente quanto à ira; e da Temperança, que consiste na moderação do apetite quanto às riquezas, ao vestuário, à comida e bebida, aos prazeres e recreações.

Agora chegamos ao segundo tipo, que diz respeito aos outros além de nós mesmos. Estas virtudes pertencem à prática da Cortesia e bondade, ou da Equidade e justiça. Do primeiro tipo faz parte a Liberalidade; do segundo, a Justiça, ao demonstrar ou conceder equidade, ou a Fortaleza, ao a manter. Falaremos delas em ordem.

Liberalidade é a virtude, assentada na vontade, pela qual demonstramos ou praticamos cortesia e bondade para com os outros. As principais questões acerca desta virtude podem ser resumidas naquele texto da Escritura que está em Lucas 11.41: “Dai antes esmola do que tiverdes, e eis que tudo vos será limpo.”

As palavras constituem uma regra ou conselho dado por Cristo aos fariseus; e o verdadeiro e próprio sentido delas é este: “Vocês, fariseus, dedicam-se à prática da injustiça e da opressão, e assim contaminam a si mesmos e todas as suas ações. Para remediar isto, proponho-lhes esta regra: pratiquem a caridade, dando esmolas; que as suas boas ações exteriores procedam da sincera afeição interior dos seus corações para com seus irmãos; e então alcançarão um uso santo e puro dos seus bens.” O conselho de Daniel ao rei Nabucodonosor, em Daniel 4.24, para romper com seus pecados pela prática da justiça e com suas iniquidades pela misericórdia para com os aflitos, pode servir como bom comentário a este texto.



Nas palavras, considero duas coisas: o remédio — “Portanto, dai esmola do que tiverdes”; e o fruto que segue do remédio — “e eis que tudo vos será limpo”.

Seção 1. O remédio é a virtude da Liberalidade cristã, que consiste principalmente na prática do amor e misericórdia ao dar esmolas.

Para melhor compreensão, cinco questões devem ser brevemente apresentadas e respondidas.

Quem deve dar esmolas?

Há dois tipos de pessoas que devem — e são obrigadas a — dar esmolas.

O primeiro tipo são os ricos, que além do necessário possuem superfluidades e abundância, sim, muito mais do que o necessário. Estes são os que possuem “os bens do mundo”, como diz São João, por meio dos quais têm capacidade para socorrer outros com aquilo que têm em abundância.*1.13 Assim São Paulo afirma que a abundância dos coríntios devia suprir a necessidade de outras igrejas (2Co 8.14). Muitos outros textos poderiam ser citados, mas estes são suficientes para uma verdade conhecida e confessada.

O segundo tipo de doadores são os pobres, que possuem apenas o necessário — e às vezes nem isso. E como este ponto não é tão facilmente admitido, vou prová-lo pelas Escrituras.

O homem que vive do seu trabalho é ordenado a trabalhar em sua vocação para que tenha algo para dar ao que necessita (Ef 4.28). A pobre viúva que lançou no tesouro do Senhor, de sua pobreza, apenas duas



pequenas moedas — que eram a oitava parte de um centavo — foi elogiada; e Cristo preferiu sua esmola aos grandes dons dos mais ricos (Lc 21.2). A igreja da Macedônia, sendo pobre e em extrema necessidade, ainda assim enviou suprimento a outras igrejas, e é elogiada por isso por Paulo (2Co 8.2). A pobreza deles não os dispensou da liberalidade; ao contrário, foram liberais não apenas segundo, mas além de suas possibilidades.

O próprio Salvador viveu de esmolas: pois Joana, mulher de Cuza, procurador de Herodes, e Susana O assistiam com seus bens (Lc 8.3). Observemos, de passagem, que Ele não vivia de mendicância, como afirmam os papistas, mas da ministração e contribuição voluntária de alguns a quem Ele pregava. E embora fosse pobre, ainda assim costumava dar esmolas do que tinha (Jo 13.29).

As ofertas do Antigo Testamento, para a manutenção do altar, eram de grande custo, em sacrifícios e outras cerimônias; e ainda assim todos eram obrigados a elas — pobres e ricos. Agora, no Novo Testamento, o altar material foi abolido; mas temos algo em seu lugar — os pobres e necessitados — aos quais todos os homens são obrigados em consciência a socorrer e sustentar, assim como antes sustentavam o altar.

São João recomenda-nos a caridade — não aquela que consiste apenas em palavras, mas aquela que se manifesta em ações (1Jo 3.18) — ensinando que a primeira não é suficiente sem a segunda. Por fim, toda a humanidade se divide em dois tipos: alguns são doadores; outros, recebedores de esmolas. Não existe um terceiro tipo nas Escrituras.



Entretanto, aqui deve-se acrescentar uma exceção, para que esta doutrina não seja mal entendida. Há certas pessoas isentas deste dever: aqueles que estão em sujeição a outros e não dispõem de si mesmos. Deste tipo são filhos sob o governo de seus pais e servos sob a autoridade e domínio de seus senhores. Pois os bens que possuem não são seus, nem podem deles dispor como quiserem; portanto, não devem ser doadores.

Pode-se perguntar se a esposa pode dar esmolas sem o consentimento do marido, visto que ela está sujeita a outro e, portanto, tudo o que possui pertence a outro, não a ela mesma. Resposta: a esposa pode dar esmolas de algumas coisas, mas com estas cautelas: primeiro, pode dar daquilo que ela possui como exceção do contrato de casamento.*1.14 Segundo, pode dar daquilo que é comum a ambos, desde que seja com o consentimento do marido — ao menos geral e implícito. Terceiro, não pode dar sem, ou contra, o consentimento do marido. E a razão é que tanto a lei da natureza quanto a Palavra de Deus ordenam sua obediência ao marido em todas as coisas.

Se for alegado que Joana, mulher de Cuza, procurador de Herodes, juntamente com outras, ministrava a Cristo de seus bens (Lc 8.3), respondo: presume-se que isso não ocorreu sem algum tipo de consentimento.

Se for dito que Abigail levou um presente a Davi, para o suprimento dele e de seus homens, sem comunicar a Nabal, seu marido (1Sm 25.19), respondo: é verdade, mas observem o motivo. Nabal era, em geral, de disposição rude e sem misericórdia; por isso, estava totalmente indisposto a conceder alívio a quem quer que



fosse, por mais necessidade que tivesse — tanto que insultou os jovens que vieram a ele e os expulsou (v. 14). Além disso, ele era um homem tolo e dado à embriaguez; portanto, incapaz de governar sua própria casa e de distribuir esmolas. Além disso, Abigail era uma mulher de grande sabedoria em todas as suas ações, e o que ela fez agora foi para salvar a vida de Nabal e a dela, sim, de toda a sua família; pois a situação era desesperadora, e todos estavam em iminente perigo. Portanto, tal exemplo não serve de autorização para qualquer mulher dar esmolas, a não ser em caso semelhante.

A quem devem ser dadas as esmolas?

Àqueles que estão em necessidade (Efésios 4.28). Para melhor compreender esta resposta, devemos lembrar que existem três graus de necessidade.

O primeiro é a necessidade extrema, quando uma pessoa está totalmente desprovida dos meios de preservar a vida. O segundo é a grande necessidade, quando alguém tem muito pouco para sustentar a si e aos seus. O terceiro é a necessidade comum, quando a pessoa possui algo, mas ainda assim não é suficiente ou competente. Ora, aqueles que se encontram no primeiro e no segundo grau de necessidade são as pessoas que devem ser socorridas e aliviadas. Para comprovar isso, considerem estas passagens:

Mateus 25.35–36: “Tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e me deram de beber; estive nu, e me vestiram; estive doente, e me visitaram; estive na prisão, e foram ver-me.” Observe-se aqui quais pessoas Cristo recomenda que sejam aliviadas: o



faminto, o sedento, o nu, o enfermo, o desabrigado e o cativo.

Romanos 12.20: “Se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber.” Não devemos suprir apenas a necessidade de nossos amigos, mas também a de nossos inimigos.

1 Timóteo 5.16: “Se algum homem ou mulher crente tem viúvas, que as auxilie...” — para que haja suficiência para aquelas que são realmente viúvas. Aqui, as viúvas desoladas, sem amigos ou bens, são entregues à liberalidade da Igreja.

Levítico 25.35: “Se teu irmão empobrecer e vacilar a sua mão, tu o sustentarás como a um estrangeiro ou peregrino, para que viva contigo.” A “mão trêmula” se refere ao homem que trabalha arduamente para viver e, mesmo assim, não consegue obter o necessário, tendo de estender a mão àqueles em melhor condição.

A primeira questão adicional: Devemos dar esmolas aos mendigos?

Refiro-me àqueles que vão de porta em porta, pois se enquadram entre os necessitados.

Os mendigos são de dois tipos:

1. os fortes, capazes de trabalhar, e que podem fazer algo por sua subsistência;
2. os fracos e impotentes, incapazes de se esforçar para sustentar a si mesmos ou os seus.



O primeiro tipo não deve ser recebido. Para eles, o apóstolo deu esta regra: “*Se alguém não quer trabalhar, também não coma*” (2 Tessalonicenses 3.10,12). Todo homem deve viver do trabalho de suas próprias mãos e comer do seu próprio pão. Além disso, tais mendigos são ladrões e roubadores, pois furtam seu trabalho da Igreja e do Estado — e trabalho é tão valioso quanto terra e tesouro.

Na Lei Antiga, quando dois homens brigavam e um feria o outro, o agressor devia pagar não apenas pela cura, mas também pela perda do tempo de trabalho (Êxodo 21.19). Assim também deveriam esses mendigos sofrer punição tanto pelo roubo quanto pela perda de seu trabalho. E é verdade que aqueles que lhes dão, mantendo-os nessa vida ociosa, os sustentam em maldade. Entretanto, uma cautela deve ser lembrada: se tal homem estiver em necessidade extrema, ele deve ser ajudado, para que não pereça. E o magistrado deve puni-lo por sua ociosidade e obrigá-lo ao trabalho. O magistrado, digo; pois pessoas privadas não têm autoridade para punir nesse caso.

Quanto ao outro tipo, os incapazes de trabalhar, a Palavra de Deus não permite que recolham esmolas por si mesmos, mendigando de porta em porta. Eles devem ser socorridos em suas casas. Deuteronômio 15.4: “*Não haverá mendigo entre ti.*” Verso 11: “*Sempre haverá pobres na terra.*” Aqui o Espírito Santo faz clara diferença entre o pobre e o mendigo, proibindo um e ordenando que se ajude o outro. Paulo também distingue viúvas: algumas têm parentes ricos, que devem sustentá-las (1Tm 5.4); outras estão desamparadas de amigos e



parentes, e essas devem ser mantidas pela Igreja (v.16). Isso não aprova nem tolera a mendicância.

Além disso, o mendigar é o semillário de vagabundos, salteadores e pessoas errantes, sem vocação, nem vínculo com corporação, igreja ou estado. E publica ao mundo a vergonha do magistrado — que não reprime esse mal embora tenha autoridade — ou dos ricos e capazes — que não têm misericórdia ou compaixão. É ainda grande desordem no Estado, pois o mais ousado e clamador leva toda a esmola, e assim a ajuda é distribuída de modo imprudente e desigual. Embora a boa lei de nossa terra, conforme à lei de Deus, determine que ninguém mendigue se é capaz de trabalhar, e todos, pela consciência, devem zelar por seu cumprimento, ainda assim é praga de nossos tempos — e muito lamentável — que seja negligenciada e não executada.

A segunda questão adicional: *Devemos fazer distinção entre pessoas ao dar esmolas?*

Existem três diferenças entre os necessitados.

Primeira diferença: os que são “nossos”. São os de nossa casa — e quem não provê para eles é pior que um incrédulo (1Tm 5.8). Também os de nosso sangue, como pai e mãe (Mateus 15.5–6). Contrários a estes são os estranhos, aos quais não devemos dar antes dos nossos, a menos que haja causa justa e necessária; pois negligenciar os próprios para socorrer estrangeiros é pecado contra a lei da natureza.

Segunda diferença: os da casa da fé. A regra de Paulo é: preferi-los aos demais (Gálatas 6.10): *“Fazei o bem a todos, mas especialmente aos da família da fé.”*



Terceira diferença: alguns são nossos pobres locais — de nossa cidade, terra ou país — e outros são estrangeiros nesses mesmos aspectos. Embora sejamos devedores de todo bem que pudermos fazer, ainda assim aqueles que são mais próximos de nós em habitação e vizinhança devem ser socorridos primeiro. Assim ordena o Senhor (Deuteronômio 15.7). E, uma vez atendidos os próximos, podemos em seguida ajudar outros. Assim fez o bom samaritano, que praticou sua caridade sobre um desconhecido em necessidade (Lucas 10.33), razão pela qual foi elogiado por Cristo.

Quanto auxílio cada pessoa deve dar?

Devemos distinguir entre as esmolas de pessoas particulares e as de corporações ou igrejas. Quanto às esmolas de indivíduos, a Escritura não determina *quanto* deve ser dado, mas deixa isso ao juízo sábio de cada cristão. Contudo, deve-se lembrar o que o apóstolo diz: que quem semeia pouco colherá pouco; e novamente: “Cada um contribua segundo propôs no coração.” Por fim, ele dá um mandamento quanto à quantidade: que no primeiro dia da semana cada um ponha de parte, reservando conforme Deus o tiver prosperado; isto é, de acordo com a capacidade com que Deus o abençoou (1 Coríntios 16.2).

Mas duas advertências são apresentadas na Palavra quanto a essa medida:

Primeiro, não devemos dar esmolas de tal modo que outros fiquem aliviados e nós fiquemos sobrecarregados (2 Coríntios 8.13). Não é vontade de Deus que demos tudo o que temos e não conservemos



nada, mas que guardemos proporção em dar, fazendo o bem aos outros sem que fiquemos prejudicados ou oprimidos. Nossas fontes e rios devem correr para suprir a necessidade do estrangeiro, em uso (Provérbios 5.16–17); mas o direito deve permanecer nosso. Não devemos doar a fonte, a água e tudo. Lucas 3.11: “Quem tiver duas túnicas, reparta com quem não tem”; isto é, quem tem coisas necessárias e em abundância deve dar livremente, mas ainda assim conservar para si uma túnica.

Aqui o papista deve ser justamente censurado, pois ensina que é estado de perfeição dar tudo e viver de esmolas. Isso não pode ser verdade, pois contradiz o mandamento de Deus, que ordena dar alguma coisa e não tudo — uma túnica, não ambas — sendo, portanto, um estado de pecado e imperfeição, e não de perfeição.

Segundo, em caso de extrema necessidade (e não de outro modo), devemos nos habilitar a dar esmolas, ainda que seja vendendo nossos bens (Lucas 12.33: “Vendei o que tendes e dai esmolas”). O sentido de nosso Salvador é para o caso de extrema necessidade, quando não há outro meio de socorrer os que precisam. Davi observa que é próprio do homem misericordioso “distribuir e dar aos pobres” (Salmo 112.9). E isso foi praticado pela Igreja Primitiva em tempos de perseguição, em situação semelhante (Atos 4.34–35). E a igreja da Macedônia, embora estivesse em necessidade, ainda assim supriu a extrema carência de outras igrejas (2 Coríntios 8.1–2).

Agora, quanto às esmolas de comunidades e igrejas, esta é a regra: devem sustentar os pobres com coisas necessárias, adequadas e convenientes, como



comida, bebida e vestimenta (1 Timóteo 5.16). E isso serve para refutar um erro grosseiro mantido por papistas eruditos, que dizem que tudo o que alguém possui além do que é necessário para a natureza e a sua condição deve ser dado em esmolas. Mas a verdade é outra: uma pessoa pode e deve dar com mais liberalidade quando tem abundância, mas não é obrigada a dar tudo; pode reservar parte de sua superfluidade para o uso público da igreja e da comunidade. E é nesse sentido que nosso Salvador diz em Lucas 3.11: quem tem duas túnicas — isto é, coisas necessárias e supérfluas — deve dar apenas uma, e isso no caso de maior necessidade; significando que nem toda superfluidade deve ser dada em esmolas, exceto no caso já mencionado de extrema necessidade.

De quantas maneiras a pessoa deve dar esmolas?

De três maneiras. Primeiro, dando livremente ao pobre. Segundo, emprestando generosamente; pois isso, muitas vezes, é tão benéfico quanto dar. Para esse fim foi dada uma lei: Deuteronômio 15.8 — “Abrirás a mão ao teu irmão pobre, e lhe emprestarás o que lhe falta.” Lucas 6.35 — “Emprestai, sem esperar nada em troca.” Êxodo 22.25 — “Se emprestares dinheiro ao pobre que está contigo, não serás usurário para com ele; não o oprimirás com usura.” Terceiro, perdendo dívidas devidas, quando houver ruína e extrema pobreza. Êxodo 22.26–27: se tomares em penhor a roupa do teu próximo, devolverás antes do pôr do sol, pois é a sua única cobertura; em que se deitaria? Portanto, quando ele clamar a mim (por causa do frio e da necessidade), eu o ouvirei, pois sou misericordioso.



Segundo essa lei, Neemias exorta os príncipes e governantes dos judeus, que haviam oprimido seus compatriotas pobres, dizendo: “Restituí-lhes hoje o juro do dinheiro, do cereal, do vinho e do azeite que estais cobrando deles por empréstimo” (Neemias 5.11).

Como as esmolas devem ser dadas para que sejam boas obras e agradáveis a Deus?

Para o modo correto de dar, várias coisas são necessárias, mas especialmente estas seis:

Primeiro, o homem deve consagrar a si mesmo, e todos os dons que possui e desfruta, a Deus e à Sua honra. Esse dever é elogiado na igreja da Macedônia, pois “eles deram a si mesmos, primeiro ao Senhor, e depois aos necessitados, pela vontade de Deus” (2 Coríntios 8.5). E assim o profeta Isaías prediz que a cidade de Tiro, sendo convertida, deveria consagrar a si mesma e seus bens ao Senhor (Isaías 23.18): “Seu comércio e seus lucros serão consagrados ao Senhor; não serão entesourados nem guardados, mas seu comércio será para os que habitam perante o Senhor, para que comam suficientemente e tenham vestes duráveis.”

Em segundo lugar, devemos dar esmolas com fé.

Como assim? Primeiro, devemos estar persuadidos de que somos reconciliados com Deus em Cristo e estamos em Seu favor; então nossas esmolas serão aceitas. Pois nenhuma obra do homem pode agradar a Deus antes que a própria pessoa seja aprovada por Ele. Segundo, devemos depender de Deus pela fé quanto ao bom sucesso de nossas esmolas. São Paulo compara o pobre a um campo bem cultivado, e a esmola



ao semear da semente, que produz uma colheita abundantíssima de bênçãos (2 Coríntios 9.6). Ora, assim como o lavrador, lançando a semente na terra, espera em Deus pelo fruto (Tiago 5.7), assim também o homem piedoso que dá esmolas deve depender de Deus pelo resultado delas. Salomão diz: “Aquele que se compadece do pobre empresta ao Senhor, e Ele lhe recompensará o que fez” (Provérbios 19.17). Sobre esses fundamentos deve repousar nossa fé quando fazemos o bem ao pobre.

Em terceiro lugar, devemos dar com simplicidade (Romanos 12.8). “Aquele que distribui, faça-o com simplicidade”, isto é, por pura piedade e compaixão, e não por respeito humano, interesse, prazer ou louvor dos homens. “Quando deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a direita” (Mateus 6.3).

Quarto, devemos dar com amor. “Ainda que eu distribua todos os meus bens para sustento dos pobres... e não tiver amor, nada disso me aproveitará” (1 Coríntios 13.3).

Quinto, com justiça. Não devemos dar bens alheios, mas os nossos, adquiridos honestamente. Isaías 58.7: “O verdadeiro jejum é repartires o teu pão com o faminto, e recolheres em tua casa os pobres desabrigados...”

Sexto, com uma mente generosa e alegre. “Cada um contribua segundo propôs no coração; não com tristeza ou por necessidade, porque Deus ama ao que dá com alegria” (2 Coríntios 9.7). As esmolas não devem ser extorquidas, mas dadas de modo franco e livre. E daqui se conclui que não deveria haver mendicância de porta



em porta em uma comunidade cristã. Pois isso mostra que os homens dão esmolas com espírito mesquinho e constrangido. E assim conclui-se sobre o Remédio.

Seção 2. Em seguida vem o Fruto do Remédio, nestas palavras: *“E todas as coisas vos serão limpas.”*

Aqui, primeiro falarei do fruto falso, e depois do verdadeiro e correto fruto da liberalidade.

O falso fruto. O falso fruto é este: que dar esmolas merece o perdão do pecado e satisfaz a justiça de Deus quanto ao castigo temporal dele. Para que melhor se veja o erro dessa doutrina, responderei aos seus argumentos.

Objecção I. *Primeiro, eles alegam deste texto que dar esmolas torna todas as coisas limpas para nós.*

Resposta. Devemos entender o texto assim: Se nos voltamos para Deus, cremos em Cristo e deixamos todos os nossos pecados, então somos limpos, e todas as nossas ações — e, conseqüentemente, nossas esmolas — serão limpas para nós. Pois “para os puros, todas as coisas são puras”. Agora, esmolas e outras coisas são ditas limpas para o homem quando ele, sendo puro, faz delas um uso puro.

Objecção II. Daniel 4.24: “Redime os teus pecados dando esmolas...”

Resposta. Esse texto é contrário aos papistas: pois por *pecados*, o profeta entende tanto a culpa quanto o castigo. Já eles afirmam que a culpa do pecado só pode ser redimida por Cristo, e que o homem apenas deve satisfazer pelo castigo temporal. Em segundo lugar, a palavra que eles traduzem como *redimir* significa



propriamente (como no Targum caldeu) “romper”, “quebrar”. Como se o profeta dissesse: “Tu és, ó rei, um poderoso monarca, e tens praticado muita injustiça e crueldade; portanto, arrepende-te e rompe o curso dos teus pecados; e testifica teu arrependimento fazendo justiça e dando esmolas aos pobres que tens oprimido.” Em terceiro lugar, a palavra nas antigas traduções latinas significa “emendar”; e então o sentido é: “Emenda-te, e o curso da tua vida; que tua injustiça se torne justiça, e tua crueldade misericórdia.”

Objecção III. “Fazei amigos com as riquezas da injustiça, para que, quando vos faltarem, eles vos recebam nos tabernáculos eternos” (Lucas 16.9).

Resposta. O “receber” aqui mencionado não é por mérito, como se o homem pudesse merecer isso dando esmolas; mas ou por meio das orações fervorosas dos pobres, para que o benfeitor seja recebido, ou porque suas esmolas lhe serão um penhor e garantia de sua recepção no reino de Deus.

Objecção IV. Provérbios 16.6: “Pela misericórdia e pela verdade se purifica a iniquidade.”

Resposta. Primeiro, o sentido de Salomão é que é pela bondade de Deus — não pela nossa — que a iniquidade é perdoada. Segundo, se por misericórdia se entende a misericórdia humana, então devemos entendê-la assim: que misericórdia e verdade são sinais evidentes para nós de que nossos pecados foram perdoados, e não causas operantes da remissão.

Objecção V. Lucas 14.14: “E serás bem-aventurado, porque eles não te podem recompensar.”



Resposta. Quando Deus promete recompensa ao dar esmolas, a promessa não é feita à obra, mas ao obreiro — e isso não pelo mérito da pessoa ou da obra, mas somente por causa de Cristo, em quem ele está, e por cujo meio está reconciliado com Deus. Assim, os homens que praticam a caridade dando esmolas são recompensados com bem-aventurança, não por causa de suas esmolas, mas conforme a misericórdia de Deus em Cristo.

Agora segue o verdadeiro fruto da esmola, que consiste em quatro coisas:

Primeiro, elas são o caminho pelo qual devemos andar rumo à vida eterna. Digo *caminho*, não causa de vida ou de qualquer outro bem que Deus prometeu.

Segundo, elas são efeitos e frutos da nossa fé, sinais e selos da misericórdia de Deus para conosco em Cristo. Para esse fim, Paulo exorta Timóteo (1 Timóteo 6.17–19) a ordenar aos ricos deste mundo que façam o bem, sejam ricos em boas obras e prontos a distribuir, “ajuntando para si mesmos um bom fundamento para o futuro, para que possam alcançar a vida eterna.” Agora, onde este fundamento deve ser ajuntado? Não no céu, pois isso nos é impossível, e já está ajuntado para nós ali por Cristo; mas em nossas próprias consciências — isto é, na nossa certeza do favor de Deus nesta vida e da vida eterna na futura. E desse fundamento, estas e outras boas obras são sinais e selos para nós.

Terceiro, as esmolas entram no caminho da restituição dos bens adquiridos fraudulentamente, embora não saibamos de quem os tiramos. Assim, Zaqueu, em sua conversão, por danos que fizera e não



sabia a quem, deu metade de seus bens aos pobres e proclamou restituição a quem pudesse reclamá-la.

Por fim, as esmolas são um notável remédio contra a cobiça. Pois aquele que tem um coração misericordioso para socorrer os pobres facilmente se contentará com o que tem e evitará o pecado pelo qual, de outra forma, cairia em tentações e laços do Diabo (1 Timóteo 6.9).

CAPÍTULO 6

Da Justiça

Salmo 15.2 Aquele que anda em sinceridade e pratica a justiça.

A substância de todo o Salmo é uma pergunta e uma resposta. A pergunta é: quem são os membros da Igreja de Deus sobre a terra que hão de alcançar a vida eterna no céu? v.1. A resposta é dada no restante do Salmo. E nessa resposta está contida uma descrição das pessoas, por meio de suas propriedades e marcas. A primeira marca é andar em sinceridade — isto é, na verdade e na pureza da religião, o que consiste na sinceridade da fé e em uma boa consciência. A segunda marca é a prática da Justiça. Ora, a justiça, ou retidão, é dupla: a justiça do Evangelho e a justiça da Lei.

A justiça evangélica é aquela que o evangelho revela, e não a Lei; a saber, a obediência de Cristo em seus sofrimentos e no cumprimento da Lei, imputada aos



que creem para sua justificação; e isto não é o que se entende aqui. A justiça legal é aquela que a Lei revela e também requer. E ela é universal ou particular. A justiça universal é a prática de todas as virtudes, ou aquela pela qual o homem observa todos os mandamentos da Lei. Desta justiça Paulo fala em Romanos 10.5, onde a opõe à justiça que é pela fé. E Zacarias e Isabel são chamados justos diante de Deus, Lucas 1.6, isto é, por essa justiça universal, porque andavam em todos os mandamentos e ordenanças do Senhor, esforçando-se em tudo para agradá-lo.

A justiça particular é aquela pela qual damos a cada homem o que é seu direito ou devido; e é dela que Davi trata aqui. A razão é que, se não fosse assim, essa segunda marca abrangeria todas as outras, e assim não haveria uma distinção apropriada entre essas propriedades. A justiça particular é dupla: na distribuição ou na troca e contrato. A justiça na distribuição é aquela que mantém proporção ao dar a cada homem a honra, dignidade, reverência, recompensa ou punição que lhe é devida.

Sobre isso surgem principalmente duas questões:

Primeira Questão. Qual é o juízo que os homens devem dar e manter uns acerca dos outros?

O juízo é de dois tipos: público e privado.

O juízo público é aquele dado e administrado por uma pessoa pública, em um lugar público. Tal é o juízo do magistrado, quando absolve ou condena os homens conforme seus méritos, para punições temporais. Sobre isso podemos ler em 2 Crônicas 19.6; Salmo 58.1. Tal



também é o juízo do profeta ou ministro, pelo qual ele declara publicamente às pessoas que creem e se arrependem que seus pecados são perdoados ou retidos, 1 Coríntios 14.24; ou aquele pelo qual entrega pecadores obstinados a Satanás, pela censura da excomunhão ou suspensão, 1 Coríntios 5.3–5. O juízo privado é aquele pelo qual um homem julga outro em particular. E, quanto a isso, devemos considerar dois pontos. Primeiro, de quais coisas devemos julgar. Segundo, como devemos julgar.

Quanto ao primeiro: devemos julgar três tipos de coisas — os atos dos homens, suas doutrinas e suas pessoas. Quanto aos atos: o apóstolo Paulo não quer que tenhamos comunhão com as obras infrutíferas das trevas, Efésios 5.11, mas, antes, que as reprovemos, porque são sujeitas ao nosso juízo; e sendo por nós reprovadas, são por nós julgadas. E nosso Senhor ordena, por isso, que quando nosso irmão pecar contra nós, vamos e o repreendamos, porque suas ações estão sujeitas à nossa censura. (*nota 1.15*)

Segundo, as doutrinas dos homens devem ser julgadas por nós. “Examinai os espíritos, se procedem de Deus ou não”, 1 João 4.1. “O homem espiritual julga todas as coisas”, isto é, todas as doutrinas, 1 Coríntios 2.15. E nosso Senhor diz: “Vós os conhecereis pelos seus frutos”; isto é, em parte por sua doutrina e em parte por suas vidas, sendo julgados segundo a regra da Palavra de Deus, Mateus 7.20.

Terceiro, podemos julgar as pessoas dos homens. Agora, os homens são de dois tipos: ou estão dentro da Igreja ou fora dela. Os membros da Igreja devem ser



julgados pelo juízo da caridade, não pela infalibilidade. Quanto aos que estão fora da Igreja, devemos suspender nosso juízo acerca deles e deixá-lo a Deus. “Pois que tenho eu em julgar os que estão de fora?”, diz o apóstolo, 1 Coríntios 5.12. Podemos examinar a pessoa, mas devemos reservar o juízo de condenação somente a Deus.

O segundo ponto é: como devemos julgar uns aos outros?

O modo correto de julgar segundo a Palavra de Deus pode ser exposto em seis regras.

Primeira regra: se conhecemos algo bom em algum homem, seja uma virtude ou uma ação, devemos falar dela de boa vontade, elogiá-la e glorificar o nome de Deus nela e por ela. Assim Paulo afirma que as igrejas da Judeia, quando ouviram a palavra que ele pregava, glorificaram a Deus por sua causa, Gálatas 1.23.

Segunda regra: se conhecemos algum mal, pecado, vício ou ofensa em qualquer homem, há um tempo em que podemos e um tempo em que não podemos falar disso com boa consciência. Para guardar melhor esta regra, quatro cautelas devem ser lembradas.

Primeiro, aquele que pretende sentenciar outro homem deve primeiro purificar e reformar a si mesmo. Para esse fim, Cristo ordena que primeiro tiremos a trave do nosso próprio olho, e então veremos claramente para tirar o argueiro do olho de nosso irmão, Mateus 7.5. E quem não faz isso, ao julgar outro, condena a si mesmo, Romanos 2.1.



Segundo, devemos estar correta e verdadeiramente informados acerca do assunto antes de dar juízo. Este foi o procedimento do próprio Deus, que desceu para ver se o pecado de Sodoma era correspondente ao clamor, Gênesis 18.21.

Terceiro, nosso amor e caridade devem ordenar e dirigir tanto nossa fala quanto nosso juízo dos outros, para que não falemos deles sem deliberação. Pois aquele que, por ódio, relata o mal que conhece de outro é um difamador. Quando Doegue, o edomita, veio e contou a Saul que Davi tinha ido à casa de Abimeleque, ele não disse mais do que a verdade; e ainda assim, porque procedeu de um coração mau, Davi o acusa de ódio, difamação, calúnia e injustiça, Salmo 52.1–2.

Quarto, aquele que fala do mal que sabe acerca de seu próximo deve ter o testemunho de sua própria consciência de que possui um chamado para fazê-lo. Agora, um homem é chamado por Deus em três casos: primeiro, quando é ordenado pelo magistrado a testemunhar o que sabe; segundo, quando um mal presente em seu próximo precisa ser corrigido por meio de admoestação; terceiro, quando um mal deve ser prevenido para que não se espalhe e infecte outros.

Observadas essas cautelas, podemos falar do mal que conhecemos acerca de outros, de forma verdadeira e com consciência reta. Mas, se isso não puder ser evitado, antes que um homem divulgue amplamente as falhas dos outros de que é ciente, ele deve ficar em silêncio, lembrando sempre o ditado de Salomão: que é glória de um homem passar por cima de uma ofensa e não dar



atenção a ela, mas, por amor, cobrir uma multidão de pecados, Provérbios 19.11.

Terceira Regra. Quando a fala ou a ação de um homem é duvidosa, podendo ser interpretada tanto de modo bom quanto mau, devemos sempre interpretá-la pelo melhor lado. Quando Cristo foi levado diante de Caifás, o sumo sacerdote, vieram duas testemunhas contra Ele, afirmando algo que Ele havia dito; mas, como mudaram e deturpam Suas palavras, torcendo-as para um sentido errado, por isso o Espírito Santo as chama, para sua perpétua vergonha e reprovação, de falsas testemunhas (Mt 26.60). Além disso, o apóstolo diz que o amor não pensa o mal (1Co 13.5); portanto, o amor toma toda fala e ação no melhor sentido.

Quarta Regra. Quanto às ofensas secretas do nosso próximo, devemos suspender nosso julgamento sobre elas. A razão é que o amor sempre espera o melhor e não pensa o mal (1Co 13.5). E a regra do nosso Salvador é: Se teu irmão pecar contra ti, repreende-o primeiro em particular, entre ti e ele; e não prossigas além disso, se isso puder surtir efeito (Mt 18.15).

Quinta Regra. “Contra um presbítero, não recebas acusação senão com duas ou três testemunhas” (1Tm 5.19). Por “presbítero”, entende-se ministros, governadores civis e todos os superiores. E, se não devemos receber acusação, muito menos podemos formar uma acusação contra eles. Esta deve ser uma lição para todos os inferiores, que tomam liberdade para si mesmos de falar o que lhes agrada de seus governantes.



Sexta Regra. Diz respeito aos ministros. “O espírito dos profetas está sujeito aos profetas, e não a pessoas privadas” (1Co 14.32). De fato, pessoas privadas têm poder para examinar e provar a doutrina e o ministério; mas não devem ir além disso, pois não têm poder para julgar nem a doutrina de seus ministros nem suas pessoas. A doutrina e as maneiras dos mestres estão sujeitas somente ao juízo dos profetas. Por exemplo: um homem privado diz que pode excomungar, a seu prazer, aqueles que pecam, se ele seguir os três graus mencionados em Mateus 18. Mas isso é uma falha nele; pois ele não deve julgar por conta própria nesse caso, mas sim seguir o julgamento da Igreja. E, quando a Igreja tiver dado o juízo, então o particular pode proceder a censurar — e não antes. Assim diz nosso Salvador Cristo (Mt 18.17): “Se não ouvir a Igreja, depois que a Igreja o julgar, seja para ti como um gentio e publicano”.

Se for feita a pergunta: Como um homem pode, com boa consciência, julgar a si mesmo? Respondo observando duas regras. Primeiro: o homem deve sempre, na presença de Deus, julgar a si mesmo quanto aos seus pecados, tanto do coração quanto da vida (1Co 11.31): “Se nós nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados”. E esse julgamento de si deve ser imparcial, severo, com verdadeira humilhação e humildade de coração; pois isso é fundamento para todo juízo caridoso dos outros. Segundo: diante dos homens, o indivíduo deve reprimir seu julgamento sobre si mesmo e permanecer em silêncio; ninguém é obrigado a se louvar ou culpar, a se desculpar ou acusar e condenar perante outros; e a graça deve ensiná-lo a não se vangloriar



inutilmente de seus dons e ações, mas antes enterrá-los no silêncio e deixá-los ao julgamento alheio.

Para concluir este ponto: a doutrina apresentada é extremamente necessária para estes tempos. Pois o costume da maioria é julgar apressadamente e de modo perverso os outros; mas a si mesmos se louvam, e muito. Se algo mau é dito ou feito, todos devem saber. Se algo é duvidoso, sempre é interpretado pelo pior lado. Se algo é feito por fraqueza ou enfermidade, agravamos e fazemos disso um pecado duplo. Somos curiosos em investigar e vasculhar a vida alheia, para termos algo a criticar. Mas lembre-se disto: assim como julgamos, seremos julgados — primeiro por Deus, com condenação; depois pelos homens, com juízo duro e desigual. Além disso, o que faz com que outros estejam sempre de boca aberta para declarar e censurar nossas falhas, senão o fato de abrímos nossa boca para a desgraça e difamação dos outros? Portanto, se queremos que os outros julguem a nós e nossas ações com amor, devemos também ter consciência de julgar os outros caridosamente.

Como deve um homem honrar outro?

Para honrarmos corretamente os homens, devemos primeiro conhecer as causas pelas quais eles devem ser honrados. E, para que essas causas sejam entendidas, estabeleço este princípio: A honra, em primeiro lugar, principal e propriamente, deve ser dada a Deus. (1Tm 1.17) “Ao único Deus sábio, sejam honra e glória.” A razão disso está na Oração do Senhor: *porque d’Ele é o reino, o poder e a glória*. Além disso, Deus é bondade em essência; Sua bondade e Seu ser são um só; portanto, a honra é devida a Ele em primeiro lugar.



Agora, toda criatura, à medida que se aproxima de Deus, torna-se honrável — e tanto mais quanto mais se aproxima. Mas o homem, especialmente, quanto mais se aproxima de Deus nas coisas divinas, tanto mais deve ser honrado em relação às demais criaturas. Desse princípio surgem as seguintes conclusões:

I. O homem deve ser honrado, antes de tudo, por causa da virtude, pois nela consiste principalmente a imagem interna de Deus. (Rm 2.10) “A todo aquele que faz o bem, glória, honra e paz — primeiro ao judeu...” Mas quem é o judeu? Paulo responde (v. 29): não é o que o é exteriormente, mas aquele que o é no interior; a circuncisão é do coração. E Salomão diz: “A honra não fica bem ao insensato” (Pv 26.1). E o Espírito Santo aos hebreus afirma que, pela fé, os antigos alcançaram bom testemunho. Os pagãos também sabiam algo disso: o romano Marco Marcelo dedicou um templo à deusa Honra, e o caminho até esse templo passava pela casa da Virtude.

II. Segunda conclusão. O homem deve ser honrado não somente pela virtude, mas também pelas representações divinas de outros bens, isto é, porque ele reflete algo que está em Deus.

Exemplos:

1. Majestade — O rei é honrado porque, em sua dignidade, carrega uma semelhança do poder e glória de Deus. Daí Daniel dizer a Nabucodonosor: “Ó rei, tu és rei dos reis; porque o Deus do céu te deu o reino, o poder, a força e a glória” (Dn 2.37).



2. Domínio — O marido deve ser honrado pela esposa porque ele representa, diante dela, a imagem da providência, sabedoria, senhorio e governo de Deus (1Co 11.7).
3. Paternidade — O pai é honrado pelo filho porque carrega em si a imagem da paternidade divina.
4. Eternidade — O ancião é honrado diante do jovem porque representa a imagem de maior permanência e antiguidade.

Assim, representações divinas imprimem excelência em certas pessoas e, conseqüentemente, produzem honra.

III. Os homens devem ser honrados até mesmo pelas virtudes de outros. Assim, os filhos de príncipes são chamados príncipes; os filhos de nobres são considerados nobres; dignidades passam por herança; e a posteridade é honrada pelo nome dos ancestrais — principalmente por causa das virtudes desses ancestrais.

IV. Os homens devem ser honrados por suas riquezas, não simplesmente por serem ricos, mas pelo bom uso delas — quando as riquezas se tornam instrumentos para sustentar e promover a virtude.

Se alguém objetar que honrar os ricos é mostrar aceção de pessoas (Tg 2.1), respondo: O texto não proíbe honrar ricos, mas censura quando a riqueza é preferida à piedade, quando ricos ímpios são honrados e pobres piedosos são rejeitados por serem pobres.

Agora, tendo estabelecido o fundamento, damos a resposta à pergunta proposta: O homem deve honrar a cada um em seu lugar — superior, igual ou inferior. E há



até um tipo de honra que um homem deve dar a si mesmo. A verdade disso será vista nos pontos seguintes.

Seção 1. *Quanto à honra devida aos superiores, devem ser observadas as seguintes regras.*

Primeiro: Todos os superiores devem receber reverência, seja por serem superiores em idade, em dons, em autoridade ou de qualquer outra forma — e isso simplesmente porque são superiores. As ações de reverência devidas a todos os superiores são principalmente seis:

I. Levantar-se diante do superior. Levítico 19.32: “Diante das câs te levantarás e honrarás a face do ancião.”

II. Ir ao encontro deles quando se aproximam de nós. Assim fez Abraão quando viu os três anjos vindo em sua direção: correu ao encontro deles desde a porta da tenda (Gn 28.2). E o rei Salomão, quando sua mãe Bate-Seba veio falar-lhe por causa de Adonias, levantou-se para encontrá-la (1Rs 2.19).

III. Ajoelhar-se diante do superior. No Evangelho, certo homem, ao encontrar Cristo no caminho, ajoelhou-se diante dele (Mc 10.17). Abraão também correu ao encontro dos três anjos e prostou-se até a terra (Gn 28.2), assim como se prostou diante do povo da terra dos hititas (Gn 23.7).

IV. Dar-lhes o primeiro e mais elevado assento ou lugar. Jesus ensina isso na parábola daqueles convidados a um banquete, instruindo que deem aos mais honoráveis o lugar de maior honra (Lc 14.7). E os irmãos de José são elogiados por sentarem-se



segundo a ordem de idade, do mais velho ao mais novo (Gn 43.33). *Observação:* embora entre os homens a mão direita seja sinal de superioridade, na Escritura ocorre o contrário. No Credo, “sentado à direita do Pai” indica a inferioridade do Mediador em relação ao Pai, embora seja símbolo de sua superioridade em relação à Igreja. Assim também em 1Rs 2.19, quando Bate-Seba senta-se à direita de Salomão, isso indica a superioridade que ele lhe confere diante do povo, mas também a inferioridade dela em relação ao próprio Salomão. Esse costume é frequente tanto nas Escrituras quanto em autores humanos.

V. Dar-lhes prioridade na fala. Assim fez Eliú, amigo de Jó: por ser o mais jovem, não ousou expor sua opinião até que Jó e os anciãos tivessem falado; somente quando eles cessaram, ele respondeu em sua vez (Jó 32.6–7, 17).

VI. Dar títulos de reverência. Sara, seguindo essa regra, chamou Abraão de “senhor” (1Pe 3.9). O homem do Evangelho chamou Cristo de “Bom Mestre” (Mc 10.17). E Ana, repreendida por Eli, respondeu com reverência: “Não, meu senhor” (1Sm 1.15).

A segunda regra sobre honra aos superiores trata mais especificamente daqueles que têm autoridade: eles também devem ser honrados. E essa honra se manifesta em quatro aspectos:

Reverência especial. Consiste em dois deveres:

- Ficar de pé quando o superior está sentado. Assim fez Abraão: depois de receber os anjos e preparar-



lhes comida, serviu-os de pé, sob a árvore, enquanto eles comiam (Gn 18.8). Do mesmo modo, quando Moisés se sentava para julgar, todo o povo ficava em pé ao redor dele, do amanhecer ao anoitecer (Êx 18.13).

- Não falar sem permissão. Isso deve ser sempre observado, especialmente nos tribunais. Paulo, quando foi levado diante do governador Félix, não proferiu palavra até que o governador lhe fez sinal dando permissão (At 24.10).

Submissão. Submissão é mais ampla que obediência: é a condição de inferioridade na qual suspende-se a própria vontade e razão, fazendo-as depender da vontade do superior — em tudo o que for lícito e honesto.

Obediência. Obediência é cumprir as ordens explícitas do superior, em tudo o que for lícito e honesto. Ela inclui diversos pontos:

1. Deve ser feita “no Senhor” e “como ao Senhor”. “Tudo quanto fizerdes, fazei-o de coração, como ao Senhor e não aos homens” (Cl 3.23).
2. Deve ser prestada mesmo a superiores maus. Pedro ordena que servos sejam submissos não só aos bons e cordiais, mas também aos perversos (1Pe 2.18).
3. Deve ser prestada mesmo quando vemos falhas neles. Suas fraquezas não anulam nosso dever, pois o mandamento de honrar pai e mãe é geral e sem exceção.
4. Deve ser prestada a delegados da autoridade — até delegados de delegados. “Sujeitai-vos a toda



ordenança humana por causa do Senhor, quer ao rei... quer aos governadores enviados por ele...” (1Pe 2.13–14).

5. Mesmo punições injustas devem ser suportadas sem resistência, até encontrarmos remédio. “Isto é louvável: que alguém, por causa da consciência para com Deus, suporte tristezas sofrendo injustamente” (1Pe 2.19). Assim, o anjo ordenou que Agar voltasse e se submetesse à sua senhora, mesmo após ter sido duramente afligida (Gn 16.9).

Ação de graças. Devemos agradecer a Deus pelos superiores — por seus esforços, autoridade e dons. Paulo ordena que se façam “orações, intercessões e ações de graças pelos reis e por todos os que exercem autoridade” (1Tm 2.1), pois, estando sobre nós, somos beneficiados por seus dons e autoridade (Gn 45.9).

Seção 2. *Em segundo lugar, consideremos a honra devida aos nossos iguais. Há duas regras:*

Primeira Regra. Os iguais devem considerar os outros como superiores a si mesmos. Assim Paulo exorta: com humildade, sem contenda ou vanglória, considerem os outros superiores a si mesmos (Fp 2.3).

Segunda Regra. Os iguais, ao dar honra, devem preferir-se uns aos outros. Romanos 12.10: o apóstolo não diz “tomar honra”, porque o dever prescrito não concerne a todos, mas apenas a aqueles de condição igual.

Terceira Seção. O terceiro grupo a quem se deve honra são os inferiores. A honra que lhes é devida consiste em, sem qualquer desprezo, tratá-los como irmãos, em mansidão de espírito.



- Deus ordena ao rei que “não eleve seu coração acima de seus irmãos” (Dt 17.20).
- Jó declara que não desprezou a causa de seu servo ou serva quando estes contendessem com ele (Jó 31.13).
- Naamã, o sírio, não achou desonra receber conselho de seus servos (2Rs 5.13).

É verdade que os superiores devem manter seu estado e posição; mas também devem respeitar os inferiores, sem zombaria nem desprezo.

Seção 3. Por fim, há um tipo de honra que deve ser prestada ao próprio homem, e é esse dever que o apóstolo exorta em Filipenses 4.8, quando diz: “Se há alguma virtude, se há algum louvor, seja isso o que ocupe o vosso pensamento.” Com isso, ele deseja ensinar-nos não apenas a cuidar da honra de nossos superiores, iguais e inferiores, mas até mesmo da nossa própria honra, buscando a virtude e o louvor que dela procede.

Mas como pode um homem honrar a si mesmo de maneira justa?

Observando duas regras.

Primeira Regra. Devemos preservar a nós mesmos em corpo e alma; especialmente, devemos guardar o corpo para que não seja feito instrumento de pecado. Pois, quando usamos nossos corpos como instrumentos de impureza, trazemos vergonha sobre eles. E é vontade de Deus que cada um saiba “possuir o seu vaso em santidade e honra” (1Ts 4.4–5). E o que é dito do corpo deve ser



entendido também da mão, do coração, da língua e de todas as suas partes e membros.

Segunda Regra. Se quisermos realmente honrar a nós mesmos, devemos honrar a Deus em todos os nossos caminhos. Pois Deus honrará aqueles que O honram (1Sm 2.30). Agora, honrar a Deus é honrá-lo conforme a sua vontade e a sua Palavra, nos deveres de boa consciência e boa vida. Pelo contrário, aqueles que desonram a Deus, Deus os desonrará diante de todo o mundo. E isso deve nos ensinar a dedicar-nos a Deus e à sua providência em todo o curso de nossas vocações, seja na Igreja ou no Estado.

[FIM]





TRATADO SOBRE O MAIOR CASO DE CONSCIÊNCIA

**Como um homem pode saber se é filho de
Deus ou não.**

Resolvido pela Palavra de Deus

**Ao qual se acrescenta um breve discurso,
extraído de Zanchius**

Segunda Epístola de Pedro 1.10

*“Empenhai toda diligência para confirmar a vossa
eleição, porque, fazendo estas coisas, nunca
tropeçareis.”*

**EDIMBURGO, IMPRESSO POR ROBERT
WALDEGRAVE, IMPRESSOR DE SUA
MAJESTADE O REI. 1592.**



AO LEITOR PIEDOSO

Na Igreja de Deus, comumente aqueles que são tocados pelo Espírito e começam a avançar na religião ficam muito perturbados com o temor de que não são filhos de Deus — e ninguém tanto quanto eles mesmos. Por isso, frequentemente pensam sobre este ponto e não ficam em paz até encontrarem alguma resolução.

O Espírito de Deus, conhecendo melhor que todos o estado dos filhos de Deus, registrou duas passagens da Sagrada Escritura para a plena resolução deste caso: a saber, o Salmo 15 e a Primeira Epístola de São João. E para ajudar os simples e os não instruídos, que desejam ser informados acerca do seu estado, propus essas duas partes da Escritura em forma de diálogo; e acrescentei também um pequeno discurso sobre o mesmo assunto, escrito em latim por H. Zanchius, um erudito teólogo, e agora traduzido para o inglês.

Usa este meu trabalho para teu benefício e consolo; e que o Senhor aumente o número daqueles que podem alegrar-se porque seus nomes estão escritos no céu.

- W. Perkins



A PRIMEIRA EPÍSTOLA DE JOÃO, NA FORMA DE UM DIÁLOGO ENTRE JOÃO E A IGREJA

CAPÍTULO 1

IGREJA. Muitos entre nós negam a divindade, e muitos a humanidade de Cristo.

JOÃO. (1) Aquilo que era desde o princípio (e portanto verdadeiro Deus), o que ouvimos (a saber, falando), o que vimos com estes nossos olhos, o que contemplamos, e estas nossas mãos tocaram, acerca da Palavra (não a palavra sonora, mas a Palavra essencial do Pai) da vida (vivendo por si mesma e dando vida a todas as outras).

IGREJA. Antes que prossigas, esta Palavra da vida é invisível; como então pôde ser vista?

JOÃO. (2) Porque aquela vida foi manifestada (isto é, na carne), e nós (eu com muitos outros) a vimos, e damos testemunho, e vos anunciamos a vida eterna, que estava com o Pai (eternamente antes desta manifestação) e foi manifestada a nós.

IGREJA. Menandro, Ebion e Cerinto, tendo sido mestres entre nós, negam com confiança essas coisas que dizes; e nos fazem crer que procuram o nosso bem.



JOÃO. (3) Aquilo (que repetirei novamente, para maior certeza) que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que também tenhais comunhão conosco; e a nossa comunhão seja com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo.

(4) E estas coisas vos escrevemos, para que a vossa alegria seja completa (isto é, para que tenhais sólida consolação em vossas consciências).

IGREJA. Então estabelece para nós algum fundamento pelo qual possamos chegar à certeza de que temos comunhão uns com os outros e com Cristo.

JOÃO. (5) Esta, pois, é a mensagem que dele ouvimos e vos anunciamos: que Deus é luz (isto é, a própria pureza e bem-aventurança; enquanto homens e anjos não o são senão por participação), e nele não há trevas.

IGREJA. Alguns que fazem profissão entre nós continuam ainda em seu antigo curso e modo de vida; e, contudo, dizem que têm comunhão com Deus.

JOÃO. (6)¹ Se dissermos que temos comunhão com ele e andarmos (isto é, conduzirmos o curso de nossas vidas) em trevas (isto é, ignorância, erro, impiedade), mentimos (dissimulamos) e não praticamos a verdade (não agimos com sinceridade).

IGREJA. Qual, então, é o verdadeiro sinal daquele que tem comunhão com Deus?

¹ Profissão sem prática, evidência de um hipócrita.



JOÃO. (7) Se andarmos na luz (isto é, conduzirmos o curso de nossas vidas em sinceridade de vida e de doutrina), temos comunhão uns com os outros.²

IGREJA. Estamos tão contaminados pelo pecado que muitas vezes duvidamos se de fato temos comunhão com Deus.

JOÃO. E o sangue de Jesus Cristo, seu Filho, nos purifica de todo pecado.

IGREJA. Alguns entre nós chegaram a tal ponto que dizem não ter pecado algum, e que esse estado é sinal de comunhão com Deus.

JOÃO. (8) Se dissermos que não temos pecado,³ enganamo-nos a nós mesmos (imaginando ser verdadeiro aquilo que não é), e a verdade não está em nós.

IGREJA. Como então podemos saber que nossos pecados foram lavados por Cristo?

JOÃO. (9) Se confessarmos os nossos pecados (isto é,⁴ com coração humilhado, desejando perdão), ele é fiel e justo (em cumprir sua promessa) para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça.

(10) Se dissermos (como aqueles antes mencionados dizem) que não pecamos, fazemos dele mentiroso (cuja palavra afirma o contrário), e a sua

² Sinceridade de vida e religião, uma evidência de comunhão com Deus.

³ Professar a santificação perfeita nesta vida é sinal de hipocrisia.

⁴ A humilde confissão de pecado a Deus é uma evidência de remissão do pecado.



palavra não está em nós (sua doutrina não tem lugar em nossos corações).

CAPÍTULO 2

IGREJA. Se é verdade o que foi dito, que o sangue de Cristo purifica de todo pecado, e que, se os confessarmos, eles serão perdoados, nossa corrupção nos diz que podemos pecar livremente.

JOÃO. (1) Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis.

IGREJA. Ah, nós caímos frequentemente por fraqueza; que faremos então?

JOÃO. Se alguém pecar, temos um advogado (que, em seu próprio nome e por seus próprios méritos, pleiteia a nossa causa) junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo (e portanto apto para fazer intercessão).

IGREJA. Mas como pode cada um de nós, em particular, saber que Cristo é seu advogado?

JOÃO. (2) Ele é a propiciação (isto é, uma cobertura do pecado, ou reconciliação, assim como o propiciatório da Arca cobria a lei), e não somente pelos nossos pecados, mas também pelos pecados do mundo inteiro (não somente dos judeus, mas também dos gentios de todas as classes).

IGREJA. Supondo que eu saiba que ele é meu advogado, não posso ser enganado? Como posso saber que esse meu conhecimento é eficaz para a salvação?



JOÃO. (3) Nisto sabemos que o conhecemos (aqui se entende aquele conhecimento⁵ pelo qual o homem aplica Cristo e todos os seus benefícios à sua própria alma): se guardarmos (guardar não é cumprir perfeitamente, mas ter cuidado e desejo de fazê-lo; pois Deus, por sua misericórdia, em seus servos aceita a vontade pelo feito) os seus mandamentos.

IGREJA. Muitos entre nós professam conhecer Cristo, mas suas vidas não correspondem.

JOÃO. (4) Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso,⁶ e a verdade não está nele.

IGREJA. Como pode ser provado que o esforço para guardar os mandamentos de Deus é um sinal de fé e de comunhão com Cristo?

JOÃO. (Aquele em quem o amor de Deus é perfeito pode, por isso, saber que está em Cristo.)

(5) Mas aquele que guarda a sua palavra, nele verdadeiramente o amor de Deus (isto é, não o amor com que Deus o ama, mas aquele com que ele ama a Deus) é perfeito de fato (isto é, perfeição sincera e sólida, oposta não à imperfeição, mas à hipocrisia): por isso sabemos que estamos nele.

(6) Aquele que diz que permanece nele deve também andar como ele andou (e portanto necessariamente deve esforçar-se nos mandamentos).

⁵ Um esforço para cumprir os mandamentos , um sinal de fé.

⁶ Fé sem obediência, uma característica de um hipócrita.



IGREJA. Declara-nos alguns dos principais desses mandamentos.

JOÃO. (7) Irmãos, não vos escrevo um mandamento novo, mas um mandamento antigo que tendes ouvido desde o princípio: esse mandamento antigo é a palavra que ouvistes desde o princípio.

(8) Outra vez, um mandamento novo vos escrevo, o que é verdadeiro (isto é, que o mandamento é novo, o qual ele agora escreve) nele (que renova o mandamento antigamente dado a Moisés) e também em vós; porque as trevas passaram (isto é, o endurecimento da mente dos homens sob o Antigo Testamento, pelo qual eles apenas em pequena medida compreendiam a palavra), e agora brilha a verdadeira luz (uma medida maior de iluminação; assim como a escrita das leis de Deus não em tábuas de pedra, mas nos corações de carne, de modo que sejam transformados à obediência delas).

IGREJA. Muito bem: estabelece esse mandamento que é tão antigo e agora foi renovado.

JOÃO. (9)⁷ Aquele que diz (como muitos entre vós dizem) que está na luz (isto é, que foi abundantemente iluminado e nasceu de novo) e odeia seu irmão, está em trevas (sob o estado de condenação, ainda não verdadeiramente regenerado) até agora.

⁷ Profissão ligada ao ódio e à malícia, sinal de um hipócrita



(10) Aquele que ama seu irmão⁸ permanece na luz (é verdadeiramente iluminado e regenerado), e nele não há tropeço (isto é, ele não dará ocasião de mal).

(11) Mas (ao contrário) aquele que odeia seu irmão está em trevas e anda em trevas (conduz sua vida em ignorância e impiedade) e não sabe para onde vai, porque as trevas cegaram os seus olhos.

IGREJA. O que te move a nos apresentar todos esses sinais e marcas do nosso novo nascimento e da comunhão com Cristo?

JOÃO. (12) Filhinhos, escrevo-vos porque os vossos pecados vos são perdoados por causa do seu nome (isto é, por Cristo e por seus méritos; para que sejais certificados para vosso consolo acerca disso). (E para que nenhuma classe de pessoas entre vós duvide disso)

(13) Escrevo-vos, pais, porque vós (que gostais de falar e ouvir acerca de coisas antigas) conhecestes aquele (isto é, Cristo) que é desde o princípio. Escrevo-vos, jovens, porque vós (que gostais de mostrar vossa força e valentia) vencestes o maligno (isto é, Satanás).

(14) Escrevo-vos, filhinhos (que sempre gostam de estar sob as asas do Pai), porque conhecestes o Pai. (E novamente, porque somos lentos para perceber e lembrar aquilo que é bom para nós.)

Escrevi-vos, pais, porque conhecestes aquele que é desde o princípio. Escrevi-vos, jovens, porque sois

⁸ Amor ao nosso irmão, um sinal de regeneração.



fortes, e a palavra de Deus permanece em vós, e vencestes o maligno.

IGREJA. Se estamos no estado de graça sob o favor de Deus em Cristo, como podemos permanecer nele?

JOÃO. (15) Não ameis o mundo (o estado corrupto da humanidade fora de Cristo), nem as coisas que estão no mundo. Pois, primeiro, se alguém ama o mundo, o amor do Pai (com que ele ama o Pai) não está nele.

(16) Em segundo lugar, tudo o que há no mundo — a concupiscência da carne (a corrupção da natureza, que principalmente se manifesta em maus desejos), a concupiscência dos olhos (o fruto da anterior, despertado por provocações externas, especialmente pelos olhos, como se vê no adultério e na cobiça) e a soberba da vida (isto é, arrogância e ambição entre os homens na convivência comum da vida) — não procede do Pai, mas do mundo.

(17) E, em terceiro lugar, o mundo passa, e também a sua concupiscência; mas aquele que faz a vontade de Deus permanece para sempre.

IGREJA. Que outras coisas devemos fazer para continuar firmes?

JOÃO. (18) Filhinhos, já é a última hora; e, como ouvistes que o Anticristo virá (um Anticristo especial, o principal entre todos os outros, que agora se manifesta ser o Papa de Roma), já agora muitos anticristos têm surgido (hereges que negam ou as naturezas de Cristo, ou



os seus ofícios, ou a união e distinção de suas naturezas); pelo que sabemos que é a última hora.

IGREJA. Aqueles que chamas de anticristos eram de nossa companhia e professavam como nós.

JOÃO. (19) Eles saíram do nosso meio, mas não eram dos nossos; porque, se fossem dos nossos, teriam permanecido conosco. Mas isso aconteceu para que se manifestasse que nem todos são dos nossos.

IGREJA. Como podemos estar seguros de nossa permanência na graça? Pois podemos cair assim como eles.

JOÃO. (20) Mas vós tendes a unção⁹ (a graça do Espírito Santo de Deus, representada pela unção no Antigo Testamento) daquele que é santo (Cristo, Lucas 1.15), e sabeis todas as coisas.

IGREJA. Se sabemos todas as coisas, então não precisas escrever-nos acerca dessas matérias.

JOÃO. (21) Não vos escrevi porque não conheceis a verdade, mas porque a conheceis, e porque nenhuma mentira procede da verdade (isto é, podeis distinguir entre a sã doutrina do Evangelho e os erros).

IGREJA. Qual é essa mentira de que falas?

JOÃO. (22)¹⁰ Quem é o mentiroso (um enganador, um sedutor), senão aquele que nega que

⁹ O espírito de Deus habitando no coração, um sinal de perseverança.

¹⁰ Os papistas negam que Jesus seja o Cristo, pois, embora o magnifiquem em palavras, em sua doutrina, por consequência necessária, negam que ele seja rei, sacerdote e profeta.



Jesus é o Cristo (o Messias ou Salvador da humanidade)?
Esse mesmo é o anticristo, que nega o Pai e o Filho.

IGREJA. Aqueles de quem falas (dizem eles) defendem a doutrina de Deus tanto quanto nós; e costumam chamá-lo de seu Pai.

JOÃO. (23) Todo aquele que nega o Filho não tem o Pai.

IGREJA. Que concluis disso, se é a última hora, como disseste?

JOÃO. (24) Permaneça, portanto, em vós o mesmo (ensinamento acerca de Cristo) que ouvistes desde o princípio (que os apóstolos pregaram,¹¹ e antes deles os profetas, desde o princípio do mundo). Se aquilo que ouvistes desde o princípio permanecer (crendo e obedecendo) em vós, também permanecereis no Filho e no Pai.

(25) E esta é a promessa que ele nos fez: a saber, a vida eterna.

IGREJA. Não conseguimos persuadir-nos da perseverança, visto que os homens entre nós tão frequentemente se afastam de Cristo.

JOÃO. (26) Estas coisas vos escrevi a respeito daqueles que vos enganam (não querendo dizer que sejam de vós, como parece que pensais).

¹¹ Perseverança no conhecimento e obediência do Evangelho, sinal de comunhão com Cristo.



(27) Mas a unção (o Espírito que recebestes de Cristo e que vos guiou em toda a verdade) que recebestes dele permanece em vós (habita em vós e assim continuará), e não tendes necessidade de que alguém vos ensine (qualquer outra doutrina além desta que já aprendestes); mas, como a mesma unção vos ensina todas as coisas, e é verdadeira e não mentirosa, e como ela vos ensinou, permanecereis nele.

(28) E agora, filhinhos, permaneço nele, para que, quando ele aparecer, nós (sendo justificados em Cristo) tenhamos confiança e não sejamos envergonhados (nem Satanás, nem nossas consciências nos acusando de pecado) diante dele na sua vinda.

IGREJA. Ainda estamos em dúvida, voltando ao que disseste antes: como o esforço para guardar os mandamentos pode ser sinal de comunhão com Cristo?

JOÃO. (29) Se sabeis que ele (Deus) é justo, sabeis também que todo aquele que pratica a justiça é nascido dele (assim como se reconhece que um filho tem tal homem por pai, porque se parece com ele).

CAPÍTULO 3

IGREJA. Somos então nascidos de Deus?

JOÃO. (1) Vede que grande amor o Pai nos concedeu, para que fôssemos chamados filhos de Deus.

IGREJA. O mundo não nos considera como filhos e filhas de Deus, mas como a escória e o refugo do mundo.



JOÃO. Por isso o mundo não vos conhece, porque não o conhece a ele.

IGREJA. Podem os filhos de Deus estar sujeitos a tais fraquezas e misérias como nós estamos?

JOÃO. (2) Amados, agora somos filhos de Deus; mas ainda não foi manifestado o que havemos de ser. E sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele (não tendo igualdade, mas semelhança de santidade e glória), porque o veremos como ele é (pois agora o vemos como que por meio de lentes, na palavra e nos sacramentos).

IGREJA. Ah, pobres miseráveis que somos! Não parecemos filhos de Deus; pois estamos vendidos ao pecado e diariamente carregamos conosco uma massa de corrupção.

JOÃO. (3) Todo aquele que tem esta esperança (de vê-lo como ele é)¹² purifica-se (isto é, ainda que esteja sujeito ao pecado, deseja e usa os meios para purificar-se do pecado), assim como ele é puro (colocando diante de si Cristo como modelo a ser seguido).

IGREJA. Como provas que o esforço para purificar-nos é um sinal de adoção?

JOÃO. (4) Pelo contrário: todo aquele que comete pecado (pratica o pecado com pleno consentimento da vontade, não se esforçando em santidade de vida) também transgride a lei (e por isso,

¹² O desejo e a vontade de usar bons meios para nos purificarmos de nossas corrupções e pecados capitais é uma marca de adoção.



estando sob a maldição da lei, não pode ser filho de Deus); porque o pecado é a transgressão da lei (entende-se aqui por lei não apenas a lei moral, mas qualquer mandamento de Deus, seja na lei ou no evangelho).

(5) E novamente, sabeis que ele se manifestou (assumiu a nossa natureza) para tirar os nossos pecados (a culpa e a punição de uma só vez, e a corrupção pouco a pouco); e nele não há pecado.

(6) Em terceiro lugar: todo aquele que permanece nele não vive em pecado (não se entrega ao pecado de modo que ele reine nele); todo aquele que vive em pecado não o viu nem o conheceu (isto é, de modo eficaz, de maneira que possa aplicar Cristo e seus benefícios a si mesmo).

IGREJA. Mas alguns ensinam que a fé é suficiente; e nos encorajam a viver como quisermos.

JOÃO. (7) Filhinhos, ninguém vos engane; aquele que pratica a justiça é justo, assim como ele é justo.

(8) Aquele que comete pecado (ainda que diga que crê e, portanto, pense estar justificado diante de Deus) é do diabo (assemelha-se ao diabo, assim como o filho se parece com o pai, e é governado pelo seu espírito); porque o diabo peca desde o princípio (do mundo). E por isso se manifestou o Filho de Deus: para destruir as obras (isto é, a origem e a continuação de toda rebelião e desobediência contra Deus) do diabo. (E ainda, para desmascarar esses sedutores)



(9) Todo aquele que é nascido de Deus não vive em pecado (isto é, não mantém um curso de vida no pecado, ainda que caia por fraqueza); porque a sua semente (isto é, a palavra de Deus lançada no coração pela operação do Espírito, fazendo o homem brotar como uma nova criatura) permanece nele; e não pode viver no pecado, porque é nascido de Deus.

IGREJA. Resumindo, para chegar ao ponto: como se pode saber quem é filho de Deus e quem deve ser considerado filho do diabo?

JOÃO. (10) Nisto são manifestos os filhos de Deus¹³ e os filhos do diabo: todo aquele que não pratica a justiça não é de Deus; nem (para vos dar um exemplo claro) aquele que não ama o seu irmão.

(11) Pois esta é a mensagem que ouvistes desde o princípio: que devemos amar uns aos outros.

(12) Não como Caim, que era do maligno (Satanás) e matou seu irmão. E por que o matou? Porque as suas obras eram más, e as de seu irmão, boas.

IGREJA. Ainda assim, embora amemos aqueles que são nossos irmãos segundo a carne, eles não deixam de nos odiar e perseguir.

JOÃO. (13) Não vos admireis, meus irmãos, se o mundo vos odeia.

IGREJA. Se não amar é sinal do filho do diabo, qual é o sinal do filho de Deus?

¹³ A arrogância da vida, ou a prática do pecado, uma nota do filho do diabo, para o tempo presente.



JOÃO. (14) Sabemos que passamos da morte para a vida, porque amamos os irmãos¹⁴ (isto é, aqueles que são cristãos, porque são cristãos). Pelo contrário, aquele que não ama seu irmão permanece na morte (está sob o estado de condenação).

(15) Todo aquele que odeia seu irmão é homicida; e vós sabeis que nenhum homicida tem a vida eterna permanecendo nele.

IGREJA. Mostraste-nos claramente que o amor é um sinal de adoção. Agora mostra-nos como podemos saber se amamos nossos irmãos ou não.

JOÃO. (16) Nisto conhecemos o amor: que ele deu a sua vida por nós; portanto nós também devemos (movidos pelo mesmo afeto de amor) dar a nossa vida pelos irmãos.

IGREJA. Muitos em palavras fingem amor, mas não encontramos esse afeto voluntário e essa prontidão para demonstrar amor.

JOÃO. (17) Quem tiver bens deste mundo (com os quais esta vida é sustentada) e vir seu irmão necessitado,¹⁵ e lhe fechar o coração (isto é, não tiver compaixão, a qual se manifesta pelo mover das entranhas), como pode permanecer nele o amor de Deus?

IGREJA. Que outro sinal há do verdadeiro amor?

¹⁴ Amar um cristão, porque ele é cristão ou um homem piedoso, é uma demonstração da vontade de Deus.

¹⁵ Compaixão despertando no coração, uma evidência de amor



JOÃO. (18) Filhinhos, não amemos de palavra, nem somente de língua, mas de fato e em verdade (sinceramente).

(19) Pois assim sabemos que somos da verdade (verdadeiros professos do evangelho de Cristo)¹⁶ e diante dele tranquilizaremos os nossos corações¹⁷ (quanto a qualquer acusação que a nossa consciência possa levantar contra nós diante do tribunal de Deus). (20) Se o nosso coração nos condena (isto é, se uma má consciência nos acusa), Deus é maior que o nosso coração (isto é, no julgar-nos) e conhece todas as coisas.

IGREJA. Como podemos saber que nossas consciências não nos condenarão?

JOÃO. (21) Amados, se o nosso coração não nos condena,¹⁸ temos confiança diante de Deus (isto é, para nos aproximarmos dele em oração).

IGREJA. Que outro fruto há do verdadeiro amor?

JOÃO. (22) Tudo quanto pedimos dele recebemos, porque guardamos os seus mandamentos e fazemos as coisas que são agradáveis à sua vista.

IGREJA. Quais são esses mandamentos?

JOÃO. (23) Este é o seu mandamento: que creiamos no nome de seu Filho Jesus Cristo e amemos uns aos outros, como ele nos ordenou.

¹⁶ Obras de misericórdia, sinais de amor.

¹⁷ Amor sincero, uma nota de sincera profissão.

¹⁸ A ousadia na oração é um sinal de consciência tranquila.



IGREJA. Aqueles que guardam esses mandamentos têm suas orações atendidas? Prova isso.

JOÃO. (24) Sim; porque aquele que guarda os seus mandamentos permanece nele, e ele nele.

IGREJA. Como podemos saber que Deus permanece em nós, e nós nele?

JOÃO. Nisto sabemos que ele permanece em nós: pelo Espírito (de santificação,¹⁹ pelo qual somos renovados) que ele nos deu.

CAPÍTULO 4

IGREJA. Voltando ao que foi mencionado antes: devemos crer em todos os que dizem ter o Espírito?

JOÃO. (1) Amados, não creiais em todo espírito (isto é, nas doutrinas que os homens, vangloriando-se do Espírito, ensinam); mas provai os espíritos se são de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo.

IGREJA. Como podemos discernir os espíritos?

JOÃO. (2) Nisto conhecereis o Espírito de Deus: todo espírito (doutrina) que confessa que Jesus Cristo (o Messias) veio em carne (foi feito verdadeiro homem; sendo esta a substância do evangelho) é de Deus.

¹⁹ A operação do Espírito de Deus na santificação, um sinal de comunhão com Deus.



(3) E todo espírito que não confessa que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus; mas este é o espírito do anticristo, do qual ouvistes que havia de vir, e agora já está no mundo.

IGREJA. Tememos, porque esses falsos espíritos têm grande poder para persuadir e seduzir muitos.

JOÃO. (4) Filhinhos, vós sois de Deus e os vencestes; porque maior é aquele que está em vós (o Espírito de Deus) do que aquele que está no mundo (o espírito de Satanás).

IGREJA. Mas a doutrina desses homens é muito estimada e tem muitos seguidores no mundo; a nossa tem poucos que a abraçam.

JOÃO. (5) Eles são do mundo, por isso falam do mundo, e o mundo (isto é, homens ignorantes e ímpios) os ouve.

(6) Nós somos de Deus; aquele que conhece a Deus nos ouve; aquele que não é de Deus não nos ouve. Nisto conhecemos o espírito da verdade e o espírito do erro (a saber, pela aprovação e aplauso do mundo).

IGREJA. Como podemos preservar-nos contra esses sedutores?

JOÃO. (7) Amados, amemo-nos uns aos outros; porque o amor procede de Deus; e todo aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus (por um conhecimento especial pelo qual se certifica de que Deus, o Pai de Cristo, é seu Pai; Cristo, seu Redentor; e o Espírito Santo, seu Santificador).



(8) Aquele que não ama não conhece a Deus; porque Deus é amor (isto é, inteiramente inclinado a mostrar seu amor e compaixão ao seu povo). (Para prova disso)(9) Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: que Deus enviou seu Filho unigênito ao mundo, para que vivêssemos por meio dele.

(10) Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou seu Filho para ser a propiciação pelos nossos pecados.

IGREJA. Que se conclui de tudo isso?

JOÃO. (11) Amados, se Deus assim nos amou, também nós devemos amar uns aos outros.

IGREJA. Como Deus pode manifestar seu amor para conosco, sendo ele espírito e invisível?

JOÃO. (12) Ninguém jamais viu a Deus; contudo, se amamos uns aos outros, isto é um sinal de que Deus permanece em nós, e o seu amor é perfeito em nós (isto é, o amor com que ele ama se manifesta plenamente para conosco por meio do nosso amor; assim como a luz da lua que brilha sobre nós mostra a luz do sol brilhando sobre a lua, da qual — como de uma fonte — a lua recebe a sua luz).

IGREJA. Como podemos saber que Deus permanece em nós?

JOÃO. (13) Nisto sabemos que permanecemos nele, e ele em nós: porque nos deu do seu Espírito.

IGREJA. Que outro sinal tens de que Deus permanece em nós?



JOÃO. (14) Nós vimos e testemunhamos que o Pai enviou o Filho para ser o Salvador do mundo.²⁰

(15) Todo aquele que confessa (com fé e amor) que Jesus é o Filho de Deus, Deus permanece nele, e ele em Deus.

IGREJA. O diabo também confessa Cristo.

JOÃO. (16) E nós (o que é mais) conhecemos e cremos no amor que Deus tem por nós.

IGREJA. Explica como o nosso amor deve ser sinal de que Deus permanece em nós.

JOÃO. Deus é amor; e, portanto, aquele que permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele.

IGREJA. Concordamos que Deus é amor, mas como podemos saber que Deus é amor para conosco?

JOÃO. (17)²¹ Nisto é perfeito o amor em nós (isto é, plenamente manifestado em nós): para que tenhamos confiança (para estar diante dele sem medo) no dia do juízo; porque, assim como ele é, assim somos nós neste mundo (não em igualdade, mas em conformidade de santidade). (Como se vê pelo contrário)

(18) No amor não há medo (isto é, quando o homem está seguro do amor de Deus para com ele, não desconfia nem o teme servilmente por causa de seus pecados); mas o perfeito amor lança fora o medo, porque

²⁰ Uma sincera confissão do Evangelho, uma evidência de comunhão com Cristo.

²¹ Ser como Deus nas virtudes da vida, um sinal do seu amor por nós em particular.



o medo traz tormento (repreensões e angústias da consciência); e aquele que teme não é perfeito no amor.

IGREJA. Que outro sinal há de que Deus é amor para conosco?

JOÃO. (19) Nós o amamos, porque ele nos amou primeiro²² (assim como, quando um homem se aquece, o calor de seu corpo vem do fato de que o fogo primeiro é quente).

IGREJA. Se é assim, então aqueles que não amam seus irmãos — amados por Deus em Cristo — não amam a Deus, embora todos geralmente digam que amam a Deus.

JOÃO. (20) Se alguém disser: Eu amo a Deus, e odiar seu irmão, é mentiroso; pois como pode amar a Deus, a quem não viu, aquele que não ama seu irmão, a quem viu?

(21) E dele temos este mandamento: que aquele que ama a Deus ame também o seu irmão.

CAPÍTULO 5

JOÃO. (1) Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo (o verdadeiro Messias) é nascido de Deus; e todo aquele que ama aquele que gerou (isto é, Deus Pai) ama também aquele que dele é gerado (o filho de Deus, um verdadeiro cristão).

²² Nosso amor por Deus, um sinal de que ele nos ama particularmente.



IGREJA. Sendo manifesto que são hipócritas aqueles que dizem amar a Deus e, contudo, não demonstram amor aos seus irmãos, ensina-nos como podemos saber que amamos nossos irmãos.

JOÃO. (2) Nisto sabemos que amamos os filhos de Deus:²³ quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos (isto é, nos esforçamos por guardá-los; o início da ação sendo posto pelo todo).

(3) Pois este é o amor de Deus (o dever de amor para com Deus): que guardemos os seus mandamentos.

IGREJA. Mas ninguém pode guardar a lei.

JOÃO. Os seus mandamentos não são pesados (para aqueles que estão em Cristo e foram libertos da maldição da lei, que torna a lei pesada, e que também são guiados pelo seu Espírito Santo). E isto é evidente:

(4) porque todo aquele que é nascido de Deus vence o mundo (Satanás com todas as corrupções e obras das trevas).

IGREJA. Por quais meios?

JOÃO. E esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé (que é o instrumento e a mão pela qual nos apoderamos dele, para que ele em nós, e assim nós por meio dele, vencamos o mundo).

(5) Quem é aquele que vence o mundo, senão aquele que crê que Jesus é o Filho de Deus?

²³ Um dever para guardar os mandamentos, um sinal de amor ao nosso irmão.



IGREJA. Como podemos estar certos de que Jesus de Nazaré, filho de Maria, era o Filho de Deus e o Messias? Ele veio ao mundo de maneira tão humilde.

JOÃO. (6)²⁴ Este é Jesus Cristo, que veio por água (a santificação significada pelas purificações legais) e por sangue (a imputação da justiça de Cristo ou a aspersão do seu sangue); não somente por água, mas por água e sangue (porque Cristo realiza tanto a justificação quanto a santificação juntamente). E é o Espírito (a consciência do homem interiormente purificada) que dá testemunho, porque o Espírito é a verdade (isto é, o testemunho do Espírito de adoção, que nos certifica de que somos filhos de Deus, é verdadeiro).

(7) Pois (para falar mais claramente) há três que dão testemunho no céu: o Pai, a Palavra (o Filho) e o Espírito Santo; e estes três são um (isto é, no testemunho).

(8) E há três que dão testemunho na terra: o Espírito, a água e o sangue; e estes três concordam em um.

IGREJA. Como mostras que essas testemunhas são autênticas e dignas de crédito?

JOÃO. (9) Se recebemos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é maior; pois este é o testemunho de Deus (isto é, aquele que foi dito vir do céu), que ele deu acerca de seu Filho.

²⁴ Provas invencíveis de que Jesus de Nazaré, o filho de Maria, era o Filho de Deus, contra os judeus.



(10) Quem crê no Filho de Deus tem em si mesmo o testemunho (a paz de consciência que pode sentir em si). E, além disso, quem não crê em Deus o faz mentiroso, porque não creu no testemunho que Deus deu acerca de seu Filho.

IGREJA. Qual é o efeito daquilo que essas testemunhas testificam?

JOÃO. (11) E este é o testemunho: que Deus nos deu a vida eterna, e esta vida está em seu Filho.

(12) Aquele que tem o Filho tem a vida; e aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida.

(13) Estas coisas vos escrevi, a vós que credes no nome do Filho de Deus, para que saibais que tendes a vida eterna, e para que creiais (isto é, cresçais na fé) no nome do Filho de Deus.

IGREJA. Como podemos ter vida eterna agora, sendo tão miseráveis e cheios de faltas?

JOÃO. (14) E esta é a confiança que temos nele: que, se pedirmos alguma coisa segundo a sua vontade, ele nos ouve.

IGREJA. Como podemos saber que Deus concede nossas orações feitas segundo a sua vontade?

JOÃO. (15)²⁵ Se sabemos que ele nos ouve (isto é, que ele, por assim dizer, inclina o ouvido às nossas orações), tudo quanto pedimos, sabemos que alcançamos

²⁵ Um sinal de que nossas orações nos foram concedidas, se Deus ao menos as ouve.



as petições que lhe fizemos (ainda que as coisas que pedimos não nos sejam dadas na mesma medida, maneira e tempo em que as pedimos).

IGREJA. Ouçamos um exemplo das coisas que Deus concede quando oramos.

JOÃO. (16) Se alguém vir seu irmão cometer um pecado que não é para morte (isto é, que pode ser perdoado), pedirá (perdão em favor dele), e Deus lhe dará vida aos que não pecam para morte. Há pecado para morte (depois do qual necessariamente segue condenação, como o pecado contra o Espírito Santo); não digo que se deva orar por esse.

IGREJA. Mas não é todo pecado um pecado para morte?

JOÃO. (17) Toda injustiça é pecado (e portanto merece morte); mas há pecado que não é para morte (isto é, aquele que é perdoado em Cristo).

IGREJA. Tememos ter cometido esse pecado que é para morte.

JOÃO. (18) Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não vive pecando; mas aquele que é gerado por Deus guarda-se a si mesmo, e o maligno (Satanás) não o toca (isto é, não lhe faz violência, nem pode dar-lhe uma ferida mortal). (19) Sabemos que somos de Deus, e que todo o mundo está no maligno (isto é, em servidão sob Satanás e o pecado).

IGREJA. Como mostras que somos de Deus?



JOÃO. (20) Sabemos que o Filho de Deus veio e nos deu entendimento para conhecermos aquele que é verdadeiro; e estamos naquele que é verdadeiro, isto é, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna.

IGREJA. Como podemos permanecer em Deus e nunca cometer o pecado para morte?

JOÃO. (21) Filhinhos, guardai-vos dos ídolos (sejam eles de falsos deuses ou do verdadeiro Deus).

SALMO 15

UM DIÁLOGO ENTRE DAVI E O SENHOR

DAVI. (1) Ó Jeová, quem habitará (como peregrinos habitam em tendas) no teu tabernáculo (a Igreja militante)? Quem repousará no teu santo monte (o reino dos céus)?

SENHOR. (2)²⁶ Aquele que anda perfeitamente (isto é, aquele que conduz o curso de sua vida com retidão).

DAVI. Quem é o homem reto?

SENHOR. Aquele que pratica a justiça (segundo os mandamentos da segunda tábua) e fala a verdade em

²⁶ A sinceridade de vida, em justiça e santidade, é um sinal do filho de Deus.



seu coração (assim como pensa, estando seu coração e sua língua em concordância).

DAVI. Por quais sinais pode esse homem reto ser conhecido, e quem é ele?

SENHOR. (3)²⁷ I. Aquele que não calunia com a sua língua.

II. Nem faz mal ao seu próximo.

III. Nem aceita um falso relato contra o seu próximo.

IV. (4) Aquele em cujos olhos a pessoa vil (um homem ímpio e injusto) é desprezada, mas honra os que temem a Deus.

V. Aquele que, tendo jurado para seu próprio prejuízo, não muda.

VI. (5) Aquele que não empresta o seu dinheiro com usura.

VII. Nem aceita suborno contra o inocente.

DAVI. Esses sinais são infalíveis?

SENHOR. (6) Aquele que faz essas coisas jamais será abalado (permanecerá para sempre no favor de Deus).

²⁷ Sete sinais de um homem íntegro.



UM BREVE DISCURSO EXTRAÍDO DOS ESCRITOS DE HIERONYMUS ZANCHIUS, NO QUAL O CASO DE CONSCIÊNCIA ACIMA MENCIONADO É DISCUTIDO E RESOLVIDO.

AFIRMAÇÃO I

Somente os eleitos, e todos eles — não apenas verdadeiramente podem, mas também, no tempo que Deus lhes designou nesta vida — são de fato assegurados de sua eleição para a vida eterna em Cristo; e isso é feito não de uma única maneira, mas de muitas maneiras.

Dizemos que somente os eleitos podem ser — e de fato são — tornados certos de sua eleição, para assim excluir os réprobos hipócritas; pois, considerando que não são eleitos, jamais podem ser verdadeiramente persuadidos de que são eleitos. Digo verdadeiramente, porque pode acontecer que muitos, em seu próprio pensamento, imaginem ser predestinados; contudo, na verdade, não estão persuadidos disso, pois estão enganados. Temos um exemplo nos cristãos temporários, que pensam de si mesmos que creem em Cristo, mas na verdade não creem; pois a sua fé é hipócrita e apenas por um tempo. Portanto, uma verdadeira e certa persuasão da eleição jamais pode acontecer a qualquer dos réprobos, porque a verdadeira persuasão das coisas



celestiais²⁸ procede do Espírito Santo, o qual nunca persuade alguém de algo falso. Assim sendo, como poderiam os réprobos ser persuadidos de que são eleitos? Considerado isso, não é errado atribuir essa persuasão (da qual agora falamos) somente aos eleitos.

Acrescentamos ainda que todos os eleitos — não apenas podem ser, mas de fato são — tornados certos de sua eleição. Isso deve ser demonstrado contra os escolásticos e outros nossos adversários. Dizemos que isso ocorre no tempo designado, porque os eleitos, antes de serem chamados a Cristo, nunca estão certos de sua eleição; antes, nem sequer pensam nela, como se vê em Paulo antes de ser chamado, e também em outros. Além disso, da mesma forma, depois de terem sido chamados, não são imediatamente tornados certos de sua eleição; mas alguns mais cedo, outros mais tarde. Finalmente acrescentamos que isso ocorre de muitas maneiras — quais são elas (se não perfeitamente, ao menos em parte) mostrarei depois. Agora passemos ao assunto.

Os escolásticos perguntam se um homem pode ser tornado certo de sua eleição. E determinam que não pode, a menos que seja por revelação divina; porque a predestinação está em Deus, e não em nós. E ninguém conhece as coisas de Deus senão o Espírito de Deus;²⁹ assim como ninguém conhece as coisas do homem senão o espírito do homem que nele está. Além disso, quem conheceu a mente do Senhor?³⁰ Portanto (dizem eles), é

²⁸ 1 Cor. 2.10; Mat. 11.27.

²⁹ 1 Cor. 2.16.

³⁰ Rom. 11.34. Os eleitos, pelo testemunho do Espírito Santo, são feitos certos de sua eleição.



necessária alguma revelação especial, se alguém deseja ser certificado de sua própria predestinação ou da de outro homem. Suas palavras não devem ser totalmente rejeitadas; mas, no sentido em que eles as entendem, de modo algum podem ser aprovadas. Pois tomam uma revelação especial como sendo isto: que Deus declare e diga expressamente a alguém, seja por algum anjo externamente ou por seu Espírito internamente, que ele está predestinado para a vida. Dessa maneira, sustentam que Paulo e alguns poucos outros santos tiveram sua predestinação revelada. Assim concluem que, porque nem todos têm sua eleição revelada dessa forma, nem todos podem estar seguros de sua eleição.

Mas eles estão enganados. Pois Deus não revela sua vontade e seus conselhos somente por essa única maneira da qual falaram, mas por muitas. Deus revela as coisas ou pela inspiração interior de seu Espírito, ou exteriormente por sua Palavra, ou tanto interior quanto exteriormente, por efeitos internos e externos. Pelo seu Espírito ele inspirou seus profetas e lhes revelou muitas coisas futuras. E Cristo disse a seus apóstolos, a respeito do Espírito Santo: ele vos guiará em toda a verdade. Pela sua Palavra ele falou aos profetas, e da mesma forma³¹ pela sua Palavra nos ensina a sua vontade. Também por diversos efeitos ele declara tanto sua misericórdia quanto sua justiça, como é conhecido. O mesmo deve ser entendido quanto à revelação de sua eleição: isto é, que Deus a revela aos eleitos pelo Espírito Santo, pela Palavra e pelos efeitos mais certos da predestinação.

³¹ Is 40.13.



O primeiro testemunho pelo qual Deus nos assegura de nossa eleição é o testemunho interior do Espírito, do qual o apóstolo diz: o Espírito (de Deus) testifica ao nosso espírito que somos filhos de Deus. Ora, o que é ser filho de Deus, senão primeiro ser predestinado para ser filho de Deus por adoção; depois tornar-se de fato filho de Deus pela fé; e finalmente, pelo mesmo Espírito, ser regenerado como são os filhos de Deus e revestir-se da natureza do Filho de Deus, ou antes do próprio Filho de Deus, como fala o apóstolo?

Portanto, o Espírito Santo, enquanto interiormente dá testemunho ao nosso espírito, isto é, às nossas mentes iluminadas pela sua luz, de que somos filhos de Deus, revela muito claramente que fomos predestinados desde toda a eternidade para a adoção; pois os homens não se tornam filhos de Deus pela fé, nem são regenerados para serem filhos de Deus, nem se revestem de Cristo, a menos que primeiro tenham sido predestinados para a adoção. E nada pode ser mais certo do que esse testemunho; pois quem conhece melhor as coisas de Deus, seus conselhos e decretos, do que o Espírito de Deus, que examina todas as coisas,³² até mesmo as profundezas de Deus? Portanto, ele pode revelar com toda a verdade a cada um de nós a certeza de nossa eleição. E ele não pode nos enganar ao revelá-la, pois é o Espírito da verdade, que não pode enganar nem ser enganado.³³

Se um anjo do céu fosse enviado a ti, como foi enviado a Maria e como falou aos patriarcas, e te dissesse

³² 1 Cor. 2.10.

³³ Jo. 16.13.



em nome de Deus que foste eleito para a vida eterna, não dirias tu que já não poderias duvidar mais de tua eleição? Mas ainda mais certo é o testemunho do Espírito, que dá testemunho ao nosso espírito de que somos filhos de Deus; tanto mais certo quanto o Espírito Santo conhece melhor as coisas de Deus do que qualquer anjo e pode enganar-se muito menos do que um anjo. E tanto mais seguro é esse testemunho, porque não é guardado nos ouvidos do corpo, onde poderia logo desaparecer, mas em nossa mente e espírito; porque o Espírito dá testemunho ao nosso espírito.

Acrescenta-se ainda que o Espírito Santo nunca se afasta de nosso espírito, mas habita em nós, permanece em nós, fala em nós, manifesta o seu poder em nós e ora em nós. Por isso o apóstolo diz que recebemos o Espírito de adoção,³⁴ pelo qual clamamos: Abba, Pai. Como se dissesse: esse testemunho do Espírito é tão certo, pelo qual ele nos dá testemunho de que somos filhos de Deus, que imediatamente, sem duvidar, podemos invocar a Deus e clamar: Abba, Pai.

E todos os eleitos possuem esse testemunho, sendo feitos filhos de Deus pela fé, sendo renovados pelo Espírito Santo e sendo enxertados em Cristo. Pois assim fala o apóstolo:³⁵ se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. Portanto, todo aquele que é de Cristo e está enxertado em Cristo necessariamente tem o Espírito de Deus. E todos os que receberam e possuem o Espírito de Cristo — a esses o mesmo Espírito dá testemunho em

³⁴ Rom. 8.15; Gal. 4.6.

³⁵ Rom. 8.9.



suas mentes de que são filhos de Deus e os faz clamar: Abba, Pai.

E é certo que ninguém é renovado pelo Espírito Santo que não esteja persuadido de que Deus é seu Pai muitíssimo misericordioso e amoroso; e por isso pode invocá-lo como Pai. Portanto, ainda que todos os homens, ao estarem certos pela certeza da fé de que Deus é seu Pai e de que são seus filhos, não concluam imediatamente disso que foram eleitos para a vida eterna, contudo todos têm assim um testemunho seguro de sua eleição para a glória; porque, se são filhos de Deus, também são herdeiros da vida eterna.

Este testemunho resumirei brevemente neste argumento: todos aqueles que invocam a Deus e em seus corações clamam Abba, Pai, são filhos de Deus; e é certo que assim clamam pelo Espírito de Deus. E aqueles que são filhos de Deus também são herdeiros da vida eterna e foram predestinados para a adoção. Portanto, é necessário que todos os que são persuadidos pelo Espírito Santo de que são filhos de Deus sejam predestinados para a vida eterna e também estejam persuadidos disso.

Este é o primeiro testemunho e o primeiro modo pelo qual Deus revela a cada eleito sua predestinação: a saber, pelo Espírito Santo em nossos corações, dando-nos testemunho de que somos filhos de Deus em Cristo e por meio de Cristo. E que este seja também o primeiro argumento que confirma nossa afirmação.



A segunda maneira³⁶ pela qual Deus revela a cada homem sua predestinação é por sua Palavra. Não me refiro a alguma palavra particular pela qual ele declare a alguém, exteriormente, de modo privado e especial, e isso em palavras expressas, sua eleição; mas à palavra geral do Evangelho, pela qual Cristo chama todos os que creem nele de eleitos, tanto por si mesmo quanto por seus apóstolos, como no Novo Testamento é em toda parte muitíssimo manifesto. Pois, embora em proposições particulares ele não diga a ti ou a outro especificamente: tu és eleito para a vida eterna; contudo, por meio de proposições gerais ele conclui no coração de cada um que crê que ele é eleito, tão bem quanto qualquer homem poderá concluir a respeito de pessoas particulares que cada uma delas é uma criatura viva dotada de razão, por meio desta proposição geral: todo homem é uma criatura racional dotada de razão; ficando a suposição subentendida.

Portanto, desse modo procede Deus. Ele escolheu todos e cada um daqueles a quem havia de conceder fé para possuírem a herança eterna. Além disso, ele o publica a todos os eleitos, pelos apóstolos, nesta proposição geral: que todos os fiéis são eleitos para a vida eterna;³⁷ a suposição é ocultada na Palavra de Deus. Mas quando ele nos concede fé, faz com que cada um de nós formule por si mesmo a suposição em sua mente: mas eu sou dos fiéis; pois encontro em mim mesmo que verdadeiramente creio em Cristo. Portanto, quem é que

³⁶ Vers. 2. Os eleitos, a partir da Palavra de Deus, tendo sua consciência fazendo a premissa menor, podem finalmente ser certamente persuadidos de sua predestinação.

³⁷ Aquilo pelo qual um homem aplica a promessa geral a si mesmo.



faz essa conclusão por ti, de que foste predestinado para a vida eterna? O próprio Deus: a proposição sendo tirada do Evangelho, e a suposição procedendo do dom da fé. Mas aquilo pelo qual propriamente chegamos ao conhecimento da coisa contida na conclusão é o termo médio, como o chamam. Portanto, é manifesto que Deus, pela palavra de seu Evangelho, quando diz que todos os fiéis são eleitos, revela a cada homem fiel sua própria predestinação.

Somente uma coisa é requerida: que o homem fiel, ouvindo as proposições universais, faça em sua mente a suposição: mas eu sou fiel, pelo dom e graça de Deus. E não se diz que Deus revelou a cada homem sua maldição particular nesta proposição geral: Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas que estão escritas neste livro?³⁸ Embora ele não diga a ninguém especificamente: tu és maldito; pois cada um faz esta suposição de que é maldito, porque sabe com toda certeza que não permanece em todas as coisas que estão escritas no livro da Lei.

Portanto, os escolásticos se enganam quando dizem que pode acontecer de um homem ser certo de sua eleição — a saber, se Deus, que é capaz, quiser revelá-la a ele —, mas que ele a revela apenas a pouquíssimos, como aos apóstolos. Pois Deus (como já foi provado e declarado), mesmo por sua Palavra em proposições gerais, revela a cada homem sua predestinação. Pois o que pode ser mais certo do que esta demonstração? Todos aqueles que verdadeiramente creem em Cristo são

³⁸ Deut. 27.26.



eleitos para a vida eterna em Cristo; mas eu verdadeiramente creio em Cristo; portanto, sou eleito.

Mas alguns fazem uma objeção e dizem que isto seria uma demonstração — e de fato muito certa e evidente — se um homem pudesse saber que é dotado de verdadeira fé em Cristo; porém aqui está toda a dificuldade. Pois muitos pensam que verdadeiramente creem em Cristo, quando, contudo, sua fé é hipócrita e temporária, como aparece nos Evangelistas.

Concedemos que aqueles que creem com tal fé, que é hipócrita e dura apenas por um tempo, estão enganados quando pensam que verdadeiramente creem, embora na realidade não creiam;³⁹ pois são como aqueles que sonham ser reis quando na verdade são meros mendigos. Mas dizemos que aqueles que creem com fé verdadeira sabem se verdadeiramente creem ou não; e não estão enganados quando dizem e pensam que verdadeiramente creem. Pois são como aqueles que, manuseando uma pedra preciosa, por estarem dotados de sentidos, sabem e dizem que a estão segurando.

E se ninguém pudesse saber com certeza se crê verdadeiramente ou não, por que o apóstolo diz: Examinai-vos a vós mesmos, se estais na fé?⁴⁰ E se assim fosse, ninguém poderia jamais saber com certeza se está justificado, visto que somente aqueles que verdadeiramente creem podem ser justificados. E se um homem, dando crédito às palavras de outro, sabe com certeza que acredita nele, quanto mais saberá aquele que,

³⁹ Aquelles que verdadeiramente creem sabem que creem.

⁴⁰ 2 Cor. 13.5.



sendo dotado de verdadeira fé pelo Espírito Santo, crê no Evangelho?

Em suma, escritores piedosos provaram contra os escolásticos que aqueles que são dotados de verdadeira fé em Cristo não podem ser ignorantes disso. Mas (dizem eles) ninguém tem certeza de sua perseverança na fé; e, portanto, a partir desta proposição universal — aquele que crê, isto é, com fé verdadeira e constante, é eleito para a vida — ninguém pode concluir que é eleito, porque, embora possa saber que é dotado de verdadeira fé, não pode dizer se ela será perpétua.

Essa conclusão é absurda; e os eruditos já provaram plenamente que a verdadeira fé é perpétua. E, portanto, aqueles que sabem com certeza que creem com fé verdadeira também estão certos de que essa sua fé verdadeira jamais perecerá neste mundo: em parte pela promessa de Deus — porei o meu temor em seus corações, para que nunca se apartem de mim⁴¹ — e em parte pela oração de Cristo — eu roguei por ti, Pedro, para que a tua fé não desfaleça.⁴²

Sendo assim, é muito certo que Deus, por sua Palavra, na qual diz de modo geral que todos os fiéis são eleitos, revela a cada homem sua eleição; visto que a proposição tomada do Evangelho é absolutamente certa, e cada homem fiel pode aplicar a si mesmo a suposição de que é dotado de verdadeira fé em Cristo.

⁴¹ Jer. 32.40.

⁴² Luc. 22.32.



A terceira maneira⁴³ pela qual Deus revela a cada um de nós sua predestinação é pelos efeitos da predestinação, tanto interiores em nós quanto exteriores; pelos quais, como por certos sinais impressos em nós, ele nos sela para si mesmo em Cristo; e assim nos sela de tal modo que, se atentarmos diligentemente, poderemos perceber claramente que somos separados do comum dos homens, que muitas vezes é chamado pelo nome de mundo; que fomos previamente conhecidos como seus filhos, amados em Cristo e predestinados para a vida eterna; e também que já não pertencemos ao mundo, mas àquela cidade que está acima, que tem fundamentos, como diz o apóstolo.⁴⁴

E temos duas razões para esse argumento. Uma é que esses efeitos (dos quais falamos e que depois trataremos) Deus não opera em ninguém senão em seus eleitos, como também depois mostraremos. Portanto, com razão um homem pode, por um verdadeiro sentimento e experiência desses efeitos em si mesmo, ser assegurado de sua eleição particular e predestinação para ter comunhão com Cristo em todas as suas graças. Pois a predestinação (como testemunha Agostinho) é uma preparação para as bênçãos de Deus, pela qual, com toda certeza, são libertos todos aqueles que são libertos.⁴⁵ Portanto, todo aquele que sente em si mesmo que foi libertado por essas graças de Deus pode estar certo e seguro de sua predestinação.

⁴³ Vers. 3. Pelos efeitos da predestinação, um homem pode concluir a sua predestinação.

⁴⁴ Heb. 11.10.

⁴⁵ Os efeitos da predestinação que estão em nós são como selos que imprimem em nós a imagem da eleição de Deus.



A outra razão é que esses efeitos não são apenas efeitos simples da predestinação, mas também são tais efeitos que podem ser selos dela: isto é, imprimindo em nós uma viva forma e imagem de Deus que nos conhece de antemão, nos ama e nos elege. E, portanto, embora não possamos ver em Deus mesmo, quanto a nós, seu propósito, presciência, eleição e predestinação — Deus nos conhecendo, querendo e elegendo —, contudo podemos contemplar em nós mesmos certas representações seguras de tudo isso, impressas e como que estampadas em nós pela Palavra. E assim, pela contemplação dessas formas e impressões em nós mesmos, somos facilmente levados ao conhecimento daqueles modelos (por assim dizer) que estão no próprio Senhor.

A matéria (por ser muito boa e consoladora) pode ser explicada por uma comparação. Deus é para nós como o sol. O sol, quando brilha sobre nós e, por assim dizer, olha-nos de frente, imprime de tal modo uma imagem de sua luz em nossos olhos que nós também, tornando-nos participantes de sua luz, podemos novamente olhar para o próprio sol e para a sua luz; pois a luz do sol e seus raios, sendo enviados sobre nós, são refletidos novamente para o próprio sol.

Assim também a presciência de Deus, pela qual ele nos reconheceu e quis reconhecer como seus desde toda a eternidade, permanece sempre em Deus e não pode por si mesma ser percebida por nós. Contudo, enquanto Deus nos reconhece como seus, ele imprime em nós, seus eleitos, uma certa forma e imagem de sua presciência, pela qual nos faz, renunciando a todos os



outros deuses, reconhecê-lo como nosso único Deus verdadeiro. Assim acontece que, por meio desse verdadeiro conhecimento de Deus que ele nos concede, e pelo qual reconhecemos a Deus como nosso Deus e Pai, podemos de certo modo contemplar no próprio Deus sua presciência pela qual ele nos conheceu como seus filhos.

Pois primeiro Deus nos reconhece como seus; e então, tornando os eleitos participantes dessa sua luz e conhecimento, faz com que também o reconheçamos. Para esse propósito serve o que nosso Salvador Cristo diz: primeiro (diz ele) eu conheço as minhas ovelhas; depois acrescenta: e sou conhecido pelas minhas.⁴⁶ Como se dissesse: enquanto eu as reconheço como minhas ovelhas, faço com que, por meio desta minha luz e conhecimento, elas também me reconheçam como seu pastor.

Assim o apóstolo diz aos Gálatas: quando conhecestes a Deus, ou antes fostes conhecidos por ele. Ele ensina, portanto, que Deus conheceu os gálatas porque primeiro os reconheceu como seus em sua predestinação eterna; e ao lhes conceder essa sua sabedoria,⁴⁷ fez com que reconhecessem o verdadeiro Deus como seu Deus.

O mesmo pode ser dito do amor de Deus, pelo qual ele nos amou em Cristo para a vida eterna antes da fundação do mundo. Deus, ao nos amar, imprime em nossos corações a imagem de seu amor, pela qual podemos amá-lo novamente de coração; e, por assim

⁴⁶ Jo. 10.14.

⁴⁷ Col. 1.9.



dizer, pela reflexão dos raios do sol enviados aos nossos corações, somos provocados a amar de volta. Pois o amor de Deus por nós, sendo eterno e causando a vida eterna, gera no tempo designado um certo amor em nós que serve para sua glória eterna. E para esse propósito é o que diz São João:⁴⁸ não que nós tenhamos amado primeiro a Deus, mas que ele nos amou primeiro. Como se dissesse: portanto amamos a Deus porque ele primeiro — isto é, antes da fundação do mundo, amando-nos em Cristo —, ao gravar seu amor em nossos corações, faz com que o amemos novamente como Pai.

Assim o amor é dito (isto é, o amor pelo qual amamos a Deus) ser de Deus;⁴⁹ isto é, proceder do amor de Deus para conosco. E Paulo escreve que o amor de Deus (isto é, o amor com que ele nos amou) foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado. E por esse derramar do amor de Deus em nossos corações acontece que também é produzido em nossos corações amor para com Deus. Portanto, por esse amor sincero pelo qual sentimos que amamos a Deus, somos levados a conhecer quão grande é o amor de Deus pelo qual ele nos amou desde toda a eternidade em Cristo. E que é esse amor senão predestinação?

Da mesma maneira, a eleição pela qual ele nos separou do restante do mundo em Cristo para que fôssemos santos diante dele gera em nós uma certa imagem, até mesmo do próprio Deus, isto é, outra eleição, pela qual, renunciando a todos os outros deuses que são adorados no mundo, escolhemos este nosso

⁴⁸ 1 Jo. 4.10.

⁴⁹ 1 Jo. 4.7; Rom. 5.5.



verdadeiro Deus Jeová para ser o nosso Deus, para que esteja sempre diante de nossos olhos, ele que nos santifica e é o autor de toda a nossa salvação.

Portanto, por meio dessa eleição constante que está em nós, percebemos que aquela eleição que está em Deus a nosso respeito é firme e segura; não apenas como inferimos a causa pelo efeito, mas também como inferimos o modelo pela imagem; assim como pela semelhança da forma de um selo impressa na cera entendemos facilmente qual é a verdadeira forma e figura do selo.

Portanto, é manifesto que é costume de Deus, pelos efeitos de sua eleição e predestinação impressos em nós, revelar a cada um de nós sua própria eleição e predestinação. E isso de duas maneiras: primeiro, porque existem certos efeitos da predestinação, e pelos efeitos as causas são conhecidas; e também porque existem certos tipos vivos da presciência e eleição de Deus, pelos quais somos selados para Deus.

Agora, pela impressão dessas formas e tipos em nós, como o selo na cera, os próprios modelos originais tornam-se conhecidos quanto ao que são.

Além disso, que não há homem algum eleito para a vida eterna que não seja selado, no tempo designado, com essas marcas da eleição de Deus, é manifesto a partir das passagens da Escritura que tratam da eleição e da predestinação. O apóstolo ensina⁵⁰ que fomos eleitos para que fôssemos santos e irrepreensíveis. Também ensina

⁵⁰ Ef. 1.4; Rom. 8.30.



que todos aqueles que Deus predestinou são igualmente chamados e justificados e, por consequência, dotados de fé e de conhecimento de Deus, pelo qual o tomam por seu Pai; e também de amor, pelo qual o amam como Pai; bem como de uma boa vontade e propósito constante, pelo qual desejam continuamente a sua glória.

Além disso, ele diz em outro lugar: O fundamento de Deus permanece firme,⁵¹ tendo este selo (da parte de Deus): o Senhor conhece os que são seus. Agora, da nossa parte, ele acrescenta outro selo, dizendo: aparte-se da iniquidade todo aquele que invoca o nome do Senhor. Pois com essa marca todos os eleitos são assinalados: invocam o nome do Senhor e se apartam da iniquidade, buscando a santidade e uma boa consciência.

E este é o selo que tantas vezes é mencionado nas Escrituras. Como quando no Apocalipse se diz⁵² que uma multidão incontável foi selada para o Senhor. Pois assim como o Pai selou Jesus Cristo, enquanto homem e mediador, assim também selou e sela diariamente os demais de seus filhos com sinais e selos seguros,⁵³ para distingui-los dos outros homens⁵⁴ e dos filhos desta era. Pois se diz que Deus nos ungiu, nos selou e nos deu o penhor do seu Espírito em nossos corações. E novamente se diz que nos selou com o Espírito Santo da promessa,⁵⁵ e isso para o dia da redenção.

⁵¹ 2 Tim. 2.19.

⁵² Apoc. 7.3.

⁵³ Jo. 6.27.

⁵⁴ 2 Cor. 1.21.

⁵⁵ Ef. 1.13; 4.30.



Assim como é fácil distinguir um selo verdadeiro de um falso, assim também as verdadeiras almas de Deus (pelo selo do Espírito) são distinguidas dos hipócritas, e os filhos legítimos dos bastardos.

Resta agora declarar alguns efeitos da predestinação,⁵⁶ pelos quais, como por marcas e selos, os eleitos podem ser distinguidos dos réprobos.

O primeiro efeito da predestinação é o próprio Cristo, enquanto mediador e salvador, habitando em nossos corações pelo seu Espírito Santo. Pois assim como fomos eleitos nele e por ele redimidos, assim também pela aspersão de seu sangue somos purificados e selados; e por sua habitação em nós somos vivificados (pois ele é a nossa vida, e vida eterna); e por isso somos separados dos réprobos, que sempre permanecem na morte, como somos ensinados nas Escrituras.

Dizemos que este é o primeiro efeito da predestinação porque não podemos desfrutar de nenhum dos dons de Deus — seja da eleição, da vocação ou da justificação — senão em Cristo e por meio de Cristo; pois ele derramou em nós todos os efeitos da predestinação. Portanto, na medida em que cada fiel eleito sente Cristo habitar nele e vivificá-lo, ele possui em si mesmo um selo pelo qual pode saber que foi eleito para a vida eterna no mesmo Cristo, do qual esta vida espiritual, pela qual agora vivemos para Deus, é parte e começo.

E assim como cada homem sabe que é filho de Deus em Cristo porque invoca a Deus de coração como

⁵⁶ Os principais efeitos da predestinação, pelos quais os eleitos são distinguidos dos réprobos.



Pai, assim também pode concluir que foi predestinado para ser filho de Deus por causa de Cristo.

E que por esse primeiro sinal os fiéis podem saber que são eleitos para a vida eterna, o apóstolo o mostra quando diz: Não sabeis de vós mesmos⁵⁷ que Jesus Cristo está em vós? A menos que sejais réprobos.

E sem dúvida uma figura desse tipo de selo foi aquele selo feito no Egito pelo sangue do cordeiro: quando as casas dos israelitas foram aspergidas com esse sangue para que fossem distinguidas das casas dos egípcios e assim fossem poupadas pelo anjo destruidor.

E por Cristo, como pelo principal efeito — e também causa de todos os efeitos que seguem — todos os demais efeitos da predestinação são colocados em nós, e com eles somos selados.

O apóstolo nomeia três principais: nossa vocação (isto é, eficaz),⁵⁸ nossa justificação e nossa glorificação. Este terceiro efeito obteremos na vida futura; os dois primeiros, nesta vida. E a estes dois podem muito bem ser referidos todos os outros que recebemos nesta vida por meio de Cristo: juntamente com a vocação eficaz, juntamos o ouvir verdadeiro da Palavra de Deus e o seu entendimento, acompanhado de grande e constante deleite e alegria; também a fé e o verdadeiro conhecimento da divindade, humanidade e ofício de Cristo.

⁵⁷ 2 Cor. 13.5.

⁵⁸ Rom. 8.30.



À justificação referimos a persuasão da remissão de nossos pecados por Cristo (pois por isso somos justificados); e também a regeneração ou santificação e renovação de vida, uma boa consciência, amor não fingido, um coração puro e limpo, paciência na adversidade e até gloriar-se na tribulação, todas as boas obras e frutos do Espírito; e ainda a própria cruz que carregamos por causa da verdade do Evangelho. Portanto, todo aquele que sente que foi eficazmente chamado, que ouve de boa vontade a Palavra, que crê no Evangelho, que está certo da remissão de seus pecados, que arde em verdadeiro amor para com o próximo e que está disposto para toda boa obra — não pode deixar de estar persuadido de sua eleição; pois somente Deus comunica essas coisas aos eleitos.

Portanto, é claro que os eleitos são confirmados na certeza de sua eleição pelos efeitos da predestinação; e que há um triplo modo pelo qual Deus revela a cada homem sua predestinação.

Mas se alguém tomar ocasião, antes para duvidar de sua eleição⁵⁹ do que para confirmá-la, a partir do que foi dito acerca dos frutos do Espírito e dos efeitos da predestinação — talvez porque sinta em si poucos e muito fracos frutos de regeneração e eleição — ainda assim não deve desanimar nem duvidar de sua eleição; antes deve sustentar-se com estes apoios.

Primeiro, se alguma vez ele verdadeiramente sentiu em si aquele testemunho do Espírito (do qual falei

⁵⁹ A fraqueza de nossa fé, quanto à nossa eleição eterna, por quais apoios pode ser sustentada.



antes), a saber, que é filho de Deus, saiba com certeza que é realmente tal, e portanto eleito para a vida eterna. Pois o Espírito Santo nunca dá testemunho nem persuade alguém de algo que seja falso, porque ele é o Espírito da verdade. E ninguém é filho de Deus sem ter sido predestinado (como diz o apóstolo) para a adoção por Cristo. E ninguém que seja filho de Deus e homem eleito pode tornar-se réprobo e filho do diabo.

Portanto, ainda que sinta em si poucos e fracos efeitos de regeneração, não duvide de sua eleição; pois de outra forma desprezaria o testemunho que recebeu do Espírito Santo — e que ainda possui — embora talvez, por causa de sua mente perturbada por más afeições, esse testemunho do Espírito Santo mal possa ser ouvido dentro dele.

Pois o verdadeiro testemunho de nossa adoção pelo Espírito Santo, uma vez dado ao nosso espírito, permanece para sempre; embora às vezes seja ouvido mais claramente e em outros momentos seja mais fraco e quase imperceptível.

Mas — dirás tu — como posso saber se esse testemunho procede do Espírito Santo,⁶⁰ e portanto se é verdadeiro e certo? Respondo: primeiro, pela própria persuasão; segundo, pelo modo da persuasão; e por fim, pelos efeitos desse testemunho e persuasão.

Quanto ao primeiro: o Espírito Santo não simplesmente o declara, mas persuade juntamente conosco que somos filhos de Deus — e nenhuma carne

⁶⁰ Como um homem pode saber se o testemunho que lhe é dado procede do Espírito ou não.



pode fazer isso. Além disso, ele nos persuade por razões que não procedem de nossas obras ou de algum mérito em nós, mas unicamente da bondade de Deus Pai e da graça de Cristo. Desta maneira o diabo jamais persuadirá alguém.

Por fim, a persuasão do Espírito Santo é cheia de poder; pois aqueles que são persuadidos de que são filhos de Deus não podem deixar de chamá-lo Abba, Pai; e, por amor a ele, odeiam o pecado e tudo o que é contrário à sua vontade. E, ao contrário, possuem um desejo sincero e ardente de fazer a sua vontade. Se alguma vez sentiste em ti algum testemunho assim, persuade-te de que foi o testemunho do Espírito Santo — e verdadeiramente certo também — e, portanto, que és filho de Deus e predestinado para a vida eterna.

Este é o primeiro apoio pelo qual devemos sustentar aquela fé fraca que temos quanto à certeza de nossa eleição para a vida eterna. Além disso, mantém isto firmemente, quem quer que sejas que estás tentado a duvidar de tua eleição: assim como nada é requerido de nossa parte para realizar nossa eleição (pois Deus nos escolheu por sua pura bondade), também para sabermos verdadeiramente se somos eleitos ou não basta uma única coisa: a saber, se chegarmos ao certo conhecimento de que estamos em Cristo e somos participantes dele.

Pois aquele que agora está enxertado em Cristo e é justificado não pode deixar de ter sido eleito em Cristo antes da fundação do mundo. E para que estejamos em Cristo, a fé é requerida e suficiente; não uma fé perfeita, mas uma fé verdadeira, ainda que seja tão pequena quanto um grão de mostarda e fraca como um recém-



nascido, até mesmo muito enferma. Ora, essa fé — sendo viva e verdadeira — permanece sempre, como já foi declarado antes, e jamais pode falhar completamente.

E assim acontece que aqueles que uma vez foram verdadeiramente enxertados em Cristo permanecem sempre e continuam nele, segundo aquela palavra.

Tudo o que meu Pai me dá virá a mim; e aquele que vem a mim de modo algum o lançarei fora. Isto é certamente verdadeiro: quanto mais perfeita é a fé, tanto maior é o seu poder para nos unir a Cristo; e por isso devemos sempre esforçar-nos para crescer na fé. Contudo, é absolutamente certo que uma pequena centelha de verdadeira fé é suficiente para nos enxertar em Cristo. E por essa razão não devemos de modo algum duvidar de nosso enxerto em Cristo, nem de nossa eleição, por causa da fraqueza da fé e dos poucos e fracos frutos que ela produz. Mas como saberei com certeza (dizes tu) se a minha fé é uma fé verdadeira e viva ou não?⁶¹ Pelos mesmos fundamentos pelos quais se percebe o testemunho de nossa adoção.

Primeiramente, se sentires verdadeiramente que estás persuadido da verdade do Evangelho, e que todos os teus pecados te foram perdoados por causa de Cristo e que foste recebido no favor de Deus. Além disso, se vires que essa persuasão não está fundada em méritos teus, mas unicamente na bondade de Deus e na graça de Cristo.

⁶¹ Pelo que um homem pode saber se sua fé é verdadeira ou não.



Por fim, se sentires tal confiança para aproximar-te do Pai e invocá-lo, e tal amor para com ele e para com seu Filho Jesus Cristo, que odeies e detestes tudo o que é contra a sua glória (como todo pecado) e, ao contrário, sejas levado por um desejo de fazer aquilo que promove a sua glória; e, por isso, ames todos os que desejam e buscam o mesmo, como irmãos e amigos de Cristo. Pois estes são os efeitos que nunca podem ser separados da verdadeira fé.

E esta é a disposição da verdadeira fé. Portanto, enquanto sentires em ti esses efeitos — ainda que muito fracos e grandemente debilitados — assegura-te de que estás dotado de verdadeira fé, ainda que fraca; e, portanto, estás em Cristo, e em Cristo também eleito. Por isso, não debes duvidar de tua salvação e eleição por causa de tuas quedas diárias provenientes da fraqueza da fé, nem mesmo por causa de pecados graves; assim como Davi, por seu adultério e homicídio, nem Pedro, por sua tríplice negação, desesperaram de sua eleição. Isso é evidente porque, estando mergulhados nas profundezas de suas tentações, mantiveram firme a fé como uma âncora e invocaram a Deus.

Este é o segundo apoio.

Por fim, de modo algum devemos esquecer que nossa eleição é certa e imutável; e, portanto, assim como foi realizada sem consideração de quaisquer obras nossas, assim também nunca pode ser mudada por causa de nossos pecados. Pois, assim como procede originalmente do livre propósito de Deus, assim também nele permanece firmemente fundada.



É verdade que provocamos a ira de Deus contra nós por nossos pecados, e Deus não os deixa impunes, mas nos disciplina com diversos castigos, tanto interiores quanto exteriores, como se vê especialmente em Davi. Contudo, ainda assim é sua boa vontade que, por causa de sua bondade e verdade e por causa da obediência de Cristo, seu propósito permaneça firme, e também nossa eleição.

Assim acontece que ele nos concede novamente arrependimento para nos levantar e nos receber novamente em seu favor. Portanto, embora no presente sintas que tua fé é fraca e que caíste em diversos pecados, contudo, visto que anteriormente tiveste muitos e claros testemunhos de tua eleição — como o testemunho do Espírito Santo, o testemunho da fé e os efeitos da fé —, agora não podes certamente duvidar de tua eleição por causa dos pecados cometidos; pois isso diminuiria a graça dessa eleição livre e também os testemunhos de tua eleição que antes possuíste, e ainda possuis.

Pois, se teus pecados te desagradam e desejas viver irreprensivelmente justamente porque teus pecados te desagradam, então agora tens um novo testemunho de tua eleição. Pois tal arrependimento é próprio somente dos eleitos. Portanto, por esses três apoios devemos sustentar nossa fé quanto à eleição particular de cada um. E isto basta quanto à certeza com a qual cada homem deve estar persuadido de que foi eleito em Cristo para a vida eterna antes da fundação do mundo.



AFIRMAÇÃO II

Todo aquele que é predestinado para o fim, também é predestinado para os meios, sem os quais não pode alcançar esse fim. Portanto, assim como os eleitos necessariamente, por fim, chegam ao fim por causa da certeza de sua eleição, assim também, pela mesma certeza, é necessário que sejam conduzidos por meio daqueles meios que conduzem a esse mesmo fim.

Devemos observar o fim para o qual somos predestinados,⁶² e para o qual dizemos que um dia seremos conduzidos; pois há um duplo fim de nossa eleição: um diz respeito aos próprios eleitos, a saber, a sua glorificação, ou sua vida eterna e glória no céu. Disso se fala em Romanos 8. O outro diz respeito ao próprio Deus, que escolhe, a saber, a glória de Deus: isto é, que a glória de sua graça seja conhecida e eternamente manifestada, do que se faz menção em Efésios 1. Ambos estão tão unidos entre si que todos quantos são preeleitos para o primeiro também são predestinados para o segundo, e o segundo segue do primeiro. Pois quanto mais formos feitos participantes da graça de Deus e da glória celestial, tanto mais e mais a glória de Deus será manifestada em nós.

Mas, porque o fim que diz respeito a Deus é quase o mesmo tanto na reprovação dos ímpios quanto na predestinação dos santos — a saber, que, assim como pela salvação destes, que procede de sua pura bondade, a glória de sua graça é manifestada, assim também, pela justa condenação daqueles, a glória de sua justiça divina

⁶² O fim de nossa predestinação.



pode ser conhecida por todos — contudo, visto que o fim ao qual os eleitos chegarão é muito diferente daquele (pois é vida eterna) ao qual os réprobos são destinados (pois este é morte eterna), portanto o fim de que tratamos nesta afirmação é a nossa glorificação eterna e vida eterna no céu.

Vejamos agora, em segundo lugar, quais são aqueles meios⁶³ pelos quais os eleitos são conduzidos a esse fim; e, portanto, para quais meios sustentamos que todos são predestinados, todos quantos são predestinados para o fim. E eles são de dois tipos. Alguns deles são tão necessários a todos que, sem eles, nenhum homem pode absolutamente alcançar a vida eterna e a glória. E eles são: Cristo, como Mediador e Sumo Sacerdote, e sua obediência e justiça (pois sem Cristo nenhum homem pode ser salvo); também o nosso chamado eficaz a Cristo pelo Espírito Santo; e o que segue a isso é a nossa justificação, e também a nossa regeneração.

Pois estas quatro coisas — predestinação, vocação, justificação e glorificação — estão tão ligadas entre si que não é possível separar uma da outra. E, portanto, nenhum homem pode ser glorificado que não seja justificado; e nenhum homem pode ser justificado que não seja chamado eficazmente; assim também nenhum homem pode ser chamado eficazmente que não seja predestinado. Portanto, sem estas coisas, nem mesmo crianças e infantes podem ser conduzidos a esse fim de glória eterna. E por isso até mesmo todos os

⁶³ Os meios para os quais somos predestinados, e quantos eles são.



infantes eleitos são interiormente, de certo modo particular, pelo Espírito Santo, chamados, justificados e glorificados.

Ora, há também certos meios anexos a estes. Embora eles não tenham lugar nos infantes por causa da idade, pertencem a todos os demais eleitos; ainda que em alguns sejam encontrados de maneira mais abundante e viva, e em outros de forma mais fraca e escassa. Como, por exemplo: uma fé viva, o ouvir da Palavra, a detestação do pecado, o amor à justiça, a paciência nas adversidades, o cuidado de fazer boas obras (e coisas semelhantes). Tudo isso o Apóstolo compreende sob o nome de boas obras, quando diz que fomos criados, isto é, nascidos de novo em Cristo, para boas obras, as quais Deus preparou,⁶⁴ para que andássemos nelas — isto é, para que conduzássimos nossas vidas nelas e, assim andando, finalmente chegássemos à vida eterna. Pois sem elas não podemos chegar à glória eterna, mas por meio delas Deus nos conduz até lá.

Portanto, dizemos que todos os que são eleitos para esse fim também são predestinados para os mesmos meios. Pois a predestinação não é apenas do fim, mas também dos meios que conduzem ao fim; e todos, tanto o fim quanto os meios, são efeitos da predestinação. E, portanto, é muito verdadeiro o que Agostinho diz: “Predestinação”, diz ele, “é uma preparação para as graças de Deus, pelas quais, de fato, são libertos todos quantos são libertos.”

⁶⁴ Ef. 2.10.



Portanto, o primeiro dom de Deus (para que consideremos brevemente os efeitos da predestinação) preparado para todos os eleitos,⁶⁵ sem o qual eles de modo algum podem chegar ao fim — e, portanto, o primeiro efeito da predestinação — é nosso Senhor Jesus, com sua obediência, méritos, morte, ressurreição e glória; a saber, na medida em que ele é feito Mediador entre Deus Pai e nós, e cabeça de todos os eleitos. E, portanto, visto que ele é tal, ele é também a causa de todas as outras graças e benefícios que chegam até nós pela livre predestinação de Deus. Pois os efeitos da predestinação estão ordenados entre si de tal maneira que os primeiros que vêm antes são as causas eficientes, ou (se quisermos falar assim) as causas materiais dos últimos e dos que se seguem. Portanto, visto que Cristo é o primeiro efeito da predestinação, ele é também a causa de todos os outros efeitos, pelos quais nos tornamos participantes deles. O Apóstolo, portanto, escreve muito bem aos Efésios: Em primeiro lugar,⁶⁶ (diz ele) fomos eleitos em Cristo, a saber, como no cabeça, para sermos seus membros. Em segundo lugar, ele escreve que fomos predestinados para adoção por meio de Cristo, isto é, para obtê-la; pois somos adotados como filhos de Deus em Cristo, o Filho primogênito de Deus, e, tornando-nos participantes de sua filiação, somos realmente feitos filhos de Deus; e também somos dotados de seu Espírito, para que possamos nascer de novo. Em terceiro lugar (ele diz) somos feitos aceitos e amados diante do Pai em seu amado Filho, a saber, Cristo. Em quarto lugar, temos nossa redenção no mesmo Cristo, por seu sangue, e

⁶⁵ O primeiro benefício de Deus ao nos predestinar é Cristo.

⁶⁶ Ef. 1.4 e seguintes.



obtivemos a remissão dos pecados, e toda sabedoria e entendimento. Em quinto lugar, no mesmo Cristo todas as coisas são reconciliadas, tanto no céu quanto na terra.

Em suma, o Apóstolo mostra ali (como também em outros lugares) que quaisquer benefícios que agora possuímos, ou que possuiremos futuramente — desde a nossa eleição eterna até a nossa glorificação — todos eles nós agora recebemos e receberemos em Cristo e por meio de Cristo. Portanto, todos quantos são eleitos para a vida eterna, além de serem eleitos em Cristo, também são predestinados para Cristo; isto é, para terem comunhão com ele, a fim de que por meio dele desfrutem de todos os outros benefícios.

O segundo benefício de Deus, e efeito da nossa predestinação, é o nosso chamado eficaz a Cristo e ao seu evangelho,⁶⁷ no qual somente os eleitos são chamados; porque é segundo o propósito e a graça de Deus que nos foi dada em Cristo. E um chamado eficaz é conhecido pelos seus efeitos, dois dos quais procedem diretamente dele: um ouvir sincero da Palavra e a sua recepção com grande, constante e contínuo deleite, e uma fé verdadeira e segura na palavra do evangelho.⁶⁸

Daí vem que Cristo diz: quem é de Deus (diz ele), a saber, pela eleição e chamado eficaz, ouve a palavra de Deus com muita disposição, de coração e continuamente; mas vós não a ouvis, porque não sois de Deus. E esse chamado é realizado não apenas pela pregação da Palavra (como acontece com todos os que têm idade), mas

⁶⁷ 2 Tim. 1.9; Rom. 8.30.

⁶⁸ Jo. 8.47.



também — e principalmente — pela inspiração interior do Espírito Santo, enquanto o Pai os atrai pelo seu Espírito, aqueles que ele quer que venham a Cristo.

O que também se disse acontecer com os infantes. Pois esse chamado é o começo da salvação, já nesta vida; e, portanto, é costume do Apóstolo, no início de suas epístolas, mencionar esse chamado, chamando todos os fiéis de santos chamados.⁶⁹ Portanto, é necessário que todos os que são eleitos em Cristo também, finalmente, sejam chamados eficazmente e atraídos a Cristo.

Depois do chamado eficaz segue a fé, o terceiro efeito da predestinação, a qual se diz ser própria dos eleitos⁷⁰ e sem ela (como diz o Apóstolo) é impossível agradar a Deus. Pois por meio dela somos enxertados em Cristo e feitos membros de Cristo, e sem fé ninguém pode ser salvo. E que isto é um efeito da predestinação o Apóstolo mostra claramente,⁷¹ quando diz que ele havia alcançado misericórdia (a saber, na predestinação eterna de Deus) para que crescesse. Portanto, todos quantos são predestinados para alcançar a vida eterna, em Cristo e por Cristo, também são eleitos para possuir o próprio dom da fé. Portanto, é necessário que finalmente creiam em Cristo.

O quarto benefício é a justificação, isto é, o perdão gratuito de nossos pecados e a imputação da justiça de Cristo; pois ela segue a fé, porque todos

⁶⁹ Rom. 1.7; 1 Cor. 1.2.

⁷⁰ Tit. 1.1; Heb. 11.6.

⁷¹ 1 Cor. 7.25.



quantos são dotados de verdadeira fé em Cristo também são justificados. E que a justificação é um efeito da predestinação o Apóstolo mostra quando a coloca depois da vocação, antes da qual ele coloca a predestinação. E quando diz que fomos eleitos em Cristo para que fôssemos santos⁷² e irrepreensíveis diante de Deus; e que isso não é feito enquanto estamos neste mundo, mas pelo perdão de todas as nossas faltas e pela imputação de sua perfeita obediência. Portanto, é necessário que todos os eleitos sejam justificados e considerados puríssimos e sem culpa diante de Deus.

Com a justificação está unida a regeneração e santificação pelo Espírito Santo; a saber, enquanto somos feitos novas criaturas por ele, e também filhos de Deus — não somente por adoção, mas também por regeneração. Pois, quando Cristo nos justifica, ele não apenas perdoa nossa injustiça e imputa sua justiça a nós, mas também tira de nós o coração de pedra e nos dá um coração de carne próprio; ele nos despe do velho homem e nos reveste de seu novo homem. Por fim, ele remove a corrupção de nossa natureza e nos torna participantes de sua natureza divina; e assim, de fato, dos filhos dos homens ele nos faz filhos de Deus e também seus irmãos. Portanto se diz que somos predestinados para adoção por Jesus Cristo,⁷³ e eleitos para que sejamos santos e irrepreensíveis; e aquilo que é nascido do Espírito é chamado espírito. Portanto, os eleitos para a vida eterna necessariamente devem nascer de novo para serem filhos

⁷² Rom. 8.30; Ef. 1.4.

⁷³ Ef. 1.4–5; Jo. 3.6.



de Deus, tornar-se participantes da natureza divina e ser uma nova criatura em Cristo.

Daqui procede o sexto efeito da predestinação, que deve ser cuidadosamente observado: o amor da justiça e a detestação do pecado. Pois na regeneração as afeições são principalmente transformadas; isto é, as afeições da natureza corrupta e da carne são transformadas nas afeições da natureza divina e do Espírito. Daí vem que o Apóstolo diz que aqueles que nasceram de novo⁷⁴ andam segundo o Espírito e não segundo a carne; e não se inclinam para as coisas da carne, mas para as coisas do Espírito. E as principais afeições da carne são o amor ao pecado, isto é, a concupiscência da carne; e, ao contrário, o ódio à justiça e à lei de Deus, que não são do Pai, mas do mundo. Portanto, as principais afeições da regeneração e do Espírito são o amor da justiça e da lei de Deus e o ódio ao pecado.⁷⁵

Pois aquilo que se diz principalmente de Cristo — “Tu amaste a justiça e odiaste a iniquidade” — deve ser entendido de todos os membros de Cristo, dotados de seu Espírito, porque verdadeiramente se cumpre neles. Daí vem que Davi, que em si mesmo representava a disposição de todos os regenerados,⁷⁶ disse de si mesmo: “Amei a tua lei, tua lei está no meio do meu coração; odiei todas as obras de iniquidade; não me assentarei com os ímpios.”⁷⁷ Também Paulo diz: “Tenho prazer na lei de

⁷⁴ Rom. 8.1,5.

⁷⁵ Sal. 45.7.

⁷⁶ Sal. 119.113; 40.8; 101.3; 26.5.

⁷⁷ Rom. 7.22.



Deus segundo o homem interior”; isto é, na medida em que nasci de novo. E ninguém duvida que ambas essas afeições são efeitos da predestinação, a menos que ignore que todas essas coisas são dons de Deus; os quais, assim como no tempo ele concede aos seus, também decretou conceder-lhes antes da fundação do mundo.

E dessas duas afeições, sendo os primeiros frutos da regeneração, surge um cuidado e empenho em fazer boas obras: isto é, fugir do pecado e cumprir a lei de Deus, o que é o sétimo efeito da predestinação. Pois aquele que odeia algo de coração se guarda disso quanto pode, foge e o evita; e, ao contrário, aquele que ama algo de coração também o busca e se empenha em alcançá-lo. Portanto, o apóstolo João faz disso uma diferença principal⁷⁸ entre os filhos de Deus e os filhos do diabo, isto é, entre os que nasceram de novo e os que não nasceram de novo: que os filhos de Deus amam e praticam a justiça, e os filhos do diabo amam o pecado e o praticam; assim como o diabo pecou desde o princípio; e Cristo veio para destruir as obras do diabo, a saber, em seus eleitos; pois nos réprobos ele as deixa intactas, porque não foram dados a ele pelo Pai para serem purificados, regenerados e salvos. Portanto, visto que Cristo foi previamente ordenado e predestinado para realizar todas essas obras, e que não há bem algum operado em nós que não tenha sido providenciado para nós em Cristo desde toda a eternidade, é evidente que também o cuidado de fazer boas obras é um efeito da predestinação. E o Apóstolo o ensina claramente quando

⁷⁸ 1 Jo. 3.7.



diz⁷⁹ que fomos criados em Cristo para boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas. Para esse propósito também serve aquilo que o Apóstolo ensina acerca do amor não fingido,⁸⁰ para o qual ele mostra que fomos eleitos; e acerca de uma boa consciência, que ele faz ser a companheira inseparável da fé dos eleitos.

Por fim, acerca de um coração puro, que ele atribui aos eleitos, visto que os incrédulos não têm nada puro em si,⁸¹ e sua mente e consciência estão contaminadas. Ora, que esse cuidado de fazer boas obras é necessário em todos os eleitos, Pedro o mostra⁸² quando nos ordena que nos empenhemos em tornar firme nossa eleição e vocação por meio das boas obras, como algumas cópias trazem. Mas a quem devemos torná-la firme? Não a Deus (pois ela já era firme para ele antes da fundação do mundo), mas a nós mesmos e aos nossos próximos. E este é um dos principais usos das boas obras: que por meio delas, não como causas, mas como efeitos da predestinação e da fé, tanto nós quanto nossos próximos sejamos certificados de nossa eleição e também de nossa salvação.

Além disso, enquanto temos cuidado de glorificar a Deus e fazer boas obras, e não queremos ser conformes ao mundo em sua maldade, nem nos submeter à nossa carne e a Satanás, a carne, o mundo e Satanás continuamente guerreiam contra nós; e acontece que,

⁷⁹ Ef. 2.10.

⁸⁰ Ef. 1.4; 1 Tim. 1.5.

⁸¹ Tit. 1.15.

⁸² 2 Ped. 1.10.



sendo eles inimigos muito fortes, ou somos vencidos, ou pelo menos ficamos abatidos no combate. E, portanto, somos constrangidos a fugir para o Senhor e a pedir a sua ajuda. Portanto, o oitavo efeito da nossa predestinação é a invocação de Deus, para que, nesta luta, ele nos dê auxílio contra o Diabo, o mundo e a carne. Pois esta é a propriedade do Espírito que os eleitos possuem: despertá-los para a oração. Pois o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis; isto é, move-nos a fazer súplicas. E porque somos filhos, Deus enviou o Espírito de seu Filho aos nossos corações, clamando: Aba, Pai.⁸³ E Deus nos ordena que o invoquemos no dia da tribulação, prometendo ouvir-nos.

Disto procede o nono efeito da predestinação: a saber, um arrependimento contínuo por nossas quedas diárias e um desejo constante de crescer na piedade. De modo que, também por esta razão principalmente, desejamos de coração ser libertos deste mundo e estar com Cristo, para este fim: que não pequemos mais. Pois isto é próprio dos eleitos de Deus, já agora regenerados, como vemos no Apóstolo, que fala assim em nome de todos os regenerados: “Miserável homem que eu sou, quem me livrará do corpo desta morte?”⁸⁴ E novamente: “Desejo partir e estar com Cristo.”

Deste nono efeito procede o décimo: a saber, um desejo de que Cristo venha e ponha fim a todas as nossas misérias e pecados, e restaure perfeitamente o seu reino. Que isto é próprio dos eleitos, o Apóstolo o mostra⁸⁵

⁸³ Rom. 8.29; Gal. 4.6; Sal. 50.15.

⁸⁴ Rom. 7.24; Fil. 1.23.

⁸⁵ 2 Tim. 4.8.



quando diz que eles amam a vinda do Senhor. E João apresenta a Esposa de Cristo clamando: “Vem, Senhor Jesus, vem depressa.”⁸⁶ E o próprio Cristo nos ensinou a orar: “Venha o teu Reino.”⁸⁷

E porque aqueles que oram assim também são ouvidos, segundo a promessa de Deus: “No dia da tribulação invoca-me, e eu te ouvirei”;⁸⁸ daí aparece o décimo primeiro efeito da predestinação,⁸⁹ a verdadeira paciência: isto é, não somente verdadeiro consolo, mas também alegria nas adversidades, como o Apóstolo a descreve. E, portanto, um certo renovar de coragem e recuperação de forças contra seus inimigos; pelo que acontece que todas as coisas cooperam para a salvação dos eleitos.

Pois os eleitos, embora muitas vezes sejam abatidos na luta, contudo, porque Cristo rapidamente lhes envia auxílio do céu, levantam-se corajosamente e começam novamente a luta contra o pecado, o Diabo e todos os outros inimigos de Cristo; e lutam até que se tornem vencedores e tenham certeza da vitória e da coroa; a qual certeza também é um efeito da predestinação, concedido a todos os eleitos. Pois, o que (diz o Apóstolo) diremos a estas coisas? Se Deus é por nós,⁹⁰ quem será contra nós? Portanto, nosso Senhor Jesus ensina que os eleitos não podem ser enganados e

⁸⁶ Apoc. 22.17,20.

⁸⁷ Mat. 6.10.

⁸⁸ Sal. 50.15.

⁸⁹ Rom. 5.3; 8.28.

⁹⁰ Rom. 8.31; Mat. 24.24.



assim perecer, nem mesmo pela vinda do Anticristo e seus milagres.

E, por fim, daí aparece aquele último efeito da predestinação que podemos alcançar nesta vida: o dom da perseverança até o fim na fé e na verdadeira confissão de Cristo, unido a um cuidado evidente de viver piedosamente e a um desejo de glorificá-lo. Pois este dom é concedido a todos os eleitos, como o Senhor promete por meio de Jeremias: “Porei o meu temor em seus corações,⁹¹ para que não se apartem de mim.” E quando chegarem ao fim de suas vidas, serão recebidos na glória celestial, até que seus corpos também sejam ressuscitados, para que tomem plena posse da vida eterna.

Assim vemos que é muito certo que aqueles que são eleitos para a vida eterna também são predestinados a usar aqueles meios pelos quais, como por certos degraus e escadas, sobem até aquela morada celestial. E, portanto, que fomos predestinados para esses meios — a saber, fé, justificação e boas obras — porque fomos eleitos para a vida eterna, segundo o propósito e a graça de Deus. Portanto, por meio disso também é refutada a doutrina dos pelagianos acerca da predestinação para a vida,⁹² baseada na fé e nas obras que Deus teria previsto que faríamos. Pois, ao contrário, Deus nos predestinou para a fé e para as boas obras porque nos escolheu para a vida eterna.⁹³

⁹¹ Jer. 32.40.

⁹² O uso desta doutrina.

⁹³ 1 Cor. 7.25.



Pois o Apóstolo não diz: “Obtive misericórdia porque fui fiel” ou “porque seria fiel”, mas “para que eu fosse fiel”. Nem diz que fomos eleitos em Cristo⁹⁴ porque seríamos santos e irrepreensíveis, mas para que fôssemos santos e irrepreensíveis. Nem diz que fomos criados em Cristo porque fizemos ou faríamos boas obras, mas que fomos criados para boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas. Por fim,⁹⁵ ele não diz que a graça de Cristo apareceu porque viveríamos sóbria, justa e piedosamente, mas que apareceu para que, negando toda impiedade e as paixões deste mundo, vivamos sóbria, justa e piedosamente neste presente século.

Vemos, portanto, que por esta doutrina é derrubada aquela opinião ímpia que ensina que prevenimos a graça de Deus por nossos méritos que Deus teria previsto. E, ao contrário, aqui vemos quão miseravelmente se enganam os glutões deste mundo, que raciocinam assim: “Se somos predestinados para a vida eterna, e nossa predestinação é certa e imutável, que necessidade há de nos esforçarmos, crer ou fazer boas obras? Pois, aconteça o que acontecer, e vivam os eleitos como viverem, certamente não podem perecer, porque são predestinados para a vida eterna.”

Ah, pobres miseráveis! Eles não veem que separam coisas que devem estar unidas: a saber, o fim e os meios do fim; e que quebram a cadeia que de modo algum pode ou deve ser desatada, quando separam a vocação e a justificação — e também a fé e as boas obras — da predestinação e da glorificação. Como se Deus

⁹⁴ Ef. 1.4.

⁹⁵ Tit. 2.11.



glorificasse aqueles que destinou antes de chamá-los e justificá-los, e antes que pudessem crer e demonstrar sua fé viva pelas obras.

Ao contrário, aprendamos qual é o nosso dever. Se alguém é eleito para a vida eterna, também foi destinado para os meios pelos quais chega a ela. E cremos (como somos obrigados a crer) que fomos destinados para a vida eterna; e, portanto, devemos também crer que fomos eleitos para a fé e para as boas obras, para que por meio delas, como por certos degraus, sejamos conduzidos à vida eterna. Portanto, estamos muito longe de negligenciar a fé e os meios das boas obras e de uma vida santa; pelo contrário, é nosso dever conservar a fé em boa consciência e viver em boas obras, que Deus preparou para que andássemos nelas.

E porque não podemos alcançar nem o fim nem os meios que nos conduzem a ele por nós mesmos, portanto é nosso dever pedi-los a Deus em oração, para que ele nos conceda fé, cuidado em fazer boas obras e as aumente em nós. E não devemos apenas pedi-los, mas também confiar certamente que os obteremos por causa de Cristo.

Pois, se para todos os que são destinados para a vida eterna Deus preparou fé, pela qual creem, e boas obras nas quais devem andar, então, se cremos (como pelo mandamento de Deus somos obrigados) que em Cristo fomos eleitos para a glória eterna, devemos também estar persuadidos de que, antes de partirmos daqui, ele nos dará verdadeiro arrependimento, aumentará a verdadeira fé, inflamar-nos-á com amor e, por fim, nos concederá abundantemente todas as coisas



em Cristo para alcançarmos o fim. Sim, esta própria confiança e oração também é um efeito da predestinação, pelo qual obtemos os demais. Portanto, devemos sustentar esta doutrina: que a predestinação para a vida eterna não remove os meios de obtê-la, mas antes os estabelece.

E, portanto, ambos estes princípios são verdadeiros: que os eleitos para a vida não podem perecer; e que, se alguém não crer em Cristo⁹⁶ e não perseverar até o fim nesta fé que opera pelo amor, perecerá. A razão é que, na predestinação, os meios e o fim estão tão unidos que um não pode ser separado do outro. Portanto, quem não possui os meios para o fim (entre os quais a fé é um deles), é evidente que nunca foi predestinado e, portanto, necessariamente perecerá; ao passo que aquele que possui fé necessariamente será salvo. Assim a verdade destas proposições é evidente: “Quem crê no Filho tem a vida eterna”; ao contrário, “quem não crê no Filho, a ira de Deus permanece sobre ele”, porque, assim como uma fé constante é sinal de eleição, assim a incredulidade obstinada é sinal de reprobção.

FIM.

⁹⁶ Jo. 3.36.



A RESPOSTA DE BRADFORD A CARELES

CARELES. Estou perturbado pelo temor de que meus pecados não estejam perdoados.

BRADFORD. Eles estão; pois Deus te deu um coração penitente e crente: isto é, um coração que deseja arrepender-se e crer. Pois tal coração é considerado por Ele (aceitando a vontade como se fosse o ato) como um coração verdadeiramente penitente e crente.

Glória à Trindade, ao único Deus.



APÊNDICE: WILLIAM PERKINS E AS ORIGENS DA CASUÍSTICA REFORMADA

Por *Ian Breward*

Dr. IAN 'BREWA'RD, 'Professor de História da Igreja em Knox Theologica'l H ~ II, Dunedin, e na Faculdade de Teologia da Universidade de Otago, completou um curso de pesquisa sobre William Perkins na Universidade de Manchester há alguns anos sob a direção do Professor Gordon Rupp. Na conclusão do seu curso, o Editor, como Reitor da 'Manchester Faculty of Theology, apresentou-o para o grau de Ph.D.; é um prazer agora apresentar aos leitores do *THE EVANGELICAL QUARTERLY*.

A casuística está fora de moda nas igrejas protestantes. Ela é considerada uma perversão legalista da ética do evangelho e das percepções dos Reformadores. Consequentemente, a casuística protestante do século XVII recebe má reputação. Karl Barth é típico quando sugere que as tendências ao legalismo dentro das igrejas reformadas haviam chegado a tal ponto, no final do século XVI, que um certo William Perkins “esteve disposto e foi capaz de escrever um livro *De casibus conscientiae*, no qual apresentou um relato sistemático das decisões individuais corretas impostas ao cristão”.⁹⁷

⁹⁷ K. Barth, *Church Dogmatics*, 3/4 (Edimburgo, 1961), p. 8.



Martin Schmidt discutiu a teologia da consciência de Perkins em um artigo intitulado “Bibliismo e teologia natural na doutrina da consciência do puritanismo inglês”, publicado na *Archiv für Reformationsgeschichte* em 1951. Ele também sugeriu que as obras de Perkins revelam um movimento considerável de afastamento dos Reformadores em direção ao que mais tarde seria chamado de Pietismo. Este artigo procura explorar algumas das razões dessa mudança.

Os Reformadores rejeitaram muitos dos pressupostos e a maior parte da prática medieval de cuidado pastoral. A mediação sacerdotal da graça, a confissão obrigatória e a penitência, prescritas pelo direito canônico ou sugeridas pelos casuístas, foram substituídas por uma direção da consciência baseada na Bíblia e por uma ênfase no sacerdócio de todos os crentes. A consciência era constante, e somente uma má consciência obedecia aos homens em vez de a Deus. William Tyndale delineou as implicações com vigor característico. Os homens já não precisavam correr aos sacerdotes em busca de conselho e dizer:

Senhor, peço-vos, que dizeis deste caso e daquele? Não é isto lícito? Posso eu fazer assim e assim, sem problema?” Pergunta à tua própria consciência o que podes ou deves fazer. Gostarias que os homens fizessem assim contigo? Então faze-o. ... Em todos os casos, examina a tua consciência e pergunta-lhe o que deve ser feito em todas



as dúvidas entre ti e o teu próximo; e ela te ensinará, a menos que sejas mais imundo que um porco.⁹⁸

Tal confronto com a consciência podia ser desmoralizador tanto quanto libertador. Muitos eram incapazes de viver nesse nível espiritual e continuavam seus antigos padrões, enquanto os escrupulosos frequentemente consideravam pesado demais o fardo de tomar decisões individuais diante de Deus e recorriam aos homens em busca de orientação adicional além daquela fornecida pela Palavra e por sua própria consciência. Todos os Reformadores mantiveram uma volumosa correspondência pastoral. Tais cartas eram lidas por muitos além de seus destinatários originais, por causa do bom senso pastoral que continham. Dentro de poucos anos após a morte de Lutero, uma seleção de suas cartas foi publicada para edificação geral.⁹⁹ O estudo dessa correspondência revela que certos princípios eram seguidos, notavelmente o direcionamento dos pensamentos das pessoas para longe de si mesmas e para o Deus a quem desejavam servir. O uso judicioso das Escrituras reforçava a percepção teológica e santificava o bom senso comum. As questões eram esclarecidas em vez de decisões serem tomadas, porque os Reformadores criam que Deus era o único Senhor da consciência e não tinham desejo de impor um novo legalismo.

⁹⁸ W. Tyndale, *Expositions and Notes on Sundry Portions of the Holy Scriptures* (Cambridge, 1849), pp. 118–119.

⁹⁹ T. G. Tappert, *Luther's Letters of Spiritual Counsel* (Londres, 1954), p. 22.



Uma extensão desse tipo particular de conselho pastoral pode ser encontrada nas discussões de problemas morais que apareciam em suas exposições bíblicas e obras teológicas. Pedro Mártir, por exemplo, discutiu a legitimidade de fugir da perseguição, e William Tyndale traduziu um pequeno tratado de Johannes Oecolampadius sobre a questão de fugir da peste.¹⁰⁰ Ninguém considerava que isso fosse incompatível com as bases da teologia da Reforma e com a fidelidade às Escrituras. Uma boa consciência precisava ser instruída. Tal conselho fazia parte daquela instrução da consciência que motivou a redação de tantos catecismos durante os séculos XVI e XVII. A esperança inicial de que o evangelho criaria suas próprias formas e venceria seus inimigos havia se mostrado irrealista. O bispo Jewel havia dito:

Deixem que o evangelho tenha livre passagem; deixem que a verdade de Jesus Cristo manifeste claramente a sua luz... e então verão imediatamente como todas essas sombras desaparecerão e se dissiparão à luz do evangelho.¹⁰¹

De fato, as sombras mostraram-se realidades muito substanciais que ameaçavam a vida das igrejas da Reforma em toda a Europa. No final do século XVI, tornara-se claro que a reforma era uma tarefa de enorme magnitude, mesmo em uma pequena cidade-estado como Genebra. Amplie-se a tarefa para uma área do tamanho

¹⁰⁰ P. Martyr, *The Commonplaces* (Londres, 1583), 2: 13: 38–43.

¹⁰¹ J. Jewel, *Works — Apology* (Cambridge, 1845–50), p. 68.



da Saxônia, ou tente-se transformar uma nação inteira, como na Inglaterra, e os problemas tornavam-se quase esmagadores. Um observador perspicaz percebeu que simplesmente defender os grandes princípios do evangelho, ignorando os detalhes aparentemente insignificantes e prosaicos da instrução e da administração, significava que “uma fome de piedade tem seguido em muitos lugares, e dessa fome surgiu uma grave peste espiritual”.¹⁰² Nada havia substituído adequadamente a confissão para a maioria das pessoas que careciam da autoconsciência necessária para um rigoroso exame de si mesmas.

William Ames talvez tenha exagerado a gravidade da situação inglesa na virada do século, mas uma atenção semelhante aos detalhes foi praticamente imposta a todos os Reformadores. Eles não apenas tiveram de preocupar-se com a provisão de escolas e universidades e com a instrução dos jovens nos princípios e na ética da fé cristã, mas também tiveram de organizar as igrejas que surgiram quando ficou claro que a reforma e a comunhão com Roma eram incompatíveis. A libertação do jugo romano não era suficiente. Extremistas sectários tiraram as conclusões mais alarmantes das doutrinas da liberdade cristã, do sacerdócio de todos os crentes, da autoridade da Bíblia e da escatologia predominante. Luteranos e calvinistas viram igualmente que era imperativo salvaguardar e consolidar os ganhos já obtidos, e não vê-

¹⁰² W. Ames, *Conscience, with the Power and Cases Thereof* (1639), “Ao leitor”.



los dissipados pelo individualismo ou pelas inconstâncias dos governantes seculares. O resultado foram as *Kirchenordnungen* das cidades e principados alemães, as *Ordonnances* de Calvino e obras como *De regno Christi*, escrita por Bucer para orientar o curso da Reforma inglesa. Nas igrejas reformadas, essa consolidação esteve ligada ao terceiro uso da Lei e à insistência de que a santificação segue a justificação. Embora o contraste entre as ênfases luteranas e reformadas não deva ser exagerado, é amplamente correto dizer que teólogos e líderes eclesiásticos reformados estavam mais interessados na relação entre teologia e ética do que seus correspondentes luteranos, que davam pouca ênfase à Lei como norma cristã. A obra de Thomas Venetius sobre ética não encontrou imitadores luteranos. Foi Lambert Daneau, de Genebra, quem produziu uma obra chamada *Ethices Christianae* em 1577, e foi em um ambiente reformado que William Perkins (1558–1602) escreveu, no início do século XVII, o primeiro manual de casuística protestante.¹⁰³

Havia fatores adicionais na situação inglesa que incentivaram esse desenvolvimento. Mudanças econômicas e sociais combinaram-se para produzir considerável mobilidade entre as classes, enfraquecer os vínculos da sociedade rural, bem como favorecer o surgimento de uma “classe média” alfabetizada e consciente de seu status. Os impressores encontraram um

¹⁰³ W. Köhler, *Dogmengeschichte*, 2 vols. (Zurique, 1951), 2: 133; P. De Felice, *Lambert Daneau* (Paris, 1881), pp. 172–185.



excelente mercado para literatura edificante, e mesmo um estudo superficial dos escritos do período Tudor revela um forte tom moralista, que reflete as incertezas de uma sociedade em rápida transformação.¹⁰⁴ A educação das escolas de gramática tinha conteúdo clássico, e os professores faziam grande uso das seções moralmente edificantes dos escritores antigos. Os ideais humanistas estavam intimamente ligados à ênfase no comportamento correto, e nas universidades de Oxford e Cambridge a filosofia e a ética de Aristóteles continuavam a fazer parte do currículo de todos os estudantes. Mesmo aqueles que seguiam as simplificações filosóficas e lógicas de Pedro Ramus não evitavam um forte interesse ético. Não havia o próprio Ramus ensinado que “a teologia é a doutrina do bem viver”?¹⁰⁵ Reformadores anteriores, como Pedro Mártir, haviam lecionado sobre a Ética de Aristóteles sem qualquer sentimento de incongruência. Simplesmente não havia equivalente a ela, e eles preferiam cristianizar Aristóteles em vez de ignorá-lo.¹⁰⁶ Nesse ambiente, não é surpreendente encontrar Francis Bacon queixando-se, em 1589, da falta de uma instrução espiritual exata correspondente aos inúmeros livros que ensinavam como ser um cavalheiro. Muitos pregadores ingleses não “trazem suas orientações até os casos de consciência, para

¹⁰⁴ L. B. Wright, *Middle Class Culture in Elizabethan England* (Chapel Hill, 1935), apresenta um excelente panorama. Cf. também R. Kelso, *The Doctrine of the English Gentleman* (Urbana, 1929), para um de seus aspectos.

¹⁰⁵ P. Ramus, *Commentariorum de religione Christiana* (Frankfurt, 1576), Livro IV, 6.

¹⁰⁶ Martyr, op. cit., *Life*, sig. Qq iiib.



que um homem possa ser assegurado em suas ações particulares se são lícitas ou não”.¹⁰⁷ Henry Holland, escrevendo ainda em 1601, concordava. Lutero, Tossanus e Rhegius possuíam excelentes formas de consolação para consciências aflitas, e muitos pastores ingleses haviam ministrado com algum sucesso a consciências perturbadas. Contudo, Holland sentia que “antes adivinhamos incertamente como aplicar bons remédios e palavras aos enfermos do que sabemos como proceder segundo alguma regra segura de arte e prática bem fundamentada”.¹⁰⁸ Isso era particularmente sério para aqueles com inclinações puritanas, porque possuíam consciências especialmente sensíveis, até mesmo excessivamente desenvolvidas, que concebiam a vida cristã em termos de perfeita obediência à Lei. Tal piedade tornou-se cada vez mais difundida na parte final do reinado de Elizabeth, embora tivesse antecedentes muito anteriores.¹⁰⁹

Para agravar o problema, havia a manifesta inadequação do governo eclesiástico existente para lidar com questões pastorais e disciplinares de maneira que fizesse justiça às percepções pastorais e teológicas dos Reformadores. Os tribunais eclesiásticos do período medieval haviam sobrevivido quase sem mudanças.

¹⁰⁷ Citado por W. E. Houghton, *The Formation of Thomas Fuller's Holy and Profane State* (Cambridge, Massachusetts, 1938), p. 72.

¹⁰⁸ R. Greenham, *The Workes* (Londres, 1601), “Ao leitor”.

¹⁰⁹ Cf. I. Bradford, *Writings*, 2 vols. (Cambridge, 1848–53), 2, xxix; M. M. Knappen, *Two Elizabethan Puritan Diaries* (Chicago, 1933); F. E. Stoeffler, *Rise of Evangelical Pietism* (Leiden, 1966).



Geralmente eram ineficientes, ocasionalmente corruptos e quase sempre frustrantes, particularmente para os leigos envolvidos nas complicadas questões de jurisdição matrimonial e sucessória. Tais assuntos tornavam quase impossível que os tribunais se ocupassem de problemas espirituais com qualquer grau de consistência, rapidez ou regularidade. As visitasções episcopais e arquidiaconais eram mais eficazes, mas tendiam a concentrar-se em aspectos externos e frequentemente precisavam recorrer à Alta Comissão para implementar suas decisões ou punir os infratores.¹¹⁰ Não é de admirar que eclesiásticos ingleses sensíveis olhassem com inveja para a disciplina e a ordem de outras igrejas reformadas, nas quais a disciplina local era exercida por pastores e presbíteros, e não por tribunais distantes. Os exilados do período mariano mantiveram extensa correspondência com seus anfitriões e mentores no continente, mas por volta de 1570 esses vínculos estavam perdendo importância, e o descontentamento com a ordem eclesiástica estabelecida começou a emergir no movimento puritano liderado por Thomas Cartwright.

Os puritanos atacaram o establishment em duas frentes — no Parlamento e na igreja. Eles acreditavam que a reforma da forma de governo eclesiástico era essencial para que padrões mais satisfatórios de pregação e cuidado pastoral fossem alcançados. Enquanto o

¹¹⁰ R. Peters, *Oculus Episcopi* (Manchester, 1963), discute o Arquidiaconato de St. Albans; C. Hill, *Society and Puritanism* (Londres, 1964), pp. 219 ss., oferece um relato interessante e importante de seu funcionamento.



Parlamento debatia e a Rainha e os bispos protelavam, uma medida limitada de reforma não oficial foi tentada por meio do movimento clássico.¹¹¹ Grupos de ministros reuniam-se para edificação mútua e para discutir como promover o evangelho em sua região. Felizmente, o livro de atas de um desses grupos sobreviveu — o da Classe de Dedham.¹¹² Ele revela que foram feitas tentativas de exercer algum tipo de disciplina, embora estas fossem eficazes apenas na medida em que contavam com as sanções da consciência e do conselho. Por meio da capacidade organizadora de John Field, esses grupos locais foram ligados em bases condais e nacionais e, assim, passaram a representar uma ameaça muito séria ao governo existente da igreja, tanto mais porque alguns dos principais líderes do movimento clássico eram inequivocamente presbiterianos em suas simpatias. A morte de Field em 1588, o sucesso do arcebispo Whitgift e do bispo Bancroft em esmagar o movimento clássico e o fracasso do protesto parlamentar colocaram muitos puritanos em um dilema. Alguns dos defensores mais radicais da reforma, como Francis Johnson, partiram para o exílio e para o separatismo. Outros, que haviam se associado ao movimento clássico por causa das possibilidades de reforma pastoral que ele oferecia, decidiram que ainda havia lugar para eles dentro da

¹¹¹ P. Collinson, *The Puritan Classical Movement* (tese de doutorado inédita, Universidade de Londres, 1957), é indispensável para todo o período. [Publicada em 1967 com o título *The Elizabethan Puritan Movement* por Jonathan Cape e pela University of California Press.]

¹¹² Editado por R. G. Usher, *The Presbyterian Movement in the Reign of Queen Elizabeth* (Londres, 1908).



Igreja da Inglaterra, desde que pudessem pregar e ensinar os elementos essenciais do evangelho.

Grande parte do apoio ao movimento clássico vinha de homens como Richard Greenham, Richard Rogers e William Perkins, que não haviam subscrito à *Disciplina*, mas estavam profundamente preocupados com a melhoria dos padrões pastorais e ministeriais. Greenham era famoso por sua habilidade em lidar com consciências aflitas. Além disso, estudantes de teologia viviam com ele para adquirir experiência prática no trabalho pastoral.¹¹³ Tal atividade era perfeitamente legal e oferecia um caminho de reforma revolucionária que não precisava atrair a atenção indesejada de autoridades eclesiásticas apreensivas em esmagar qualquer coisa que cheirasse a subversão puritana. Esse lado pastoral do movimento clássico apareceu claramente na Classe de Dedham, que dedicou considerável tempo à discussão de casos de consciência, ou, como diríamos hoje, “problemas pastorais”.¹¹⁴ Foi sobretudo esse aspecto dos impulsos reformadores puritanos que forneceu o ambiente do qual a casuística reformada surgiria em forma sistemática por meio da obra de William Perkins. Muitos outros clérigos ingleses se envolveram na direção da consciência que Perkins viria a sistematizar.¹¹⁵ Mesmo que a consciência

¹¹³ O manuscrito Rylands MS 524 apresenta um relato sobre Greenham.

¹¹⁴ Usher, op. cit., pp. 30, 31, 48, 71.

¹¹⁵ T. Wilcox, *Large Letters* (1589); S. Clarke, *Marrow of Ecclesiastical Historie* (Londres, 1654), p. 840, menciona Nowell, deão de São Paulo;



inglesa fosse mais sensível do que sua contraparte continental, ela era consolada e orientada por métodos e princípios que já haviam sido amplamente testados e que provinham da prática e dos escritos de Lutero, Calvino, Bucer e Pedro Mártir.¹¹⁶

Um último fator que talvez tenha ajudado a cristalizar a casuística a partir da prática puritana ainda fluida foi a crítica de escritores católicos romanos. Richard Rogers defendeu a publicação de seus volumosos *Seven Treatises* em 1603 mencionando que “os papistas nos lançam em rosto que nada temos publicado para a direção certa e diária de um cristão”.¹¹⁷ Embora o desejo por tal direção diária possa parecer uma lamentável confissão de imaturidade, o estudo dos casos julgados pelos tribunais eclesiásticos e as ocasionais queixas de ministros paroquiais sobre a ignorância de seu rebanho sugerem que era necessário prestar considerável atenção às necessidades dos irmãos mais fracos, se a Reforma deveria ser incorporada em todos os níveis da sociedade.¹¹⁸ Thomas Hill, escrevendo em 1600, acreditava que essa era uma das grandes vantagens de ser católico romano:

R. Bolton, *An Instruction for the Right Comforting of Afflicted Consciences* (Londres, 1635), p. 227, sobre Greenham.

¹¹⁶ J. D. Benoit, *Calvin, Directeur d'Âmes* (Estrasburgo, 1947), discute Calvino. J. Courvoisier, *La Notion d'Église chez Bucer* (Paris, 1933), pp. 97–117, discute os ideais pastorais de Bucer.

¹¹⁷ R. Rogers, *Seven Treatises* (Londres, 1603), Prefácio, sig. Avia.

¹¹⁸ J. S. Purvis, *Tudor Parish Documents* (Cambridge, 1948), pp. 194–201.



E além de tudo isso, ensinam-se casos de consciência, nos quais se estabelece o que é pecado e o que não é; as diferenças dos pecados, quais são maiores, quais menores etc., o que é um tipo de conhecimento muito frutífero e proveitoso, e por isso é muito estudado e praticado pelos sacerdotes e teólogos católicos, que por meio disso ensinam o povo a governar e ordenar sua vida e suas ações. O protestante, porém, não se envolve com essas questões de consciência, mas carrega seu navio apenas com fé, e nunca se ocupa em refletir sobre pecados, pois pensa que nenhum é imputado aos predestinados, como todos imaginam ser, o que faz com que o povo que os segue seja totalmente ignorante da natureza, das diferenças e da qualidade dos pecados, e, conseqüentemente, nada temeroso ou refreado por qualquer consciência em cometê-los.¹¹⁹

Perkins foi a figura central na mobilização das forças puritanas que ocorreu na última década do reinado de Elizabeth. Seus escritos substituíram os de Calvino e Beza no topo das listas de livros religiosos mais vendidos, e, a partir de sua posição estratégica em Cambridge, ele influenciou inúmeros jovens destinados ao ministério da Igreja da Inglaterra. Ele era típico do puritanismo moderado que estava principalmente interessado na renovação pastoral da Igreja da Inglaterra. Embora, em sua juventude, tivesse entrado em conflito com as autoridades da universidade por causa de cerimônias e preferisse a liberdade de uma cátedra de preleção em Great St. Andrews à conformidade exigida por uma paróquia, nunca questionou que a Igreja da Inglaterra

¹¹⁹ T. Hill, *A Quatron of Reasons* (Antuérpia, 1600), p. 79.



fosse algo diferente de “uma forma verdadeira e santa de servir a Deus”.¹²⁰

Ele acreditava que, nas disputas sobre a forma de governo da igreja, quem lucrava era o papista, e que, uma vez que a verdade fosse confessada, “devemos nos dedicar a edificar a igreja”.¹²¹ Por isso recusou subscrever à *Disciplina* elaborada por Travers e concentrou-se na edificação em vez de na interminável elaboração de projetos eclesiais.¹²² Essa atitude estava relacionada à sua insistência de que os ministros lidavam com o governo espiritual e com as questões de consciência, fé, Palavra e sacramentos que a ele pertenciam. A tarefa deles era governar por conselho e persuasão. Cabia ao magistrado punir os malfeitores e administrar o governo temporal.¹²³ Se o magistrado não estivesse cumprindo seus deveres, a igreja e o ministério deveriam esperar até que Deus movesse o seu coração. Enquanto isso, não havia desculpa para negligenciar as tarefas que estavam à mão. O cuidado e a direção das consciências individuais, a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos ofereciam amplo campo para o trabalho do ministério, mesmo que a igreja carecesse de “tronos de jurisdição

¹²⁰ W. Perkins, *The Workes* (Londres, 1626–31), 3:389. Não há um estudo moderno e completo sobre Perkins. J. J. Van Baarsel, *William Perkins* (Haia, 1912), e H. C. Porter, *Reformation and Reaction in Tudor Cambridge* (Cambridge, 1958), são os estudos publicados mais satisfatórios.

¹²¹ Perkins, *Workes*, 2:324.

¹²² T. Fuller, *Church History of Britain*, 3 vols. (Londres, 1837), 3:9, 121.

¹²³ Perkins, *Workes*, 3:536–538.



eclesiástica para repreender e punir todos aqueles pecados que um tribunal civil não alcança”.¹²⁴

Tal ensino representava um claro afastamento da antiga insistência puritana de que a disciplina era uma marca da igreja.¹²⁵ Ele reflete as circunstâncias alteradas do partido puritano e foi uma tentativa de preservar o cuidado pastoral individual quando a reforma nacional se mostrara impossível e indesejável. Esse foi ao mesmo tempo o ponto forte e a fraqueza do movimento. As autoridades podiam ser contornadas, mas a única autoridade desse cuidado pastoral era seu apelo à consciência daqueles que se submetiam a ele. Apesar de puritanos como Perkins abominarem o individualismo, esse método de enfrentar a situação acabou contribuindo substancialmente para o desenvolvimento de uma mentalidade sectária, pois só podia funcionar entre aqueles que concordassem em se submeter a ele. Essa tendência foi reforçada pela desintegração do antigo tipo de comunidade baseado na localidade e no status, e por sua substituição por uma sociedade fundada na associação voluntária.

Tais foram, portanto, os fatores de fundo que contribuíram para o interesse de Perkins em resolver casos de consciência. Os próprios componentes de sua teologia também direcionaram seus interesses nessa direção. Ele participou daquela redefinição da graça e da

¹²⁴ Ibid., 3:458; 3:293.

¹²⁵ W. H. Frere e C. E. Douglas, *Puritan Manifestoes* (Londres, 1907), p. 9; S. J. Knox, *Walter Travers* (Londres, 1962), p. 115.



predestinação que acentuou o problema de como alguém poderia saber se era eleito. Aquilo que para Calvino era uma questão a ser tratada com considerável reserva tornou-se um lugar-comum pastoral nos escritos de estudiosos como Perkins, que buscavam popularizar o calvinismo entre o povo comum. Ele propôs-se a tarefa de resolver a questão da eleição definindo quanta graça bastava para salvar um homem e aconselhou, com grande detalhe, como essa graça poderia ser reconhecida. Em obras como *A Grain of Mustard Seed*, ou *A Treatise Tending unto a Declaration whether a Man be in the Estate of Grace or in the Estate of Damnation* [Um Grão de Semente de Mostarda, ou Um Tratado que Procura Declarar se um Homem Está no Estado de Graça ou no Estado de Condenação], Perkins analisou a alma para apontar as centelhas de graça que Deus pretendia soprar até se tornarem a chama da certeza, chegando às vezes perigosamente perto de dizer que a salvação poderia ser desejada pela vontade. A certeza não excluía resquícios de dúvida, mas Perkins quase insinuava que ela era o direito do cristão, e não apenas um dom.

Perkins tinha uma reputação extraordinária como médico de consciências, o que levava pessoas de todo o país a procurá-lo para aconselhamento, presumivelmente aos domingos, que ele dedicava à resolução de casos de consciência.¹²⁶ Além disso, ele tinha uma paixão por fazer com que doutrinas abstrusas ganhassem vida na experiência das pessoas comuns. Ele

¹²⁶ Perkins, *Workes*, 3 (*Jude*, “Ao leitor”).



acreditava que “a teologia é a ciência de viver bem-aventuradamente para sempre”.¹²⁷ Sua atividade teológica extraordinariamente ampla era toda dirigida a esse fim, de modo que sua teologia é corretamente chamada de teologia prática. Consequentemente, casos de consciência (ou, em termos modernos, “problemas da vida cristã prática”) aparecem em quase todas as suas obras, quer ele esteja discutindo a natureza do ministério, refutando erros romanos ou procurando orientar a vida e a conduta dos crentes comuns.¹²⁸

O interesse final que direcionou seus pensamentos para uma casuística reformada foi sua preocupação de que a Igreja da Inglaterra fosse ao mesmo tempo católica e reformada. Quase todas as suas obras contêm referências oblíquas ou explícitas aos erros de Roma, bem como exposição e análise positivas da verdade bíblica e reformada. Ele advertia constantemente sobre o perigo de retornar a Roma por meio do uso acrítico da razão e de escritos humanos, particularmente os dos escolásticos. Perkins sabia que havia muitas questões que só podiam ser encontradas nos escolásticos e ele próprio os utilizava com frequência, mas estava ansioso para que estudantes imaturos não fossem desviados por suas sutilezas sofisticadas.

Perto do fim de sua vida, ele escreveu uma obra intitulada *Problema de Romanae fidei ementito catholicismo*, na qual apresentou métodos de

¹²⁷ Ibid., 1:11.

¹²⁸ Ibid., 1:440 ss.; 1:605.



interpretação patrística que permitiriam aos estudantes separar o trigo da palha nos escritos escolásticos. Seus *Casos de Consciência* provavelmente foram produzidos pela mesma razão: refutar os erros da casuística romana e aproveitar seus aspectos valiosos para o fortalecimento da fé reformada, de modo que ela pudesse ser verdadeiramente católica em seu alcance e profundidade.

É extremamente importante ter esse pano de fundo em mente quando se avalia finalmente o significado dos *Casos de Consciência* de Perkins. Eles são a sistematização de uma prática pastoral de toda uma vida e refletem tanto as tradições reformadas de cuidado pastoral quanto os problemas peculiares da Igreja da Inglaterra. Ames menciona que

essa parte da profecia até então havia sido menos praticada nas escolas dos profetas, porque nossos líderes foram necessariamente obrigados a lutar sempre na linha de frente contra os inimigos para defender a fé e purificar o piso da igreja; de modo que não puderam plantar e regar os campos e vinhas como desejavam.¹²⁹

Perkins não apenas plantou e regou. Sua casuística foi mais uma arma contra Roma, que havia experimentado um notável renascimento da teologia moral por causa das reformas tridentinas e do renovado interesse em Tomás de Aquino. Os imensamente eruditos e sutis comentários de Domingo Báñez, Domingo de Soto e Bartolomeo Medina sobre as partes da *Summa Theologica* que tratavam da teologia moral exerceram

¹²⁹ Ames, op. cit., “Ao leitor”.



profunda influência sobre a posterior teologia pastoral católica romana. Infelizmente, eles nada fizeram para superar a divisão que havia se desenvolvido entre a casuística e os outros ramos da teologia durante o período medieval. As popularizações de seus enormes tomos, como o *Flores decisionum* de Gregory Sayrus, pioraram a situação ao omitir suas qualificações. O resultado foi que a teologia moral e a casuística católicas romanas levaram pouco em conta a teologia e a ética vivas, tornaram-se frequentemente excessivamente sutis e ficaram gravemente sobrecarregadas com noções derivadas da jurisprudência e do direito canônico.¹³⁰ Perkins atacou a teologia de casos romana porque ela vinculava as consciências dos homens onde Deus as havia libertado, e as libertava onde Deus as havia vinculado.¹³¹

Apesar de seu título tradicional, *Casos de Consciência*, o livro de Perkins tinha pouco em comum com os tratamentos católicos romanos contemporâneos que levavam rótulo semelhante. Ele refletia uma completa mudança de direção teológica: afastava-se das questões sobre a graça sacramental e sua transmissão e voltava-se para os problemas pastorais da justificação. Certamente há vínculos e dependência em relação a teólogos medievais. O mesmo poderia ser dito da teologia da Reforma em geral, pois ela não foi tanto uma criação inteiramente nova quanto uma nova combinação de antigos elementos. Um dos vínculos mais evidentes é a

¹³⁰ B. Häring e L. Vereecke, “La théologie morale de St. Thomas”, em *Nouvelle Revue Théologique*, 1955.

¹³¹ Perkins, *Workes*, 1:530.



tentativa de Perkins de relacionar a teologia moral e pastoral com a teologia sistemática. Em vez de utilizar uma base tomista, ele começou com a teologia reformada. A partir desse fundamento, procurou relacionar aquilo que já havia sido feito de maneira fragmentária com princípios teológicos e éticos conscientemente desenvolvidos. Ele não reivindicava nenhuma pretensão de definitividade: “Eu apenas (por assim dizer) caminharei pelas suas margens e apresentarei os principais pontos da doutrina, para que assim eu possa levar outros a considerar e tratar o mesmo assunto de maneira mais ampla.”¹³²

Sua discussão de duas outras questões intimamente relacionadas à sua síntese final ilustra muito claramente a maneira como ele modificou tanto a teologia católica quanto a da Reforma. O cuidado eficaz da consciência dependia de ter uma ideia clara da natureza da consciência. Reformadores anteriores não haviam discutido essa noção de forma sistemática e detalhada, embora existissem dois breves tratamentos em inglês.¹³³ Perkins adotou uma posição tomista modificada, ensinando que a consciência estava no entendimento e não nas afeições, sendo “uma parte do entendimento em todas as criaturas racionais, que determina suas ações particulares, seja a favor delas, seja contra elas”.¹³⁴ Em

¹³² *Ibid.*, 2:2.

¹³³ J. Woolton, *Of the Conscience* (Londres, 1576); A. Hume, *An Enquiry Concerning the Principles of Morals* (Edimburgo, 1594).

¹³⁴ T. Aquinas, *Summa Theologica* (Londres, 1920–25), I, q. 79, a. 13, ad 1–3.



vez de utilizar a distinção medieval entre *synteresis* e *syneidesis*, ele adotou a terminologia de Pedro Mártir de entendimento teórico e entendimento prático: o primeiro fornece o conhecimento da lei natural, enquanto o segundo aplica esse conhecimento às decisões individuais.¹³⁵

Schmidt está equivocado quando sugere que Perkins aqui forneceu a base (até então inexistente) para uma teologia natural. Perkins foi bastante explícito em seu afastamento dos teólogos medievais. Eles haviam ensinado que a *synteresis* não fora corrompida pela Queda e, assim, fornecia a base para uma teologia natural. Perkins adotou a posição reformada e ensinou que a consciência possui apenas conhecimento suficiente de Deus para tornar o homem indesculpável.¹³⁶ Consequentemente, ele rejeitou a afirmação de Tomás de Aquino de que a consciência era equivalente ao conhecimento ou ao juízo. Ela era uma faculdade sobrenatural, o vice-regente de Deus e superior à razão, embora, sem a iluminação de Deus, seu raciocínio fosse pouco confiável e suas conclusões falhas.¹³⁷

As distinções medievais entre os diversos tipos de consciência eram, portanto, irrelevantes. A consciência era simplesmente boa ou má. Se Perkins falava de uma boa consciência como nunca conduzindo ao erro, não era

¹³⁵ Martyr, op. cit., 3:5:8.

¹³⁶ Schmidt, op. cit., *Archiv für Reformationsgeschichte*, 1951, p. 217; Perkins, *Workes*, 3:173.

¹³⁷ *Ibid.*, 2:462; 1:517.



porque acreditasse que ela fosse um guia autônomo — no que Schmidt afirma ver o anúncio do subjetivismo moderno. Uma boa consciência só era obtida por meio da regeneração e mantida por meio da obediência implícita à Palavra de Deus escrita nas Escrituras. “Tudo quanto empreendermos ou tomarmos em mãos, devemos primeiro examinar se Deus nos dá liberdade em consciência e garantia para fazê-lo. Pois, se agirmos de outra maneira, a consciência imediatamente nos acusará de pecado diante de Deus.”¹³⁸

A modificação final que Perkins fez do ensino medieval sobre a consciência decorre da última citação. Somente Deus podia vincular a consciência. A lei humana, seja secular ou eclesiástica, obrigava apenas na medida em que concordasse com a Palavra de Deus. O poder das autoridades humanas era externo e devia ser obedecido, por causa da ordem, apenas em questões indiferentes.¹³⁹ Essa insistência na liberdade de consciência não significava licença. Ela pretendia proteger a consciência de um acúmulo de coisas não essenciais que dificultavam sua capacidade de perceber claramente as questões vitais.

A mudança de ênfase e de direção é evidente, e sua fonte é claramente a teologia da Reforma. Contudo, havia diferenças em relação ao ensino dos Reformadores. Perkins escreveu muito mais sobre a consciência e seus problemas e deu maior ênfase à obtenção e à preservação

¹³⁸ *Ibid.*, 1:519.

¹³⁹ *Ibid.*, 1:529–31.



de uma boa consciência do que outros teólogos reformados do século XVI. É uma questão difícil decidir quanto disso se deve à preocupação de Perkins com a patologia da consciência e quanto a uma mudança de ênfase teológica — em direção ao antropocentrismo. A tendência ao interesse próprio que poderia surgir ao ignorar a referência a Deus no ensino de Perkins sobre a liberdade de consciência foi ainda contida por sua doutrina da equidade.

Essa doutrina havia sido apenas brevemente tratada por seus predecessores. Lutero e Calvino a ligaram à ética natural; Pedro Mártir a introduziu onde não havia lei; Wolfgang Musculus a associou ao dom do Espírito, mas não desenvolveu a ideia.¹⁴⁰ Perkins adaptou o ensino de Tomás de Aquino, que havia relacionado a equidade às inadequações da lei positiva. Contudo, em vez de derivar a equidade da superioridade da lei natural sobre a lei positiva, Perkins a fundamentou na prioridade das Escrituras sobre toda lei humana e relacionou isso, por sua vez, à ação redentora de Deus.¹⁴¹

A equidade foi definida como “uma rara e excelente virtude, pela qual os homens usam um verdadeiro meio e uma moderação equilibrada em todos os seus assuntos... para a manutenção da justiça e a

¹⁴⁰ Köhler, op. cit., 2:192; J. Calvin, *Institutes* (Edimburgo, 1843), 4:20:16; Martyr, op. cit., 4:14:1; W. Musculus, *Commonplaces* (Londres, 1562), 117b–118a.

¹⁴¹ Aquinas, op. cit., I–II, q. 80, ad 5; q. 96, a. 6, ad 3; Perkins, *Workes*, 2:441.



preservação da paz”.¹⁴² Ela não se aplicava apenas ao governo temporal, mas também às palavras e ações de todos os homens. Isso ocorria porque refletia o amor de Deus pelos homens. “Quanto mais um cristão estiver enraizado no verdadeiro amor, mais fraquezas ele deixará passar.”¹⁴³ A própria salvação “depende da prática desse dever, contudo não como causa, mas como sinal ou efeito da salvação”.¹⁴⁴

Essa ampliação do significado de equidade destaca a crescente importância que os teólogos reformados atribuíram às boas obras como testemunho da salvação. Perkins não deixou pedra teológica sobre pedra ao enfatizar a relação entre fé e ação, mas sempre procurou manter a prioridade da fé.

Essas modificações nos conceitos medievais sugerem que Kirk está equivocado ao afirmar que a casuística reformada foi baseada em modelos medievais e amplamente dependente de autoridades medievais.¹⁴⁵ A herança protestante de Perkins e o ambiente em que viveu moldaram decisivamente os *Casos de Consciência*. Um exame cuidadoso dessa obra demonstra diferenças substanciais em relação à teologia moral e à casuística medievais e católicas romanas. Embora ele admitisse que, na Igreja de Roma, “um homem pode ouvir muitas coisas

¹⁴² Ibid., 2:436.

¹⁴³ Ibid., 2:442.

¹⁴⁴ Ibid., 2:446.

¹⁴⁵ K. Kirk, *Conscience and Its Problems* (Londres, 1948), p. 202; cf. G. L. Mosse, *The Holy Pretence* (Oxford, 1957), p. 46, para um paralelo com a casuística católica romana contemporânea.



sobre as virtudes morais tratadas de forma sólida”, Ames resumiu bem a situação ao sugerir que as circunstâncias em que Perkins se encontrava exigiam que “outras coisas fossem ensinadas, e as mesmas coisas, porém de outra maneira”.¹⁴⁶

A comparação do livro de Perkins com os tratamentos medievais e com os contemporâneos católicos romanos ilustra as mudanças fundamentais que haviam ocorrido. Um *Penitientiale* do século XV, hoje no Pembroke College, em Cambridge, outrora pertencente a Lancelot Andrewes, discutia penitência, confissão, satisfação, os sete pecados capitais, as virtudes teológicas e cardeais, a substância e os acidentes do pecado, irregularidade, os sacramentos e problemas matrimoniais.¹⁴⁷ A vasta obra *Institutionum moralium*, de Azor, publicada em 1600, pode ser considerada como o início da teologia moral católica romana moderna. Ela tratava das ações humanas, da consciência e de seus problemas, das afeições, dos hábitos, das virtudes, da justiça original, do pecado e dos pecados capitais, da lei, do sacerdócio, do culto e dos preceitos da igreja, concluindo com um exame exaustivo do pecado baseado no Decálogo, muito mais legalista e técnico do que qualquer coisa encontrada em Perkins.

Certamente Perkins discutiu a natureza do pecado e da confissão, a validade dos sacramentos, a validade dos juramentos e os problemas do matrimônio,

¹⁴⁶ Ames, op. cit., “Ao leitor”.

¹⁴⁷ Manuscritos do Pembroke College, MSS c 49.



mas esses temas não eram centrais em seu tratamento. Ele estava fundamentalmente preocupado com a justificação, e não com a graça sacramental, e por isso escreveu sobre assuntos que nunca apareciam nos manuais católicos romanos de casos de consciência.

Os *Casos de Consciência* de Perkins foram divididos em três partes. A primeira discutia a natureza do pecado, o que um homem deve fazer para ser salvo e como a certeza da salvação é obtida e preservada, pois uma boa consciência era a base da vida cristã vista do ponto de vista humano. Na segunda seção, ele expôs a informação que garantiria que a consciência estivesse corretamente instruída. Isso não tem paralelo na casuística católica romana. Ele estabeleceu a existência de Deus, a divindade de Cristo e a autoridade das Escrituras antes de passar a considerar como Deus deve ser adorado. Somente depois de esclarecer essas questões Perkins voltou-se para discutir ética e virtude, que eram fundamentadas na revelação do início ao fim, e não na virtude natural.

Infelizmente, essa seção não está completa. Possivelmente Perkins morreu antes de concluí-la ou então seus editores não conseguiram estabelecer um texto satisfatório e, assim, deixaram o leitor sem saber o que Perkins pretendia dizer sobre os deveres do homem na família, na comunidade civil e na igreja.

Perkins não pretendia produzir uma vasta *Summa* protestante que cobrisse, com detalhe exaustivo, todo pecado concebível que um ministro pudesse



encontrar em seu trabalho pastoral antes de discutir o tratamento canônico requerido. Sua obra foi escrita tendo em vista um público muito mais amplo e com um propósito muito mais positivo. Como Perkins acreditava no sacerdócio de todos os crentes e considerava o recurso a um ministro apenas um dos meios para obter e manter uma boa consciência, seus *Casos de Consciência* foram concebidos como um manual popular sobre as regras da saúde espiritual. Foi escrito na língua vernácula, era breve e organizado de maneira que até uma pessoa simples pudesse compreendê-lo.

O contraste com os tratamentos católicos romanos contemporâneos é evidente. Eles eram manuais técnicos que lidavam explicitamente com problemas e davam pouca atenção a qualquer outra coisa. Perkins também não demonstrou interesse pelo direito canônico, apesar de este ainda ser o padrão jurídico dos tribunais eclesiásticos da Igreja da Inglaterra. Há poucas referências a outras autoridades humanas e uma preocupação constante em salvaguardar e fortalecer o fundamento teocêntrico da consciência por meio de constante referência à Bíblia. Perkins produziu uma bússola, não um mapa, e procurou colocar os homens face a face com Deus, devidamente preparados e equipados para cumprir seus mandamentos de modo que fizesse justiça ao seu dever para consigo mesmos, para com Deus e para com o próximo.

Ele reconhecia a complexidade das decisões morais sérias e esperava torná-las verdadeiramente



responsáveis e livres. Por isso não quis ter nada a ver com a noção católica romana de fé implícita, pela qual os homens simplesmente obedeciam à igreja e eliminavam a necessidade de decisão pessoal, responsável e custosa. Qualquer pessoa que buscasse respostas prontas e mecânicas para problemas morais sairia de Perkins mais confusa do que esclarecida, porque seu objetivo era outro. Sua tarefa, ele acreditava, era libertar a consciência de equívocos pecaminosos e de percepções parciais. Para isso estabeleceu certos princípios e resolveu alguns casos exemplares. Em última análise, contudo, esses casos eram apenas ilustrações. Eles ainda exigiam aplicação individual e pressupunham algum grau de maturidade ética e espiritual no leitor — uma fraqueza quando muitos careciam da experiência religiosa que Perkins considerava normativa.

Esse método decorria do fundamento da casuística de Perkins — o ministério profético de Cristo, que tratava da verdade e da exposição da situação do homem diante de Deus. “Assim como Cristo possui esse poder para executar e cumprir tal dever, assim também confiou a sua administração aos ministros do evangelho.”¹⁴⁸ A autoridade ministerial era a autoridade de Cristo apenas na medida em que obedecia aos seus mandamentos. O cuidado das almas baseava-se, portanto, nas Escrituras, pois somente a Escritura nutria a fé em Cristo e guiava a consciência de maneira adequada e correta. “Todas as ações que agradam a Deus

¹⁴⁸ Perkins, *Workes*, 2:2.



devem ser feitas pela fé; e, portanto, todas as ações que agradam a Deus devem ter algum fundamento e direção na Palavra de Deus, sem a qual não pode haver fé.”¹⁴⁹

Assim, a casuística e a exegese estavam intimamente relacionadas, ao passo que nos manuais católicos romanos a Escritura raramente era mencionada. Uma compreensão correta da distinção entre Lei e Evangelho era fundamental para uma relação adequada entre Escritura e consciência. Os pastores precisavam saber como aplicar a Lei (ou a Palavra como juízo) com rigor suficiente para conduzir os homens a uma verdadeira humildade, mas sem levá-los ao desespero. Por outro lado, também precisavam ter discernimento para aplicar os consolos do evangelho no momento apropriado e não cobrir as feridas do pecado com os ungüentos da graça antes de terem certeza de que o arrependimento era suficiente para conduzir à fé salvadora.¹⁵⁰

Perkins tinha a reputação de ser um hábil médico da alma, capaz de misturar a lei e o evangelho em proporções que levavam os homens a confrontar o juízo e a graça de Deus. Problemas também podiam surgir quando mandamentos divinos pareciam entrar em conflito. Os homens precisavam aprender a relacionar corretamente o geral com o particular. Nesses casos, Perkins insistia que os mandamentos da primeira tábua

¹⁴⁹ Ibid., 3:28; cf. Martyr, op. cit., 3:5:9.

¹⁵⁰ Perkins, *Workes*, 2:666–667; E. F. Kevan, *The Grace of Law* (Londres, 1964), apresenta uma discussão detalhada.



do Decálogo (1–4) tinham precedência. A obediência a Deus vinha antes da obediência aos homens.¹⁵¹

Quando o serviço a Deus e o serviço ao próximo pareciam entrar em conflito, as necessidades humanas vinham primeiro. Se a casa de um vizinho pegasse fogo no momento do culto divino, devia-se combater o incêndio, pois o serviço a Deus se expressava no serviço ao próximo. Em muitos casos não havia orientação explícita das Escrituras, mas deduções legítimas da Escritura eram tão obrigatórias para a consciência quanto as próprias palavras bíblicas. Quando uma questão permanecia duvidosa, ele ensinava que era mais seguro abster-se. Isso poderia levar a um rigor excessivo, mas, dada a teologia da consciência de Perkins, dificilmente poderia ter afirmado outra coisa, pois “tudo o que um homem faz, sem estar plenamente persuadido em seu juízo e consciência, a partir da Palavra de Deus, de que tal coisa pode ser feita, é pecado”.¹⁵²

Seja qual for outra coisa que fosse, o puritano era alguém dominado por um inesquecível senso de responsabilidade moral constante, que nunca lhe permitia relaxar eticamente.

Essa abordagem tinha perigos e limitações. Sempre que o conceito de lei é introduzido na ética, existe o risco de legalismo, especialmente quando a fé é herdada, mesmo que a lei seja a Bíblia e que a prioridade

¹⁵¹ Ibid., 1:540.

¹⁵² Ibid., 2:12.



da graça seja enfatizada. Um guia escrito pode facilmente tornar-se um livro de leis. Richard Hooker criticou duramente o literalismo bíblico absurdo de alguns puritanos, e não há dúvida de que a casuística protestante posterior, às vezes, caiu no abismo do legalismo e do autoritarismo que era uma característica daquela sociedade. Contudo, antes que Perkins seja criticado por erro semelhante, dois fatores precisam ser considerados. Grande parte da crítica moderna à casuística do século XVII procede de uma abordagem individualista da ética que nunca enfrentou, como ele enfrentou, o problema de incorporar socialmente a fé cristã, pela simples razão de que a maioria das igrejas se tornou uma seita dentro de uma sociedade cada vez mais secularizada. Em segundo lugar, sua casuística concedia um lugar importante à prudência e à moderação. A prudência era a virtude que ele considerava principal. Ela estava intimamente relacionada à moderação.

Se não podemos fazer as coisas boas que desejamos, nesse requintado Da maneira que o faríamos, devemos nos contentar com o meio-termo; e nas coisas que são boas e devem ser feitas, é o curso mais seguro satisfazer-nos em fazer menos, para não nos aventurarmos a fazer o mais, o que não pode ser, crescemos até o extremo e então falhamos ou ofender em nossa ação.¹⁵³

Essa moderação não era uma conformidade puritana tediosa e sem alegria. Os deveres da própria vocação, as circunstâncias de tempo e lugar, o cuidado

¹⁵³ *Ibid.*, 2:116.



com as necessidades dos outros e as exigências da liberdade cristã precisavam todos ser levados em consideração. Ele insistia que “o exemplo particular de um homem não deve ser uma regra de direção para todos”. Assim, no uso de comida e bebida, não se utilizavam apenas por mera necessidade, “mas também livre e generosamente para deleite e prazer cristão”.¹⁵⁴ Quando essas qualificações são levadas em conta, a casuística de Perkins mostra claramente possuir considerável flexibilidade. Ela corria mais perigo de ser aplicada de maneira individualista do que de maneira legalista e de modo algum representava a queda da graça teológica reformada que seu nome poderia levar os leitores a supor. Era uma combinação de teologia sistemática, exegese bíblica, psicologia puritana, teologia moral e teologia prática. Esse aspecto da obra de Perkins, mais do que qualquer outro, demonstra sua sensibilidade às necessidades de seu tempo. Ele forneceu um guia ético para o tipo experimental de piedade da Reforma e impediu que ela degenerasse em sentimentalismo. Os *Casos de Consciência* tiveram pelo menos treze edições separadas em inglês e seis edições separadas no continente. Ainda mais importante foi o número de sucessores que essa obra gerou por toda a Europa.¹⁵⁵ Sua ampla experiência pastoral, profunda preocupação evangélica, sólida fundamentação na teologia da Reforma

¹⁵⁴ Ibid., 2:132; 2:131.

¹⁵⁵ T. Wood, *English Casuistical Divinity* (Londres, 1952), e H. R. McAdoo, *The Structure of Caroline Moral Theology* (Londres, 1949), discutem os desenvolvimentos na Inglaterra. Não parecem existir obras comparáveis sobre a casuística protestante continental.



e compreensão das fraquezas da casuística e da teologia moral, tanto passadas quanto contemporâneas, em grande parte o preservaram do legalismo ou do rigorismo, sem diminuir a seriedade e o caráter pessoal da decisão moral. Ele percebeu que a maturidade cristã não é facilmente alcançada, que muitos não a atingiriam e que a teologia prática precisava levar em conta as necessidades de todos, fortes ou fracos. Sua casuística reformada procurou oferecer uma estrutura que combinasse conselho e direção para os fracos com instrução para assegurar o uso correto da liberdade cristã pelos fortes e manter isso diante de seus leitores como o seu objetivo final. Se o absolvemos das acusações de legalismo e subjetivismo e reconhecemos a continuidade essencial de sua casuística com os objetivos pastorais e a prática dos Reformadores, ainda assim deve-se observar que ele deixou a teologia moral reformada com seus componentes organizados de maneira diferente. Embora ele tenha mantido seu equilíbrio e uma ética evangélica, nem todos os seus sucessores o fizeram. Suas tendências à introspecção e à sistematização poderiam tornar-se senhoras, em vez de servas do cuidado pastoral, particularmente à medida que a exegese reformada, a teologia e a vida eclesiástica tendiam a endurecer-se em um sistema, em vez de oferecer um método flexível para resolver problemas espirituais e morais.

- *Faculdade Knox, Dunedin*

